

MESTRADO  
HISTÓRIA DA ARTE, PATRIMÓNIO E CULTURA VISUAL

*A minha casa és tu: Miragaia e a  
envolvente ribeirinha (Porto).*

Contributos para um estudo do património edificado.

Volume I

Ana Isabel Barbosa Lino

**M**

2018



**Ana Isabel Barbosa Lino**

*A minha casa és tu: Miragaia e a envolvente ribeirinha (Porto).*

**Contributos para um estudo do património edificado.**

Volume I

Relatório de estágio realizado na Divisão Municipal de Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual

Orientação científica: Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas.

Supervisão do estágio: Arquiteta Marta Pereira.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

novembro de 2018



A minha casa és tu: Miragaia e a envolvente ribeirinha (Porto).  
Contributos para um estudo do património edificado.

Volume I

Ana Isabel Barbosa Lino

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientado pela Professora Doutora Lúcia Rosas e supervisionado pela Arquiteta Marta Pereira.

Membros do Júri

Professora Doutora Maria Leonor Botelho  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Manuel Joaquim Rocha  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Lúcia Rosas  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 20 valores

*A todos os miragaienses - sobretudo àqueles com quem  
tive a felicidade de me cruzar. Para que o futuro nunca apague o  
que já foi.*



*Figura 1 – Rua do Cidral de Cima, Miragaia, Porto, 2018.*

*Já não caibo numa casa  
Onde o espaço é todo meu  
Não são obras que me salvam  
Eu só sei crescer*

**Samuel Úria, 2016**

*There are places I remember all my life, though some have changed.  
Some forever not for better, some have gone and some remain.  
All these places had their moments with lovers and friends I still can recall,  
some are dead and some are living, in my life I've loved them all*

**The Beatles, 1965**

*Lembra-me um sonho lindo  
Quase acabado*

**Fausto, 1982**

*Eu sei como é traiçoeira a memória, e tudo isto pode não ser mais do que uma ideia criada por  
mim mais tarde, mas serve para ilustrar ao que venho: falar de paisagens como um movimento  
a que o tempo ajuda a dar sentido*

**Henrique Pereira dos Santos, 2010**

*E se o que eu for, for feito  
E o que eu fizer for meu  
Pode não ser perfeito  
Mas há de ser eu*

**Jorge Cruz (para Ana Bacalhau), 2017**

## **Declaração de honra**

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, novembro de 2018

Ana Isabel Barbosa Lino

## Índice

Declaração de honra.....	7
Índice.....	8
Agradecimentos.....	12
Resumo.....	15
Abstract .....	16
Lista de abreviaturas e siglas.....	17
I. Introdução .....	21
I.I. Relatório de estágio curricular na Divisão Municipal de Património Cultural da Câmara Municipal do Porto.....	39
I.II. Fontes e Metodologia.....	42
I.III. Estrutura.....	48
I.IV. Estado da Arte .....	52

### **PRIMEIRA PARTE**

1. A cidade do Porto: uma breve introdução.....	60
2. A Cartografia e o desenvolvimento urbano.....	67
2.1. Porto: a evolução da cartografia da cidade.....	67
3. Obras Públicas e Espaço Urbano.....	73
3.1. Do século XVIII a meados do século XIX – Primeiros passos nas políticas de fomento territorial em Portugal e no Porto.....	73
3.2. Plano de Melhoramentos de 1784: a abertura da cidade .....	77
3.3. Programas de arranjos da marginal .....	79
3.4. Alguns dados sobre a história da cidade no século XIX: tumultos e reorganização ...	89
3.5. O Espaço urbano Oitocentista.....	93
3.6. Políticas de higienização .....	98

## SEGUNDA PARTE

4. Miragaia e a Envolvente Ribeirinha.....	107
4.1. Judiaria .....	124
4.2. Convento da Madre-de-Deus de Monchique.....	129
4.3. Relações com o Rio Douro.....	139
4.3.1. Estaleiros .....	140
4.3.2. A <i>Alfândega de Miragaia</i> .....	149
4.3.3. Deslocamento do porto para Leixões .....	156
5. Obras Públicas em Miragaia e no seu Entorno Urbano.....	163
5.1. Cadeia e Tribunal da Relação.....	165
5.2. Hospital de Santo António .....	168
5.3. Academia da Marinha e Comércio.....	171
5.4. Rio Frio, Virtudes e estrutura viária.....	176
5.5. Mercado do Peixe e Palácio da Justiça.....	178
5.6. Património imóvel: outros exemplares.....	181
5.6.1. Igreja de São Pedro de Miragaia .....	181
5.6.2. Capela de Nossa Senhora da Esperança .....	183
5.6.3. Fontes e chafarizes .....	186
5.6.4. Marco da Bandeirinha da Saúde.....	193
6. Arquitetura de Habitação .....	195
6.1. Primeiras tipologias.....	196
6.1.1. Francisco Barata Fernandes e a definição de continuidades tipológicas.....	209
6.2. Do século XVIII ao século XIX .....	213
6.2.1. O Porto e a <i>casa alta e esguia</i> .....	215
6.2.2. Edifícios de exceção em Miragaia: três casos de estudo .....	223
6.3. Do século XIX ao século XXI: casos de estudo.....	234

6.3.1.	Ilha 55 – Quinta do Loureiro.....	234
6.3.2.	Bairro Ignez.....	237
6.3.3.	1955: <i>Património dos Pobres</i> .....	240
6.3.4.	Operação SAAL Miragaia.....	244
6.3.5.	Intervenções posteriores.....	253
6.3.6.	Domus Social e Operação Património.....	262
6.3.7.	Outras construções e reutilizações .....	270
7.	Espaços Verdes .....	273
7.1.	Quintas .....	277
8.	Atividades Industriais em Miragaia e na Envolvente.....	291
8.1.	Cerâmica .....	293
8.1.1.	Fábrica De Louça De Miragaia .....	293
8.1.2.	Fábrica de Louça de Massarelos e Fábrica de Monchique.....	302
8.2.	Tabacos .....	304
8.3.	Refinação.....	305
8.4.	Moagem.....	311
8.5.	Tecelagem .....	311
8.6.	Fundição.....	312
8.7.	Conserveira .....	317
8.8.	Sociedade Clemente Menéres .....	318
8.8.1	História da Sociedade.....	318
8.8.2.	Transformações dos terrenos do antigo Convento de Monchique .....	324
8.9.	Fábrica Electra e propriedades de Luís Couto dos Santos .....	330
8.10.	Transportes.....	333
8.11.	Armazéns.....	342
8.11.1.	Armazéns do Cais Novo.....	346



8.11.2.	Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.....	352
8.11.3.	Companhia União Fabril (CUF).....	358
8.12.	Outras atividades.....	362

## **TERCEIRA PARTE**

9.	Paisagem .....	367
10.	Património Edificado.....	376
10.1.	Património Industrial.....	383
10.1.1.	Em Portugal e no Porto .....	387
10.1.2.	A indústria e a reconversão do património edificado.....	394
	Considerações finais.....	407
	Fontes e Bibliografia.....	420
	Fontes Manuscritas.....	420
	Bibliografia geral .....	422
	Publicações Periódicas em linha .....	446
	Bases de dados e sítios em linha .....	448
	Índice de ilustrações.....	460
	Apêndices.....	494
	Anexos.....	528
	Catálogo analítico .....	Volume II

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, devo agradecer aos meus pais por tornarem possível este meu percurso académico, e aos meus avós pela ternura que pude crescer a sentir.

À minha orientadora, Professora Doutora Lúcia Rosas, pelas gargalhadas, pela motivação, pela ajuda e por partilhar comigo o entusiasmo desta temática. À Professora Doutora Leonor Botelho, diretora deste mestrado, pela compreensão e a ajuda no momento mais difícil deste percurso. Às duas, e ao Professor Doutor Hugo Barreira agradeço pelo Porto de Virtudes: para mim, o início de tudo. Ao Professor Doutor Manuel Joaquim Rocha por me ter ensinado a gostar de Arquitetura: um caminho sem volta, felizmente. Por fim, não poderei deixar de agradecer a todo o Departamento de Ciências e Técnicas do Património, que me formou.

À supervisora do meu estágio, Arquiteta Marta Pereira, por todas as “pulguinhas” que me deixou “atrás da orelha” e fizeram com que este trabalho se tornasse sempre melhor.

À Isabel, minha companheira de aventuras pela Europa e de longas conversas sobre a vida. Ao João Pedro, por me ensinar o que é o amor de tia. Que a nossa vontade de viajar e conhecer seja sempre tão grande quanto o afeto que nos une.

Ao Gil, parceiro de todos os momentos, leitor da minha alma, minha energia nos dias de maior cansaço, calma nos dias de alvoroço, ombro sempre presente. Pela mão (ou pelos braços inteiros!) que me deste sempre que precisei (“*forever and a day, always*”).

À Clarisse, por tudo. Nem todas as palavras do mundo poderiam expressar o meu amor por ti. À Cristiana, por ser muito mais que a irmã que escolhi, por ser metade de mim.

À Maria Moura, pela harmonia de tudo o que partilhamos: livros, noites, segredos, projetos (e o Pintas). À Francisca, pelas revisões atentas, pelo carinho inesgotável, e porque “*seus passos sempre segui, tentando-te encontrar*”.

Aos meus amigos, Gonçalo, Daniel, Marco, Artur, para que saibam que os quero a acompanhar-me em todas as caminhadas da vida, por muito que o tempo e a distância nos separem. À Té, à Vera Gonçalves, à Maria Inês, à Patrícia Barbosa, à Lúcia, e a quem mais estive ao meu lado vezes e vezes sem conta, e me ensinou sempre alguma coisa durante estes anos todos.

À Cláudia, por estar lá quando foi preciso (sempre!). À Mariana e à Juliana, parceiras desta aventura. A todas as minhas colegas que disponibilizaram as suas fotografias.

À Ana Vaz, minha paisagista favorita, a quem dedico o capítulo sobre paisagem. À Alberta, para que saiba que é bonita esta caminhada que agora inicia.

Aos arquitetos que também ajudaram a desenhar este relatório. Jorge Alves e Diogo Nogueira. Em especial, ao Tiago Cruz, meu colega, conselheiro e amigo e ao Fernando Cerqueira Barros, pela ajuda preciosa, pelas visões de Miragaia que saíram da tua mão, por tudo o que me ensinaste (*rema, mariñero, rema*).

A todos os funcionários do Arquivo Histórico Municipal do Porto, por me oferecerem uma segunda casa, a do Infante. Ao Sr. Moraes, pelas receções sempre diferentes e sempre calorosas. À Diretora da Divisão Municipal de Arquivo Histórico, Dra. Maria Helena Braga. À Dra. Rosário Guimarães, pela paciência, pela disponibilidade e pela ajuda. Não seria de todo possível a execução do presente trabalho sem a colaboração excecional desta equipa. Espero conseguir apresentar um estudo ao nível do conhecimento (e da simpatia) que me ofereceram.

Ao Comandante do Destacamento de Ação Fiscal do Porto, Capitão Ricardo Amaro, e ao Tenente João Souto, pela simpatia e pela disponibilidade para me mostrarem o edifício da *Casa dos Capelães*. Ao Sr. João Pedro Menéres, bisneto de Clemente Menéres, por abrir as portas das suas instalações no antigo convento de Monchique, pela amabilidade com que me deu a conhecer todos os recantos mais bonitos de uma vasta propriedade.

Aos Professores Francisco Queiroz e Teresa Cunha Ferreira e ao Dr. Manuel Sampayo Graça, pela partilha de conhecimento.

A todos aqueles que me despertaram para o amor pela Arquitetura e pela história da cidade. A todos os que acreditaram em mim.

**Obrigada.**

## **Resumo**

Miragaia, que integra atualmente a Zona Histórica do Porto - cidade ribeirinha de feição mercantil e industrial -, conserva em grande parte traços da sua primitiva configuração geomorfológica e urbana. Ao longo dos séculos, este lugar ligado ao Douro, foi palco de momentos de grande crescimento da atividade construtiva. Se por um lado recebeu sucessivas transformações na ocupação do edificado, sem chegar a ver significativamente alterada a memória das encostas, fruto da ação antrópica, e do vale esculpido pelo rio Frio, por outro, a intervenção humana veio alterar a organização do lugar, através de grandes obras, que lhe imprimiram uma paisagem muito própria.

Para que melhor se compreenda porque Miragaia e a sua envolvente ribeirinha se apresentam como hoje as conhecemos, estudou-se o devir do património construído numa longa diacronia. Tendo por base uma abordagem histórica, observaram-se os contextos que conduziram à expansão da zona de estudo, analisando a evolução da ocupação, da malha urbana e das tipologias arquitetónicas. Para a análise, cruzaram-se fontes iconográficas e cartográficas com fontes documentais inéditas que nos permitiram estabelecer relações e nexos de causalidade.

Dentro de uma cidade em constante transformação, a construção acompanha o ritmo da mudança. Quando adaptada às necessidades dos tempos, uma nova ocupação prolonga a vida útil de qualquer arquitetura, criada para cumprir uma função. Aqui, foi-se dando um fenómeno de reconversão de usos dos mesmos espaços, que permitiu o convívio de transformações e permanências no edificado. Esta manutenção do relacionamento entre o espaço construído e o espaço verde, ainda hoje contribui para o aumento do valor histórico contextual de Miragaia.

**Palavras-chave:** Porto, Património Edificado, Miragaia, Reconversão

## Abstract

Miragaia, part of the *Zona Histórica do Porto* – a river town with an industrial and mercantile character – preserves a great part of its urban and geomorphologic primitive shape. Throughout the centuries, this site, connected to the Douro river, was the stage of a developing building activity. If, on the one hand, it received several transformations in the occupation of the buildings, which didn't significantly changed the memory of the slopes, fruit of the anthropic action, and of the valley carved by the river Frio, on the other hand, human intervention changed the organization of the place, with the construction of great dwellings, which gave it a proper landscape.

In order to better understand why Miragaia and its riverside surroundings became as we know them today, we have studied the development of the built heritage in a long diachrony. Based on a historical approach, we observed the contexts that led to the expansion of the study-case area, analyzing the evolution of occupation, urban framework, and architectural typologies. For the analysis, iconographical and cartographic sources were crossed with unpublished documentary sources that allowed us to establish relations and causal links.

Within a city in constant transformation, construction follows the pace of change. When adapted to the needs of the changing times, a new occupation prolongs the life of any architecture, created to fulfill a function. Here, occurred a phenomenon of reconversion of uses of the same spaces, which allowed the conviviality of transformation and permanency in the buildings. This maintenance of the relationship between the built space and the green areas still contributes to the increase of the historical contextual value of Miragaia.

**Keywords:** Porto, Built Heritage, Reconversion, Miragaia

## **Lista de abreviaturas e siglas**

Arq.<sup>o</sup> / Arq.<sup>a</sup>. – Arquiteto / Arquiteta

Art.<sup>o</sup> - Artigo

C. – *Circa*

Dr. / Dr.<sup>a</sup>. – Doutor / Doutora

Eng.<sup>o</sup>. - Engenheiro

Fig. - Figura

J. F. – Junta de Freguesia

N.<sup>o</sup> - Número

*op. cit.* (*opus citatum*) - obra citada

P. / pp. – Página / Páginas

R. – Rua

S. / Sta.– São / Santa

V. / V. N. – Vila / Vila Nova

*vd.* – *Vide*

Vol. – Volume

ADP – Arquivo Distrital do Porto

ADUP – Arquivo Digital da Universidade do Porto

AEP – Associação Empresarial de Portugal

AIP – Associação Industrial Portuense

AMHP – Arquivo Municipal Histórico do Porto

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

APPI – Associação Portuguesa para o Património Industrial

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CCFP – Companhia Carris de Ferro do Porto

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

CMA – Câmara Municipal de Aveiro

CMP – Câmara Municipal do Porto

CPF – Centro Português de Fotografia

CRUARB - Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo

DGEMN - Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DMPC - Divisão Municipal de Património Cultural

DR - Diário da República

DRE - Diário da República Eletrónico

FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

FDZHP - Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica

FIMS – Fundação Instituto Marques da Silva

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

GISA – Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IHC – Instituto de História Contemporânea

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IIP – Imóvel de Interesse Público

IMC - Instituto dos Museus e Conservação

INE - Instituto Nacional de Estatística



IPA - Instituto Português de Arqueologia

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico

IPPC - Instituto português do Património Cultural

PDM – Plano Diretor Municipal

RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

STCP - Serviço de Transportes Colectivos do Porto

TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UP – Universidade do Porto

WHS - World Heritage Sites

ZEP – Zona Especial de Protecção

ZHP – Zona Histórica do Porto



1 Torre da Marca  
2 Armazém  
3 Mercado  
4 Igreja de S. João  
5 Igreja de S. Pedro  
6 Igreja de S. Nicolau  
7 Igreja de S. Francisco  
8 Igreja de S. António  
9 Igreja de S. Maria  
10 Igreja de S. Clara  
11 Igreja de S. Domingos  
12 Igreja de S. Bento  
13 Igreja de S. Agostinho  
14 Igreja de S. Ildefonso  
15 Igreja de S. Vicente  
16 Igreja de S. Martinho  
17 Igreja de S. Sebastião  
18 Igreja de S. Pedro de Celas  
19 Igreja de S. Nicolau de Geraz  
20 Igreja de S. João de Deus  
21 Igreja de S. Maria da Figueira  
22 Igreja de S. Maria da Formosa  
23 Igreja de S. Maria da Lapa  
24 Igreja de S. Maria da Várzea  
25 Igreja de S. Maria da Boa Vista  
26 Igreja de S. Maria da Conceição  
27 Igreja de S. Maria da Assunção  
28 Igreja de S. Maria da Anunciação  
29 Igreja de S. Maria da Immaculada  
30 Igreja de S. Maria da Esperança  
31 Igreja de S. Maria da Vitória  
32 Igreja de S. Maria da Paz  
33 Igreja de S. Maria da Misericórdia  
34 Igreja de S. Maria da Graça  
35 Igreja de S. Maria da Esperança  
36 Igreja de S. Maria da Vitória  
37 Igreja de S. Maria da Paz  
38 Igreja de S. Maria da Misericórdia  
39 Igreja de S. Maria da Graça

Vista da Cidade do Porto, desde a Torre da  
parte de Vila Nova do site chamado Choupella. Dedicada ao R. M. e Co.  
Sua Magestade FIDELÍSSIMA da Repartição dos Negocios do Reino,  
Náutica, e Desenho.



Marca até as Fontainhas, tomada da  
Senhor JOSE DE SEABRA DA SILVA, Ministro e Secretario de Estado de  
Por Manuel Marques de Aguiar, Almirante das Armadas Portuguezas,  
estabelecidas na dita Cidade.  
Apud Porto, em a Typographia de 1791, e de por Compiladas e Editadas em Portugal, N.º 21, 22, 23, 24.

30. Igreja de S. Francisco  
31. Igreja de S. Agostinho  
32. Igreja de S. Domingos  
33. Igreja de S. Antonio  
34. Igreja de S. Martinho  
35. Igreja de S. Sebastião  
36. Igreja de S. Pedro de Celas  
37. Igreja de S. Nicolau de Geraz  
38. Igreja de S. João de Deus  
39. Igreja de S. Maria da Figueira  
40. Igreja de S. Maria da Formosa  
41. Igreja de S. Maria da Lapa  
42. Igreja de S. Maria da Várzea  
43. Igreja de S. Maria da Boa Vista  
44. Igreja de S. Maria da Conceição  
45. Igreja de S. Maria da Assunção  
46. Igreja de S. Maria da Anunciação  
47. Igreja de S. Maria da Immaculada  
48. Igreja de S. Maria da Esperança  
49. Igreja de S. Maria da Vitória  
50. Igreja de S. Maria da Paz  
51. Igreja de S. Maria da Misericórdia  
52. Igreja de S. Maria da Graça

Figura 2 - Vista da Cidade do Porto, desde a Torre da Marca até as Fontainhas... 1791. Da autoria de Manuel Aguiar. Disponível em linha:

<http://purl.pt/13602/2/>

## I. Introdução

O relatório aqui apresentado, no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, pode inserir-se dentro dos campos específicos da História Urbana, da História da Arquitetura e da História da Indústria, todos eles relevantes para a História da Arte. Como não poderia deixar de ser, às ditas disciplinas estão aliadas componentes da História Social, Económica e Política, da Arqueologia e da Arquitetura. Assim sendo, pretendeu-se uma abordagem poliédrica e multidisciplinar, na qual se cruzam estas áreas científicas, tendo como principal tema de estudo a análise das transformações do Património edificado.

Começando por delimitar uma área de estudo, o presente trabalho confinou-se à malha urbana situada entre o vale do rio Frio, tendo por limite norte o antigo campo do Olival (vulgo Cordoaria) e a marginal do Douro, a sul. Na investigação incluímos, entre outras, as principais artérias contíguas: rua de Azevedo de Albuquerque, rua da Bandeirinha, largo do Viriato, rua de Tomás Gonzaga, rua de Francisco da Rocha Soares, rua de Miragaia<sup>1</sup>.

A área em estudo corresponde, genericamente, à antiga freguesia de Miragaia<sup>2</sup>, que desde 2013, com a aplicação da Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro<sup>3</sup>, passou a integrar a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. Para facilitar a leitura, designá-la-emos apenas por *Miragaia* no decorrer do texto. Pela importância da envolvente para o entendimento da zona de estudo, não nos foi possível restringir a investigação aos limites administrativos de Miragaia, sendo que entendemos pertinente alargar o campo de análise. Este passou, assim, a abranger algumas zonas da antiga freguesia da Vitória (como os espaços da Reitoria da Universidade do Porto e da

---

<sup>1</sup> A toponímia apresentada neste estudo está de acordo com a que é divulgada na plataforma oficial *Mipweb*, disponível em linha: <http://mipweb.cm-porto.pt>.

<sup>2</sup> E que anteriormente se chamou freguesia de São Pedro de Miragaia.

<sup>3</sup> Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28, pp. 552-(2) a 552-(147), disponível em linha: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/373798/details/maximized>.

Cadeia e Tribunal da Relação<sup>4</sup>), e outras da jurisdição da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (simplificadamente *Massarelos*), como, por exemplo, a rua da Restauração ou a rua de Monchique – áreas de estreita comunicação com Miragaia, e que contribuíram significativamente para a transformação do seu território. Tivemos, então, como limite poente o Cais das Pedras<sup>5</sup>.

Esta ligação entre Miragaia e Massarelos data já da época medieval, na qual os dois velhos arrabaldes extramuros mantinham uma estreita relação quer com o rio, quer com a cidade murada. Assim o diz Amândio Barros: «Miragaia e Massarelos constituíam o umland, isto é, a zona fora da cidade mas que tratava directamente com ela em bases diárias e com influência»<sup>6</sup>.

Grande parte da área de análise situava-se então fora das muralhas, mas estava a elas adjacente. E tendo este relatório uma vertente de estudos do património, é de salientar que, em alguns locais, os atuais limites da classificação patrimonial seguiram o trajeto do muro da cidade. Assim se verifica no território estudado, em que apenas o quarteirão composto pelas ruas do Dr. Barbosa de Castro, do Dr. António de Sousa Macedo e pelo passeio das Virtudes, contíguo à muralha gótica, se encontra abrangido pela área *WHS*<sup>7</sup>,

---

<sup>4</sup> Apesar de este edifício estar atualmente integrado na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, encontrava-se, antes da Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro entrar em vigor, no território da freguesia da Vitória.

<sup>5</sup> Ainda que saibamos da importância de alguns edifícios localizados a oeste do Cais das Pedras, como o Entrepasto do Peixe ou do Armazém Frigorífico do Bacalhau, por uma questão de limite de tempo e de extensão, não nos foi possível abordá-los nesta investigação. A propósito do primeiro, o leitor poderá consultar o trabalho de FERREIRA, Nuno (2010) - *Entrepasto Frigorífico do Peixe de Massarelos. Um dos ícones da arquitectura modernista portuense*, Relatório de estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Arte Portuguesa e realizado sob orientação científica do Prof. Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>6</sup> BARROS, Amândio (2016) - *Porto A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa: Edição da Academia da Marinha, p.31

<sup>7</sup> *World Heritage Sites*.

inscrita na lista de Património Mundial da UNESCO<sup>8</sup> (Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar<sup>9</sup>).

A propósito, veja-se que no ano de 1988 foram realizadas sondagens arqueológicas no interior do edifício da Cadeia e Tribunal da Relação, bem como no jardim diante da fachada norte, «onde se preservam vestígios enterrados da Cerca Fernandina (séc. XIV)»<sup>10</sup>. Em 2000, uma escavação identificou «ténues vestígios da muralha fernandina, reduzindo-se à preparação da rocha para assentamento das suas fundações com dois silhares in situ do seu paramento interno» entre os nºs 164 e 169 do Campo dos Mártires da Pátria<sup>11</sup>.

Nas páginas seguintes apresentam-se vários elementos visuais (fotografia satélite, gráficos e cartografia) que se pretendem ser úteis para o entendimento da localização do objeto de estudo, da estruturação das freguesias e da sua ligação com as antigas cercas da cidade.

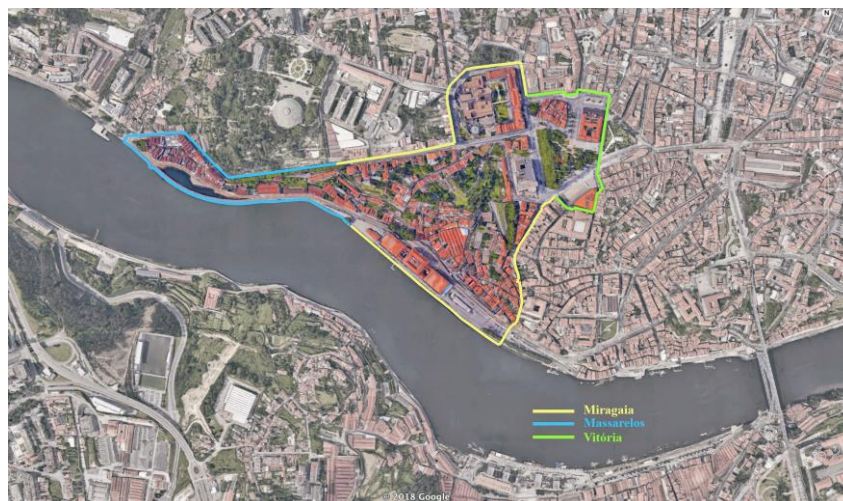
---

<sup>8</sup> LOZA, Rui R., GUIMARÃES, Margarida, MOURA, António (2008) - *Centro Histórico Do Porto Património Mundial, Plano De Gestão*. Porto: Porto Vivo, SRU, vol. I

<sup>9</sup> Para além de estar inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, o Centro Histórico do Porto está classificado como Monumento Nacional (pelo nº7 do artº. 15 da Lei nº 107/2001 – Lei de Bases do Património Cultural de 8 de Setembro).

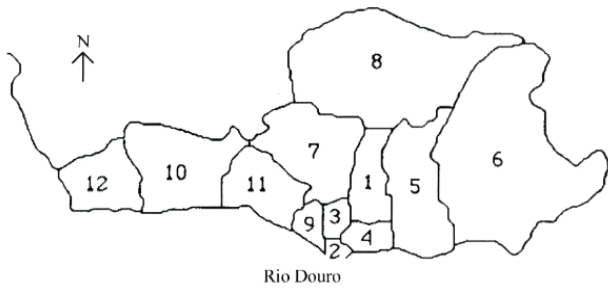
<sup>10</sup> DGPC (2018) - *Porto - Cadeia da Relação*, disponível em linha: <https://bit.ly/2QwJXst>

<sup>11</sup> DGPC (2018) - *Porto - Campo Mártires da Pátria, nº 164 a 169*, disponível em linha: <https://bit.ly/2QxiOWv>



*Figura 3 - Área de estudo, delimitada numa vista aérea do *Google Earth* e na planta do Plano Diretor Municipal (PDM) da Câmara Municipal do Porto.*





01 - Principais freguesias do Porto no fim do século XIX.  
 1 – Santo Ildefonso; 2 – S. Nicolau; 3 – Vitória; 4 – Sé; 5 – Bonfim; 6 – Campanhã; 7 – Cedofeita; 8 – Paranhos; 9 – Miragaia; 10 – Lordelo; 11 – Massarelos; 12 – S. João da Foz do Douro.

FREGUEZIAS E ORAGOS	VARÕES	FEMEAS	TOTAL	FOGOS
Campanhã, <i>Santa Maria</i> .....	3:100	3:212	6:312	1:542 (a)
Paranhos, <i>S. Veríssimo</i> .....	2:506	2:731	5:237	1:225 (b)
Porto – Bonfim, <i>Senhor do Bonfim</i> .....	7:150	8:201	15:351	3:773
Porto, <i>Santo Ildefonso</i> .....	7:745	8:828	16:573	3:186
Porto – Sé, <i>Nossa Senhora d'Assumpção</i> .....	6:581	7:274	13:855	3:160
Foz do Douro, <i>S. João</i> .....	1:042	2:171	3:213	907
Lordelo do Ouro, <i>S. Martinho</i> .....	1:706	1:923	3:629	828 (c)
Porto – Cedofeita, <i>S. Martinho de Tours</i> .....	7:966	8:922	16:888	3:720
Porto – Massarelos, <i>Nossa Senhora da Boa Viagem</i> .....	2:420	2:828	5:248	1:252
Porto – Miragaia, <i>S. Pedro</i> .....	2:833	3:010	5:843	1:247
Porto – S. Nicolau .....	3:426	3:113	6:539	1:318
Porto – Victoria, <i>Nossa Senhora da Victoria</i> .....	4:096	4:302	8:398	1:403
	52:131	56:215	108:346	23:555

Figura 4 – À esquerda: principais freguesias do Porto no fim do séc. XIX, in BACKHEUSER, Luiz A. (2006) – *A Casa do Arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo*. Porto: FAUP, p.30.

À direita: freguesias e oragos do concelho do Porto, in VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo II. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor, p.742

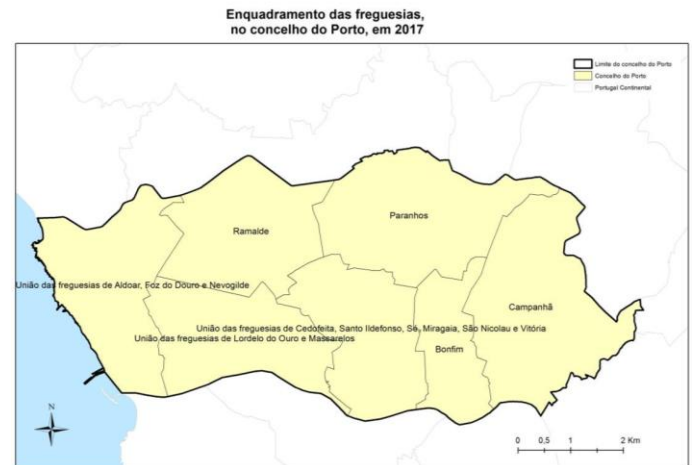
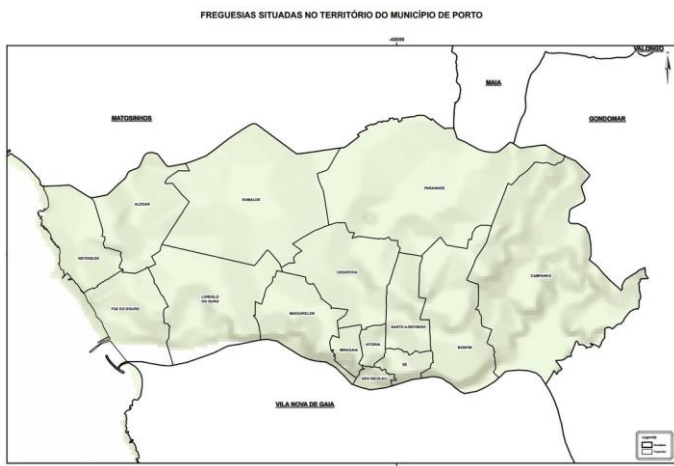
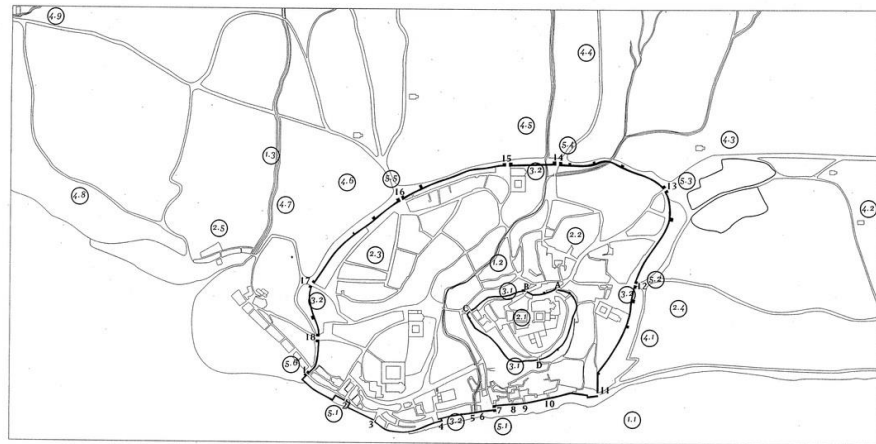


Figura 3 - Organização das freguesias anterior à Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro. Disponível em linha: <https://www.portopatrimoniomundial.com/o-porto-das-freguesias.html>.

Figura 4 – Organização das freguesias posterior à Lei, in BORGES, Sandra (2017) - *Habituação Social no Concelho do Porto. Uma fase de vida ou uma solução para a vida?* FEUP: Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de Mestre em Planeamento e Projeto Urbano, p.55.



- |   |   |   |  |  |
|---|---|---|--|--|
| <p><b>A - Organização do território</b></p> <p>1. Cursos de água<br/>         (a.1) Rio Douro (a.2) Rio da Vila (a.3) Rio Frio</p> <p>2. Elevações naturais<br/>         (a.1) Morro da Penha-seco (a.2) Morro da Cidade<br/>         (a.3) Morro da Vitória (a.4) Cais do (a.5) Cais do<br/>         de Menir (a.6) Menir das Judias</p> | <p>3. Muralhas<br/>         (a.1) Muralhas de Blasco D. Blasco séc. XII<br/>         (a.2) Muralhas Fernandinas séc. XIV</p> <p>Portas e passagens<br/>         (a) Porta de Vindima (b) Porta de S. Sebastião<br/>         (c) Porta de Santana (d) Porta das Verdades<br/>         (e) Porta Nobre ou Nova (f) Passagem dos Banhos<br/>         (g) Passagem da Pereira ou das Linçuetas (h) Passagem</p> | <p>do Terreirinho (i) Passagem do Corredo (j) Passagem<br/>         do Peixe (k) Porta da Ribeira (l) Passagem do<br/>         Privilégio (m) Passagem da Torre (n) Passagem da<br/>         Madreira ou de Lado (o) Passagem da Arca ou dos<br/>         Tancos (p) Passagem dos Carvalhos do Menir<br/>         ou Porta do Sol (q) Porta de Cima da Vila ou<br/>         do Balcão (r) Passagem das Hortas ou Porta de<br/>         Carro (s) Passagem de Santo Estêvão (t) Porta de</p> | <p>Climal (u) Porta ou Passagem das Virtudes<br/>         (v) Porta de N. S. da Esperança</p> <p>4. Zonas perifericas<br/>         (a.1) Carrachos do Menir (a.2) Miralvetas e S.<br/>         Edoardo (a.3) Santo Ildefonso (a.4) Licioneira<br/>         (a.5) Hortas do Blasco (a.6) Cerdaria (a.7) Vale<br/>         das Virtudes ou de Miragaia (a.8) Miralvetas<br/>         (a.9) Vilar</p> | <p>5. Ligação regional<br/>         (a.1) Travessa do Douro (a.2) Saída para Coe-<br/>         ros-Rio (a.3) Saída para Paredes (a.4) Saída<br/>         para Guimarães (a.5) Saída para Braga e Bragança<br/>         (a.6) Saída para a Foz do Douro</p> |
|---|---|---|--|--|

Figura 5 - Porto Medieval – Planta da Organização do território, disponível em linha: <https://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html>



Figura 6 – Delimitação da zona envolvida pela muralha do século XIV, in OLIVEIRA, Vitor (2014) – *The Urban Form of Porto*, Porto, 3-6 Jul 2014, International Seminar on Urban Form, s/p.



Outros arruamentos periféricos de Miragaia, como Monchique, estão contemplados na Área de Proteção ao Património Mundial<sup>12</sup>. No entanto, à data de elaboração deste relatório, a ZEP, «zona especial de proteção» que «assegura o enquadramento paisagístico do bem imóvel»<sup>13</sup>, encontra-se suspensa<sup>14</sup>.

Por seu turno, tanto estes espaços como os restantes acima descritos, situam-se dentro da Zona Histórica do Porto, o conjunto classificado mais vasto, que é Imóvel de Interesse Público desde 1997<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> Área de Proteção ao Património Mundial: «A área de protecção da zona classificada engloba, na margem Sul do rio Douro, a área correspondente a toda a “bacia” dos armazéns do Vinho do Porto, pois a zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia constitui um complemento natural do anel de protecção, que no plano histórico e arquitectónico mantém muitas afinidades com a área classificada. Na margem Norte, para além dos limites do Centro Histórico, estão inseridos, na área de protecção, os quarteirões periféricos da Avenida dos Aliados, a Praça Carlos Alberto, o Jardim do Carregal, Miragaia, Monchique e Fontaínhas. A planta 2 identifica a Área Classificada e respectiva área de protecção.» LOZA, Rui R., GUIMARÃES, Margarida, MOURA, António (2008) - *Centro Histórico Do Porto Património Mundial, Plano De Gestão*. Porto: Porto Vivo, SRU, vol. I.

<sup>13</sup> Zona Especial de Protecção. «A zona especial de protecção assegura o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspetivas da sua contemplação, abrangendo os espaços verdes que sejam relevantes para a defesa do respetivo contexto» DGPC - *Classificação de Bens Imóveis e fixação de ZEP*, disponível em linha: <https://bit.ly/2zIcKTR>, consultado a 29/03/2018, às 12:04h.

<sup>14</sup> «Sem efeito, por sentença de 10-12-2010 do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, confirmada por sentença de 18-03-2011 da Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte, que suspendeu a eficácia do aviso anterior Aviso n.º 15173/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010», DGPC - Centro Histórico do Porto, Ponte D. Luis I e Mosteiro da Serra do Pilar, disponível em minha: <https://bit.ly/2ODam67>, consultado a 10/11/2018, às 18:02h

<sup>15</sup> A Zona Histórica do Porto ou Zona Histórica da Cidade do Porto encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1997 por Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997. DGPC - Zona histórica do Porto, disponível em linha: <https://bit.ly/2JUfToq>, consultado a 10/11/2018, às 18:05h

Figura 7 - Zona Histórica do Porto, CMP.

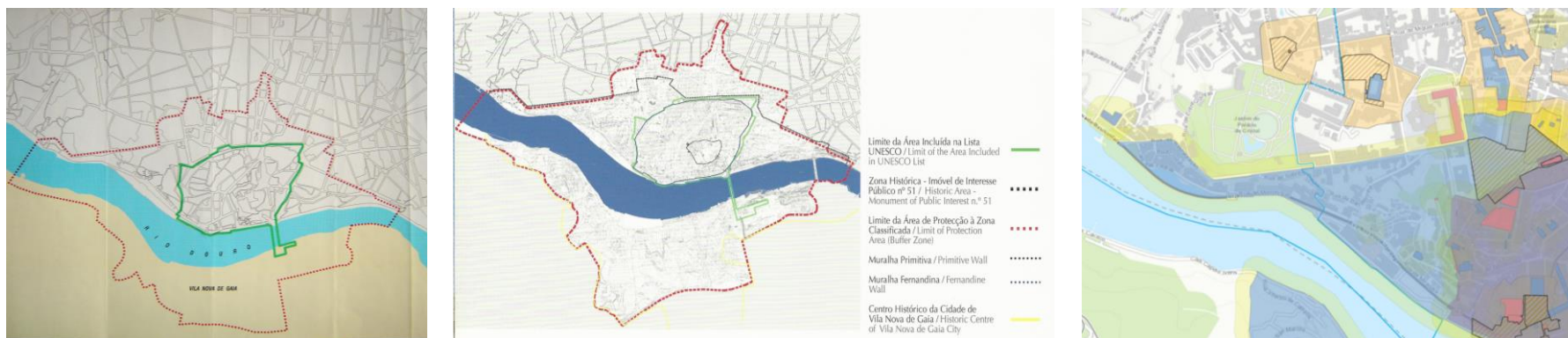


Figura 8 – Esq.: UNESCO, “*Historic Centre of Oporto, Luiz I Bridge and Monastery of Serra do Pilar. Map of the inscribed property*”. Disponível em linha: <http://whc.unesco.org/en/list/755/> / Meio: LOZA, Rui R., GUIMARÃES, Margarida, MOURA, António (2008) - *Centro Histórico Do Porto* (...), p.43 / Dir.: Área de estudo no Atlas do Património classificado e em vias de classificação, disponível em linha: <https://bit.ly/2Dv80oQ>.

No que diz respeito a um intervalo temporal, fizemos, para o objeto de estudo, uma análise na longa diacronia, entre a Romanização e a Contemporaneidade. Não seria concebível entender Miragaia como ela se nos apresenta hoje, sem saber os fatores temporais que moldaram as formas da sua paisagem, tal como «não é possível construir o futuro sem se conhecer o presente e entender o passado»<sup>16</sup>.

Veremos que, já no período da Romanização, foi explorada a ligação ao rio, relevante para a compreensão do desenvolvimento urbano do espaço, que ainda hoje se constitui, para Miragaia, como um dos seus maiores fatores de atratividade:

«o facto de a urbe continuar a manter junto ao rio uma zona de ancoragem desde a época romana (altura em que a sua função portuária atingiu um grande relevo) até ao período medieval, leva-nos a acreditar que a existência deste porto poderá ter sido um dos factores de desenvolvimento do povoamento»<sup>17</sup>.

No que concerne à investigação documental, delimitamo-la entre as datas de 1805 e 1971, referentes cronologicamente à primeira e última licença de obra que nos foi dada a consultar no Arquivo Histórico Municipal do Porto, no decorrer do estágio realizado.

Num âmbito mais geral, em que tratámos da cidade do Porto, e tendo por base a análise feita aos documentos em questão (uma vez que os mesmos datam maioritariamente de Oitocentos), considerou-se pertinente uma maior incidência no período do século XIX. Tal decisão justifica-se tendo em conta não só a análise documental, mas também o facto desta centúria corresponder a uma mudança de paradigma na construção, bem como nas atividades económicas, sobretudo com o despoletar da indústria, não querendo com isto dizer que, para contextualização de alguns capítulos, não se tenham referido anteriores períodos da história de Portugal e do Porto.

---

<sup>16</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos*. Lisboa: Argumentum, p.110

<sup>17</sup> TEIXEIRA, Helena - *O papel das estruturas portuárias no desenvolvimento urbano das cidades costeiras Euro-Atlânticas: O exemplo do Porto no início da idade Moderna*, in POLÓNIA, Amélia; MEDINA, Ana (2016) - *La gobernanza de los puertos atlánticos, siglos XIV-XX, Políticas y estructuras portuárias*, Madrid: Casa de Velázquez, s/p

A nossa primeira abordagem a alguns espaços deste território iniciou-se durante uma investigação realizada em contexto académico<sup>18</sup>, durante a qual nos deparámos com a falta de estudos específicos sobre esta área da cidade. Os dados que desde então recolhemos e compilámos, e ora apresentamos neste relatório, constituem um conjunto de novas informações que permitem ampliar o conhecimento que respeita ao perímetro em estudo. Reside no seu carácter inédito e abrangente o maior contributo desta investigação para a comunidade académica e científica.

Os objetivos do presente trabalho foram delineados partindo de questões como: *qual a história e quais as transformações sofridas pelo edificado? Que fatores estão na origem do desenvolvimento dos arruamentos junto ao rio? Que grupos aqui habitaram ou laboraram? A comunidade de moradores, e os sítios que habitam, dentro da área de estudo, apresentam-se muito díspares? Qual o impacto da indústria na frente ribeirinha de Miragaia?* Reunindo os diferentes indicadores a que acedemos, apresentados no subcapítulo *Metodologia*, pretendemos chegar a uma ideia do que seria *o viver e o trabalhar* em Miragaia e nas zonas adjacentes, de forma a alcançar uma caracterização não só histórico-artística, mas também socioeconómica do espaço, que complemente os estudos urbanos e arquitetónicos.

Desta feita, pretende conhecer-se a evolução do edificado na referida área, nas suas diversas componentes, através da investigação sobre o devir da ocupação espacial.

---

<sup>18</sup> LOPES, Ana; LINO, Ana; SILVA, Isabel; TEIXEIRA, Lúcia (2017) – *Habitação no Passeio das Virtudes: Tipologias e usos de materiais*, in BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes: uma paisagem histórica urbana* - CITCEM, disponível em linha: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15489.pdf>

Não poderíamos falar de ocupação espacial, sem realizar uma primeira aproximação à população que a habita. Apesar da drástica diminuição demográfica ocorrida nos últimos anos na antiga freguesia de Miragaia, traduzida numa diferença de menos 56% de residentes<sup>19</sup> entre 1981 e 2001, e menos 26% entre 2001 e 2011, o paradigma atual reflete a crescente utilização de diversos espaços desta área para turismo e lazer dos próprios portuenses.

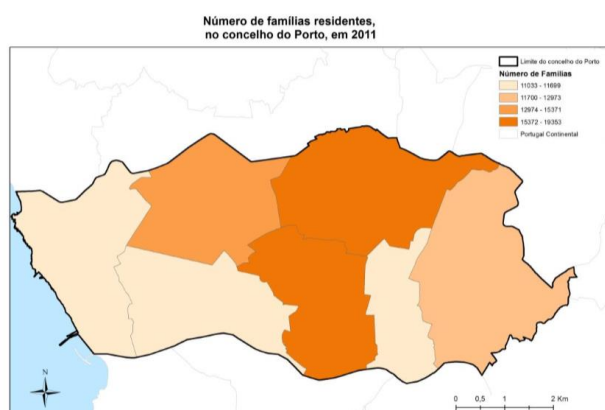


Figura 11 – Número de famílias residentes no concelho do Porto, em 2011, in BORGES, Sandra (2017) - *Habitação Social no Concelho do Porto. Uma fase de vida ou uma solução para a vida?* FEUP: Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de Mestre em Planeamento e Projeto Urbano, p.56.

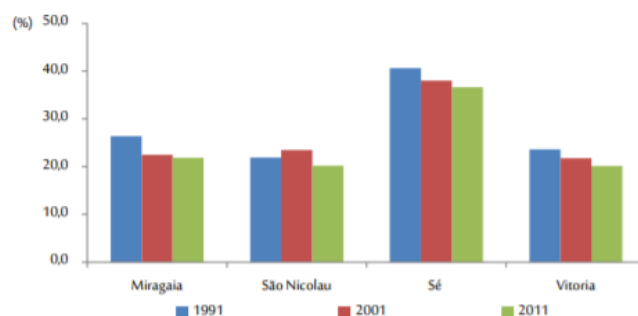


Figura 12 - Evolução da população residente no período 1991, 2001 e 2011 (Fonte: INE, 2011). Gráfico retirado de COSTA, Jorge (2014) - *As Intervenções Urbanísticas e a Qualidade De Vida no Centro Histórico do Porto (1975-2012) Políticas do CRUARB e da SRU-Porto Vivo*. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural, apresentada à Universidade do Minho, p.34.

Sintetizando os dados estatísticos, percebemos que estamos perante uma freguesia cujos habitantes se contavam entre os 6 a 7 mil habitantes desde finais do século XIX, tendo chegado a ultrapassar os 8600 na década de 50 do século XX (fig.9). Em declínio desde então, Miragaia chegou ao ano de 2011 contando pouco mais de 2000 pessoas a morar no seu território.

<sup>19</sup> De acordo com Delimitação da ARU do Centro Histórico do Porto de 2012, disponível em linha: <http://www.portovivosru.pt/pt/area-de-atuacao/areas-de-reabilitacao-urbana/aru-centro-historico-do-porto>. Nos censos de 2011, os últimos disponíveis, Miragaia contava com 2067 habitantes (<http://mapas.ine.pt/map.phtml>), contra 2810 que totalizava em 2001 (<https://bit.ly/2DxM2BU>), constituindo uma percentagem de perda de aproximadamente 26%.

A significativa perda de população residente em Miragaia conduziu ao abandono do edificado, que, desde os últimos anos, tem vindo a adquirir uma nova vida com o aumento do turismo na cidade, através das operações de reabilitação, que, na sua maioria, se destinam a alojamento local. Por conseguinte, e para que se possa compreender corretamente o espaço, consideramos ser oportuno o estudo da utilização que terão tido no passado, e que têm hoje, estes quarteirões, que se prolongam até ao rio Douro.

2. — População residente nos Recenseamentos de 1864 a 1960, por freguesias (\*)

Distritos, concelhos e freguesias	Anos dos Recenseamentos									
	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Distrito do Porto . . . . .	419 691	468 281	648 332	538 674	680 655	706 628	805 536	940 870	1 053 522	1 183 968
Cidade do Porto . . . . .	83 348	110 787	146 454	165 728	191 890	202 310	229 794	268 548	281 406	303 424
1.º Bairro . . . . .	44 486	56 775	76 158	89 728	108 619	110 657	129 064	144 187	166 730	167 996
Bonfim (Senhor do Bonfim) (174)	10 712	15 240	22 512	26 395	31 493	33 402	38 418	41 260	42 501	42 105
Campanhã (Santa Maria) (175)	4 314	6 274	9 927	12 710	17 188	19 184	23 621	25 972	35 475	40 035
Paranhos (S. Veríssimo) (176)	3 309	5 213	9 798	13 848	15 832	21 286	25 853	34 458	37 507	44 986
Santo Ildefonso (Santo Ildefonso) (177)	14 306	16 370	19 948	21 827	23 786	22 718	24 483	25 581	25 426	26 219
Sé (S. Pedro) (178)	11 793	13 678	13 968	14 948	15 320	14 067	16 689	16 876	15 827	14 651
2.º Bairro . . . . .	44 913	58 982	70 801	76 601	88 189	91 658	100 730	119 868	134 408	185 424
Aldoar (S. Salvador) (179)	553	720	869	1 056	1 358	1 306	1 874	1 749	2 835	6 050
Cedofeita (S. Martinho de Tours) (180)	11 614	16 244	22 677	25 999	30 792	33 020	36 520	41 835	42 796	40 196
Foz do Douro (S. João) (181)	3 018	3 777	5 090	5 575	6 998	7 751	8 088	8 491	9 890	10 891
Lordelo do Ouro (S. Martinho) (182)	3 034	3 650	5 341	6 693	7 982	8 084	8 600	9 440	10 260	15 539
Massarelos (Santa Maria da Boa Viagem) (183)	4 308	5 176	7 238	7 586	7 613	8 956	9 201	11 148	11 222	12 252
Miragaia (S. Pedro) (184)	4 377	5 296	6 430	6 756	7 145	6 369	7 130	7 519	8 620	8 316
Nevoalhe (S. Miguel) (185)	182	301	690	1 149	1 575	1 887	2 485	2 419	4 229	5 290
Ramaide (S. Salvador) (186)	3 031	3 873	6 308	7 110	8 892	9 818	12 306	13 808	19 150	21 064
S. Nicolau (S. Nicolau) (187)	6 548	6 091	5 658	5 593	6 303	5 435	6 347	7 881	7 685	7 825
Vitória (Nossa Senhora da Vitória) (188)	8 248	8 804	9 991	8 484	9 481	9 027	8 179	9 578	7 716	8 001
População embarcada . . . . .	..	..	..	..	182	..	..	498	267	4

Figura 9 – INE - X recenseamento geral da População de 1960, volume I, p.65

Em síntese, enveredamos pelo estudo da evolução urbana e arquitetónica do território miragaiense através do aprofundamento da investigação sobre as funções que o edificado, na zona por nós delimitada, foi tendo ao longo do tempo - quer a nível habitacional, religioso, comercial ou industrial. Para tal, consideramos necessário enquadrar a mudança de usos com a evolução sociocultural da cidade, para o qual se tornou necessária a caracterização histórica dos edifícios, bem como o enquadramento histórico das ruas em que se inserem.

Por outro lado, e passando aos objetivos mais específicos, importa sedimentar novos pontos de interesse histórico-cultural na cidade do Porto. Esta área, que se encontra exposta a um crescente interesse turístico, ainda não está proporcionalmente estudada e/ou caracterizada. Por tal, propusemo-nos desenvolver o primeiro volume deste relatório, como um trabalho que possa servir de base para um futuro aprofundamento da investigação iniciada sobre Miragaia, ou então, ser utilizado como fonte para a comunicação do património: elaboração de guias turísticos sobre/ou que incluam áreas de Miragaia ou colocação de placas identificativas (sinalética patrimonial) onde ainda não existam.

A informação aqui exposta poderá ser utilizada para a criação de roteiros ou itinerários culturais, que possam estar na fundação de percursos interpretativos e visitas turísticas ao território estudado, e que respeitem a Carta de Itinerários Culturais do ICOMOS de 2008, devendo:

*«apoyarse necesariamente en la existencia de elementos tangibles que representan el testimonio patrimonial y la confirmación física de su existencia. Los factores intangibles contribuyen a proporcionar sentido y significado a los diversos elementos que componen el conjunto<sup>i</sup>»<sup>20</sup>.*

Sobre esta atividade, leia-se: *«La visita turística deberá ser racionalmente administrada de acuerdo con estudios previos de impacto ambiental, planes de uso público y participación social, así como con medidas de control y seguimiento destinadas a evitar los impactos negativos del turismo<sup>ii</sup>»<sup>21</sup>.*

---

<sup>20</sup> ICOMOS (2008) - *Carta De Itinerarios Culturales*, elaborada por el Comité Científico Internacional de Itinerarios Culturales (CIIC) del ICOMOS e Ratificada por la 16ª Asamblea General del ICOMOS, Québec (Canada), el 4 de octubre de 2008, p.2

<sup>21</sup> ICOMOS (2008) - *Carta De Itinerarios Culturales* (...), p.6

O fomento da atividade turística sustentável pode incrementar o desenvolvimento social, bem como a proteção do património. Assim, a dinamização de circuitos temáticos na área de estudo pode «qualificar e organizar a oferta de recursos históricos e patrimoniais existentes»<sup>22</sup>, divulgando o que nela é único. Vejamos o que diz, a este propósito, a Carta Internacional Sobre O Turismo Cultural: «Os programas de promoção turística devem suscitar expectativas realistas e informar de forma responsável os visitantes potenciais sobre as características culturais e patrimoniais específicas dos sítios e das comunidades de acolhimento»<sup>23</sup>.

Não poderíamos deixar de refletir sobre a salvaguarda do património, tendo em conta que o incremento das alterações no edificado, bem como a mudança de proprietários e ocupantes (temporários ou definitivos), torna imperativa a recolha de informação que permita descobrir a história de uma construção ou de um espaço. Essa recolha, organizada para que o conhecimento possa ser partilhado, visa a conservação da memória do lugar e dos seus valores históricos, de forma a evitar possíveis descaraterizações. Desta feita, a informação catalogada que consta no segundo volume do relatório poderá permitir facilitar futuros trabalhos que se debrucem especificamente sobre os arruamentos e edifícios levantados, bem como sobre o estudo dos proprietários, mestres de obras e outros trabalhadores que ali coexistiram, e que o tempo disponível durante este ano letivo não nos permitiu encetar.

Assim, uma vez exposto o plano de análise, bem como os objetivos gerais e possíveis saídas dos resultados que serão apresentados, far-se-ão agora algumas breves incursões pelos temas estudados (que se fazem acompanhar de elementos gráficos), e que melhor se relatam adiante no ponto *Estrutura (I.III)*.

---

<sup>22</sup> LOZA, Rui R., GUIMARÃES, Margarida, MOURA, António (2008) - *Centro Histórico Do Porto Património Mundial*, Plano De Gestão. Porto: Porto Vivo, SRU, vol. I, p.204

<sup>23</sup> ICOMOS (1999) - *Carta Internacional Sobre O Turismo Cultural*, Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999



Iniciámos o primeiro capítulo deste relatório por uma sintética introdução à cidade do Porto, à sua geografia e à privilegiada relação com o rio. Veremos que o porto do Porto «constitui um elemento basilar para a compreensão da evolução económica da cidade»<sup>24</sup>.

De seguida, para melhor compreensão das transformações urbanas, foi abordada a cartografia, enquanto elemento qualificador das *ciências* do território, por ser um importante motor de progresso no urbanismo e instrumento de gestão de ordenamento da cidade. Também o é a legislação que, ademais, constitui a primeira base da proteção do património. Por tal, entendeu-se fundamental o conhecimento da sua evolução, que conduziu ao desenvolvimento das políticas de fomento territorial e aos primeiros programas de arranjos da marginal.

Muitas das novas obras que ornarão a cidade, tal como o incremento da sua expansão, deveram-se à Junta das Obras Públicas<sup>25</sup> e ao governo dos Almadás. Segundo J.A. França, o *domínio* almadense no Porto durou quase meio século. Já em 1760 se viam os traçados desejados por João de Almada (1703-1786), no seguimento de algumas demolições. A planificação seria aprovada vinte e quatro anos mais tarde, já à beira do falecimento do corregedor, que então delegaria o posto ao filho Francisco de Almada (1757-1804). Mas se esses primeiros projetos de urbanização, em 1760, são circunscritos a parcelas menores, os planos aprovados em 1784 traduzem já uma conceção mais unitária da cidade<sup>26</sup>. É neste panorama que, durante o século XIX, e ultrapassados os tumultos militares da centúria, se criam políticas e métodos de higienização, bem patentes nas licenças de obra. De facto, o século XIX, momento «em que os espaços existentes já não

---

<sup>24</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto, A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa: Edição da Academia da Marinha, p.30

<sup>25</sup> Criada pelo Marquês de Pombal, sob a égide de D. João I, em 1763. Extinta em 1833. À frente designada pela forma encurtada «Junta».

<sup>26</sup> FRANÇA, José-Augusto (2004) – *O Pombalismo e o Romantismo in História da Arte em Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, p.39

conseguem ser expressão dos anseios sociais»<sup>27</sup>, é marcado por profundas alterações ideológicas que deixam a sua marca no tecido da urbe.

Passando à área de estudo, faremos uma compilação das informações que, através de vários métodos, conseguimos reunir. Não se pretende uma recensão crítica, mas antes uma ampla abordagem que permita compreender a dinâmica do território. Entre os fatores que transformaram o urbanismo, podemos ressaltar os estaleiros e o caráter fluvial e portuário de Miragaia, reforçado pela construção da Alfândega no século XIX. Veremos que a intervenção dos poderes políticos, envolvidos na escolha do local de implantação desta, é decisiva não só na formação de um porto, como na condução à sua decadência.

Não olvidámos a relevância do estudo do parque habitacional de Miragaia, espelho dos encomendadores. Por entre casas de marinheiros, bairros do século XX e quintas de recreio, sobressai a casa alta e esguia, que aqui se alteia através de arcos de granito, e que ficou conhecida na bibliografia como “*casa típica*”, “*casa portuense*”, “*casa corrente*” ou “*casa burguesa*”<sup>28</sup>, já que a burguesia representava a classe com mais importância da cidade, na sombra da qual, segundo alguns autores<sup>29</sup>, vivia a aristocracia.

Por sua vez, também o conjunto conventual de Monchique, as grandes obras públicas na envolvente e a indústria que aí se implantou - cuja articulação quisemos conhecer - foram fatores determinantes da evolução urbana de Miragaia.

Uma nova visão da cidade exige a (re)invenção de novas funções para o património edificado. Tal aconteceu, por exemplo, aquando da extinção das ordens religiosas em 1834, que levou à desocupação do dito convento de Monchique, por de lá ter sido obrigada a sair a comunidade que o habitava, tendo os seus antigos edifícios sido

---

<sup>27</sup> CASANOVA, Maria J. (2014) - *Conventos suprimidos e a construção de uma nova ordem urbana no Porto*, in MARADO, C. (edit.) - *Monastic architecture and the city*, Cescontexto, Nº 6, Junho 2014, Universidade de Coimbra, pp. 203-226, p.206

<sup>28</sup> Tentámos não adotar nenhuma destas designações. Falar-se-á apenas de tipologias comuns e de padrões construtivos que se repetem na edificação das habitações que encontramos em grande parte da cidade e lhe dão um aspeto uniforme, ainda que reúnam uma multiplicidade de formas heterogéneas.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1986) – *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife*. Recife: Pool Editorial, p.24-26

reaproveitados para as mais diversas utilizações, sobretudo ligadas a atividades comerciais e industriais.

Mas também os velhos armazéns, cais e estruturas foram vindo a ser transformados: prendeu-se a nossa atenção a uma recente corrente de reconversão da ocupação de antigos edifícios fabris e/ou de armazenamento na área de estudo, como é o caso do aproveitamento dos armazéns da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro pela empresa Douro Azul, dos armazéns do Cais Novo para a implantação do entretanto extinto Museu do Vinho do Porto, de uns antigos armazéns de sal que serviram de instalação ao novo Hotel Vila Galé, e de outros espaços que acabaram acometidos à habitação permanente ou temporária. Por tudo isto, decidimos enveredar pelo estudo do desenvolvimento da indústria em Portugal, e sobretudo no Porto, e do seu legado patrimonial, que tão bem se distingue na paisagem ribeirinha de Miragaia e Monchique até Massarelos.

A investigação e valorização do património industrial tem despertado o interesse de muitos estudiosos atuais. Também as empresas detentoras desses bens têm olhado para eles enquanto mais-valias que poderão promover o turismo e outras atividades de comércio ou serviços, fomentando o setor económico. Tem, inclusivamente, ocorrido a musealização de antigas unidades de trabalho, testemunhos da vida de uma comunidade, dos quais se podem retirar ensinamentos sobre a evolução das técnicas e processos fabris, da construção e da história, e que marcam a fisionomia de um lugar. Numa terceira parte deste relatório exploram-se algumas temáticas sobre património industrial, enquanto componente de grande potencial para a dinamização das cidades.

Por fim, e tomando de exemplo o que disse Henrique Pereira dos Santos: «para ser possível discutir o assunto, mais uma vez temos de dar passos atrás, olhar para o conjunto da paisagem e ver o que está para lá da fotografia, procurando entender de onde vem e para onde vai o território que conhecemos»<sup>30</sup>, cremos que a compilação dos vários dados

---

<sup>30</sup> SANTOS, Henrique P. (2010) – *Do Tempo e da Paisagem: Manual para leitura de paisagens*. Cascais: Príncípa Editora, p.48

permite que se faça uma leitura da paisagem urbana<sup>31</sup> de Miragaia e da sua envolvência, para a qual não poderia deixar de ser relevante o apoio cartográfico.

Ainda que em último, mas não menos importante, faremos uma pequena observação ao título do relatório que apresentamos. O feliz acaso de, num dos dias de registo fotográfico pelo terreno, termos encontrado escrita numa janela cega de um edifício onde alguém já viveu, a frase *A Minha Casa És Tu*, despertou-nos a curiosidade para a descoberta das vivências que construíram a área de estudo. Da junção desse pequeno mas profícuo encontro, que quisemos registar pelo nosso próprio olhar (fig.1), com uma extensa investigação, que nos permitiu conhecer tanto do que em Miragaia *morou*, surgiu a proposta deste título: *A minha casa és tu, Miragaia e a envolvente ribeirinha no Porto*.

---

<sup>31</sup> O termo *paisagem urbana*, cunhado por Gordon Cullen na década de 60 do século XX, designa o conjunto de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano. *Vd.* CULLEN, Gordon (2006) – *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.

## **I.I. Relatório de estágio curricular na Divisão Municipal de Património Cultural da Câmara Municipal do Porto**

Após ter manifestado interesse em estudar a evolução urbana da área das Virtudes, no Porto, foi proposta a realização de um estágio curricular na Direção Municipal da Cultura da Câmara Municipal do Porto, em particular na Divisão Municipal de Património Cultural (DMPC), atualmente dirigida pela Dra. Alexandra Sousa Lima e estabelecida no Palacete dos Viscondes de Balsemão, à Praça Carlos Alberto. Este edifício<sup>32</sup>, do século XVIII, mandado construir pela família Alvo Brandão Perestrello Godinho, e herdado pelos Viscondes de Balsemão, foi adquirido pela Câmara no ano de 1959, que nele instala os serviços culturais em 1995.

Em termos de tarefas, à DMPC compete:

«a) Promover, instruir e emitir parecer sobre processos de classificação de bens patrimoniais móveis e imóveis; b) Elaborar e manter atualizada a planta de condicionantes do PDM e a carta de património; c) Assegurar a gestão e salvaguarda da arte pública e emitir parecer em operações da sua instalação, mobilidade e conservação; d) Zelar pela salvaguarda e divulgação dos modos de fazer e dos materiais pertencentes à identidade arquitetónica e arqueológica da cidade; e) Proporcionar uma programação cultural diversificada e inclusiva, contribuindo para o enriquecimento cultural e intelectual dos cidadãos..»<sup>33</sup>.

Uma vez que esta divisão municipal lida diretamente com o património, julgamos ter sido a ideal para nos acolher durante este percurso. Depois da proposta de estudo ter sido aceite, o âmbito de investigação viria a alterar-se, sob recomendação da instituição, tendo a área de análise sido alargada para toda a zona ribeirinha de Miragaia, e outras circundantes de grande importância para o seu desenvolvimento, não se confinando ao quarteirão das Virtudes.

---

<sup>32</sup> O edifício alberga também o Gabinete de Numismática e o Banco de Materiais. Para mais informações sobre o imóvel, localizado no n.º 71 da Praça Carlos Alberto, consultar: CMP - *Palacete dos Viscondes de Balsemão*, disponível em linha: <http://www.cm-porto.pt/cultura/museus-e-arquivos/palacete-dos-viscondes-de-balsemao>, consultado a 10/11/2018, às 18:40h.

<sup>33</sup> Despacho n.º 8537/2018, Diário da República n.º 170/2018, Série II de 2018-09-04, p. 24852 - 24879 disponível em linha, no DRE: <https://bit.ly/2PL5ws6>

A supervisão do estágio foi realizada pela Arquiteta Marta Costa Pereira, entre novembro e maio de 2018. Durante este período, e após autorização da CMP, a investigação foi feita maioritariamente nas instalações do Arquivo Histórico Municipal do Porto (sob a direção da Dra. Maria Helena Gil Braga), onde nos foi facultado o acesso a várias licenças de obra e plantas de casas para consulta e análise – cujas representações digitais foram posteriormente cedidas para publicação neste relatório – bem como à bibliografia essencial. Enquanto o trabalho na sala de leitura do arquivo foi de cariz intensivo e assíduo, a visita ao Palacete dos Viscondes de Balsemão fez-se mais pontualmente, para apresentação dos resultados obtidos, discussão da organização das temáticas e leitura de obras conservadas nestas instalações. Foi-nos incumbida a tarefa de organizar a informação recolhida no Arquivo Histórico em fichas de rua e fichas de licença de obra, cujos modelos adaptámos de outras já realizadas e que nos foram apresentadas e sugeridas, bem como em grelhas do *Microsoft Excel* para catalogação de dados.

Para contextualizar a evolução urbana de Miragaia, foi-nos ainda proposta a leitura e sintetização de textos sobre a evolução da cartografia e das políticas de obras públicas. A sùmula da nossa investigação sobre estes temas, que deu origem aos capítulos 2 e 3, revelou-se fundamental para esclarecer a legislação por trás dos planos de arranjo da marginal, de forma e entender a importância da área ribeirinha, sobretudo daquela que se situou extramuros, e da sua relação com as cercas da cidade. Por outro lado, analisou-se a necessidade de desenvolver cartografia cada vez mais científica e pormenorizada, sem a qual as intervenções no território não poderiam ser tao rigorosas. A partir daqui, conhecendo as cartas históricas da cidade, ficou acordado que a mais indicada para base do nosso trabalho seria a de Teles Ferreira (1892), atentando à sua exatidão.

O contacto tão próximo com estes meios de investigação, que constituíram fontes primárias no estudo e possibilitaram a aprendizagem e divulgação de dados inéditos, bem como o confronto de ideias com uma supervisora cuja área de formação difere da nossa, com experiência na área da reabilitação urbana e arquitetónica, só foi possível através do protocolo de estágio. Deste modo, podemos concluir que este se mostrou muito mais vantajoso para o enriquecimento do nosso percurso pessoal e académico do que teria vindo a ser a opção por uma dissertação.

## I.II. Fontes e Metodologia

Ainda antes de iniciar o período de estágio, começámos por recolher, resumir e analisar um abundante corpo bibliográfico, que posteriormente necessitámos ampliar. Uma segunda fase de investigação, já posterior ao alargamento da área de análise, consistiu na leitura da paisagem, através do calcorrear das ruas, vielas e becos que constituem o acidentado território urbano ocupado por Miragaia. Posteriormente, procedemos à interpretação e ao estudo da evolução da malha viária, com base no registo fotográfico, aliado à bibliografia e à cartografia.

Assim, depois de definidos os arruamentos a abordar, e como foi acima introduzido, no âmbito do nosso estágio procedeu-se à análise da documentação histórica, através de um intensivo trabalho de pesquisa, que passou, sobretudo pela consulta presencial da base documental do acervo do Arquivo Histórico Municipal do Porto<sup>34</sup>, incidindo principalmente nos *Livros de Plantas de Casas* e nos *Livros de Licenças de Obras*. Tratou-se de uma das mais importantes etapas de trabalho. Através da plataforma GISA em linha, e do motor de busca disponível apenas nos computadores das salas de pesquisa do AHMP (no qual é possível consultar documentos e fotografias que não estão acessíveis pela internet), foi feita a pesquisa por ruas, indicando como palavras-chave as suas designações antigas e as atuais.

Veja-se o número de resultados obtidos em algumas das pesquisas<sup>35</sup>: rua da Bandeirinha: 129; calçada de Monchique: 58; Monchique: 149; rua de Azevedo de Albuquerque: 110; rua dos Fogueteiros: 46; rua de Tomás Gonzaga: 93; rua de Francisco da Rocha Soares: 88; rua da Esperança: 92; rua do Calvário: 168; rua Dr. Barbosa de Castro: 100; Virtudes: 149; largo das Virtudes: 15; passeio das Virtudes: 58; rua da cordoaria velha: 0 (as licenças referiam-se à rua do mesmo nome em Lordelo do Ouro).

---

<sup>34</sup> Localizado na Casa do Infante, rua da Alfândega, nº 10. Para mais informações sobre o edifício, ver CMP – *Casa do Infante*, disponível em linha: <http://www.cm-porto.pt/cultura/museus-e-arquivos/casa-do-infante>, consultado a 10/11/2018, às 18:40h.

<sup>35</sup> Estes resultados correspondem apenas aos disponíveis em linha, excluindo os que se fizeram no motor de busca interno do AHMP e que não tivemos oportunidade de contabilizar.



Foram utilizadas expressões adicionais no motor de busca, com a finalidade de obter informação que pudesse estar em falta, como *Miragaia, alfândega, companhia, armazéns, rua Arménia*, entre outras.

Recolheram-se plantas e alçados de edifícios, licenças de obras, testamentos e qualquer documento passível de dar informação sobre as construções na área em estudo. Assim elencámos o nosso maior volume de fontes primárias, cujos dados foram organizados em grelhas de sistematização<sup>36</sup>, para facilitar a pesquisa e posteriormente analisados.

Numa fase seguinte, através dessas grelhas, foram selecionadas as licenças de obra com maior relevância para o estudo, nomeadamente aquelas com folhas desenhadas e/ou que descreviam atividades comerciais ou industriais. As licenças foram lidas, analisadas e inventariadas através de fichas de rua e fichas de licença de obra (compostas pela descrição do pedido, designação atual e antiga da localização, nome do requerente e mestre de obras, planta ou alçado, identificação em cartografia histórica e, quando possível, fotografia atual). À medida que as fichas de licença de obra, compiladas no volume II, vão sendo utilizadas no corpo de texto deste primeiro volume, a sua referência é colocada em nota de rodapé, para que possa ser facilmente consultada.

A localização das obras catalogadas foi interpretada com base na Carta Topográfica da Cidade do Porto, publicada em 1892 sob a direção de Teles Ferreira, por ser tida como a primeira planta rigorosa, com levantamento à escala 1:500, a abranger a totalidade do concelho do Porto<sup>37</sup>. As quadrículas respeitantes à área em estudo correspondem aos números 181, 199, 217, 218, 236, 237 e 238. A implantação de ruas e edifícios foi ainda apoiada pela consulta de meios digitais, disponíveis em linha, como a aplicação *Google Earth*, ou o *Google Maps*<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> As grelhas foram colocadas no segundo volume do presente relatório.

<sup>37</sup> MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramiro (2012) - *Natureza e cultura no Porto do século XIX*, Revista Convergência Crítica, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social – NEPETS, Teoria Social na Atualidade V. 1 , Nº 2, 2012, pp-73-89, p.74

<sup>38</sup> Disponível em linha: [maps.google.com](https://maps.google.com)

De seguida, procedemos à elaboração de um modelo de ficha de inventário, no qual se pretende catalogar os imóveis estudados, agrupando as licenças que lhes correspondem, e que poderão facilitar futuras pesquisas, já que se associam imediatamente aos edifícios. Como com o tempo disponível para esta investigação não nos foi possível inventariar todos os edifícios, escolhemos alguns exemplares que ilustram a tipologia da ficha. Também estes elementos do trabalho podem ser consultados no volume II do relatório.

Terminada a fase de preenchimento das fichas, foi então realizado o tratamento da informação. Para que fosse possível um confronto entre fontes, dos elementos textuais, para além de monografias adicionais às que já havíamos lido numa primeira fase, consultámos também documentos de época, como as Memórias Paroquiais de 1758 (vd. I.IV Estado da Arte). No que respeitou à investigação sobre o SAAL Miragaia, recorremos ao Arquivo Fernando Távora, sediado na Fundação Instituto Marques da Silva, onde tivemos acesso a um numeroso conjunto de pastas, compostas por plantas, projetos, correspondência e memórias descritivas acerca do processo.

Do grupo de publicações periódicas que consultámos (embora pontualmente e para alguns capítulos específicos) destacámos, dentro das edições nacionais e genéricas: *O Público*, o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Letras (Visão)*. De temáticas mais particulares, *O Gaiato*, *Miragaia em Luta (Jornal da Associação de Moradores de Miragaia)* – breve parêntesis para mencionar a *Ephéméra* - Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira, onde pudemos ter acesso livre a algumas edições – e o arquivo ADUP FAUP - *Recortes de Imprensa [1987-2002]*. Se o tempo o permitisse, tendo em conta a vastidão das suas edições, gostaríamos de ter consultado periódicos da época, como *O Comércio do Porto* ou *O Tripeiro*. Porém, atendendo à materialidade das fontes, e já que grande parte desta investigação passou por uma análise visual, cingimo-nos a outros documentos, com o apoio do levantamento gráfico e do registo fotográfico dos quarteirões que respeitaram a este estudo.

Teremos que destacar ainda outras bases de dados a que recorreremos, como o *Portal do Arqueólogo* (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt>), as plataforma da CMP (<http://www.cm-porto.pt> e <http://www.domussocial.pt>), da UNESCO (<https://whc.unesco.org/>), da DGPC (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>), da Obra da Rua (<https://www.obradarua.pt>), da Universidade do Porto (<https://sigarra.up.pt>, que apresenta uma excelente base de dados sobre alunos ilustres, que nos ajudou a conhecer alguns dos intervenientes na história da cidade e de Miragaia, como por, exemplo, Luís Couto dos Santos<sup>39</sup>; e o ADUP - Arquivo Digital da Universidade do Porto, em <https://repositorio-tematico.up.pt/>), o *Laboratório de História* do IHC (<https://laboratoriohistoriaihc.wordpress.com>), o SIPA (<http://www.monumentos.gov.pt>), o Diário da República Eletrónico (<https://dre.pt/>), o Portal da Habitação (<https://www.portaldahabitacao.pt/>) e o *Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação* ([http://geo.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas\\_Patrimonio/default.htm](http://geo.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm)).

Para a reunião de dissertações e outros trabalhos académicos (como artigos ou publicações), importantes fontes de informação diferenciada para o presente relatório, foram essenciais os repositórios abertos da Universidade do Porto (<https://repositorio-aberto.up.pt/>), do Minho (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>), de Coimbra ([http://www.uc.pt/sibuc/Estudo\\_Geral](http://www.uc.pt/sibuc/Estudo_Geral)) e de Évora (<http://dspace.uevora.pt/rdpc/>), bem como o RUL (Repositório da Universidade Lusíada): <http://repositorio.ulusiada.pt/>.

Resta dizer que nos foi necessário consultar legislação, de espectro nacional e municipal, para clarificar algumas questões históricas (veja-se a Lei de 13 de Dezembro de 1788 para as Estradas e Caminhos do Alto Douro ou o Decreto de 30 de Maio de 1834), administrativas (Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro ou o Aviso n.º 15173/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010), ou de vertentes patrimoniais (Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997, o Decreto n.º 28 536, DG, 1ª série, n.º 66, de 22 março 1938 ou a Lei de Bases do Património Cultural).

---

<sup>39</sup> Luís Couto dos Santos, em *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto*, 2011, disponível em linha: <https://bit.ly/2AKiSMY>. Consultado a 04/11/2018, às 13:27h.

Utilizámos ainda alguma informação estatística, disponibilizada pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), e devidamente referenciada.

Foi também à plataforma *Gisa* que fomos buscar grande parte das imagens (fotografias, gravuras, mapas e bilhetes postais ilustrados) que compõe o nosso conjunto de fontes gráficas. Além desta, utilizámos os arquivos em linha do Centro Português de Fotografia - CPF (*Digitarq.cpf.arquivos.pt*), indispensável para os registos fotográficos antigos, e da Biblioteca Nacional de Portugal - BNP, na qual pudemos obter cartografia através da ligação (*purl.pt*), referente à Biblioteca Nacional Digital. Ainda que entendamos a sua pertinência para a melhor compreensão do território, o prazo de trabalho não nos permitiu elaborar cartografia própria.

Por outro lado, o registo fotográfico foi extenso e constante durante todo o intervalo da investigação. Sempre que possível, retomaram-se antigos pontos de vista e de captura (*vd. figs. 73 e 74*). Foram elaboradas três reportagens fotográficas a locais de acesso restrito: a primeira no edifício chamado “Casa dos Capelães”, onde funciona a Guarda Fiscal, com autorização do Capitão Ricardo Amaro, comandante do destacamento da Ação Fiscal do Porto e do Tenente João Souto; a segunda, aos espaços ocupados pela Sociedade Menéres nos terrenos do extinto Convento da Madre de Deus de Monchique, com autorização do Sr. João Pedro Menéres; a terceira, ao bairro de D. António Barroso, sob autorização dos moradores. Todas se apresentam na secção *Apêndices* deste relatório.

Através da documentação recolhida no AHMP e da bibliografia, enumerámos as fábricas que operaram na zona de estudo, a que nos foi possível ter acesso. Quando, observando, nos apercebemos da importância do *industrial* na paisagem de Miragaia, momento a partir do qual centrámos o nosso olhar na temática, foi fundamental estudar não só a historiografia sobre a sua origem, mas também as reconversões de funções que têm vindo a ser feitas no património edificado. Para melhor contextualizarmos o assunto, não nos restringimos à área em estudo, abordando exemplos de outros locais, enquanto modelos de comparação para intervenções realizadas.

Assim, visitámos, por exemplo, a Pousada do Freixo, na qual uma arquitetura Barroca do século XVIII convive, lado a lado, com o recentemente recuperado edifício da antiga Fábrica de Moagens Harmonia, onde estão instalados os quartos. Para compreendermos melhor a vivência de uma cidade portuária e mercantil cujas estruturas foram revitalizadas e constituem hoje um marco no Património Industrial classificado pela UNESCO, foi imprescindível a viagem a Liverpool, no Reino Unido. Só assim fomos capazes de figurar a dinâmica que este tipo de intervenção tem na malha urbana e qual o impacto que causa aos olhos da comunidade anfitriã e, sobretudo, aos do visitante, para cuja análise pudemos servir-nos do nosso próprio ponto de vista.

Por fim, aquando da elaboração do texto, não poderíamos deixar de mencionar a importância da consulta de manuais, dicionários e glossários, entre os quais privilegamos: o *Manual de Boas Práticas para elaboração de trabalhos académicos em História da Arte* (da organização de Nuno Resende), a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, o *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal* (J. M. Pedreirinho), a obra *Toponímia Portuense* (E. Cunha e Freitas), o *Dicionário de termos de Arte e Arquitectura* (J. P. da Silva e M. Calado) e o *Priberam*, dicionário em linha.

### **I.III. Estrutura**

O presente relatório foi estruturado em três partes principais, por sua vez divididas em capítulos e subcapítulos mais específicos, de forma a explorar e clarificar os objetivos propostos.

A primeira, dedicada à cidade (de 1 a 3), resulta da contextualização do objeto de estudo enquanto área do território portuense. Não poderíamos deixar de incluir estes textos, que refletem uma primeira etapa da investigação, bem como parte do trabalho realizado no contexto da instituição que acolheu o nosso estágio. De facto, o processo de expansão da urbe, com vitórias e tumultos, progresso e estagnação, refletiu-se na área de estudo.

Inicia-se o primeiro capítulo com uma breve introdução a alguns aspetos do Porto. Seguidamente, e porque a investigação se apoiou na cartografia histórica (e no seu confronto com a atual), aborda-se *A Cartografia e o Desenvolvimento Urbano* (2), no qual se pretende sintetizar a importância deste instrumento para o ordenamento do território, bem como a sua evolução para a cidade do Porto, através do significativo desenrolar das cartas da cidade no século XIX. Passando à análise das transformações operadas no terreno, abre-se o subcapítulo das *Obras Públicas e Espaço Urbano* (3), em que pretendemos fazer uma abordagem ao caminho percorrido desde os primeiros passos nas políticas de fomento territorial, em Portugal e no Porto – sobretudo no que tocou aos arranjos da marginal ribeirinha junto à área de estudo – até à cidade do século XIX, entretanto revolucionada pelas políticas de higienização.

A segunda parte restringe-se ao território analisado (de 4 a 8), deixando desde já uma importante advertência: não lhe quisemos dar um seguimento temporal, mas antes evidenciar os intervenientes da sua transformação através de um outro tipo de associação. Isto é, se falamos da sua feição ribeirinha, consolidada tanto em período medievo como no século XIX, e para não comprometer o entendimento do leitor sobre a importância do prolongamento desta feição no tempo, poderemos mencionar em capítulos posteriores, por exemplo, obras públicas do século XVIII ou habitação Seiscentista.

Em *Miragaia e a Envolvente Ribeirinha* pretende-se uma abordagem ampla e, poderá dizer-se, interdisciplinar, na longa diacronia. Apresentamos Miragaia desde a sua importância na Romanização – e cujos intervenientes já ali reconheciam uma importância topográfica pela ligação fluvial -, passando, de forma concisa, para a Época Medieval, em que os estaleiros transformaram o areal da praia que aí existiu, constituindo um forte atrativo para a população e as atividades. Também a comunidade judaica aqui esteve presente, junto ao lugar de Monchique, habitando, durante seis anos, a que seria a *Segunda Judiaria* do Porto, ou *Judiaria de Baixo*, e de que ainda subsiste um seu legado na toponímia miragaiense.

Precisamente em Monchique se viria a construir um complexo religioso, constituído por vários edifícios numa ampla cerca, que marca profundamente a paisagem e a organização do território junto a Miragaia. Na escolha do lugar de implantação do Convento da Madre-de-Deus de Monchique terá estado, também, a proximidade ao rio. É esta relação com o Douro, concretizada desde tempos remotos, que se quer explorar no subcapítulo seguinte (4.3.). Encontramos na edificação da Alfândega Nova um dos maiores símbolos desta estreita ligação, se não mesmo o maior, pelo que a ela foi imperativo dedicar algumas páginas do relatório. Não poderia deixar de ser referida a transferência das atividades portuárias e aduaneiras para o Porto de Leixões, e a consequente perda de importância do espaço de Miragaia face a Matosinhos – pelo menos até o monumental edifício da Alfândega se ter convertido em Museu e Centro de Congressos, tornando a voltar-se os olhares à sua envolvente que então foi vindo a ser alvo de arranjos e melhoramentos.

Recuamos um pouco no tempo ao chegar ao capítulo 5 para falar das *Obras Públicas em Miragaia e no seu Entorno Urbano*. Dos exemplares que podíamos ter escolhido, parece-nos que a Cadeia e Tribunal da Relação, a Academia da Marinha e Comércio, o Hospital de Santo António, o passeio das Virtudes e o mais recente Palácio da Justiça terão tido grande importância na definição da cota mais alta de Miragaia como zona preferencial de habitação das classes mais altas (veja-se o início da rua da Restauração ou a rua da Bandeirinha). Para que, entre fontes e capelas, permaneça viva a memória da imagem do lugar (do que ele é, mas também do que já foi), finalizamos o

capítulo a elencar alguns dos bens patrimoniais imóveis que se distinguem na área de estudo, a embelezam (vejam-se as fontes e chafarizes) e a tornam única (como o marco da bandeirinha da saúde).

É na arquitetura, expressão do estatuto do encomendador, que muito se vai notar a diferenciação entre as zonas de Miragaia e os seus residentes – por isto lhe dedicámos um subcapítulo de ampla cronologia: desde as primeiras tipologias, passando pelas mais eruditas, até às contemporâneas intervenções como as do CRUARB e da Domus Social. À arquitetura de habitação atribuímos o sexto capítulo.

Entre as arquiteturas de exceção (6.2.2.), escolhemos para este estudo três exemplares, de entre vários outros que poderíamos ter abordado, por se revelarem bons pontos de análise, comparativamente com os demais edifícios que os envolvem, e pelo conseqüente impacto visual que causam nas ruas onde se implantaram. São eles o Palácio das Sereias (ou Casa da Bandeirinha), o edifício onde esteve o Clube Inglês e a antiga residência da família Pereira Jordão. Ao longo do tempo, todos eles foram alvo de mutações nos seus usos: depois de uma primeira função residencial, foram adaptadas a fins educacionais ou industriais, servindo de sede para as mais diversas instituições.

Dada a falta de estudos específicos sobre a construção residencial em Miragaia, competiu-nos fazer a comparação entre os modelos já estudados para a cidade do Porto (por exemplo por Barata Fernandes ou Bernardo Ferrão) e as casas miragaienses. Interessou-nos também estudar as reconversões que foram marcando o tecido habitacional, pela consciência de que os edifícios podem *viver* duas vezes (ou três, ou quatro...).

Por falar em reconversões, um dos melhores exemplos de espaço reutilizado é aquele que pertenceu a grandes quintas de recreio que ocuparam os terrenos de Miragaia, de pendente acentuada pelo vale do rio Frio, afluente do Douro que, como veremos, deu nome a uma destas quintas. Falar-se-á da Quinta das Virtudes, hoje transformada em Jardim Municipal, da Quinta da Bandeirinha, onde atualmente funciona um Colégio, e de outras ainda, de que foi possível obter informações através da cartografia (a Quinta do Cochela ou a do Espírito Santo).



A indústria, que tanto ocupou a baixa de Miragaia, atraída pela proximidade ao rio, pelos cais erigidos e pelo espaço que o velho arrabalde oferecia face ao *aperto* sentido no antigo núcleo do Porto, mereceu-nos um longo capítulo. Não poderíamos restringir-nos aos antigos limites administrativos da freguesia, já que o desenvolvimento industrial na sua envolvente (sobretudo em Massarelos) veio definir-lhe o futuro, marcar o percurso e a evolução dos transportes e vias de comunicação e transformar a paisagem. Aqui se encontrou um pouco de todos os ramos da atividade: a Fundação de Miragaia, a Fábrica de Louça, a indústria conserveira, e muitas mais. Não pudemos deixar de observar a história da firma que mais transformaria o cenário ribeirinho do território estudado: a Sociedade Clemente Menéres e as suas construções e modificações nos terrenos do extinto Convento de Monchique. No entanto, mais do que verdadeiros complexos fabris, são os armazéns, construídos de raiz ou adaptados a partir de diversas soluções, que mais pontuam a margem ribeirinha de Miragaia ao Cais das Pedras.

E é com a paisagem composta por esses armazéns, pelos carris de ferro, estruturas portuárias e velhas chaminés que pretendemos que o leitor se detenha antes de dar início à leitura da terceira parte (dos capítulos 9 a 10). Dedicamo-la precisamente a *Cidade, Paisagem e Património Edificado*. Mais do que uma abordagem à cidade histórica, e aos valores patrimoniais, pretendemos chamar a atenção para o despoletar do interesse no património industrial desocupado e dos novos usos que se podem dar aos elementos fabris que restaram depois do deslocamento da atividade. A finalizar o relatório que apresentamos, e para ilustrar a reconversão e a reutilização dessas infraestruturas, apresentam-se alguns exemplos, mais distantes, como é o caso da *Lx Factory* ou do Centro de Congressos de Aveiro, e mais próximos, como o *Candal Park* ou o Pestana Hotel/Pousada do Freixo. Pela sua proximidade a Miragaia, destacámos o processo de transformação do Museu do Carro Eléctrico.

#### **I.IV. Estado da Arte**

Utilizaremos este espaço para enumerar as obras de referência existentes para as diversas temáticas abordadas em cada capítulo.

Dos estudos relativos à História da cidade do Porto, no seu todo, destacámos obras clássicas como a *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, redigida em 1548 e publicada em 1919 (João de Barros), a *Monografia da Cidade do Pôrto* de 1926 (Aurora Castro), a *Nova Monografia do Porto* de 1938 (Carlos Basto), Henrique Sousa Reis e os seus apontamentos, ou a *Guia Histórica e Artística do Porto* de 1948 (Carlos de Passos). No que diz respeito ao enquadramento geográfico da cidade, e do seu entorno, salientamos o trabalho de Assunção Araújo (*Linhas gerais de uma nova metodologia de estudo do litoral*).

Até meados do século XVIII a cidade do Porto, como veremos, confinou-se, em parte, às muralhas medievais. Contudo, e como demonstra a historiografia geral, foi a partir do Século das Luzes que nela ocorreu uma profunda transformação. Imprescindível, de forma transversal a todo o nosso estudo foi a leitura de *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758-1813*, livro de Bernardo José Ferrão, bem como, sobretudo pelo estudo da evolução da cartografia histórica, os trabalhos de Nuno Ferreira e Manuel Joaquim Rocha: *Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo : da programação dos Almadás ao plano de 1952*; de Vítor Oliveira: *A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos Séculos XIX e XX* e de J. M. Pereira de Oliveira: *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*).

Com os textos de Carlos Martins, nos quais se debruça sobre a legislação e as ações desenvolvidas pela Junta das Obras Públicas, incidindo especialmente no porto do Douro, consolidámos os primeiros subcapítulos do ponto 3. Por seu turno, Rui Tavares explica a evolução da cartografia que acompanhou os programas políticos das obras da cidade.

Na abordagem ao Porto Oitocentista citamos os estudos de Maria do Carmo Seren, Gaspar Martins Pereira, Maria Antonieta Cruz e Jorge Alves. Ainda para o mesmo período, Manuel C. Teixeira centra o seu olhar sobre as *ilhas* (*A habitação popular no século XIX*). Mas estas não foram as únicas construções a marcar a malha urbana da

cidade. De par com as novas tipologias habitacionais, emergiram os equipamentos públicos que, também eles, conferiram ao Porto um novo campo visual. Anni Gunther (*Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*) enumera algumas dessas obras públicas, auxiliando a compreensão da implantação das mesmas, que se explica, em parte, pelo melhoramento urbanístico que ocorreu na cidade a partir de finais do século XVIII. Importante é também a contribuição da *Casa do Arqueólogo* de Luiz Backheuser que, por sua vez, apresenta o panorama da higienização e o encanamento das ruas do Porto.

Dentro de publicações mais recentes, e que nos ajudaram a compreender o espaço urbano e a sua organização, destacámos, em termos gerais, o *Plano de Gestão: Centro Histórico do Porto Património Mundial* da Porto Vivo, SRU. e da CMP, e, mais especificamente sobre o território desta investigação, a publicação do CITCEM *Passeio e Jardim das Virtudes: uma paisagem histórica urbana*. Não poderíamos deixar de ter como base os modelos dos estudos de José Ferrão Afonso (*A Rua das Flores no Século XVI*) e de Maria do Carmo Pires (*A Rua Álvares Cabral (1895-1940)*), também eles dedicados ao conhecimento de certas zonas da cidade.

Já no que diz respeito a Miragaia, nosso objeto de estudo, não encontramos trabalho algum que lhe fosse totalmente dedicado numa longa diacronia. As recentes investigações de Amândio Barros<sup>40</sup>, tornaram-se fulcrais para entender o bairro ribeirinho entre os séculos XIII e XVI, a história dos estaleiros, e toda a dinâmica do lugar desde o fim da época medieva ao início dos tempos modernos. Através das fontes arquivísticas, o historiador define o tipo de comunidade que ali se concentrou. É o caso das “gentes do mar” dedicadas à pesca e à construção naval. Sobre a distribuição das atividades, destacamos a tese de doutoramento de Arnaldo Sousa Melo sobre o *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*.

---

<sup>40</sup> Fazemos uma especial menção ao volumoso texto de A. Barros, a que chamou *Porto: A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos* (2004).

Para melhor compreender a barra do Porto e os seus constrangimentos, consultámos a dissertação de mestrado de Maria Vieira de Jesus, sobre o Cabedelo da Foz do Rio Douro (2003).

Sentimo-nos na necessidade de concordar com Helena Teixeira quando, no seu texto sobre *O papel das estruturas portuárias no desenvolvimento urbano das cidades costeiras Euro-Atlânticas*, diz que:

«Não obstante este tema se ter tornado nos últimos tempos uma área de grande interesse historiográfico, é comumente aceite que as suas problemáticas ainda se encontram muito longe de ser conhecidas, nomeadamente no que diz respeito ao conhecimento dos portos como espaços urbanos, e à forma como influenciaram a cidade envolvente e, por sua vez, foram por ela moldados»<sup>41</sup>.

Quando investigámos o período de romanização em Miragaia, foram de grande utilidade os textos de António Silva (*Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa*), Lino Dias (*Contributo para a análise do ordenamento romano do território marginal do rio Douro*), Carlos Alberto F. de Almeida (*Vias medievais de Entre-Douro-e-Minho*), Bernardo Ferrão (*op. cit.*) e Ferrão Afonso (*O convento de S. Domingos e o plano urbano do Porto entre os séculos XIII e XVI*). Os três últimos foram ainda de grande importância para o estudo do urbanismo na Época Medieval, e outros assuntos em particular como a procissão do Corpus Christi.

Para a compreensão da história da comunidade judaica que se instalou em Miragaia foram importantes contributos os dos historiadores Elvira Mea e Geraldo Dias e ainda alguns apontamentos de Daniel Braz Afonso no seu trabalho *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. Passando ao estudo do Convento da Madre-de-Deus de Monchique destacamos a dissertação de Elvira Rebelo (*Da Clausura ao Século: o destino de dois espaços conventuais do Porto. Materialidades, memórias e património*), bem como o texto de Maria J. Casanova (*Conventos suprimidos e a*

---

<sup>41</sup> TEIXEIRA, Helena - *O papel das estruturas portuárias no desenvolvimento urbano das cidades costeiras Euro-Atlânticas: O exemplo do Porto no início da idade Moderna*, in POLÓNIA, Amélia; MEDINA, Ana (2016) - *La gobernanza de los puertos atlánticos, siglos XIV-XX, Políticas y estructuras portuárias*, Madrid: Casa de Velázquez, s/p

*construção de uma nova ordem urbana no Porto*), Joaquim J. Ferreira-Alves (*Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique*), Maria Eugénia Fernandes (*Os Últimos Dias de Monchique*) e a dissertação de Ana Rita Vendeiro (*Recuperação da arquitectura monástica: Convento de Madre Deus de Monchique no Porto*).

Para conhecer o território em meados do século XVIII, consultámos as Memórias Paroquiais de 1758, da autoria do Abade Encomendado João Alvares do Valle, transcritas e publicadas por Viriato Capela na obra *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*.

No século XIX são publicados alguns textos descritivos como a obra *Minho Pittoresco* (de José Augusto Vieira), bem como a obra do historiador Pinho Leal que, exaustivamente, dedica a Miragaia uma entrada no volume V do *Portugal Antigo e Moderno* (1875). Nela encontramos a história do lugar, desde a sua ocupação territorial à sua ocupação religiosa; descobrimos o tipo de população que lá trabalhava e habitava e apuramos o variado património edificado existente e/ ou desaparecido.

Não obstante a antiga freguesia possuir reminiscências da sua geomorfologia primitiva, a verdade é que também esta conheceu o paradigma de mudança do século XIX, através das alterações ocorridas com a construção de um edifício alfandegário ou do desvio do rio Frio. Para o estudo da nova alfândega, ou *alfândega de Miragaia*, procedemos à leitura de textos de Rui Tavares (*Do Almazém Régio À Alfândega Nova: Evolução De Um Tipo De Arquitectura Portuária*), ao passo que para o conhecimento da expansão do Porto de Leixões, considerámos relevante o livro de Domingos Tavares (*Transformações na Arquitectura Portuense*), entre outros aqui já referidos.

Para o entendimento da habitação não poderíamos deixar de referir Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano e os seus trabalhos sobre os edifícios altos e esguios que, ainda hoje, constituem grande parte do edificado habitacional, base da malha urbana, bem como a visão dos arquitetos Francisco Barata Fernandes (*Transformação e Permanência Na Habitação Portuense, As Formas Da Casa Nas Formas Da Cidade*), primeiro autor a dedicar-se à definição de tipologias para as casas do Porto, de acordo com períodos cronológicos, e Rui Ramos (*A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitectura Portuguesa*).

Outro dos trabalhos diretamente relacionado com este tema é a dissertação de Rita Basto, apresentada à FAUP, intitulada *Protótipo de Reabilitação para a Casa Burguesa do Porto*. Para questões mais técnicas da construção, e sobre a intervenção no edificado, consideramos fundamental a consulta do conjunto de publicações de Rui Póvoas e Joaquim Teixeira.

Noutra linha de investigação, foi essencial à investigação a obra *Construções de Elite no Porto (1805-1906)* escrita por Manuel Graça. Para o Bairro Ignez, Marta Moraes desenvolveu a dissertação denominada *Ao encontro do espaço partilhado: a reconfiguração da habitação popular analisada a partir do caso do Bairro Ignez, na cidade do Porto*, que apresentou em 2013. Por seu turno, Henrique Manuel Pereira dedica-se aos Bairros do Padre Américo: *De Património dos Pobres a Património da Nação*. Sobre a operação SAAL, que, apesar de projetada para Miragaia, não chegou a ser implementada, apontemos o trabalho de José A. Bandeirinha (*O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*). Para intervenções posteriores, refiram-se *Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana* (edição de 2000, CMP/CRUARB) e as *Reflexões Sobre O Per No Grande Porto*, saídas da mão de Fátima Loureiro de Matos.

Como outros locais citadinos, Miragaia abraçou a indústria. José Lopes Cordeiro assim o demonstra: para a segunda metade do século XIX a freguesia já contava com seis fábricas. Para as estudar, consultámos frequentemente diversas obras de Jorge F. Alves, que também se debruça sobre a evolução dos transportes. Refira-se a título de exemplo as fábricas de louça de Miragaia e de Massarelos que são tratadas por Teresa Soeiro, Silvestre e Joaquim Lacerda. A fundição, por sua vez, é investigada por Francisco Queiroz, autor também dedicado ao estudo da indústria da cerâmica. Apresentamos, ainda, sobre um caso mais específico, o trabalho de Susana de Moura, que discorre sobre os Armazéns do Cais Novo em *Lugares Esquecidos – A Reconversão Do Património Industrial*. Quanto aos armazéns que a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro possuiu em Miragaia, ocupando uma grande extensão de terrenos, não encontramos estudos a eles consagrados. Todavia, para a história da empresa, e mencionando ao de leve os ditos armazéns, existem os textos de Fernando de Sousa.

Os espaços verdes foram também alvo do nosso estudo, como os jardins das residências unifamiliares, destacados por Helena Madureira e Teresa Andresen, que os designam de «verde privado não percebido», tão característico do Porto, e existente em determinadas áreas de Miragaia, que passa despercebido a partir do espaço público, mas de grande contributo para o arejamento da cidade. Não podemos deixar de dar destaque a *Jardins, Parques e Quintas de Recreio no aro do Porto*, de Ilídio de Araújo e *Natureza e cultura no Porto do século XIX*, de José R. Pimenta e, mais uma vez, Helena Madureira.

Finalmente, e respeitante ao capítulo de temáticas patrimoniais, como não podia deixar de ser, salientamos a importância da leitura das obras de Françoise Choay e Ignacio Gonzalez-Varas, bem como dos textos da *Convenção Para A Protecção Do Património Mundial, Cultural E Natural* (1972) e da *Carta Sobre A Conservação Das Cidades Históricas e Das Áreas Urbanas Históricas* (1987).

Dedicados, em particular, à arqueologia e ao património industrial, bem como à sua reconversão, lemos Jorge Amado Mendes e Inês Moreira, que vem utilizar o termo *pós-industrial*<sup>42</sup>, as dissertações de Ana Ferrer de Oliveira (*Novos usos para o património industrial: o caso da Cordoaria Nacional*) e de Maria da Luz Sampaio (*Da Fábrica Para o Museu, Identificação, Patrimonialização e Difusão Da Cultura Técnico-Industrial*), complementando o estudo com as Actas do II Congresso Internacional sobre Património Industrial (2014). Foi imprescindível a consulta da *Carta De Nizhny Tagil Sobre O Património Industrial* (2003).

---

<sup>42</sup> A expressão «aparece pela primeira vez na França, sob a pena de Alain Touraine, em livro publicado em 1969 (*La société post-industrielle*), e volta a ser empregada por Daniel Bell nos Estados Unidos, em 1973 (*The Coming of Post-Industrial Society*)» e «coincide com as manifestações de revolta popular espontânea, ocorridas em vários países ao redor do mundo, a partir de meados dos anos 60 do século XX, e que denotavam uma ruptura com os padrões sociais estabelecidos pela civilização capitalista no século XIX.», COMPARATO, Fábio (2013) - *O Capitalismo Pós-Industrial*. Estudos do Século XX, número 13, 2013, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp.67-82, p.67; «Caracteriza-se como a passagem de uma economia de base industrial, para uma economia de informação e tecnologia», FERREIRA, Patrícia (2010) – *Design concetual na era pós-industrial: “a forma segue o conceito”*. Lisboa: FA-UTL, p.39.

Para o estudo da paisagem, foram essenciais os *Textos Escolhidos* de Gonçalo Ribeiro Telles, as obras de Anne Cauquelin (*A Invenção da Paisagem*), Gordon Cullen (*Paisagem Urbana*), Henrique Pereira Santos (*Do Tempo e da Paisagem: Manual para leitura de paisagens*) e, numa outra linha investigativa, a publicação *Paisagem Antiga, sua construção e (re)uso, reptos e perspetivas* coordenada por Lino Dias e Pedro Alarcão.

Por fim, e no âmbito do estudo que adiante se apresenta, não devemos deixar de referir a importância da leitura de textos como os de Fernando Távora, Nuno Portas ou ainda outros de Barata Fernandes (que não o que aqui já referenciámos), para a consolidação do saber alusivo à arquitetura portuguesa.



## **PRIMEIRA PARTE**

### **Cidade do Porto**

*Dando o nome á brilhante pátria antiga deu, com o sangue, a liberdade á querida pátria moderna. Filho, nenhum deu mais a sua mãe; nem qualidade tão excelsa ha, que possa valer a ultima.*

**José Augusto Vieira (1886)**

*A estranha metrópole “tripeira”, plebeia, comerciante e burguesa, colorida e escura, não revela logo os seus segredos. Para tentarmos conhecê-la, esquadrinhamos por todos os lados os seus velhos bairros, incontavelmente; [...]. E auscultando assim o viver dos que nelas habitam e ouvindo as suas histórias – que são a própria história da cidade – no acre vozear duma fonética inconfundível, julgamos ter penetrado um pouco o sentido das suas peculiaridades e contrastes.*

**Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (1986)**

## 1. A cidade do Porto: uma breve introdução

Aglomerado ribeirinho, por excelência, a cidade do Porto desenvolveu-se em estreito diálogo com o troço final do rio Douro, um pouco antes do sítio onde este encontra o oceano Atlântico. Esta característica coloca-a, no dizer de Francisco Barata Fernandes, naquele «afortunado grupo de cidades europeias que nasceu da relação privilegiada de um determinado território com a água»<sup>43</sup>.

Assim, a urbe, inserida na bacia hidrográfica do Douro<sup>44</sup>, e no «domínio geotécnico do Maciço Ibérico, onde predominam as rochas graníticas»<sup>45</sup>, assenta em colinas com maior altitude a nordeste, que baixam gradualmente em direção ao oceano, e mais abruptamente até ao rio. É drenada pelos pequenos afluentes do Douro, que, na maioria, se encontram canalizados, e dos quais se destacam o rio Frio (*vd.* 5.4.) e o rio de Vila<sup>46</sup>.

A estreiteza do Douro e a verticalidade das suas encostas, «cortadas aqui e além por depressões onde outrora corriam pequenos ribeiros», onde o esguio casario se organiza em “anfiteatro”, levam o espectador do “conjunto cidade-rio” a crer que o terreno é de relevo mais acentuado do que na realidade é<sup>47</sup>.

---

<sup>43</sup> FERNANDES, Francisco B. (2017) – *O Douro: Frentes de arquitectura, de paisagem e património*. In DIAS, Lino; ALARCÃO, Pedro (coord.) (2017) – *Paisagem Antiga, sua construção e (re)uso, reptos e perspectivas*. Porto: CITCEM, p.42

<sup>44</sup> Carlos Teixeira fala do «bloco duriense», Carlos Teixeira (1944) in ARAÚJO, Assunção (1985) - *Linhas gerais de uma nova metodologia de estudo do litoral*, Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, Vol. I, Porto. Pp 75-85, p. 76

<sup>45</sup> MORAIS, Rute; CARVALHO, Carla (2018) - *Porto (in)visível: redescobrir os antigos mananciais. Reflexão sobre a sua relevância*, in ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana C.; BARREIRA, Hugo (2018) – *Genius Loci: lugares e significados*, Porto: CITCEM, volume 3, p.130

<sup>46</sup> O rio de Vila era formado por duas linhas de água: uma proveniente da Praça do Marquês de Pombal e outra do Bolhão, que se encontravam na Praça Almeida Garrett, descendo pelos terrenos das ruas de Mouzinho da Silveira e de S. João até desaguar no Douro. MORAIS, Rute; CARVALHO, Carla (2018) - *Porto (in)visível: redescobrir os antigos mananciais (...)*, p.130-131

<sup>47</sup> BASTO, Carlos (1938) - *Nova Monografia do Porto*, Porto: Companhia Portuguesa Editora, p.4

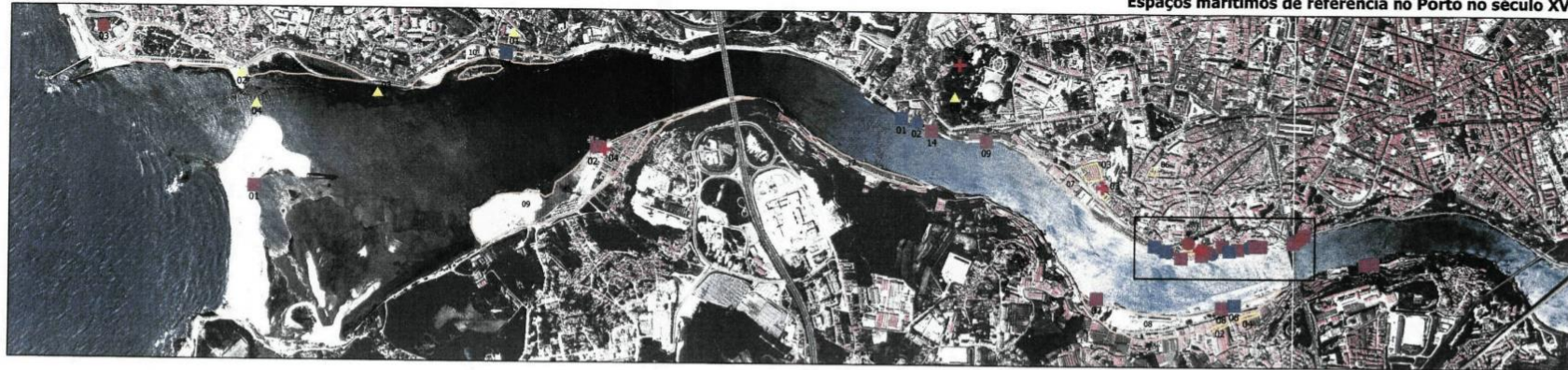
Parece-nos fundamental para o desenvolvimento deste trabalho fazer um breve apontamento sobre a evolução urbana do Porto, que melhor se expõe adiante (*vd.* capítulo 3) sobretudo desde a época medieval, período a partir do qual a atual malha urbana se foi desenvolvendo, consolidando e densificando.

A influência da morfologia do terreno na organização da cidade ditou um desenvolvimento a duas cotas, que apresentam diferentes características e usos: à cota alta, o aglomerado que se vai formando em torno da Sé, e à cota baixa, a Ribeira, que, tal como nos indica a toponímia, era fortemente marcada pela relação com o rio e com as atividades comerciais ligadas ao seu porto, e constituía a zona mais dinâmica e importante na economia local<sup>48</sup> (fig.12).

Era, então, com base nestes dois polos de centralidade que se constituía o fluxo da urbe portuense. O desenvolvimento urbano medieval foi, em grande parte, fruto do crescimento comercial, alicerçado no trabalho artesanal.

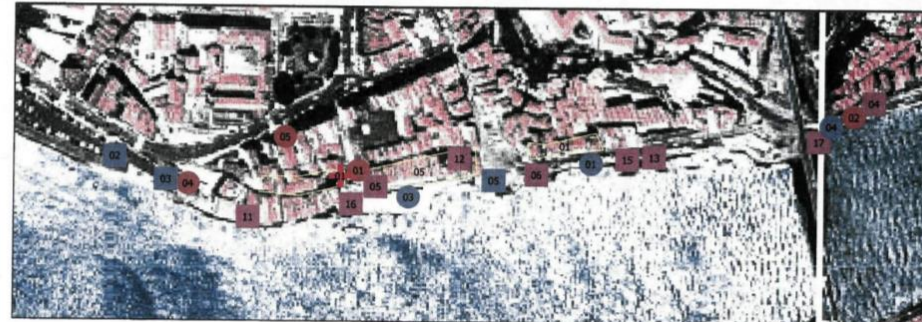
---

<sup>48</sup> RIBEIRO, Maria; MELO, Arnaldo (2012) - *A Influência Das Atividades Económicas na Organização da Cidade Medieval Portuguesa*, in RIBEIRO, Maria; MELO, Arnaldo (coord.) (2012) - *Evolução da Paisagem Urbana Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM, pp. 145-170, p.159



Norte		Faróis e outros elementos de apoio à navegação	
			1. Ermida de Sta. Catarina
			2. Farol de São Miguel-o-Anjo
			3. Mira
			4. Toparim / Cruz
			5. Torre da Marca
			Equipamentos de saúde e acolhimento
			1. Hospital da Piedade do Cais
			2. Hospital da Torre de Pedro Sem
			3. Hospital do Espírito Santo de Miragaia
			4. Hospital do Lazareto
			Armazéns
			1. Armazéns da Lada
			2. Armazéns das Taracostas
			3. Armazéns de Miragaia
			4. Armazéns de Vila Nova
			5. Armazéns da Fonte Taurina / Rebolera
			Espaços de construção naval
			1. Massarelos
			2. Miragaia
			3. Miragaia/Porta Nova
			4. Duro
			5. Ribeira
			6. Vila Nova
			Locais de acostagem / Estruturas de apoio ao desembarque
			1. Lazareto do Cabedelo
			2. Lazareto de Valdemores
			3. Guindaste / Matrossaduro do Senhor D'Além
			4. Guindaste dos Guindais
			5. Guindaste do Terreirinho
			6. Praças da Ribeira
			7. Postes da Gala
			8. Postes da Cruz
			9. Estacaria de Monchique
			10. Argolas do Senhor D'Além
			11. Argolas na Mourão
			12. Argolas do Postigo do Carvão
			13. Escadas das Padeiras
			14. Lingueira de Massarelos
			15. Lingueira do Cais da Ribeira
			16. Lingueira do Cais da Espina/Terreirinho
			17. Lingueira dos Guindais
			Equipamentos de saúde e acolhimento
			1. Hospital da Piedade do Cais
			2. Hospital da Torre de Pedro Sem
			3. Hospital do Espírito Santo de Miragaia
			4. Hospital do Lazareto
			Armazéns
			1. Armazéns da Lada
			2. Armazéns das Taracostas
			3. Armazéns de Miragaia
			4. Armazéns de Vila Nova
			5. Armazéns da Fonte Taurina / Rebolera
			Espaços de construção naval
			1. Massarelos
			2. Miragaia
			3. Miragaia/Porta Nova
			4. Duro
			5. Ribeira
			6. Vila Nova
			Locais de acostagem / Estruturas de apoio ao desembarque
			1. Lazareto do Cabedelo
			2. Lazareto de Valdemores
			3. Guindaste / Matrossaduro do Senhor D'Além
			4. Guindaste dos Guindais
			5. Guindaste do Terreirinho
			6. Praças da Ribeira
			7. Postes da Gala
			8. Postes da Cruz
			9. Estacaria de Monchique
			10. Argolas do Senhor D'Além
			11. Argolas na Mourão
			12. Argolas do Postigo do Carvão
			13. Escadas das Padeiras
			14. Lingueira de Massarelos
			15. Lingueira do Cais da Ribeira
			16. Lingueira do Cais da Espina/Terreirinho
			17. Lingueira dos Guindais
			Equipamentos de saúde e acolhimento
			1. Hospital da Piedade do Cais
			2. Hospital da Torre de Pedro Sem
			3. Hospital do Espírito Santo de Miragaia
			4. Hospital do Lazareto
			Armazéns
			1. Armazéns da Lada
			2. Armazéns das Taracostas
			3. Armazéns de Miragaia
			4. Armazéns de Vila Nova
			5. Armazéns da Fonte Taurina / Rebolera
			Espaços de construção naval
			1. Massarelos
			2. Miragaia
			3. Miragaia/Porta Nova
			4. Duro
			5. Ribeira
			6. Vila Nova
			Locais de acostagem / Estruturas de apoio ao desembarque
			1. Lazareto do Cabedelo
			2. Lazareto de Valdemores
			3. Guindaste / Matrossaduro do Senhor D'Além
			4. Guindaste dos Guindais
			5. Guindaste do Terreirinho
			6. Praças da Ribeira
			7. Postes da Gala
			8. Postes da Cruz
			9. Estacaria de Monchique
			10. Argolas do Senhor D'Além
			11. Argolas na Mourão
			12. Argolas do Postigo do Carvão
			13. Escadas das Padeiras
			14. Lingueira de Massarelos
			15. Lingueira do Cais da Ribeira
			16. Lingueira do Cais da Espina/Terreirinho
			17. Lingueira dos Guindais

Fonte: Todos os documentos consultados para esta dissertação.



Miguel Rodrigues / 2004

Figura 10 – Espaços marítimos de referência no Porto do século XVI. BARROS, Amândio (2004) – Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos. Porto: [Edição do Autor], p.149

Desde cedo, o perímetro da cidade foi extravasando a cerca românica. Durante o reinado de D. Afonso IV (1291-1357)<sup>49</sup>, inicia-se, a partir de 1334, a construção de uma nova muralha, de área mais abrangente. A obra, terminada em 1376, já com D. Fernando I (1345-1383)<sup>50</sup> no poder, veio substituir os insuficientes muros da *Cerca Velha*<sup>51</sup>, que se haviam tornado funcionalmente obsoletos. Também a arte da guerra havia progredido, e já então outras vontades de expansão da urbe se conjugavam.

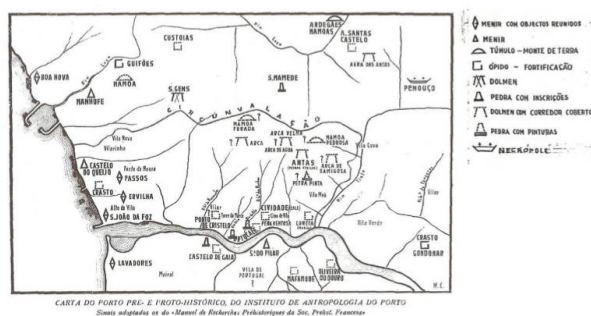


Figura 11 - Carta do Porto pré e proto-histórico, in AFONSO, Daniel B. (2012) – *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. Porto: FLUP, p.109.

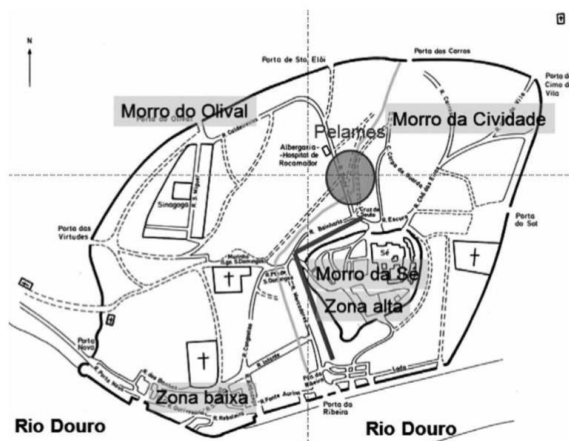


Figura 12 - Mapa da cidade do Porto nos séculos XIV e XV, com identificação da zona alta e da zona baixa, in RIBEIRO, Maria; MELO, Arnaldo - *A Influência Das Atividades Económicas (...)*, p.160.

<sup>49</sup> D. Afonso IV reinou entre 1325 e 1357.

<sup>50</sup> D. Fernando I reinou entre 1367 e 1383.

<sup>51</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758-1813, Uma Contribuição Para o Estudo da Cidade Pombalina*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto, p.138-139



Um processo de urbanização para Oeste vinha a consolidar-se desde os finais do século XIV, novamente bipolarizado em duas áreas: à cota alta, o morro do Olival, e à cota baixa, a área de rompimento da rua Nova. Ademais, o aumento populacional conduzia ao aparecimento de novos bairros no exterior das muralhas, de carácter mais urbano, periurbano ou rural, junto aos quais, geralmente, se localizavam as judiarias<sup>52</sup>. Para J. M. Pereira de Oliveira, só na segunda metade do século XVIII se atingiu um período de notável expansão e urbanização do Porto, já que com a obra dos Almadás a cidade viria a sofrer uma renovação de cunho moderno, através de esforços visionários<sup>53</sup>.



*Figura 13* - Reconstrução da cidade do Porto na Idade Média, com desenho da autoria de Luís Aguiar Branco, apoiado cientificamente por Manuel Luís Real e José Ferrão Afonso. 1999. AHMP: D-CDT/B4-110

<sup>52</sup> RIBEIRO, Maria; MELO, Arnaldo (2012) - *A Influência Das Atividades (...)*, p.145

<sup>53</sup> OLIVEIRA, J. (1973) – *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, p.265

Os moradores que permaneceram dentro do núcleo murado eram sobretudo comerciantes, aí favorecendo um fenómeno de concentração das atividades, cujo espaço se assumia maioritariamente mesteiral. Até porque, de acordo com M. Teixeira: «para além de um pequeno número de palacetes e casas burguesas construídas em volta da Praça Nova e ao longo de algumas ruas adjacentes, o Porto manteve-se firmemente encerrado nas suas muralhas até à segunda década do século XVIII»<sup>54</sup>.

As descrições do perímetro intramuros não são lisonjeiras: «Dentro da cerca havia de tudo: moradas de gente, cortes de animais, oficinas infectas, estrumeiras, sepulturas, o açougue, as enxercas, os cortidoiros, a Sé mais a sinagoga, a masmorra, a casa da tortura, os excrementos e os lodos perpétuos»<sup>55</sup>.

Assim, acabaria por dar-se uma deslocação das classes abastadas para novas áreas residenciais, mais afastadas do centro do burgo, onde poderiam garantir melhor qualidade de vida, espaços mais desafogados e higienizados, e ainda beneficiar das receitas do aluguer ou venda dos seus imóveis com localizações centrais<sup>56</sup>.

Numa época mais recente, os grandes proprietários, mantendo para rendimento os seus lotes urbanos, instalar-se-iam nas novas zonas mais periféricas como as freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Massarelos e Miragaia, concentrando-se nalgumas ruas específicas como a do Breyner ou a da Restauração<sup>57</sup>. Muitos teriam ainda casas de veraneio (ocupação sazonal) na Foz do Douro ou até nas estâncias balneares de Leça da Palmeira e Granja ou Miramar (na costa de Vila Nova de Gaia). Mas não mais nos alonguemos sobre este assunto, desenvolvido adiante no subcapítulo 3.5. *O espaço urbano Oitocentista*.

---

<sup>54</sup> TEIXEIRA, Manuel (1994) - *A habitação popular no século XIX — características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro*. *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3.0), 555-579, p. 556

<sup>55</sup> SOUSA, Armindo (2000) – “Tempos Medievais” in “História do Porto”, direcção de RAMOS, Luís A. Oliveira, Porto: Porto Editora, 3ª edição, p. 118 – 253, *apud* MORAIS, Inês (2014) - *Turistas da Memória: à procura das raízes judaicas na cidade do Porto*. Porto: FLUP, p.49

<sup>56</sup> BASTO, Rita (2012) - *Protótipo de Reabilitação para a Casa Burguesa do Porto*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, p.21

<sup>57</sup> GRAÇA, Manuel (2004) - *Construções de Elite no Porto (1805-1906)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, p.16

Em suma, veja-se que a relação com o vale do Douro e com o oceano ditaram-lhe desde sempre uma vocação mercantilista, sendo a zona central do Porto “dominada” pela burguesia comercial<sup>58</sup>. A expansão urbana fez-se acompanhar por uma notável evolução demográfica: em 1890 habitavam no concelho do Porto 146736 pessoas<sup>59</sup>. Por sua vez, o aumento populacional conduziu à redefinição da arquitetura e da malha construtiva. É com base nesta combinação de fatores que, de acordo com Barata Fernandes, as cidades ribeirinhas evocam, desde cedo, um sentido de fachada urbana que redesenham ao longo da história<sup>60</sup>.

Antes de iniciarmos o capítulo que respeita às obras públicas e ao espaço urbano portuense (3.), faremos uma pequena incursão na história da cartografia, instrumento de grande importância no *desenho* do Porto e no conhecimento científico do seu território.

---

<sup>58</sup> CRUZ, Maria A. (2003) – *Facetas do quotidiano burguês no Portugal de Oitocentos*, Revista da Faculdade de Letras, HISTÓRIA, Porto, III Série, vol.4, p.267

<sup>59</sup> SOARES, Manuela (2006) - *Apontamentos para o estudo do verde lúdico no Porto*, in *A Paisagem*, APHA, *Boletim n.º 3*, Junho de 2006, p.3

<sup>60</sup> FERNANDES, Francisco B. (2017) – *O Douro: Frentes de arquitectura, de paisagem e património*. In DIAS, Lino; ALARCÃO, Pedro (coord.) (2017) – *Paisagem Antiga (...)*, p.42



## 2. A Cartografia e o Desenvolvimento Urbano

A cartografia facilita a «apreensão da complexidade e interdependência do espaço natural e do espaço humanizado»<sup>61</sup> enquanto conjunto. Durante os séculos XVIII e XIX a representação cartográfica sofre uma grande evolução, anunciando a cartografia moderna e analítica. A tal ponto se torna rigorosa que, ainda no século XIX, começa a integrar a representação da propriedade através do desenho da parcela – o cadastro – estruturado depois, administrativamente, com uma linguagem numérica (número de polícia), que se faz de forma sequencial e regular, e que permite a execução da matriz predial.

A cartografia foi, e é, imprescindível para o planeamento e a gestão territorial, já que a sua aplicação tem por base a representação do território em desenho.

### 2.1. Porto: a evolução da cartografia da cidade

De acordo com Rui Tavares, as representações cartográficas da cidade do Porto, feitas na primeira metade do século XIX, não apresentavam curvas de nível (altimetria<sup>62</sup>), por serem sobretudo de cariz estratégico, apoio a episódios militares ou à gestão comercial, pois tornava-se essencial representar o Porto e o Douro no contexto económico do comércio vinícola.

Surge em 1813 a «planta redonda» de George Balck, primeiro registo topográfico da cidade<sup>63</sup>. Poucos anos depois, seria lançada a «Planta da cidade do Porto», executada entre 1818 e 1824 por José Francisco de Paiva (1774-1824), e que não diferia muito da de 1813, apesar de apresentar a tracejado um conjunto de ruas e edifícios projetados ou em construção.

---

<sup>61</sup> TAVARES, Rui (1992) – *A Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 – Uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal*. In “Uma Cartografia Exemplar. O Porto em 1892. Exposição Comemorativa do 1º Centenário da Carta Topográfica de A. G. Teles Ferreira”. Porto, Arquivo Histórico Municipal, p.1

<sup>62</sup> Estudo ou técnica da medição de altitudes. Representação das altitudes em mapas ou plantas topográficas. "altimetria", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/altimetria> [consultado a 05-10-2018].

<sup>63</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.195

As cartas desenhadas depois de 1820 voltam a preocupar-se sobretudo com episódios militares, como é o caso das duas que datam de 1833: uma publicada em Londres e designada «*The Environs of Oporto. View of Oporto from Torre da Marca*»<sup>64</sup> da autoria de W. B. Clarke (1832-1858), e outra conhecida como «Carta do Cerco do Porto», mas que na verdade se apelida oficialmente «Planta do Porto e suas vizinhanças».

Em 1839 conhece-se a «Planta Topographica da Cidade do Porto»<sup>65</sup> elaborada por Joaquim da Costa Lima Júnior (1806-1864), que apresenta duas novas áreas de expansão urbana: o prolongamento da rua da Boavista para poente e o desenvolvimento para nascente a partir da Praça da República<sup>66</sup>, e na qual «se vêem exactamente marcados todos os Edifícios, Praças publicas, e rua novamente abertas, bem como alguns projectos approvados pelas Authoridades Municipaes, para maior commodidade de seus habitantes, e beleza da mesma Cidade»<sup>67</sup>. No ano de 1865, vésperas da Exposição Universal do Porto, publicou-se a Planta de Frederico Perry Vidal, com uma finalidade turística, ao apresentar o recém construído Palácio de Cristal e a Nova Alfândega, marcos do desenvolvimento da urbe para oeste.

De acordo com Barata Fernandes, e atentando no Plano de Pormenor da Marginal do Douro<sup>68</sup>, o espaço entre Miragaia e o Passeio Alegre só aparece cartografado enquanto parte integrante da cidade na carta de 1892, já que nas plantas anteriores (1813, 1824 e 1839), o Porto aparece limitado pelo Convento de Monchique, o Cais Novo e a rua de Sobre-o-Douro. A planta de 1833 apresenta algumas zonas de Massarelos, e a de 1865 evoca não só a Alameda de Massarelos, como as ruas da Restauração e da Alfândega Nova.

---

<sup>64</sup> Poderá traduzir-se como «Os arredores do Porto, Vista do Porto desde a Torre da Marca».

<sup>65</sup> FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel J. (2013) - *Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo : da programação dos Almadás ao plano de 1952*, CEM Cultura, Espaço e Memória : Revista do CITCEM , n.º4, pp. 191-230, p.195

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Vítor (2013) – *A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos Séculos XIX e XX*, Porto: U.PORTO Editorial, p.114

<sup>67</sup> Planta topográfica da cidade do Porto de J. da Costa Lima, 195?, AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/315549/> consultado a 22/09/2018, 20:12h.

<sup>68</sup> *Plano de Pormenor da Marginal do Douro entre a Alfândega e o Passeio Alegre*, projeto coordenado pelos arquitetos Manuel Fernandes de Sá e Francisco Barata Fernandes, entre 1994 e 1997.

Curiosamente, as cartas militares representavam a cidade com um território idêntico ao atual<sup>69</sup>.



Figura 14 - Planta do Porto e suas vizinhanças. «Reprodução de mapa de 1833, da cidade do Porto e zona envolvente, assinalando as principais localidades, edifícios, arruamentos e estradas, bem como o local das baterias do exército liberal e de batalhas, durante o Cerco do Porto». AHMP. Disponível em linha: <https://bit.ly/2yY41NK>

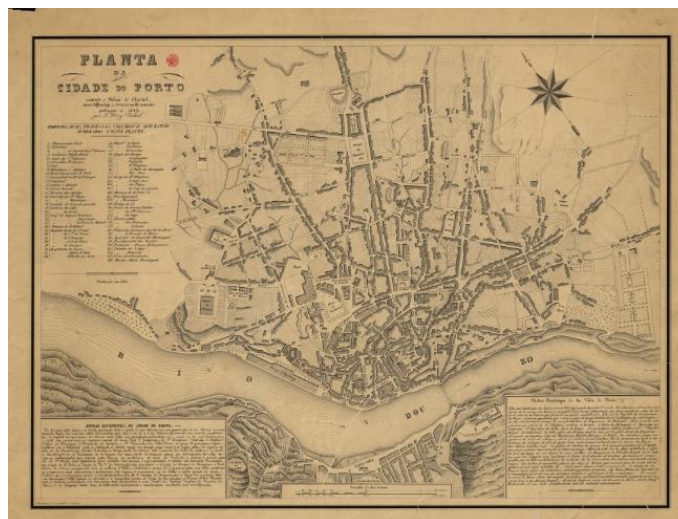


Figura 15 - Planta da cidade do Porto contendo o palácio de Christal, nova alfândega, e diversos melhoramentos posteriores a 1844, da autoria de Perry Vidal, c.1864-1865. BNP. Disponível em linha: <http://purl.pt/3556/3/>

<sup>69</sup> FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação E Permanência Na Habitação Portuense As Formas Da Casa Nas Formas Da Cidade*. Porto: FAUP publicações, p.459-460

Os trabalhos de um programa elaborado pela Câmara do Porto, no âmbito de um processo relativo à triangulação da cidade<sup>70</sup>, foram atribuídos a Bartholomeu Achilles Dejante (1830-1872), que acabaria por falecer sem praticamente ter dado início às obras. Por tal, em 1877 a Câmara incumbiu o engenheiro municipal Agnelo José Moreira (1830-?) da tarefa, que pede o apoio do Capitão Augusto Gerardo Teles Ferreira<sup>71</sup> (1830-1895).

Em 1892, já depois da criação de um Gabinete coordenado por Teles Ferreira e da conclusão do levantamento de uma planta, ultimava-se a apresentação da carta da cidade na escala 1:500.

Como resultado, a Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 foi o primeiro levantamento da totalidade da urbe com base em curvas de nível, tendo servido de instrumento para a gestão urbanística municipal do final do século XIX até às primeiras décadas do XX. A versão original do levantamento na escala de 1:500 está conservada no Arquivo Histórico Municipal do Porto desde 1984<sup>72</sup>.

As funções do Gabinete acabaram por perdurar para além da execução da dita carta, graças à aplicação de uma medida que tornava «obrigatório a todos os projectos apresentados à Câmara a respectiva localização em cópias da sua planta geral»<sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> Programa publicado no Diário do Governo de 20 de setembro de 1869, com incidência nas seguintes áreas: «na 1.ª secção compreenderá o terreno incluído dentro da linha de circunvalação da cidade, e bem assim a margem direita do rio Douro a jusante da cidade até cerca de 200 metros de distância ao norte da estrada marginal, que corre paralela à mesma margem, e a parte povoada da villa de S. João da Foz, a qual será limitada pelos pontos trigonométricos — Sobreiras, Olivaes, Cunha 1ª, Senhora da Luz e Carreiros; na 2.ª secção compreenderá o terreno dos suburbios da cidade, parte da freguesia de Lordelo do Oiro, os suburbios da villa de S. João da Foz, e a margem esquerda do rio Douro, desde a Pedra Salgado até a Pedra do Cão». TAVARES, Rui (1992) – *A Carta Topográfica (...)*, p.4

<sup>71</sup> Repartição dos Trabalhos Geodésicos, nomeado topógrafo de 1ª classe em 1856. TAVARES, Rui (1992) – *A Carta Topográfica (...)*, p.5

<sup>72</sup> Atualmente, dividida em quadrículas, permite uma rápida leitura do espaço, motivo pelo qual a escolhemos para nos acompanhar na execução deste trabalho (vejam-se as fichas de rua e as fichas de licença de obra no Volume II). As quadrículas encontram-se disponibilizadas em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/380170/>

<sup>73</sup> TAVARES, Rui (1992) – *A Carta Topográfica (...)*, p.6

Não esqueçamos também a importância dos mapas que representam o rio Douro e as suas marginais para a construção da cidade: «Montar um desenho, uma cartografia, tendo como tema central o rio e o seu vale é atribuir ao curso de água a capacidade de transmitir o sentido de estrutura territorial com as suas diversas identidades paisagísticas»<sup>74</sup>.

Por fim, resta acrescentar que no século XX viriam a multiplicaram-se as plantas da cidade (*vd. Cartografia, em Anexos*).

---

<sup>74</sup> FERNANDES, Francisco B. (2017) – *O Douro: Frentes de arquitectura, de paisagem e património*. In DIAS, Lino; ALARCÃO, Pedro (coord.) (2017) – *Paisagem Antiga (...)*, p.44

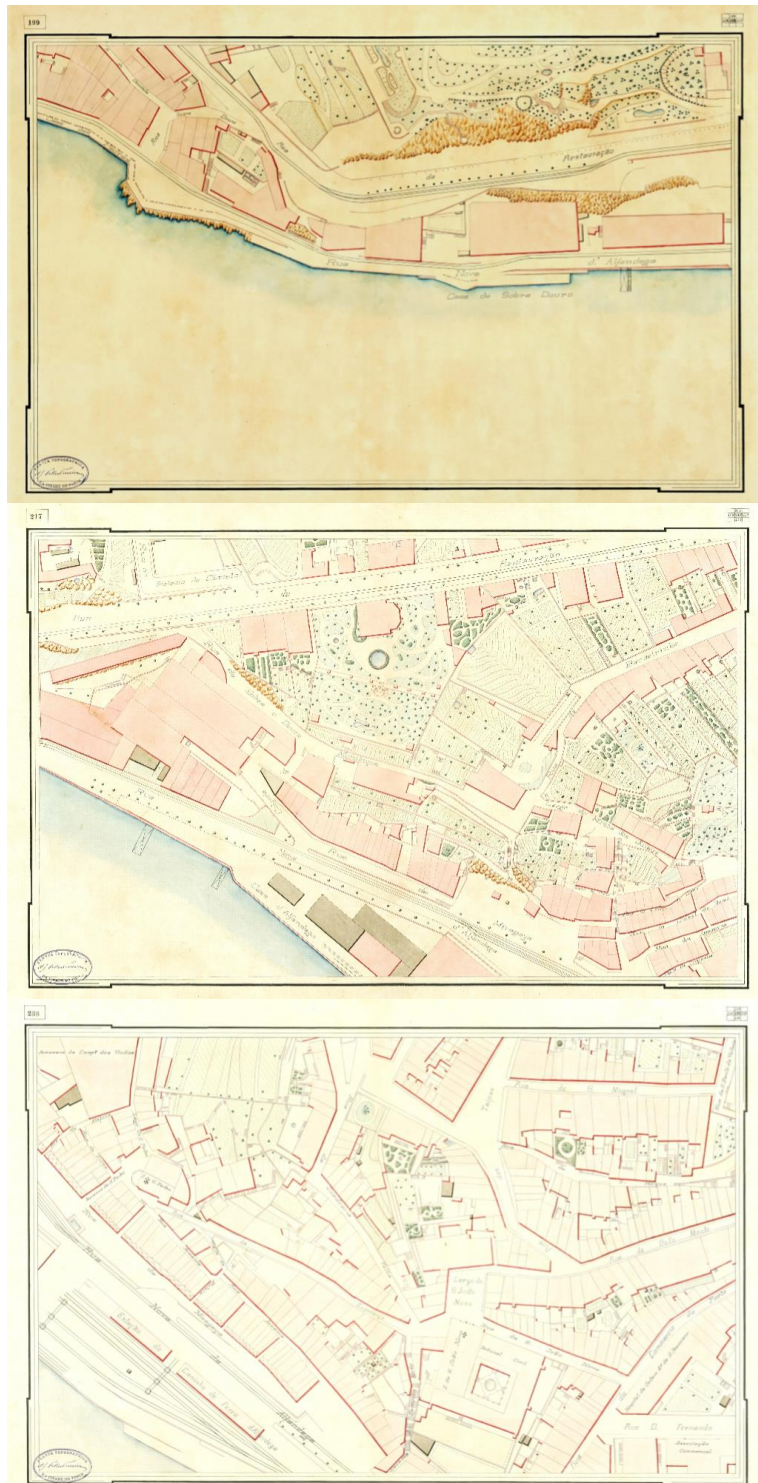


Figura 16 – Planta topográfica da cidade do Porto (1892). Da autoria de Teles Ferreira. Quadrículas 199, 217 e 238. AHMP. Disponíveis em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/>

### 3. Obras Públicas e Espaço Urbano

Inicia-se agora um novo capítulo, no qual começamos por apresentar algumas políticas, nacionais ou locais, bem como ações que conduziram a transformações no espaço urbano do Porto, para que mais tarde o possamos analisar.

#### 3.1. Do século XVIII a meados do século XIX – Primeiros passos nas políticas de fomento territorial em Portugal e no Porto

As políticas pombalinas<sup>75</sup> assentaram num período de paz e de prosperidade económica impulsionada pelo comércio marítimo e pela exportação, que no Porto era acentuada pelo mercado dos vinhos do Alto Douro<sup>76</sup>. Ainda assim, no século XVIII, o país carecia de boas infraestruturas de comunicação, as estradas eram insuficientes e degradadas<sup>77</sup>.

No sentido de diagnosticar os principais problemas do país e de os solucionar, foram implementadas medidas de fomento territorial, que resultaram em programas destinados a obras públicas (fontes, pontes, estradas, encanamento de rios<sup>78</sup>, paredões...), entre as quais: «os trabalhos geodésicos para a construção de um novo mapa de Portugal, a reforma para uma nova divisão administrativa do espaço do Reino e a promulgação do alvará para as Obras Públicas do Reino»<sup>79</sup>. Estava dado o primeiro passo para um melhor conhecimento do território e para o seu futuro ordenamento.

---

<sup>75</sup> Marquês de Pombal (1699-1782), foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra entre 1750 e 1755 e Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino entre 1756 e 1777. A seu propósito, o leitor poderá consultar DOMINGUES, Mário (2002) - *Marquês de Pombal: o homem e a sua época*. Lisboa: Prefácio.

<sup>76</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental, 1789-1809 Intenção Política e Razão Técnica – o Porto do Douro e a Cidade do Porto*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, na especialidade de Teoria e História de Arquitectura, orientada pelo Professor Doutor Mário Júlio Teixeira Krüger e pelo Professor Doutor Alexandre Vieira Pinto Alves Costa e apresentada à Universidade de Coimbra, vol. I, p.45

<sup>77</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.583

<sup>78</sup> A este respeito veja-se a recente dissertação de mestrado: MOREIRA, Catarina (2015) - *As histórias que as ruas contam : (sobre a água na área de Santa Clara e Ferro, no Porto, do século XVI ao século XIX)*. Porto: [Edição do Autor].

<sup>79</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. I, p.46



No período compreendido entre 1789 e 1792<sup>80</sup>, posterior ao governo do Marquês de Pombal, os objetivos da qualificação do espaço urbano e das vias de circulação passavam por assegurar o crescimento económico e produtivo do país, ao facilitar e dinamizar as trocas comerciais, bem como melhorar as condições sociais de vida e de saúde:

«“Como falamos nos rios navegáveis, e nas estradas, e sem elas não há comunicação entre os povos, nem correios prontos, nem sistema de defesa em caso de ataque, nem agricultura, nem comércio, nem política; de maneira que um corpo político sem estradas ou rios navegáveis é o mesmo que um corpo físico sem veias.” Francisco Soares Franco, 1820-1821»<sup>81</sup>.

No Porto, uma importante impulsionadora de melhoramentos no território foi a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro<sup>82</sup>, que, visando modernizar a área onde exercia atividade<sup>83</sup>, suportou duas grandes intervenções: «a obra das estradas e caminhos do Alto Douro e a obra da barra e dos cais do Douro, desde a foz do rio até à cidade do Porto»<sup>84</sup>. Vejamos:

«Constituíram importantes instrumentos na condução desta estratégia monopolista portuense: a acção conjugada da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro [...]; a lei das Alfândegas de 1774, que excluiu os portos da região Norte (principalmente o de Viana) de participação no comércio marítimo internacional; e a apropriação por parte dos negociantes da praça comercial do Porto de alguns ramos do comércio regional»<sup>85</sup>.

---

<sup>80</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. I, p.47

<sup>81</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.677

<sup>82</sup> Criada por Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e estabelecida no Porto em 1756. À frente designada pelas versões mais curtas Companhia do Alto Douro ou Companhia. *Vd.* subcapítulo 8.11.2.

<sup>83</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.187

<sup>84</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. I, p.47

<sup>85</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.686



Já com o reinado de D. Maria I<sup>86</sup>, deu-se uma progressiva liberalização da economia, com «a liberdade de produção e exportação concedida aos vinhos de Viana, Monção, Aveiro, Bairrada, Anadia, Coimbra, Figueira e Algarve»<sup>87</sup>, que acabaria por pôr fim ao monopólio comercial dos vinhos da Companhia do Alto Douro.

De acordo com Carlos Martins, a descentralização do país e o término da bipolaridade Porto/Lisboa tornava-se uma prioridade, ainda que tenha sido a prosperidade económica criada por estes dois centros urbanos a permitir a utilização dos recursos existentes para as políticas de fomento e para o programa de obras públicas<sup>88</sup>. A partir das duas cidades, a rede de vias de circulação seria alargada e as obras interrompidas viriam a ser continuadas, herdando todavia a experiência das épocas anteriores<sup>89</sup>.

Na passagem do ano 1787 para 1788 graves cheias de Inverno danificaram as velhas infraestruturas do país. Urgia então iniciar o processo de renovação das pontes, campos, barras e vias degradadas pelas intempéries, a bem do comércio e da população, impulsionado:

«(...) pela progressiva prosperidade económica e pelo estado de paz na Europa, condições sem as quais dificilmente se poderia pôr em prática um programa de obras públicas, havia um consenso generalizado na sociedade portuguesa, em particular nas elites ilustradas, para a urgência de concretizar este objectivo, considerado na época uma questão prioritária para o desenvolvimento económico do País»<sup>90</sup>.

---

<sup>86</sup> Maria I (1734 –1816), reinou entre 1777 e 1815. A partir de 1792, por se encontrar em débil estado mental, aceitou o seu filho João (futuro D. João VI) enquanto príncipe regente do governo.

<sup>87</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.688

<sup>88</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.690

<sup>89</sup> O plano *almadino*, a ação da Companhia do Alto Douro no Porto, a reconstrução da baixa em Lisboa, os projetos para a barra de Aveiro, etc.;

<sup>90</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.701

A nova maneira de pensar as ligações territoriais acontece em consequência do surgimento de políticas cada vez mais globalizantes. A implementação destas, ao nível das obras públicas<sup>91</sup>, implicava um conhecimento mais científico desse mesmo território, tendo por base a cartografia então existente. Como vimos no capítulo anterior, já que a representação em mapa garantia uma melhor perceção do espaço, as autoridades governamentais poderiam atuar mais eficazmente na execução das obras e das transformações a nível territorial, através de uma interpretação clara e rigorosa.

Na década de 50 do século XIX<sup>92</sup>, a política de Regeneração<sup>93</sup> encetou um novo programa de desenvolvimento nacional, alterando o modo de atuar sobre o território. Empreendem-se programas de melhoramentos, com o objetivo de ampliar as vias de circulação, para os quais fora necessário conhecer melhor a ocupação e organização territorial. Neste sentido, a Comissão Central de Estatística do Reino, criada em 1857, publica no ano de 1864 o primeiro recenseamento sistemático da população.

Analisemos, de seguida, as obras que dizem respeito aos cais e arranjos da marginal, com influência direta na nossa área de estudo.

---

<sup>91</sup> Ainda que se restringisse a um âmbito regional (para as Estradas e Caminhos do Alto Douro), a Lei de 13 de Dezembro de 1788 para as Estradas e Caminhos do Alto Douro tratou-se do primeiro passo no processo de implementação de uma política de obras públicas a nível nacional. Em 1791, promulgava-se já a Lei de 28 de Março para as Obras Públicas do Reino, primeira de âmbito geral para as obras públicas em Portugal. Para saber mais, *vd.* MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.710

<sup>92</sup> Integração da Direcção dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, criado em 1852.

<sup>93</sup> «A Regeneração foi a denominação dada ao período da história da Monarquia Constitucional Portuguesa compreendido entre 1851 e 1868, que teve origem no golpe militar orientado pelo Duque de Saldanha, João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun (1790-1876). Este golpe, perpetrado essencialmente contra o Cabralismo, inaugurou um período de estabilidade política e de consenso nacional, durante o qual se procederam a diversas reformas políticas, em especial relativas à Carta Constitucional, bem como económicas, numa clara aposta de uma política de obras públicas que permitisse o crescimento económico, a par do desenvolvimento europeu que então se verificava». IHC, Laboratório de História, disponível em linha: <https://laboratoriohistoriaihc.wordpress.com/portfolio/a-regeneracao-1851-1868-e-a-monarquia-constitucional-palestra/>. Consultado a 29/07/2018, às 22:54h.

### 3.2. Plano de Melhoramentos de 1784: a abertura da cidade

Em 1784 a Junta das Obras Públicas articulou as diretrizes das suas ações, compendiadas num «Plano de Melhoramentos», onde estavam incluídas normas relativas à edificação<sup>94</sup>, na continuação das linhas gerais de intervenção urbanística.

Uma das grandes preocupações do plano prendia-se com a abertura da cidade (até então marcada por uma malha urbana estreita e irregular) e a sua expansão extramuros, o que levou a que a demolição da parte da muralha dita *Fernandina*<sup>95</sup> entre a porta de Carros e a porta das Virtudes já estivesse praticamente concluída no fim do século XVIII<sup>96</sup>.

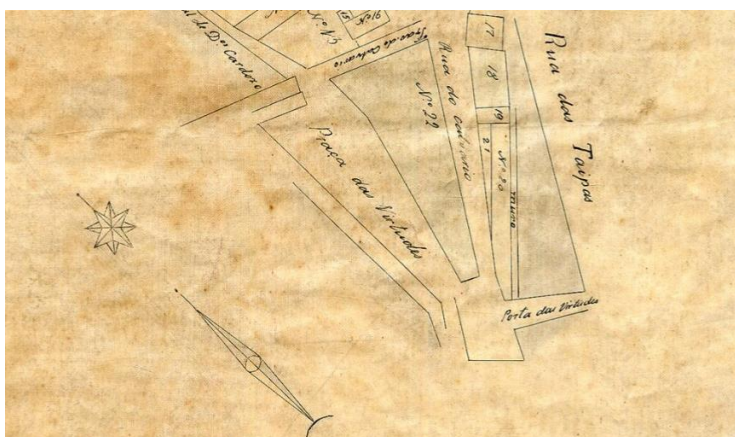


Figura 17 – Localização da porta das Virtudes. Planta dos quarteirões entre o Hospital de Santo António e a porta das Virtudes, assinada por Januário Luís da Costa. 1842. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2DzKh7h>

<sup>94</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.190

<sup>95</sup> Apesar da construção da segunda cinta de muralhas ter sido iniciada por D. Afonso IV, terminou apenas em 1376, já no reinado de D. Fernando. Ficou então conhecida pela errónea designação de "fernandina". *Vd.* <https://bit.ly/2JS8ZzP>, consultado a 09/10/2018, às 14:11h.

<sup>96</sup> SEREN, Maria, PEREIRA, Gaspar (1994) – *O Porto Oitocentista*, in RAMOS, A. O. (dir.) - *História do Porto*, Porto: Porto Editora, pp. 378-521, p.380

Esta muralha era constituída por várias portas e postigos<sup>97</sup>, entre os quais estavam alguns que se abriam para a estrada junto ao rio e que conduzia à Foz e a Bouças (designação que o concelho de Matosinhos deteve até 1909<sup>98</sup>).

Segundo Carlos Martins, começou por se desmontar o muro entre a porta do Sol, a oriente, e a porta das Virtudes, a ocidente, que constituiu uma fonte de matéria-prima. A pedra dela retirada foi utilizada em obras públicas, entre as quais os cais da cidade, os dois novos quartéis, a cadeia da Relação e o hospital de Santo António<sup>99</sup>. Destinou-se ainda aos canais de abastecimento de água e calcetamento das ruas.

Esta intervenção de conjunto veio suavizar os limites entre a cidade antiga e a *nova cidade almadina*<sup>100</sup>.

Todavia, na obra *Guia Histórica e Artística do Porto*, publicada em 1935, pode ler-se que: «subsistem os restos [de muralha] seguintes: o de Santa Clara, o da Cordoaria Velha e os muros da Ribeira»<sup>101</sup>. Ainda hoje, o pano amuralhado junto à área de estudo (por exemplo esse citado troço da velha Cordoaria) marca bem o antigo limite da cidade, deixando perceptível a localização extramuros de Miragaia.

Valerá a pena referir que, de acordo com Vítor Oliveira, depois da extinção da Junta das Obras Públicas em 1833, «a primeira tentativa [...] de planear a cidade de forma efetiva» resultou do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto, do engenheiro Corrêa de Barros (1835-1908), datado de 1881, no qual se «discute o sistema a adotar na construção das obras e o meio de financiamento para esta intervenção». Ainda que não tenha incluído peças desenhadas, os objetivos do plano passavam pela «definição do sistema viário, a edificação de equipamentos, e a resolução dos problemas de abastecimento e higiene urbana»<sup>102</sup>.

---

<sup>97</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.139

<sup>98</sup> Decreto de 6 de Maio de 1909, *História de Matosinhos*, disponível em linha: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/335>, consultado a 15/03/2018, às 17:48h.

<sup>99</sup> Projeto de 1769 da autoria do arquiteto John Carr. Linguagem Neopalladiana.

<sup>100</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. I, p.108

<sup>101</sup> PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística do Porto*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas, p.11

<sup>102</sup> OLIVEIRA, Vítor (2013) – *A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos Séculos XIX e XX*, Porto: U.PORTO Editorial, p.123

### 3.3. Programas de arranjos da marginal

Antes de dar início à análise da história das obras mais próximas ao nosso caso de estudo, e retomando uma cronologia anterior, veja-se que o primeiro cais da cidade, que data do século XV – altura em que a Vereação do Porto o dotou de «estruturas de acostagem convenientes ao desenvolvimento da navegação comercial»<sup>103</sup> -, terá sido edificado junto à Ribeira. Sobre a localização exata, Amândio Barros escreve:

«depreendendo-se que este primeiro grande cais da urbe foi edificado a jusante da Ribeira, próximo da alfândega [velha] e do terreiro adjacente, motivado pelo movimento mais intenso de navios. Indicações posteriores dão a entender que esta secção corria paralela à rua da Fonte d’Ourina e a parte da rua da Reboleira, nome pelo qual este cais será também chamado, concluído na segunda metade do século XVI»<sup>104</sup>.

*Figura 18 – Acostagem e ancoragem no Porto, 1634, in BARROS, Amândio (2016) – Porto: A construção de um espaço marítimo (...), p.62.*



Reprodução de gravura representando o Rio Douro. 1850. Louis Lebreton. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2PFLHmh>



<sup>103</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.61

<sup>104</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.51

Na mesma época, outro cais foi construído entre a praça da Ribeira e os Guindais, sem união com o anterior. Mas porque a «concretização de equipamentos do tipo cais, molhes, linguetas e estruturas de amarração fixas nos lugares marítimos do Douro, até à foz (...) só terá conhecido progresso da segunda metade do século XVIII no âmbito da política de melhoramentos urbanos almadina»<sup>105</sup>, passemos a analisar as obras da Época Moderna.

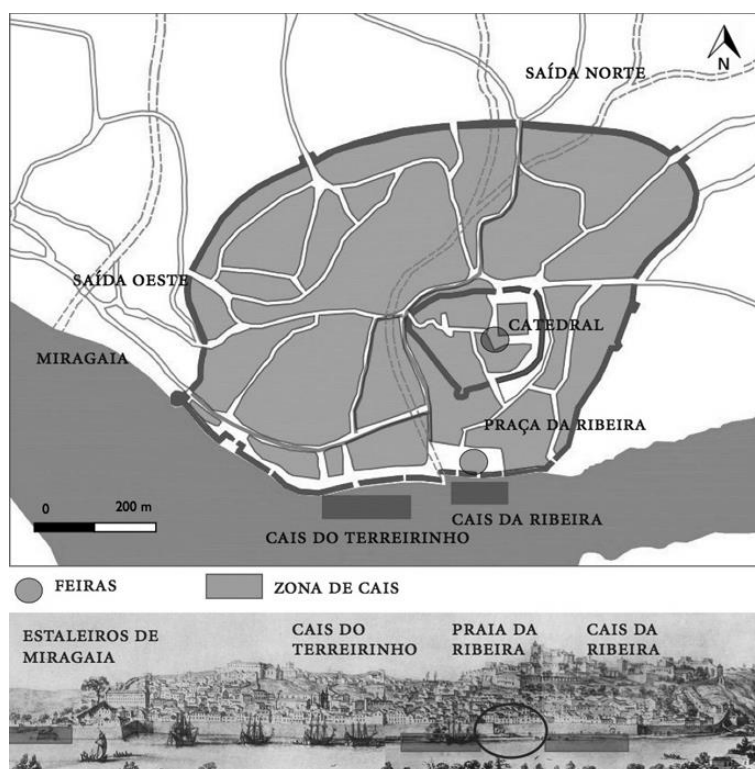


Figura 19 - Zonas de ancoragem do Porto em inícios da época Moderna. Imagem retirada de TEIXEIRA, Helena - *O papel das estruturas portuárias no desenvolvimento urbano das cidades costeiras Euro-Atlânticas: (...)*, s/p

<sup>105</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.60

Mas não comecemos a observar as construções posteriores, sem saber que em 1758, existia já: «hum caes todo de cantaria, que principiando na Porta Nobre continua já até Maçarellas, que por ser muito plano e direito, serve de delizioso passeio a toda a dversidade (*sic*) de nações que habita esta cidade»<sup>106</sup>.

No Porto, a coordenação de tais construções cabia à ação da Junta das Obras Públicas e de um arquiteto ou engenheiro militar de nomeação régia<sup>107</sup>. A encabeçar a Junta estreou-se João de Almada e Melo (1703-1786)<sup>108</sup>, cujo plano, projetado sobretudo para as cotas altas da cidade, não considerava prioritárias obras de benefício da barra ou dos cais<sup>109</sup>. Todavia, em 1786, a Junta propôs a D. Maria I a reedificação do cais de Miragaia e a sua continuação até São João da Foz, criando também uma estrada que ligasse a cidade aos aglomerados urbanos ribeirinhos<sup>110</sup>. À frente da Junta ainda estava João de Almada, que não chegou a obter resposta, falecendo no mesmo ano.

Um novo plano, que empreendia a demolição da muralha da cidade na área dos Clérigos, «abria campo não só à possibilidade de reformulação do tecido urbano entre a cidade interior e exterior às muralhas, ou seja, entre a *cidade antiga e a cidade nova*, como permitia encarar com maior convicção as complexas obras de cais e aquedutos»<sup>111</sup>.

---

<sup>106</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.598

<sup>107</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.697

<sup>108</sup> Chegado à cidade do Porto em 1757, com objetivo de solucionar um motim contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, João de Almada e Melo começa a ocupar, nesse mesmo ano, o lugar de Governador de Armas do Porto. Em 1764, dois anos volvidos sobre a criação da Junta, tornou-se Governador da Justiça e Relação do Porto. Foi encarregado da Junta de Obras Públicas até à sua morte em 1786, data em que o filho Francisco de Almada e Mendonça toma o lugar.

<sup>109</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.792

<sup>110</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.792

<sup>111</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.794-795

Com o segundo governo mariano, compreendido entre 1788 e 1801<sup>112</sup> e presidido por José de Seabra da Silva (1732-1813), a execução das políticas de obras públicas era partilhada entre a Junta, a Companhia do Alto Douro e o corregedor Francisco de Almada e Mendonça (1757-1804), diferentemente do que havia sido feito durante a gestão pombalina, na qual as funções estavam centralizadas em João de Almada<sup>113</sup>.

Desta feita, iniciou-se em 1789 a construção do cais do Mosqueiro<sup>114</sup> (também designado cais da Paixão, ou das Pedras), com uma reentrância que servia de abrigo natural para ancoradouro, a funcionar também como passagem marginal entre a praia fluvial do Mosqueiro e a de Massarelos, que prolongava o cais-estrada de Miragaia à Arrábida. Para a construção deste cais-estrada foi necessário proceder à expropriação de terrenos de quintas e casas privadas que se localizavam junto ao rio. Os terrenos públicos foram doados gratuitamente<sup>115</sup>.

Ainda no ano de 1789, chegava ao Porto o engenheiro Reinaldo Oudinot (1747-1807), nomeado responsável pela elaboração de propostas para o melhoramento da barra do Douro e do seu canal de navegação, deteriorados no âmbito da cheia de 1788<sup>116</sup>. Oudinot viria a conceber o dito cais-estrada que, pela primeira vez, organizava enquanto frente urbana unitária toda a marginal do Douro, desde a Foz até à cidade<sup>117</sup>, ligando os núcleos urbanos de Miragaia, Monchique, Massarelos, Bicalho, Ouro, Sobreiras, Cantareira e São João da Foz<sup>118</sup>.

---

<sup>112</sup> De acordo com BRIOSA, João (2012) - *O Convento dos Lóios no Porto*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura pelo Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, orientada pelo Professor Doutor Rui Pedro Mexia Lobo e pelo Arquitecto Carlos Henrique de Moura Rodrigues Martins, pp.19-25, o primeiro governo mariano correspondeu ao período entre 1777 e 1788 e foi liderado por Pedro Moniz e Sousa, Marquês de Angeja (1716-1788).

<sup>113</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.801.

<sup>114</sup> «sob a direcção de José Champalimaud de Nussane, com a colaboração de Teodoro de Sousa Maldonado, assistência e fiscalização de Henrique Archer (1734-?) e execução a cargo do mestre-pedreiro Henrique Ventura Lobo, começando a sua construção pelo lado Nascente», MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.799.

<sup>115</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.842.

<sup>116</sup> «As águas teriam subido cerca de 4,26 metros acima do cais da Ribeira e uma semana depois o nível das águas do rio ainda se mantinha elevado. A violência das águas deixou um rasto de destruição na cidade baixa, cobriu de areias os cais desde Ribeira a Miragaia», MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.780.

<sup>117</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. I, p.107.

<sup>118</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.823.



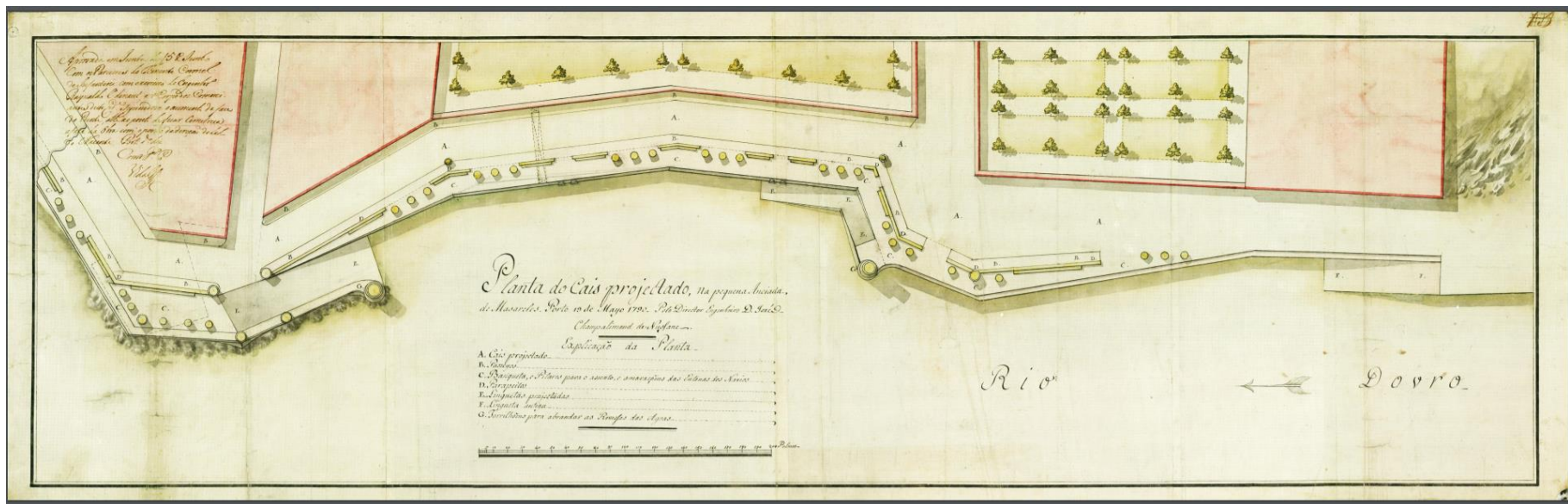


Figura 20 - Projeto para um cais na enseada de Massarelos, da autoria de José Champalimaud de Nussane. 1790. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2JJKOs7>

«Na legenda, pouco visível na gravura, pode ler-se: “A – Cais projectado. B – Passeyos. C – Banqueta e Pilares para o assento e amarrações das entenas dos navios. D – Parapeitos. E – Linguetas projectadas. F – Linguetta antiga. G – Torrilhões para abrandar as revessas das Agoas”»<sup>119</sup>.

<sup>119</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.60

A Companhia havia já proposto a construção de um cais na praia de Massarelos, prolongando o já iniciado entre Miragaia e o Mosqueiro (cais das Pedras, junto a Monchique), por ser, como este, considerado um abrigo seguro em períodos de cheia<sup>120</sup>. Estas considerações viriam a fazer parte do programa de Oudinot.

De facto, «quem conhece o sítio sabe que a distância que separa Monchique de Massarelos é curta. No entanto, [...], a separação era bem real. Não se sabe ao certo se haveria ligações terrestres entre eles, mas se havia, eram caminhos interiores. (...) A ligação marginal, completada por casas, só deve ter sido concretizada no século XIX»<sup>121</sup>.

Para articular o tal cais do Mosqueiro e o que estava a planear em Massarelos, o engenheiro deu a um esporão rochoso, que se situava junto à cabeceira da igreja de Massarelos, a forma de um bastião, através de uma plataforma semicircular, e que parece ter querido evocar o baluarte de São Filipe, construção em linguagem Renascentista, que existiu junto à porta Nobre, em Miragaia<sup>122</sup>.

---

<sup>120</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.783

<sup>121</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.31

<sup>122</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.859

Vejamos uma descrição do primitivo elemento defensivo:

«Sobre a Porta Nobre, para a parte do Norte, aonde esta freguezia confronta a de São Nicolao, está hua torre que servio de caza da polvora e hoje de Vedoria do Regimento, do Partido desta cidade. E para a parte do rio finaliza o muro em hum forte ou rebelim que fabricou Dom Sancho de Avilla no anno de 1580, quando por ordem do seu General, o Duque d'Alva, veio desalojar da cidade ao Senhor Dom Antonio, filho do Senhor Infante Dom Luiz. Hé forte capaz de vinte pessoas, tem parapeitos à moda da Flandes, donde vinha de militar o dito Dom Sancho»<sup>123</sup>.



Figura 21 – Esq.: Pormenor de gravura representando a Praia de Miragaia, o baluarte de São Filipe e a porta Nobre. 1736. Autoria: H. Duncalf (des.?); William Henry Toms (grav.). AHMP. Disponível em linha: <https://bit.ly/2B4F0IH>

Figura 22 – Dir.: Praia de Miragaia junto ao fortim de S. Filipe. Imagem retirada de BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.203

<sup>123</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.598; Na página 115 de BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, pode ler-se: «Depois da derrota da Armada Invencível, em 1588, e das redobradas ameaças à navegação e portos ibéricos, foi decidida, no Porto, a edificação de uma segunda linha defensiva junto da cidade, efectuada pela construção do baluarte de S. Filipe, em 1589, no lado poente da muralha, dominando o rio e dotado de artilharia».

Salienta-se a importância da lei de 15 de fevereiro de 1790, que «(...) definiu que a obra da barra tinha como espaço geográfico o território desde a Ribeira até à foz do Douro» e «que o programa de obras públicas da cidade se restringia à construção de aquedutos e cais»<sup>124</sup>. Com ela, deu-se início a um novo ciclo dentro do processo de transformação da forma urbana da cidade.

Oudinot assumia assim a função de transformador da cidade à cota baixa, tendo a obra sido autorizada no ano de 1791 pelo ministro do Reino<sup>125</sup>. Em 1795 estavam já reformulados os cais de Monchique e Massarelos, «estabelecendo-se a partir de então os ordenamentos conjuntos das fachadas dos novos edifícios que abriam sobre o rio, da responsabilidade de Champalimaud de Nussane»<sup>126</sup>, na tentativa de criar uma imagem ribeirinha unitária. A rematar o arranjo marginal do cais de Monchique surge a alameda de Massarelos<sup>127</sup>.

Não tendo ficado por aqui, no ano de 1792 estende as obras, que deveriam anteriormente confinar-se à via marginal da Foz à Ribeira, alargando-as agora à área da Ribeira ao esteiro de Campanhã<sup>128</sup>.

---

<sup>124</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.842

<sup>125</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II p.842

<sup>126</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.216

<sup>127</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.217

<sup>128</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II p.853

Em síntese, durante o período almadino<sup>129</sup> a política de obras públicas foi sobretudo dirigida para a construção da cidade nova às cotas altas e para a reestruturação da cidade antiga, visando um desenvolvimento futuro.

Todavia, agora no período *seabrino*<sup>130</sup>, os objetivos eram antes o benefício «das infraestruturas portuárias, urbanas e militares», a «construção de equipamentos públicos, civis e militares» e a interligação do «tecido urbano da cidade antiga com o da cidade nova»<sup>131</sup>. Esta ação deu-se graças à orientação reformista do segundo governo de D. Maria I e seus ministros José de Seabra da Silva (1732-1813) e Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), primeiro visconde de Balsemão, que impulsionaram as políticas de fomento territorial<sup>132</sup>. Não esqueçamos a ação fundamental da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, cujo legado descreve Fernando de Sousa:

«a Companhia, ao longo do rio Douro, ao abrir estradas e caminhos, ao construir pontes, cais e armazéns, ao regularizar o curso do rio, como bem referiu Gaspar Pereira, “legou ao Douro um vastíssimo património”, mas também ao Porto, onde a estrada marginal até à Foz do Douro, os cais e paredões construídos nas duas margens do rio se mantiveram operacionais até ao século XX»<sup>133</sup>.

---

<sup>129</sup> Tendo em conta a datação de Joaquim Ferreira Alves, o período almadino corresponde aos anos entre 1757 e 1804.

<sup>130</sup> Nome atribuído devido à ação do ministro José de Seabra da Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino da Rainha D. Maria I desde 1788.

<sup>131</sup> SERRA, Cláudia (2016) - *Um entendimento sobre o espaço vazio no contexto urbano – As Fontainhas como laboratório urbano*. Porto: FAUP, p.75

<sup>132</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.781

<sup>133</sup> SOUSA, Fernando (2008) - *O Legado Da Real Companhia Velha (Companhia Geral Da Agricultura Das Vinhas Do Alto Douro) Ao Alto Douro E A Portugal (1756-2006)*, In *A Companhia E As Relações Económicas De Portugal Com O Brasil*, População e sociedade, n.º 16, 2008, p. 15-30, CEPSE, Porto: Edições Afrontamento, p.24



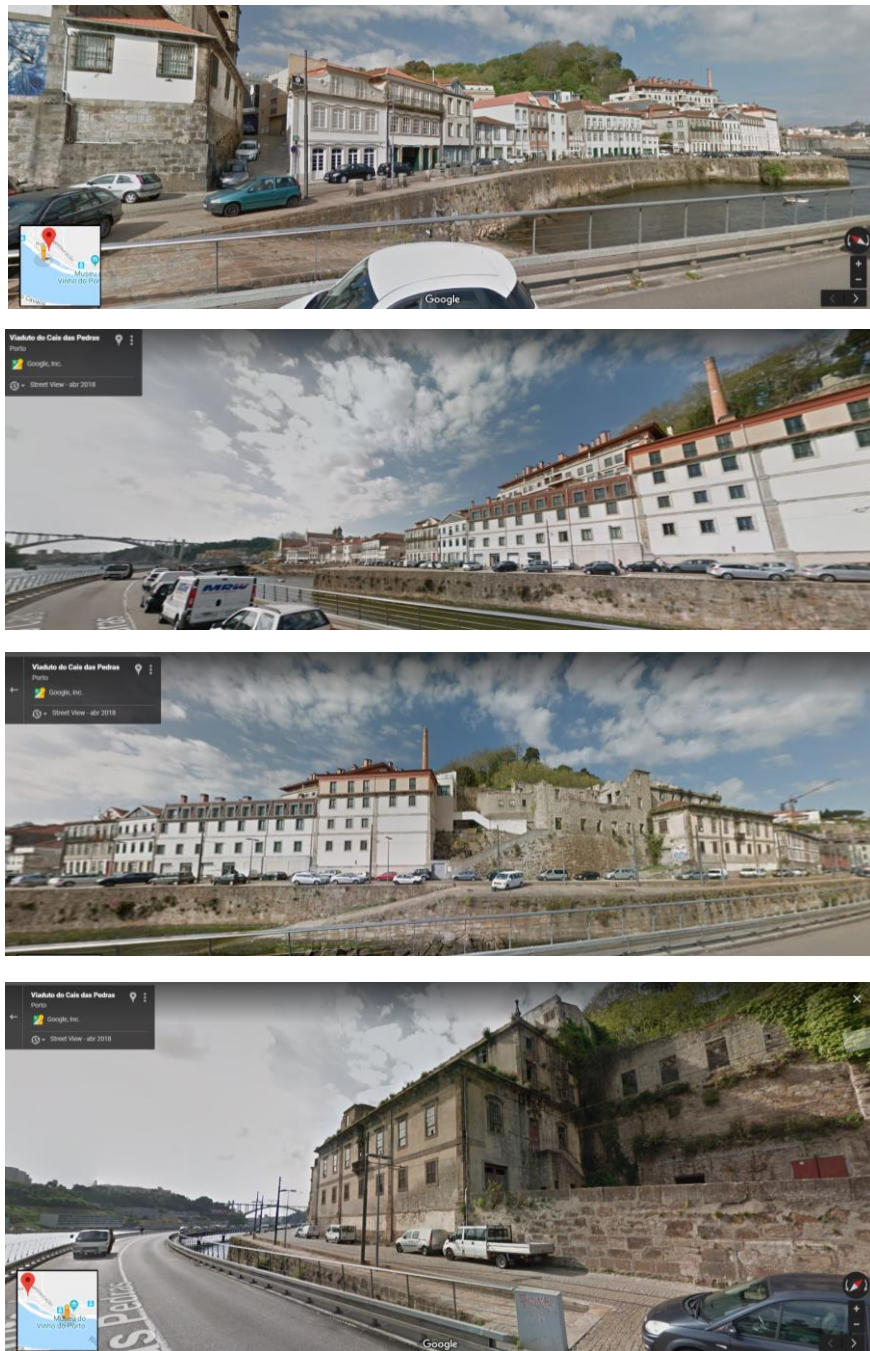


Figura 23 – Vistas sobre o cais Novo e o cais das Pedras. *Google Maps Street View*, 2018.

«Parte destes equipamentos setecentistas ainda hoje são visíveis (as linguetas) e o local continua a ter serventia para os pequenos barcos de pesca que ainda insistem na faina (...)». BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.61

### 3.4. Alguns dados sobre a história da cidade no século XIX: tumultos e reorganização

Corria o ano de 1807 quando um exército francês invadiu Portugal, sob comando de Junot (1771-1813), em consequência da recusa em fechar os portos portugueses à velha aliada Inglaterra. Já depois da expulsão de Junot, chega ao país o general Soult (1769-1851), entrando pelo Porto em 1809. A terceira e última invasão francesa dá-se em 1810, com Massena (1758-1817) no comando, e termina logo no ano seguinte, acabando por ter menor impacto para a cidade do que as anteriores.

Em 1820 dá-se no Porto a Revolução Liberal, que instituiu a Monarquia Constitucional, seguida da guerra civil entre liberais e absolutistas, ocorrida entre os anos de 1828 e 1834<sup>134</sup>. A cidade molda-se ao conflito. Durante o cerco do Porto (1832-1833), em diversos lugares, entre os quais o largo e a quinta das Virtudes, instalam-se baterias.

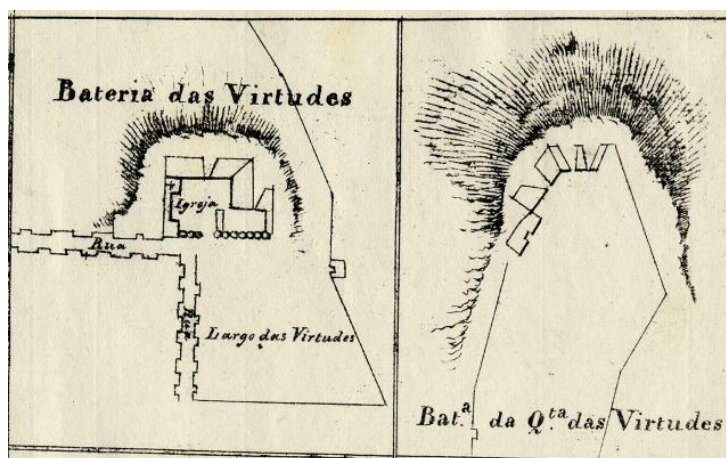


Figura 24 - Bateria das Virtudes e Bateria da quinta das Virtudes. 1834. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/371658/?q=virtudes>

<sup>134</sup> Acerca das consequências da guerra civil na cidade do Porto veja-se, por exemplo, o estudo de PEREIRA, Fátima (2014) - *O quotidiano de uma cidade cercada : o Porto no tempo do Cerco (1832-1833)*, Dissertação de mestrado em História Contemporânea, orientada pelo Professor Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Tudo isto contribuiu para uma grave situação económica, política e social, obrigando à paralisação dos trabalhos de urbanização. De acordo com Bernardo J. Ferrão, a ampliação urbana só voltaria a ter lugar em meados do século XIX<sup>135</sup>.



Figura 25 - Reprodução de uma gravura representando a entrada dos franceses no Porto em 29.3.1809. 1943. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2JpNTah>

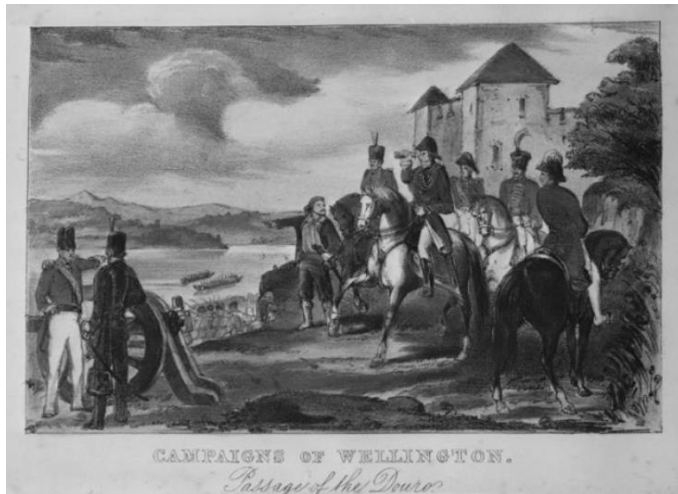


Figura 26 – Tropas inglesas na passagem do Douro, durante as invasões francesas. 198?. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2RDLj4P>

---

<sup>135</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.195



Mas falemos agora da reorganização da cidade. A centúria de Oitocentos, sobretudo no último quartel, foi para a cidade tempo de desenvolvimento também. O Porto do século XIX continua a ter como principal fonte de rendimento a atividade mercantil, ainda fortemente assente no comércio do vinho do Porto. Mas, a par, desenvolvia-se a indústria, que se multiplicava através de pequenas unidades, geralmente familiares, de tradição corporativista<sup>136</sup>. À florescente industrialização<sup>137</sup> juntou-se o nascer de novas formas de transporte e infraestruturas.

No que toca ao urbanismo, o processo de destruição consequente dos anos de guerra resultou na interrupção do desenvolvimento das políticas de fomento e do programa das obras públicas. Todavia, por Decreto de 30 de agosto de 1852<sup>138</sup>, durante o segundo governo de D. Maria II (1819-1853)<sup>139</sup>, foi criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, «que privilegiou o desenvolvimento de infra-estruturas de comunicação terrestres e marítimas»<sup>140</sup> e esteve em vigor até 1910.

Seria Manuel António da Fonseca e Gouveia (1746-18??), presidente da Junta das Obras Públicas, a retomar os trabalhos de intervenção no tecido urbano do Porto. A posição de arquiteto da cidade estava ocupada por Barros Lima (1798-1834)<sup>141</sup>.

---

<sup>136</sup> BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo : contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo*. Porto: FAUP, p.14

<sup>137</sup> «Por conveniência chamaram-lhe “progresso”. Outros com um pouco mais de precisão histórica chamaram-lhe “industrialização”. Outros não lhe chamaram nada... foi simplesmente o que “naturalmente” aconteceu em quase todo o lado no nosso país e mesmo, ainda que em tempos diferentes, a uma escala praticamente global». PEREIRA, Pedro (2011) - *O princípio do fim da era pós-industrial (I)*. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, disponível em linha: <http://www.barometro.com.pt/2011/07/01/o-principio-do-fim-da-era-pos-industrial-i/>

<sup>138</sup> ANTT – Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, disponível em linha: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4229940>, consultado a 10/11/2018, às 19:17h

<sup>139</sup> Dona Maria II governou entre 1826-1828, ano em que foi deposta por Miguel I, e depois entre 1834-1853.

<sup>140</sup> FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel J. (2013) - *Etapas de consolidação da paisagem urbana (...)*, p.200

<sup>141</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. I, p.566-567

Precisamente no século XIX viria a impor-se a obrigatoriedade de apresentar, por parte dos proprietários, os pedidos de licença de obra à Câmara Municipal, para novas construções ou alterações nas existentes<sup>142</sup>. Vejamos como se desenvolveu o espaço urbano.



Source: Barata (1996) over a 1892 map

Figura 27 – Ruas abertas pela Junta das Obras Públicas. In OLIVEIRA, Vitor (2014) – *The Urban Form of Porto (...)*, s/p

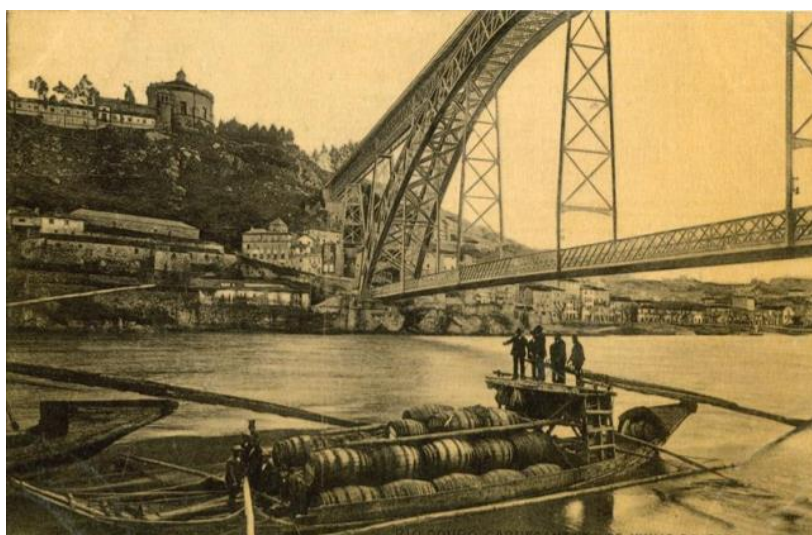


Figura 28 - Rio Douro: carregamento de vinho do Porto. Bilhete postal ilustrado. 1900. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2JID2Kn>

---

<sup>142</sup> BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.27

### 3.5. O espaço urbano Oitocentista

O espaço urbano da cidade do Porto sofreu grandes alterações durante o século XIX, sobretudo na segunda metade deste, coincidentes com o forte crescimento populacional<sup>143</sup>, e que conduziram à transformação dos «laços que animavam a relação entre o habitante e o seu espaço de referência»<sup>144</sup>. Tais alterações não abrangiam nem todo o espaço urbano nem todos os grupos sociais, podendo até aumentar as diferenças entre eles: «Dir-se-ia que a grande mudança está justamente no agravar das distâncias físicas e sociais entre os espaços e entre os homens que coexistem na cidade e que se traduzem em tempos de viver diferenciados»<sup>145</sup>.

O Porto viria então a ultrapassar a estagnação da renovação urbanística do início de Oitocentos, causada pela instabilidade política e económica, pelas invasões francesas e pela conturbada instauração do liberalismo, de que falámos no subcapítulo infra. Com o novo impulso construtivo, a cidade começa a expandir-se para a periferia. No final do século XIX, estão em franco desenvolvimento os arrabaldes da Foz, Lordelo (Ouro), Ramalde, Paranhos, Campanhã<sup>146</sup>.

Se, por um lado, a zona ribeirinha ganha novo alento com a construção da Alfândega em Miragaia, «a ligação por Americano à Foz através da marginal (1872)» e «a substituição da ponte pênsil pela ponte dupla D. Luís I (1886)»<sup>147</sup>, por outro, o assoreamento da barra do Douro e o novo porto de Leixões retiram-lhe importância (vd. subcapítulo 4.3.3.).

---

<sup>143</sup> PEREIRA, Gaspar M. (1995) – *Famílias Portuenses na virada do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, p.58.

<sup>144</sup> ALVES, Jorge (2003) - *O Porto oitocentista: a cidade e os espaços industriais*, in JORGE, Vítor Oliveira (coord.) - *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metápolis*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Coimbra: Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Arqueológicos, pp. 217-222, p.2.

<sup>145</sup> SEREN, Maria do Carmo, PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista (...)*, p.391.

<sup>146</sup> ALVES, Jorge (2010) – *O progresso material. Da Regeneração aos sinais de crise*. História Do Porto, vol. 11, p.31.

<sup>147</sup> REBELO, Elvira M. – *Da Clausura ao Século: o destino de dois espaços conventuais do Porto*, p.134; Barata Fernandes coloca o desmantelamento da ponte Pênsil no ano de 1887, e a inauguração da Ponte Luís I em 1888, in FERNANDES, Francisco B. (2017) – *O Douro: Frentes de arquitectura, de paisagem e património*. In DIAS, Lino; ALARCÃO, Pedro (coord.) (2017) – *Paisagem Antiga (...)*, p.51.

No centro da urbe, as operações focam-se em diminuir pontos de insalubridade e melhorar a estrutura viária. Aumentava a população, bem como a necessidade de habitação e, por conseguinte, a especulação imobiliária. O crescimento proporcionalmente rápido da cidade refletia-se no aumento das casas, em três a oito andares, nas quais residia, em regime de aluguer e subaluguer, um grande número de pessoas<sup>148</sup>. Multiplicavam-se, no centro antigo do Porto, «ilhas»<sup>149</sup>, «colmeias» e «ilhas em altura» - estas últimas resultantes da divisão de prédios de andares em alojamentos para várias famílias<sup>150</sup>.

Tornava-se claro o contraste entre a habitação em ilha e os valores da ética familiar burguesa – em especial no seio da alta burguesia –, entre os quais imperava a privacidade da família face a estranhos<sup>151</sup>. Ainda no século XIX, assistia-se à divisão entre as esferas do público e do privado, sobretudo no que respeita ao afastamento do espaço residencial do espaço laboral. Esta separação continua a dar-se para além do século XIX – tomemos o exemplo do prédio nº161-162 da rua de Miragaia, em que Manoel Bento Gonçalves mandou «dividir a loja da casa em que habita (...), a fim de separar a referida loja e dar uma entrada especial para os andares superiores, construindo para isso um tapamento de tabique»<sup>152</sup>. A *intimidade* e o *espírito doméstico* são comuns nos ideais da família moderna, traduzindo-se no olhar para a casa enquanto refúgio face ao mundo exterior:

«segundo Ariès, a família nuclear moderna resultaria de uma longa evolução entre as elites, caracterizada pelo distanciamento gradual entre a vida doméstica da vida social, dissociando as funções afectivas das funções sócio-económicas, a par da separação entre espaços públicos e privados, conduzindo ao afastamento de servidores e da parentela do espaço íntimo da vida da família nuclear»<sup>153</sup>.

---

<sup>148</sup> GÜNTHER, Anni (2002) – *Porto, 1763-1852 - A Construção da Cidade Entre Despotismo e Liberalismo*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto, p.254

<sup>149</sup> «As ilhas consistiam em filas de pequenas casas térreas, com uma média de 16 m<sup>2</sup>, construídas nas traseiras de antigas habitações das classes médias. O único acesso da ilha para a rua era feito através de um estreito corredor que passava por baixo da casa burguesa, construída à face da rua. Desenvolvimentos subsequentes elaboraram este modelo, mas o tipo básico de ilha manteve-se.» TEIXEIRA, Manuel (1994) - *A habitação popular no século XIX (...)*, p.555

<sup>150</sup> SEREN, Maria do Carmo, PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista (...)*, p.395

<sup>151</sup> SEREN, Maria do Carmo, PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista (...)*, p.397

<sup>152</sup> Ficha nº: 218 (Licença de obra nº 193/1908 [Livro nº206]).

<sup>153</sup> PEREIRA, Gaspar M. (1995) – *Famílias Portuenses (...)*, p.34



Figura 29 – Esq.: Ponte Pênsil. Bilhete postal ilustrado. Editor: Le Temps Perdu. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2AMCDn3>; Dir.: Construção da ponte Luís I, 1883, Arquivo de Emílio Biel e Companhia. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2JHj02A>



Figura 30 – Esq.: «Ilha no Porto. A figura mostra o que parece ser o combate a um incêndio em uma das casas da ilha», in BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.37; Dir.: Peste Bubónica: desinfestação de uma ilha do Porto. 1899. Foto Guedes. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2OqoLTa>



Figura 31 – Rua dos Mercadores. CRUARB (2000/2001) – *Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana. As intervenções de 1974 a 2000*. Porto: CMP, p.64 e 65

Ainda em Oitocentos, intensifica-se a atividade industrial da cidade, sobretudo nos setores da tecelagem, da moagem e da fundição. Sobre a relação entre a «industrialização, a urbanização e os modos de formação e organização das famílias»<sup>154</sup>, torna-se necessário explicar que esta não foi simples nem linear, mudando sobretudo de acordo com o contexto sócio-histórico, «tendo em conta que os diferentes grupos possuem hábitos e adoptam estratégias de vida diferenciadas»<sup>155</sup>. Por isto, a pequena e média burguesia, dentro das quais se enumeravam os mestres de ofício e comerciantes, continuaram a habitar os andares cimeiros das casas esguias<sup>156</sup>, sobre a loja ou oficina, ao contrário do que víamos nos parágrafos anteriores.

De facto, a classe burguesa vai-se setorizando, tal como a influência que exerce na urbe. A *divisão* dentro da burguesia poderá ter-se refletido, ao olhar literário de Júlio Dinis<sup>157</sup> (e bem explicado por Luiz Backheuser<sup>158</sup>), na distribuição das suas habitações.

Leia-se: «esta nossa cidade (...) divide-se naturalmente em três regiões, distintas por fisionomias diferentes. A região oriental, a central e a ocidental. O bairro central é o portuense propriamente dito; o oriental, o brasileiro; o ocidental, o inglês.»<sup>159</sup>.

---

<sup>154</sup> PEREIRA, Gaspar M. (1995) – *Famílias Portuenses (...)*, p.32

<sup>155</sup> PEREIRA, Gaspar M. (1995) – *Famílias Portuenses (...)*, p.32

<sup>156</sup> PEREIRA, Gaspar M. (1995) – *Famílias Portuenses (...)*, p.47

<sup>157</sup> *Vd.* DINIS, Júlio (1867) – *Uma Família Inglesa*. Porto: Porto Editora, edição de 2010

<sup>158</sup> BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.110

<sup>159</sup> DINIS, Júlio (1867) – *Uma Família Inglesa (...)*, p.47

Ou seja, no Porto ocidental<sup>160</sup> prevalecia a burguesia mais tradicional, ligada ao comércio.

A oriente, uma burguesia industrial, associada aos *brasileiros*<sup>161</sup>. Por certo, o retorno de vários emigrantes portugueses no Brasil, muitos deles com fortuna, que procuram demonstrar o seu sucesso através da construção com recurso a linguagens distintas das tradicionais, contribuiu para a introdução de soluções construtivas e decorativas diversas<sup>162</sup>.

---

<sup>160</sup> «O Decreto de 21 de outubro de 1868 modifica a divisão geográfica e administrativa do concelho do Porto, extinguindo o Bairro de Cedofeita, bem como o de Santo Ovídio e o de Santa Catarina. São criados em sua substituição o Bairro Oriental (1.º Bairro) e o Bairro Ocidental (2.º Bairro), com as respetivas administrações. Faziam parte do Bairro Ocidental as freguesias de Cedofeita, Foz do Douro, Lordelo do Ouro, Massarelos, Miragaia, São Nicolau e Vitória. A partir de 1895 as freguesias de Aldoar, Nevogilde e Ramalde, anexadas ao concelho do Porto, passam a integrar o Bairro Ocidental, de acordo com o decreto de 21 de novembro desse ano. (...) A Lei n.º 8/81, de 15 de junho de 1981 extingue os bairros administrativos.», disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/30795/>.

<sup>161</sup> Para mais informações vd. ALVES, Jorge (1993) — *Os “brasileiros”: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>162</sup> O fenómeno da designada Casa do Brasileiro é demasiado complexo para ser desenvolvido no contexto deste trabalho. Sobre o assunto veja-se a obra de TAVARES, Domingo (2015) - *Casas de Brasileiro, Erudito e Popular na Arquitectura dos Torna-Viagem*. Porto: Dafne Editora.

### 3.6. Políticas de higienização

No início do século XIX, à semelhança de outras cidades europeias, o Porto era ainda sujo e mal iluminado, apesar de se encontrar, desde Setecentos, num processo de melhoria das condições urbanas, tal como vimos com a atividade da Junta das Obras Públicas<sup>163</sup>. Tendo por base valores Iluministas, para além de se empenhar na ordenação do rápido crescimento extramuros, a Junta teve como tarefas a racionalização e a higienização do espaço urbano, que não só viu ampliada a sua rede de ruas, pavimentações e novos passeios, como também conheceu soluções para problemas de limpeza e abastecimento de águas<sup>164</sup>.

Todavia, nas zonas correspondentes ao antigo núcleo intramuros, fazia-se notar a sobreocupação dos lotes, decorrente da densificação da malha construída, da qual resultou uma notória falta de condições de habitabilidade, visível ainda em períodos recentes, como o atesta a descrição que adiante citamos de Pinho Leal, a exposição que o Padre Américo fez do Barredo, em 1952<sup>165</sup>, bem como os trabalhos de inquérito urbano<sup>166</sup> e as propostas de renovação urbana, na qual destacamos a obra de Fernando Távora datada de 1969 (*Estudo de Renovação Urbana do Barredo*).

---

<sup>163</sup> BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.21

<sup>164</sup> OLIVEIRA, J. (1973) – *O espaço urbano do Porto (...)*, p.265

<sup>165</sup> *Vd.* AGUIAR, Américo Pe. (1952) - *O Barredo*. Paço de Sousa: Ed. da Casa do Gaiato

<sup>166</sup> «Entre os anos lectivos de 1958-59 e 1968-69, os exercícios lançados na ESBAP por Octávio Lixa Filgueiras na disciplina de Arquitectura Analítica denominaram-se “inquéritos urbanos” e ensaiaram diferentes abordagens ao “Estudo Analítico” das respectivas áreas de intervenção. De facto, os “inquéritos urbanos” constituíram uma referência fundamental para compreender a formação social do arquitecto neste período na ESBAP. O objecto de estudo destes exercícios era a cidade, com especial atenção para os sectores da “cidade operária” do Porto, nomeadamente, a Zona da Universidade (1961-62), Matosinhos (1962-63), Miragaia (1963-64), o Barredo (1964-65 a 1968-69), Nasoni (1964-65 a 1965-66) e a Rua do Almada (1966-67 a 1968-69)», MONIZ, Gonçalo; CORREIA, Luís M.; GONÇALVES, Adelino (2014) - *Estudo De Renovação Urbana Do Barredo A Formação Social Do Arquitecto Para Um Território Mais Democrático*, Revista Estudos do Século XX, número 14, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 319-320.



Segundo Pinho Leal, a zona amuralhada deste bairro do Barredo era, no século XIX, «o mais immundo do Porto», bastante povoado, quase «exclusivamente de vareiras, regateiras, vendilhões e carrejões»<sup>167</sup>.

Logo em 1834 é publicado um Edital «sobre normas a cumprir pela população, relativamente à higiene e limpeza da cidade»<sup>168</sup>, e que se dirigia sobretudo aos talhantes, vendedoras de miudezas, taberneiros e carreiros (fig. 34).

A partir de 1855, a noite na cidade tornou-se um pouco menos escura, com a colocação de iluminação a gás nas suas principais artérias, em substituição dos lampiões de azeite de purgueira<sup>169</sup>. No ano de 1891, o Porto possuía mais de 2500 candeeiros. Uma década depois, mais de 3800<sup>170</sup>.

---

<sup>167</sup> LEAL, Augusto (1875) - *Portugal Antigo e Moderno*. Portugal: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, vol. VI, p.59

<sup>168</sup> Edital [sobre normas a cumprir pela população, relativamente à higiene e limpeza da cidade, 25 de Novembro de 1834]. Porto, Câmara Municipal, 1834. AHMP. Disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/344028/?q=Higiene>

<sup>169</sup> SEREN, Maria, PEREIRA, Gaspar (1994) – *O Porto Oitocentista (...)*, p.392

<sup>170</sup> SEREN, Maria, PEREIRA, Gaspar (1994) – *O Porto Oitocentista (...)*, p.392

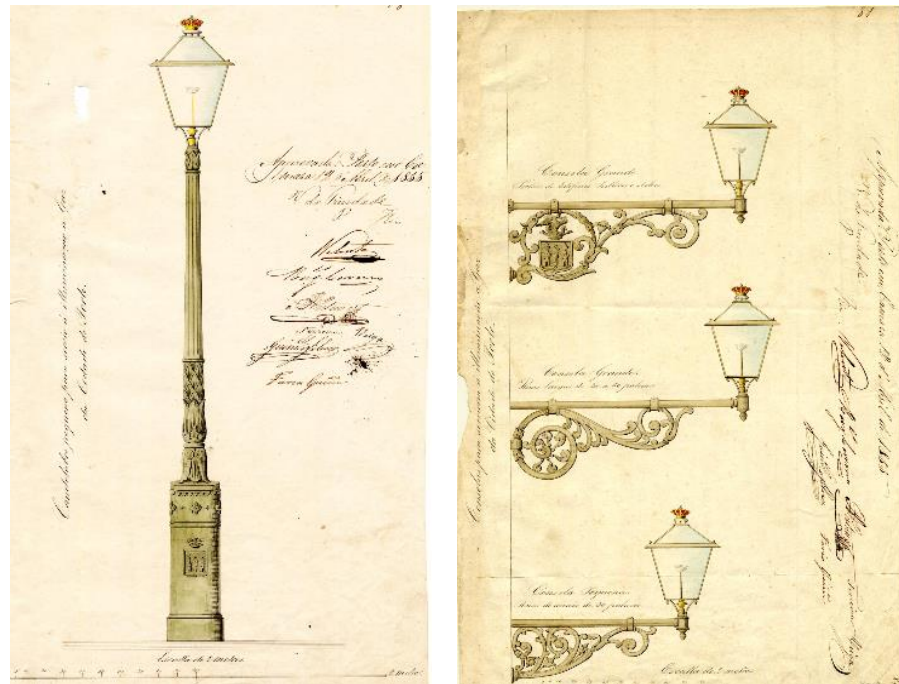


Figura 32 - Candelabro pequeno (esq.) e consolas (dir.) para servirem à iluminação a gás da cidade do Porto. 1855. AHMP, disponíveis em <https://bit.ly/2D5tZSy> e <https://bit.ly/2ALFjBr>

Todavia, nem a aluminação nem a abertura de ruas largas e retilíneas pôs término a um certo «aspeto de aldeia»<sup>171</sup> que ainda caracterizava o Porto, onde, nalguns locais e para alguns estratos, o trabalho se confundia com a habitação e o espaço público com o doméstico.

A consciencialização da gravidade das epidemias – como a da peste bubónica que assolou a cidade em 1899<sup>172</sup> - levou a uma maior valorização da salubridade nos meios burgueses, aumentando, no seio privado, o asseio e a higiene pessoal. Ainda assim, na cidade, e porque carecia esta de higienização nos meios mais pobres, urgia um melhor sistema de distribuição de águas e saneamento.

<sup>171</sup> BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.22

<sup>172</sup> O leitor pode consultar a transcrição de *A Peste Bubónica do Porto*, obra de Ricardo Jorge, originalmente publicada em 1899, e recentemente reeditada pela Deriva Editores.

Já em 1869 as questões higienistas constavam do Livro de Código de Posturas Municipais<sup>173</sup>. Nesse mesmo ano, o engenheiro-construtor Eugène Henri Gavand havia realizado um estudo através do qual concluiu ser imprescindível encetar um eficaz sistema de distribuição de água. Ainda assim, vigorava já o ano de 1883 quando este se iniciou.

Em 1886 a Companhia Geral das Águas do Porto aprovava um «regulamento para encanamentos particulares e consumo de água»<sup>174</sup>:

«"Artigo 1.º: A companhia tem o direito de obrigar os proprietários dos prédios no Porto, a fazer n 'esses prédios, á sua custa, a canalisação de água desde a soleira até o último andar, e no interior dos mesmos prédios e em condições de se prestar ao fornecimento de água da companhia para os usos domésticos dos habitantes, por toda a parte onde a companhia tenha estabelecido nas vias publicas a sua canalisação geral; e igualmente terá o direito de ampliar essa obrigação aos proprietários dos prédios situados fora do perímetro da cidade, dentro do concelho, mas unicamente em ruas, praças ou estradas publicas, onde a companhia tenha estabelecido a sua canalisação geral em estado de fornecer água (condição 13." do contrato de 22 de março de 1882, aprovado por lei de 12 de julho do mesmo ano)"»<sup>175</sup>.

A rede de esgoto, insuficiente e ineficiente, continuava a contribuir, durante a segunda metade do século XIX, para a insalubridade na cidade, uma das causas da elevada mortalidade. Correria o ano de 1887 quando entrou em funcionamento um sistema de canalizações. Em comparação com o serviço de água, o de esgotos abrangia apenas 27% das ruas portuenses<sup>176</sup>. Só no século XX, um projeto geral de saneamento, gerido pela Câmara Municipal do Porto, viria melhorar a situação.

---

<sup>173</sup> BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.25

<sup>174</sup> BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.25-26

<sup>175</sup> BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.26

<sup>176</sup> SEREN, Maria, PEREIRA, Gaspar (1994) – *O Porto Oitocentista (...)*, p.392



*Figura 33 – Planta da cidade do Porto com o traçado da rede de saneamento, já construída e projetada. 1917. AHMP: D-CDT/B3-1;*

*Planta da cidade, com informações sobre a rede de saneamento: canalização (em grés e em ferro), ejetores, tanques, câmaras de limpeza e câmaras de luz, construídos e projetados. 1917. AHMP: D-CDT/B4-85(2)*

Seriam implementadas regras para os proprietários de imóveis, no sentido de melhorarem ou empreenderem obras sanitárias no lar. Desde 1870 que os processos de licença de obras de lotes começam a ser acompanhados por desenhos das respetivas fossas séticas<sup>177</sup>. A partir da década de 90 assiste-se à multiplicação dos licenciamentos aprovados respeitantes às condições sanitárias, sobretudo nas casas burguesas, já que nas habitações populares a regulamentação não surtiu grande efeito.

Nas licenças que consultámos, vimos um considerável número de pedidos de motivação higienista. Todavia, alertamos o leitor para a lenta evolução deste processo. Vejamos, por exemplo, o caso da Companhia Geral do Credito predial Portuguez<sup>178</sup> que apenas em 1938 manda construir «um quarto de banho exteriormente»<sup>179</sup>, nas traseiras do prédio que possuía na rua da Bandeirinha.

Em suma, poder-se-á concluir que a disparidade das condições habitacionais entre classes, que se estendia desde os palacetes burgueses às insalubres residências operárias, viria a despoletar questões higienistas e humanitárias. É aqui que se encaixa a proliferação das imposições de sistemas de saneamento e de tratamento de águas<sup>180</sup>, e as consequentes obras de canalização. Atentemos, por exemplo, nos relatórios<sup>181</sup> de Ricardo Jorge (1858-1939), médico e professor<sup>182</sup> que, curiosamente, com as «operações profiláticas que orientou no sentido de eliminar a peste, como a evacuação de casas e o isolamento e desinfecção de domicílios, entre outras», as quais «desencadearam a fúria popular (...) incentivada por grupos políticos»<sup>183</sup>, se viu obrigado a abandonar a cidade.

---

<sup>177</sup> GRAÇA, Manuel (2004) - *Construções de Elite (...)*, vol. I, p.13

<sup>178</sup> Sobre esta sociedade, instituída em 1864, leia-se RODRIGUES, J. (1929) - *A Companhia Geral Do Crédito Predial Portuguez. Estudo Descritivo e crítico da sua vida*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.

<sup>179</sup> Ficha nº: 111 (Licença de obra nº 87/1938).

<sup>180</sup> ALVES, Jorge (2003) - *O Porto Oitocentista (...)*, p.5-6

<sup>181</sup> JORGE, Ricardo (1899) - *Demographia e hygiene da cidade do Porto: clima, população, mortalidade*. Porto: Câmara do Porto. Repartição de Saúde e Hygiene.

<sup>182</sup> Universidade do Porto - Ricardo Jorge, Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto, disponível em linha: <https://bit.ly/2RPTThb>, consultado a 06/11/2018, às 19:45h

<sup>183</sup> AHMP - Dr. Ricardo Jorge, disponível em linha: <https://bit.ly/2OrAroD>

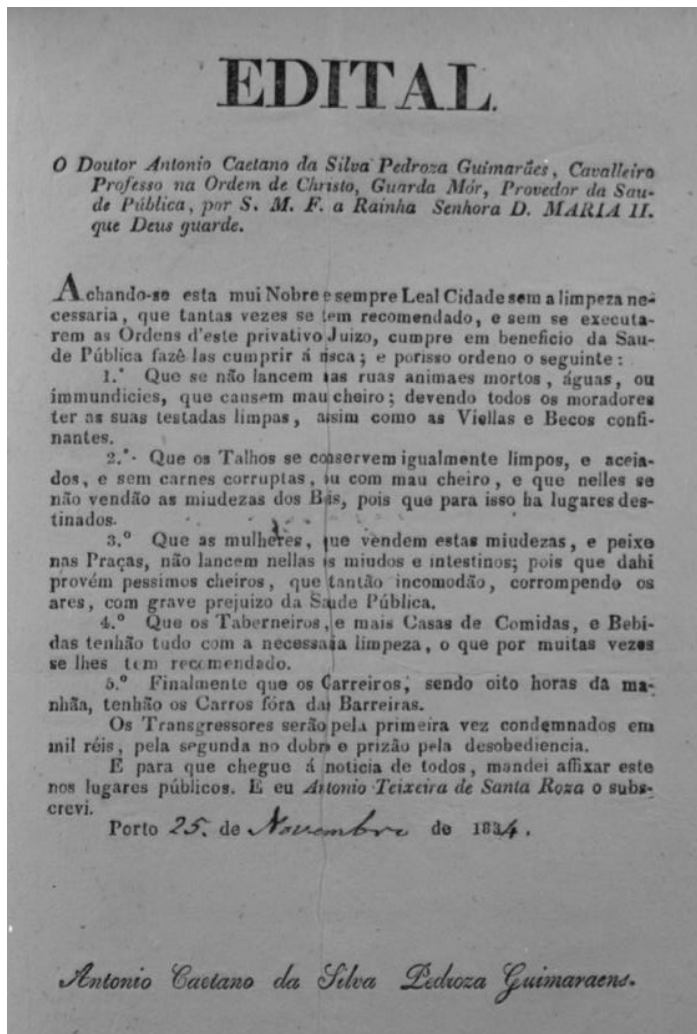


Figura 34 – Esq.: O Edital de 1834. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2JFLTmk>;

Dir.: Dr. Ricardo Jorge no Laboratório Municipal de Bacteriologia. 1899. Foto Guedes. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2OrAroD>



## **SEGUNDA PARTE**

### **Miragaia e a Envolvente Ribeirinha**

*Assim olho para esta pobre Miragaia como para um brinco meu de criança que me aparecesse agora; e quero-lhe - que mal há nisso? - quero-lhe como a tal.*

**Almeida Garrett (1844)**

*Deixemos o Porto pela melhor das suas portas, a Porta Nova, caminhemos pela antiga estrada per loca marítima. Os terrenos outrora despovoados surgem-nos progressivamente ponteados de casas, até chegarmos ao animado sítio de Miragaia, bairro de gentes do rio e do mar: cordoeiros, calafates, mestres, pilotos, marinheiros de todo o tipo. S. Pedro é o orago, a ele é dedicada a igreja. E é adossada a essa igreja que se vai constituir a Confraria do Espirito Santo, a qual, a partir de certa altura, e no cumprimento máximo da sua vocação, passará a administrar um hospital com o mesmo nome.*

**Amândio Barros (1989)**



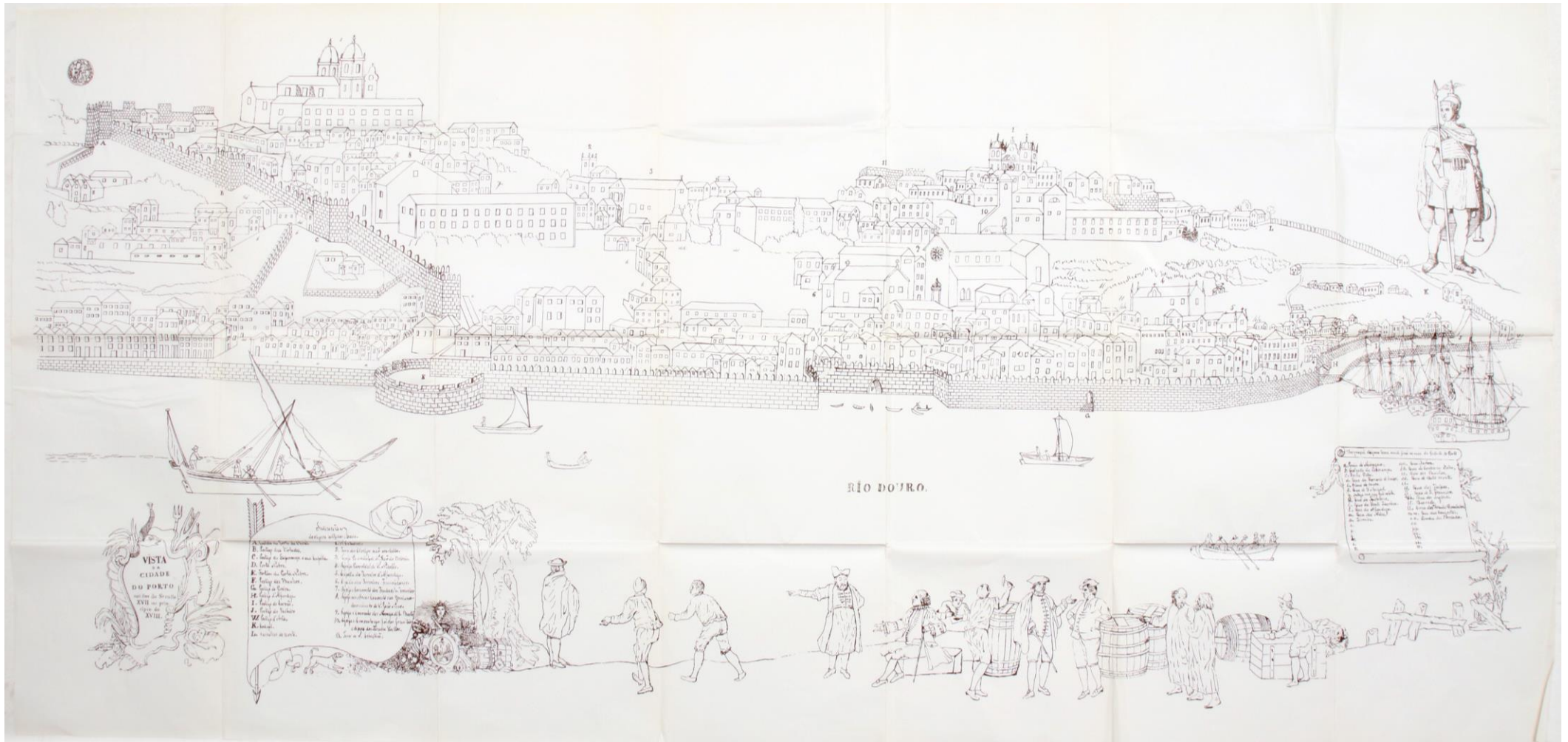


Figura 35 – Vista da Cidade do Porto nos fins do Secullo XVII ou principio do XVIII. REIS, Henrique S. (1991) – Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto, II volume. Porto: BPMP. Do lado esquerdo da muralha: Miragaia.



## 4. Miragaia e a Envolvente Ribeirinha

Miragaia parece ter começado por ser não mais do que uma praia junto à beira rio, à semelhança de outras que existiam na cidade do Porto. Data do Bronze Final, no esteiro de Campanhã, o testemunho mais antigo da ocupação dos areais fluviais. Também na Idade do Ferro se podem situar alguns aglomerados nas proximidades ribeirinhas sob a forma de castro (como por exemplo o da Penaventosa [Sé] ou o de Cristelo [Torre da Marca]<sup>184</sup>), cuja importância cresceria com a integração na via romana que ligava Lisboa a Braga. A urbanização da marginal vai ocorrer sobretudo junto ao Rio de Vila. Este afluente do Douro desaguava entre a Ribeira e a Reboleira, formando um núcleo à cota mais baixa, com ligações ao núcleo mais elevado da Sé<sup>185</sup>:

«Entre os dois pólos em formação, umbilicalmente unidos pelo troço inicial da via romana, ligação que razões topográficas e funcionais justifiquem plenamente, tendem a acentuar-se relações de complementaridade urbana – contexto muito comum à formação das nossas cidades – desenvolvendo-se o burgo baixo numa perspectiva portuária e comercial e assumindo o núcleo alto, não só um carácter religioso como também um valor de posição...»<sup>186</sup>.

Vejamos alguns dados sobre a romanização na área de estudo. Disse-nos Ribeiro Telles que esta se iniciou no ano 218 a.C., ainda que «o norte da península» só tenha sido «ocupado pelos Romanos 200 anos depois»<sup>187</sup>. Para Lino Dias, a região a Norte do Douro, estava, desde a época de Augusto, «definitivamente integrada no Império Romano»<sup>188</sup>. Segundo Barata Fernandes, a propósito de Miragaia: «podemos situar o processo de formação do seu tecido urbano na Idade Média, havendo documentos, artefactos e elementos arquitectónicos que garantem ocupações muito anteriores, em particular a ocupação romana»<sup>189</sup>.

---

<sup>184</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.129

<sup>185</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.132

<sup>186</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.133

<sup>187</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.111

<sup>188</sup> DIAS, Lino (1996) – *Contributo para a análise do ordenamento romano do território marginal do rio Douro*, Douro - Estudos & Documentos: ano 1, nº 2, pp. 31-56, p.44

<sup>189</sup> FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação E Permanência Na Habitação Portuense As Formas Da Casa Nas Formas Da Cidade*. Porto: FAUP publicações, p.120

Ora, de acordo com Ferrão Afonso, existiria uma antiga via romana, que partindo do interior norte, subia a colina do Olival, passava pelo local onde viria a existir o postigo das Virtudes, contornava o vale do rio Frio e juntava-se, no atual largo do Viriato, com outra via romana, que «arrancava da margem do Douro na calçada de Monchique»<sup>190</sup>, seguindo pela rua de Sobre-o-Douro, continuando por Massarelos, Arrábida e Lordelo, até Matosinhos e depois Vila do Conde.

A via que fazia a ligação de Lisboa a Braga (parcialmente referida no Itinerário de Antonino<sup>191</sup>), cruzava o Douro no Castelo de Gaia<sup>192</sup>, através de barcas que se ancoravam em Monchique. De facto, parece que, então, os romanos não teriam meios técnicos para construir uma ponte de pedra sobre o rio, pelo que a passagem tinha de ser feita com as ditas barcas<sup>193</sup>. A partir de Monchique, a estrada subia o Monte dos Judeus e chegava à atual rua dos Mártires da Liberdade<sup>194</sup>.

De acordo com Pereira de Oliveira, «a escolha feita pelos Romanos do local de desembarque deve ter ultrapassado o conhecimento das características do rio», porque já naquela altura «os locais normalmente indicados como possíveis, Miragaia e Ribeira, melhor dizendo, esteiros, praias ou areinhos dos rios Frio e da Vila, podiam sofrer as consequências do tipo de regime do Douro, sobretudo no que diz respeito ao problema da ocorrência das cheias»<sup>195</sup>.

---

<sup>190</sup> AFONSO, José F. (2014) - *O convento de S. Domingos e o plano urbano do Porto entre os séculos XIII e XVI*, International colloquium on “Monastic Architecture and the City”, Coimbra, Portugal, 10th - 11th October 2013. Cescontexto: Debates. N.º 6 (2014), p. 35-50, p.36

<sup>191</sup> «Itinerário de Antonino, roteiro vial do século IV d.C. elaborado com fins estratégicos-militares sob Diocleciano», FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.130

<sup>192</sup> «Este Castello he ià derribado, que a Cidade Derribou estando nelle hu Alcaide que fazia agrauos na terra. He tão antigo que dizem que o fundou Caio Iulio Cesar (...)» BARROS, João de (1548) - *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Coleção de Manuscritos Inéditos agora dados à estampa, V. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto: Tipografia Progresso [publicado em 1919], p.37

<sup>193</sup> ALMEIDA, Carlos (1968) - *Vias medievais entre Douro e Minho*. Tese de licenciatura em História, apresentada à Fac. Letras da Univ. do Porto, p.26

<sup>194</sup> AFONSO, José F. (2014) - *O convento de S. Domingos (...)*, p.38

<sup>195</sup> OLIVEIRA, J. (2007) – *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, [edição fac-similada da edição original de 1973 do Instituto de Alta Cultura], Porto: Edições Afrontamento, p.185



O arqueólogo António Silva expõe a proposta de T. S. Soares, que reflete sobre a possibilidade da povoação Cale se localizar na margem esquerda do Douro, existindo um segundo núcleo, Portus Cale, na «confluência da via romana com o Douro» e que, «mais tarde, com a decadência do castro (Cale), a designação Portucale ter-se-ia alargado ao povoado original e ao da outra margem, onde o único núcleo povoado assentava em Miragaia»<sup>196</sup>, onde se fazia a travessia do Douro, «enquanto na Pena Ventosa nunca teria havido qualquer povoação, quando muito algum templo pagão»<sup>197</sup>. Também Carlos A. F. de Almeida crê que Cale se localizava na margem de Gaia<sup>198</sup>. Por seu turno, J. Augusto Vieira apresenta algumas hipóteses divergentes: a) Cale era do lado do Porto, provavelmente em Miragaia («Gaia teve sempre este nome e não o de *Cale*, e é da sua situação em frente a Gaia que vem o nome a *Miragaia*»<sup>199</sup>); b) Cale era em Gaia, num monte junto ao Paço de Campo Belo, perto do antigo castelo de Gaia; c) existiu, «por estes sítios»<sup>200</sup> uma primitiva povoação que desde sempre se chamou *Portugal*.



Figura 37 – Miragaia (ao centro), vista do monte do antigo castelo de Gaia, em Vila Nova de Gaia. 2018.

<sup>196</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa*. Gallaecia 29: 213-262. 2010, p.219

<sup>197</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.220

<sup>198</sup> ALMEIDA, Carlos (1968) - *Vias medievais entre Douro e Minho (...)*, p.26

<sup>199</sup> VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo II (...), p.745

<sup>200</sup> VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo II (...), p.745

António Silva apresenta ainda a tese de Magalhães Basto, que fundamenta a existência de «quatro núcleos embrionários da cidade», ainda que «mais por intuição que à luz dos dados disponíveis à data»<sup>201</sup>. Eram eles: a «cidade pré-romana», um «polo, provavelmente romano, na foz do Rio da Vila, na Ribeira», «o alto da Pena Ventosa, onde talvez tivesse havido um refúgio castrejo de velha data»; e, finalmente, «a margem direita do Rio da Vila, e a zona ribeirinha entre este último rio e o Rio Frio, ou Ribeiro de Miragaia»<sup>202</sup>.

No entanto, o arqueólogo defende que «já em época romana poderá ter existido um tecido habitado mais contínuo e homogéneo do que aqueles núcleos podem indiciar»<sup>203</sup> e acrescenta que:

«Esta zona, actualmente a cota praticamente idêntica à do Douro, era até ao século XIX um extenso areal, propício ao atravessamento do rio na Antiguidade, como foi sugerido por diversos autores, designadamente Serpa Pinto, que ali imaginava poder ter existido a mansio “onde os viajantes do Sul retomavam a via a Bracara Augusta”»<sup>204</sup>.

No início do século XX foram encontradas milhares de moedas romanas em Miragaia, que entretanto se perderam<sup>205</sup>, e eventualmente algumas inscrições<sup>206</sup>. Uma das epígrafes que desapareceu, com a inscrição DVRI/C.IVLIVS/PYLADES, terá sido encontrada num templo dedicado a São Pedro nos subúrbios do Porto, possivelmente na Igreja de São Pedro de Miragaia<sup>207</sup>, e que pela palavra *DVRI* parece, a António Silva, «traduzir essa íntima sedução das águas»<sup>208</sup>.

---

<sup>201</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.228

<sup>202</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.228

<sup>203</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.228

<sup>204</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.230

<sup>205</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.221

<sup>206</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.225

<sup>207</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.225

<sup>208</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.232

Acerca de epigrafia, o autor acrescenta:

«(...) a circunstância dos monumentos votivos, não obstante as dúvidas de leitura, parecerem invocar os Lares Marinhos, as Águas Imensas, e o próprio Douro, evidenciando o culto, por certo pré-romano, ao rio Douro [...], como também às divindades aquáticas mais gerais»<sup>209</sup>.

Quanto ao tesouro numismático de Miragaia, composto pelas moedas de bronze, pertence ao Baixo-Império<sup>210</sup>. Foram descobertos, no vale do rio Frio, junto à Igreja de S. Pedro, fragmentos de *tegula*. Na rua de Miragaia, nºs 75-76<sup>211</sup>, acharam-se vestígios de cerâmica comum romana<sup>212</sup>, utilizada para fins domésticos. De forma mais sintética, Bernardo Ferrão conclui que, respeitante à ocupação de Miragaia, se encontraram elementos arqueológicos datáveis dos séculos X e XI<sup>213</sup>.

Não há muito mais informação sobre o núcleo romano de Miragaia, a não ser a tão importante proximidade ao rio *Durius*, com as suas praias e enseadas, e que já nessa altura deixava adivinhar a «quase inevitável vocação flúvio-marítima» da comunidade que aí habitava. O vínculo que na época romana se estabeleceu com o rio é «um elemento fundamental para percebermos a natureza e importância desse *portus* de Cale e o papel fundador que assumiu nas raízes da nossa nacionalidade»<sup>214</sup>.

Sobre isto, lemos nas Paróquias Memoriais que, de Miragaia, se avistava o:

«celebre Monte de Gaia, que conforme alguns escriptores era o Cale dos antigos Romanos de que falla o Emparador Antonino no seu *Itinerario das ilhas melitares*. Outros com mais fundamento dizem que o tal Cale fora o sítio em que se acha a cathedral e recinto da cidade antiga, de que ainda hoje se conservam muros. E que deste nome e do Porto formam o da cidade e o tomara o Reino de Portugal. Outros escriptores se persuadiram que nesta freguezia sempre estivera o Cale dos antigos, e que daqui o mudaram os Suevos para o Monte da Sé e Passos do Bispo»<sup>215</sup>.

---

<sup>209</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.226

<sup>210</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.226

<sup>211</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.233

<sup>212</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.230

<sup>213</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.134

<sup>214</sup> SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana (...)*, p.231

<sup>215</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto (...)*, p.595 e 596

De acordo com B. Ferrão «a Reconquista Cristã não protagonizou a ampliação dos aglomerados pré-existentes, antes fomentando a criação de novos e pequenos focos urbanos»<sup>216</sup>, ainda que algumas das póvoas que estão na origem das freguesias da cidade remontem à época romana.

Acrescente-se o apontamento de J. A. Vieira sobre a «população mosarabe, que naturalmente se concentrava então no bairro de Miragaya»<sup>217</sup>. Ainda que «no Censual do Cabido» se refira Miragaia «como sendo um “suburbium” situado para lá dos limites da “civitate” episcopal»<sup>218</sup>, em 1257, já aqui existia uma Paróquia. Nas Inquirições de 1258, realizadas no reinado de D. Afonso III (1210-1279)<sup>219</sup>, Miragaia contava 75 casas<sup>220</sup>. No entanto, de facto, parece ser ainda anterior a existência de um povoado no antigo areal, junto à foz do rio Frio.

---

<sup>216</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.134

<sup>217</sup> VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo II (...), p.680

<sup>218</sup> AFONSO, José F. (2014) - *O convento de S. Domingos (...)*, p.36

<sup>219</sup> D. Afonso III reinou entre os anos de 1248 e 1279.

<sup>220</sup> AFONSO, Daniel B. (2012) – *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. Porto: FLUP, p.34

Entre os séculos XII e XIV, este aglomerado de ocupação antiga, onde já existia uma ermida, tende a ampliar-se sobretudo na zona de Monchique<sup>221</sup>. Somente em 1324<sup>222</sup> a paróquia de São Pedro de Miragaia viria a ser integrada na cidade do Porto, apesar da sua localização fora de muros, servindo de testemunho à expansão urbana que a cidade vivia. Para podermos visualizar o aspeto da orla marítima na Idade Média, leia-se que:

«A configuração do espaço marginal pouco tinha a ver com a que conhecemos hoje em dia. O limite ocidental da cidade era a Porta Nova e, entre ela e a povoação da Foz estendia-se o arrabalde, primeiro, e o termo da cidade, depois. Entre o Porto e S. João da Foz, então uma aldeia, o terreno encontrava-se em geral desocupado, ponteadado, aqui e ali, por modestas aglomerações humanas ribeirinhas que não estavam ligadas por qualquer caminho marginal ao Douro»<sup>223</sup>.

Assim sendo, o limite ocidental ribeirinho da cidade era a porta Nobre (ou Nova) e entre esta e a aldeia de São João da Foz, o terreno, maioritariamente desocupado, apresentava pequenas aglomerações humanas, sendo a primeira delas o arrabalde de Miragaia, bairro ligado à atividade marítima e, juntamente com a Ribeira, importante ponto de embarque.

Entre a Ribeira e Miragaia funcionavam os principais eixos de circulação: porta Nova, rua Nova (que ligava a Ribeira ao arrabalde ribeirinho e por isso, para Amândio Barros, a responsável pela evolução de Miragaia enquanto «centro marítimo complementar ao Porto»<sup>224</sup>), rua da Ferraria de Baixo<sup>225</sup>, rua de Belmonte, rua das Taipas «rumo a “Matosinhos, Vila do Conde ou Braga e para mais perto [...] para a Torre da Marca e quintas dentre Massarelos, o Bom Sucesso e Cedofeita”»<sup>226</sup>, originando um foco de urbanismo para onde se deslocariam diversas atividades.

---

<sup>221</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.136

<sup>222</sup> GRAÇA, Manuel (2004) - *Construções de Elite (...)*, vol. I, p.12

<sup>223</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.31

<sup>224</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.49

<sup>225</sup> A rua Nova é a atual rua do Infante Dom Henrique e a rua da Ferraria de Baixo tornou-se rua O Comércio do Porto, ambas na antiga freguesia de São Nicolau (hoje União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória).

<sup>226</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.36



Depois da povoação de Miragaia, seguiam-se Monchique e Massarelos, que no século XV era ainda “monte maninho”<sup>227</sup>.

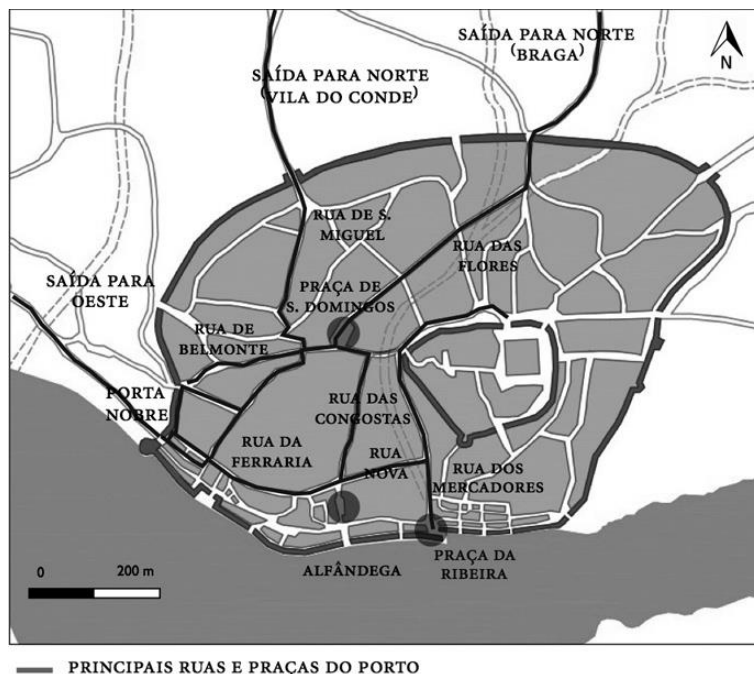


Figura 38 - Principais ruas e praças do Porto no início da época Moderna, in *Ligações entre a zona ribeirinha e as principais saídas da cidade*. TEIXEIRA, Helena - *O papel das estruturas portuárias no desenvolvimento urbano das cidades costeiras Euro-Atlânticas: (...)*, s/p

Em suma, a área ribeirinha do Porto sofreu um considerável desenvolvimento urbano entre os séculos XV e XVI, graças à forte atividade mercantil e à ascensão da burguesia<sup>228</sup>. A requalificação urbana estendeu-se até Miragaia, sobretudo com a abertura da rua Nova, que permitiu o acesso desimpedido ao arrabalde e a transferência de atividades para junto da porta Nova<sup>229</sup>.

<sup>227</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.31.

<sup>228</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.45.

<sup>229</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.192.

No princípio de Setecentos, Miragaia contava cerca de mil e oitocentos habitantes<sup>230</sup>. De facto, desde o século XVII que o crescimento demográfico extravasava as muralhas, caminhando em dois principais sentidos, correspondentes a Miragaia e Santo Ildefonso<sup>231</sup>.

Quando o espaço dentro do perímetro amuralhado era já raro, a urbanização iria dar-se extramuros, sobretudo nas proximidades da muralha e em torno das suas principais saídas<sup>232</sup>. Assim aconteceu em Miragaia, onde se situavam algumas portas e postigos: descendo o morro do Olival, ao fundo da rua do Calvário (atual rua do Dr. Barbosa de Castro) encontrava-se o postigo das Virtudes, e o da Esperança no alto das escadas do Caminho Novo<sup>233</sup>. Tanto nesta escadaria como na rua do Dr. Barbosa de Castro são ainda visíveis pequenos troços de muralha<sup>234</sup>.

---

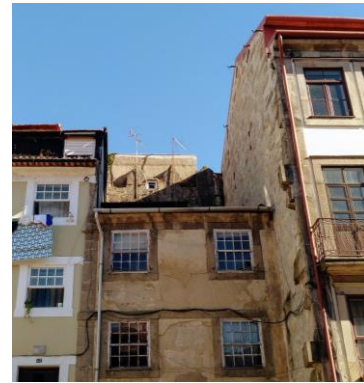
<sup>230</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana* (...), p.151.

<sup>231</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana* (...), p.154.

<sup>232</sup> MADUREIRA, Helena (2002) - *Processos de transformação da estrutura verde do Porto*, Revista da Faculdade de Letras — Geografia, I série, vol. XVII-XVIII, Porto, 2001-2002, pp. 137 – 218, p.158.

<sup>233</sup> «Os cais possibilitaram o aparecimento de novas estruturas: as escadas. A sua funcionalidade fê-las aproveitadas no imediato, tornando-se mais um elemento distintivo do porto», BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo* (...), p.62.

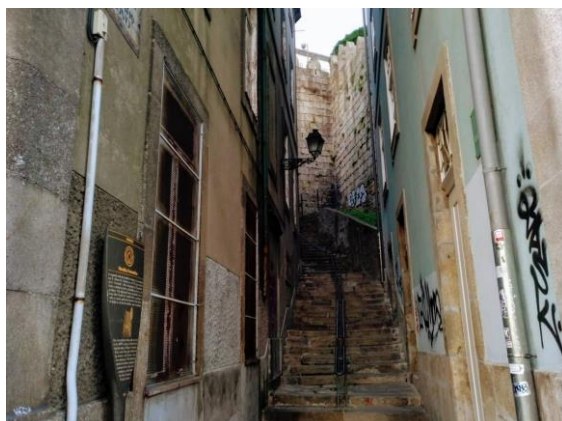
<sup>234</sup> PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística do Porto*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas, pp. 260-261.



*Figura 39* – Dir.: Troço da muralha gótica, visível junto à rua do Dr. Barbosa de Castro (antiga rua do Calvário). Disponível em linha: <https://bit.ly/2q1OKvT/> Dir.: fotografia do troço em 2018.

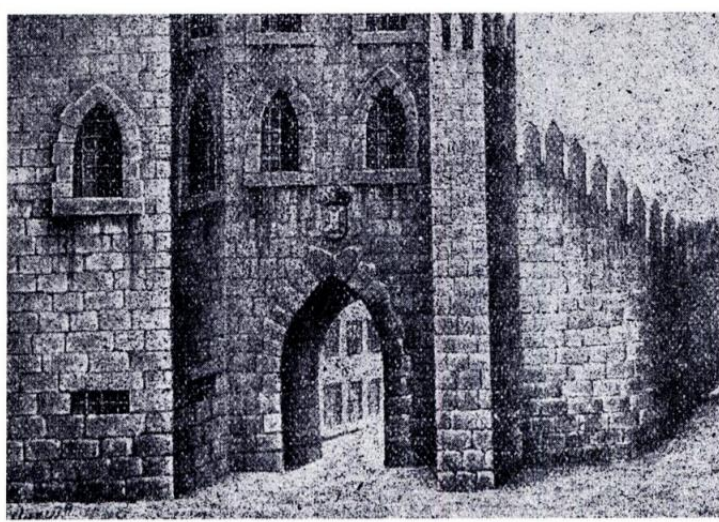


*Figura 40* – Esq.: Troço da muralha gótica, visível junto às escadas do Caminho Novo. Disponível em linha: <https://bit.ly/2q1OKvT/> Dir.: Fotografia do troço em 2018.



*Figura 41* – Escadas do Caminho Novo. 2018.

Era o referido postigo da Esperança<sup>235</sup> que vinha fechar a muralha junto à porta Nova ou Nobre, a qual primitivamente se denominava “Postigo da Praia” até ser alargada em 1522<sup>236</sup>. Assim sendo, Pinho Leal (citado na obra *Minho Pittoresco*) prefere o topónimo *Nova*: «na circunvalação de D. Fernando havia aqui um postigo, chamado da Praia, que o rei D. Manuel mandou demolir, (...) construindo em seu lugar uma porta mais ampla. (É por isto que eu julgo que se ficou chamando Porta Nova e não Porta Nobre)»<sup>237</sup>. O mesmo autor refere que terá existido uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Socorro, sobre o seu arco (fig.42), e ainda que «todo este lanço, desde o sitio onde existiu a porta-Nova, até às escadas do Codeçal, está perfeitamente conservado, menos no Terreirinho e na Ribeira, onde, como fica dito, foi demolido para utilidade publica»<sup>238</sup>.



*Figura 42 - Porta Nova (parte voltada para poente), 1999. Coleção Olhares sobre o Porto Medieval, Gravuras, nº 4, Arquivo Histórico. Disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/52826/?q=medieval>*

<sup>235</sup> AFONSO, Daniel B. (2012) – *A rua na construção da forma urbana medieval (...)*, p.59

<sup>236</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.146

<sup>237</sup> VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo II (...), p.683

<sup>238</sup> VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo II (...), p.684

A porta parece ter sido renomeada de “Nobre” por servir de entrada a bispos e governadores da cidade. As Memórias Paroquiais vêm atestar não só a sua dupla denominação, como também a existência da Capela de Nossa Senhora do Socorro:

«Sobre a Porta Nobre, vulgo Porta Nova, que hé por donde fazem as entradas na cidade os Principes e os Excellentissimos Senhores Bispos, por ser a primeira porta que se fez nos muros da cidade, pela parte de dentro, sobre o arco da mesma porta está a capella da Senhora do Socorro decentemente ornada, que tem seu capellam e hé izenta da jurisdição do parochio.»<sup>239</sup>.

De acordo com Carlos F. de Almeida, esta porta adquire importância no final da Idade Média, com o crescimento da população vizinha<sup>240</sup>. Foi demolida em 1872 com as obras da nova Alfândega.

---

<sup>239</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.597

<sup>240</sup> ALMEIDA, Carlos (1968) - *Vias medievais (...)*, p.166



Já aqui falámos do rio Frio (também conhecido por ribeiro das Virtudes, de Miragaia ou do Carregal), afluente da bacia hidrográfica do Douro, com origem entre «as ruas de Cedofeita, Torrinha, Boa Hora, Rosário e do Breiner»<sup>241</sup>. Desde aí, atravessava a antiga Quinta das Virtudes – da qual falaremos mais à frente -, corria pela rua de S. Pedro de Miragaia (outrora rua do rio Frio) até desaguar no Douro, junto à fonte da Colher. A poente do leito do mesmo rio, surgiam Monchique e o Monte dos Judeus. Corria o ano de 1769, quando foi em parte coberto para dar lugar à cerca do Hospital de Santo António, e se procedeu ao nivelamento dos terrenos.

Num breve apontamento, queremos referir que, em 1999, foram efetuadas escavações arqueológicas no Jardim de Carrilho Videira (comumente chamado *Jardim do Carregal*<sup>242</sup>), que vieram confirmar «as profundas alterações que ocorreram nesta área e que levaram ao desaparecimento do pequeno vale do Rio Frio»<sup>243</sup>.

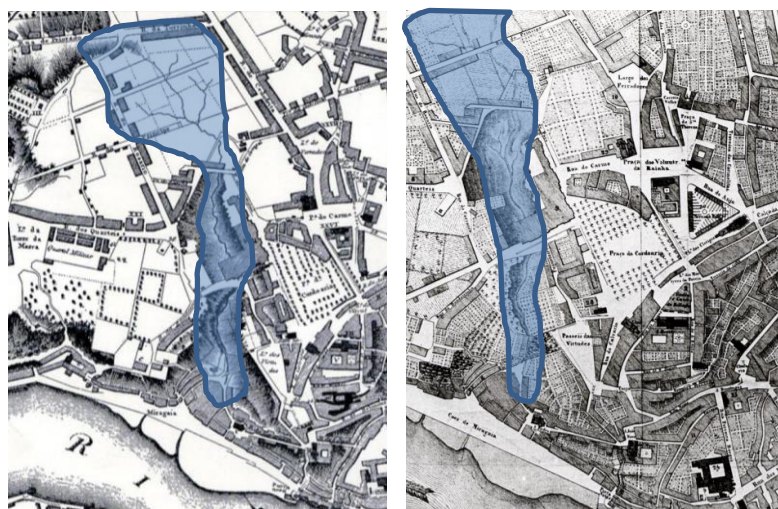


Figura 43 – Rio Frio, nas plantas de G. Balck (1813) e de J. Costa Lima (1839). AHMP. Disponíveis em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/535310/> / <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/315549/>

<sup>241</sup> BASTO, Carlos (1938) - *Nova Monografia do Porto (...)*, p.9.

<sup>242</sup> Anteriormente designou-se também *Praça do Duque de Beja*.

<sup>243</sup> DGPC (2018) - Porto - Jardim Carrilho Videira , disponível em linha: <https://bit.ly/2QDmiGV>, consultado a 11/10/2018, às 16:17h.

À cota baixa de Miragaia existiram a praia, os estaleiros<sup>244</sup> e hoje ainda permanece a Igreja de São Pedro, com subida, à direita, pela rua de Tomás Gonzaga que desemboca na de Francisco Rocha Soares - é grande o desnível da ladeira entre esta ruas, percebendo-se que a encosta foi modelada, com socalcos entretanto construídos pelo homem<sup>245</sup>. No vértice destas ruas, do lado da capela da Sr<sup>a</sup>. da Esperança, encontramos as íngremes escadas do Caminho Novo, que ligam, mais uma vez, as cotas média e alta à cota baixa, na marginal. Em frente ao rio, a rua de Miragaia corresponde ainda a uma cota inferior à da rua de Monchique e à da rua Nova da Alfândega.

Ainda em relação à estrutura viária, algumas das mais importantes vias medievais do Porto saíam da porta do Olival. Era o caso da estrada Porto-Braga e Porto-Barcelos. Esta última vinha «junto da Cortinha dos Frades de Cedofeita» encontrar-se com dois outros caminhos, um que vinha de Massarelos e outro que subia da Foz pela calçada de Monchique. Da porta das Virtudes partia uma esguia estrada entre o rio e o casario, e da Esperança outros caminhos mais estreitos<sup>246</sup>.

Na Época Moderna, Miragaia pertencia ao «bispado da comarca e termo do Porto, por ser a cidade continuada»<sup>247</sup>. Dela era El-Rei o donatário, e situava-se na mais espaçosa praia do Douro «e rahizes dos montes chamados das Virtudes e Monte dos Judeos, denominado por estes Monte Chico vulgo Monchique». A povoação miragaiense, que tinha ao centro a Igreja, era composta por vinte e dois lugares: O primeiro, chamado «Porta Nobre, vulgo Porta Nova», ainda dentro dos muros da cidade. O segundo, *Forno Velho*<sup>248</sup> e o terceiro *Fora dos Muros*. Seguiam-se *Fonte do Touro*, *Viella Larga*, *Descampado* (nome atribuído pela largueza da praia, onde «por repetidas vezes se tem

---

<sup>244</sup> De acordo com Amândio Barros, não se deve confundir “taracena” com “estaleiro”, já que se tratam: «no primeiro caso, de instalações cobertas onde se construíam, reparavam e guardavam barcos; no segundo, a construção de naves era feita a céu aberto, em terrenos preparados para o efeito». BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.187

<sup>245</sup> MELO, Arnaldo (2009) - *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*. Tese de doutoramento em História (ramo de conhecimento Idade Média) apresentada à Universidade do Minho, vol. II, p. 337-339

<sup>246</sup> ALMEIDA, Carlos (1968) - *Vias medievais (...)*, pp. 166-168

<sup>247</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.595

<sup>248</sup> Na transcrição das Memórias Paroquiais, está escrito “Torno Velho”. Porém, dada a proximidade da rua do Forno Velho, julgamos ser este o topónimo correto.

corrido touros, justas e torneios», *Fonte da Colher, Calçada de Monchique, Vandeirinha, Monte, Rua Nova de Santo Antonio, Cidral de Cima, Cidral de Baixo, Rio de São Pedro, Espírito Sancto, Adro, Beco da Cruz, Rua da Armenia, Barreira* (de acordo com A. Barros, encontrava-se junto da Fonte do Touro «uma “barreira”, entendida como dique ou estacada, talvez para auxílio da construção»<sup>249</sup>, da qual pensamos poder derivar o nome do lugar), *Cordoaria Velha, Rua da Esperança e Virtudes*<sup>250</sup>.

Não tinha beneficiados, conventos, hospital ou Misericórdia<sup>251</sup>.

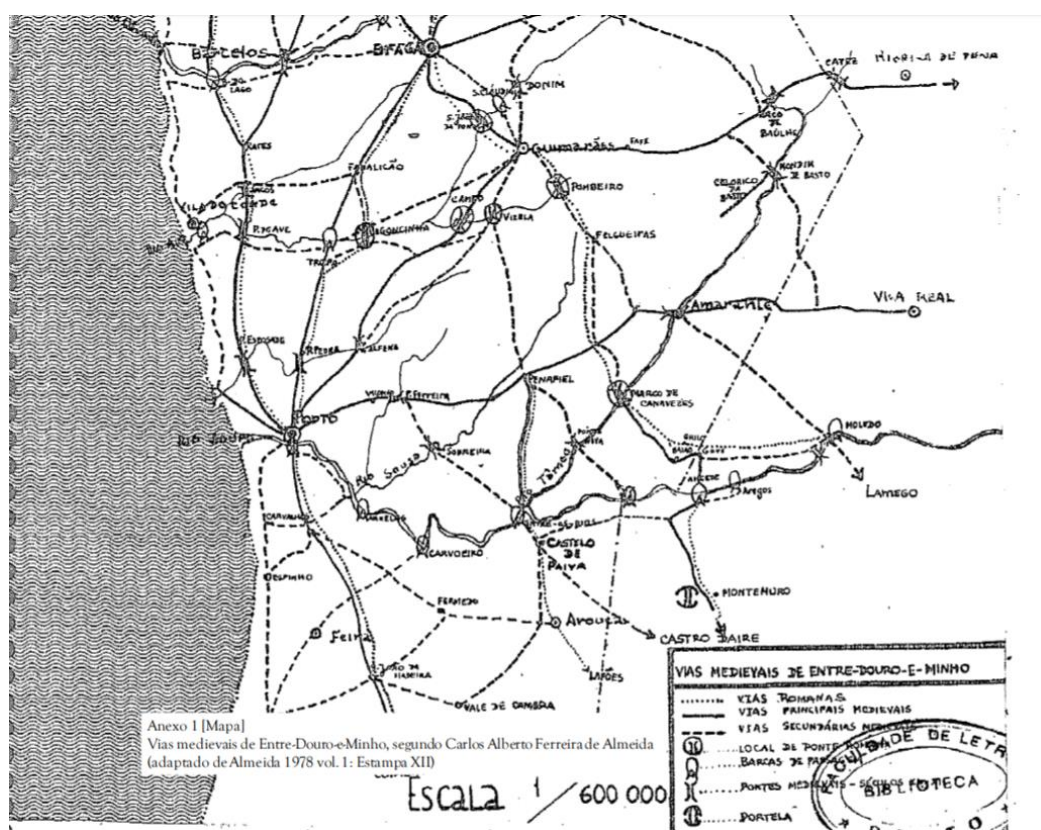


Figura 44 - Vias medievais de Entre Douro e Minho (pormenor), segundo Carlos A. F. de Almeida. In RODRIGUES, Luís (2017) - *A Casa da Quinta da Naia em Braga*. Análise e estudo histórico-artístico. Braga: Universidade do Minho, Anexo 1.

<sup>249</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.203

<sup>250</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.596

<sup>251</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.597



Quanto ao reconhecimento do terreno, atualmente, à cota mais alta do perímetro estudado, encontramos o início da rua da Restauração e o largo do Viriato, o acesso à rua da Bandeirinha, à rua de Sobre-o-Douro e à calçada de Monchique, com progressivamente menor pendente<sup>252</sup>.

Numa cota intermédia, junto a S. João Novo, encontra-se adossada ao pano de muralha a Capela de Nossa Senhora da Esperança<sup>253</sup>, situada no final da rua de Francisco da Rocha Soares. Esta rua, que sobe até às Virtudes e à rua do Dr. Barbosa de Castro, chamou-se anteriormente da Cordoaria Velha, por ter albergado o mester dos cordoeiros<sup>254</sup>, antes de ser criada a Cordoaria do Olival (fig.59). Contudo, elas podem ter chegado a coexistir, implicando uma instalação gradual da última, já que «a documentação distingue-as pelas designações Cordoaria de Baixo (a de Miragaia) e de Cima (a do Olival)»<sup>255</sup>.

Hoje, por S. Pedro de Miragaia ou pela rua dos Armazéns, chega-se à calçada das Virtudes, e pode posteriormente alcançar-se a rua de Azevedo de Albuquerque.

---

<sup>252</sup> Para vencer o desnível das cotas, de forma a facilitar a mobilidade pedonal, a Porto Vivo, SRU, em parceria com a CMP e a Balonas Projectos, S.A., propôs um projeto de instalação de escadas mecânicas e elevador entre o convento de Monchique e a rua da Restauração, e entre os armazéns de Miragaia e o Passeio das Virtudes. Vv. Aa. (2010) – *Plano de Gestão Centro Histórico do Porto Património Mundial*. Porto: edição CMP e Porto Vivo, p.191.

<sup>253</sup> Popularmente chamada por «Senhora do Bagaço» entre os Miragaienses.

<sup>254</sup> Alguns ofícios concentravam-se em ruas específicas, constituindo arruamentos profissionais: *rua da Ferraria, rua da Cordoaria Velha, rua dos Fogueteiros, rua dos Caldeireiros...*

<sup>255</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.288.

## 4.1. Judiaria

Também a comunidade judaica teve influência no desenvolvimento não só de Miragaia, como de toda a cidade: «Ao longo da Idade Média as vicissitudes da comunidade judaica do Porto acompanharam fielmente a História do burgo, pelo que o seu paulatino desenvolvimento e progresso são o espelho da evolução da cidade»<sup>256</sup>. O Porto era um local importante «para os judeus do noroeste de Portugal, uma vez que nela estava sediado o ouvidor de Entre Douro e Minho»<sup>257</sup>.

Ainda que a legislação impusesse que esta comunidade residisse em locais próprios - as judiarias<sup>258</sup> -, a sua concentração em bairros «impôs-se quase como necessidade espontânea e instintiva da minoria judaica e não como uma rígida exigência administrativa dos reis»<sup>259</sup>. No Porto, existiram três, em diferentes épocas.

---

<sup>256</sup> MEA, Elvira (2002) - *Os portuenses perante o Santo Ofício : século XVI*, Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto, Tempos e Lugares de Memória, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto/Arouca, Vol. II, pp. 415-430, p.415.

<sup>257</sup> MORAIS, Inês (2014) - *Turistas da Memória (...)*, p.52.

<sup>258</sup> «(...) medidas do IV Concílio de Latrão (1215), urgindo a determinação duma “terra de ninguém” entre os cristãos e os judeus – o famigerado Ghetto (...), os nossos reis não forçaram a sua aplicação contra os judeus. Só a partir do reinado de D. Pedro I é que as Cortes de Elvas, artº 40, em 1361, tomaram algumas medidas no sentido de “apartar” os judeus e mouros dos cristãos. O mesmo se passou nas Cortes de Lisboa de 1371» DIAS, Geraldo (2003) – *Presença de Judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade*, p.428; «Judiaria: Espaço, constituído por uma ou mais ruas, onde habitavam os judeus (inicialmente misturados com os cristãos). Costumavam encontrar-se na zona mais importante da cidade, onde o comércio e a produção artesanal eram mais intensos. A partir de 1361, segundo determinação de D. Pedro I (reforçada por D. João I, em 1386), a judiaria passa a ser um bairro restrito e, na maioria da vezes, fechado, para onde os judeus são obrigados a mudar-se, localizado, normalmente, próximo de uma das portas da muralha da cidade. Os judeus ficaram, ainda, sujeitos ao recolher obrigatório após o toque das três Avé Marias, estando proibidos de circular pela cidade à noite, salvo algumas exceções.», MORAIS, Inês (2014) - *Turistas da Memória (...)*,p. XX.

<sup>259</sup> DIAS, Geraldo (2003) – *Presença de Judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade*, p.428; «Durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), foi até consentido a coabitação de judeus com cristãos apesar de o rei prometer à Igreja que os obrigaria a viver separados em judiarias», «Ao longo da diáspora judaica portuguesa, estabeleceram-se inúmeras comunidades de norte a sul do país, chegando a população judaica a constituir entre a 15% a 20% da população portuguesa, havendo em 1497 mais de 140 judiarias espalhadas pelo país». PINTO, Ana C. (2015) - *Judeus, “joia da coroa transmontana” - Proposta de criação de uma Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes*, Coimbra: Universidade de Coimbra, p.51 e p.93.

A primeira, *Judiaria Velha*, situou-se dentro dos limites da urbe, fechada na “muralha suévica”<sup>260</sup>. A terceira e última judiaria, conhecida como *Judiaria Nova do Olival*<sup>261</sup>(ou da Vitória), situou-se no antigo Campo do Olival<sup>262</sup>, até à expulsão dos Judeus pelo édito de 5/XII/1496 de D. Manuel I. Todavia, a que nos interessa é, pois, aquela que permaneceu em utilização entre estas duas.

A “segunda judiaria” localizava-se nos terrenos miragaienses, em “Monte Chico” ou Monchique<sup>263</sup>, fora de muros, e era constituída pela sinagoga, por um bairro residencial e um cemitério privativo.

Estava já ativa em 1380<sup>264</sup> e foi, de acordo com Braz Afonso<sup>265</sup>, criada durante o reinado de D. Fernando I (1345-1383)<sup>266</sup>.

---

<sup>260</sup> DIAS, Geraldo (2003) – *Presença de Judeus no Porto (...)*, p.431.

<sup>261</sup> Um breve apontamento para notar a existência de duas diferentes judiarias na zona do Olival, segundo nos indica Elvira Mea: «em fins do século XIV e meados do século XV havia duas judiarias na zona do Olival, abrangendo uma área que incluiria sensivelmente as ruas de Belomonte, Taipas, S. Miguel, S. Bento da Vitória, Vitória, Viela de S. Roque, Viela do Ferraz e Escadas da Esnoga, muito embora as duas judiarias estivessem separadas pelos acessos que iam de S. Domingos a Monchique - Miragaia, e limitadas a norte pela rua da Minhata e Porta das Virtudes.» . MEA, Elvira (2002) - Os portuenses perante o Santo Ofício : século XVI, Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto, Tempos e Lugares de Memória, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto/Arouca, Vol. II, pp. 415-430.

<sup>262</sup> «Irregular e amplo era no sec. XVII o campo do Olival, pois corria da rua do Calvário ao Carmo e ao Moinho de Vento, da muralha à actual Praça do Peixe. Na sua parte meridional, contra os muros, constituía-se em 1386ª ultima judiaria do burgo». PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística do Porto*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas, p.254.

<sup>263</sup> Para mais informações sobre a toponímia, *vd.* 1.3. Ficha de Rua: Calçada e Rua de Monchique, volume II.

<sup>264</sup> DIAS, Geraldo (2003) – *Presença de Judeus no Porto (...)*, p.432; «(...) existe um documento [...], de 11 de abril de 1380, no qual o Cabido do Porto afora uns terrenos em Monchique a alguns judeus. Analisando este documento, Geraldo Dias [...] defende que o facto de o cabido ceder o terreno a judeus por um valor de “[...]10 libras de dinheiros portugueses alfonsins, a pagar todos os anos pelo S. Miguel que se celebra a 29 de Setembro e com a condição de os judeus lá construírem casas no prazo dum ano”, se deve à necessidade de gerar receitas (que terão sido diminuídas pela peste negra de 1348 e pelas guerras com Castela). Afirma, ainda, que este documento deixa transparecer a falta de outros interessados pelo terreno e a presença judaica nesse local, referindo a existência das casas de dois judeus. Nestes terrenos foram construídas habitações, uma sinagoga e um cemitério, no lugar ainda hoje chamado de “Monte dos Judeus”», MORAIS, Inês (2014) - *Turistas da Memória (...)*, pp.48-49.

<sup>265</sup> AFONSO, Daniel B. (2012) – *A rua na construção da forma urbana medieval (...)*, p.49.

<sup>266</sup> D. Fernando reinou entre os anos de 1367 e 1383.

Assim a delimita Pinho Leal:

«princiando na praia de Miragaia, em frente da calçada de Monchique, subia por esta calçada (lado direito) até ao palácio das Sereias no sitio ainda hoje chamado Monte dos Judeus). Seguia pelo lado direito da rua da Bandeirinha, até ao largo do Viriato, rua dos Fogueteiros, alamêda das Virtudes, rua da Cordoaria Velha, escadas da Esperança, até à Porta Nova, onde terminava»<sup>267</sup>.



Figura 45 – Lápide comemorativa da inauguração da Sinagoga da Judiaria de Monchique (Porto). Hoje está no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa. Imagem retirada de Comunidade Israelita do Porto - *O Porto e os Judeus - Roteiro*, disponível em linha: [http://recursos.visitporto.travel/multimedia/PortoeosJudeus\\_PT.pdf](http://recursos.visitporto.travel/multimedia/PortoeosJudeus_PT.pdf), p.12;

«Diz o texto hebraico nas oito linhas traduzidas para português:

- 1 “Quem disser “como não foi resguardado o edifício nomeado por meio dum muro”,
- 2 acaso não saberá que eu tenho um familiar que conhece altas personagens,
- 3 que me guarda? Acaso não dirá: “Ágil e ardoroso, eu sou um muro”?
- 4 O mais nobre dos judeus, o mais forte dos exércitos, ei-lo firme na coluna dos príncipes!
- 5 Bom protector do seu povo, serve a Deus com a sua integridade; construiu uma casa ao Seu Nome, de pedras aparelhadas.
- 6 Segundo depois do rei, à cabeça é contado em grandeza e na presença dos reis tem assento.
- 7 É ele o rabino Dom Judá ben Maneyir, luz de Judá, e a ele pertence a beleza da autoridade.
- 8 Por ordem do rabino, que viva, Dom José ben Arieih, intendente, encarregado da obra”»<sup>268</sup>.

<sup>267</sup> BASTO, Carlos (1938) - *Nova Monografia do Porto (...)*, p.90

<sup>268</sup> DIAS, Geraldo (2003) – *Presença de Judeus no Porto (...)*, p.431-432; A lápide foi encontrada em 1826 no muro da igreja do Convento da Madre de Deus de Monchique, MORAIS, Inês (2014) - *Turistas da Memória: à procura das raízes judaicas na cidade do Porto*, Porto: FLUP, pp. 50-51

Quanto ao cemitério (o *maqbar*), esse poderá ter-se localizado «na encosta do Monte das Virtudes, no terreno que ficava limitado pelas muralhas da cidade, calçada das Virtudes para Miragaia, rio frio, actual capela do Espírito Santo (...) e uma parte da actual rua da Cordoaria Velha, voltada para S. Pedro de Miragaia»<sup>269</sup>, ou na zona ainda hoje chamada *Monte dos Judeus*. A propósito, note-se que a judiaria, que teria grandes dimensões, deixou a sua marca nos topónimos rua e escadas do Monte dos Judeus.

É possível que a comunidade judaica tenha utilizado o curso do rio Frio para o ritual funerário a que chamam *Tahara*. Este consiste na lavagem dos corpos dos defuntos, antes do enterramento<sup>270</sup>.

Em 1386, D. João I (1357-1433)<sup>271</sup> ordenou que os judeus erguessem judiaria dentro dos muros da cidade, tendo estes vindo habitar a zona do Olival em 1388<sup>272</sup>. No ano de 1410, tinham já os Judeus deixado Miragaia, quando D. João I doou a Gil Vaz da Cunha um terreno da extinta judiaria, que por sua vez o doou a Fernão Vasques Coutinho em 1433. Nesse terreno, terá existido a sinagoga, no local onde mais tarde se veio a implantar o Convento da Madre-de-Deus de Monchique, fundado em 1535<sup>273</sup>, ano em que o então detentor Pero da Cunha Coutinho doa o espaço onde estaria o templo judeu.

Assim se dá uma transformação do território sagrado hebraico em território sacro católico, que perpetua a ocupação cultural-devocional do sítio<sup>274</sup>.

---

<sup>269</sup> BASTO, Carlos (1938) - *Nova Monografia do Porto (...)*, p.90.

<sup>270</sup> Comunidade Israelita do Porto - *O Porto e os Judeus – Roteiro*, disponível em linha: [http://recursos.visitporto.travel/multimedia/PortoeosJudeus\\_PT.pdf](http://recursos.visitporto.travel/multimedia/PortoeosJudeus_PT.pdf), p.13.

<sup>271</sup> D. João I reinou entre os anos de 1385 e 1433.

<sup>272</sup> DIAS, Geraldo (2006) - *As Religiões da nossa vizinhança: História, Crença e Espiritualidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.167.

<sup>273</sup> BASTO, Carlos (1938) - *Nova Monografia do Porto (...)*, p.91.

<sup>274</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século: o destino de dois espaços conventuais do Porto. Materialidades, memórias e património*. Porto, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito do Seminário de Património e Restauro, sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Rosas, vol. I, p.125.

Por fim, uma pequena nota para dizer que César Santos Silva fala da existência, em Vila Nova de Gaia, de um «pequeno núcleo judaico ligado às actividades marítimas, armações de barcos e comércio geral. No entanto estes judeus não tinham autonomia e estavam subordinados a Miragaia»<sup>275</sup>.

Inês Morais elenca ainda outros autores que defendem a existência de uma judiaria em Gaia:

«Por seu lado, Soyer (2013) afirma que existiram, no Porto, quatro judiarias: a judiaria velha, a do Olival, a de Monchique e a de Gaia. Esta afirmação é corroborada por Elvira Mea [...] “[...] no fim do século XIV já existem habitações judaicas junto da muralha ocidental na Munhata e até fora dela, onde se situam as judiarias de Monchique e Gaia.” (Mea, 2009a: 425) Também Barros Basto (1929) confirma a existência da judiaria de Gaia, [...] “A judiaria de Gaia era situada entre esta vila e a Vila nova a par de Gaia, no local que ainda hoje é conhecido por Alto dos Judeus. [...]”»<sup>276</sup>.

---

<sup>275</sup> SILVA, César S. (2014) - *Na Rota dos Judeus no Porto*. Porto: Cordão de Leitura, p.24.

<sup>276</sup> MORAIS, Inês (2014) - *Turistas da Memória: à procura das raízes judaicas na cidade do Porto*, Porto: FLUP, p.51.

## 4.2. Convento da Madre-de-Deus de Monchique

Fundou-se em 1535 um convento feminino de clarissas, por iniciativa de um casal da nobreza, D. Pedro (ou Pero) da Cunha Coutinho e D<sup>a</sup>. Beatriz (ou Brites) de Vilhena, no arrabalde de Monchique<sup>277</sup>, em terrenos onde os nobres tinham já um paço, que seria convertido em dependências do convento:

«No Cabo do arrabalde de Miragaia fundou outro Mosteiro de obseruancia da Ordem de Santa Clara dona Britez de Vilhena, no apozentamento que fez com seu marido, Pero da Cunha, e certo que he hu edificio e asento que cuida que ha poucos daquella sorte, assi na Igreja e Retabolo, como nas Cazas, Iardins, pomares e muitas fontes, e tem duas Claustros mui singulares e em Cada hua sua fonte»<sup>278</sup>.

«Correm os dormitórios antigos e officinas formadas nos Paços dos Fundadores, do Nascente ao Poente à vista do rio, que lhe fica da parte sul»<sup>279</sup>.

Foi o primeiro convento a instalar-se fora da cerca gótica<sup>280</sup>. Na origem da escolha deste lugar de implantação, para além da proximidade à residência dos fundadores, deverão ter estado razões topográficas, aliadas à necessidade de espaço amplo para as construções e à presença de um solo que já tinha sido religioso (relembremos a sinagoga e a judiaria de Monchique, *vd.* 4.1.). Foi erguido à cota baixa, fronteiro ao rio, onde, no período em que esteve em funcionamento, existia um núcleo com intensa atividade. À data da conclusão das obras, a mancha arquitetónica e a monumentalidade dos edifícios que constituíam o convento deverá ter sido impressionante.

---

<sup>277</sup> «en lo vltimo Barrio de Miragaya, en la feligresia de San Pedro,..., en la Baxada del Monte de los Iudios, y torre de la Marca, en frente de la Piramide Puesta para anchorar los Nauios». NOVAES, Manuel Pereira de, *apud* FERNANDES, Maria E. (1993) - *Os Últimos Dias de Monchique*. História: Revista da FLUP, vol. 10, pp.245-270, p.269.

<sup>278</sup> BARROS, João de (1548) – *Geographia d'entre Douro e Minho (...)*, p.36.

<sup>279</sup> PEREIRA, Ana C. (2007) - *Os conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*, Porto: FAUP, p.198.

<sup>280</sup> PEREIRA, Ana C. (2007) - *Os conventos do Porto (...)*, p.197.

Em 1538 começou a ser habitado por monjas. Os limites da cerca conventual eram, a norte, a rua de Sobre-o-Douro. A sul, a rua de Miragaia. Do lado nascente, a calçada de Monchique e do lado poente os «armazéns dos Saavedra»<sup>281</sup>. Apesar da disposição desigual, devida à irregularidade da topografia do terreno onde se instalou, a propriedade religiosa encerrava grandes claustros, aos quais não faltavam água, hortas e jardins, os dormitórios. As diferentes cotas eram unidas por escadarias.

Importante elemento era a igreja, da autoria de Diogo de Castilho (?-1574). O mestre Manuel Vieira encarregou-se das obras na capela-mor<sup>282</sup>, com risco do arquiteto João Pereira dos Santos. Tendo o primeiro falecido, foi substituído por João Moreira e Manuel Moreira, já em 1700.

O convento divide-se em vários corpos. De acordo com Elvira Rebelo<sup>283</sup>, o edifício mais próximo do rio era a hospedaria, cuja construção principiou em 1761 e terminou por volta de 1767<sup>284</sup>. Todavia, a chamada *Casa dos Capelães (ou do Capelão)*<sup>285</sup> ou, mais recentemente, da *Guarda Fiscal* (já que aí foram instalados, após intervenção da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, os Comandos e 2.ª Companhia do Batalhão 3 da Guarda Fiscal<sup>286</sup>), parece nunca ter servido de alojamento, tendo antes sido pensada para aluguer e obtenção de receitas. De facto, o capelão do convento residia, ao invés, no edifício da parte nascente do convento (fig.46).

---

<sup>281</sup> Armazéns do Cais Novo, *vd.* subcapítulo 8.11.1.

<sup>282</sup> ALVES, Joaquim J. F. (2002) – *Elementos para a História do Convento (...)*, p.142.

<sup>283</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p.126-127.

<sup>284</sup> FERNANDES, Maria E. (1993) - *Os Últimos Dias de Monchique (...)*, p.256.

<sup>285</sup> Esta designação provinha da ideia errónea de que o Capelão do Convento aí habitava. Em 1821, depois de uma inquirição feita pelo Governo, as freiras esclareceram que esses aposentos se localizavam a Nascente do convento, ou seja, na zona próxima de Sobre-o-Douro: «*Pella p.te do Nascente do dt.º Convt. ° se achão as Cozas em q. rez,dem os P. °s Confessor e Capei/ão do Convt'.*». MALDONADO, S. (2006) – *Guarda Fiscal, Batalhão nº3 (síntese histórica)*. Porto, p.9.

<sup>286</sup> A Guarda Fiscal esteve instalada desde 1918 no nº 17 da Calçada de Monchique, passando em 1964 para a Casa dos Capelães. Foi extinta em 1993 por Decreto-Lei n.º 230/93 de 26 de Junho, e integrada na Guarda Nacional Republicana (*Vd.* Diário da República n.º 148/1993, Série I-A de 1993-06-26, disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/267036/details/normal?q=guarda+conjunta>). Em substituição da Guarda Fiscal, foi criada pela Lei nº 63/2007, de 6 de Novembro, disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629449/details/maximized>, a Unidade de Ação Fiscal (UAF), cujo acrónimo é possível observar na fachada do edifício.



No mesmo ano em que ficaria concluído o dito edifício, as religiosas arrendaram-no à Junta da Administração da Companhia Geral do Alto Douro<sup>287</sup>, a quem pediram ajuda financeira para o término da obra<sup>288</sup>. Alugaram posteriormente parte deste «armazém grande», bem como algumas casas na calçada de Monchique, à Alfândega do Porto. Apesar de estas instalações se situarem no *cais Novo* (cais de Monchique) não devem ser confundidas com os Armazéns da Casa do cais Novo, dos quais falaremos mais à frente (vd. 8.11.1.).

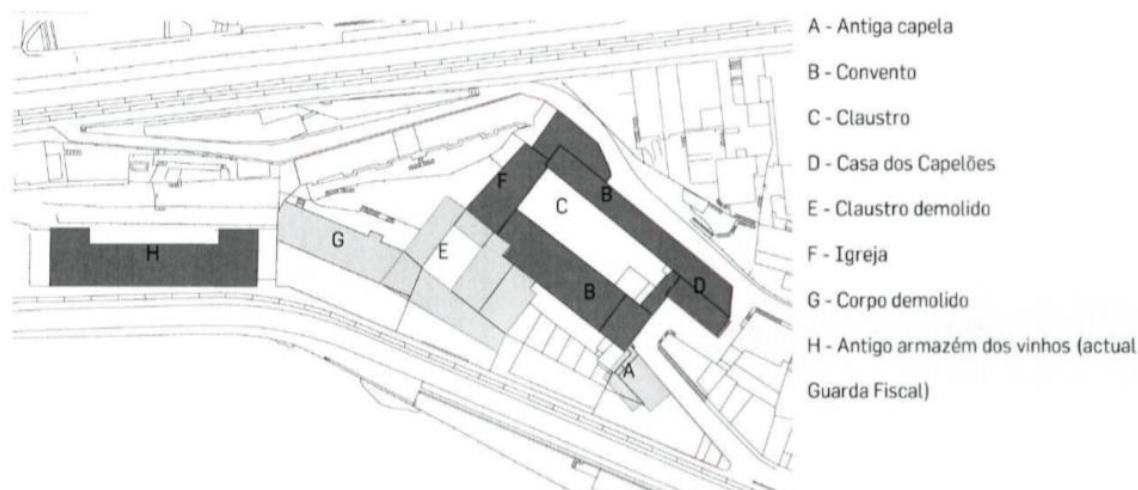


Figura 46 – Planta do convento de Monchique, segundo PEREIRA, Ana C. (2007) - *Os conventos do Porto (...)*, p.193.

<sup>287</sup> FERNANDES, Maria E. (1993) - *Os Últimos Dias de Monchique*. História: Revista da FLUP, vol. 10, pp.245-270, p.246.

<sup>288</sup> MALDONADO, S. (2006) – *Guarda Fiscal (...)*, p.11.



Figura 47 - Os conventos na cartografia da cidade – 1813. Destaque sobre planta de George Balck. Imagem retirada de CASANOVA, Maria J. (2014) - *Conventos suprimidos e a construção de uma nova ordem (...)*, p.207.



Figura 48 - CARVALHO, Marta (2009) – *Convento de Monchique, cenário de «amor de perdição»*. *Através dos Tempos*, Jornal Viva Porto, pp. 22-27, pp.22-23.

Entre 1833 e 1834 o convento encontrava-se em más condições económicas. Acabou por ser desocupado, no âmbito da extinção das ordens religiosas<sup>289</sup>, tendo as freiras sido distribuídas por outros conventos femininos da cidade. Estava aberto o caminho para a reutilização do amplo espaço da cerca e dos edifícios, como aliás se repetiu em variados casos no país:

«Após a extinção, a apropriação dos conjuntos edificados e a integração das suas “reservas” espaciais no tecido urbano acompanhará a transformação urbanística desenvolvida ao longo de todo o século XIX / início de XX e a nova geografia de uma sociabilidade com novas práticas, novos hábitos e novos locais de representação, suscitando novas funções e programas arquitectónicos.»<sup>290</sup>.

De 1834 a 1874, esteve sob gestão do Estado, passando os seus edifícios a servir de arrecadação de arsenal de guerra. Aí foram também instalados «serviços alfandegários, o Trem Militar [...], a fábrica de moeda da Junta do Porto e ainda os ministérios das obras públicas e da guerra, e hospital militar (Ministério da Guerra)»<sup>291</sup>.

No século XIX o conjunto já se achava em ruínas, chegando a sua igreja a servir de serralharia em 1874<sup>292</sup>. Todavia, sabemos que, antes de 2002 e «devido à gentileza do Senhor Eng. José Clemente Oliveira Menéres»<sup>293</sup>, J. Ferreira-Alves teve oportunidade de observar a portada principal desta igreja, entaipada durante longos períodos.

---

<sup>289</sup> O Decreto de 30 de Maio de 1834 ordena a extinção de todos os conventos, mosteiros e outras casas das ordens religiosas regulares masculinas. Só pelo Decreto e Instruções de 31 de Maio de 1862, que fez executar a Lei de 4 de Abril de 1861, foi determinada a extinção dos conventos femininos de Portugal, por óbito da última religiosa professa, sendo os seus incorporados na Fazenda Nacional. No entanto, nalguns casos, como no do Convento de Monchique, a extinção deu-se logo em 1834. *Vd.* ANTT - Processos De Extinção Das Casas Religiosas Femininas Em Portugal, disponível em linha: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224345>, consultado a 10/10/2018, 23:10h.

<sup>290</sup> CASANOVA, Maria J. (2014) - *Conventos suprimidos e a construção de uma nova ordem urbana no Porto*, in MARADO, C. (edit.) - *Monastic architecture and the city*, Cescontexto, Nº 6, Junho 2014, Universidade de Coimbra, pp. 203-226, p.204.

<sup>291</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p.131.

<sup>292</sup> ALVES, Joaquim J. F. (2002) – *Elementos para a História do Convento da Madre de Deus de Monchique*. Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património, Porto 2002, I série, Vol. I, pp. 129-147, p.147.

<sup>293</sup> ALVES, Joaquim J. F. (2002) – *Elementos para a História do Convento (...)*, p.138.

Foi precisamente a Sociedade Clemente Menéres a responsável por algumas das maiores alterações nos edifícios e terrenos do antigo convento, pelo que à sua ação dedicámos o subcapítulo 8.8..

O convento foi dividido em lotes, vendidos em hasta pública. Um deles, com os claustros, foi adquirido por uma família inglesa (provavelmente a de William Hawke) e o lote maior por Clemente Menéres, que aí fez uma fábrica de rolhas de cortiça e um armazém de vinhos<sup>294</sup>. Assim explica Jorge Alves: «Clemente Meneres e Norberto Coelho arremataram dois lotes (n.ºs 1 e 5) para a sua casa comercial (mais tarde Clemente assumiu a quota de Norberto). Os outros foram arrematados por William Wawke (n.º 2), que instalou lá uma fundição, e Henry Burnay (n.ºs 2 e 3)»<sup>295</sup>.

Henry Burnay (1838-1909), de ascendência belga, adquire o lote poente, constituído pelos dormitórios, para fins especulativos: tencionava vendê-los mais tarde, por um valor mais elevado. Em 1875 manda rasgar vãos de entrada nos muros do seu terreno<sup>296</sup>, mas os edifícios por si adquiridos não chegam a sofrer alterações. Todavia, em 1889, a Empresa Industrial de Monchique – na pessoa de Alexandre Mont’Alverne - compra parte do edifício a Burnay, para formar uma fábrica de serraria, carpintaria e pregaria, adaptando os espaços a indústria (à semelhança de Hawke e Menéres). Esta última fábrica seria vendida, em 1908, a D. Ignez Martins Guimarães da Fonseca, «que adquire outros prédios do Convento à firma J. M. Fernandes Guimarães & C.<sup>a</sup>»<sup>297</sup> (vd. 6.3.2.).

---

<sup>294</sup> CARVALHO, Marta (2009) – *Convento de Monchique (...)*, p.26.

<sup>295</sup> ALVES, Jorge (2007) - *De pedras fez terra - um caso de empreendedorismo e investimento agrícola no Nordeste Transmontano (Clemente Meneres)*. HISTÓRIA: Revista da Faculdade de Letras, Porto, III Série, vol. 8, 2007, pp. 113-155, p.118.

<sup>296</sup> «(...) para serventia do terreno que possui em Miragaia e que faria parte do Convento de Monchique, precisa de abrir duas portas, uma no muro do lado do norte que confronta com a rua de Sobre-Douro, e outra no muro do lado do sul que confronta com o caes de Miragaia». Ficha n.º: 156 (Licença de obra n.º 99/1875).

<sup>297</sup> VENDEIRO, Ana (2014) - *Recuperação da arquitectura monástica: Convento de Madre Deus de Monchique no Porto*, dissertação para obtenção do Grau de Mestre de Arquitectura apresentada à Universidade Lusíada do Porto, p.115.

«De quem é aquela tabacaria? Do Sr. Burnay. E aquele hotel? - E aquela casa? - E aqueles navios? - E aqueles vapores? - E aqueles *omnibus*? - E aquela tinturaria? - A quem pertence aquela cervejaria? - Aquela fábrica de caldeiras? - Aquela fundição? - Esta mercearia? - Esta padaria? - Aquele armazém de modas? - Aquela casa de campo? - E aquela cordoaria?... Ao sr. Jacinto Burnay; ao sr. Mário Burnay; ao sr. João, Pedro, Paulo, Tiago Burnay; sempre a um Burnay (...).»<sup>298</sup>.

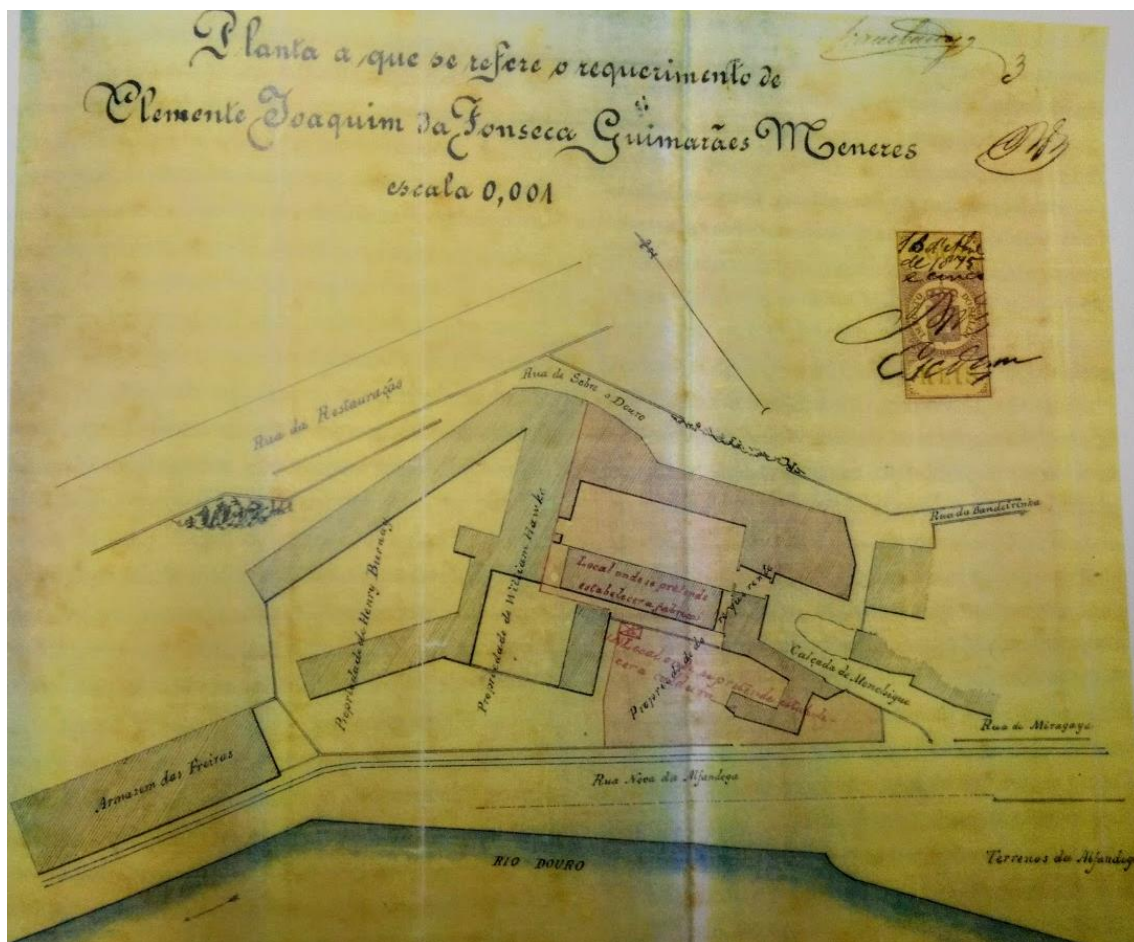


Figura 49 – Divisão dos lotes do espaço conventual. Registo fotográfico de planta gentilmente disponibilizada por João Pedro Menéres, 2018.

<sup>298</sup> RATTAZZI, Maria – *Portugal de Relance*, Lisboa: Antígona, 1997, p.302 (edição original de 1879, Paris)



Por sua vez, em 1875, William Hawke começa a explorar uma fundição já instalada em parte do antigo convento, pertencente à Fundação de Massarelos. Em 1879, nos terrenos do extinto conjunto religioso, é fundada uma fábrica de cerâmica de construção, da sociedade Pinto de Magalhães & C.<sup>a</sup>. Posteriormente, em 1884, aí nasce a empresa Pinto Couto & C.<sup>a</sup>, para fabrico de mobílias <sup>299</sup>. Já no século XX, em 1908, instala-se no extinto convento a supracitada firma Clemente Menéres, fundada seis anos antes.

Com a abertura da rua Nova da Alfândega e a conclusão do assentamento de carris para o carro elétrico em 1870<sup>300</sup>, a frente ribeirinha do convento, cuja reocupação manteve sobretudo uma função ligada ao trabalho, via-se de novo valorizada. Todavia, o parcelamento dos corpos do espaço conventual acabou por alterar significativamente a circulação no seu interior, passando os acessos a serem feitos, na sua maioria, pela referida rua Nova da Alfândega ou pela de Sobre-o-Douro. Todos estes fatores contribuíram, nas palavras de Elvira Rebelo, para uma *desidentificação arquitectónica e paisagística*<sup>301</sup>.

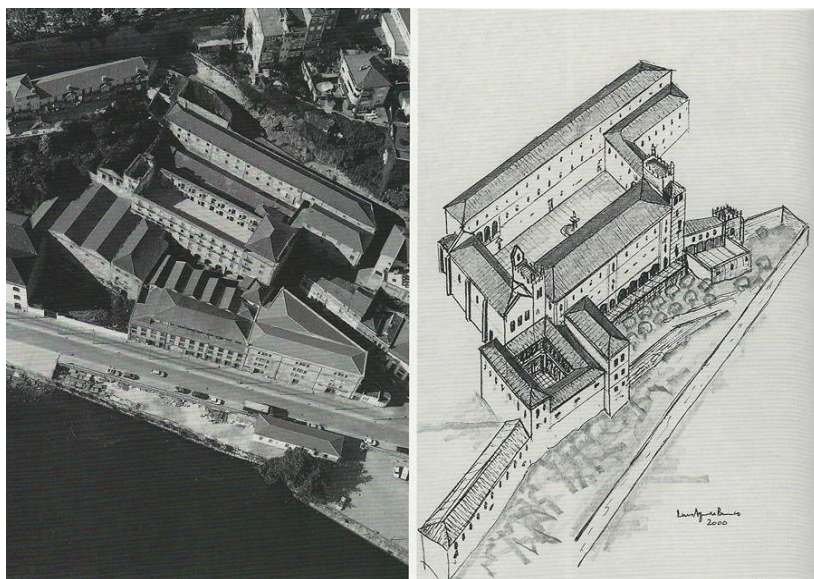
Mesmo depois da sua extinção, o convento, com todas as suas metamorfoses, continuou a marcar profundamente o tecido urbano de Miragaia e Massarelos, em cuja interseção se situa. Posto isto, findamos com a convicção de que os conventos representam verdadeiros microrganismos dentro da complexidade do organismo vivo que é a cidade, capazes de transformá-la na longa diacronia.

---

<sup>299</sup> ADP - *Constituição de sociedade de mobílias e madeiras*, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=761292>

<sup>300</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p.137.

<sup>301</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p. 141.



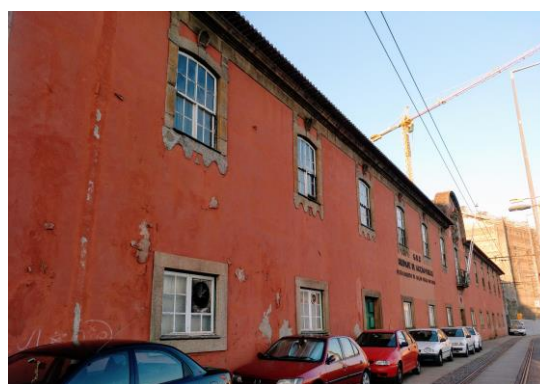
*Figura 50 – Convento da Madre-de-Deus de Monchique visto pelo Arq. Luís Aguiar Branco, in MENÉRES, João; COUTO, Júlio - De um outro Porto. Porto: Bons Livros Editora, 2003, s/p.*



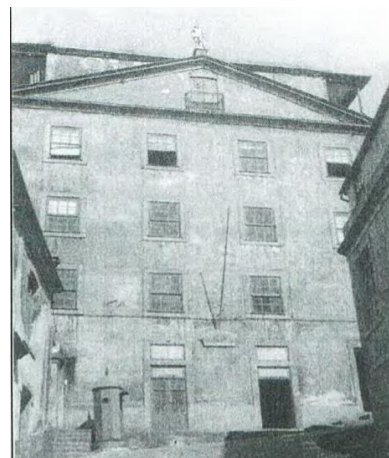
*Figura 51 – Ruínas do convento de Monchique (1983), in CRUZ, Tiago (2017) - Convento de Monchique no Porto: Hipótese de Reconstituição Digital. Livro De Actas Do V Congresso Internacional De Cidades Criativas, p. 451.*



*Figura 52* – Esq.: O edifício chamado *Casa dos Capelães*, onde se instalou a Guarda Fiscal. AHMP; Dir.: O mesmo edifício em 1961. Fotografia de Teófilo Rego. AHMP.



*Figura 53* – O edifício em 2018.



*Figura 54* – Edifício onde esteve sediada a Guarda Fiscal, entre 1918 e 1964, antes de mudar para a *Casa dos Capelães*. Este edifício, localizado na calçada de Monchique, pertencia à Sociedade Clemente Menéres (vd. 8.8). Fotografia retirada de MALDONADO, S. (2006) – *Guarda Fiscal (...)*, p.7.



### 4.3. Relações com o Rio Douro

De acordo com B. J. Ferrão, foi no final do século XVI, durante o governo filipino, que principiaram as preocupações com o porto e o acesso fluvial à cidade<sup>302</sup>. A localização ribeirinha de Miragaia traçou-lhe o destino. Logo no século XVII vê reconhecida a sua potencialidade, ao serem ordenadas, em 1685, a construção do cais de Miragaia, e em 1696, de uma calçada desde a porta Nobre até Monchique<sup>303</sup>.



*Figura 55 – Pormenor de uma representação do Porto, onde se vê parte de Miragaia, junto ao rio.*  
VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo II (...), p.674

---

<sup>302</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.149

<sup>303</sup> REIS, Henrique S. (1984) – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto*. PORTO: Biblioteca Pública Municipal do Porto, vol. I, p.281

### 4.3.1. Estaleiros

De entre os lugares com maior influência na organização do espaço urbano, sobressaem aqueles que se destinavam ao comércio e à produção. Nas zonas ribeirinhas, os vários mestres articulavam-se com as atividades portuárias, marítimas e fluviais que aí entrecorriam. No Porto, a construção naval era parte importante da sustentação financeira, que se apoiava numa economia de base marítima.

De acordo com A. Barros, dentro da intensa atividade naval da cidade do Porto do século XV, as mercadorias que mais se comercializavam eram o sal, o pescado, os vinhos e os couros<sup>304</sup>. Entre o final da Idade Média e o principiar da Época Moderna, e para superar os desafios suscitados pelo comércio marítimo (como, por exemplo, o aumento do tráfico<sup>305</sup>, a alteração das tipologias dos navios e as limitações do meio físico) dar-se-á uma evolução técnica ao nível da engenharia portuária, «se bem que ainda muito longe da evolução que conhecerá com a Revolução Industrial»<sup>306</sup>.

Ainda em meados do século XV, a evolução urbana havia impulsionado a deslocação da construção naval para o lado oeste da marginal<sup>307</sup>, já que na azáfama do centro da cidade se tornava incómodo manter as estruturas náuticas, distribuídas por diferentes armazéns. Tornava-se necessário encontrar um espaço amplo e organizado que suportasse o movimento intenso, à semelhança de outros portos europeus, cujos estaleiros estavam já localizados fora de muros, mas muito perto deles<sup>308</sup>.

Coloca-se a possibilidade de, numa primeira fase, a fábrica naval se ter situado junto à porta Nobre e só posteriormente se ter implantado de forma mais definitiva no areal de Miragaia<sup>309</sup>, dividido «pelos dois braços do Rio Frio que aí desaguava, e capacitada para acolher os equipamentos indispensáveis à construção de navios e ao seu aparelhamento»<sup>310</sup>.

---

<sup>304</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.28.

<sup>305</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.49.

<sup>306</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.29.

<sup>307</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.198.

<sup>308</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.199.

<sup>309</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.192.

<sup>310</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.199.

Assim, nessa praia, «pelo menos da Porta Nova à Fonte da Colher»<sup>311</sup>, funcionaram afamados estaleiros (bem como as necessárias estruturas de apoio à estiva) «onde se concertavam e armavam navios de todos os lótes»<sup>312</sup>, e que chegaram a ser dos maiores de Portugal, representando um fator consideravelmente atrativo para a zona. Vejamos, a propósito, a importância da praia durante a Idade Média: «crucial no desenvolvimento ribeirinho, dominava na paisagem das margens definindo áreas de acesso ao rio entrecortadas por elevações e penhascos que as delimitavam»<sup>313</sup>.

Desde sempre (e sobretudo nos finais do século XVIII e ao longo do século XIX) a barra do Douro contou com grande circulação de navios, que acostavam em cais portuenses. Esta movimentação impôs a necessidade de criação e/ou melhoramento das estruturas de apoio à navegação e à mercadoria (postos de socorro a náufragos, armazéns, edifícios fiscais), e de construção e reparação<sup>314</sup>.

Contudo, o extenso areal viria a desaparecer aquando da construção da nova alfândega, no último quartel do século XIX. Também a via de acesso aí criada – rua da Nova Alfândega – veio alterar o enquadramento da velha arcaria ribeirinha<sup>315</sup> (corria ainda o ano de 1400 e já as casas eram edificadas sobre arcos, na rua que então se chamava Nova de Miragaia e depois ainda rua dos Cobertos). Alguns dos atuais edifícios ainda remontam a essa época, tal como a casa onde nasceu o poeta Tomás Gonzaga, identificada com o nº104, que data do século XV<sup>316</sup>. Mas as alterações não ficaram por aqui. Também a foz do rio Frio terá sido desviada para o lugar onde esteve a porta Nobre, aquando da construção do edifício aduaneiro<sup>317</sup>.

---

<sup>311</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.201.

<sup>312</sup> PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística do Porto (...)*, p.11.

<sup>313</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.40.

<sup>314</sup> JESUS, Maria (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo da Foz do Rio Douro: Perspectiva histórica e monitorização por GPS para o conhecimento da sua evolução actual : Aplicabilidade pedagógica numa vertente CTSA*, Dissertação de Mestrado em Geologia para o Ensino apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, p.36.

<sup>315</sup> MELO, Jorge C. – *Miragaia*, Lugares Históricos no Porto, Manuel Valle Editor, Porto, p.18.

<sup>316</sup> MELO, Jorge C. – *Miragaia (...)*, p.18.

<sup>317</sup> BASTO, Carlos (1938) - *Nova Monografia do Porto (...)*, p.9.



Figura 56 - Maqueta do Porto medieval: o subúrbio de Miragaia, com seus estaleiros. 1999, Coleção: Olhares sobre o Porto Medieval, Maqueta, nº 5, AHMP. Disponível em linha: <https://bit.ly/2RKNnZ9>



Figura 57 – Esq.: O areal de Miragaia (século XVIII), in BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.191; Dir.: Reprodução de um quadro de grande dimensão, de Eduardo Luís e Álvaro Rocha, alusivo aos estaleiros de construção naval na praia de Miragaia, [1962?]. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2yULBO1>

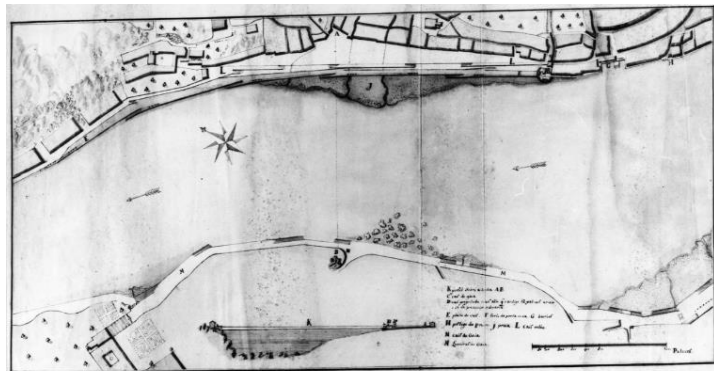


Figura 58 - Plano da praia de Miragaia e Rio Douro, século XVIII. Marco Gelehrter Ricca Gonçalves, 1990. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2QI8LDP>

Depois da edificação do fortim de S. Filipe, a construção naval acaba por se desviar da porta Nova, «para lá da Fonte do Touro podendo ter sido feita episodicamente em qualquer lugar até Monchique»<sup>318</sup>. Ao longo da cronologia, são inúmeras as designações por que são referidos os estaleiros: “navio que se fez (ou faz) em Miragaia”, “navio que se fez à Fonte do Touro”, “navio que se fez à Fonte da Colher” ou “navio que se fez ao Rio Frio”<sup>319</sup>.

Para Amândio Barros, a simples existência dos portos define muitas das outras atividades que aí se vão instalar, implicando alterações que vão desde o padrão residencial até à estrutura viária, passando pelas instituições sociais e culturais ligadas ao mar ou ao rio<sup>320</sup>. Com a atividade mercantil, a porta Nova tornou-se num dos principais pontos de circulação, polarizando em torno de si comércio, habitação e atividades festivas<sup>321</sup>, junto à qual «varava um sem-número de embarcações de diferente calado e modelo e construía-se e aparelhavam-se navios»<sup>322</sup>.

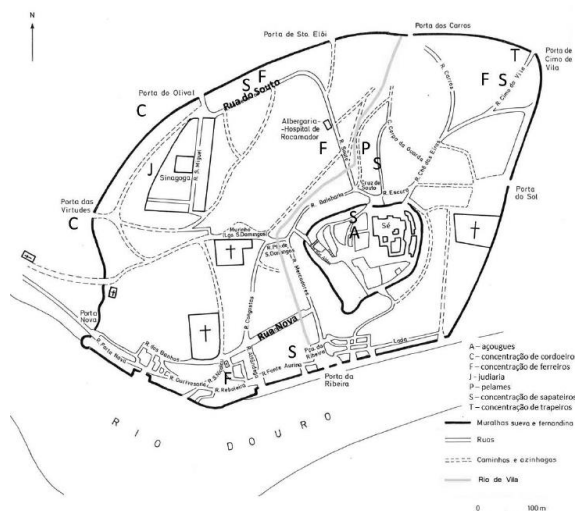


Figura 59 - Mapa da distribuição dos mesteres no Porto – séculos XIV e XV, retirado de RIBEIRO, Maria; MELO, Arnaldo (2012) - *A influência das atividades económicas (...)*, p.164, onde se apresenta a concentração de cordoeiros (C) na zona de Miragaia.

<sup>318</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.203

<sup>319</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.217

<sup>320</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.30

<sup>321</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.36

<sup>322</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.41

A atestar a sua relação com a navegação, veja-se: o arrabalde de Miragaia, habitado sobretudo por pessoas ligadas à atividade marítima e fluvial (marinheiros, calafates<sup>323</sup> carpinteiros<sup>324</sup>, “guardas da peste”<sup>325</sup>, cordoeiros, tanoeiros<sup>326</sup>) teve, como principais polos de aglutinação da comunidade, a Igreja Paroquial e Confraria de S. Pedro de Miragaia do Porto<sup>327</sup> (única confraria medieval de mareantes na cidade<sup>328</sup>) e o Hospital do Espírito Santo<sup>329</sup>, administrado por homens do mar<sup>330</sup>. Na fundação deste último, por volta de 1405, participaram as viúvas portuenses Catarina Afonso, Maria Afonso e Florença Domingues – doadoras do *monte* onde se erigiu o hospital –, João Afonso da Agrela e ainda o Fr. Vasco Eanes<sup>331</sup>.

Os mareantes contavam com um forte sentimento de religiosidade, em parte representado pela figura de São Pedro<sup>332</sup>, patrono dessas mesmas atividades. A propósito, o lugar de Miragaia tinha uma estreita ligação com a festa do Corpo de Deus, já que, de dois em dois anos, a procissão<sup>333</sup> saía da Sé e dirigia-se para a igreja de S. Pedro de

---

<sup>323</sup> «aos trinta carpinteiros e quarenta calafates de Miragaia contrapõe-se um total de 147 oficiais, de nomeação régia, aos quais se somava um número desconhecido de aprendizes, obreiros e mão-de-obra indiferenciada» BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.241.

<sup>324</sup> «Clemente Gomes, mestre dos carpinteiros da ribeira, Miragaia», BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.282.

<sup>325</sup> «No século XV designam-se “guardas-pestes” [...]. Nos primeiros anos do século XVI, antes de se assentar a designação “guardas-mores de saúde”, havia os “guardas do rio”, com competência alargada: desembarques ilegais, contrabando e doença. Eram quase todos de Miragaia e da beira-rio». BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.130.

<sup>326</sup> «Diogo Ribeiro, tanoeiro de Miragaia». BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.60; Os tanoeiros concentravam-se junto à Porta Nova. BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.200.

<sup>327</sup> «Associação de gentes ligadas à vida do mar, a confraria de S. Pedro é, porventura, em parte, fruto da importância que esta actividade começa a ter no contexto económico do Portugal de finais da Idade Média.» A Confraria dos Mareantes de S. Pedro nasceu no século XV em Miragaia, e a primeira referência à mesma data de 1453. BARROS, Amândio (1991) - *A Confraria De S. Pedro De Miragaia Do Porto No Século XV*. Porto: Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.28, p.79 e p.151.

<sup>328</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.32.

<sup>329</sup> A fundação deste hospital, considerado «cousa de carydade», deverá datar do início do século XV: «As doações do terreno em que foi edificado processam-se no ano de 1405 e nessa altura as obras de construção já se haviam iniciado pois, conforme referem os documentos, esse terreno era doado ao "espiritall de Sancto Espiritus que se ora faz a par de [da igreja de] Sam pedro de Miragaya que he acerqua da dieta cidade [do Porto]»». BARROS, Amândio (1991) - *A Confraria De S. Pedro (...)*, p.34; p.38; p.53.

<sup>330</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.70.

<sup>331</sup> BARROS, Amândio (1991) - *A Confraria De S. Pedro (...)*, p.35-37.

<sup>332</sup> A festa de São Pedro de Miragaia realiza-se no dia 29 de Junho.

<sup>333</sup> O primeiro registo de realização da procissão do Corpo de Deus («Corpus Christi») data de 1417, durante o reinado de D. João I. AFONSO, José (2014) - *O convento de S. Domingos e o plano urbano do*

Miragaia. Ao chegar à igreja, - o cortejo religioso do *Corpus Christi* – parava junto à praia fluvial e «sob uma véla de navio, armada em toldo, expunha-se à adoração dos fiéis o S. S. Sacramento»<sup>334</sup>, fazendo alusão à gente do mar.

O trajeto do ritual, que alternadamente visitava Miragaia ou Santo Ildefonso<sup>335</sup>, conectando a cidade com as ermidas localizadas fora de muros, acabou por deixar de nelas passar a partir de 1559-1560, limitando-se a um percurso no interior da cerca<sup>336</sup>. Ainda assim, a procissão do *Corpus Christi* «teve, no final da época medieval, uma enorme capacidade de apropriação espacial, funcionando não só como ritual de coesão social, mas também como momento de união física dos diferentes bairros da cidade e de legitimação da conquista urbana dos arrabaldes para a urbe»<sup>337</sup>.

---

*Porto entre os séculos XIII e XVI*, International colloquium on “Monastic Architecture and the City”, Coimbra, Portugal, 10th - 11th October 2013. Cescontexto: Debates. N.º 6 (2014), p. 35-50, p.40.

<sup>334</sup> PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística (...)*, p.69.

<sup>335</sup> «As freguesias de Santo Ildefonso e Miragaia, como focos urbanos extramuros testemunham duas direcções do crescimento do Porto norteado por imperativos orgânicos: o primeiro, de prestígio, pela proximidade da Sé; o segundo, de cariz comercial, pela dependência do rio e do tráfego fluvial», FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel J. (2013) - *Etapas de consolidação da paisagem urbana (...)*, p.192

<sup>336</sup> AFONSO, José (2014) - *O convento de S. Domingos (...)*, p.45.

<sup>337</sup> AFONSO, Daniel B. (2012) – *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. Porto: FLUP, p.48.

Nesta marcha solene participavam calafates, carpinteiros e marinheiros de Miragaia, que acompanhavam «a “nau de S. Pedro”, ornamento principal do desfile dos mareantes»<sup>338</sup>. Todavia, nela não desfilavam os cordoeiros, o que poderá indicar um menor prestígio dos últimos na sociedade portuense.

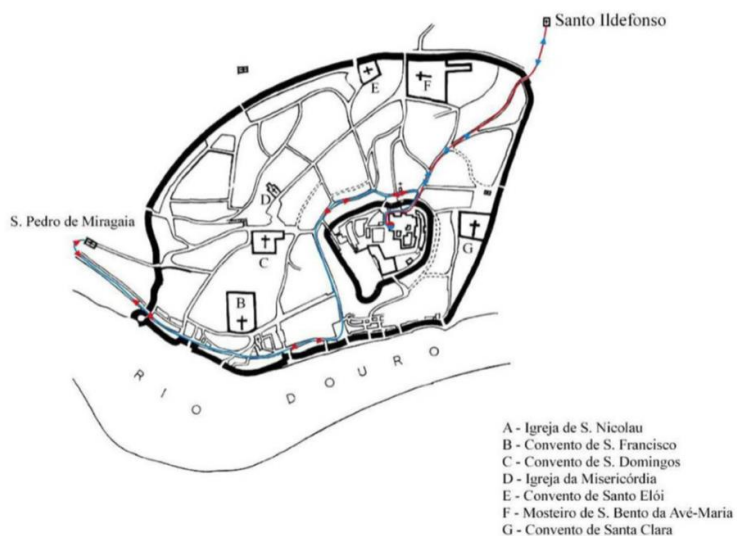


Figura 60 - Percurso provável da procissão de Corpus Christi antes de 1560, AFONSO, Daniel B. (2012) – *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. Porto: FLUP, p.113

<sup>338</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.299



A dita concentração dos mesteres ligados ao mar, que tornava mais fácil a procura (localizada) dos serviços pelos fregueses, justifica-se principalmente pelo trabalho desenvolvido nos estaleiros de Miragaia, desde os tempos medievais. O sentido de associação entre os trabalhadores, acabava por protegê-los contra abusos e beneficiá-los com privilégios coletivos<sup>339</sup>. Sem descuidar as pesqueiras espalhadas pelo Douro, cabe notar que, sobretudo no século XV, a habitação dos pescadores se concentrava mais longe dos limites da cidade, no lugar de S. João, na foz do Douro:

«a esmagadora maioria dos mareantes do Porto vivia muito próximo da cidade, no arrabalde de Miragaia, local privilegiado para a construção e aparelhamento dos navios de comércio e, também, de fácil acesso aos mercadores portuenses, ao passo que os pescadores já antes do século XV se concentravam "longe" da cidade, na pequena aldeia de S. João, na foz do Douro. A partir daí desenvolviam a sua faina, aventurando-se no mar alto (...)»<sup>340</sup>.

Desde aí, os pescadores vinham até Miragaia e à Ribeira<sup>341</sup>, tal como os de Matosinhos e os de Leça, para vender o seu pescado junto ao rio, onde, como vimos, funcionavam grande parte das casas de trato marítimo.

Ainda acerca dos navios, era ao chegar a Miragaia que estes paravam, junto à bandeirinha da saúde (*vd.* subcapítulo 5.6.4.), para serem «abordados por uma comissão sanitária: guardas-mores, médicos, escrivães e intérpretes, todos eles, a seu modo, encarregados da inspecção de saúde»<sup>342</sup>.

Com o volume de trabalho e a desorganização decorrente, começa a dar-se um afastamento dos estaleiros para áreas cada vez mais longe da muralha, que em parte foi consequência de uma tentativa de fazer «de Miragaia mais um local de carga e descarga do que de construção de navios»<sup>343</sup>.

---

<sup>339</sup> BARROS, Amândio (1991) - *A Confraria De S. Pedro (...)*, p.84

<sup>340</sup> BARROS, Amândio (1991) - *A Confraria De S. Pedro (...)*, p.87

<sup>341</sup> BARROS, Amândio (1991) - *A Confraria De S. Pedro (...)*, p.149-150

<sup>342</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.153

<sup>343</sup> «se nom consentise se fazerem navios no dicto lugar porquanto pejavam a dicta saída da dicta Porta Nova sendo hũa das principaes quando a dicta cidade vem», BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.200

Outros estaleiros se foram formando ao longo da marginal do Douro: na Cantareira, em Massarelos, no Passeio Alegre e em Quebrantões<sup>344</sup>, na margem esquerda. Porém, e em nada diminuindo a importância que teve o ancoradouro de Miragaia («expressão máxima da construção naval do Porto nos finais da Idade Média e início da Época Moderna»<sup>345</sup>), terminamos com a nota de que viria a ser implantado no eixo Ouro-Sobreiras-Santa Catarina (Lordelo do Ouro) o maior estaleiro do Porto moderno<sup>346</sup>.

Estávamos no século XVI e decaía a importância do areal Miragaia, a favor de lugares mais espaçosos e onde o leito do rio era mais largo. No século XVII, parte da praia já tinha desaparecido, tendo nela sido construído um cais «ordenado pelo governador da cidade D. Sancho Manuel, conde de Vila Flor, apenas em 30 de Junho de 1685»<sup>347</sup>.

Todavia, durante a Época Moderna, ainda se escrevia: «e como esta freguesia esteja situada nas margens do rio Douro, em forma que este muitas vezes lhe inunda as cazas, se fazem tão amantes da navegação que della tem sahido eminentes pilotos e cappitães que tem navegado para a India e para a Nova Lusitania»<sup>348</sup>.

---

<sup>344</sup> «é possível que este estaleiro tenha funcionado, nesta ocasião, por sobrecarga do estaleiro de Miragaia, também ocupado na altura com obras para a carreira da Índia», BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.195.

<sup>345</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.198.

<sup>346</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.32 e p.41. Terá sido depois da década de 60 do século XVI que as estruturas passaram para Lordelo do Ouro. P.216.

<sup>347</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.218.

<sup>348</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.597.

#### 4.3.2. A Alfândega de Miragaia

A instituição da alfândega é «um dos principais organismos reguladores da actividade comercial do Porto»<sup>349</sup>. Já no ano de 1703, a *Alfândega Velha*, como ficou conhecida no século XIX, e que se localizava na atual Casa do Infante - cujas instalações ficaram concluídas em 1335<sup>350</sup> -, não tinha suficiente capacidade de armazenagem e despacho.

Para suprir as necessidades comerciais, no ano de 1821 começou a ser usado o Armazém do Cais Novo, ou *do Saavedra*, que acabou por ficar conhecido por “alfândega de Massarelos” ou “alfândega interina”, como aparecia descrito em 1822<sup>351</sup>. Ainda em 1821 o Governo incumbiu a Comissão Fiscal do Porto «de fazer proceder aos orçamentos da despesa necessária para uma nova Alfândega»<sup>352</sup>.

No ano de 1823, as cortes recebiam um pedido para construção de um novo edifício alfandegário. Novamente, em 1840, o diretor da Alfândega pede à Câmara que o arquiteto da cidade elabore o risco (e todas as operações necessárias) para a obra do novo imóvel. Tendo sido sucessivamente adiados os projetos anteriores, as obras só viriam a iniciar-se em 1860<sup>353</sup>, no areal de Miragaia, especificamente onde o rio Frio encontra o Douro, local escolhido com base no “plano Colson” - projeto do engenheiro francês Jean F. G. Colson – posteriormente modificado e ampliado.

---

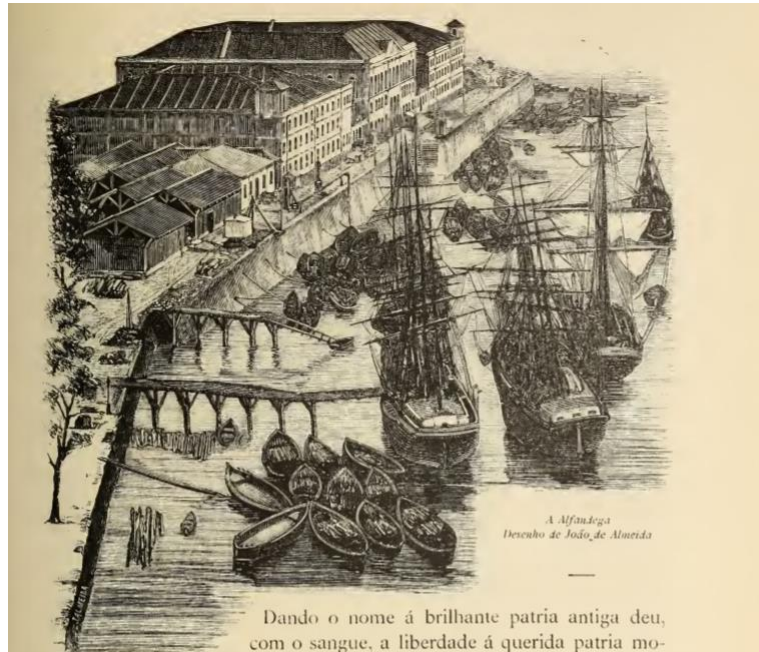
<sup>349</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.88.

<sup>350</sup> A criação do *almazém régio* dá-se em 1325. BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.88.

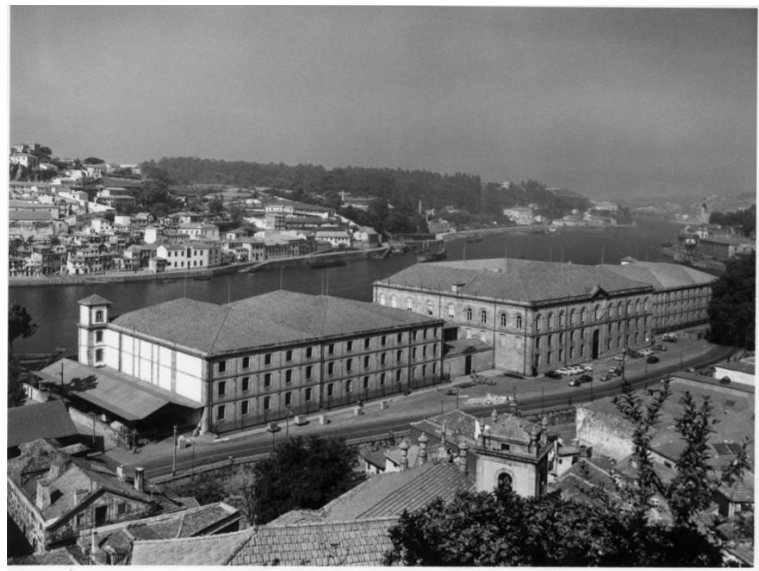
<sup>351</sup> TAVARES, Rui (1990) – *Do almagém régio à alfândega nova: evolução de um tipo de arquitectura portuária*, in *Alfândega do Porto e o despacho aduaneiro*, catálogo da Exposição organizada pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto, Casa do Infante, pp. 39-65, p.53.

<sup>352</sup> TAVARES, Rui (1990) – *Do almagém régio (...)*, p.59.

<sup>353</sup> Este atraso nas obras relaciona-se com as perturbações políticas consequentes da Revolução Liberal. TAVARES, Rui (1990) – *Do almagém régio (...)*, p.59.



*Figura 61* – Desenho de João de Almeida, representando a Alfândega de Miragaia. VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco* Tomo II (...), p.677



*Figura 62* - Edifício da Alfândega do Porto em 1961. Fotografia de Teófilo Rego. AHMP. Disponível em linha: <https://bit.ly/2FkOWvr>

De entre os sítios propostos para a implantação da alfândega, e considerados por uma comissão nomeada para o efeito, situavam-se os primeiros dois na zona ribeirinha de Miragaia:

«Assim: “[...] Os locais que se offerêcem ao estudo e consideração da Comissão, e constaõ dos documentos que por ordem de Vossa Magestade lhe foram apresentados são:

- 1º O edifício e cerca que foram das extinctas Religiozas de Monchique.
- 2º A Praia e Alameda de Miragaia, desde a Porta Nobre para Oeste
- 3º Desde a dita Porta Nobre para leste até á Igreja Paroquial de S. Nicolau
- 4º O edifício e terrenos que foram os extinctos Religiozos Dominicanos
- 5º Desde a Igreja Paroquial de S. Nicolau para leste até à Praça da Ribeira.»<sup>354</sup>.

A dita comissão terá optado pelo 5º local, entre a igreja de S. Nicolau e a Praça da Ribeira - escolha que não veio a ser efetivada -, tendo essa comissão acabado por ser dissolvida em 1859, ano em que o Governo seleciona o programa de Colson. A justificar a opção definitiva pela Praia de Miragaia estiveram a proximidade ao rio, bem como a serventia direta através de um cais próprio (que seria elevado e por isso serviria também de proteção contra as cheias), e ainda a necessidade de um espaço amplo para instalação do estaleiro das obras.

Ao passo que a obra da casa da alfândega ficou a cargo do engenheiro militar Francisco de Carvalho Morão Pinheiro, a do cais onde assenta – e que se tornou o mais bem apetrechado da cidade – coube ao engenheiro Faustino José da Victoria<sup>355</sup> (1859-1883). Logo quando foi pensada a construção do cais da Alfândega, foi proposta uma continuação da rua que seguia da Nova dos Ingleses à de S. Francisco, cujo prolongamento serviria de caminho para Miragaia, Massarelos, Vilar, Ouro e Foz<sup>356</sup>.

---

<sup>354</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p.135.

<sup>355</sup> Estiveram ainda envolvidos na obra os engenheiros J. D. Mouzinho de Albuquerque, L. Victor Lecoq, J. de Macedo de Araújo Júnior, J. Joaquim de Matos, Alberto Álvares Ribeiro e Torquato Álvares Ribeiro. TAVARES, Rui (1990) – *Do almazém régio (...)*, p.63.

<sup>356</sup> TAVARES, Rui (1990) – *Do almazém régio (...)*, p.60.

Estávamos em 1869, dez anos volvidos desde o início da construção, quando foi inaugurada a *Alfândega Nova*, robusto edifício neoclássico<sup>357</sup> constituído por um corpo central rematado por frontão triangular e dois corpos laterais simétricos de cada lado, de distribuição longitudinal ao rio. O espaço deste ainda recente complexo aduaneiro acabaria por se tornar parco face ao intenso movimento comercial:

«(...) quando se pensou em levantar um edifício que correspondesse ao labor commercial da cidade, julgou-se um arrojo o projecto; hoje... quasi se considera acanhada a sua realisação, não obstante o plano primitivo do Coulson ter sido muito modificado pelos engenheiros que lhe succederam»<sup>358</sup>.

A *Alfândega Nova* operaria pouco mais de um século.

No ano de 1987<sup>359</sup> fica definido, em Conselho de Ministros, que o edifício acolheria o futuro Museu dos Transportes e Comunicações. Em 1992, findas as obras de remodelação, havia sido adaptado não só a Museu, como a Centro de Congressos e Exposições, com renovação operada pelos arquitetos Souto de Moura e Tasso de Sousa, voltando a dinamizar a frente ribeirinha.

À data, o edifício encontra-se sem proteção de cariz patrimonial, tendo sido emitido em 20 de junho de 2018 um Despacho do Ministro da Cultura a aprovar a abertura de novo procedimento de classificação<sup>360</sup>.

---

<sup>357</sup> De tipologia neopalladiana, como vemos no Hospital de Santo António. Sobre a arquitetura neopalladiana, vd. RIBEIRO, Lília (2012) - *A arquitetura neopalladiana portuense : o Hospital de Santo António (1769-1832)*, Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação da Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas.

<sup>358</sup> VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo II (...), p.688

<sup>359</sup> OLIVEIRA, Ana (2012) - *Novos Usos para o Património Industrial: O Caso da Cordoaria Nacional, Projecto para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura apresentado à FAUTL*, sob orientação do Professor Doutor José Aguiar, p.47

<sup>360</sup> DGPC - *Edifício da Alfândega Nova*, disponível em linha: <https://bit.ly/2OFF8LM>, consultado a 05/09/2018, às 13:23h.

A escala da arquitetura teve impacto a nível viário, com o melhoramento do largo da Alfândega<sup>361</sup> e sobretudo com a construção da rua Nova da Alfândega, via que facilita o acesso ao centro, sobrelevada relativamente à rua de Miragaia. De acordo com Jorge Alves, para a obra desta nova rua terá sido sacrificado o histórico bairro da porta Nova, do qual foram demolidos mais de duzentos edifícios<sup>362</sup>.

São ainda de referir os vários arranjos urbanos nos principais arruamentos ribeirinhos de Miragaia por altura da Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado, realizada na Alfândega do Porto, em 1998. Estes incluíram a construção do Viaduto do Cais das Pedras, que veio melhorar a circulação na marginal, a requalificação das ruas de Miragaia, da Arménia e Nova da Alfândega, por iniciativa da FDZHP, e sob projeto de Manuel Fernandes de Sá.



*Figura 63 – Vista panorâmica sobre a Alfândega do Porto e o parque de estacionamento. 2017. Fotografia de Carolina Furtado.*

---

<sup>361</sup> Em 1992, o largo da Alfândega voltou a ser remodelado, no âmbito dos trabalhos do CRUARB, pela Arquitecta Paula Silva, que foi ainda responsável por arranjos urbanísticos no largo Artur Arcos (1989) e no passeio das Virtudes (1990).

<sup>362</sup> ALVES, Jorge (2010) – *O progresso material. Da Regeneração aos sinais de crise*, In HISTÓRIA DO PORTO, vol. 11. Matosinhos: QuidNovi, p.31.

A reestruturação da marginal já havia sido longamente estudada pelo CRUARB, com intenções de promover uma reconversão paisagística do espaço ribeirinho até então desaproveitado, e previa um novo acesso, em túnel, entre a Alfândega e a Igreja de S. Pedro de Miragaia, preconizando «o reencontro com um percurso que era conhecido no século passado e que ligava à então chamada zona da prainha do Porto...»<sup>363</sup>. Nunca chegou a ser concretizado.

As várias intervenções foram constituindo impactantes alterações urbanísticas e paisagísticas, tal como o arranjo da plataforma transformada em parque de estacionamento, obra projetada por António Moura, no âmbito do CRUARB, em 1994.

---

<sup>363</sup> *Projecto da responsabilidade do CRUARB: Nova Alameda irá ligar a Ribeira à Alfândega - Miragaia «recupera» percurso para a prainha do Porto.* 8 de Abril de 1991. Jornal de Notícias. Coleção ADUP FAUP - Recortes de imprensa [1987-2002], disponível em <https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/31866>.





Figura 39: Alçado Nordeste. Museu da Alfândega.



Figura 40: Corte transversal. Museu da Alfândega.

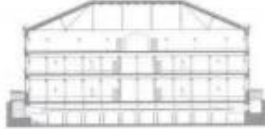


Figura 41: Corte transversal. Museu da Alfândega.

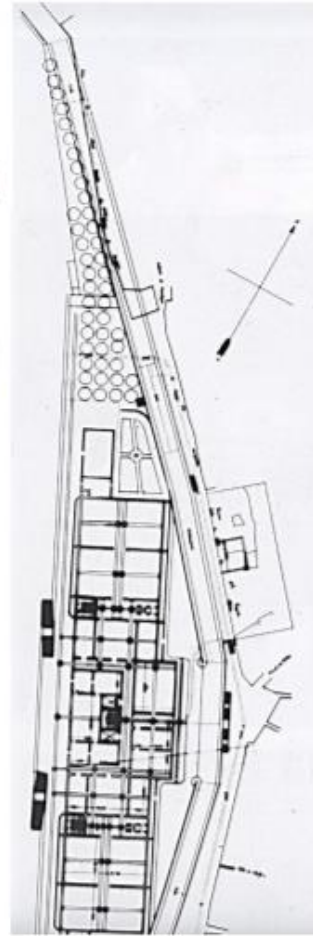


Figura 43: Implantação. Museu da Alfândega.

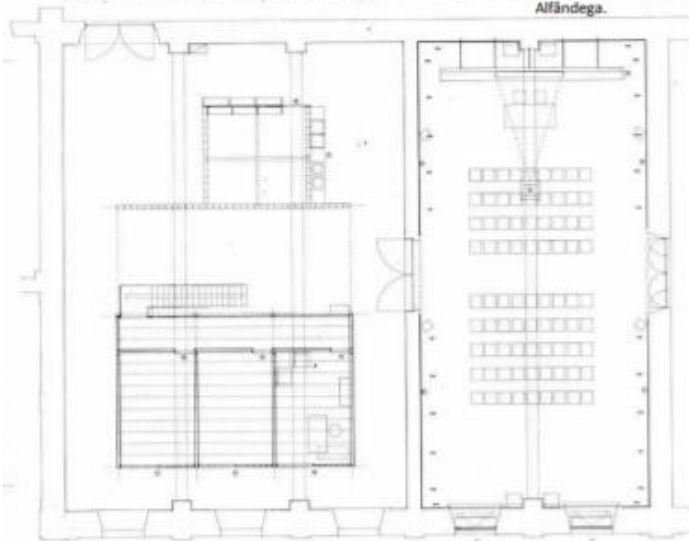


Figura 42: Planta do auditório e das boxes da área administrativa. Museu da Alfândega.

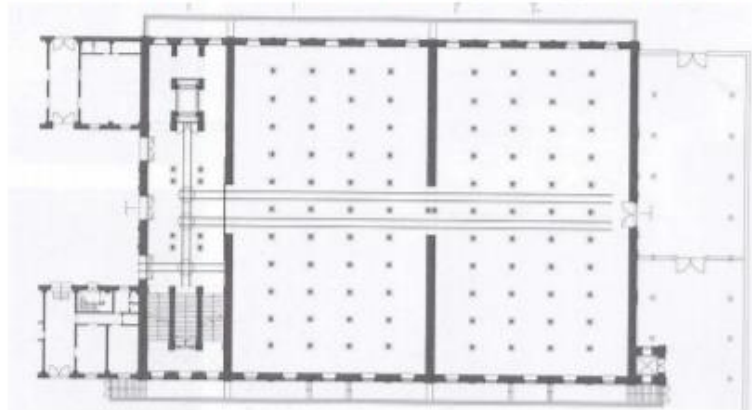


Figura 64 – Plantas e alçados do Museu da Alfândega, em OLIVEIRA, Ana (2012) - *Novos Usos para o Património Industrial (...)*, p.48.

### 4.3.3. Deslocamento do porto para Leixões

Antes de dar início ao desenvolvimento deste subcapítulo, vejamos um conceito de porto: «define-se, no âmbito da engenharia, como um intercambiador modal entre os meios de transporte marítimo e terrestre. É espaço de reunião, espaço de operações económicas de interesse para diferentes regiões, mais-valia indispensável às economias locais e nacionais [...]»<sup>364</sup>.

O porto do Douro, com um estreito estuário junto à cidade, possuía uma barra perigosa, dependente das condições naturais, que tornavam a sua atividade irregular e imprevisível, sobretudo nos períodos de cheia<sup>365</sup>. O Douro é *carregado*, assim o disse Alexandre Herculano, que para o ilustrar se serviu da metáfora: «(...) porque em desenhar as paisagens do Douro a natureza empregou um pincel semelhante ao de Miguel Ângelo: foi robusta, solemne e profunda»<sup>366</sup>.

De tal modo era arriscada a entrada na barra do Douro, que, para os pilotos dos barcos, empenhados nesta última etapa da viagem, «o descanso chegaria apenas quando a âncora fosse lançada num dos abrigos existentes junto às muralhas da cidade»<sup>367</sup>.

Apesar de ser sucessivamente melhorada, a dificuldade de navegação na barra, a mobilidade das areias do Cabedelo, os rochedos que acidentavam o percurso<sup>368</sup> e o peso dos desastres históricos (encalhes e naufrágios) que aí tiveram lugar, bem como as contingências naturais (o assoreamento, as cheias, correntes e redemoinhos, o nevoeiro que impedia a travessia) prolongaram-se até ao século XX.

---

<sup>364</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.26.

<sup>365</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.688.

<sup>366</sup> HERCULANO, A. (1858) – *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Casa da Viúva Bertrand e Filhos. 2ª edição. Tomo I. p.154.

<sup>367</sup> DUARTE, Luís M.; BARROS, Amândio (1997) – *Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna*. DOURO – Estudos & Documentos, vol. II (4), 1997 (2º), pp. 77-118, p.78.

<sup>368</sup> JESUS, Maria (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo (...)*, p.40.

Estes fatores, que prejudicavam gravemente a atividade mercantil, aliados à incapacidade da barra para abrigar navios de cada vez maior calado<sup>369</sup>, acabaram por levar a aduana de Miragaia a perder a sua função a favor do Porto de Leixões, construído no final no do século XIX, junto ao rio Leça, com características privilegiadas:

«Talvez seja este o único ponto desta costa que oferece algum abrigo às embarcações acoissadas, pela travessia; e, em todo o caso, é a única paragem onde as equipagens podem ter esperanças de salvação quando seja inevitável encalhar. Os barcos de pilotos e pescadores quase sempre podem sair ao mar partindo deste ponto, quando pela ressaca [sic] é isso impraticável em outra qualquer paragem da costa.»<sup>370</sup>.

Os leixões (penedos altos junto à costa marítima), na foz do Leça, formavam um «arco protetor» que funcionava enquanto abrigo natural, junto à vila de Matosinhos<sup>371</sup>. Apesar de já ser antiga a ideia de aí instalar um porto<sup>372</sup>, a demora na tomada desta decisão deveu-se em parte à burguesia portuense, que «nunca se mostrou interessada em desviar a navegação do ancestral porto comercial do Douro»<sup>373</sup>, já que importava manter o protagonismo nas trocas comerciais<sup>374</sup>.

---

<sup>369</sup> JESUS, Maria (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo (...)*, p.52.

<sup>370</sup> JESUS, Maria de (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo (...)*, p.52.

<sup>371</sup> TAVARES, Domingos (2017) - *Transformações na Arquitectura Portuense*, Porto: Dafne Editora, p.7.

<sup>372</sup> JESUS, Maria (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo (...)*, p.53.

<sup>373</sup> JESUS, Maria (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo (...)*, p.52.

<sup>374</sup> JESUS, Maria (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo (...)*, p.55.

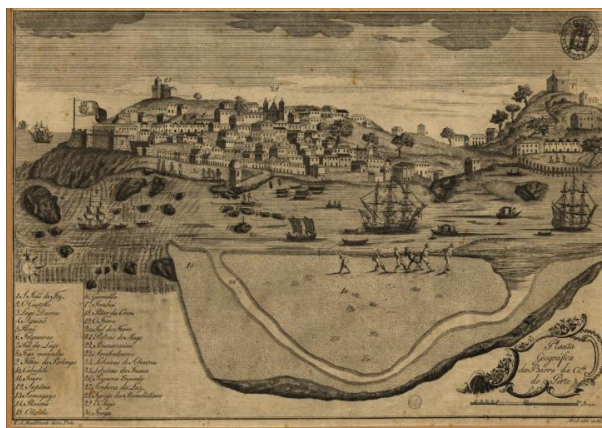


Figura 65 - Planta geográfica da barra da cidade do Porto / T. S. Maldonado delin., Porto; Godinho sculp.. - 1789, disponível em linha; <http://purl.pt/4027>



Figura 66 - Peças desenhadas de um projeto para construção de um porto artificial em Leixões, com ligação ferroviária entre a cidade do Porto e Leixões, da autoria do engenheiro William Yates Freebody, copiado por E. A. Bettencourt. AHMP, disponível em linha <https://bit.ly/2OrUDGZ>



Figura 67 - Matosinhos: Porto de Leixões. 1910. BPI. Editor: Grandes Armazéns Hermínios. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2yVrHCm>

A construção do novo porto foi aprovada em 1883, pelo então Ministro das Obras Públicas Ernesto Hintze Ribeiro (1849-1907), encetada em junho do ano seguinte e dada por concluída no mês de março de 1895<sup>375</sup>, ano em que foi inaugurado. As obras, que seguiam o projeto de Nogueira Soares e John Cood, foram adjudicadas à empresa Duparchy & Dauderny<sup>376</sup>.

Ainda antes da conclusão, a ideia inicial de Leixões enquanto porto de abrigo forase perdendo para a de porto comercial, até se tornar numa megaestrutura portuária. A Doca nº1 foi inaugurada em 1940. Entre 1956 e meados da década de 70 constrói-se a Doca nº2. Nos anos 60, é a vez do terminal para petroleiros e o porto de pescada. Entre 1974 a 1983, surge um terminal para porta-contentores e a Doca nº4. Finalmente, na década de 90, faz-se um segundo terminal para contentores (Doca nº3) e uma marina<sup>377</sup>.

Lemos na obra *Minho Pittoresco*, no capítulo correspondente ao concelho de Bouças, que:

«O porto de Leixões consistirá em dois grandes molhes, um a norte, outro a sul da foz do rio Lessa, indo o primeiro ligar-se com o grupo das pedras de Leixões, contra as quaes o Oceano quebra o furor indómito das suas vagas. Nada mais simples, mas nada também mais colossal. Para estender esses dois braços gigantes pelo mar dentro, que esforço titânico o do homem, e que poderosas alavancas tem de empregar a mechanica! Por isso também os trabalhos do porto são para os habitantes de Mattosinhos e Leça, que antevêem ali o grandioso futuro da sua terra (...)»<sup>378</sup>.

---

<sup>375</sup> JESUS, Maria (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo (...)*, p.55-56.

<sup>376</sup> ALVES, Jorge (2010) – *O progresso material (...)*, p.83.

<sup>377</sup> JESUS, Maria (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo (...)*, p.57.

<sup>378</sup> VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo II (...), p.665.

Assim foi. O futuro sorriu às terras de Matosinhos e Leça. Todavia, a melhoria da estrutura viária que ligava Miragaia a Massarelos, à Foz e ao lugar de Bouças acabaria por deixar prever a deslocação dos serviços e indústrias (sobretudo da conserveira) para a área de Leixões, onde se iniciou um processo de desenvolvimento urbanístico e fabril.

«Enquanto lugar de transição e de fronteira, um porto situa-se num ponto de convergência de vias marítimas, fluviais e terrestres; funciona como rótula dos vários modos de transporte, estendendo a sua influência, através de uma rede de percursos, a um território mais vasto à sua retaguarda (de escala regional e mesmo nacional) e interliga-o com o mundo transoceânico. Enquanto lugar de produção, um porto é uma infra-estrutura directamente relacionada com a cidade, sendo muitas vezes a sua razão primordial; exerce uma força centrípeta que estrutura e molda a cidade e informa o seu ritmo de crescimento; inversamente, a morfologia do tecido urbano, assim como a topografia e a hidrografia do território, condicionam a organização do espaço portuário e estabelecem os seus limites físicos. Uma infra-estrutura como a portuária, pela sua complexidade, permite, assim, uma maior aproximação às inter-relações que se promoveram entre as diferentes redes de transporte e comunicação e uma melhor compreensão das transformações que se operaram no território e no espaço urbano.»<sup>379</sup>

A transferência das movimentações de mercadorias, bem como de armazéns e serviços, para a estrutura portuária de Leixões provocou um esvaziar financeiro e a gradual perda de importância urbana e económica da baixa ribeirinha portuense<sup>380</sup>.

---

<sup>379</sup> MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas (...)*, vol. II, p.778.

<sup>380</sup> TAVARES, Domingos (2017) - *Transformações (...)*, p.7.

A reforçar a importância de Leixões e Matosinhos, foi inaugurado, em 2015, o novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, projeto do Arquiteto Luís Pedro Silva. Está integrado no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões, cujos objetivos são «por um lado o de melhorar a eficácia comercial do porto, associada à atividade dos cruzeiros e, por outro lado, o de integração urbana, associado ao incremento da sociabilidade com a população envolvente»<sup>381</sup>. O edifício, que acolhe o Parque de Ciência e Tecnologias do Mar da Universidade do Porto e o CIIMAR<sup>382</sup>, veio «alterar a paisagem costeira do Porto e de Matosinhos»<sup>383</sup>.

Na urbe portuense, já só o declínio da atividade portuária fora tomando lugar: «de 1800 a 2000 barcos por ano até à Primeira Grande Guerra, para 800 a 1000 entre as duas guerras, 700 a 800 até 1974 e 250 após 1976. Desaparece, nesta altura, o tráfego comercial no cais da Estiva, tirando sentido à existência da Alfândega do Porto (...)»<sup>384</sup>.

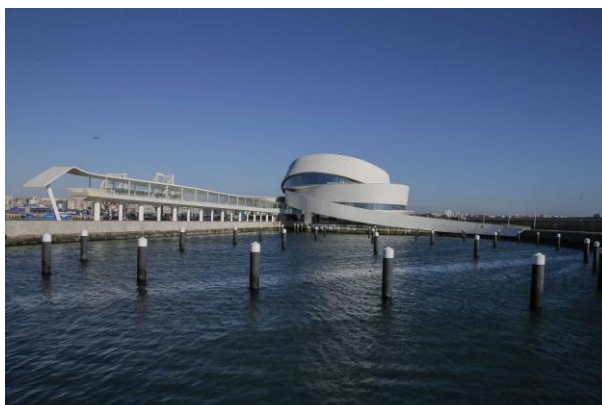


Figura 68 - Terminal de Cruzeiros em 2017, fotografia de Artur Machado, disponível em linha: <https://bit.ly/2F9KkrK>

---

<sup>381</sup> APDL – *Terminal de Cruzeiros*, disponível em <https://www.apdl.pt/terminal-passageiros-sul> consultado a 12/11/2018, às 15:09h.

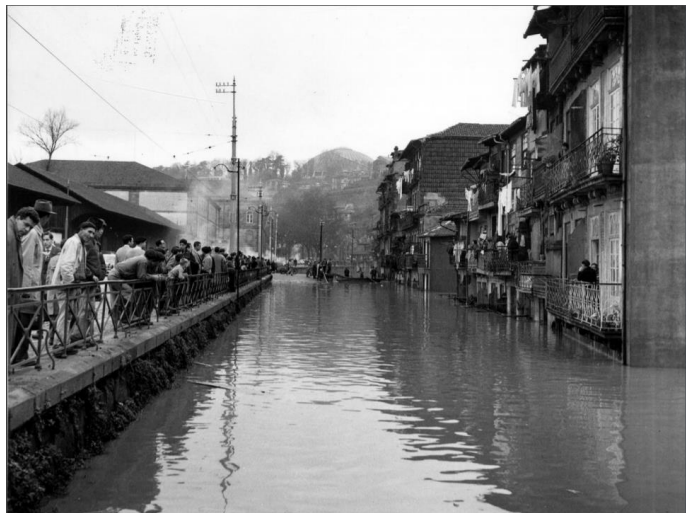
<sup>382</sup> Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha da Universidade do Porto.

<sup>383</sup> SANTOS, Ana L. (2017) - *Leixões: Terminal de Cruzeiros é o edifício do ano*, EVASÕES, 10/02/2017, disponível em linha: <https://www.evasoes.pt/noticias/leixoes-terminal-de-cruzeiros-e-o-edificio-do-ano/>

<sup>384</sup> JESUS, Maria (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo (...)*, p.58; o cais da Estiva situa-se na Ribeira e ainda «permite a acostagem de embarcações marítimo turísticas e de recreio». Douro Valley, Cais da Estiva-Ribeira, disponível em linha: <http://www.dourovalley.eu/poi?id=8006>, consultado dia 05/11/2018, às 21:56h.



*Figura 69* – Vistas aéreas do Porto de Leixões, em Matosinhos. 1962. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2B2cGAe>



*Figura 70* – Miragaia e a Alfândega durante uma cheia. 1962. Fotografia de Teófilo Rego. AHMP. Disponível em linha: <https://bit.ly/2zONriY>



## 5. Obras Públicas em Miragaia e no seu Entorno Urbano

No contexto das mudanças políticas e urbanas estudadas nos capítulos 2 e 3, ergueram-se edifícios públicos, que foram também responsáveis pela transformação da fisionomia arquitetónica da cidade, através da instalação de novos serviços.

Como vimos anteriormente, na cota baixa de Miragaia, junto ao rio, a mais importante obra pública tratou-se do edifício da nova Alfândega. No capítulo que agora se inicia, passamos ao estudo de algumas obras à cota mais elevada. Tomamos como exemplo o Hospital de Santo António, a Cadeia e Tribunal da Relação e a Academia da Marinha e Comércio. Ainda que os dois últimos tenham pertencido à jurisdição da antiga freguesia da Vitória<sup>385</sup>, criaram um polo de funcionalidade que serviu de âncora a uma reestruturação de toda a parte urbana da alta de Miragaia.

O conjunto destes edifícios públicos, bem como o novo passeio público da Cordoaria (à semelhança do seu vizinho, das Virtudes), ajudaram a redefinir o largo do Olival, anteriormente ocupado por terrenos agrícolas, tornando-o uma importante e organizada praça da cidade<sup>386</sup>.

A envolvente consolidava-se então enquanto zona privilegiada de serviços (cuja importância perduraria no tempo: veja-se que já em 1938 foi instalada no Largo do Viriato a *Tezouraria da Fazenda Pública e da Secção de Finanças do 2º Bairro*<sup>387</sup>), e uma das preferidas das classes altas, que escolheram, para habitar, as ruas mais próximas, como a da Restauração e a da Bandeirinha.

---

<sup>385</sup> Atualmente integram a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

<sup>386</sup> Sobre a temática das praças, poderá ler-se ALVES, Joaquim F. (1997) - *Formas urbanas do Porto setecentista: a praça intramuros*. Revista da Faculdade de Letras : História, II série, vol. 14 (1997), p. 685-700.

<sup>387</sup> AHMP, D-CDT/A4-523.

Em suma, a «importância alcançada por esta zona a partir do período filipino tornou-a atrativa à fixação de famílias nobres». Mais tarde, aí emergiu uma:

«preocupação com a criação de espaços lúdicos, como os espaços verdes que se começaram a formar na Cordoaria e que, posteriormente, culminou no aparecimento do Passeio das Virtudes. Com este último, a cidade abre-se a ocidente, à foz do rio Douro, expansão que os primeiros anos do século XIX irão consolidar, [...] e que é atestada pelo início da construção da nova Alfândega, na antiga praia de Miragaia, a partir de 1851, para melhorar o escoamento de produtos por via fluvial e marítima»<sup>388</sup>.



Figura 71 - Reprodução de gravura datada de 1855. Autoria: Francisco de Paula Graça (litogr.). Estão representados o Hospital de Santo António (1), o passeio das Virtudes (2), a Graça (5) e a Relação (7). AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2qF0eAB>

---

<sup>388</sup> BARBOSA, Vera – *Virtudes e a envolvência urbana*. BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.31.

## 5.1. Cadeia e Tribunal da Relação

Este edifício, cuja construção terá principiado em 1765<sup>389</sup> – ainda dentro do perímetro amuralhado, próximo da porta do Olival – foi projetado por Eugénio dos Santos e Carvalho (1711-1760). Mandado construir por João de Almada, apresenta um aspeto exterior formal e severo, com aplicação de cantaria rusticada ao nível térreo e cornijas coroadas por frontões junto à cobertura.

No mesmo local esteve implantado, previamente, um edifício que foi construído para que nele funcionasse a cadeia, desde 1608<sup>390</sup>, e que terminou destruído por um incêndio em 1623. Quase vinte anos depois, ainda antes de 1643, estaria já reconstruído. Porém, em 1747, ano em que começou a ser demolido, achava-se arruinado<sup>391</sup>.

A nova obra<sup>392</sup>, que acolheu o tribunal em 1796, tornou-se o «primeiro grande edifício civil erguido na cidade do Porto no âmbito da renovação urbanística promovida pelo governador geral da província e da cidade do Porto, João de Almada e Melo»<sup>393</sup>.

---

<sup>389</sup> «que se prolongará por mais de 30 anos», FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.224.

<sup>390</sup> «ordenou Filipe I, em 1603, a construção de uma casa para a Relação e Cadeia. Só em julho de 1606 começaram as obras, sob a direcção do corregedor Manuel Sequeira Novais, no campo do Olival, que duraram tres annos». PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística (...)*, p.247.

<sup>391</sup> DGPC - *Antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2T3DreF>, consultado a 13/11/2018, às 14:53h.

<sup>392</sup> «O interior, escuro e lóbrego, causava calafrios. O alojamento foi calculado para mil individuos, ficando as enxóvias, abobadadas, no 1º e 2º andares e no 3º os quartos de malta. (...) Melhor seria, porém, reformá-lo interiormente e empregá-lo noutras funcções.». PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística (...)*, p.248.

<sup>393</sup> DGPC - *Antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2T3DreF>, consultado a 13/11/2018, às 14:54h.

A 29 de abril de 1975<sup>394</sup> o edifício perdeu as funções de cadeia e tribunal da Relação. Alberga atualmente o Centro Português de Fotografia<sup>395</sup>, adaptado para esse efeito pelos arquitetos Humberto Vieira, Abílio Mourão e Eduardo Souto Moura<sup>396</sup>. Está classificado como Monumento Nacional desde 2017<sup>397</sup>.

No âmbito do *Porto 2001*, o largo em frente ao edifício foi reabilitado com projeto do arquiteto Barata Fernandes (1950-2018). Hoje, chama-se Largo do Amor de Perdição, por ter sido nesta cadeia que, enquanto encarcerado, Camilo Castelo Branco escreveu o romance do mesmo nome<sup>398</sup>.



Figura 72 – Planta do CPF. CPF – *Edifício*, disponível em linha: [http://www.cpf.pt/edificio\\_planta.htm](http://www.cpf.pt/edificio_planta.htm)

<sup>394</sup> CPF (2012) – *História*, disponível em linha: <http://www.cpf.pt/historia.htm>, consultado a 12/11/2018, às 01:53h.

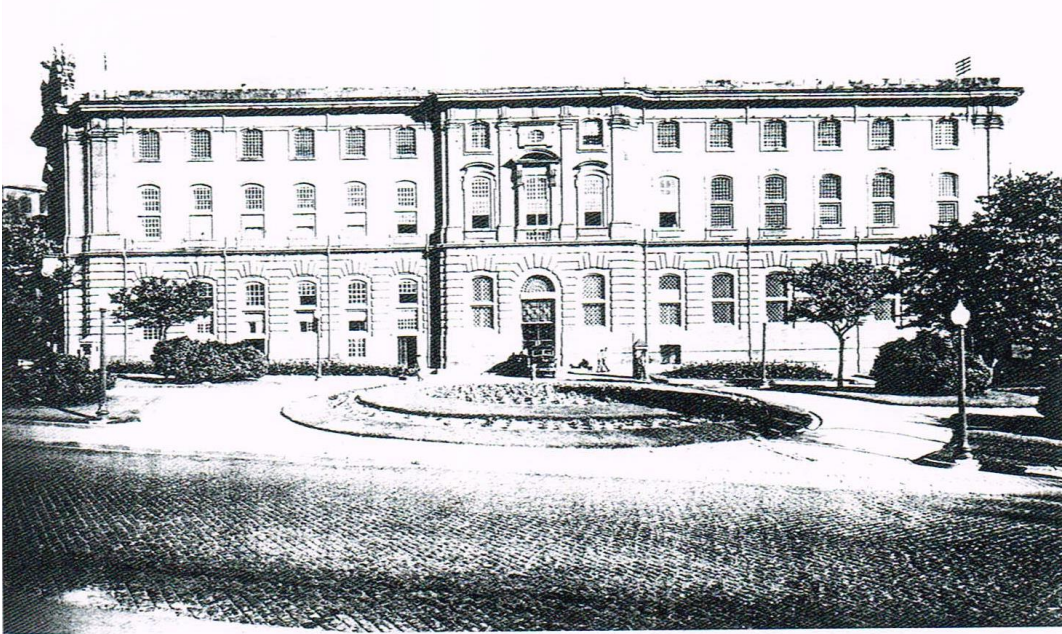
<sup>395</sup> Criado em 1996 pelo Ministério da Cultura (Decreto-Lei n.º 160/97, publicado no Diário da República de 25 de junho de 1997). Atualmente é tutelado pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

<sup>396</sup> CPF (2012) – *Edifício*, disponível em linha: <http://www.cpf.pt/edificio.htm>, consultado a 12/11/2018, às 01:54h.

<sup>397</sup> Decreto n.º 6/2017, DR, 1.ª série, n.º 43, de 1-03-2017. Até então estava classificado como IIP (desde 1933 - Decreto n.º 22 619, DG, I Série, n.º 122, de 2-06-1933).

<sup>398</sup> *Amor de Perdição*, obra de Camilo Castelo Branco, publicada em 1862.





*Figura 73 – CPF antes da intervenção na praça em frente. FERNANDES, Francisco B. (1999) -  
Transformação e Permanência (...), p.165*

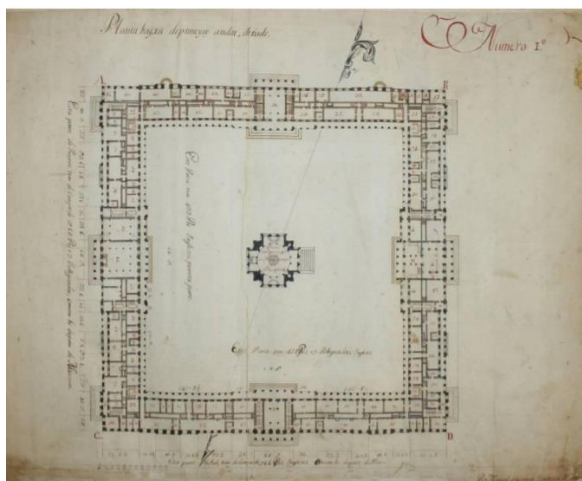


*Figura 74 – Edifício do CPF e praça fronteira em 2018.*

## 5.2. Hospital de Santo António

A par da construção da cadeia e tribunal da Relação, é edificado o novo hospital de Santo António (mas que então se chamava *da Misericórdia*), no ano de 1770, sob projeto de John Carr (1723-1807), destinado a substituir o Hospital de D. Lopo de Almeida<sup>399</sup>. Situado entre o Campo da Cordoaria e os dos Quartéis, junto ao Olival e ao Carmo, em terreno central que beneficia de “ares puros, e saudáveis” e da proximidade à nascente do rio Frio, favorável pela disponibilidade da água<sup>400</sup>, vizinho da estrada para a Foz e Matosinhos.

Não são conhecidos levantamentos da zona anteriores à implantação do hospital, mas esta deverá ter passado por uma grande reforma com intuito de aformosear o enquadramento do novo edifício<sup>401</sup>.



*Figura 75 - Hospital de Santo António. Planta baixa de todo o 1.º sobrado. Parcialmente construído. RIBEIRO, Lília (2012) - A arquitetura neopalladiana portuguesa: o Hospital de Santo António (1769-1832). Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação da Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas, vol. I, p.212.*

<sup>399</sup> O antigo hospital de Rocamadour passou a chamar-se hospital de D. Lopo de Almeida após aumento das instalações financiado pelo clérigo. Tinha frente para a rua das Flores e abriu as portas no ano de 1610.

<sup>400</sup> GÜNTHER, Anni (2002) – *Porto, 1763-1852 (...)*, p.179.

<sup>401</sup> Um antigo traçado, partindo «(...) dos ingremes lancetes da Calçada de Monchique e pela Rua da Bandeirinha viria a dar às cabeceiras do vale do rio Frio onde depois se fizeram os ciclópicos alicerces do Hospital de Santo António e a Rua da Restauração. [...] por volta de 1770 a parte superior deste traçado foi profundamente alterada com a referida construção», OLIVEIRA, J. (2007) – *O espaço urbano do Porto: (...)*, p.190.

Edifício este erguido em linguagem neopalladiana<sup>402</sup>, com diferentes alas marcadas pela horizontalidade, de dois ou três pisos, sendo o térreo rusticado. Como eixo central, surge um corpo classicizante com frontão triangular suportado por seis colunas. Constitui um exemplo notável na arquitetura portuense:

«Ainda que o Hospital de Santo António apenas tenha sido parcialmente edificado, merece o nosso particular interesse, uma vez que introduz a estética neopalladiana na arquitetura; constitui um dos grandes centros da atividade arquitetónica do Porto; ilustra as modernas tendências da arquitetura hospitalar setecentista – designadamente no contexto geográfico internacional – que preconiza os conceitos de higiene, arejamento e iluminação; e influencia outras construções como, por exemplo, o Palácio dos Carrancas, a Academia Real da Marinha e Comércio e a Bolsa Comercial do Porto.»<sup>403</sup>.



Figura 76 – Hospital de Santo António. VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco* Tomo II (...), p.701

<sup>402</sup> Para B. J. Ferrão, o vocabulário neopalladiano, proto-neoclássico, foi a referência utilizada pelos arquitetos da Junta das Obras Públicas, que o aplicaram no Porto até meados do século XIX. FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana do Porto* (...), p.226.

<sup>403</sup> RIBEIRO, Lília (2012) - *A arquitetura neopalladiana portuense* (...), vol. I, p.6.



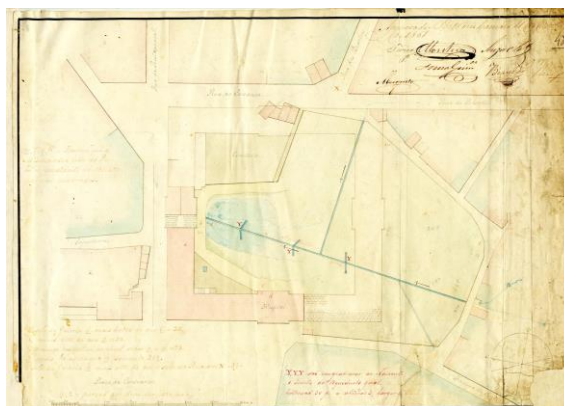


Figura 77 - Alinhamento do Hospital de Santo António, mostrando o aqueduto que o atravessa. 1851. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2DC6cuk>



Figura 78 - Porto: Hospital de Santo António. Bilhete postal ilustrado, Imagem idêntica à do postal editado por Arnaldo Soares, Série geral, nº 250. 1910. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2K0Q18Y>



Figura 79 – Hospital de Santo António. Fotografia de Emílio Biel & C<sup>a</sup>. CPF, disponível em linha: <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=39725>



### 5.3. Academia da Marinha e Comércio

A Academia Real da Marinha e Comércio começou por ocupar as instalações do Colégio dos Meninos Órfãos, no Terreiro de Nossa Senhora da Graça. Um primeiro desenho de Carlos Amarante (1748-1815) para a Academia, que reabilitava o espaço do Colégio e era parcialmente financiado pela Companhia dos Vinhos do Alto Douro, incorporava a pré-existente Igreja da Graça. O segundo projeto previa, para além da manutenção do Colégio, a construção de um novo templo de planta central<sup>404</sup>.

O edifício acabaria por ser traçado segundo desenho de José da Costa e Silva (1747-1819), adaptado por Carlos Amarante em 1807. As fachadas principais sofrem influência do alçado sul do Hospital de Santo António, com o piso térreo de aparelho rusticado com arcaria e colunata encimada por frontão triangular<sup>405</sup>.

Em substituição desta, foi criada, em 1837, a Academia Politécnica do Porto<sup>406</sup> «attendendo à necessidade de plantar no país as sciencias industriais»<sup>407</sup>. Todavia, Pinho Leal refere que, no interior do edifício, existia ainda «(sem ar e sem luz!) o antigo *collegio dos meninos orphãos*, e a igreja de Nossa Senhora da Graça, em estado de ruina»<sup>408</sup>. Quando finalmente a construção do sumptuoso edifício estivesse concluída, depois dos atrasos consequentes da extinção dos privilégios da Companhia<sup>409</sup>, chamar-se-ia *Paço dos Estudos do Porto*<sup>410</sup>.

O imóvel tinha, nos *baixos*, instalados: «lojas de louça ordinaria, tendas, pádarias, botiquins e tabernas»<sup>411</sup>.

---

<sup>404</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana* (...), p.235.

<sup>405</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana* (...), p.235.

<sup>406</sup> BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo* (...), p.17.

<sup>407</sup> GONÇALVES, Miguel; MARQUES, Maria (2015) - *O Porto E A Instrução Contabilística – Apreciação Crítica Do Curso De Comércio Da Academia Politécnica Do Porto* (1837). Boletim N.º 64 do Centro de Estudos de História da Contabilidade. APOTEC/CEHC, p.3.

<sup>408</sup> LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno*. Portugal: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, vol. VII, p.365.

<sup>409</sup> CORDEIRO, José M. L. (2002) - *Os 150 anos da Academia Politécnica*. Público, Local Porto, 3 de Março de 2002, disponível em linha: <https://www.publico.pt/2002/03/03/jornal/os-150-anos-da-academia-politecnica-168011>.

<sup>410</sup> LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno* (...), vol. VII, p.366.

<sup>411</sup> LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno* (...), vol. VII, p.365.

Antes de ser criada - no século XX - a praça de Parada Leitão, do lado poente deste edifício, que hoje alberga a Reitoria da Universidade do Porto, aí existiu o passeio da Graça<sup>412</sup>, rodeado por um quarteirão de casas, então demolido. O nome derivava do já referido Real Colégio de Nossa Senhora da Graça dos Meninos Órfãos<sup>413</sup>.

No ano 2000, uma sondagem arqueológica identificou diversos edifícios representados no mapa da cidade do Porto de 1892, cuja construção deverá remontar ao princípio do século XIX, e que faziam parte do quarteirão da *Graça*. Foram ainda descobertos uma escadaria e um lajeado que poderão ter pertencido ao dito passeio<sup>414</sup>.

---

<sup>412</sup> Ou “Passeios da Graça”, *Edifício da Reitoria da U. Porto - Lado Poente*, disponível em linha: <https://bit.ly/2RJFYJx~>, consultado a 09/11/2018, às 21:33h.

<sup>413</sup> O Colégio, fundado em 1651, foi transferido em 1903 para o morro do seminário, na zona do Bonfim, em antigos terrenos da Quinta do Prado – atual largo do Padre Baltazar Guedes. *Explore Bonfim (2018) - Colégio dos Órfãos do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2qAsXXc>, consultado a 09/11/2018, às 21:33h.

<sup>414</sup> DGPC (2018) - *Porto - Praça Parada Leitão*, disponível em linha: <https://bit.ly/2POWR84>, consultado a 09/11/2018, às 21:34h.

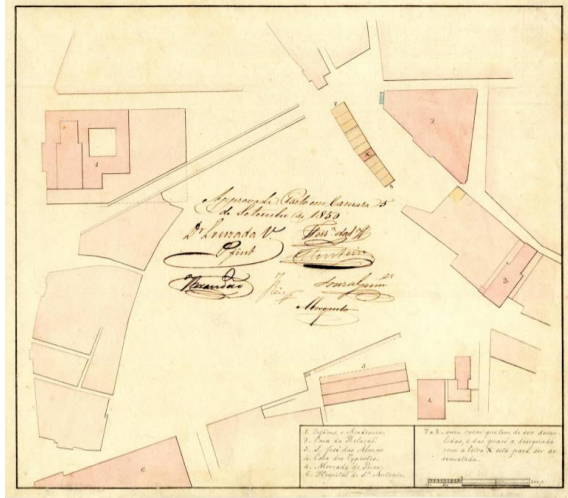
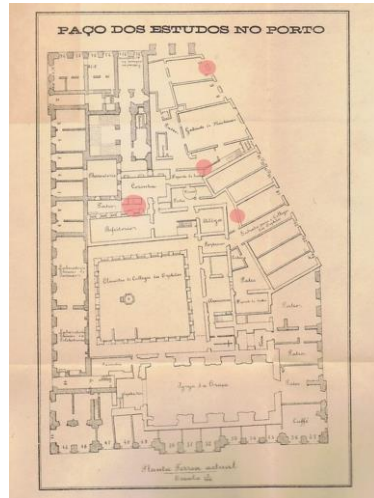
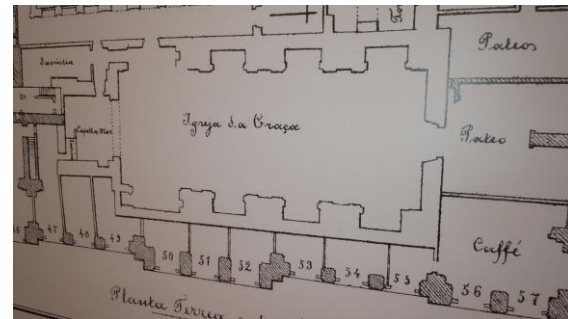


Figura 80 – Em cima à esq.: Planta de 1877 da Academia Politécnica e do Colégio de Nossa Senhora da Graça, tendo marcados a vermelho os locais da intervenção arqueológica de 2011; Dir.: Localização da Academia e dos “Órfãos”, 1850, AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2JFssh>

Em baixo: Planta de 1877 (porm.), disponível em linha: <https://bit.ly/2OprM65>



Mais recentemente, em 2011, novas sondagens arqueológicas no interior do edifício da Reitoria, especificamente no pátio interior sul e no átrio da entrada sul, revelaram uma série de estruturas bem preservadas e associadas ao antigo Colégio e aos imóveis do arruamento que existiu a sudoeste<sup>415</sup>. Em 2014, no âmbito da Empreitada de Museus da UP - Átrio e Núcleo Acessos, fizeram-se as escavações, cujos resultados expomos:

«Na sondagem 08 foi posto a descoberto um lajeado em pedra e uma conduta nele integrada que estarão associados a um espaço exterior de pátio ou jardim e um conjunto de estruturas pétreas que, embora não se consiga perceber com exatidão a sua funcionalidade, parecem corresponder a alguns dos alinhamentos representados na planta de 1878 e, portanto, associados ao Colégio dos Órfãos. Na sondagem 09 foi posta a descoberto uma estrutura que poderia também estar associada ao Colégio. Também na sondagem 08 e 11 foram detetados muros em pedra e um lajeado granítico associados aos edifícios outrora aqui existentes e que aparecem representados na cartografia antiga do local.»<sup>416</sup>.

Já em 2014, foram encontrados vestígios associados à fase em que este espaço foi um local ermo, onde existia um olival que deu origem ao antigo topónimo *campo do Olival*.



Figura 81 – Academia Politécnica do Porto. Imagem retirada de BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.35.

<sup>415</sup> DGPC (2018) - *Reitoria da Universidade do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2QwZEOQ>, consultado a 09/11/2018, às 21:36h.

<sup>416</sup> DGPC (2018) - *Reitoria da Universidade do Porto (...)*, consultado a 09/11/2018, às 21:36h.





*Figura 82* – Fotografia aérea, em que podem ver-se a Reitoria da Universidade do Porto, o Jardim de João Chagas (Cordoaria) e o CPF. Disponível em linha: <https://bit.ly/2ROuFjh>.

#### 5.4. Rio Frio, Virtudes e estrutura viária

Sabe-se que terão sido melhorados os acessos e antigos percursos que, pelas encostas do rio Frio – então encanado para dar lugar à plataforma onde se ergueria o hospital de que falámos –, estabeleciam ligações à Ribeira, Miragaia e Massarelos. Aqui se inserem as obras nas Virtudes, feitas em 1772<sup>417</sup>, e o alinhamento da calçada da Esperança<sup>418</sup>.

Desde o século XVII, o lugar vai ser dotado de equipamentos urbanos que o vão aproximar da cidade, apesar da sua localização extramuros. Entre eles, constam a Fonte do rio Frio (mais tarde “das Virtudes”<sup>419</sup>, e os seus dois tanques públicos, *vd.* 5.6.3), construída em 1619 (e tornada Monumento Nacional em 1910<sup>420</sup>), e o paredão das Virtudes (1786-1787), que embelezaram a alameda, tornando-a espaço de lazer e ajudando a que aí, à cota alta de Miragaia, se fosse concentrar a habitação.

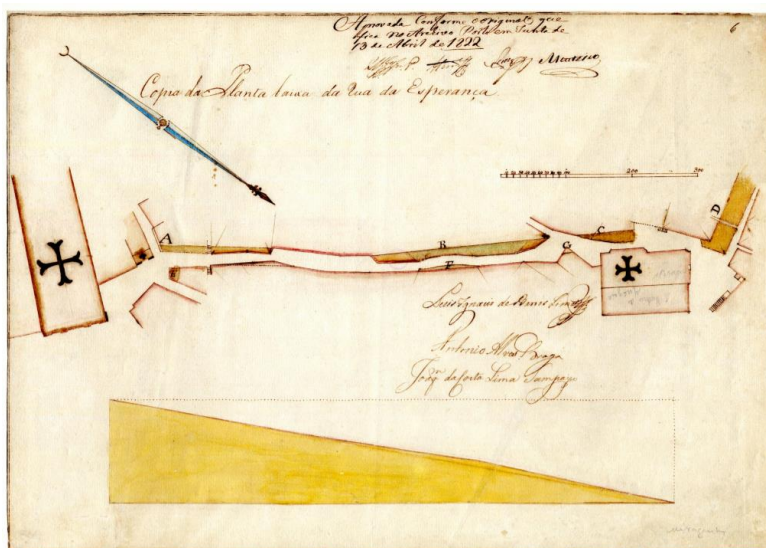


Figura 83 - Planta e corte da rua da Esperança, entre a Igreja de São João Novo e a Travessa de São Pedro de Miragaia, com o traçado de novo alinhamento aprovado pela Junta das Obras Públicas em 1822-04-13. Arquivo Histórico. Disponível em linha: <https://bit.ly/2DtCoAd>.

<sup>417</sup> ALVES, Joaquim J. F. (1988-1990) – *O Porto Na Época Dos Almadás (1757-1804)*. Porto: Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, p.339-343.

<sup>418</sup> GÜNTHER, Anni (2002) – *Porto, 1763-1852 (...)*, p.179.

<sup>419</sup> A fonte terá dado nome à Porta da Cidade (Porta das Virtudes), bem como aos assentos que ficavam ao lado. COSTA, 1788: 60-62, *apud* BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.20.

<sup>420</sup> Decreto-Lei nº 136, 23 de junho de 1910: 2166.



Ainda ao nível da rede viária, foi aberta, no século XIX, a rua da Restauração (sob as designações de rua de D. Miguel I<sup>421</sup> ou Nova da Bandeirinha), possivelmente em 1825<sup>422</sup> ou 1826<sup>423</sup>, ampla e extensa, acompanhada de altos muros que a suportavam e nivelavam o terreno, com término junto ao convento de Monchique. O novo arruamento veio facilitar a comunicação com o centro da cidade a partir de um eixo nascente-poente. Anteriormente, a ligação entre as zonas da rua de Azevedo de Albuquerque, do Hospital de Santo António e a de Massarelos fazia-se pelas acidentadas ruas da Bandeirinha e de Sobre-o-Douro.



Figura 84 – Rua da Restauração. Uma vista da cidade do Porto. 1900. AHMP. Disponível em linha: <https://bit.ly/2QD9Yqf>

---

<sup>421</sup> Este dístico esteve até 1832 gravado na casa que fazia esquina com a antiga rua da Liberdade e que pertencia à família Allen. Terá recebido o nome de Restauração após a vitória de D. Pedro IV e levantamento do Cerco do Porto. LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno(...)*, vol. V, p.264.

<sup>422</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p.136-137.

<sup>423</sup> Ano do *Plano topográfico para dirigir a continuação da rua Nova da Bandeirinha ao sitio de Massarelos*.

## 5.5. Mercado do Peixe e Palácio da Justiça

Em Setecentos, Miragaia não tinha feira franca nem cativa<sup>424</sup>. No século XIX, foi construído o Mercado do Peixe<sup>425</sup> no sítio que antes se chamava do Calvário Novo<sup>426</sup>, ladeando o edifício da Roda dos Expostos<sup>427</sup>, de frente para o atual Jardim de João Chagas (Cordoaria), e onde anteriormente tinham estado localizados os antigos celeiros da cidade<sup>428</sup> e a Feira do Peixe. O edifício do mercado desenvolvia-se em vários níveis, nos quais albergava diferentes bancas e até uma fonte que hoje se encontra junto ao largo do Monte dos Judeus<sup>429</sup> (vd. 5.6.3.).

Mais tarde, os terrenos do Mercado do Peixe<sup>430</sup> e seus adjacentes dariam lugar ao Palácio da Justiça, projetado por Raúl Rodrigues Lima (1909-1980) e inaugurado em 1961, aproveitando o declive da encosta. Atualmente, ao lado do seu corpo semicircular, a ampla rua do Dr. António de Sousa Macedo une a cota alta a uma mais baixa<sup>431</sup>, ao mesmo tempo que acentua o eixo visual criado pela fachada da casa da Cooperativa Árvore.

---

<sup>424</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.597

<sup>425</sup> Inaugurado em 1874. Nos finais da década de 1940, após a sua primeira ampliação, recebe o nome de Mercado Provisório da Cordoaria. Demolido em 1952. BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.47.

<sup>426</sup> BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.47.

<sup>427</sup> Aqui existia desde o século XVII a Capela do Senhor Jesus do Calvário Novo, que depois de devoluta funcionou como cavalaria, padaria, taberna e bordel. Em 1730 os frades antoninos do Vale da Piedade fundaram junto à dita capela o Hospício de Santo António da Cordoaria. Em 1802, com a saída dos frades, aí se instala a Aula de Desenhos e Debuxo. Funciona ainda como Tribunal do Comércio de 1ª Instância e recebe em 1838 a Roda dos Expostos, que acolhia órfãos e crianças abandonadas. Passa a designar-se Hospício dos Expostos. Demolido em 1946. BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.49-50-51.

<sup>428</sup> Armazenavam os cereais para o pão que alimentava os cidadãos. BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.51.

<sup>429</sup> BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.49.

<sup>430</sup> Em 2000, no seguimento da construção do Parque de Estacionamento da Cordoaria, foram realizadas escavações arqueológicas que permitiram descobrir «vários tramos de canalizações pétreas (aquedutos)» e ampliar «a intervenção noutro vestígio, de grandes dimensões, que corresponderá a um reservatório de água, com ligações com o Mercado do Peixe que ali existiu», DGPC (2018) - *Porto - Parque de Estacionamento da Cordoaria*, disponível em linha: <https://bit.ly/2KORhdu>

<sup>431</sup> BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.10.





*Figura 85 - Várias perspectivas do antigo Mercado do Peixe, na Cordoaria. 1952. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/374774/?q=mercado+do+peixe>*

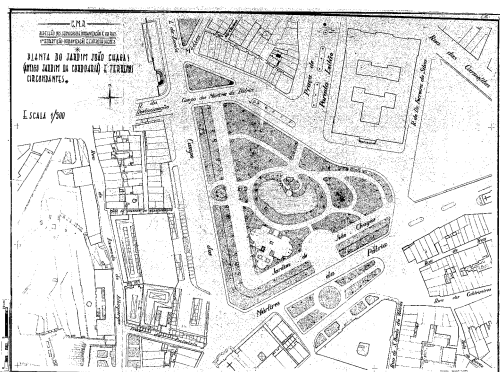


Figura 90 - Planta do Jardim João Chagas e terrenos circundantes, incluindo o Mercado do Peixe. AHMP: D-CDT/A4-66; D-CDT/B4-70.



Figura 89 - Planta do jardim João Chagas e terrenos circundantes, incluindo o projeto do Palácio de Justiça. 1949. AHMP: D-CDT/A4-66; D-CDT/B4-70.



Figura 87 - Mercado do Peixe. À direita, vê-se a cobertura da Fábrica Electra. Fotografia Alvão. AHMP: D-PST/1687



Figura 88 – A mesma vista (aproximada), em 2018, com o Palácio de Justiça em evidência.



Figura 49 - Fachada principal do Mercado do Peixe e Casa da Roda dos Expostos (à esquerda). AHMP: F-P/CMP/10/279(3).

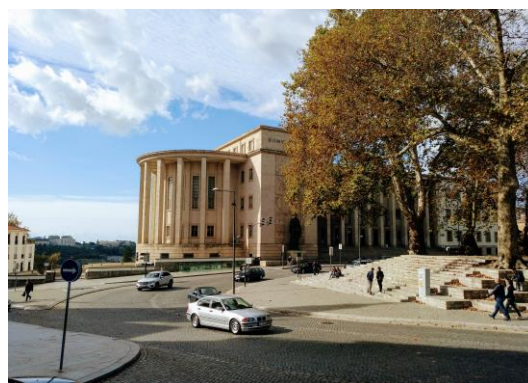


Figura 86 – Palácio da Justiça visto do edifício do CPF. 2018.

## 5.6. Património imóvel: outros exemplares

Importa, muito sinteticamente, listar alguns bens patrimoniais que se destacam em Miragaia, mas que pela sua tipologia não foram incluídos em nenhum dos restantes capítulos. As suas características e a presença na área em estudo justificam uma pequena análise individualizada.

### 5.6.1. Igreja de São Pedro de Miragaia

Igreja de planta em cruz latina, reedificada em 1740<sup>432</sup> no local onde teria existido um anterior templo medieval, parcialmente demolido nesse mesmo ano:

«toda a igreja no largo tempo da Sé vaga por mudança do Emminentissimo Senhor Dom Thomás de Almeida, de bispo desta cidade para primeiro patriarcha de Lisboa, se reedificou com magnificencia de outra antiga e de outras, porque ao abrir dos alicerces de descobriram não só três ordens de sepulturas, huas em cima das outras, mas à porta principal se descobriram humas escadas que indicavam se decia por ellas para a igreja como ainda se vê hoje alguas no nosso Reino.»<sup>433</sup>.

---

<sup>432</sup> DGPC - *Igreja de São Pedro de Miragaia*, disponível em linha: <https://bit.ly/2T6oUi8>, consultado a 08/09/2018, às 19:38h

<sup>433</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.596-597

No templo primitivo<sup>434</sup>, parecem ter estado, até 1499, as relíquias de S. Pantaleão<sup>435</sup>, um dos padroeiros da cidade<sup>436</sup>:

«Como neste templo foram colocadas as reliquias do mártir São Pantaleam, quando no anno de 1453, aportando nesta cidade trazidas pelos Armenios, de que ainda se conversa o nome na rua aonde viveram quarenta e seis annos, até o tempo da sua tresladação para a Sé, em doze de Dezembro de 1499, que fez o bispo desta cidade o Senhor Dom Diogo de Souza, ordenando huma solemnissima porcição, em que foram em hua precioza arca de prata, que para depozito das sagradas reliquias, com o maior primor da arte, tinham mandado fazer os Senhores Reis Dom João 2º e Dom Manouel, ficando este dia solemnissimo nos fastos portuences»<sup>437</sup>.

A atual, deverá ter sido muito popular entre os crentes, já que em 1758 se diz o seguinte: «nas procissões solemnes vai juncta a cruz desta freguezia à comunidade do Cabido»<sup>438</sup>. No dia do padroeiro São Pedro, inúmeras pessoas se deslocavam à igreja para receber as indulgências «que se ganham no templo de São Pedro em Roma, por lhe estarem concedidas»<sup>439</sup>.

---

<sup>434</sup> «Antiga devia ser a igreja primitiva, talvez do sec. XIII e do typo românico. (...) Reformou-a o bispo Monteiro, em 1672 (...). Esta obra, barroca, decerto, foi demolida em 1740 (...) e substituída pela actual». PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística* (...), p.69.

<sup>435</sup> «Como neste templo foram colocadas as reliquias do mártir São Pantaleam, quando no anno de 1453, aportando nesta cidade trazidas pelos Armenios, de que ainda se conversa o nome na rua aonde viveram quarenta e seis annos, até o tempo da sua tresladação para a Sé, em doze de Dezembro de 1499, que fez o bispo desta cidade o Senhor Dom Diogo de Souza, ordenando huma solemnissima porcição, em que foram em hua precioza arca de prata, que para depozito das sagradas reliquias, com o maior primor da arte, tinham mandado fazer os Senhores Reis Dom João 2º e Dom Manouel, ficando este dia solemnissimo nos fastos portuences», CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* (...), p.597.

<sup>436</sup> BARROS, Amândio (1991) - *A Confraria De S. Pedro* (...), p.67. Agora encontram-se em S. Pedro de Miragaia apenas parte das relíquias (a outra parte foi transportada para a Sé do Porto).

<sup>437</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* (...), p.597.

<sup>438</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* (...), p.597.

<sup>439</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais* (...), p.597.

Na fachada, revestida no século XIX (entre 1863 e 1876<sup>440</sup>) por azulejos da fábrica de Santo António do Vale da Piedade, encontra-se, ao centro, um portal rematado por frontão triangular interrompido e flanqueado por pilastras. Outro frontão remata o topo do frontispício, em cujo tímpano se lê a legenda: *DIVO PETRO DICATA*. Dedicada a São Pedro, padroeiro dos pescadores, é a igreja Paroquial de Miragaia.

O interior é de nave única<sup>441</sup> e transepto saliente. A capela-mor encontra-se inteiramente revestida a talha dourada.

Está classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1958<sup>442</sup>.

### **5.6.2. Capela de Nossa Senhora da Esperança**

Esta capela, localizada na rua de Tomás Gonzaga, junto às escadas do Caminho Novo, venera, de acordo com o Padre Rebelo da Costa, Nossa Sra. Da Conceição, sob a invocação de Nossa Senhora da Esperança.

Está adossada a uma torre fortificada que pertence à muralha, e a fachada principal é ornamentada por um frontão triangular com um óculo no tímpano, encimado por uma cruz. Por baixo, figura uma pequena imagem de Nossa Senhora da Esperança, colocada num nicho. A porta, coroada por uma âncora, não deixa dúvidas sobre a ligação deste edifício religioso à comunidade piscatória.

---

<sup>440</sup> PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística (...)*, p.70.

<sup>441</sup> Destaca-se na nave o retábulo de Nossa Senhora do Carmo, que pertenceu à Igreja de Monchique. PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística (...)*, p.70.

<sup>442</sup> Decreto n.º 42 007, DG, 1.ª série, n.º 265, de 6 dezembro 1958. SERENO, Isabel (1994) e NOÉ, Paula - *Igreja Paroquial de Miragaia / Igreja de São Pedro*, disponível em linha: <https://bit.ly/2qGOhdq>, consultado dia 11/05/2018, às 20:18h.



Aparece descrita da seguinte forma nas Memórias Paroquiais de 1758:

«(...) a capella de Nossa Senhora da Esperança, situada fora do postigo de São João Novo, juncta aos muros da cidade, para a parte do Sul, obra de perfeita architectura que mandou fazer hum mercador chamado Fulano Cortés no anno de 1630. Tem a imagem da Senhora objecto de tanta devoção, que regularmente todos os que por ella passam lançam a mão às grades e rezam hua salvé, por ser constante tradição que hum senhor bispo desta diocese concedera indulgencias a quem com a mão na grade rezasse a dita salvé»<sup>443</sup>.

Não tem proteção legal<sup>444</sup> e é conhecida como “Senhora da Aguardente”<sup>445</sup>.



Figura 91 – Capela de Nossa Senhora da Esperança, 2018.

<sup>443</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.597.

<sup>444</sup> SERENO, Isabel (1998) - *Capela de Nossa Senhora da Esperança*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PVrdFW>, consultado a 01/09/2018, às 19:17h.

<sup>445</sup> Esta designação foi-nos transmitida em diálogo informal com alguns moradores.

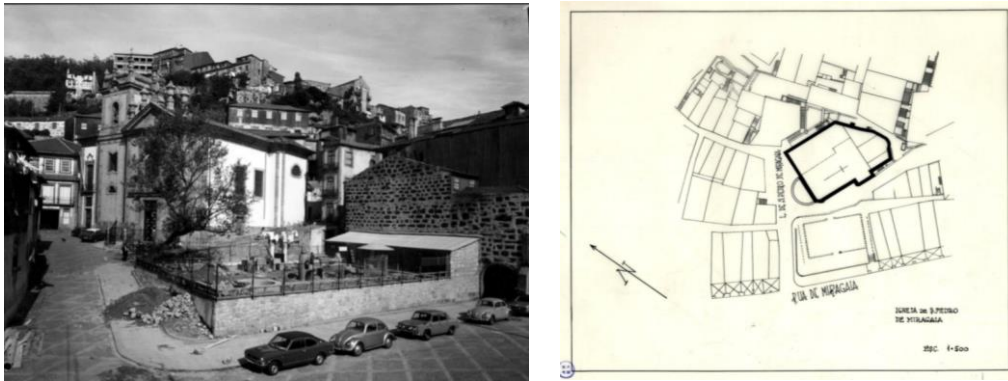


Figura 92 – Esq.: Igreja de São Pedro de Miragaia, s/a, 1973. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2JVNRsw>; Dir.: Implantação da Igreja, 1950, CMP, AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2T2sES1>.

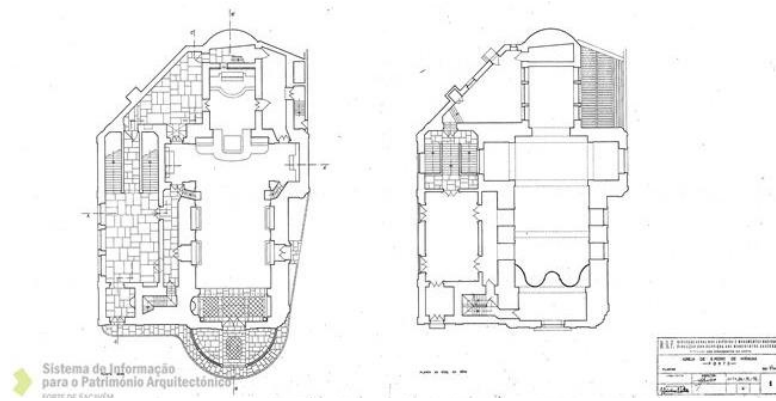


Figura 94 – Planta da Igreja de S. Pedro de Miragaia. 1970. Disponível em linha: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5470](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5470)



Figura 93 – Esq.: Igreja de S. Pedro em 2018. Dir.: Escavações arqueológicas em 1973, fotografia disponível em linha: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5470](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5470)

### 5.6.3. Fontes e chafarizes

#### Fonte do rio Frio

Esta fonte, também conhecida como Chafariz das Virtudes, localizada na calçada com o mesmo nome, foi mandada edificar em 1619 pela Câmara Municipal do Porto, com desenho de Pantaleão de Seabra e Sousa, para aproveitar as águas do rio Frio e outras minas de água da cidade, no âmbito do programa de abastecimento hidráulico urbano. Aproveitamos para aqui deixar a sua pormenorizada descrição, bem como dos tanques anexos, apresentada nas Memórias Paroquiais de 1758:

«Há no districto desta freguezia a celebre Fonte das Virtudes, obra magestoza feita de cantaria lavrada com o melhor primor da arte. Tem no meio a imagem da Senhora em hum nixo entre vidraças, das partes as duas torres, que são as Armas da Cidade, no remate as Armas Riais. E nos lados quatro bollas em cima quatro columnas. Abaxo da imagem da Senhora, em hua quadrada lamina de marmore vermelho, lhe mandou gravar o Sennado da camera no anno de 1619, em que foi feita, huns dísticos que ditou Pantaleam de Siabra e Souza, cavalleiro do Habito de Christo, veriador que então era e hum dos benemeritos filhos da cidade, de ilustre vea de sangue e poezia latina. (...) Tem nos lados duas columnas, piramides e seos assentos de pedra, e no fim delles outras columnas semelhantes. Desce-se para ella do Postigo das Virtudes, donde estão os assentos com seos incostos e se logra delles a aprazivel vista do Douro, da barra do mar, do Convento da Madre de Deos de Monchique e além do rio do Monte de Gaia (...). E se desce por hua grande calçada a lograr o aprazivel das agoas, que lança por duas bicas, em duas cabeças de monstro, que descendo por aquedutos subterraneos, se divide em quatro grandes bicas de pedra, que cahem em outros tantos lavadouros de desassete palmos e meio de comprimento de cantaria gatiados de ferro. E daqui parate da agoa vai para hua quinta e outra cahe por hum despinhadeiro de verde relva, em outros lavadouros, menos polidos, que huns e outros se vêm continuamente occupados de lavadeiras no seu exercicio»<sup>446</sup>.

Está classificada como Monumento Nacional desde 1910<sup>447</sup>.

---

<sup>446</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.597-598.

<sup>447</sup> Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910. DGPC – *Chafariz das Virtudes*, disponível em linha: <https://bit.ly/2DzXBbM>, consultado a 01/09/2018, às 19:29h.





Figura 95- Fonte do rio Frio ou das Virtudes. Esq.: Fotografia de Teófilo Rego, 195?, AHMP. Disponível em linha: <https://bit.ly/2T8sSqq>;

Dir.: Fonte em 2017.

### **Fonte do Mercado do Peixe**

Hoje localizada junto a um pátio na rua do Monte dos Judeus, adossada a um muro de alvenaria, esta fonte do século XIX pertenceu anteriormente ao Mercado do Peixe, onde foi construída no ano de 1874<sup>448</sup>, tendo sido para aqui deslocada aquando da construção do Palácio da Justiça.

Não tem proteção legal.

---

<sup>448</sup> COSTA, Patrícia (2005) - *Fonte da Praça do Peixe*, disponível em linha: <https://bit.ly/2B17AUR>, consultado a 01/09/2018, 19:55h.

### Fonte da Colher

Fonte granítica com lápide datada de 1629 (mas de provável construção anterior<sup>449</sup>), que, facilmente, passa despercebida à vista pela sua localização na rua de Miragaia, encastrada na parede de um prédio cuja pequena varanda lhe serve de cobertura.

De acordo com o SIPA, existe no Arquivo Distrital do Porto «um documento do Cartório da Sé, Livro LXXIX das Sentenças, do ano de 1491, que, a páginas 151 e seguintes, se refere a um "contrato condicional de censo de 300 Reys para aniversários, imposto nas casas que, em Miragaia, estão sobre a fonte da colher"». No ano de 1871 ficou abaixo do nível da rua, com a construção da rua Nova da Alfândega, e votada ao esquecimento, acabou com precárias condições higiénicas e água insalubre. Em 1940 foi alvo de restauro pela CMP.

Apresenta duas inscrições: «*Loubado seja o Santíssimo Sacramento e a puríssima conceição da Virgem Nossa Senhora concebida sem pecado original*» e «*A água d'esta Fonte é somente da Sidade*»<sup>450</sup>.

A explicação mais comumente aceite para a sua designação deriva da “colher”, nome do imposto que se pagava pelos produtos que chegassem por terra ou rio e fossem comercializados no Porto. Os que arribavam por via fluvial, eram vendidos junto aos Estaleiros de Miragaia, e o pagamento era feito junto da fonte.

---

<sup>449</sup> «(...) a água da sua nascente já era explorada em 1491», TEIXEIRA, Diogo (2011) - *O Abastecimento de Água na Cidade do Porto nos Séculos XVII e XVIII. Aquedutos, Fontes e Chafarizes*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa orientada pelo Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.88.

<sup>450</sup> SANTOS, Arminda (coord.) (2015) – *As Nossas Memórias - As Fontes do Porto*, vol. I, Porto: Edições Afrontamento, p.66-67.

Todavia, é-nos apresentada outra justificação nas Memórias Paroquiais: «Há mais a fonte chamada da Colher, que de huas cazas sai à praia, que antigamente tinha hua grande colher de cobre, porque se bebia agoa, tão precioza que para Braga a mandava buscar o senhor Arcebispo, o Senhor Rodrigo de Moura Telles»<sup>451</sup>. Outra ainda, podemos ler na dissertação de Diogo Teixeira: «Baltasar Guedes (...) diz-nos que o nome é pronunciado erradamente, afirmando que se deve dizer “Fonte de Colher”, justificando que nesta fonte se colhia a roupa que se lavava noutra água, devido à limpeza das suas águas»<sup>452</sup>.

É Imóvel de Interesse Público desde 1938<sup>453</sup>.

### **Fonte do Armazém**

Fonte granítica, de linguagem barroca, simétrica e encimada por uma vieira, localizada num patamar da escarpa de Miragaia, a meio das escadas do Monte dos Judeus, encostada a um pano murado, em terreno onde também se encontram algumas mós. O tanque, baixo e semicircular, apresenta sinais de restauro.

Sem proteção legal<sup>454</sup>.

---

<sup>451</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.598

<sup>452</sup> TEIXEIRA, Diogo (2011) - *O Abastecimento de Água na Cidade do Porto (...)*, p.88.

<sup>453</sup> Decreto n.º 28 536, DG, 1.ª série, n.º 66, de 22 março 1938. SERENO, Isabel (1994) - *Fonte da Colher / Chafariz da Colher*, disponível em linha: <https://bit.ly/2zKQtF4>, consultado a 01/09/2018, às 20:03h.

<sup>454</sup> COSTA, Patrícia (2004) - *Fonte do Armazém*, disponível em linha: <https://bit.ly/2AZkgM2>, consultado a 02/09/2018, às 16:01h.



Figura 96 – Esq.: Fonte do Mercado do Peixe. 2018; Dir.: Estudo para a localização para a fonte do antigo mercado do peixe. 1952. AHMP, D-CMP/4(143).



Figura 97 – Fonte da Colher. Esq.: Fotografia de Bomfim Barreiros, AHMP: F-NP/2-GBB/1/124(3), 1948; Dir.: A fonte em 2018.

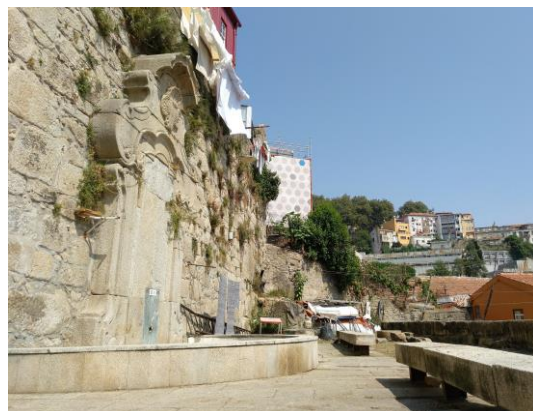
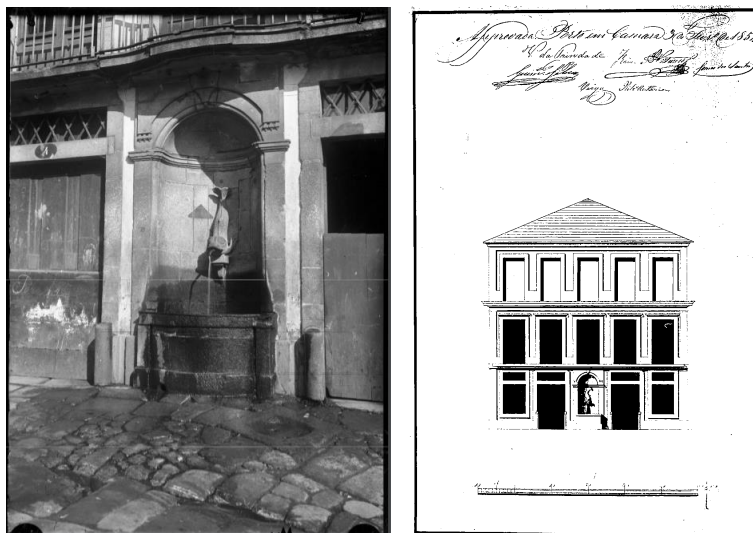


Figura 98 – Fonte do Armazém. 2018.

### Fonte do Bicho, do Macaco ou do Borges

Fonte neoclássica, erigida em 1821<sup>455</sup>, com nicho profundo e abóbada semicircular onde se apresenta um suposto golfinho de formas não muito perceptíveis. Encastrada na frontaria de uma casa de grandes dimensões, que pertenceu a António José Borges, Capitão da Marinha Mercante ligado à produção de cereais<sup>456</sup>, junto ao largo de São Pedro de Miragaia, servia para abastecimento da população. A casa foi ampliada pelos mesários da Confraria de S. Pedro no ano de 1854 (vd. ficha nº 196, volume II).

Não tem proteção legal.



*Figura 99* - Fonte do macaco.  
Em cima à esq.: Foto Guedes, 189? u  
190?, AHMP. Disponível em linha:  
<https://bit.ly/2qHXa6M>; Dir.: Licença  
nº 234/1854, AHMP.

Em baixo: a fonte em 2018.



<sup>455</sup> SERENO, Isabel (1998) - *Fonte do Bicho / Fonte do Macaco*, disponível em linha: <https://bit.ly/2DzZTHS>, consultado a 02/09/2018, às 16:26h.

<sup>456</sup> SANTOS, Arminda (coord.) (2015) – *As Nossas Memórias (...)*, p.56.



### Fonte Hulsenbos

Fonte neoclássica, granítica, central, de quatro faces, com tanques de tamanhos variados. Foi a primeira fonte pública para serventia de animais (provavelmente de tração) existente no Porto.

Construída em 1907<sup>457</sup>, localiza-se hoje no largo Artur Arcos e ainda é utilizada, podendo ver-se as seguintes inscrições: "*Oferecido à S. P. dos Animais por D. Alice Hulsenbos em memória de seu pai o Conselheiro Henrique Hulsenbos*", "*A caridade com os animais é a prova real da caridade para com o nosso semelhante*", "*Este fontenário fica entregue à guarda do público. Danifica-lo é praticar um crime com todos os que d'elle se utilizam*" e "*Não nos cansemos de fazer o bem. O homem justo olha pela vida dos seus animais*". O nome remete para Miss Alice Hulsenbos, filha do cônsul da Holanda, que a mandou construir e fundou a Sociedade Protetora dos Animais (é, por isso, também conhecida como “Fonte da Protetora”).

Sem proteção legal.



Figura 100 – A fonte Hulsenbos ainda a cumprir a sua função. 2018.

---

<sup>457</sup> SERENO, Isabel (1998) - *Fonte Hulsenbos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2FiHv7W>, consultado a 02/09/2018, às 16:43h.

### **Fonte do Touro [demolida]**

Gostaríamos ainda de fazer uma nota relativa à fonte que outrora terá existido, a qual se designava de Fonte do Touro. De acordo com as Memórias Paroquiais, situou-se «entre hum largo, que fazem os cobertos da praia, que por estar subterranea se não pode saber a distancia de hua minna, porque sai e só se vêm dous grandes arcos no principio da minna»<sup>458</sup>.

Também Amândio Barros lhe faz referência: «Em Miragaia, um rio, o Rio Frio, e duas fontes próximas dos lugares onde se faziam os barcos, a do Touro, que limitava o espaço construtivo durante muito tempo, e a da Colher, mais adiante»<sup>459</sup>. Existiu pelo menos desde 1629 e deve ter sido demolida ainda no início do século XIX<sup>460</sup>.

#### **5.6.4. Marco da Bandeirinha da Saúde**

Fronteiro ao Palácio das Sereias encontra-se um padrão granítico, seiscentista, rematado por uma pirâmide quadrangular, que funcionava enquanto «fronteira sanitária à navegação que entrava no Rio Douro»<sup>461</sup>.

Construída pelo Mestre Bastião Fernandes, a pirâmide albergava uma bandeira hasteada, marcando o limite de atracagem para os barcos que chegavam do exterior, dando origem à toponímia da rua – rua da Bandeirinha. Antes de poderem seguir caminho, os tripulantes passavam por uma vistoria sanitária (vd. Anexos) com o objetivo de evitar a entrada de epidemias na cidade. Vejamos:

«eram erguidas bandeiras, de saúde, para prevenir os viandantes de que havia doença na terra e avisar os forasteiros de que não podiam avançar sem serem vistoriados. No caso de a bandeira anunciar quarentena era proibido encetar contactos com locais, sob pena de sequestro em lugar designado até se provar que a gente que vinha “estava sã”»<sup>462</sup>.

---

<sup>458</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.598.

<sup>459</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.43.

<sup>460</sup> TEIXEIRA, Diogo (2011) - *O Abastecimento de Água na Cidade do Porto (...)*, p.102-103.

<sup>461</sup> SERENO, Isabel (1996) - *Marco da Bandeirinha / Padrão da Bandeirinha*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PmW7Ia>, consultado a 05/09/2018, às 11:27h.

<sup>462</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.130.

Estas bandeiras eram colocadas nas principais entradas da cidade, de entre as quais se conhecem a bandeira da porta do Olival (para tráfego terrestre) e a de Miragaia (*Bandeirinha*). Dizem-nos, sobre esta última, as Memórias Paroquiais:

«Na calçada da Bandeirinha que devida esta freguezia da de Cedofeita, se acha huma piramede de pedras lavradas e quadradas, que à maneira das do Egipto, finda em angulo agudo, que tem hua grimpa com bandeirinha de ferro, que serve de termo e baliza para os navios que entram neste porto, não passarem adiante, sem serem vezitados pelos ministros de justiça, guardas mores e Santa Inquizição»<sup>463</sup>.

O marco, que recupera a memória da época em que se lhe dava uso, encontra-se, ainda, sem proteção legal.

---

<sup>463</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.598.



## 6. Arquitetura de Habitação

«Todas as casas são boas, quando vive nelas o contentamento, ou a esperança de gozá-lo um dia»<sup>464</sup>.



Figura 101 – Habitação em Miragaia. Esquízo das casas dos cobertos (arcos). 2018. Desenhado e cedido pelo Arqº. Fernando Cerqueira Barros.

<sup>464</sup> BRANCO, Camilo C. (1965) – *Onde está a felicidade?* Lisboa: Parceira A. M. Pereira, Lda. 11ª edição, p.113. Excerto referente a uma casa da rua da Arménia (ou *dos Arménios*), Miragaia.

Enquanto elemento base da malha urbana, transversal aos vários estratos da sociedade, a casa é um importante espelho das mudanças que foram ocorrendo na cidade do Porto, e em Miragaia, durante diversos períodos cronológicos, aos mais diferentes níveis: social, político, económico e urbano. A transformação do edificado reflete em si outras transformações.

### **6.1. Primeiras tipologias**

No centro da cidade, e sobretudo junto às antigas portas da muralha, as casas datam maioritariamente dos séculos XVII, XVIII e XIX. Para Oliveira e Galhano, podem dividir-se em duas categorias: numa primeira, casas estreitas e altas, com três e quatro andares (podendo chegar aos cinco e mais), que se seguem umas às outras e, geralmente, apresentam na fachada duas ou três janelas que se repetem e acentuam a verticalidade da construção. Numa segunda categoria, surgem casas largas e baixas, com rés-do-chão e andar nobre (e não raramente um *mezzanino*), de fachadas com solução horizontal perfuradas por inúmeras portas e janelas e que se podem categorizar como tendo feição de *palácios*<sup>465</sup>.

Estas últimas, que se desenvolvem paralelamente em relação à rua, existem em menor número que as primeiras. Apresentam, porém, uma construção mais cuidada. A sua implantação, por entre as casas esguias, que constituem a primeira categoria, impõe grandes contrastes na malha urbana.

---

<sup>465</sup> OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (1986) – *Casas esguias do Porto (...)*, p.28.

Situemo-nos então entre o final da Época Medieval e os inícios do Período Moderno. Miragaia, área exterior ao perímetro amuralhado, e em contacto direto com o rio Douro, vê o desenvolvimento do seu núcleo habitacional estar intimamente relacionado com a implantação dos estaleiros no seu areal. Assim que este entrara em funcionamento, logo os espaços livres do arrabalde foram sendo ocupados<sup>466</sup>.

Consequentemente, Amândio Barros diz que a origem da arcaria que caracteriza a frente de Miragaia resultou da tentativa de solucionar a sobreocupação do espaço da praia – decorrente da atividade naval – que não permitia a descarga de mercadorias para as habitações. Por tal, em 1548, o concelho mandou «”poer padrões pera que debaixo delles se não podese poer nehũa cousa que acupase a dita desembarquaçam e asi se aviam de poer outros ate o poente que vam da Fonte do Touro pera que a rua ficase larga”»<sup>467</sup>.

De facto, a existência de uma série de casas, numa primeira linha de construção voltada ao areal, cujo piso térreo é assente em arcos que constituem um espaço exterior contínuo e coberto (pelo que podem também chamar-se *cobertos*), revela-se uma das mais interessantes particularidades do tecido habitacional da baixa de Miragaia.

Leia-se uma outra descrição, a qual, ainda que mais tardia, respeita às casas dos cobertos e atesta a sua antiguidade:

«Entre o caes e as cazas tem hum terreiro que tem de comprido dous mil seiscentos e cincoenta e cinco palmos e quase outros tantos de cazas fronteiras ao caes, que tem o primeiro sobrado fundado em arcos e pillares, todas com tão admirável proporção e igualdade, que fazem huma delicioza prospectiva, de cujas janellas se contemplam toda a qualidade de embarcaçõens que entram pela barra do rio Douro e lançam anchora defronte deste sitio, porque a elle também se estende a Ribeira das Naos.»<sup>468</sup>.

---

<sup>466</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.199.

<sup>467</sup> «Encontro nesta deliberação a origem dos célebres arcos (um dos sinónimos que se pode atribuir à palavra “padrão”) de Miragaia», BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.200.

<sup>468</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.598.

Sabemos que Miragaia foi berço e casa de mareantes. Amândio Barros, autor supracitado, descreve da seguinte forma as habitações dos marinheiros: pequenas, de um, dois ou três sobrados, tendo geralmente no andar térreo, destinado a armazenamento, uma saída traseira que permitia a fuga durante os tempos de cheia. O recheio era simples, composto por «alguns bancos, uma mesa ou balcão, um leito tantas vezes partilhado com a gente e os filhos e a inevitável arca, onde se guardavam os haveres mais preciosos (...)»<sup>469</sup>.



Figura 102 – Casas dos arcos de Miragaia. 1910. Série: Bilhete postal ilustrado. Tabacaria Cubana, nº 3. AHMP. Disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/48052/>

---

<sup>469</sup> BARROS, Amândio (2004) – *Vida de marinheiro. Aspectos do quotidiano das gentes de mar nos séculos XV e XVI. Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 1, pp. 249-263, p.254.



No que diz respeito à construção, e de acordo com B. J. Ferrão, no Porto Quinhentista surgiu uma tipologia de habitação em que residiam sobretudo burgueses e artesãos. As casas, estreitas e inicialmente baixas, começaram a ser aumentadas em altura através da taipa (sistema semelhante ao “*fachwerk*”), dado o alto preço da aplicação do granito<sup>470</sup>. Ainda hoje é possível observar lotes estreitos, com rés-do-chão em alvenaria de granito, geralmente destinado a loja ou oficina, e andares superiores (por vezes em ressalto e normalmente acrescentados com estruturas de madeira ou tabique). Os edifícios, ora com janelas e fachadas lisas, ora, mais vulgarmente, com janelas de sacada, apresentam uma tipologia que se vem a generalizar em Seiscentos<sup>471</sup>.



*Figura 103* - Esq.: Construção em fachwerk. Rothenburg ob der Tauber, Alemanha. Fotografia de Angelina Wittmann, 2016; Dir.: Estrutura construtiva de uma casa na rua de Azevedo de Albuquerque, 2018.

---

<sup>470</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.147.

<sup>471</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.148.



*Figura 104* – Esq.: Casa com os andares superiores levantados em tabique. 1933. Bomfim Barreiros. AHMP, disponível em linha: <http://bit.ly/2B8bsn5>. Dir.: A mesma casa em 2018, alojamento local, *Miragaia House*. Rua de Miragaia.



*Figura 105* - Edifícios cujos pisos superiores foram erguidos com estrutura de tabique. Rua de Miragaia. 2018.

B. J. Ferrão acrescenta que é a habitação burguesa ou mesteiral, marcante no tecido urbano Seiscentista, que vai persistir na primeira metade de Setecentos. Caracteriza-se pelo lote fundo com frente estreita, um, dois ou mais andares erigidos em pedra (cuja construção seria, no século anterior, em taipa), rasgados por dois vãos que abrem para varandas estreitas e corridas – apoiadas em cachorros - e deixam entre eles um pano de parede fechado, onde podem surgir elementos como óculos ou alminhas. O rés-do-chão, que servia de loja, oficina ou armazém, possuía frequentemente três aberturas, das quais uma se destinava à entrada (privada) para os pisos superiores. As molduras dos vãos, a cornija, as pilastras e os cachorros trabalhavam-se em cantaria de pedra lavrada, enquanto a parede dos alçados era, na maioria dos casos, construída em alvenaria de granito, com acabamento rebocado e caiado.

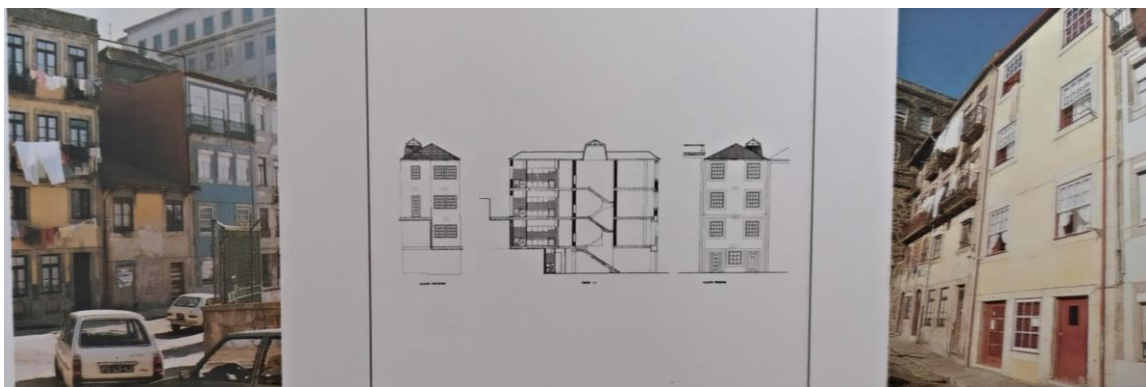


*Figura 106 – Óculos na fachada de duas casas na rua de Miragaia. 2018.*





*Figura 107 - Fachadas com pano de parede fechado entre os vãos. Casas na rua de Miragaia. 2018.*



*Figura 108 - Casa na rua de Azevedo de Albuquerque antes de uma intervenção (à esquerda), apresentando pano de parede fechado entre os vãos. Imagem retirada de CRUARB (2000/2001) – Porto Património Mundial III (...), vol. II, s/p.*





*Figura 109- Casa com arco, na rua de Miragaia, in OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (2003) – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 5ª edição, p.311. À direita, a mesma casa fotografada em 2018.*



*Figura 110 - Aspeto geral do edifício n.º 110 da rua de Miragaia. 1939. Fotografia de Bomfim Barreiros. AHMP: F-P/CMP/10/196(3).*

Como se depreende através dos lotes de Miragaia, este tipo de habitação tem, em geral, uma planta aproximadamente retangular, sendo a sua cobertura feita maioritariamente em telhado de quatro águas<sup>472</sup>.

No interior, a casa organiza-se em duas frentes – a principal e a traseira (vejamos, por exemplo, as que se voltam ao passeio das Virtudes e simultaneamente à rua do Dr. Barbosa de Castro), divididas através da caixa de escadas central. De forma geral, apresentam em cada piso duas alcovas interiores, alumiadas pela claraboia existente sobre a escadaria, e duas salas amplas, iluminadas diretamente através das janelas abertas para a rua ou para o logradouro. Em relação à claraboia, ainda que a vejamos aqui e ali (fig.111), não encontrámos dela muitos exemplares a pontuarem os telhados de Miragaia, salvo em arquiteturas de exceção (veja-se o edifício do antigo Clube dos Ingleses, em 5.3.1).



Figura 111 – Claraboia em telhado da rua de Miragaia, vista do miradouro das Sereias. 2018.

---

<sup>472</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.152-153

Desde a Ribeira até Miragaia existem quarteirões voltados ao rio que apresentam lotes de duas frentes «unidos pelo seu lado maior com paredes de meiação»<sup>473</sup>, interrompidos por vielas e praças, que parecem seguir a implantação da antiga muralha gótica. Esses lotes estão inteiramente preenchidos pelas casas, não existindo espaço para logradouro. Nas ruas traseiras, erguem-se edifícios mais pequenos e menos profundos, que apresentam, em geral, uma só frente.

Estes edifícios, associados em banda ao longo dos arruamentos (não necessariamente junto à marginal), multiplicaram-se tanto dentro do perímetro amuralhado como nas áreas de Miragaia e Santo Ildefonso.



*Figura 112* – Edifícios associados em banda, com padieiras arqueadas sobre as janelas, na rua do Dr. Barbosa de Castro (antiga rua do Calvário). Têm frente para o passeio das Virtudes. Esq.: in Associação dos Arquitectos Portugueses (1980), *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, 2ª edição, Lisboa: Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, p.21; Dir.: *Google Earth*, imagem de 2014.

---

<sup>473</sup> FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência (...)*, p.121.



*Figura 113* – Passeio das Virtudes, vendo-se jardim gradeado e os lotes em banda, à direita.  
Fotografia de José Cayolla, c. 1900-1909. CPF. Disponível em linha:  
<https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=1225774>.

Durante o século XVIII, face à tipologia Seiscentista, regista-se apenas o aumento da escala, como consequência da elevação da cêrcea das construções e do pé direito dos andares. Aumentam também as aberturas por piso, generalizando-se agora três em vez de dois vãos a rasgar o pano murado, ornamentados com padieiras arqueadas ou apontadas (fig.112). É de assinalar, ainda neste período, «a realização, pela primeira vez, de ordenamentos conjuntos de razoáveis frentes de edificação»<sup>474</sup>.

Da junção das transformações urbanas almadinas, das normas pombalinas e da atividade da Junta das Obras Públicas, surgem desígnios para uma nova arquitetura na cidade, que se dá ao nível dos equipamentos públicos, mas sobretudo nas tipologias de habitação. Em relação à organização interna, as novas tipologias mantiveram as características que já tinham na primeira metade de Setecentos e «que lhe advieram sobretudo da estabilização do esquema organizativo dos espaços e acessos interiores realizada ao longo do século XVII»<sup>475</sup>. A maior atualização deu-se no que diz respeito aos atributos formais, ainda que mantivessem o tipo corrente de três, quatro ou cinco andares,

---

<sup>474</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.158.

<sup>475</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.219.

com o rés-do-chão dedicado ao comércio e serviços e os restantes andares a residência unifamiliar, podendo ter sobrecozinhas e lojas subterrâneas<sup>476</sup>.

Segundo B. J. Ferrão, os princípios urbanísticos do Iluminismo, sobretudo a noção de regularidade urbana, através dos «estudos de conjunto das fachadas dos arruamentos a executar»<sup>477</sup>, provocaram uma transformação morfológica das tipologias habitacionais das casas do Porto. Estas passam agora a ser concebidas com uma convergência de escalas de projeto, assegurando a integração do lote individual no conjunto, e um sentido de continuidade nas fachadas, adaptadas aos terrenos onde se inserem, podendo ocupar a totalidade das frentes das ruas ou praças novas – como vimos no caso de algumas casas do passeio das Virtudes.

Também no que respeita ao sistema construtivo e aos elementos arquitetónicos, estes eram utilizados com uniformidade. Ainda assim, a individualidade do lote continuaria a ser assegurada por certos aspetos como as variações altimétricas das cérceas, os avanços e recuos das fachadas ou os diferentes números de vãos.

---

<sup>476</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.220.

<sup>477</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.220-221.





Figura 114 - Casas do séc. XVII. Em cima: FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência (...)*, p. 96; Em baixo e à direita: as mesmas casas, 2018.



Figura 115 - Antigos Armazéns da Companhia, séc. XVIII. Esq.: FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência (...)*, p.96; Dir.: os armazéns em 2018.

### 6.1.1. Francisco Barata Fernandes e a definição de continuidades tipológicas

O arquiteto Barata Fernandes, no seu «estudo de um processo composto de permanências e transformações (...) em modelos de habitação»<sup>478</sup> sustenta a existência de três tipos de casa burguesa dominantes na cidade: a do Porto mercantilista (do século XVII à primeira metade do XVIII), a do Porto iluminista (século XVIII) e a do Porto liberal (século XIX)<sup>479</sup>, correspondentes a três importantes períodos de evolução urbana, cujos nomes tomou dos temas da História. Ainda que as três apresentem uma continuidade tipológica desde o século XVII ao XIX<sup>480</sup>, o autor considera que na zona baixa de Miragaia, à semelhança dos quarteirões da Sé, do Barredo e da Vitória, áreas de formação antiga, o tipo de edifício mais comum é anterior à expansão almadina<sup>481</sup> e corresponde, portanto, ao modelo mercantilista<sup>482</sup>.

Embora não haja uma medida fixa, os lotes, estreitos, variam entre 3 a 6 metros de largo e entre 10 a 15 ou 20 a 30 metros de profundidade<sup>483</sup>. A casa do período mercantilista, encerrada num compacto quarteirão, é de tipologia mista – habitação (nos pisos superiores) e comércio, armazém ou oficina (no piso térreo, mais perto da rua e por isso do público) -, com uma ou duas frentes.

Nas áreas de expansão do Porto iluminista, aparece a casa de maior dimensão, na qual é usual ver duas frentes, logradouro e mais de dois pisos, novamente com função mista. Por fim, a habitação do período liberal, encontrada já fora das muralhas, destina-se somente à habitação, podendo ser de pequena, média ou grande dimensão, e exibindo duas frentes, logradouro e/ou jardim.

---

<sup>478</sup> FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência (...)*, p.76.

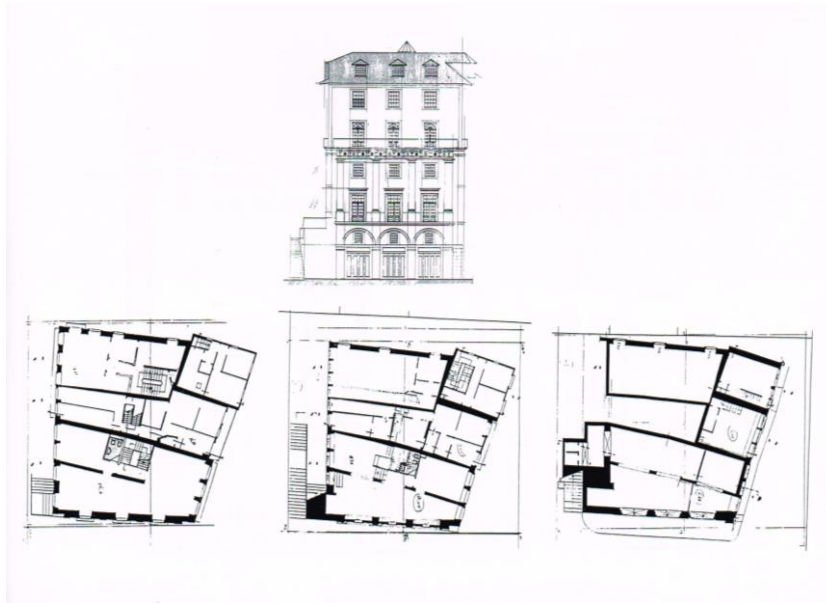
<sup>479</sup> FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência (...)*, p.69.

<sup>480</sup> «Analisando os livros “Plantas de Casas” ao longo do século XIX verificamos que os desenhos de fachadas, que surgem nos pedidos de edificação de casas, apresentam evidente continuidade com aqueles que foram propostos, e muitos construídos, durante o século XVIII. O mesmo acontece entre eles e alguns edifícios de habitação burguesa classificados como tendo sido erguidos no século XVII.» FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência (...)*, p.78-79.

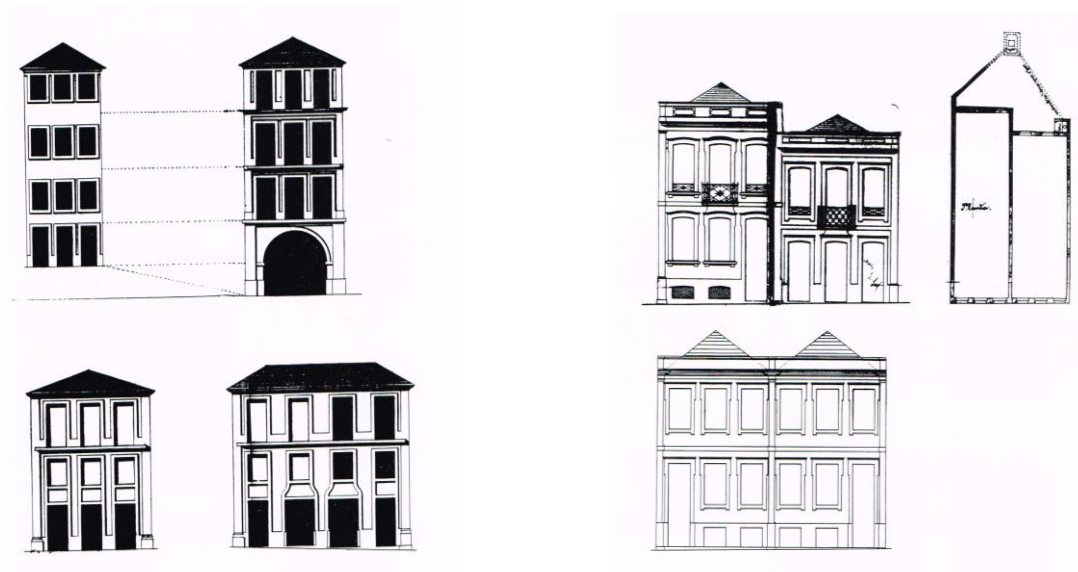
<sup>481</sup> FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência (...)*, p.68.

<sup>482</sup> RAMOS, Rui (2004) - *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitectura Portuguesa. Mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, volume 1, p.276.

<sup>483</sup> FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência (...)*, p.120.



*Figura 116 – Planta com lotes de matriz gótico-mercantil, no Porto. FERNANDES, Francisco B. (1999) - Transformação e Permanência (...), p.85*



*Figura 44 – Alçados de casas dos sécs. XVII e XVIII com alterações do séc. XIX, no Porto. FERNANDES, Francisco B. (1999) - Transformação e Permanência (...), p.98*

*Figura 45 – Alçados de casas do séc. XIX no Porto. FERNANDES, Francisco B. (1999) - Transformação e Permanência (...), p.90*



Ainda que a frente ribeirinha pareça permitir, ao olhar de uma análise geral, a repetição de um modelo, a partir da mesma matriz tipológica e do mesmo sistema construtivo, não há, nas fachadas, medidas que se igualem.



Figura 117 – A diversidade nas fachadas das casas da frente ribeirinha. Rua de Miragaia, 2018.

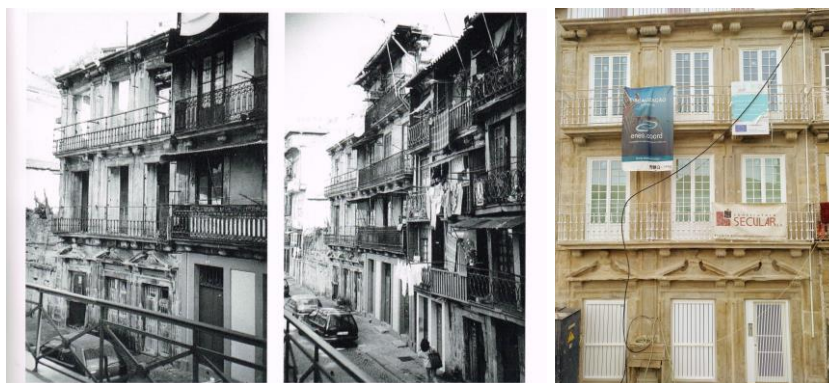


Figura 118 – Esq.: FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação E Permanência Na Habitação Portuense* (...), p.101; Dir.: Edifício em 2018.

Barata Fernandes defende ainda que parece existir uma permanência tipológica nos edifícios dos períodos mercantilista e iluminista que ressurge na habitação plurifamiliar do século XX<sup>484</sup>.

É nestas casas que o autor encontra «as soluções mais flexíveis e imaginativas de constituir uma habitação sem continuidade espacial ou articulação funcional entre os seus compartimentos»<sup>485</sup>.

<sup>484</sup> FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência* (...), p.118.

<sup>485</sup> FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência* (...), p.226.

De facto, vários edifícios de habitação unifamiliar foram adaptados a residência plurifamiliar, através da divisão do lote, sem que os compartimentos seguissem uma continuidade espacial. Os quartos podiam localizar-se num piso superior ao da cozinha e sala, cujo acesso só poderia ser feito pela escadaria central, que então se tinha tornado coletiva. Noutros casos, os lanços superiores da caixa de escadas estariam reservados à habitação do andar mais elevado, passando a ser privados, numa rutura marcada por uma porta no patamar<sup>486</sup>.

Foi-nos dada a oportunidade entrar na casa nº 65 da rua de Francisco da Rocha Soares (fig.119), onde pudemos observar diretamente a subdivisão dos andares para habitação plurifamiliar. A moradora, que nos apresentou as divisões, possuía um pequeno espaço no rés-do-chão, que usava como sala e cozinha, com acesso ao logradouro. Os quartos, fracionados por paredes que a mesma havia construído, localizavam-se numa das duas portas do segundo piso, ao qual se acedia através do lanço de escadas comum. Ao nível do primeiro piso residiam outras famílias.



Figura 119 – Fachada da casa nº 65 da rua de Francisco da Rocha Soares (porta castanha, à esquerda). Na imagem da direita vemos os logradouros, também eles divididos. 2018.

---

<sup>486</sup> FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência (...)*, p.242.

## 6.2. Do século XVIII ao século XIX

Damos início a este capítulo com alguns apontamentos sobre a evolução demográfica. Note-se que em 1757, Miragaia contava já 491 fogos<sup>487</sup>. Em 1758, aquando da elaboração das Memórias Paroquiais, tinha «quatrocentos e noventa e hum vezinhos e mil seiscentas e vinte e duas pessoas, digo mil seiscentas e onze»<sup>488</sup>. No século seguinte, disse Pinho Leal que, em 1874, se contavam em Miragaia 1089 fogos civis e 4653 habitantes, sendo nesta freguesia que se concentrava o maior número de pobres<sup>489</sup>.

Do final do século XVIII ao início do XX, a população portuense aumentou de 35 mil para 200 mil habitantes<sup>490</sup>. De facto, deu-se durante a centúria de Oitocentos um acentuado crescimento populacional na cidade, sobretudo nas freguesias extramuros como Miragaia. Entre os principais motivos para esta transformação, e associando-os aos fenómenos diretamente relacionados com a industrialização, devemos referir que a cidade acolheu muitas comunidades estrangeiras que marcaram o seu progresso, como a Inglesa, a Alemã, e o importante fluxo migratório dos chamados *Brasileiros* (os Portugueses de torna-viagem)<sup>491</sup>. A propósito deste tema, veja-se o subcapítulo 3.5 (*Espaço Urbano Oitocentista*), tratado mais acima neste relatório.

---

<sup>487</sup> LEAL, Augusto de Pinho (1875) - *Portugal Antigo e Moderno (...)*, p.242.

<sup>488</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.596.

<sup>489</sup> LEAL, Augusto de Pinho (1875) - *Portugal Antigo e Moderno (...)*, p.261.

<sup>490</sup> BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.11.

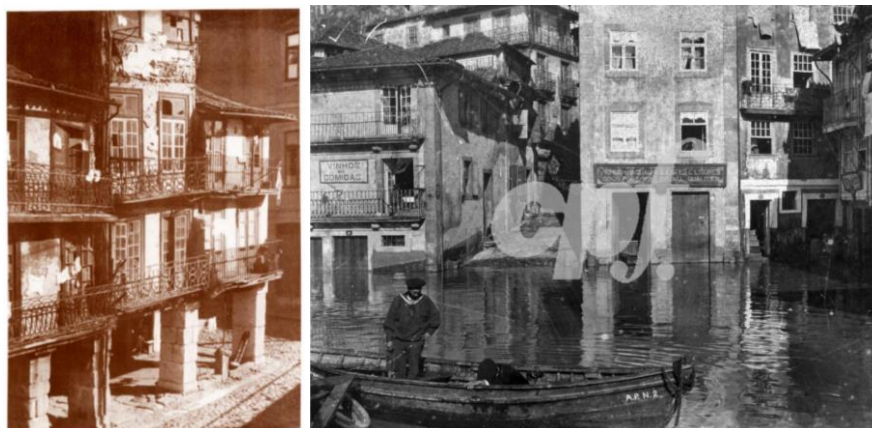
<sup>491</sup> BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.12.



*Figura 120* – Miragaia: fins do séc. XIX. Bilhete postal ilustrado, edição de Le Temps Perdu. AHMP. Disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49678/?>



*Figura 121* - Vista da zona ribeirinha: fins do séc. XIX. Bilhete postal ilustrado, s/d. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49700/?q=miragaia+xix>



*Figura 122* – Esq.: Casas de Miragaia: Porto antigo. Bilhete postal ilustrado, s/d. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49914/?>; Dir.: Cheias em Miragaia. 1909(?), Fundo de Alberto Marçal Brandão. CPF, disponível em linha: <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=39937>



### 6.2.1. O Porto e a *casa alta e esguia*

Enquanto noutras cidades as modestas casas altas e estreitas pertencem às classes médias, aqui esta é a «casa de toda a gente» e conta com requintes que lhe conferem um ar palaciano, como os trabalhos em cantaria ou a faiança nas fachadas<sup>492</sup>. Outra situação pode ainda decorrer: uma casa aparentar ser modesta, mas o interior apresentar-se rico e opulento: «um viver largo em casa estreita e vertical»<sup>493</sup>.

Os prédios esguios – para economia de terreno - correspondem ao modelo de habitação urbana<sup>494</sup>, com função comercial muitas vezes ligada à mesma família que aí reside e necessita do negócio para subsistir. Apesar dos andares superiores se reservarem à habitação, os dois espaços podiam, ou não, comunicar por escadas privativas ou alçapões. Este caráter híbrido da casa justifica a numerosa existência de duas portas: uma fazia a entrada para a loja enquanto a outra se constituía como entrada da habitação<sup>495</sup>. Ainda hoje encontramos, em grande parte das casas de Miragaia, algum tipo de loja ou oficina no rés-do-chão.



Figura 123 – Atividades comerciais no piso térreo, ruas de Miragaia e da Arménia. 2018.

<sup>492</sup> OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (1986) – *Casas esguias do Porto (...)*, p.30.

<sup>493</sup> OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (1986) – *Casas esguias do Porto (...)*, p. 32.

<sup>494</sup> «um tipo híbrido funcional de residência urbana e estabelecimento comercial» segundo OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (1986) – *Casas esguias do Porto (...)*, p.28 e 29.

<sup>495</sup> OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (1986) – *Casas esguias do Porto (...)*, p.30.

Todavia, a acompanhar os novos conceitos habitacionais do século XIX, que já referimos, vão aparecer nalguns locais casas exclusivamente residenciais, mas que mantêm o tipo estreito e alto, fruto de uma «inércia cultural»<sup>496</sup>.

As fachadas, que apresentam linhas simples, desenho regular e simétrico, são pontuadas por janelas de sacada e vãos de iluminação, que têm geralmente guardas de ferro. Em termos de ornamentação, o frontispício pode apresentar pilastras, molduras, cornijas, mísulas e cachorros esculpidos no granito escuro e duro da região. Também são frequentes as cantarias lineares que tendem a acentuar a verticalidade da construção, ou o revestimento azulejar (de uso pontual na área de Miragaia, mas visível, por exemplo, nas ruas do Dr. Barbosa de Castro e da Bandeirinha, no passeio das Virtudes, na rua do Monte dos Judeus, parcamente na rua da Arménia e no lance mais a poente da rua de Miragaia).



Figura 124 – Padrões de revestimento azulejar. Rua do Monte dos Judeus. 2018.

---

<sup>496</sup> OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (1986) – *Casas esguias do Porto (...)*, p. 32.



*Figura 125* – Janelas de sacada com guardas de ferro, na rua Professor Vicente José de Carvalho, ao Campo dos Mártires da Pátria, 2018. Dir: Molduras em cantaria, nos edifícios da rua do Dr. Barbosa de Castro. 2016.



*Figura 126* – Esq.: Janela de sacada da casa n.º 3 da rua de Tomás Gonzaga, 1955, imagem original de Guilherme Bomfim Barreiros; reprodução da Foto Comercial, de Teófilo Rego, AHMP: F-P/CMP/10/260(83). Dir.: Janela com pormenor em ferro forjado, Passeio das Virtudes, 2016.

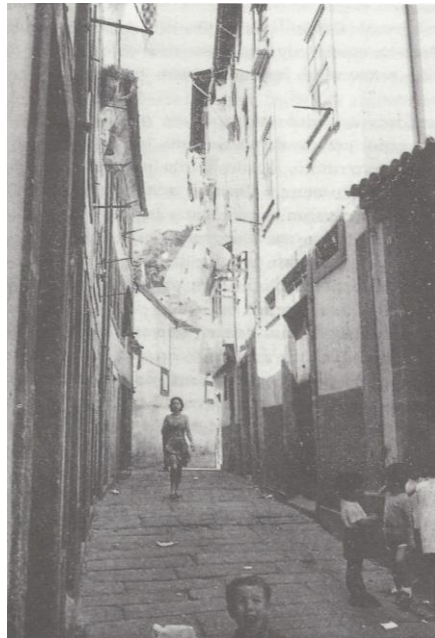


*Figura 127* – Esq.: Casas com fachadas revestidas a azulejo, na rua do Monte dos Judeus e na rua de Miragaia, 2018. Dir.: Casa com fachada revestida a azulejo, com pormenores de Arte Nova, rua Nova da Alfândega, 2018.





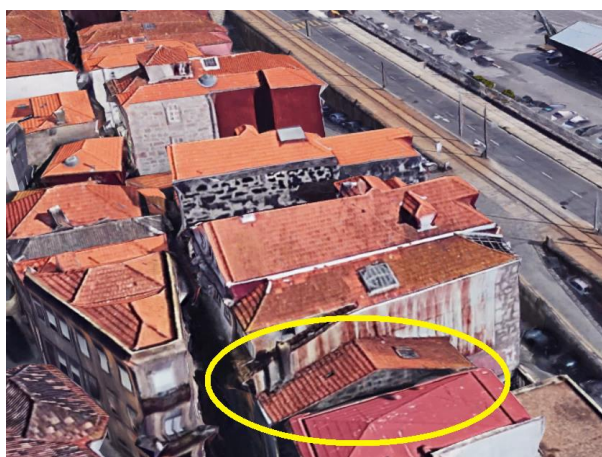
*Figura 128 – Soluções de ligação diversas, numa rua estreita. Rua da Arménia, 2018.*



*Figura 129 – Uma outra rua estreita. Rua de São Pedro de Miragaia. Fotografia retirada de OLIVEIRA, J. M. (2007) – *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*. [edição fac-similada da edição original de 1973 do Instituto de Alta Cultura], Porto: Edições Afrontamento, p.259.*

Enquanto na cidade Oitocentista as coberturas de quatro águas dão lugar a uma generalização do telhado de duas águas, orientado no sentido frente-fundo, cujo espaço se aproveita para sótão (iluminado através de postigos ou janelas rasgadas na empena<sup>497</sup>), note-se que, em Miragaia, continuam a prevalecer os telhados de quatro águas, indicando uma maior antiguidade da construção. Por seu turno, na área de estudo, os pequenos vãos já aparecem frequentemente a pontuar as empenas (fig. 133).

Assiste-se ao disseminar de construções suplementares muito diversificadas que acentuam a irregularidade das fachadas e se tornam «uma nota característica da casa do Porto, que anula qualquer vislumbre de ordenação dos aspectos de conjunto da cidade»<sup>498</sup>. Entre essas construções encontramos as trapeiras<sup>499</sup>, os mirantes, os andares adicionais (normalmente recuados) com ou sem varandim, levantados, no geral, e como já referido, em materiais mais perecíveis (tabique sem revestimento ou revestido a telha, lousa ou chapa).

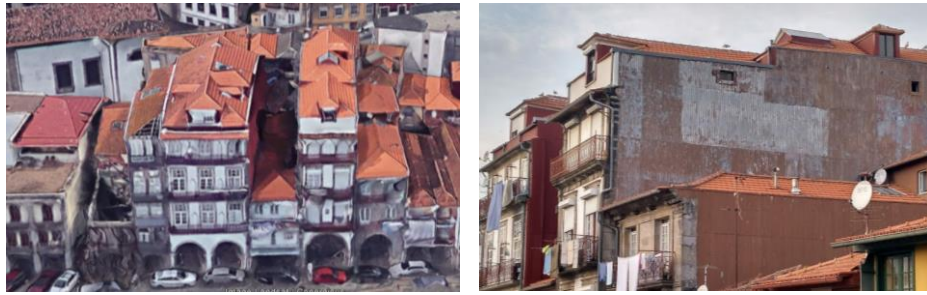


*Figura 130* - Um dos raros exemplos de habitação com telhado de duas águas, na orientação frente-fundo, em Miragaia. Rua de Miragaia.

<sup>497</sup> Empena é a parede lateral do edifício que se prolonga até à cobertura, e que é normalmente cega ou rasgada por vãos de pequena dimensão.

<sup>498</sup> OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (1986) – *Casas esguias do Porto (...)*, p. 36.

<sup>499</sup> Trapeira é uma abertura no telhado, composta por paredes e janela, que permite arejar e iluminar o interior, um tipo de janela na água-furtada.



*Figura 131* – Trapeiras na rua de Miragaia. Imagem do *Google Earth* (esq.) e fotografia de 2018 (dir.).



*Figura 132* - Andares recuados. Passeio das Virtudes e rua da Arménia.



*Figura 133* – Janelas e postigos rasgados na empena. Largo do Viriato. Rua da Arménia e rua de Miragaia.





*Figura 134* – Esq.: Casa com revestimento de lousa (escamas de ardósia). 1962. Fotografia de Teófilo Rego, AHMP; Dir.: A mesma casa em 2018.



*Figura 135* – Esq.: Edifícios revestidos a lousa (escamas de ardósia) e chapa, rua da Arménia. 2018; Dir.: Casa com o revestimento em lousa, rua de Miragaia. 2018.

Em síntese: na diversidade das suas feições, estas casas, que «geralmente (...) aparecem em séries seguidas de casos idênticos, à face de ruas características, formando conjuntos de aspecto muito especial»<sup>500</sup>, assumem uma certa unidade. É esta última que, dentro da heterogeneidade de cada edifício, observámos, por exemplo, na rua de Miragaia ou da Arménia. Como vimos, muitas delas ainda hoje apresentam atividade ao nível do rés-do-chão, conservando uma antiga função.



Figura 136 – Viela da Baleia, junto à rua Arménia. Esq.: Bilhete postal ilustrado, 1900. AHMP, disponível em linha: <http://bit.ly/2PxU0kU>; Dir.: fotografia de 2018.

Por outro lado, de acordo com o que lemos para o subcapítulo 6.1., os edifícios nobres e largos, que correspondem a uma versão citadina da casa de campo senhorial Setecentista (através da sua transposição para solar *beira-rua*), pertenciam a uma classe que vivia sobretudo de benefícios e não da atividade mercantil.

---

<sup>500</sup> OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (2003) – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 5ª edição, p.284.

### 6.2.2. Edifícios de exceção em Miragaia: três casos de estudo

«Podemos considerar que a casa e o espaço doméstico são o reflexo de quem o habita; trata-se da territorialização de um projecto pessoal com contornos socioculturais, onde muito facilmente o habitante pode intervir, quer na escolha do local, do arquitecto e na aceitação da sua proposta, quer na ocupação e organização da casa. Este espaço edifica um universo pessoal, cunhado pelo grupo familiar que nele habita, e revelado por dispositivos arquitectónicos que se podem balizar entre a acentuação e a minimização do projecto, a transparência e o opaco das superfícies, o ocultado e o evidente na organização da casa, e na privacidade e na ostentação.»<sup>501</sup>

A unidade criada pela grande concentração de casas esguias interrompe-se pontualmente por um *palácio* que lhe proporciona uma paisagem irregular e peculiar.



*Figura 137* – Paisagem de Miragaia, com o esguio casario em baixo e o Palácio das Sereias no topo. 199?. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2DzbVRG>

<sup>501</sup> RAMOS, Rui (2004) - *A Casa Unifamiliar Burguesa (...)*, p.660.

No século XVII, com a participação da nobreza na vida comercial, a casa enobrecida – o *solar urbano* - começa a assemelhar-se à «estrutura compositiva e organizativa da casa burguesa contemporânea», apesar de apresentar frentes mais largas e com menos pisos<sup>502</sup>.

Como descrito no decorrer do capítulo 3, é sobretudo na centúria de Oitocentos que o modo de viver portuense se altera, período que coincide com o advento do liberalismo e no qual a burguesia atinge o expoente. A seu par, desenvolve-se o urbanismo. Vem então a dar-se aquilo a que Oliveira e Galhano chamam «fusão progressiva dos extractos burguês e nobre da cidade, por uma espécie de aculturação de conceitos, até aí exclusivos de cada um deles»<sup>503</sup>.

---

<sup>502</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.152.

<sup>503</sup> OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (1986) – *Casas esguias do Porto (...)*, p.28.



### 6.2.2.1. Edifício do antigo Clube dos Ingleses

Este imóvel Setecentista situa-se na rua das Virtudes nº11 e é Imóvel de Interesse Público desde 1983<sup>504</sup>. Destaca-se das demais habitações que o circundam pela sua escala.

Terá sido originalmente casa de repouso dos religiosos da Congregação de São Bernardo. Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, passa a pertencer a José Alexandre Ferreira Brandão<sup>505</sup>, abastado comerciante de nacionalidade brasileira<sup>506</sup>, que era ainda proprietário de várias casas adjacentes ao edifício, na antiga rua da Cordoaria Velha<sup>507</sup>.

No ano de 1870, Alexandre José Ferreira Brandão<sup>508</sup>, seu descendente, efetua pedido de licença de obra para a construção do gradil de ferro que ainda hoje cerca a propriedade<sup>509</sup>.

Aí se instalou, em 1925, o Clube dos Ingleses (*Oporto British Club*), depois do edifício ter sido adquirido, para esse fim, dois anos antes. Hoje alberga o SAOM (Serviços de Assistência da Ordem de Malta) e o Restaurante Torreão, tendo sofrido obras de restauro entre 1992 e 1993 e novamente entre 2011 e 2012<sup>510</sup>.

---

<sup>504</sup> Decreto nº 8/83, DR, 1ª série, n.º 19 de 24 janeiro 1983. NOÉ, Paula (1997) - *Edifício na Rua das Virtudes / Clube dos Ingleses*, disponível em linha: <https://bit.ly/2B1S5MB>, consultado a 03/09/2018, às 18:12h.

<sup>505</sup> *Área das Virtudes (2018)*, disponível em linha: <https://bit.ly/2FiY6Z9>; José A. F. Brandão, solteiro mas pai de dois filhos, seus descentes, e «morador que foi no Largo das Virtudes», faleceu em 1850. Registo do testamento com que faleceu José Alexandre Ferreira Brandão, disponível em linha: <https://bit.ly/2zLB4nL>

<sup>506</sup> «José Alexandre Ferreira Brandão, subdito Brasileiro...», Registo do testamento com que faleceu José Alexandre Ferreira Brandão, disponível em linha: <https://bit.ly/2zLB4nL> consultado a 12/11/2018, às 10:20h.

<sup>507</sup> Ficha nº: 233 (Licença de obra nº 364/1847) e Ficha nº: 232 (Licença de obra nº 113/1840).

<sup>508</sup> Possivelmente o irmão, a quem deixou a terça parte dos bens, com a obrigação de terminar as obras nas propriedades das ruas do Calvário e das Virtudes. Registo do testamento com que faleceu José Alexandre Ferreira Brandão, disponível em linha: <https://bit.ly/2zLB4nL> consultado a 12/11/2018, às 10:21h.

<sup>509</sup> AHMP: Licença de obra n.º: 386/1870, D-CMP/7(42) - f. 252-254.

<sup>510</sup> SAOM (2012) - *As instalações – A Casa*, disponível em linha: <http://www.saom.pt/instalacoes.aspx>, consultado a 12/11/2018, às 10:22h.



*Figura 138 - Aspeto geral do antigo edifício do Clube Inglês, na rua das Virtudes. Fotografia de Teófilo Rego. 1958. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2QBTsH9>.*



*Figura 139 – Pormenor da fachada principal e da claraboia do edifício. Fotografia de Vera Gonçalves. 2017*

### 6.2.2.2. *Palácio das Sereias*

No número 27 da rua da Bandeirinha encontra-se esta casa enobrecida, também conhecida como Palácio da Bandeirinha, facilmente reconhecível pelos torreões ameados localizados nos topos da fachada principal.

Voltada ao rio, apresenta grande simetria. As figuras esculpidas em granito, do tipo cariátide, que ladeiam o portal de entrada, conhecidas como *sereias*, atribuem o nome ao edifício. A rematar o norte da propriedade encontra-se um portal granítico coroado por uma pedra de armas, que constitui o remate visual do largo do Viriato.

A casa, de planta retangular, foi construída no século XVIII, no lugar do antigo cemitério judaico. Pertenceu à família Cunha Portocarrero, que a abandonou em 1809<sup>511</sup>. Em 1955 as Irmãs Filhas da Caridade Canossianas Missionárias adquirem a propriedade e aí instalam o colégio Casa Madalena de Canosa. À data, não tem proteção legal<sup>512</sup>.



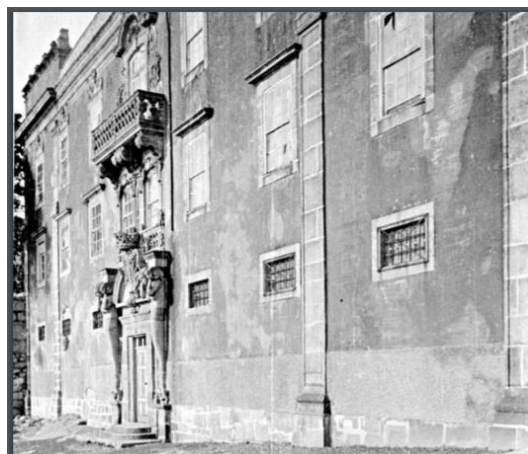
Figura 140 – Portal que encerra a propriedade a norte. Rua da Bandeirinha. 2018.

<sup>511</sup> Porto XXI (1999): *Palácio das Sereias, Edifício*, disponível em linha: [http://www.portoxxi.com/cultura/ver\\_edificio.php?id=53](http://www.portoxxi.com/cultura/ver_edificio.php?id=53), consultado a 12/11/2018, às 10:23h.

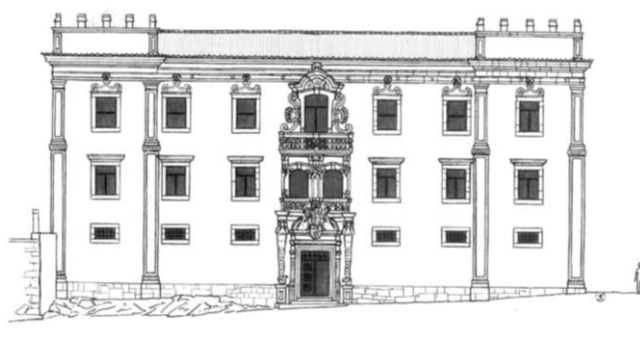
<sup>512</sup> SERENO, Isabel (1996) - *Palácio das Sereias*, disponível em linha: <https://bit.ly/2zMCH9H>, consultado a 03/09/2018, às 18:54h.



*Figura 141* - Esq.: Vista geral fachada da Casa das Sereias, na rua da Bandeirinha. Arquivo Barreiros, Guilherme Bomfim. 1894-1973. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2DCeW3u>; Dir.: Casa das Sereias em 2018.



*Figura 142* – Palácio das Sereias. 1933. Bomfim Barreiros. Disponível em linha: <https://bit.ly/2AZImGw>



*Figura 143* – Imagem retirada de Hey Porto (2018), disponível em linha: <https://bit.ly/2PQoNIS>.

### 6.2.2.3. Edifício da Escola *Árvore* e elementos decorativos

A casa com o número 14 do passeio das Virtudes e o correspondente número 51 da rua do Dr. Barbosa de Castro (antiga rua do Calvário) foi residência da família Pereira Jordão, até ser ocupada, em 1907, pela Fábrica Portuense de Guarda-Sóis, Lda..

Em 1842, José Joaquim Pereira Jordão faz um pedido de edificação de um prédio, voltado à rua do Calvário, nas traseiras do terreno onde já possuía uma casa e jardim<sup>513</sup>. Corria o ano de 1854 quando Mariana Emília Pereira Jordão Ferreira da Silva fez aumentar o edifício para Sul, e mandou construir o portão<sup>514</sup>. Depois da sua morte, a habitação passa a pertencer aos filhos, Joaquim e Alfredo Ferreira da Silva Jordão, que acabam por vendê-la em 1916 a um industrial que até então alugava os terrenos para aí manter a já referida Fábrica.

Sobre as modificações efetuadas pela indústria, podem referir-se a do ano de 1907, em que a Fábrica Portuense de Guarda-Sóis, requere a construção de barracões em terrenos (que por essa data ainda arrendava), para usufruto da sua indústria<sup>515</sup>, e a de 1912, na qual solicita a obra de um armazém de madeira<sup>516</sup>.

De acordo com a DGPC<sup>517</sup>, os elementos decorativos da casa - que confrontam o passeio das Virtudes - como as estátuas, as taças florejantes e o muro, datados do século XVIII, são da autoria de Nicolau Nasoni. Estão classificados como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 251/70, DG, I Série, n.º 129, de 3-06-1970).

Hoje, e desde os anos 80 do século anterior, encontra-se instalada nesta propriedade a Escola Artística e Profissional *Árvore*.

---

<sup>513</sup> Ficha n.º: 224 (Licença de obra n.º 350/1842).

<sup>514</sup> Ficha n.º: 225 (Licença de obra n.º 360/1854).

<sup>515</sup> Ficha n.º: 227 (Licença de obra n.º 205/1907).

<sup>516</sup> Ficha n.º: 229 (Licença de obra n.º 779/1912).

<sup>517</sup> DGPC - *Estátuas e elementos decorativos existentes no edifício com frentes para a Rua Dr. Barbosa de Castro, 51, e Passeio das Virtudes, 14, bem como o muro em que se integram esses elementos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2B1BW9J>, consultado a 29/04/2017, às 12:35h.



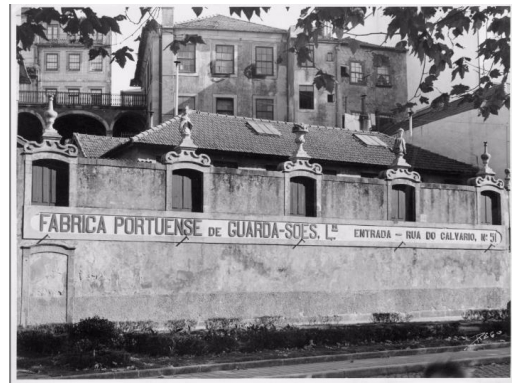


Figura 147 – Esq.: Elementos decorativos na fachada do edifício voltada ao Passeio das Virtudes, 2017. Dir.: Aspeto geral da fachada da Fábrica Portuense de Guarda-Sóis, Lda., fotografia de Teófilo Rego, 1958, AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2qJABhP>.



Figura 146 – Entrada pela rua do Dr. Barbosa de Castro, instalações da Escola Árvore. 2017.

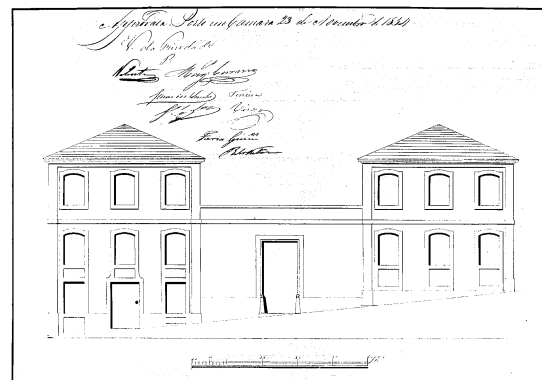


Figura 145 - Fotografia de Vera Barbosa. 2017.

Figura 144 - (Licença de obra nº 360/1854).

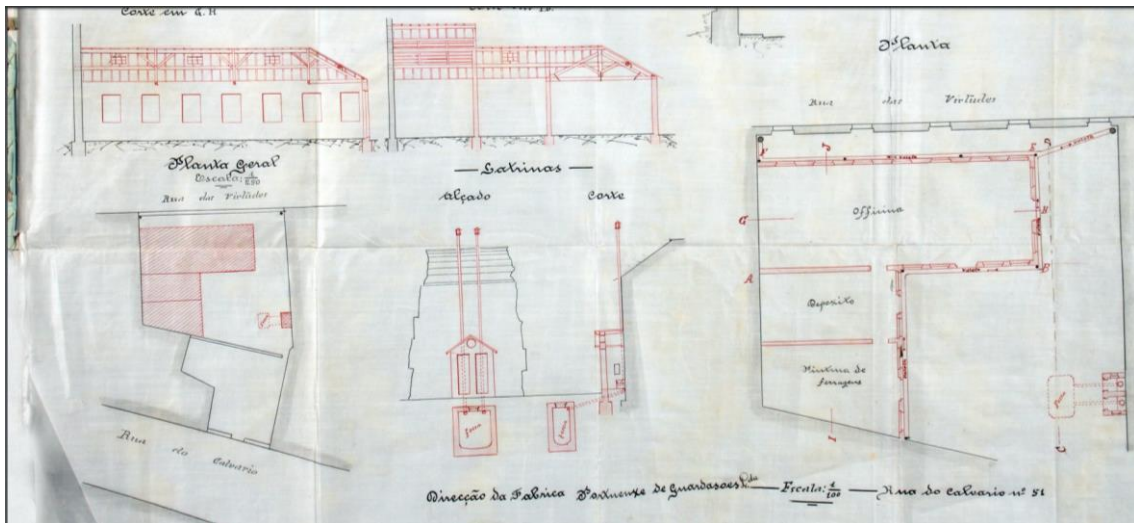


Figura 148 – Armazéns da Fábrica de Guarda-Sóis, Lda. Licença de obra nº 205/1907.

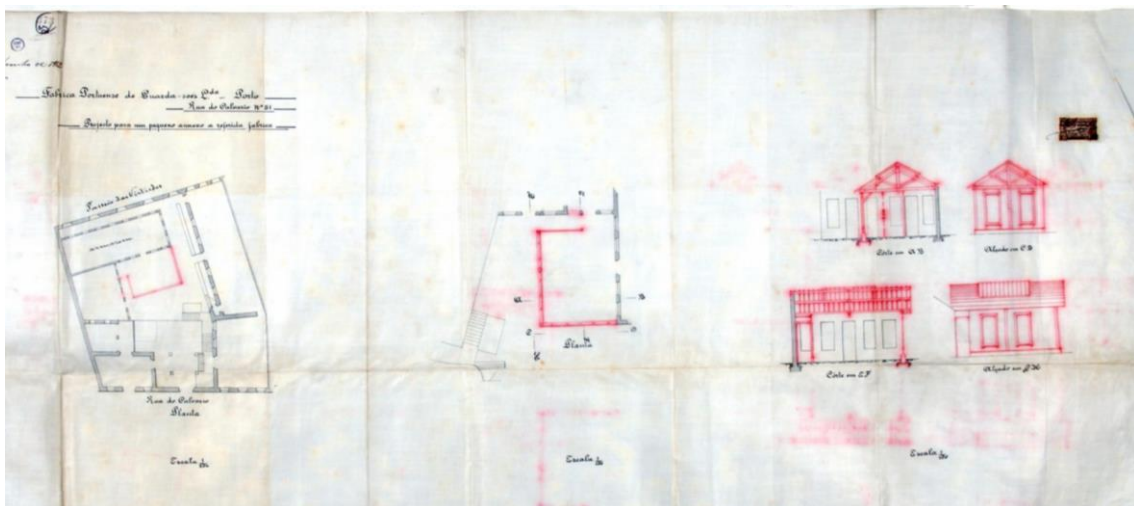


Figura 149 - Armazéns da Fábrica de Guarda-Sóis, Lda. Licença de obra nº 779/1912.



Por oposição às tipologias de habitação mais correntes, sedimentadas ao longo do tempo, que permitiram criar uma tradição construtiva local, nos exemplos acima tratados verifica-se uma ausência de uniformidade e de padrões construtivos, quer nas formas, quer nas definições tipológicas, quer ainda nos aspetos decorativos. Não esqueçamos, aliás, as diferentes cronologias em que foram levantados.

Os três edifícios, demonstrativos de uma preocupação com a relação e a continuidade entre o edifício e a sua envolvente, assumem-se, *per se*, como testemunhos da vontade privada, assente numa estética singular que marca a arquitetura de uma época, ao ser representativa da classe social que a encomendou.

Estas arquiteturas de exceção aliam a materiais e técnicas construtivas vernaculares um cunho de vanguarda, de relação direta com as edificações mais eruditas da época.

Tomemos o exemplo da casa onde esteve instalado o Clube Inglês. Se, por um lado, vai buscar elementos à arquitetura erudita, próxima da casa urbana de caráter nobre (tal como a simetria, os frontões, o ritmo marcado, a cornija funda ou os dois pisos), por outro, difere de algumas que lhe são similares, como a Casa dos Pacheco Pereira (Palacete de Belomonte) ou o Palacete Leite Pereira, já que a entrada não é feita pela fachada urbana, onde não existe um portal central, mas sim pela frente oeste, cujo acesso se faz por um portão de ferro que encerra um átrio.



Figura 150 – Palacete de Belomonte, rua de Belomonte (São Nicolau, Porto). Fotografia de Paula Noé, 2015, disponível em linha: <https://bit.ly/2DgYeFV>;  
Palacete Leite Pereira, rua das Taipas (Vitória, Porto). Fotografia de Vera Barbosa, 2016.

Já fora da malha urbana tradicional, a construção do Palácio ou Casa das Sereias, de projeto erudito, apresenta uma forte relação com a paisagem (neste caso o vale do Douro), ao mesmo tempo que se constitui como uma volumetria de exceção. A escala deste edifício, de implantação isolada e sem caráter urbano, que fez parte de uma quinta (*vd.* capítulo 7), distingue-se no cenário de Miragaia, de qualquer ângulo em que possa ser observado.

Poderá dizer-se que se insere num tipo de arquitetura senhorial, assinalado pela monumental fachada voltada ao rio, de grande simetria, e pela presença dos torreões nos topos – observem-se as semelhanças compositivas entre a fachada principal do Palácio das Sereias e a do Palácio do Freixo.

Por outro lado, o frontispício da casa da família Pereira Jordão apresenta já um alinhamento com o espaço urbano, ainda que se destaque, pela escala, da malha construtiva que a rodeia, caracterizada pelas tipologias semelhantes entre si. O desenho erudito, com elementos distintivos nos vãos, predomina na fachada posterior, voltada ao passeio das Virtudes.

Quisemos com este subcapítulo demonstrar o impacto de alguns edifícios de exceção na paisagem de Miragaia, cuja escala sobressai de entre o intrincado casario. Estas construções, ainda que se pretendam distintivas, parecem conjugar elementos de arquitetura vernacular e erudita. Prossigamos agora para o estudo de alguns casos de construção e de intervenções ocorridas no parque habitacional mais recentemente.

### 6.3. Do século XIX ao século XXI: casos de estudo

#### 6.3.1. Ilha 55 – Quinta do Loureiro

Entre a rua dos Armazéns e a rua do Cidral de Cima, junto à subida da calçada das Virtudes, observa-se um portal de granito com inscrição semelhante a "SS" mas que parece corresponder, na verdade, a 55. É a chamada Ilha 55 ou "Quinta do Loureiro". De acordo com os moradores, a designação "Quinta do Loureiro" advém da construção de habitações naquele mesmo lugar por parte de José Marques Loureiro (1830-1898), horticultor e sócio do Horto das Virtudes, para aí alojar os seus funcionários. Terá este sido um caso de construção de uma pequena *ilha*, como descreve M. Teixeira? Passamos a citar:

«Estas eram construídas predominantemente pelas classes médias baixas: pequenos comerciantes, lojistas, artesãos, por vezes pequenos industriais. Eram estas pessoas, de recursos relativamente limitados, que investiam, construía e possuíam a maior parte das ilhas, muitas vezes nos seus próprios quintais, ou que emprazavam ou subemprazavam pequenos lotes de terreno em zonas desvalorizadas da cidade para construir ilhas.»<sup>518</sup>.

As licenças de obra números 251/1877 e 471/1877 [do Livro nº62] confirmam Marques Loureiro como proprietário na rua do Cidral de Cima, onde pretende, respetivamente, reconstruir o «muro de suporte do seu predio do Caminho ou Viella Cidral», bem como «construir umas pequenas cazas» e «reconstruir o muro de suporte do seu predio do Cidral (...) e dentro delle fazer umas cazas terreas»<sup>519</sup>.

Em 1878 manda erguer um barracão de madeira, «dentro do terreno que possui (...) defronte da Ponte do Rio das Virtudes (rio frio)»<sup>520</sup>. A licença nº262/1878 coloca-o como detentor de um espaço na rua dos Armazéns, onde andava a construir umas casas, já com preocupações higienistas: «pretendendo mais fazer o encanamento que leve os despejos das mesmas casas para o cano da rua»<sup>521</sup>.

---

<sup>518</sup> TEIXEIRA, Manuel (1994) - *A habitação popular no século XIX* (...), p.561.

<sup>519</sup> Ficha nº: 188 e Ficha nº: 297, respetivamente.

<sup>520</sup> Ficha nº: 174 (Licença de obra nº 470/1878).

<sup>521</sup> Ficha nº: 191 (Licença de obra nº 262/1878).

José Marques Loureiro viria a falecer em 1898, quando ainda residia na rua dos Fogueteiros. É a viúva, Avelina Augusta de Moraes Marques Loureiro<sup>522</sup>, que aparece como requerente nas licenças do início do século XX respeitantes à *Quinta do Loureiro*. Em 1910, enquanto «proprietária e moradora na rua do Cidral de Cima próximo daz escadaz do Monte doz Judeus»<sup>523</sup>, manda reconstruir o muro de suporte na extensão de 40 metros de largura por 5 de altura. Seis anos depois requiere obras diversas no seu prédio da rua dos Armazéns<sup>524</sup>. Finalmente, no ano de 1930, Avelina era já moradora nesse mesmo prédio<sup>525</sup>, em cuja entrada se lê o número 55.

Nenhum dos pedidos de licença de obra se faz acompanhar de desenhos.

---

<sup>522</sup> José Marques Loureiro casa, em segundas núpcias, com Avelina, sobrinha de Antónia Bernarda Guerra, com quem havia contraído matrimónio anteriormente, e de quem ficou viúvo em 1891. Registo do testamento com que faleceu Antónia Bernarda Guerra, casada com José Marques Loureiro, disponível em linha: <https://bit.ly/2QAIoKg>, consultado a 12/11/2018, às 10:33h.

<sup>523</sup> Ficha n.º: 300 (Licença de obra n.º 43/1910).

<sup>524</sup> Ficha n.º: 195 (Licença de obra n.º 902/1916).

<sup>525</sup> Ficha n.º: 197 (Licença de obra n.º 660/1930 [do ano económico de 1930/1931]).



*Figura 151* – Quinta do Loureiro ou Bairro do Loureiro. 2018.

### 6.3.2. Bairro Ignez

Falou-se anteriormente de D. Ignez Martins Guimarães da Fonseca e da sua aquisição de parte do Convento da Madre de Deus de Monchique, então ocupada por usos industriais. A parte em questão situava-se nos terrenos da parte de trás da cerca conventual, onde se ergueu em meados do século XVIII um edifício, resultante de uma terceira fase de construção do conjunto (entre 1734 e 1834), com provável função residencial destinada às serventes do convento<sup>526</sup>. A sua localização, na rua de Sobre-o-Douro, já se insere administrativamente na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

O corpo de dormitórios foi, como vimos, adquirido por Alexandre Mont'Alverne que nele instalou a Empresa Industrial de Monchique, cujo funcionamento cessa no século XX<sup>527</sup>. Anteriormente, pertenceu aos condes de Burnay, que a venderam à dita Empresa em 1889, para instalação de uma fábrica de serraria, carpintaria e pregaria – também designada por União Industrial Portuense.

O espaço voltaria então a ser vendido, no ano de 1915, a D. Ignez. A pedido do engenheiro Eleutério Adolfo Moreira da Fonseca, seu marido<sup>528</sup>, a proprietária cede os edifícios da fábrica, na rua de Sobre-o-Douro, para aproveitamento num «bairro de casas baratas», que seguiria projeto de Inácio Pereira de Sá<sup>529</sup>, surgindo o nome *Bairro Ignez*. Em 1917, Eleutério Fonseca, então «proprietário de um predio sito na rua sob o Douro, denominado bairro Ignez» manda «construir um paredão de suporte (...) ficando dentro do referido Bairro...»<sup>530</sup>.

---

<sup>526</sup> MORAES, Marta (2013) - *Ao encontro do espaço partilhado: a reconfiguração da habitação popular analisada a partir do caso do Bairro Ignez, na cidade do Porto*, Dissertação de Mestrado Integrado apresentada à FAUP, sob a orientação do Docente Virgílio Borges Pereira, p.121: descreve o edifício como "aposentos das freiras".

<sup>527</sup> Em 1908, a firma constrói dentro da propriedade «um maciço com 3 metros quadrados (...) para assento dum motor» (Ficha nº: 161 - licença de obra nº 1036/1908). No ano seguinte, edifica «um anexo á fabrica para abrigo do motor» (Ficha nº: 162 - licença de obra nº 92/1909), e que hoje podemos ver, ao lado do Bairro Ignez, completamente remodelado para habitação.

<sup>528</sup> Registo do testamento com que faleceu Inês Martins Guimarães da Fonseca, AHMP, A-PUB/5471 - f. 148-152.

<sup>529</sup> «(...) transformar em um bairro de casas baratas o barracão onde esteve instalada a Fabrica de Pregaria Uniao Industrial Portuense...». Ficha nº: 163 (Licença de obra nº364/1915).

<sup>530</sup> Ficha nº: 164 (Licença de obra nº 780/1917).

O Bairro Ignez foi reabilitado ao abrigo do programa RECRUA<sup>531</sup>, em 1996, pelo arquiteto José Carlos Loureiro<sup>532</sup>. Após o ano de 2003, voltou a sofrer intervenções de adaptação a alojamento turístico, que apesar de interrompidas pela ERA Arqueologia<sup>533</sup> para estudo de elementos de importância arqueológica, foram posteriormente concluídas.

O edifício, de cariz longitudinal, conta com uma porta central – que serviu de acesso à antiga fábrica - e com dois portões laterais por onde se faz atualmente a entrada para o bairro. O portão arqueado do lado direito da fachada principal abre para um longo pátio comum, ao nível do rés-do-chão. O da esquerda permite aceder às habitações do primeiro andar, através de uma galeria que comunica com o pátio.

Talvez pela sucessiva reconversão da sua função, que permitiu a contínua utilização com alterações mínimas, seja hoje a parte do antigo edifício conventual que se encontra em melhor estado de conservação.



Figura 152 – Pormenor de fotografia, em que se vê a chaminé da fábrica em funcionamento. 1910.  
Disponível em linha: <https://bit.ly/2zJ9uaI>.

---

<sup>531</sup> Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados.

<sup>532</sup> MORAES, Marta (2013) - *Ao encontro do espaço partilhado (...)*, p.142.

<sup>533</sup> ERA – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património.



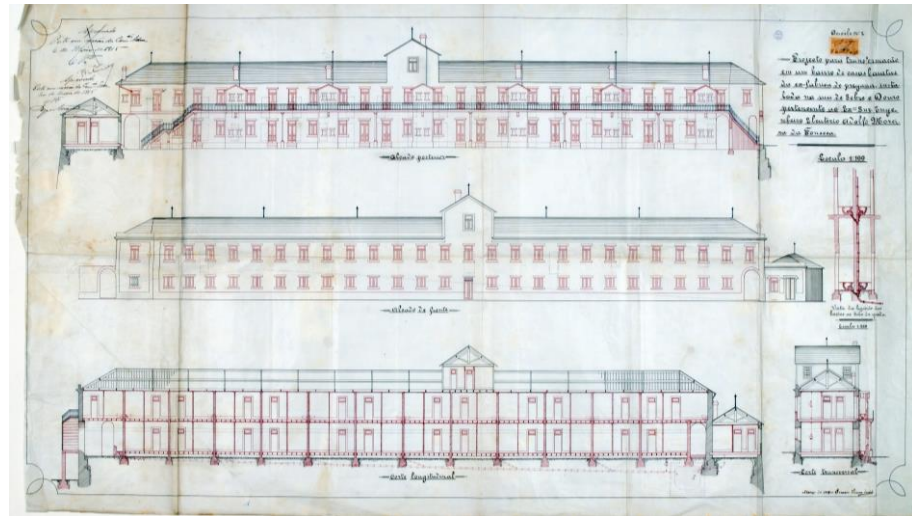


Figura 153 – Bairro Ignez. Em cima: projeto para «bairro de casas baratas», licença nº 364/1915.  
Em baixo: Bairro Ignez em 2018.

### 6.3.3. 1955: *Património dos Pobres*

Américo Monteiro de Aguiar, ou Padre Américo (1887-1956)<sup>534</sup> como é mais conhecido, criou em 1951 o projeto ao qual chamou *Património dos Pobres*, com o objetivo de minimizar o problema habitacional dos mais carenciados. A vontade de dar uma casa aos que viviam em condições desumanas floresceu da convivência com a miséria que testemunhou na zona ribeirinha do Porto<sup>535</sup>, e que caminhava lado a lado com a fome, a doença e a elevada taxa de mortalidade infantil.

Por todo o país, distribuídos por várias freguesias, contam-se mais de 4000 fogos<sup>536</sup> construídos no âmbito desta iniciativa, cujo epíteto suscitou a seguinte reflexão, a que não ficámos indiferentes: «Património imóvel, se não tanto artístico, funcional, estas casas são monumentos da piedade do povo. Padre Américo tinha razão: “sendo Património dos Pobres é também património da Nação.”»<sup>537</sup>.

Corria o mês de março de 1955 quando ficou concluído o chamado Bairro D. António Barroso, construído em terrenos de um dos morros de Miragaia, cedidos pela Câmara Municipal. O bairro, constituído por 28 casas geminadas duas a duas, foi entregue à população em maio do mesmo ano<sup>538</sup>. Uma casa maior, que ali se vê, começou a ser construída em 1953 e funcionou como Infantário de Miragaia<sup>539</sup>, inaugurado já após a morte do Padre Américo, tomando-lhe o nome em homenagem. Pertencera às *Criaditas dos Pobres*, que se dedicavam às crianças.

---

<sup>534</sup> Encontra-se na Praça da República (Porto), uma estátua em sua homenagem, da autoria do escultor Henrique Moreira, inaugurada em 1961.

<sup>535</sup> Padre Carlos (2005) – *Um bocadinho de História*, in *O Gaiato*. 28 de Maio de 2005, ano LXII, nº 1597, p.4.

<sup>536</sup> MARTINS, Ernesto (2005) – *Padre Américo, o Destino de uma Vida*. 2ª edição. Coimbra: Alma Azul, p.171.

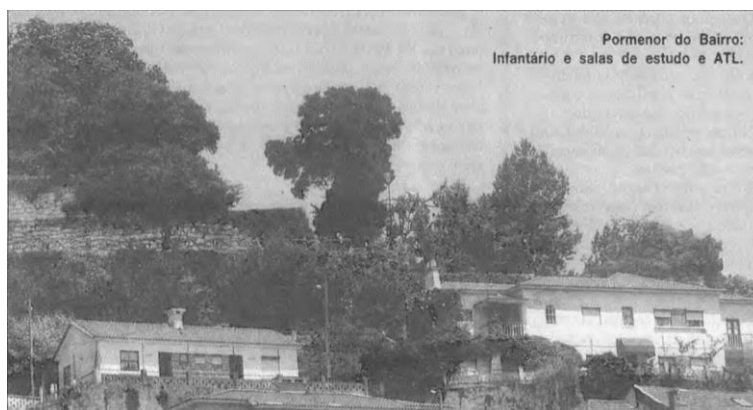
<sup>537</sup> PEREIRA, Henrique M. (2016) - *De Património Dos Pobres A Património Da Nação*, Presença, Revista da Fundação A LORD, Ano 18, n.º 25, 2016, pp. 52-54, p.54.

<sup>538</sup> *Obra da Rua – Cronologia*, disponível em linha: <https://www.obradarua.pt/cronologia/> consultado a 13/10/2018, às 02:52h.

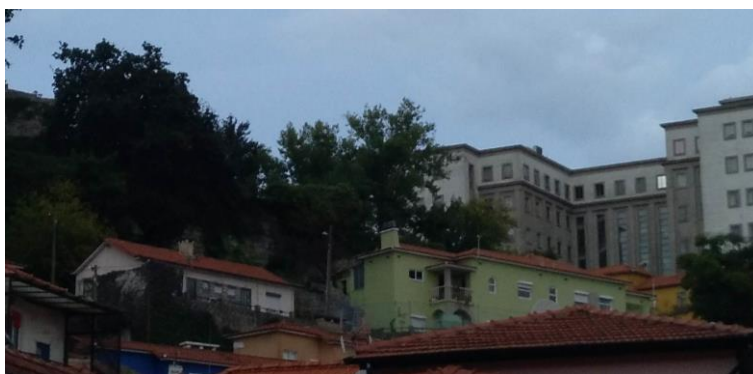
<sup>539</sup> *Américo*, em *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada. Volume 38 (AL-BE), p.288.

No bairro, os residentes iam mudando, mas nunca as casas ficavam vagas. Veja-se:

«É um mundo de adultos, alguns de idade avançada. Ao partirem desta vida não ficam as suas casas abandonadas, como acontece por outros lugares. Há sempre alguém em espera, e outros que na oportunidade vêm apresentar o seu caso. São pessoas a viver sós, de magros recursos, mas também casais com filhos com fracos rendimentos ou desempregados, procurando um abrigo pobre como eles, sim, mas digno e num bonito local da cidade.»<sup>540</sup>.



*Figura 154* – Pormenor do Bairro de Miragaia, em que se vê o antigo infantário e ATL (à direita), e o exterior da habitação nº 24 (à esquerda), in Padre Carlos – *Um bocadinho de História*, in *O Gaiato*. 28 de Maio de 2005, ano LXII, nº 1597, p.4.



*Figura 155* – Pormenor do Bairro de Miragaia, com o antigo infantário e ATL (à direita) e o exterior da habitação nº24 (à esquerda). 2018.

---

<sup>540</sup> Padre Júlio (2012) – *Da Nossa Vida*. *O Gaiato*. 25 de Fevereiro de 2012, ano LXVIII, nº 1773, p.4.

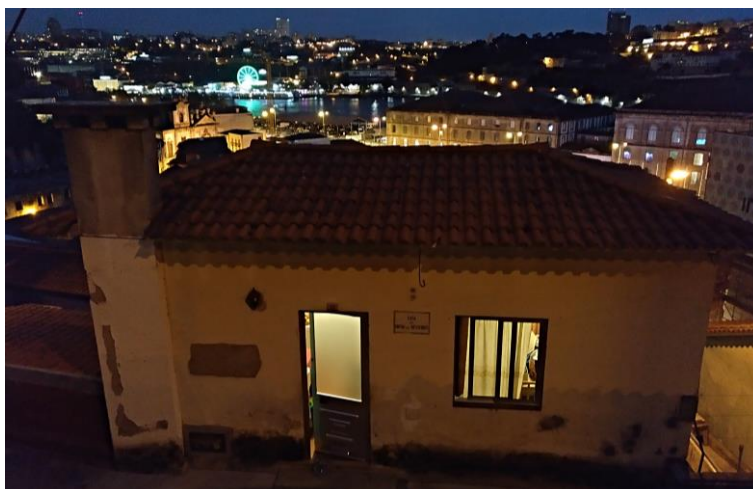


Figura 156 – Uma das casas do Bairro D. António Barroso, Miragaia. 2018.

Os moradores estavam encarregues do pagamento da luz e da água, mas a casa era cedida, sem custos de aluguer, enquanto dela tivessem necessidade. Apesar das pequenas dimensões, garantiam condições dignas aos habitantes, e compreendiam as seguintes divisões:

«Há a cozinha com a lareira, transfogareiro, chaminé e cantareira. Há um forno de meio alqueire. Um armário embutido. Há uma sala pequenina para receber a Cruz na Páscoa. Há um quarto da família. Também um recinto para a corte do bacorinho, a capoeira das galinhas, o vaso das sardinheiras e outras plantas e flores que os pobres gostam de ter.»<sup>541</sup>.

Tivemos acesso apenas ao interior da habitação nº24 do Bairro de Miragaia, composta por um quarto, uma sala, um quarto de banho e uma cozinha sem lareira, todos de reduzidas dimensões, pelo que podemos afirmar que a tipologia acima descrita não corresponde às habitações que aí foram construídas (em contexto urbano), mas antes ao modelo de casa do *Património dos Pobres* que proliferou no meio rural. *Vd.* a reportagem fotográfica, no final deste relatório, em *Apêndices*.

---

<sup>541</sup> PEREIRA, Henrique M. (2016) - *De Património Dos Pobres (...)*, p.52.





*Figura 157* – Bairro D. António Barroso visto do jardim das Virtudes. 196?. Disponível em linha: <https://bit.ly/2OBcStD>



*Figura 158* – Vista atual para algumas das casas do Bairro D. António Barroso a partir do jardim das Virtudes. 2017.

À direita: Fotografia de Patrícia Gonçalves. 2017.

### 6.3.4. Operação SAAL Miragaia



Figura 159 - Cartaz "Miragaia em luta por casas decentes", a tinta e lápis de carvão, realizado para a Operação SAAL em Miragaia, Porto. FIMS: FT/0198-pd0167

«Aconteça o que acontecer, os trabalhadores do SAAL/NORTE acompanharão sempre a luta dos moradores, dando-lhe o apoio possível e seguindo sempre a sua orientação»<sup>542</sup>.

O SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, nasceu em 1974<sup>543</sup> como um programa de habitação que visava erguer casas de baixo custo para a população que até aí não tinha condições dignas de alojamento<sup>544</sup>, no Porto (SAAL/Norte), em Lisboa e Setúbal (SAAL/Centro-Sul) e no Algarve (SAAL/Algarve). A iniciativa partiu do arquiteto Nuno Portas, então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do I Governo Provisório<sup>545</sup> (16 de maio de 1974 - 11 de Julho de 1974), fruto da Revolução do 25 de Abril. O processo de construção foi acompanhado por arquitetos, engenheiros e pela própria população. No Porto, o programa interveio no centro da cidade, nas ilhas e outros bairros degradados, bem como em prédios subalugados.

#### Áreas de atuação em Miragaia

Inicialmente, o pedido de intervenção SAAL feito por um grupo de moradores eleitos em assembleia geral da população, englobava toda a freguesia de Miragaia. No entanto, os trabalhos permitiram perceber as contradições existentes entre as diferentes zonas da freguesia, até que a área de intervenção se foi restringindo apenas à parte baixa, por se distinguir de toda a parte norte a partir da rua da Restauração. A alta da freguesia não apresenta com esta nem afinidades morfológicas nem um igual estrato social dos residentes.

<sup>542</sup> *Miragaia em Luta*, Jornal da Associação de Moradores de Miragaia, número 8, out./nov. 76, p.5;

<sup>543</sup> DG, 1.ª série, n.º 182 de agosto 1974.

<sup>544</sup> «Na década de 1970, cerca de 600 mil famílias viviam em condições precárias em Portugal, o que correspondia a mais de 2 milhões de pessoas (23% da população portuguesa)», VIEIRA, Ana; COUTINHO, Andreia (2014-2015) - *O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974—1976*, Dossiê Pedagógico, Museu de Arte Contemporânea de Serralves, s/p.

<sup>545</sup> À Revolução de 25 de Abril de 1974, golpe militar que pôs fim à ditadura em Portugal, seguiu-se um período de instabilidade, com seis sucessivos governos provisórios.

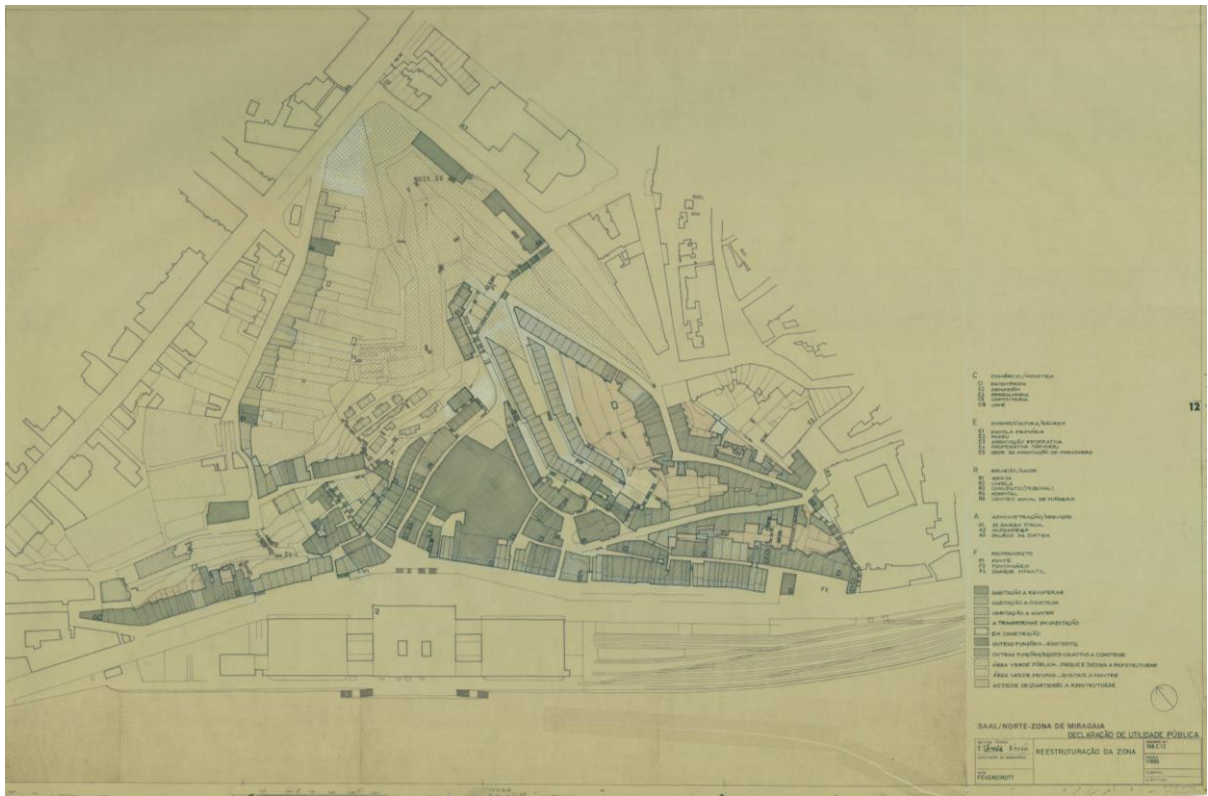


Figura 160 – SAAL Norte/Miragaia, planta de reestruturação da zona. 1977. Arquivo Fernando Távora. FIMS\_FT\_0198-pd0145.

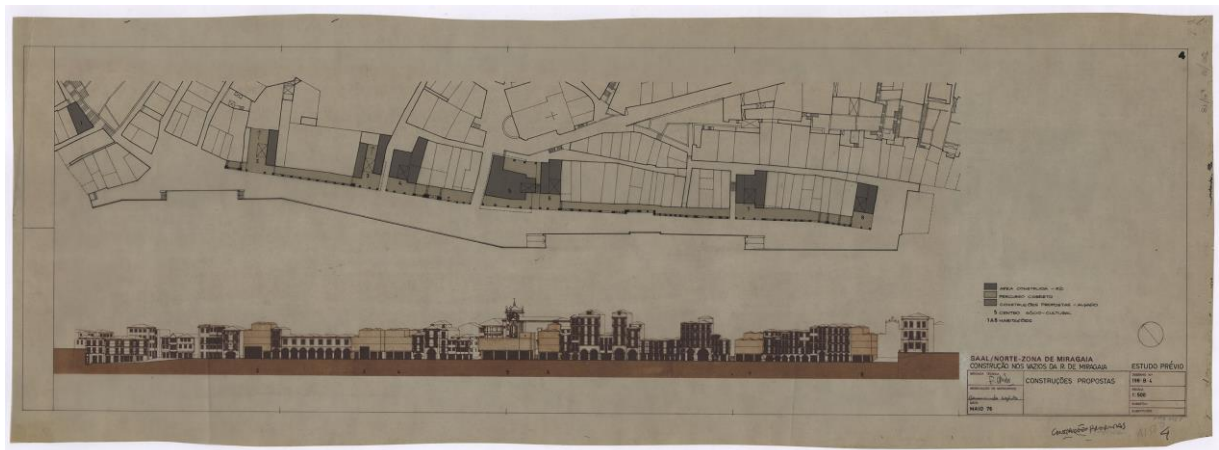


Figura 161 - SAAL Norte/Miragaia, planta com as construções propostas. 1977. Arquivo Fernando Távora. FIMS\_FT\_0198-pd0158.



Assim sendo, a freguesia divide-se em duas zonas:

- A parte norte, mais plana, mais recente, ocupada por quarteirões de grandes dimensões, casas com quintal, prédios modernos, ruas largas e movimentadas e grandes edifícios e espaços públicos.

- A parte sul, situada na vertente até ao rio, ocupada por casas que preenchem o espaço de rua a rua, com fachadas geralmente “homogéneas”, e por ruas tortuosas e inclinadas, com escadas que vencem o desnível de cotas.

Em relação à população, não há qualquer ligação entre as comunidades que habitam as duas zonas. A norte, predomina uma classe social privilegiada e *individualista*, que contrasta com o espírito comunitário da que habita na zona do rio, onde se verifica um menor nível de condições de vida, bem como a falta de estruturas de apoio.

Vejamos, por exemplo, que a área da rua da Bandeirinha, próxima da Restauração, separada da cota baixa de Miragaia pelos terrenos do antigo Horto, tem uma vivência orientada mais no sentido do centro da cidade do que na direção do rio, tendo ficado à parte da zona de intervenção. Também os espaços de Monchique se encontravam excluídos, por opção de afastamento dos representantes da comissão de moradores, sendo ainda assim prevista a sua reintegração a qualquer momento, por estarem estreitamente ligados às ruas abrangidas<sup>546</sup>.

### **Desenvolvimento da Operação SAAL**

Em Miragaia, o projeto do SAAL, iniciado a Julho de 75, traduziu-se numa proposta de um conjunto arquitetónico com 900 fogos, para habitações económicas multifamiliares, integradas na frente urbana da rua Nova da Alfândega e abrangendo a zona do Monte dos Judeus: «(...) Da referida proposta resulta uma capacidade de cerca de 300 novos fogos que, somada a cerca de 600 recuperados (60% dos cerca de 1000 fogos existentes) perfaz um total de 900, com o deficit consequente de cerca de 100 fogos.»<sup>547</sup>.

---

<sup>546</sup> Documento Nº 10, *conclusão*. Definição da unidade operacional Miragaia SAAL. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14.

<sup>547</sup> Relatório sobre *Parcela de terreno sita à R. Monte dos Judeus, nº 19*, datado de 1976 e assinado pelo Arq. Fernando Távora, p.76. FIMS/FT/0198-12.

Como principais problemas na área foram assinalados: a sobreocupação e má conservação das casas, as dificuldades com instalações sanitárias e a acumulação de lixo nas ruas, também elas em mau estado de conservação.

De acordo com J. A. Bandeirinha, era extremamente complicado conjugar a resolução dos problemas de salubridade com a possibilidade de intervenção em edifícios com elevado valor histórico<sup>548</sup>.

Entre os envolvidos estiveram os arquitetos Fernando Távora (1923-2005), Bernardo Ferrão (1945-2004) e Jorge Barros, bem como a Brigada Técnica composta por Antónia Nolo, Gil Carneiro, Joaquim Jordão, Manuel Campos e Pedro Paredes. A estratégia de intervenção de Távora implicava a recuperação das estruturas existentes, respeitando a dimensão do lote, o sistema construtivo e espacial, e ambicionava ainda a reedificação das casas que haviam sido demolidas pelos planos de salubridade<sup>549</sup>.

Em março de 1976 foi constituída a associação de moradores "Miragaia"<sup>550</sup>, que para além de promover atividades culturais e desportivas para toda a população, lançou o periódico *Miragaia em Luta: Jornal da Associação de Moradores de Miragaia*, com o custo de 4 escudos. Tivemos acesso ao exemplar número 8, tendo obtido conhecimento que o número 4 fora lançado em junho e o número 3 em maio<sup>551</sup>, o que permite prever que o primeiro número deverá ter sido lançado em março de 1976.

A Associação teve sede na rua do Monte dos Judeus, nº19, ocupada desde 28 de 5 de 1975<sup>552</sup>. Todavia, não tinha verbas para pagar o aluguer, pelo que terão a PSP e o proprietário aparecido no local. Nesse mesmo sítio tinha existido a Fundação de Miragaia, cuja fábrica estava abandonada há cerca de 3 anos. Em 1975, e depois do incidente,

---

<sup>548</sup> BANDEIRINHA, José (2011) - *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa Da Universidade De Coimbra, p.195.

<sup>549</sup> BANDEIRINHA, José (2011) - *O Processo SAAL e a Arquitectura (...)*, p.248.

<sup>550</sup> COSTA, Anouk (2014) - *Conjunto Habitacional em Miragaia / Conjunto Habitacional SAAL de Miragaia*, disponível em linha: <https://bit.ly/2DeVCsg>, consultado a 08/09/2018, às 22:16h.

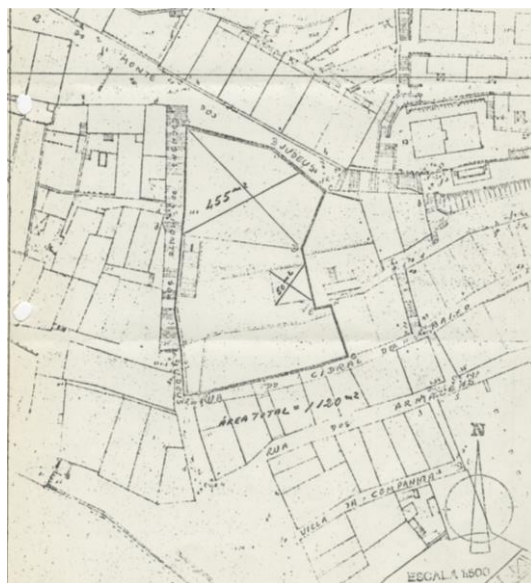
<sup>551</sup> Foi possível aceder a algumas páginas soltas de outras edições do jornal, através de *Ephemera - Biblioteca E Arquivo De José Pacheco Pereira*, disponível em <https://bit.ly/2Dfq9pY>.

<sup>552</sup> Requerimento de Albino Monteiro Fernandes, em nome da comissão de moradores de Miragaia, à Comissão Administrativa da CMP, datada de 11/06/1975. FIMS/FT/0198-14, s/p.

sabemos da pretensão de Mário Joaquim Couto de Sousa Santos<sup>553</sup>, co-proprietário do prédio juntamente com os seus irmãos, de o vender para a operação SAAL.



*Figura 162* – Edifício utilizado pela Associação de Moradores de Miragaia, e estado da fonte em 1976. Terrenos do Monte dos Judeus. Arquivo Fernando Távora. FIMS\_FT\_0198-12-0078.



*Figura 163* - Terrenos do Monte dos Judeus. Arquivo Fernando Távora. FIMS\_FT\_0198-12-0086.

---

<sup>553</sup> Correspondência enviada por M. Sousa Santos dirigida à CMP, a 5 de Março de 1975. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14, p.86.

No mês de janeiro de 1976 a propriedade ainda não tinha sido comprada. A Brigada Técnica defendia que a sua aquisição por parte da Câmara Municipal, e posterior cedência à Associação de Moradores, possibilitaria «a execução do projecto e o início das construções paralelamente ao andamento do processo de expropriações, com todas as vantagens na resolução dos problemas das populações e sai consequente mobilização (...)»<sup>554</sup>. A abril do mesmo ano, o edifício da fábrica devoluta, ainda funcionando como sede da Associação<sup>555</sup>, continuava por vender.

Tendo a maioria das construções ali existentes desaparecido, restavam apenas um corpo no quarto patamar, o mais elevado do terreno, que tinha albergado a antiga oficina metalo-mecânica, e os muros de suporte, em bom estado de conservação e passíveis de aproveitamento, nos quais estava encostada uma fonte granítica «de traça cuidada». O segundo e terceiro patamares eram ocupados por um *barraco* desabitado, com logradouro, e o primeiro, mais baixo, servia de armazenagem de sucataria.

O relatório denominado *Parcela de terreno sita à R. Monte dos Judeus, nº 19*, assinado pelo arquiteto Fernando Távora, apresenta a seguinte proposta de dinamização do espaço:

«em relação aos edifícios outrora existentes no terreno (Planta de 1892) mantêm-se as construções sobre a R. Cidral de Baixo, embora com recuo, e eliminam-se as construções que, conjuntamente com as anteriores, definiam o prolongamento da R. Cidral de Cima. Esta é assim substituída por dois percursos públicos a níveis diferentes que continuam a assegurar a ligação com as escadas do Monte dos Judeus; num destes percursos insere-se a fonte do século XVIII (...)»<sup>556</sup>.

---

<sup>554</sup> Correspondência dirigida pelo Arq. Fernando Távora, representante da Brigada de Miragaia, dirigida ao SAAL Norte, datada de 12 de janeiro de 1976. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14, p. 80.

<sup>555</sup> Relatório sobre *Parcela de terreno sita à R. Monte dos Judeus, nº 19*, datado de 1976 e assinado pelo Arq. Fernando Távora p.76, FIMS/FT/0198-12.

<sup>556</sup> Relatório sobre *Parcela de terreno sita à R. Monte dos Judeus, nº 19*, datado de 1976 e assinado pelo Arq. Fernando Távora p.76, FIMS/FT/0198-12.

A 2 de julho de 1976, a Câmara do Porto responde, dizendo não ver inconveniente no aproveitamento proposto, e alertando que para a aquisição da parcela utilizaria fundos da verba destinada ao SAAL Norte. O Município acrescentava ainda que o estudo de conjunto deveria prever a construção de uma escola primária na mesma zona, visto estar a atual em condições precárias<sup>557</sup>. O valor global avaliado para a sua aquisição, incluindo já as despesas de beneficiação, perfiz um total de 970.000 escudos<sup>558</sup>. O preço pedido pelos proprietários era de 1.000.000 escudos sem a fonte adossada, tendo o SAAL sugerido, em Agosto de 1976, uma oferta de 750.000 incluindo a fonte, em proposta aberta e negociável<sup>559</sup>. A partir desta data, não temos mais informações sobre o destino da propriedade. Todavia, por indicação do *website* Domus Social<sup>560</sup>, cremos que esses terrenos tenham servido para a construção de habitação social, nos prédios contemporâneos que aí se veem, e que em 2017 se encontravam em obras para reparação das fachadas e vãos exteriores<sup>561</sup> (vd. 6.3.6.).

A 27 de outubro de 1976 um despacho colocou um ponto final nas operações SAAL, sem que os planos para este território fossem postos em prática: «O projeto de Miragaia, de um enorme fôlego, que nunca chegou a ser feito, pelas mudanças políticas e tensões posteriores, teria sido fundamental para a recuperação da zona»<sup>562</sup>.

---

<sup>557</sup> Correspondência enviada pela CMP, assinada pelo engenheiro-diretor José dos Santos Guedes Cardoso, dirigida ao Arq. Fernando Távora da Brigada Técnica de Miragaia, a 2 de Julho de 1976. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14, p.73.

<sup>558</sup> *Relatório de avaliação de um terreno sito em Miragaia à margem das ruas do Cidral de Baixo e do Monte dos Judeus e ainda das escadas do Monte dos Judeus*, pelo arquiteto Jorge Guimarães Gigante, de 5 de agosto de 1976. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14, p.69-70.

<sup>559</sup> Correspondência enviada pela Brigada de Miragaia, dirigida ao SAAL/NORTE, assinada por F. Távora, data de 5 de agosto de 1976. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14, p.68.

<sup>560</sup> *Domus Social*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PrEuqJ>, consultado a 12/11/2018, às 10:52h.

<sup>561</sup> Relatório de execução orçamental em 30 de setembro de 2017, Porto. Domus Social, p.16, disponível em linha: <https://bit.ly/2z2MsMn>, consultado a 12/11/2018, às 10:53h.

<sup>562</sup> Declaração de Delfim Sardo, curador da exposição O Processo SAAL: Arquitetura e participação 1974-1976 que esteve patente no Museu da Fundação Serralves. NUNES, Maria (2014) - SAAL: Arquitetura de Abril. VISÃO. Artes Visuais, 07.11.2014 às 8h01, disponível em linha: <https://bit.ly/2z792na>, consultado a 08/09/2018, 22:26h.

1975

## Progetto per il SAAL

Miragaia, Porto

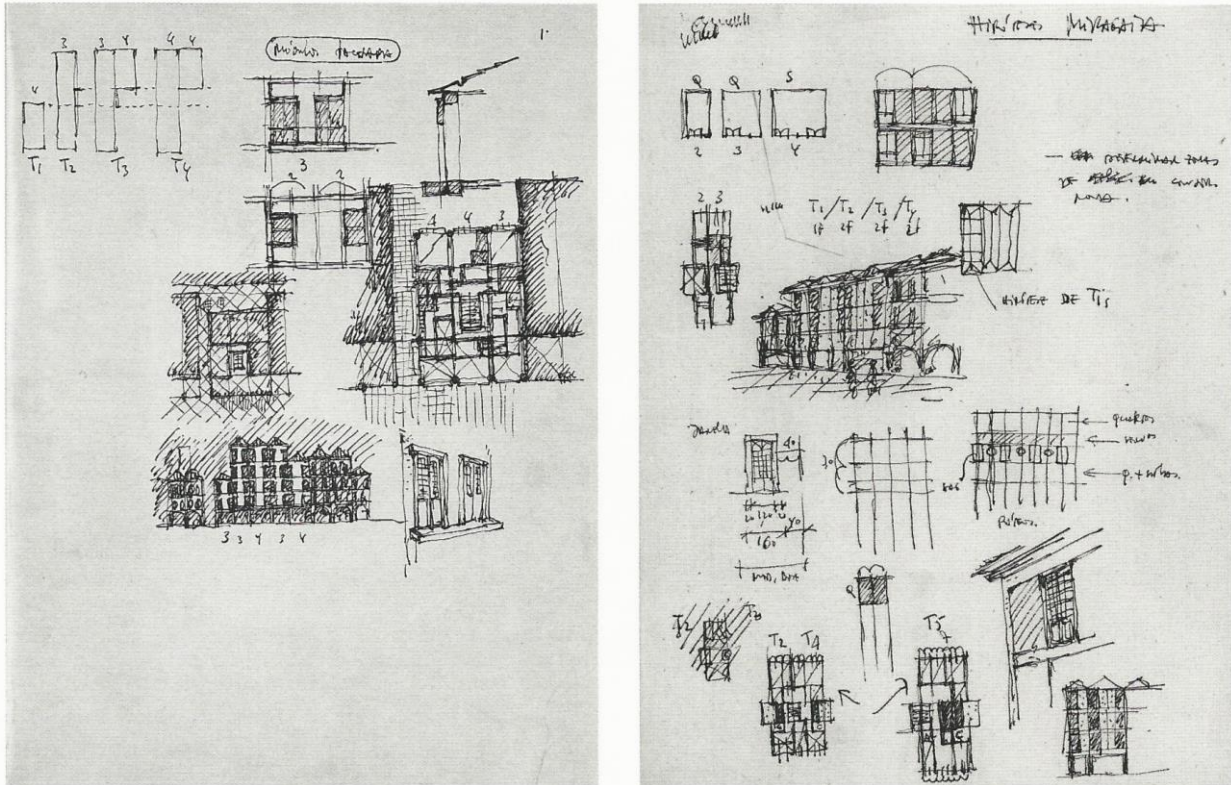


Figura 164 – Projeto para o SAAL Miragaia. ESPOSITO, Antonio; LEONI, Giovanni (2005) - *Fernando Távora: opera completa*. Milão: Electa, p.155.



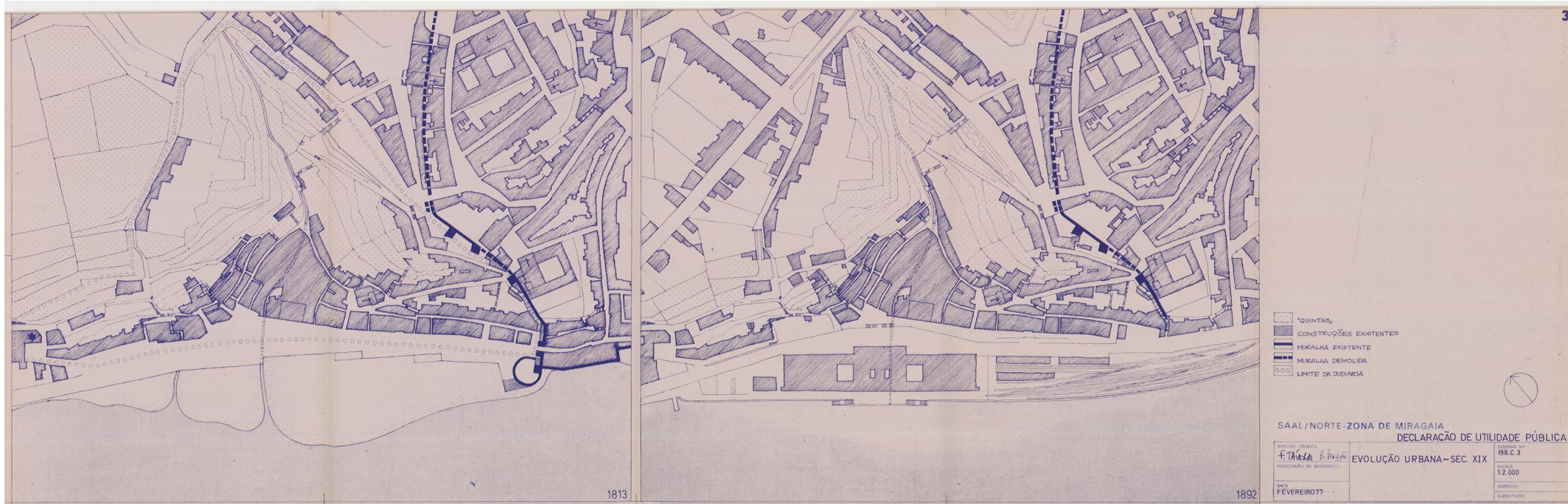


Figura 165 – Evolução do edificado entre 1813 e 1892. SAAL/Norte – Zona Miragaia, Evolução Urbana – Séc. XIX. 1977. Arquivo Fernando Távora. FIMS\_FT\_0198-15-0003.



### 6.3.5. Intervenções posteriores

Sem relação com o SAAL, mas ainda de destacar, são algumas intervenções que vieram a ser cumpridas posteriormente. É o caso do arranjo da frente ribeirinha de Miragaia, da responsabilidade da extinta Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica<sup>563</sup>, e a obra de Adalberto Dias, já na transição para o século XXI, em frente à Igreja de S. Pedro, e que o arquiteto designou por *Completamento da Frente Medieval de Miragaia*. Antes da construção deste edifício, e após a demolição de casas que se achavam arruinadas no ano de 1941<sup>564</sup>, esteve aí instalado o *Recinto Infantil de Salazar*, inaugurado em 1946.

Numa reunião plenária de 1982<sup>565</sup>, discutia-se a possibilidade de reconstrução do prédio da antiga Cozinha Real do Fado, na rua Arménia (n.ºs 66-68), que poderia alojar uma dezena de famílias. No âmbito do CRUAR<sup>566</sup>, nesse mesmo edifício fez o arquiteto Manuel Furtado de Mendonça um conjunto de habitações, com quatro andares, e um equipamento para a terceira idade. O mesmo arquiteto foi responsável pela recuperação do edifício n.º 1 e 2 da calçada das Virtudes, em 1984.



*Figura 166* – Esq.: Casa com o n.º 1, da calçada das Virtudes. Construção do século XVIII. Fotografia de Teófilo Rego. 1961. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2OnOJqr>. Dir.: A mesma casa em 2018.

<sup>563</sup> Esta entidade foi também encarregue da construção do Viaduto do Cais das Pedras, em Massarelos, por altura da realização da Cimeira Ibero-Americana de 1998 na Alfândega do Porto. A Fundação acabou por ser extinta em 2014.

<sup>564</sup> CRUZ, Nuno (2018) - *Miragaia - uma fotografia insignificante...*, in *A Porta Nobre: Contributos para a história da cidade do Porto* (fund. 30 - IX - 2009), em linha: <https://bit.ly/2RuGmeC>, consultado a 12/11/2018, às 10:56h.

<sup>565</sup> Reunião Plenária, 15 de Janeiro de 1982, p. 1455, disponível em linha: <https://bit.ly/2D0czGG> consultado a 12/11/2018, às 10:57h.

<sup>566</sup> Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo, funcionou entre 1974 e 2003.

Em 1985 António Moura executou a obra do beco do Preto/viela de Ferro, nº2. Passados quatro anos, Alberto Marcos reconstruiu a casa nº 64 da rua de Azevedo de Albuquerque. Três anos volvidos, em frente ao Bairro Ignez, a Arq<sup>a</sup>. Maria João Lima criou o *Posto de zona de limpeza urbana* na rua da Restauração, onde hoje está instalado o bar *Miradouro Ignez*. No ano de 1994, Pedro Guimarães e J. António Barbosa reabilitaram os edifícios nºs 82-83-84 da rua de Miragaia. Em 1996, Alberto Marcos recuperou os nºs 27-31 da rua de Francisco da Rocha Soares. Já em 1998 o Arq. Augusto Amaral reergueu o edifício nº14 da rua da Bandeirinha. No ano a seguir, A. Marcos recuperou os nºs 10 e 12 da rua de S. Pedro de Miragaia, Miguel Guedes o nº 110 da rua de Miragaia e M. Furtado Mendonça as fachadas de outras casas de Miragaia<sup>567</sup>.

Ainda para o CRUARB, trabalhou a Arquitecta Paula Silva, entre os anos de 1983 e 1997<sup>568</sup>, sendo responsável pela concretização do conjunto habitacional da rua do Monte dos Judeus, pela recuperação de dois edifícios na rua dos Armazéns (nºs 17 e 19, onde funcionou o Ginásio da J. F. de Miragaia) e quatro na rua de Miragaia (nºs 39 e 42, nºs 75 e 77).



Figura 167 – Edifícios intervencionados pelo CRUARB, na rua de Miragaia (à esquerda) e na rua de Azevedo de Albuquerque (à direita). 2018.

<sup>567</sup> CRUARB (2000/2001) – *Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana. As intervenções de 1974 a 2000*. Porto: CMP, p.21, 22, 25, 29, 30, 32, 38, 41, 42, 43.

<sup>568</sup> Despacho (extracto) nº 25 208/2006, Diário da República, 2.a série — N.º. 236 — 11 de Dezembro de 2006.

As obras em Miragaia em 1998	Cimeira Ibero-americana	Património Mundial/UNESCO (Dez/1996)	Porto Capital Europeia da Cultura 2001	Reabilitação do Centro Histórico
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificação do espaço público, dos edifícios municipais, em prédios particulares, no Parque das Virtudes e revitalização económica da zona.</li> <li>• É preparada a rua Nova da Alfândega (FDZHP), são preparadas as ruas de Miragaia e da Arménia (CRUARB).</li> <li>• São recuperados três edifícios Municipais e são beneficiados 65 prédios particulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levou a uma intervenção em grande escala, no espaço público e no edificado, na frente de Miragaia. Não justifica todas as obras feitas, mas justifica o momento da sua realização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Miragaia encaixa-se na área de protecção que derivou da classificação atribuída à cidade. A atitude perante o edificado tinha que respeitar os princípios estabelecidos pela organização. Tudo o que estava já em execução respeitava estas regras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que estava em obras fazia parte do conjunto que o Porto irá colocar à disposição da Europa em 2001. São espaços culturais: o edifício da Alfândega, as casas dos arcos de Miragaia, o Horto das Virtudes, a Cooperativa Árvore e várias colectividades locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A freguesia de Miragaia não foi descoberta pelo CRUARB apenas no ano de 1998. Esta insere-se no vasto número de obras que já haviam começado na reabilitação do Centro Histórico do Porto.</li> <li>• Em períodos anteriores a 1998, já tinham sido calcetadas as ruas de Tomás Gonzaga e de Francisco da Rocha Soares.</li> </ul>

*Grelha 1 – Principais períodos de intervenção em Miragaia. Informações textuais retiradas de SANTOS, Liliana (2011) - Porto, Património Mundial – A Classificação e a Intervenção. Encontra-se o título ‘Porto, Património Mundial’ em risco? Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente, DCTP, FLUP, pp. 221 a 244, p.227-228 e de CRUARB (2000/2001) – Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana. Porto: CMP, p.195*

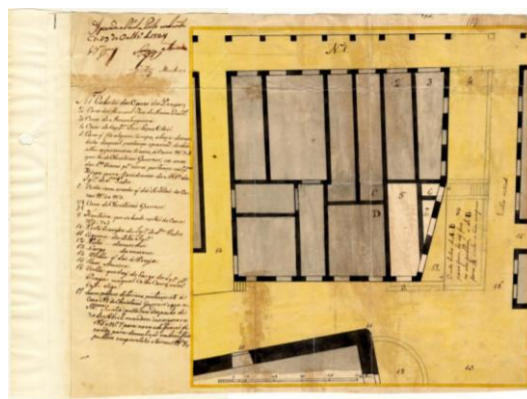


Figura 168 - Alinhamento junto à Igreja de São Pedro de Miragaia em 1824, apresentando o local onde se veio a construir o projeto de Adalberto Dias (à direita). As casas que aí existiam foram demolidas. AHMP. Disponível em linha: <https://bit.ly/2Pgosjl>

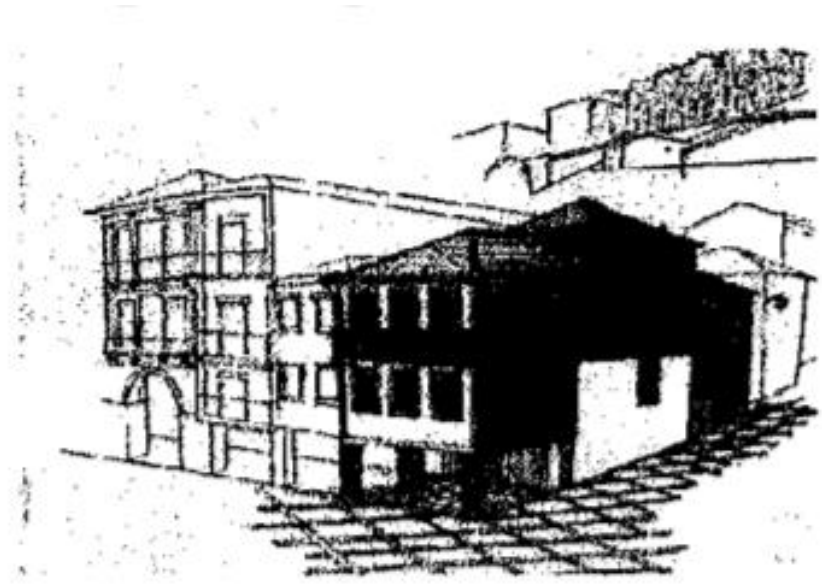


Figura 169 – Recinto Infantil Salazar, inaugurado em 1946. Parque infantil que existiu no local onde hoje se encontra o edifício de Adalberto Dias. Imagem disponibilizada por Nuno Cruz em linha: <https://aportanobre.blogs.sapo.pt/uma-fotografia-insignificante-19524>



Figura 170 - Conjunto habitacional em frente à Igreja de Miragaia, projetado pelo Arqº. Adalberto Dias. Disponível em linha: <http://www.adalbertodias.com/>





*Figura 171* - Recuperação de um edifício na frente de Miragaia, projetada pela Arq<sup>a</sup>. Paula Silva. Imagem retirada de SOUSA, Alexandra (2004) - *Casa do Infante /Intervenções*, Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito do Seminário de Património e Restauro, sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Rosas, vol. I, p.106.



*Figura 172* – Aspeto do mesmo edifício em 2018, após a intervenção. As duas casas contíguas do lado esquerdo foram demolidas.

Vejamos ainda outras operações que se ocuparam da intervenção no edificado.

No âmbito do PER (Programa Especial de Realojamento, instituído em 1993<sup>569</sup>), «que visava a erradicação de um problema habitacional e urbanístico»<sup>570</sup> foi feito um recenseamento que identificou duas “barracas e outros alojamentos abarracados” em Miragaia. Na fase de execução, foi encetada a construção de 17 fogos na Cordoaria e 30 no passeio das Virtudes<sup>571</sup>.

Atentemos agora em projetos realizados na área de estudo e que foram distinguidos com prémios.



Figura 173 – Um dos logotipos do Prémio RECRIA.

A obra de reabilitação que a arquiteta Maria do Carmo Rola riscou para uma casa na rua de Miragaia (n.ºs 47-48), cuja edificação remontava aos séculos XVI/XVII, ganhou, no ano de 2004, o 2.º prémio *RECRIA – Património recuperado, valor acrescentado*<sup>572</sup>. A estrutura do edifício encontrava-se em mau estado, sobretudo ao nível do rés-do-chão onde os traveamentos de madeira tinham apodrecido devido às repetidas cheias do Douro. A cada um dos quatro pisos corresponde agora uma habitação.

<sup>569</sup> Criado pelo Decreto - Lei 163/93 de 7 de Maio. Disponível em linha através do DRE: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/274242/details/maximized> consultado a 12/11/2018, às 10:59h.

<sup>570</sup> MATOS, Fátima L. - *Algumas Reflexões Sobre O PER No Grande Porto*. Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa, Portugal: Territórios e Protagonistas. Guimarães, 14 a 16 de Outubro de 2004, p.6

<sup>571</sup> MATOS, Fátima L. - *Algumas Reflexões Sobre O PER No Grande Porto (...)*, p.12.

<sup>572</sup> Prémio pecuniário, criado em 1999 pelo IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, atribuído aos imóveis que tivessem sido intervencionados no âmbito do Programa RECRIA, até ao 3.º classificado a nível nacional.

Distingue-se pela sua fachada principal, «em alvenaria de granito à vista e com trabalho de pedra que se desenha por todo o alçado principal», respeitada durante a conceção do projeto, que atendeu:

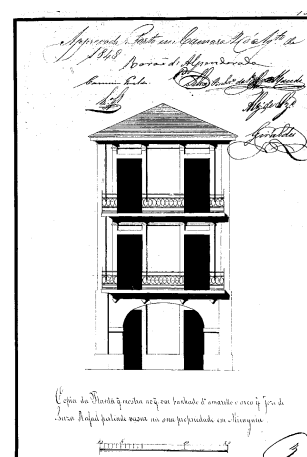
«ao valor arquitetónico do edifício, procurando inseri-lo nas características gerais do ambiente próximo e se possível valorizá-lo, mantendo a fachada principal, rasgando e alinhando algumas, poucas, aberturas existentes na fachada posterior e revestindo a parede da fachada da fachada lateral»<sup>573</sup>.



Figura 174 – À esquerda e ao meio: interior e exterior do edifício rehabilitado, disponível em Instituto Nacional de Habitação – Prémio RECRIA 2006, p.11 e p.9, em linha: <https://bit.ly/2P5VWRj>.

À direita: edifício em 2018.

Figura 175 – A mesma casa em 1848. Ficha nº 204 (licença nº 456/1848).



<sup>573</sup> IHRU - Prémio RECRIA 2004, disponível em linha: <https://bit.ly/2zsRW2D>.



No ano de 2006, o contemplado com o 2º prémio RECRIA foi novamente um edifício na rua de Miragaia, (nºs 149-151), intervencionado pelos arquitetos Orlando Gabriel Pires Leitão e Rui Alexandre Miranda Araújo. Conta com 7 habitações distribuídas pelos 5 pisos. A recuperação teve em conta a história e a implantação do edifício, que «inserido numa malha urbana consolidada, gemina com outras construções da mesma época, fazendo assim parte de um conjunto edificado, característico desta zona da cidade e que apresenta um significado valor arquitetónico»<sup>574</sup>.



Figura 176 – À esquerda e ao meio: interior e exterior do edifício rehabilitado. Disponível em Instituto Nacional de Habitação – *Prémio RECRIA 2006*, p.11 e p.9, disponível em linha: <https://bit.ly/2z6Ih2j>.; À direita: o edifício em 2018.

<sup>574</sup> IHRU - *Prémio RECRIA 2006*, disponível em linha: <https://bit.ly/2Rxm848>



Figura 177 – Um dos logotipos do prémio IHRU.

Em 2011, a reabilitação do edifício nº 13 e 14 da rua de Miragaia foi agraciado com uma Menção Honrosa na candidatura ao Prémio IHRU. A obra, promovida pela Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A., sob projeto do gabinete J. Bragança, M. Marques – Arquitectos, Lda., teve como objetivo solucionar os problemas estruturais e construtivos encontrados no prédio, bastante degradado, e ampliar os espaços de área

muito reduzida: «O edifício existente parece ter sido edificado numa espécie de interstício entre dois prédios, uma vez que a largura média disponível era de cerca de três metros, estando inclusive a parede de um deles aproveitada como meação»<sup>575</sup>.

Enquanto a frente voltada à rua de Miragaia serve de entrada a uma loja, o acesso às habitações, nos andares superiores, faz-se pela rua da Arménia. O primeiro e o segundo piso são ocupados por um t0 em cada. Os andares 3 e 4 formam um t1 duplex.

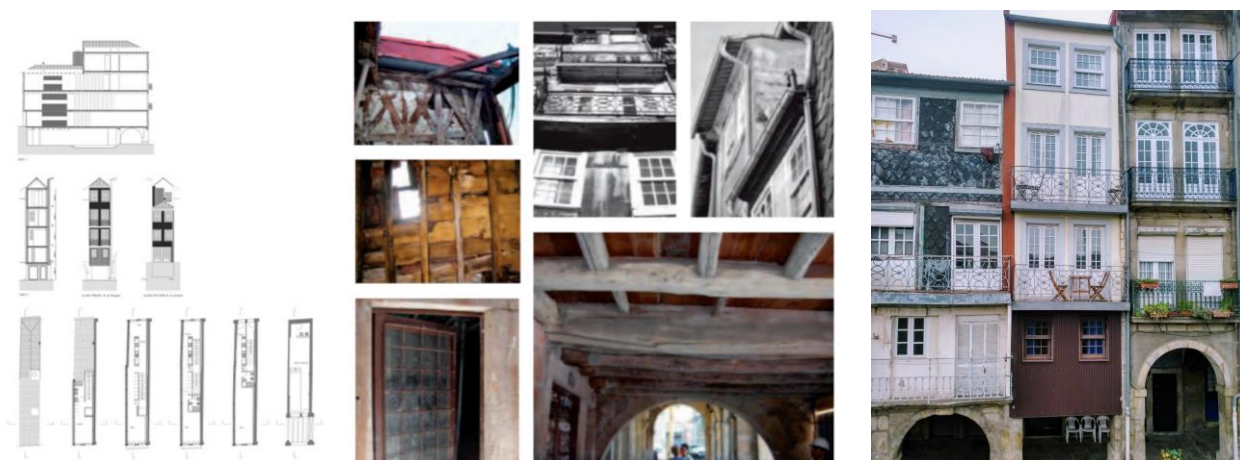


Figura 178 – Esq.: planta e alçado; Meio: interior e exterior do edifício antes da reabilitação, *Prémio IHRU 2011*. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, p.41 e p.42, disponível em <https://bit.ly/2RxXTT4>; Dir.: Edifício em 2018.

<sup>575</sup> IHRU – *Prémio IHRU 2011*. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, p.40-45, disponível em linha: <https://bit.ly/2RxXTT4>

### 6.3.6. Domus Social e Operação Património

A Domus Social<sup>576</sup>, organismo de promoção pública da habitação, viu recentemente alargado o seu leque de intervenções:

«do clássico mercado de arrendamento público em bairros de habitação social municipal para outros modelos de provisão de habitação para o referido mercado de arrendamento, com a utilização do stock (devoluto e ocupado) de imóveis designados por casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP na denominada Operação Património (OP)»<sup>577</sup>.

Em 2017, encontrava-se em fase de projeto a operação na rua de Tomás Gonzaga, n.ºs 16/38, e «em fase de contratação das empreitadas de obras públicas das Casas do Património incluídas nas OP's» a OP1, constituída pela habitação n.ºs 73/75 da rua da Arménia, com frente para a rua de Miragaia n.ºs 56/58 (figs.182 e 182)<sup>578</sup> e a OP4, que incluía as casas n.º70 e 76 da rua de Azevedo de Albuquerque. Estas últimas, que durante muito tempo estiveram entaipadas e devolutas, começaram a ser recuperadas recentemente.

A reconstrução das primeiras (OP1), abrangidas pela operação *Domus Arménia*, está a cargo da Apicarote Arquitectos (fig.181). A habitação «desenvolve-se em cinco pisos de utilização mista, composta por: espaço destinado a comércio no piso -1 com acesso pela Rua de Miragaia e habitação nos restantes pisos, com acesso pela Rua da Arménia e tipologias T0, T1+1 e T2»<sup>579</sup>.

---

<sup>576</sup> «A CMPH - Domus Social - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, constituída em 2000, é uma empresa local, com natureza municipal, de responsabilidade limitada, nos termos do artigo 19º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto», Domus Social (2014) – *Quem Somos*, disponível em linha: [http://www.domussocial.pt/domussocial/quem-somos\\_2](http://www.domussocial.pt/domussocial/quem-somos_2), consultado a 13/11/2018, às 21:17h.

<sup>577</sup> CMP – *Coesão Social*, disponível em linha: [http://www.cm-porto.pt/pelouros-2017/coesao-social\\_4](http://www.cm-porto.pt/pelouros-2017/coesao-social_4) consultado a 12/11/2018, às 10:40h.

<sup>578</sup> Anúncio de procedimento n.º 8166/2017, disponível em linha no DRE: <https://bit.ly/2qKxJBr>

<sup>579</sup> VHM – *Newsletter #27*, maio, junho, julho e agosto de 2018, disponível em [http://www.vhm.pt/images/1/editor/files/NWS\\_27.pdf](http://www.vhm.pt/images/1/editor/files/NWS_27.pdf) p.19.

<b>Edifícios da zona de estudo pertencentes à Domus Social (Habitação Social)</b>		
<b>Rua:</b>	<b>Número de polícia:</b>	<b>Programa:</b>
Rua de Miragaia	83 e 84	Casas do Património
	86 (1ºD e 1ºE)	
	77	
Rua de Tomás Gonzaga	16	Casas do Património
Calçada das Virtudes	1 (RC-D, RC-E, 1ºD, 2ºD, 2ºE, 3ºD, 3ºE)	Casas do Património
Beco do Preto	3	Casas do Património
Viela da Companhia	21	Casas do Património
Rua de Francisco da Rocha Soares	27 (1º, 2º, 31 CAV)	Casas do Património
	16	Ilhas
	50	
Rua do Monte dos Judeus	22	Ilhas
	37/39	Casas do Património
	23, 25, 27, 29	
Rua de Azevedo de Albuquerque	64	Casas do Património
	70	
Rua da Arménia	51	Casas do Património
	78	
	91	
	102	
Largo de São Pedro de Miragaia	1	Casas do Património
Rua dos Armazéns	55	Ilhas
Rua de São Pedro de Miragaia	10/12	Casas do Património

Rua do Cidral de Baixo	22	Casas do Património
	24	
Rua do Cidral de Cima	37/41	Casas do Património
	45	
	55	
	61	
Escadas do Monte dos Judeus	18	Casas do Património
Vielha da Ilha do Ferro	2	Casas do Património
Campo Mártires da Pátria	34	Casas do Património
Escadas das Sereias	31	Ilhas
Rua de Sobre-o-Douro (Massarelos)	12	Ilhas

*Grelha 2 – Edifícios da Domus Social, na área de estudo, com base em CMP - Casas do Património, 2018, disponível em linha: <http://www.domussocial.pt/habitacoes/c/patrimonios> e CMP - Sinalização de ilhas, disponível em linha: <http://www.domussocial.pt/sinalizacao-de-ilhas>.*



*Figura 179* - Em cima: Ilha 16. Em baixo: Ilha 50. Ambas localizadas na rua de Francisco da Rocha Soares. 2018.





*Figura 180 – Vários aspetos da Ilha 31 das escadas das Sereias. 2018.*





Figura 181 – Proposta de reabilitação para a Domus Social pela Apicarote Arquitectos: «As habitações são em numero de 6, com entrada pela a rua da Arménia nº 73, que se distribuem ao nível do r/chão em 1T0 mais 1T1+1, no 1º andar em 2T1+1 e ao nível do 2º e 3º andar em 2T2 duplex. No piso inferior aos citados, ao nível da galeria das arcadas, o espaço autónomo existente destinar-se-á a área comercial», disponível em linha: <http://www.anteprojectos.com.pt/2017/10/06/reabilitacao-dos-edificios-da-rua-de-miragaia-e-rua-da-armenia/>.



*Figura 182* – Imagem do edifício, retirada do *Google Street View*, anterior à reabilitação, 2014.



*Figura 183* – Edifício em reabilitação pela Domus Social, projeto da Apicarote Arquitectos. Frente voltada à rua de Miragaia n.ºs 56/58. 2018.



*Figura 184 – Imagem dos edifícios nº 70 e 76 da rua de Azevedo de Albuquerque, retirada do Google Street View, em Abril de 2018, antes de serem iniciadas as obras de reabilitação da Domus Social.*



*Figura 185 – Os mesmos edifícios em obras. Outubro de 2018.*

### 6.3.7. Outras construções e reutilizações

No ano de 1937, Alberto de Aguiar (1868-1948), médico e professor portuense, manda «construir dois prédios para habitação, sito no seu terreno que possui a rua da Bandeirinha»<sup>580</sup> entre os números 29 e 45, nas traseiras da casa que habitava na rua da Restauração com o número 362 (e onde hoje se encontra o edifício que lhe tomou o nome – Laboratório Médico Prof. Alberto de Aguiar, por ter sido fundado pelo mesmo, no início do século XX). Ainda que o terreno tenha sido pensado para uma função residencial, nas fotografias aéreas tiradas no ano de 1939, aqui aparece instalado o Hospital Inglês<sup>581</sup>, mencionado já numa licença de obra de 1938<sup>582</sup>.

Ainda antes desta construção, encontram-se referências a um Hospital Britânico<sup>583</sup>, que, de acordo com a informação transmitida por João Pedro Menéres<sup>584</sup>, se localizou num edifício junto à rua de Sobre-o-Douro (*vd.* 7.1.).

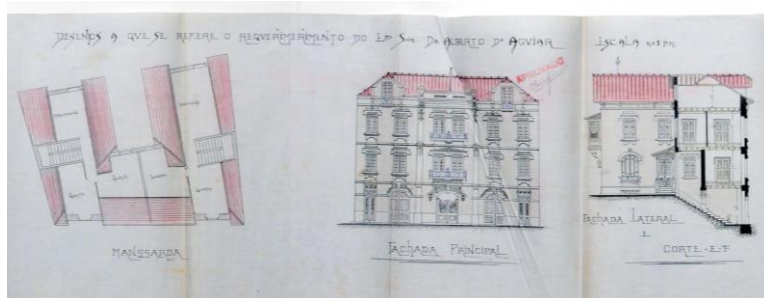


Figura 186 – Esq.: Alçado da licença de obra n.º 751/1930 [do ano económico de 1929/1930], para os prédios 29 a 45 da rua da Bandeirinha.

Dir.: Os prédios em 2018.



<sup>580</sup> Ficha n.º: 109 (Licença de obra n.º 751/1930 [do ano económico de 1929/1930]).

<sup>581</sup> [Fotografia aérea da cidade do Porto : 1939-1940 : fiada 17, n.º 311] e [Fotografia aérea da cidade do Porto : 1939-1940 : fiada 16, n.º 281].

<sup>582</sup> AHMP: Licença de obra n.º: 663/1938, D-CMP/9(936) - f. 90-93 – a localização aparece designada por “Calçada de Monchique”.

<sup>583</sup> Ficha n.º: 90 (Licença de obra n.º 341/1878).

<sup>584</sup> Administrador da Quinta do Romeu e proprietário dos espaços da calçada de Monchique que pertenceram à Sociedade Clemente Menéres, contíguos ao referido Hospital Britânico. A informação foi transmitida a 12 de novembro de 2018.



No ano de 1998 foi adaptado um prédio da rua da Bandeirinha, nº66, a residência universitária masculina, com desenho do arquiteto Noé Dinis, beneficiando de «uma deslumbrante vista sobre o cais de Gaia e um amplo espaço verde que convida a momentos de lazer»<sup>585</sup>. Este edifício havia pertencido a José Maria Rebelo Valente<sup>586</sup> e posteriormente acolhido uma indústria de tecelagem.

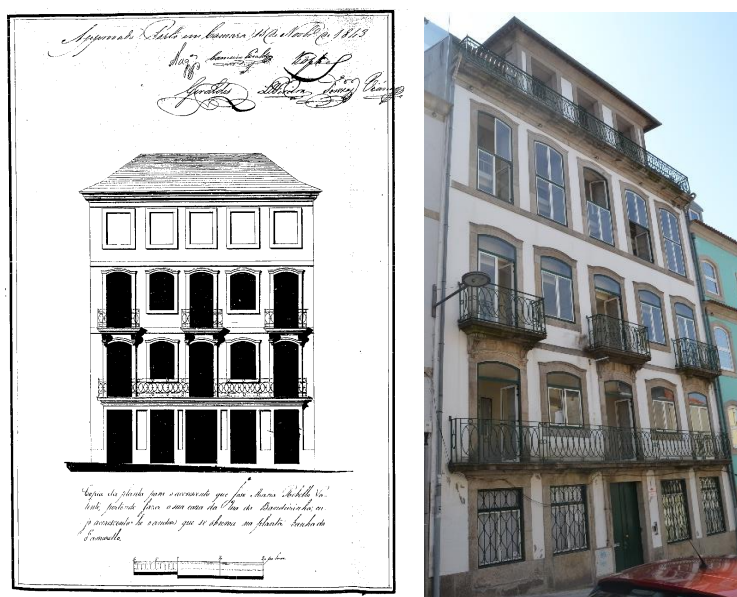


Figura 187 – Casa da rua da Bandeirinha nº 66 na Licença de obra nº 101/1843 (esq.) e a mesma casa em 2018 (dir.).

<sup>585</sup> SASUP - *Residência da Bandeirinha*, disponível em linha: <https://bit.ly/2JXDnZz>

<sup>586</sup> Ficha nº: 84 (Licença de obra nº 101/1843).



Figura 188 – Mapa da cidade com estilos de áreas residenciais. OLIVEIRA, J. (2007) – *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*. [Edição fac-similada da edição original de 1973 do Instituto de Alta Cultura], Porto: Edições Afrontamento, vol. II, s/p.



## 7. Espaços Verdes

Miragaia, palco de transformações e permanências, inseria-se na zona periurbana do Porto, no anel situado entre o núcleo antigo da cidade e a área mais rural, e que muito resulta da consolidação da malha urbana Almadina de finais do século XVIII, com acelerado crescimento urbano ao longo do século XIX. É nela, ou junto a ela, que se instalam alguns dos mais representativos jardins públicos (alameda das Virtudes, jardim da *Cordoaria*<sup>587</sup>, jardins do Palácio de Cristal<sup>588</sup>).

Nos terrenos das cotas mais altas de Miragaia, abundam os logradouros ajardinados das residências unifamiliares. À cota média, podem aparecer pontualmente. Porém, na cota baixa, os lotes pouco profundos (como os da rua Arménia), não permitem a criação de jardins ou quintais.

Por um lado, os logradouros afirmam-se enquanto sítios de lazer, por outro, de combate à insalubridade, através não só do arejamento, como da separação entre o espaço exterior e a intimidade do lar. Enquanto reflexo da ascensão de uma burguesia poderosa e endinheirada<sup>589</sup>, «correspondem a uma morfologia urbana característica do Porto, caracterizada por quarteirões de lotes estreitos e fundos que, albergando no seu interior esguios quintais, definem no seu conjunto amplas áreas verdes não percebidas a partir do espaço público da cidade»<sup>590</sup>.

---

<sup>587</sup> Projetado por Emílio David, inaugurado em 1867. «Destinava-se ao povo o jardim da Cordoaria. Todavia, como longe ficava o Palácio e no da Cordoaria se não pagava, a burgesia elegante tomou conta delle». PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística do Porto (...)*, p.256.

<sup>588</sup> Projetados por Emílio David, inaugurados em 1865. De grande importância na mesma época, outros jardins devem ser referenciados: o passeio Alegre (projeto de E. David, inaugurado em 1892), a ocidente; a alameda das Fontainhas e o jardim de S. Lázaro (projetado por João Baptista Ribeiro e João José Gomes, inaugurado em 1834), a oriente.

<sup>589</sup> MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramiro (2012) - *Natureza e cultura (...)*, p.77.

<sup>590</sup> MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramiro (2012) - *Natureza e cultura (...)*, p.81.

Constituem, nas palavras de H. Madureira e T. Andresen, o «verde privado *não percebido*»<sup>591</sup>:

«aquele de que a generalidade dos indivíduos não tem consciência, para além da já referida importância primordial para o equilíbrio ambiental, tem também uma importante função na definição da forma urbana. Encontrado nas áreas esquecidas e desvalorizadas da cidade ou escondido no interior dos quarteirões, o verde não percebido funciona como espaço de descompressão e arejamento do tecido construído, potenciando o contraste entre volumes e vazios, e podendo inclusivamente constituir um elemento de conformação dos modelos de urbanização.»<sup>592</sup>.

O conjunto destes espaços privados, organizados em parcelas dentro dos quarteirões, cria amplas áreas verdes no interior da cidade. A propósito, a mancha verde da área de estudo contrasta radicalmente com a malha urbana mais cinzenta e intensamente edificada das vizinhas zonas da Vitória, São Nicolau ou da Sé/Ribeira (outrora intramuros), onde o casario é mais denso e o espaço mais escasso. De facto, o núcleo central e mais antigo da cidade é praticamente desprovido de cobertura vegetal<sup>593</sup>.

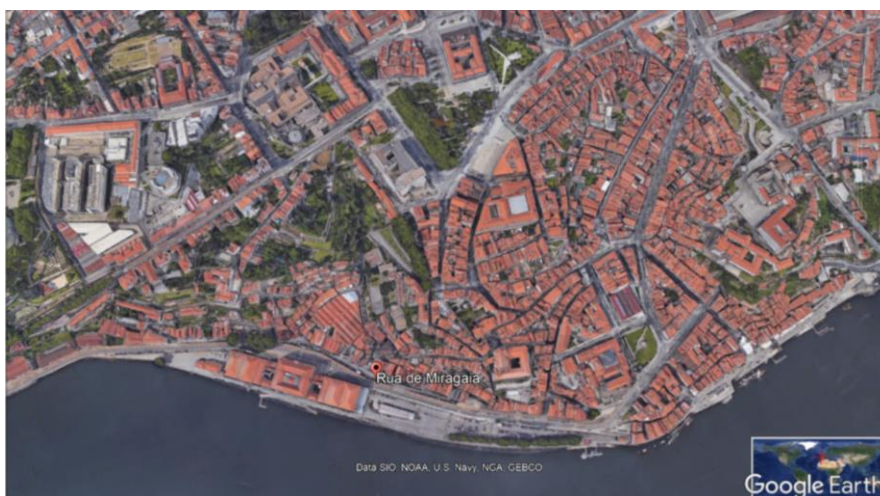


Figura 189 – Diferença entre o espaço verde de Miragaia (à esquerda) e o denso casario das áreas mais centrais. *Google Earth*, 2018.

<sup>591</sup> Por oposição ao *verde público percebido*. MADUREIRA, Helena (2002) - *Processos de transformação da estrutura verde do Porto*, Revista da Faculdade de Letras — Geografia, I série, vol. XVII-XVIII, Porto, 2001-2002, pp. 137 – 218, p.138.

<sup>592</sup> MADUREIRA, Helena (2002) - *Processos de transformação da estrutura verde (...)*, p.44.

<sup>593</sup> MADUREIRA, Helena (2002) - *Processos de transformação da estrutura verde (...)*, p.167.



*Figura 190 – Antigos logradouros. Rua de Tomás Gonzaga e rua do Monte dos Judeus. 2018.*



*Figura 191 – Jardins. No Bairro D. António Barroso (Fundação Padre Américo) e na rua do Monte dos Judeus. 2018.*



*Figura 192 – Esq.: Terrenos da quinta da Bandeirinha e de uma outra quinta, de um lado e do outro da rua de Sobre-o-Douro. Dir.: Hortas dentro de um espaço murado junto às escadas das Sereias. 2018.*



Em tempos, também a cerca do Convento de Monchique se constituiu como ampla zona verde, que irá ceder lugar a várias construções. Com a extinção das ordens religiosas, as estruturas conventuais passam por um processo de conversão em novas funções de carácter civil<sup>594</sup>, durante o qual se perde espaço do dito *verde privado*<sup>595</sup>.

Não nos permitamos esquecer que «a construção, nos subúrbios próximos da cidade, de conventos e palácios [...], em sítios onde havia água e o ambiente era atraente [...] permitiam um diálogo cultural entre a ruralidade e a cidade»<sup>596</sup>.

Todavia, não precisaremos de recuar tanto tempo atrás para perceber que, ainda que de forma pontual, a construção tem ocupado alguns dos espaços que anteriormente albergavam estruturas verdes. Observemos esta fotografia aérea de 2003:



Figura 193 – Vista aérea de Miragaia e das zonas envolventes em 2003. *Google Earth*.

---

<sup>594</sup> Outros exemplos na cidade do Porto: Convento e cerca de S. Francisco, S. Domingos, S. Bento de Ave-Maria, Stº António da Cidade.

<sup>595</sup> MADUREIRA, Helena (2002) - *Processos de transformação da estrutura verde (...)*, p.159.

<sup>596</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.73.

## 7.1. Quintas

Mas é sobretudo nas grandes quintas de recreio – concebidas mais para ócio e ostentação do que para uma função agrícola, (apesar de ambos os aspetos poderem coincidir, isto é, assumirem uma dupla valência) - estendidas pelas encostas de Miragaia, que se pode encontrar a maior mancha verde da área<sup>597</sup>.

Permitimo-nos entender as quintas de recreio como «microcosmos que repetem, num lugar ameno e com muita água, os elementos fundamentais da grande paisagem: a horta, o pomar, a mata, o jardim de flores e aromas», onde se valoriza profundamente «a abertura de vistas para o exterior», que facultam «a contemplação panorâmica e a ligação ao mundo exterior»<sup>598</sup> através de janelas rasgadas nos altos muros ou do recurso a mirantes. De acordo com Manuel Graça, até aos finais do século XIX: «a Cidade do Porto estava envolvida por um longo anel de quintas, algumas das quais transformadas em quintas de recreio, quase todas mantendo uma forte componente económica»<sup>599</sup>.

Em 1758 existiam na freguesia de Miragaia apenas duas pequenas quintas de recreio, das quais se recolhiam «os fructos da terra» que eram «hum pouco de limão e vinho»<sup>600</sup>.

---

<sup>597</sup> MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramiro (2012) - *Natureza e cultura (...)*, p.76.

<sup>598</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.148.

<sup>599</sup> GRAÇA, 2004: 50, *apud* BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.15.

<sup>600</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.597.

De entre algumas que aí estiveram instaladas, subsistiram certos espaços de vegetação – como é o caso do Jardim/Parque Municipal das Virtudes – mas outros tantos foram utilizados para construção, à semelhança do que aconteceu noutras zonas da cidade. Por exemplo, na atual zona do Heroísmo, a transformação da Quinta do Prado do Repouso, que, em parte, foi destruída «para implantar um cemitério da cidade»<sup>601</sup> e, noutra, sofreu «transformações profundas depois de adquirida em 1869 pelo barão de Nova Sinta»<sup>602</sup>. Entre Cedofeita e a praça da República, deu-se a ocupação da Quinta de Santo Ovídio (Casa dos Pamplonas):

«Santo Ovídeo, na planta do Porto do século XIX final é mais o símbolo de um tempo que termina do que a expressão plena do século a que ainda veio pertencer – a sua demolição nos finais do século XIX é porventura, para além de um exercício de ordenamento urbano, a expressão de mobilidade social e de substituição de propriedade (e dos seus símbolos) provocada pela chegada dos novos “donos da terra” – a burguesia»<sup>603</sup>.

Este fenómeno, resultante da transformação de espaço verde em espaço urbano, que se pode apelar de *repaisajamento*<sup>604</sup> da cidade, verificou-se para os terrenos centrais, mas não para aqueles mais periféricos como os casos da Quinta da Bonjóia ou da Prelada (esta última, porém, cortada pela Via de Cintura Interna), ou até dos palacetes do Campo Alegre, que mantiveram os seus limites e a composição paisagística mais ou menos bem definidos.

---

<sup>601</sup> ARAÚJO, Ilídio de (1979) - *Jardins, Parques e Quintas de Recreio no aro do Porto*, Comunicação no colóquio ‘O Porto na época moderna’, Sep. Revista de História, Vol. II, Porto: FLUP, pp. 375-388, p.378

<sup>602</sup> ARAÚJO, Ilídio de (1979) - *Jardins, Parques e Quintas de Recreio (...)*, p.378.

<sup>603</sup> MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramiro (2012) - *Natureza e cultura (...)*, p.83.

<sup>604</sup> Termo utilizado por MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramiro (2012) - *Natureza e cultura (...)*, p.86.



### Quinta das Virtudes

A Casa das Virtudes, onde hoje está instalada a Árvore – Cooperativa de Atividades Artísticas<sup>605</sup>, foi mandada edificar em 1767<sup>606</sup> por José Pinto de Meirelles e D. Francisca Clara de Azevedo Aranha e Fonseca, sua esposa<sup>607</sup>, de quem teve um filho de nome Joaquim Pinto de Azevedo Meireles, que viria a casar com D. Maria Clara de Azevedo Albuquerque. No século XIX, a quinta pertencia ao bisneto dos primeiros donos, Joaquim de Azevedo Sousa Viera da Silva e Albuquerque<sup>608</sup>, que dará nome à rua onde se encontra a quinta e que antes se chamava dos Fogueteiros. Na década de 80, Alcino Soutinho recuperou o interior da Casa da Quinta, para a instalação da referida Cooperativa Árvore.

O terraceamento das encostas do rio Frio, ação antrópica muito comum em morfologias de acentuado pendor, permitiu que ali se pudesse desenvolver a exploração agrícola, ainda antes de se instalarem as quintas de recreio. Foi o caso desta, onde se empregou grande esforço na construção de muros de suporte para os socialcos<sup>609</sup>, representando a humanização da escarpa, e que acabam por constituir verdadeiros monumentos de «arte paisagista»<sup>610</sup>.

Nestes terrenos funcionou o Horto das Virtudes, aproveitando esses mesmos socialcos. A posse da Quinta era então detida por Pedro Rodrigues – o *Pedro das Virtudes* -, que inicialmente contrata Marques Loureiro como técnico, com o objetivo de desenvolver um projeto de floricultura, cedendo-lhe a propriedade em 1860<sup>611</sup>. O Horto havia passado a ser designado por Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense em

---

<sup>605</sup> Instala-se na Quinta das Virtudes em 1965, dois anos depois de ter sido fundada.

<sup>606</sup> BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.14.

<sup>607</sup> BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.14.

<sup>608</sup> BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes (...)*, p.15.

<sup>609</sup> ARAÚJO, Ilídio de (1979) - *Jardins, Parques e Quintas de Recreio (...)*, p.378.

<sup>610</sup> ARAÚJO, Ilídio de (1979) - *Jardins, Parques e Quintas de Recreio (...)*, p.379.

<sup>611</sup> RIBEIRO, Diana V. (coord.) - *O Horto Jardim do Sr. Loureiro*, disponível em linha: <https://marabo2012.wordpress.com/oquefazemos/porto-pontoencontro/cronicas/parte-i-o-horto-do-jardim-sr-loureiro/>, consultado a 08/06/2018, às 16:09h.

1849. Já no início do século XX, viria a funcionar nos seus terrenos uma fábrica, a Electra (vd. 8.9.).

No ano de 1998, os jardins da quinta e o antigo Horto sofreram um projeto de recuperação do arquiteto Audemaro Rocha, por ação do Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal<sup>612</sup>. Hoje é neles que encontramos o parque público das Virtudes, que já anteriormente referimos.



Figura 194 – Em cima, esq.: Uma visão contemporânea dos socalcos das Virtudes. Esquiço cedido pelo Arq<sup>o</sup>. Fernando Cerqueira Barros. Dir.: Quinta na planta de Teles Ferreira (1892).

Em baixo: O jardim das Virtudes, vendo-se a baixo à esquerda o Bairro da Fundação do Padre Américo. Fotografias de Laura Marques e Joana Duarte, 2017.

---

<sup>612</sup> CRUARB (2000/2001) – *Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana. As intervenções de 1974 a 2000*. Porto: CMP, p.40.



Figura 195 – Casa da Quinta das Virtudes em 2018.

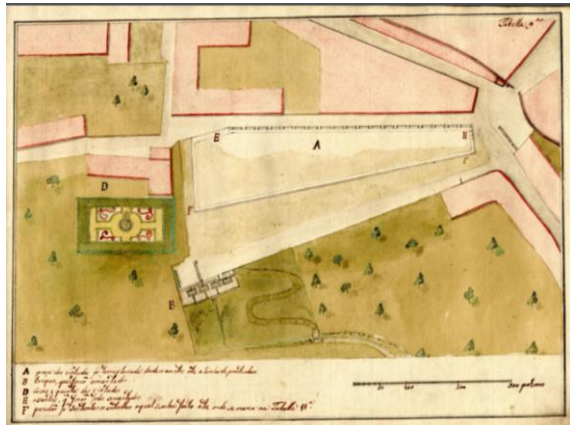


Figura 196 – Quinta e Casa das Virtudes, à esquerda. Mapas das obras públicas que estiveram em ação neste presente ano de 1789. T. S. Maldonado. AHMP, disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/378330/?q=virtudes>



Figura 197 – Jardins e Casa das Virtudes, com o Palácio da Justiça ao fundo. Fotografia de Isabel Sereno, 1999, disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=14111](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14111)

### Quinta do Rio Frio | Quinta da Cochela

Em 1828, a Quinta do Rio Frio, localizada na atual rua de S. Pedro de Miragaia, era propriedade de António da Maya (1778-1843)<sup>613</sup>, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Anna Joaquina da Maya<sup>614</sup>.

No ano de 1863, pertencia a Joze Domingues Simões, que mandou «abrir duas janellas de peitoril em o muro da sua Quinta que fás face para a Rua de Sam Pedro de Miragaia ao decer das escadas dos Lavadouros das Virtudes (...)»<sup>615</sup>. A entrada seria, provavelmente, feita pela porta com o número 32 dessa mesma rua. Pouco mais se sabe sobre esta quinta, que parece não ter alcançado a grandeza da sua vizinha das Virtudes. Mais recentemente, a quinta (ou parte dela) era apelidada de *Quinta da Cochela* (ou *do Cochela*<sup>616</sup>), cuja designação encontramos na reunião plenária de 1982 que mencionámos no ponto 5.4.5., em que se debatem: «os terrenos da Quinta da Cochela, também em Miragaia, onde se podem construir muitas construções sociais»<sup>617</sup>.

Em 1998 foi erigida nos antigos terrenos desta quinta a Escola do 2º e 3º ciclos do ensino básico de Miragaia, da autoria do Arq. José Manuel Regueiras<sup>618</sup>.

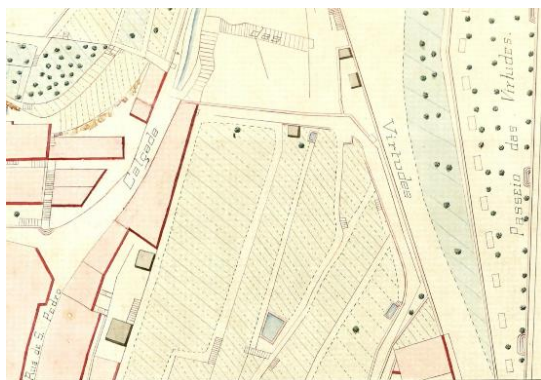


Figura 198 – Terrenos onde foi construída a Escola de Miragaia. Antiga quinta do Rio Frio. Planta de Teles Ferreira, 1892.

<sup>613</sup> Datas partilhadas informalmente por Dr. Manuel Sampayo Graça.

<sup>614</sup> FREITAS, Eugénio da C. – *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea Editora, 1999), pp. 273-274.

<sup>615</sup> Ficha nº: 173 (Licença de obra nº 387/1863).

<sup>616</sup> Assim a chamam as moradoras do Bairro da Fundação do Padre Américo com quem tivemos oportunidade de falar. Segundo os seus testemunhos, nos quais se incluem, era nos terrenos dessa quinta que muitas crianças miragaienses brincavam.

<sup>617</sup> Reunião Plenária, 15 de Janeiro de 1982, p. 1455, disponível em <https://bit.ly/2D0czGG>

<sup>618</sup> CRUARB (2000/2001) – *Porto Património Mundial III* (...), p.56.

### **Quinta do Espírito Santo**

Também em terrenos acima da Igreja de S. Pedro de Miragaia se situou a chamada *Quinta do Espírito Santo*. Nada mais conseguimos saber sobre esta propriedade, a não ser a sua relação com o antigo Hospital e Capela do Espírito Santo.

Do hospital e seus jardins já em 1548 falava João de Barros: «Há outro arrabalde a que chamão Miragaia, porque està defronte de Gaia, de que he parrochia São Pedro, onde està hu hospital do Spirito Sancto, com parreiras, Iardins e grande fonte»<sup>619</sup>.

Mais de duzentos anos depois, as Memórias Paroquiais ainda mencionam, em 1758, a dita quinta, ao descrever a capela: «Tem três capellas ou ermidas. A primeira hé a do Espirito Sancto, fundada em hua eminencia que está juncta à igreja com suas cazas e Quinta junta a mesma capella com tradição constante que eram Passos do primeiro Bispo São Basileo e de outros que lhe succederam.»<sup>620</sup>. Sobre o lugar, acrescentam:

«Faz-se festa no dia do Espirito Sancto, a que concorre muito povo, não só pela devoção que inculca a antiguidade do santuario, mas pello admiravel do sitio a que se sobe por hua grande escadaria de pedra lavrada até chegar a hum pateo com seos assentos à roda, cuberto com huma fresca parreira adornado com hum tanque em que cahe agoa por duas bicas»<sup>621</sup>.

A entrada far-se-ia por uma escadaria que ainda hoje se pode observar, do lado esquerdo do frontispício da Igreja de São Pedro de Miragaia, e que termina num patamar sem saída, onde se encontram algumas casas de habitação.

---

<sup>619</sup> BARROS, João de (1548) – *Geographia d'entre Douro e Minho (...)*, p.37.

<sup>620</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.597.

<sup>621</sup> CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais (...)*, p.597.

### **Quinta da Bandeirinha**

Quanto à Quinta da Bandeirinha (vd. 6.2.2.), cercada por altos muros de granito, sabemos que João da Cunha Coutinho Ozorio de Portocarreiro<sup>622</sup> já a habitava em 1735<sup>623</sup>. Ainda hoje existe em Melres (Gondomar), uma quinta chamada da Bandeirinha, por ter pertencido à mesma família que mandou erguer a casa homónima em Miragaia.

Através de uma planta de 1826/1828 (fig.200) vemos que os terrenos da quinta se estendiam para lá da rua da Restauração (até ao local onde hoje se encontram os edifícios do ICBAS/FFUP<sup>624</sup>) e acompanhavam toda a parte norte da rua de Sobre-o-Douro (onde se observam atualmente algumas construções), em frente à cerca do Convento de Monchique. O mesmo não acontece na *Planta baixa da Rua da Bandeirinha*, em que os terrenos acima da rua da Restauração já não parecem associados à Quinta da Bandeirinha (fig. 202).

Hoje, a quinta aparenta estar confinada ao espaço em que está instalado o colégio Casa Madalena de Canosa.

---

<sup>622</sup> Ou *Portocarrero*, designação que adotaram a partir do século XIX. Filho de Manoel da Cunha Coutinho de Portocarreiro, que iniciou a construção do Palácio da Bandeirinha (ou das Sereias), em terrenos que terá comprado a um inglês: SERENO, Isabel (1996) – *Palácio das Sereias*, disponível em linha: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5551](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5551) consultado a 13/11/2018, às 21:50h.

<sup>623</sup> SOVERAL, Manuel (2007) - *Os Portocarreiro ou Portocarrero*, disponível em linha: <http://www.soveral.info/mas/Portocarrero.htm> consultado a 13/11/2018, às 21:52h.

<sup>624</sup> Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar e Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Rua Jorge de Viterbo Ferreira.



### **Uma outra (provável) quinta / Antigo hospital inglês**

Entre a calçada de Monchique e as escadas das Sereias é possível observar um grande espaço ocupado pelo que parece ter sido uma outra quinta, e ao qual se tem acesso por um portal enobrecido, junto à rua de Sobre o Douro. De acordo com o relato de João Pedro Menéres<sup>625</sup>, aqui funcionou o hospital inglês, antes de ter sido transferido para a rua da Bandeirinha (*vd.* 6.3.7.).

No interior dos seus muros, desenvolve-se um edifício de feição horizontal, com um ritmo acentuado pelos vãos que se repetem longitudinalmente. Numa cota inferior, junto à escadaria de acesso ao largo da Alfândega, estão localizadas umas pequenas casas que formam uma ilha<sup>626</sup>.

Não cremos que os terrenos tenham pertencido à Quinta da Bandeirinha (ou das Sereias), que se situa numa cota superior. Não obtivemos qualquer outro dado sobre a existência de uma quinta nesta zona, a não ser o que pudemos deslindar pela cartografia atual e aqui expusemos.



*Figura 199* – Portal de entrada junto à interseção entre a calçada de Monchique e a rua de Sobre-o-Douro. 2018.

---

<sup>625</sup> Para saber mais, *vd.* subcapítulo 6.3.7., em que se fala de João Pedro Menéres, bisneto de Clemente Menéres, fundador da Sociedade com o mesmo nome.

<sup>626</sup> Ilha nº31, *vd.* subcapítulo 6.3.6.; grelha 2; fig.180.



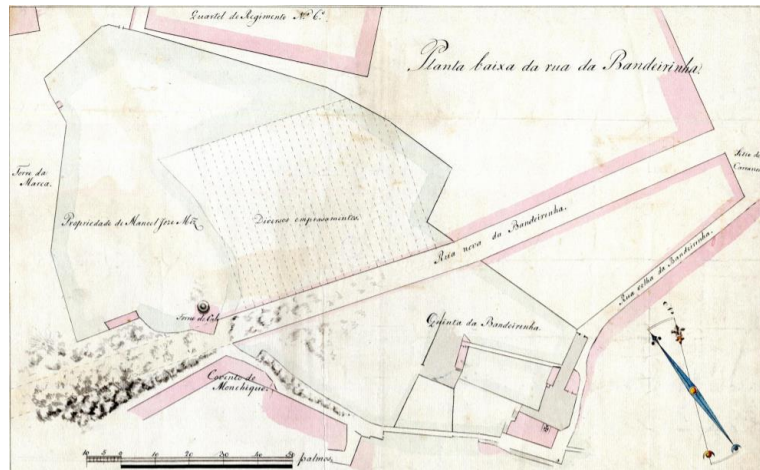


Figura 202 - Planta baixa da Rua da Bandeirinha. 1826. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2PQtSkG>



Figura 203 - Gravura representando uma vista da cidade do Porto, (...), com o início das obras de construção da Alfândega do Porto. Trata-se da reprodução de uma gravura, a partir de fotografia de Antero de Seabra, publicada no semanário ilustrado *Archivo Pittoresco*, em 1865. Nesta gravura consegue observar-se os terrenos da Quinta do Rio Frio, abaixo do paredão das Virtudes. Disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/573637/>





*Figura 204* – Imagem de satélite do *Google Earth*, na qual se veem os muros que indicam uma possível delimitação da quinta entre o portão enobrecido da calçada de Monchique (nº1) e as escadas das Sereias (nº2).



*Figura 205* - Imagem de satélite do *Google Earth*, na qual se vê a Escola básica de Miragaia e a possível delimitação da quinta do Rio Frio.



*Figura 206* - Construção nos terrenos da Quinta da Cochela e Espírito Santo. Operação SAAL em Miragaia, Porto. Desenho de F. Távora e B. Ferrão. 1977. FIMS. Disponível em linha: <https://bit.ly/2Po87ch>.



*Figura 207* - Terrenos em que se desenvolve a Escola de Miragaia. Fotografia de Lúcia Teixeira, 2017.



*Figura 208* - Terrenos da Quinta do Rio Frio e da Quinta do Espírito Santo. Miragaia: fins do séc. XIX, 198?, Editor: Le Temps Perdu, disponível em linha: <https://bit.ly/2qJaXKf>.





Figura 209 – Localização e possível delimitação das quintas em Miragaia: **Quinta das Sereias (Bandeirinha)** / **Quinta junto à rua de Sobre-o-Douro** / **Quinta das Virtudes** / **Quinta da Cochela** / **Quinta do Espírito Santo**. Mapa dos limites da área de intervenção do SAAL Miragaia, 1977. Arquivo Fernando Távora. FIMS\_FT\_0198-15-0005.



## 8. Atividades industriais em Miragaia e na envolvente

O Porto começou por albergar pequenas unidades manufactureiras: «os locais de produção industrial, de carácter oficinal, eram as residências dos mestres dispersas um pouco por toda a cidade, em ruas cuja toponímia lembram a actividade dos seus moradores»<sup>627</sup>. Era, então, usual o «tavoleyro», uma oficina de produção aberta para a rua, também com função de venda<sup>628</sup>.

No século XVIII, a população portuense aumentou significativamente e começava a proliferar uma incipiente indústria (até que, no início do século seguinte, o Porto se tornara o núcleo fabril mais importante a nível nacional<sup>629</sup>). Porém, já nos primeiros anos de Oitocentos, era ainda comum as estruturas fabris instalarem-se nos prédios de habitação, frequentemente nos logradouros.

Na segunda metade do século XIX, as fábricas portuenses multiplicaram-se pelas freguesias centrais da cidade. Apesar do «lento processo de periferização da indústria»<sup>630</sup>, em 1881 já um terço da população trabalhava no setor fabril<sup>631</sup>. Ainda que existissem algumas grandes fábricas, a maior parte do operariado continuava a trabalhar em regime de indústria ao domicílio, sobretudo no setor têxtil, da tecelagem e da fiação, um dos mais importantes do Porto. De facto, os edifícios industriais só ganham expressão formal após a década de 50, a partir da qual começam a adquirir tipologias e linguagem próprias<sup>632</sup>.

---

<sup>627</sup> AFONSO, José F. (2004) – *A Rua das Flores no Século XVI - Elementos Para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: Porto, p.61.

<sup>628</sup> AFONSO, José F. (2004) – *A Rua das Flores no Século XVI (...)*, p.64.

<sup>629</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.186.

<sup>630</sup> CORDEIRO, José L. (1996) - *Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XIX*, *Análise Social*, vol. 31, No. 136/137, 1996, pp. 313-342, p. 315.

<sup>631</sup> ALVES, Jorge (2010) – *O progresso material (...)*, p.52.

<sup>632</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p.153.

O século XIX revelou-se para Miragaia, como para o país em geral, uma época de expansão industrial, ali enfatizada pelo movimento marítimo-fluvial. Nesta zona ribeirinha, a implementação de instalações fabris esteve sobretudo ligada às indústrias da cortiça, da fundição, da cerâmica e das conservas, para lá daquelas ligadas à navegação.

Além da ocupação de grandes porções de terreno, a rápida instalação de indústrias trouxe, como consequência, danos ambientais e acentuada poluição sonora, visual, atmosférica, fluvial e marinha<sup>633</sup>, que parecem ter conduzido ao afastamento da construção habitacional junto ao Douro, antes favorecendo a edificação nas cotas mais altas de Miragaia.

No ano de 1852, aí se contavam 6 fábricas (uma de tecelagem de algodão, lã e linho, duas de tecelagem de seda, uma de louça e uma de velas de sebo), sem incluir as que funcionavam nas casas e logradouros.

Era nas freguesias mais antigas do Porto, incluindo na de Miragaia, que se situavam os ofícios ligados ao Antigo Regime<sup>634</sup>. Por outro lado, junto ao rio, localizavam-se várias fábricas de Fundição, dada a necessidade de carvão, que chegava por via marítima, para as máquinas a vapor.

---

<sup>633</sup> JESUS, Maria (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo (...)*, p.37.

<sup>634</sup> «oficinas de marceneiro [...], de latoeiro [...], de ouriversaria [...], de caldeireiro [...], de serralheiro [...] ou de soveleiro», CORDEIRO, José L (2017) – *História da Indústria Portuguesa, 1. Dos Finais do Século XVIII a 1852*. Porto: Edições Afrontamento, pp.191-193.

## 8.1. Cerâmica

### 8.1.1. Fábrica De Louça De Miragaia

O complexo fabril, fundado por João da Rocha e João Bento da Rocha, e instalado nas traseiras da Igreja de Miragaia por volta de 1775, adaptou-se à morfologia do terreno, aproveitando os patamares criados pelas escarpas, bem como a proximidade ao rio, que permitia uma mais fácil receção de matérias-primas. A propriedade situava-se entre a rua da Esperança (atual rua de Tomás Gonzaga) e «estendia-se de Norte para Sul, em patamares cada vez mais elevados, terminando num morro alcantilado», que por uma escadaria granítica dava acesso «a um espaço aberto e às traseiras de habitações»<sup>635</sup> da rua da Cordoaria Velha (hoje rua de Francisco da Rocha Soares, em homenagem a um dos proprietários).

A entrada fazia-se por um portal com frontão esculpido<sup>636</sup> que abria para um pátio coberto. A partir daqui, a propriedade dividia-se entre edifícios fabris (à esquerda) e as *Casas Nobres*, habitação do proprietário (à direita). Em 1840 uma licença de obra identifica uma das casas, «sita na rua da Esperança no lado do Norte»<sup>637</sup>, que foi entretanto demolida e substituída por um edifício contemporâneo.

---

<sup>635</sup> FERNANDES, Isabel (2008) - *A Fábrica de Louça: análise espacial, processos de fabrico e conspecto social*. Instituto dos Museus e da Conservação, disponível em linha <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12577>, p.17.

<sup>636</sup> rua de Tomás Gonzaga, n.º3.

<sup>637</sup> Ficha n.º: 259 (Licença de obra n.º 396/1840).

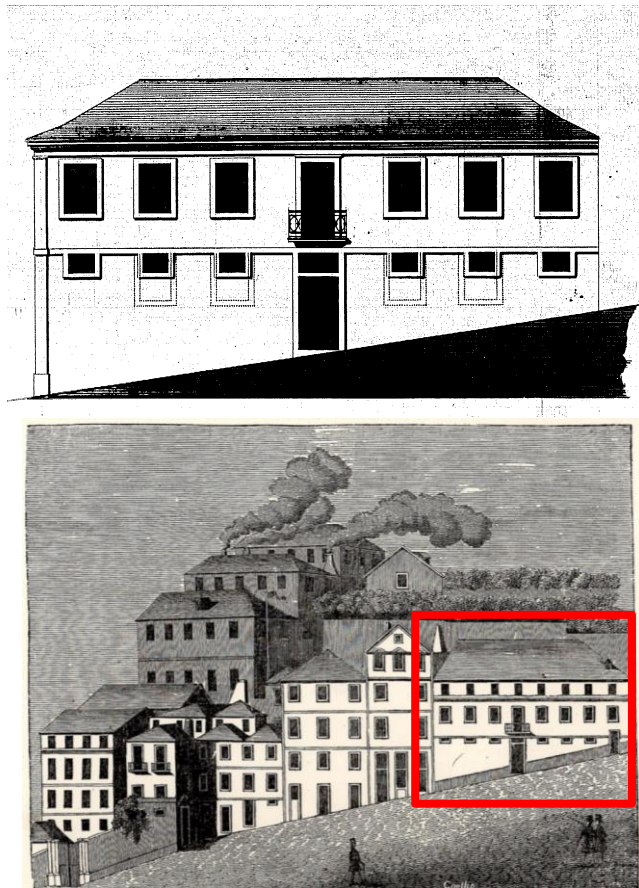


Figura 210 – Em cima: Licença nº 396/1840; Em baixo: Gravura representando uma vista da Rua de Tomás Gonzaga e da Fábrica de Louça de Miragaia, vendo-se, do lado esquerdo, o portão de entrada, os edifícios dispostos em socalcos e as chaminés em funcionamento. Trata-se da reprodução de uma gravura publicada no semanário ilustrado *O Panorama*, em 1843. José Batista Coelho, 1985. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/575795/?q=lou%C3%A7a+miragaia>



*Figura 211 – Vista aérea do Google Earth para a frente das casas que pertenceram à Fábrica de Louça, 2015.*



*Figura 212 – Possível delimitação dos terrenos da Fábrica de Louça de Miragaia. Vista aérea do Google Earth, 2015.*



*Figura 213 – Vista a partir de Vila Nova de Gaia. 2018.*

A bibliografia não permite deslindar se os edifícios já aí estariam, tendo vindo a ser adaptados a indústria, ou se terão sido construídas de raiz<sup>638</sup>. É possível que parte das casas já existissem e outra parte se tenha erguido em antigos terrenos agrícolas. Sabemos que, em 1822, o complexo era incorporado por:

«a casa de fazer louça, com três rodas [...], um grande depósito para a carqueja, a casa dos tendais e lotes para secar a louça, duas salas para fazer vidrados e tintas, uma abóbada para secar barro [...], um grande telheiro com cinco tanques de barro, casa de pisar barro e forno de queimar estanho e chumbo (...), casa com dois fornos de cozer louça [...] outra casa com quatro rodas e grande lote para estender a louça [...] um terraço com dois coadores de barro e dois tanques [...], a casa da pintura [...] a sala grande em que se vende a louça [...] e por fim dois armazéns para depósitos de louça e barros.»<sup>639</sup>

Francisco da Rocha Soares dirigiu a Fábrica de Louça de Miragaia que havia herdado do seu tio João da Rocha em 1779. Não o devemos confundir com o seu filho, também Francisco da Rocha Soares (1806-1857), que impulsionou grandemente a produção desta fábrica, tendo ainda alugado e explorado a de Massarelos e a de Santo António do Vale da Piedade.

Esta unidade industrial era uma das quatro existentes no ramo da cerâmica entre Gaia e o Porto, e veio a ser a única sobrevivente aos tempos de crise. Em 1812 sofria as consequências dos «estragos provocados pelos franceses»<sup>640</sup> e no ano seguinte encontrava-se em «alguma decadência», consequente da diminuição da exportação para o Brasil e da concorrência inglesa. Não atingira, porém, a situação da Fábrica do Cavaquinho, que havia acabado: «em grande decadência depois da entrada dos Franceses nesta cidade pelo pouco gasto e consumo [...] por haver grande abundância da que tem vindo de Inglaterra e por esta mesma razão quase nenhuma exportação tem para a nossa América...»<sup>641</sup>.

---

<sup>638</sup> FERNANDES, Isabel (2008) - *A Fábrica de Louça (...)*, p. 18.

<sup>639</sup> SOEIRO, T.; ALVES, J.; LACERDA, S.; OLIVEIRA, J. (1995) – *A Cerâmica Portuense: evolução empresarial e estruturas edificadas*. Portugal, Nova Série, Vol. XVI, p.228.

<sup>640</sup> SOEIRO, T.; ALVES, J.; LACERDA, S.; OLIVEIRA, J. (1995) – *A Cerâmica Portuense (...)*, p.226

<sup>641</sup> CORDEIRO, José L (2017) – *História da Indústria Portuense (...)*, p.78.





No ano de 1814 a Fábrica de Louça de Miragaia era a maior do Porto no ramo, tendo fechado aquando do falecimento do seu último proprietário (Francisco da Rocha Soares).

Ainda subsistem três das cinco edificações que constituíam a fábrica (sem incluir as ditas *Casas Nobres*) e se elevavam em altura. Porém, «ao quarto edifício, correspondente aos fornos, foi-lhe apeado o último piso. O quinto edifício foi totalmente destruído, algures por volta de 1860»<sup>642</sup>. Em parte, apresenta-se hoje como um exemplo de reconversão de usos, tendo alguns dos edifícios industriais sido transformados em habitações.



Figura 215 – Gravura da rua de Tomás Gonzaga em 1843, disponível em linha: <http://portoarc.blogspot.com/2012/12/bairros-da-cidade-xxiv.html>



Figura 216 – Esquízo da rua de Tomás Gonzaga em 2018. Desenhado e cedido pelo Arqº. Fernando Cerqueira Barros.

---

<sup>642</sup> FERNANDES, Isabel (2008) - *A Fábrica de Louça (...)*, p.19.

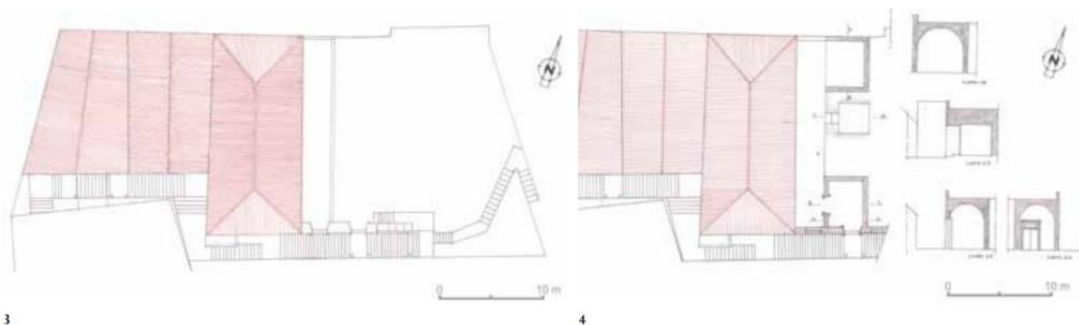


Figura 217 – Em cima: «3 Planta actual dos edificios da fábrica de Miragaia. CMP. Desenho do Sr. Armando Sucena; 4 Planta actual de dois dos edificios da fábrica de Miragaia com alçado do local onde se situariam os fornos, actualmente destruídos e reaproveitados. CMP. Desenho do Sr. Armando Sucena». FERNANDES, Isabel (2008) - *A Fábrica de Louça (...)*, p.19.

Em baixo: Imagens das instalações da antiga fábrica em 2008. FERNANDES, Isabel (2008) - *A Fábrica de Louça (...)*, p.20.



Também a Fábrica de Louça de Santo António do Vale da Piedade de Gaia (dirigida, na década de 1830, por Francisco da Rocha Soares) ocupou, com função de loja, o número 12 da rua de Miragaia (nº 11 da rua Arménia)<sup>643</sup>, sob um dos arcos, num edifício estreito, ladeado por outros em banda, ficando outrora perto da antiga porta Nobre.

Nas fachadas do edifício ainda podem ser vistos azulejos estampilhados a azul sobre fundo branco. No interior do corredor de acesso à habitação (o recebimento), localizado no piso térreo, conserva-se «boa parte de um mostruário de padrões de azulejaria, alguns dos quais policromos», e que se trata «do mais formal de todos os mostruários, pois os vários painéis, todos mostrando exemplares de um determinado padrão, encontram-se divididos por faixas de azulejos brancos e lisos»<sup>644</sup>.

Acrescente-se ainda que este não terá sido o único edifício a ser utilizado pela Fábrica como mostruário.

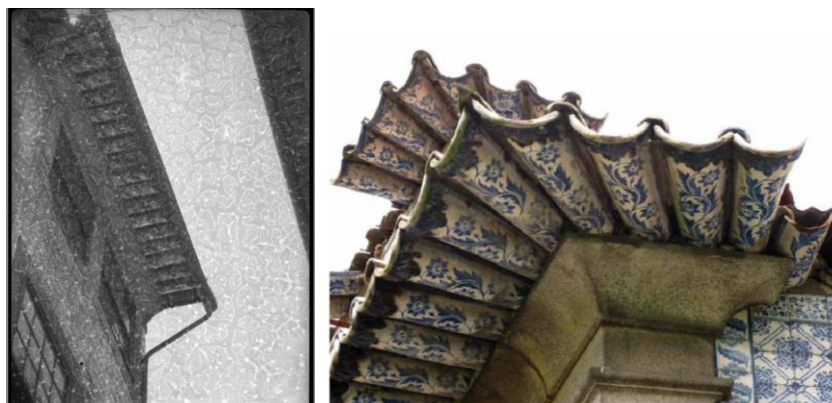


Figura 218 – Esq.: Pormenor da casa com o n.º 11, da rua da Arménia, com especial destaque para as telhas de beiral em cerâmica. 1958. Fotografia de Teófilo Rego. AHMP, disponível em <https://bit.ly/2Pd2w8q>; Dir.: Alguns dos calões do edifício subsistente da fábrica de Vila Nova de Gaia. Imagem retirada de QUEIROZ, José F.; TEIXEIRA, José (2016) - *Os Mostruários (...)*, p.231

<sup>643</sup> QUEIROZ, José F.; TEIXEIRA, José (2016) - *Os Mostruários Da Fábrica De Santo António Do Vale Da Piedade*, in SOUSA, Gonçalo (coord.) (2016) – Actas do II Congresso O Porto Romântico, Porto: CITAR, Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, pp. 225-234, p.226.

<sup>644</sup> QUEIROZ, José F.; TEIXEIRA, José (2016) - *Os Mostruários (...)*, p.232.



*Figura 219* – Exterior da casa que serviu de mostruário. Rua de Miragaia e rua Arménia, 2018.



*Figura 220* – Interior da casa que serviu de mostruário. Corredor com exposição de azulejos. Imagem retirada de QUEIROZ, José F.; TEIXEIRA, José (2016) - *Os Mostruários (...)*, p.231.

### 8.1.2. Fábrica de Louça de Massarelos e Fábrica de Monchique

A Fábrica de Massarelos, fundada em 1766 por Manuel Duarte Silva<sup>645</sup>, e que se situou entre a rua da Restauração e o cais da Alfândega, esteve alugada a Francisco da Rocha Soares (filho) entre 1829 e 1844, ano em que é vendida a João da Rocha e Sousa<sup>646</sup>.

Em 1882, o arquiteto José Geraldo da Silva Sardinha (1845-1906)<sup>647</sup> encarregou-se do projeto para «augmentar a fachada do edifício da fabrica de louça, sita no Caez da Alfandega»<sup>648</sup>. Nos terrenos de Massarelos, foi construída a frente da fábrica voltada ao rio em 1886. Entretanto arrendada à sociedade MacLaren Wall & Comandita, passou a designar-se, em 1904, *Empreza Cerâmica Portuense, Limitada*. Sabe-se que o proprietário, à época, conseguiu que o projeto da futura rua da Restauração fosse desviado, contornando o local da fábrica, o que impedia a sua continuação retilínea até ao cais fluvial<sup>649</sup>.

Em 1910, Francisco Pinto de Castro, gerente da Empresa Cerâmica Portuense, mandou «levantar um andar sobre a parte Nascente, do edifício onde tem montada a sua fabrica no Caes das Pedras (...) para sua ampliação (...) destinada para estampagem»<sup>650</sup>.

Todavia, a fábrica acabaria por ser deslocada, por volta de 1920, e após um incêndio devastador, para junto da ponte D. Maria Pia, na freguesia do Bonfim, onde, junto ao rio, ainda hoje se podem ver os antigos fornos e chaminé<sup>651</sup>.

---

<sup>645</sup> DGPC - *Fornos da Fábrica de Louça de Massarelos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2zRQEyc>, consultado a 25/07/2018, às 13:23h.

<sup>646</sup> SERENO, Isabel (1996) – *Fábrica de Massarelos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2TaoveS>, consultado a 25/07/2018, às 13:34h.

<sup>647</sup> José Sardinha, em *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2T9HKF5>, consultado a 25/07/2018, às 13:27h.

<sup>648</sup> Ficha nº: 43 (Licença de obra nº 945/1882).

<sup>649</sup> SOEIRO, T.; ALVES, J.; LACERDA, S.; OLIVEIRA, J. (1995) – *A Cerâmica Portuense (...)*, p.218

<sup>650</sup> Ficha nº: 301 (Licença de obra nº 856/1910).

<sup>651</sup> Localizados na Avenida Paiva Couceiro, sem proteção legal. O depósito da fábrica situava-se na rua da Restauração, nº 110.



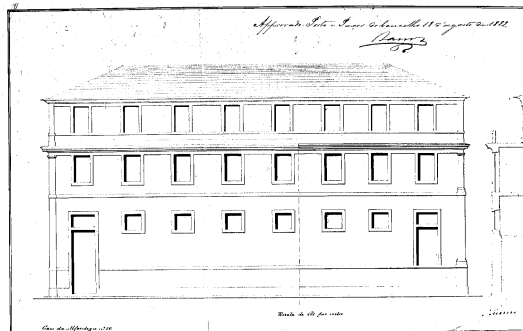


Figura 221- Fábrica de Louça de Massarelos. Esq.: Alçado da Licença de obra nº 945/1882; Dir.: parte do edifício reconstruído e voltado ao Cais das Pedras. 2018.

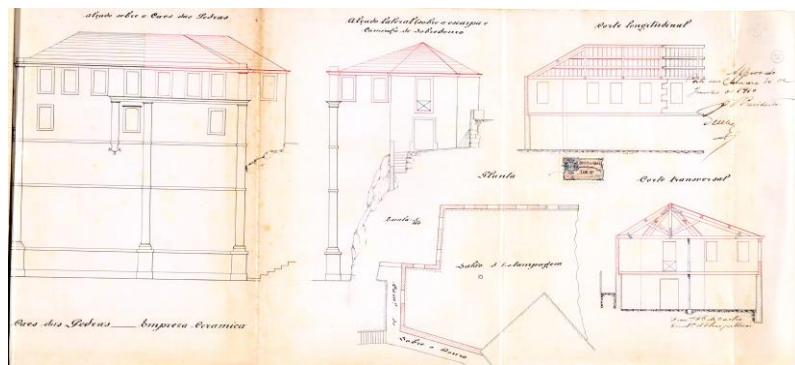


Figura 222 – Fábrica de Louça de Massarelos. Licença de obra nº 856/1910.



Figura 223 – Panorâmica do edifício atual. Cais das Pedras/Rua de Monchique. 2018.

Após a retirada da fábrica de cerâmica, foi instalada nos edifícios industriais uma refinaria pertencente ao grupo RAR, de que falaremos a seguir.

Escavações arqueológicas ocorridas em 2002 permitiram:

«documentar a planta do corpo principal da fábrica na qual distinguimos diversos pisos e tanques relacionados com o processo de tratamento das argilas e pastas cerâmicas.». Foram ainda identificadas duas portas do piso térreo. Na plataforma superior a intervenção permitiu identificar a localização de três fornos circulares e o espaço envolvente destes em pavimento de tijoleira. Foi ainda identificada uma zona alpendrada correspondendo talvez à zona de entrada.»<sup>652</sup>.

A Fábrica de Monchique, que, de acordo com F. Queiroz, produzia ladrilhos de cimento, cal e areia por compressão a cru, ocupou terrenos do antigo convento de Monchique, tendo aí sido instalada, em 1879, pela sociedade Eduardo de Magalhães e C<sup>a</sup>. Relatos contam que em 1884 a igreja do convento estaria arruinada, a servir de depósito de azulejos<sup>653</sup>.

Ademais, Eduardo Augusto Pinto de Magalhães «surge no relatório de 1912 como proprietário de uma outra fábrica de mosaico, fundada em 1905 e sediada na Rua de Miragaia»<sup>654</sup>.

## 8.2. Tabacos

Tivemos acesso a dados que nos permitiram ter conhecimento de uma só fábrica de tabacos na área de estudo. Após o encerramento da Fábrica de Louça de Miragaia, passou a funcionar nos seus edifícios essa mesma fábrica de produção de tabaco, por volta de 1865, tendo fechado portas logo no ano a seguir<sup>655</sup>.

---

<sup>652</sup> DGPC (2018) - Porto - *Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2K28hQQ>, consultado a 13/11/2018, às 23:13h.

<sup>653</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p.149-150.

<sup>654</sup> SOEIRO, T.; ALVES, J.; LACERDA, S.; OLIVEIRA, J. (1995) – *A Cerâmica Portuguesa (...)*, p.271

<sup>655</sup> LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno (...)*, vol. V, p.257.

### 8.3. Refinação

No ano de 1935, a Sociedade de Importação S.A.R.L. licenciou a construção de um edifício voltado às ruas da Restauração, Monchique e calçada de Sobre o Douro, para aí instalar uma refinação de açúcar<sup>656</sup>, sob projeto dos arquitetos Arménio Taveira Losa (1908-1988)<sup>657</sup> e Aucíndio Ferreira dos Santos (1925-1969). Nesse espaço, pertença da RAR Imobiliária, S.A, tinha funcionado a antiga Fábrica de Cerâmica de Massarelos (nº 116 a 120)<sup>658</sup>.



Figura 224 – Planta topográfica da Licença de obra nº 1863/1935.

<sup>656</sup> Ficha nº: 292 (Licença de obra nº 1863/1935).

<sup>657</sup> A remodelação desta destilaria de açúcar tornou-se um dos seus mais célebres projetos. PEDREIRINHO, José M. (2017) - *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal (...)*, p.186.

<sup>658</sup> Ficha nº35 (Licença nº 1863/1935).

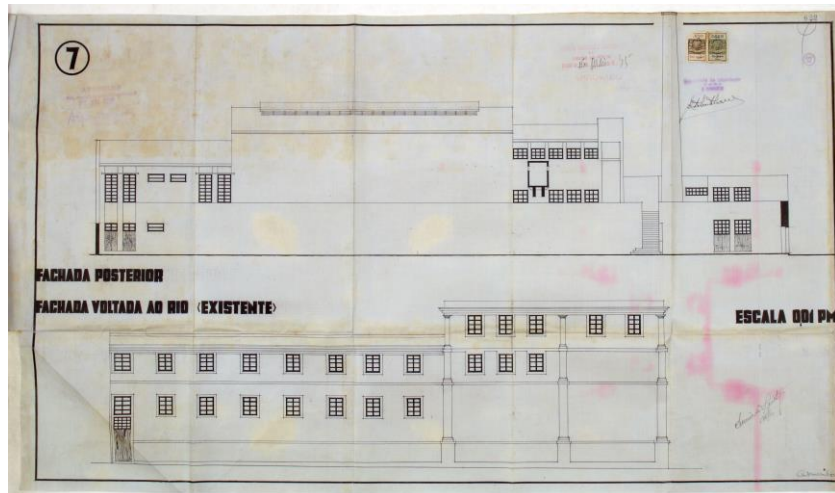
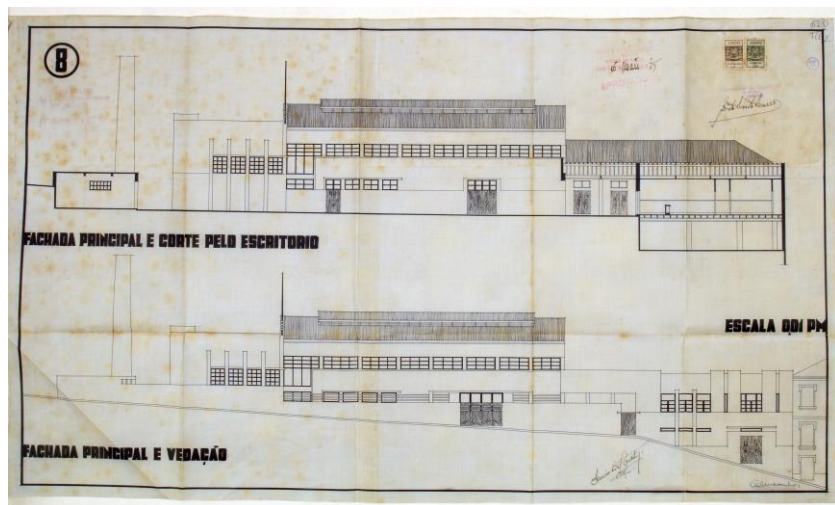


Figura 225 – Alçados na Licença de obra nº 1863/1935. Projeto do Arq. Arménio Losa.



Em 2002, o local foi alvo de uma intervenção da Arqueologia, que distinguiu três contextos arqueológicos: «1 - Níveis relacionados com o abandono da Fábrica e as transformações ocorridas pela construção da Refinaria; 2 - níveis relacionados com o incêndio que destruiu a fábrica; 3 - níveis relacionados com as fases de ocupação e evolução da fábrica»<sup>659</sup>, ainda relacionados com a indústria cerâmica.

Atualmente, substituído por modernos apartamentos, constitui mais um exemplo de complexo industrial tornado conjunto residencial: «(...) instalar-se-ia, no local da antiga fábrica [de Cerâmica], a empresa Refinarias de Açúcar Reunidas (RAR), para onde, recentemente, foi planeado o projeto de construção de um Complexo Imobiliário designado por “Monchique”»<sup>660</sup>. Este projeto previa «a utilização de alguns elementos existentes, nomeadamente a fachada na Rua de Monchique, uma chaminé em alvenaria de tijolo e alguns muros e paredes de granito»<sup>661</sup>.

Não poderemos falar de uma reconversão das instalações, já que estas foram (quase) totalmente demolidas e a construção iniciada de raiz. Todavia, a implantação respeita o lote da antiga fábrica, e a manutenção da chaminé mantém viva a sua memória. Esta última, testemunho emblemático da indústria, recorda «a transição da oficina à fábrica», «a utilização de uma nova forma de energia, o vapor, ao tempo bastante inovadora e indissociavelmente ligada à primeira revolução industrial» e afirma «uma certa prosperidade da empresa»<sup>662</sup>, pelo que se tem escolhido fazer dela um elemento de permanência nos projetos de requalificação de antigos conjuntos fabris.

---

<sup>659</sup> DGPC (2018) - Porto - *Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2K28hOO>, consultado a 13/11/2018, às 23:17h.

<sup>660</sup> BARBOSA, Líliliana (2014) - *Fábrica De Louça De Massarelos - (Porto). Breve Olhar Sobre As Produções De Uma Unidade Industrial Pioneira Em Portugal*, in Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI, Actas do II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 maio de 2014, p.697.

<sup>661</sup> Afaconsult (2013) – *Conjunto Habitacional Monchique*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PYUdgi>, consultado a 13/11/2018, às 23:22h.

<sup>662</sup> MENDES, J. Amado (2000) - *Uma Nova Perspectiva Sobre O Património Cultural: Preservação E Requalificação De Instalações Industriais*, Gestão e Desenvolvimento, 9 (2000), 197-212, p.205.



*Figura 226 – Vista aérea da Fábrica, durante a escavação. BARBOSA, Liliana (2014) - Fábrica De Louça De Massarelos (...), p.698.*



*Figura 227 – A chaminé ainda apresenta o símbolo SIEL, uma das sociedades gerida pelo grupo RAR. 2018.*



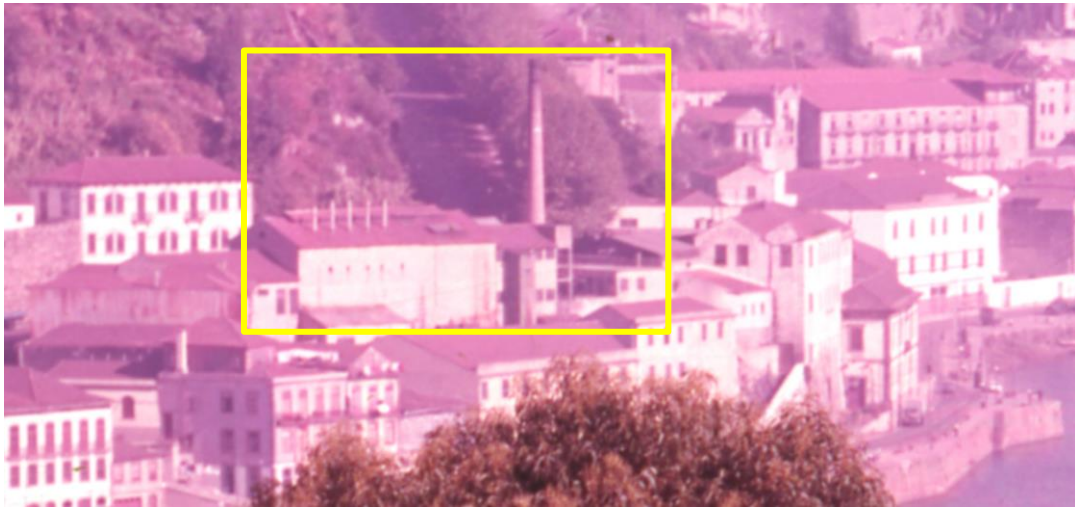


Figura 228 – Edifício da refinaria (junto à chaminé), visto de Vila Nova de Gaia. AHMP: F-D-CMP-07-082.

\*\*

Vejamos agora uma fábrica de refinação de menor dimensão.

Em 1923, Tomás Augusto Ferreira pede licença para «construir no quintal do seu predio sito na Rua da Bandeirinha nº 58 a 60 (...) um barracao para instalar uma fabrica de refinacao de assucar, torrefacção de cafe e fabrico de chocolate, bem como a respectiva chaminé»<sup>663</sup>.

Quanto ao prédio em cujo logradouro se instalou, esse foi erguido em substituição de um anterior que aí se achava, e pertencia a Abel Lacerda<sup>664</sup>. O novo edifício destinava-se a «armazem, sendo somente o 2º andar e as aguas furtadas aproveitados para habitação»<sup>665</sup>.

---

<sup>663</sup> Ficha nº: 104 (Licença de obra nº 894/1923).

<sup>664</sup> Ficha nº: 103 (Licença de obra nº 547/1920).

<sup>665</sup> Ficha nº: 105 (Licença de obra nº 1924/1923).



#### 8.4. Moagem

Na antiga rua da Esperança, atual rua de Tomás Gonzaga, existiu uma fábrica de moagem de cereais, ao número 24, onde também estava instalada uma grande padaria. O fundador adquiriu os terrenos que daí se estendiam até à rua Arménia, onde construiu armazéns para reservatório de cereais. Mais tarde, comprou ainda os terrenos entre os números 21 e 27 da R. de Tomás Gonzaga, onde instalou mais armazéns<sup>666</sup>. O dito fundador foi António José Borges, proprietário da casa no largo de São Pedro de Miragaia onde está incorporada a Fonte do Bicho (vd. 5.6.3.).

#### 8.5. Tecelagem

De entre as pequenas oficinas de tecelagem que se acumulavam nos quintais dos portuenses, a grande parte situava-se na parte alta da cidade<sup>667</sup>. Ainda assim, em Miragaia podemos destacar a de Rosa Silva, uma das 7 maiores fábricas de algodão do Porto, em atividade desde 1807 na praia de Miragaia, «com os seus engenhos de fiação, vinte teares e mecanismos de estamparia»<sup>668</sup>.

No número 66 da rua da Bandeirinha (vd. 6.3.7.) esteve instalada a partir de 1850 uma fábrica de sedas, pertença de António de Oliveira Lessa, e que previamente se localizou na antiga rua das Carrancas<sup>669</sup>.

Salienta-se ainda, na antiga rua do Paço (hoje beco do Paço ou rua de Clemente Menéres), junto ao atual Jardim de Carrilho Videira, ou do Carregal (anteriormente denominado praça do Duque de Beja<sup>670</sup>), a fábrica de tecelagem de Manuel Joaquim Machado, um dos mais importantes industriais têxteis do século XIX no Porto<sup>671</sup>, fundada em 1814.

---

<sup>666</sup> LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno (...)*, vol. V, p.257.

<sup>667</sup> ALVES, Jorge (2010) – *O progresso material (...)*, p.53.

<sup>668</sup> ALVES, Jorge (2014) – *Fiar e tecer: Uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Museu da Indústria Têxtil, p.39.

<sup>669</sup> A rua das Carrancas, também se chamou rua do Carranca, rua da Liberdade e é hoje rua do Dr. Alberto Aires de Gouveia. LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno (...)*, vol. V, p.256.

<sup>670</sup> LEAL, Augusto de Pinho (1875) - *Portugal Antigo e Moderno (...)*, vol. V, p.256.

<sup>671</sup> ALVES, Jorge; LACERDA, Silvestre (1997) - *Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela - As origens*. In O TRIPEIRO, 7ª série, ano XV (1995), nº 1-2 (Janeiro/Fevereiro), p. 41-46, e nº 3, p. 84-88, p.5.

## 8.6. Fundição

Um dos protagonistas da indústria portuense do final do século XIX foi o setor da fundição, fundamental para a difusão de arquiteturas de ferro na cidade. De localização ribeirinha, enumeravam-se algumas fábricas: A Fundição do Bicalho, a do Ouro (Lordelo), a da Arrábida e a de Massarelos.

A Fundição de Miragaia foi criada em 1867 e era gerida, de acordo com o Inquérito Industrial de 1881, pelo inglês John Ayres. Segundo Francisco Queiroz, as primeiras referências apontam a direção para as mãos da firma Millers, Ayres e C.<sup>672</sup>.

Pinho Leal refere que a fábrica se situava nos números 6 e 8 das escadas do Monte dos Judeus, onde existiu anteriormente uma fábrica de cerveja, aguardente, licores e genébra, pertencente a João Iglesias<sup>673</sup>. No pavimento mais baixo da mesma escadaria, existiu uma outra oficina de serrar madeiras, movida a vapor, que em 1870 deu lugar a uma fábrica de moagem – de cereais, seixo, sarro e enxofre (este último para combate da filoxera e do oídio) – também a vapor, cujo proprietário foi Francisco José Gomes.

Em 1889, a família Souza Santos passa a dirigir a Fundição<sup>674</sup>. Segundo Jorge Alves, a Sociedade Clemente Menéres & Filhos «participava na sociedade em comandita Sousa Santos & Irmão»<sup>675</sup> nesta fábrica.

No ano de 1916, conforme conseguimos confirmar, através da licença de obra que solicita a construção de «um armazem para arrecadação de moldes da (...) oficina de fundição»<sup>676</sup>, situava-se ainda nas escadas do Monte dos Judeus. Tinha como proprietário, no ano seguinte, Joaquim de Souza Santos (herdeiro de José de Souza Santos), que a expande para a rua do Cidral de Cima, num terreno comprado à Câmara Municipal, cobrindo «parte d'essa Rua» e abrindo «comunicações da oficina de acabamentos com a

---

<sup>672</sup> QUEIROZ, Francisco (2001) - *Subsídios para a História das fábricas de fundição do Porto no século XIX*, Associação Cultural Amigos do Porto, Boletim de 2001, 3ª série, Nº19, p.169.

<sup>673</sup> Segundo Pinho Leal, a fábrica de fundição de ferro existia já desde 1860, ano em que se extinguiu a de cervejas e outras bebidas. LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno (...)*, vol. V, p.257.

<sup>674</sup> QUEIROZ, Francisco (2001) - *Subsídios para a História das fábricas de fundição (...)*, p.169.

<sup>675</sup> ALVES, Jorge (2007) - *De pedras fez terra (...)*, p.127.

<sup>676</sup> Ficha nº: 303 (Licença de obra n.º: 843/1916).



fundição»<sup>677</sup>. Localizava-se mesmo à frente da viela da ilha do Ferro, onde, como o nome indica, terá existido uma ilha.

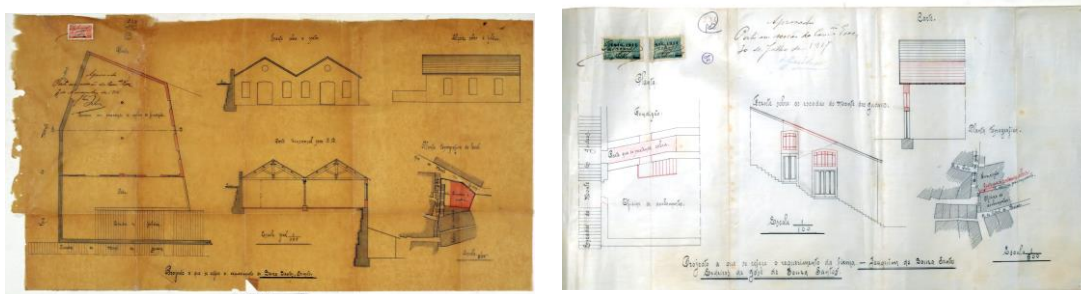


Figura 232 – Esq.: Licença de obra n.º: 843/1916; Dir.: Licença de obra nº 551/1917.

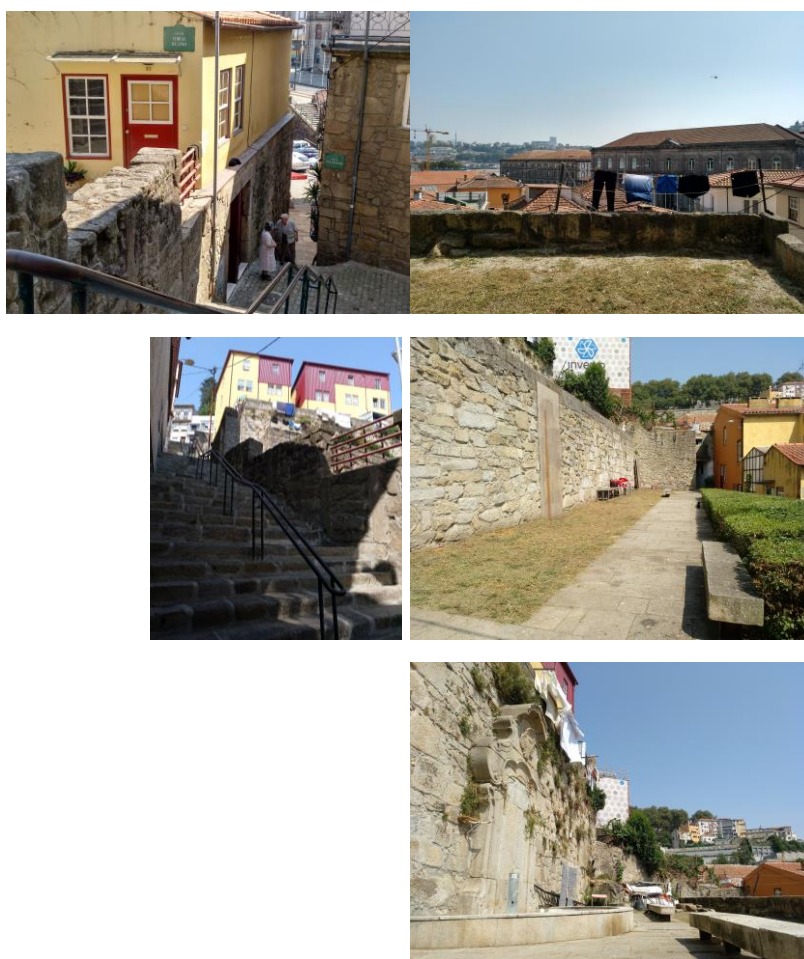


Figura 233 – Patamares onde se localizou a Fundição de Miragaia. Escadas do Monte dos Judeus.

<sup>677</sup> Ficha n.º: 304 (Licença de obra nº 551/1917).

Próximo, existiram a Fundição do Bicalho e a de Massarelos.

A primeira, fundada em 1842 por David Hargreaves e John Eccles Martin, pertencia em 1844 à firma Hargreaves & C<sup>a</sup> e em 1849 à Hargreaves & Kopke C<sup>a</sup>.

Em 1850 torna-se sociedade anónima enquanto *Fundição do Bicalho*, ligada a Gaspar da Cunha Lima, mais tarde diretor da vizinha Fundição de Massarelos. Quatro anos depois como seus diretores figuravam Joaquim Ferreira Coelho, Bernardo José Machado e Eduardo Augusto Kopke. No ano de 1860 assume a direção Luís Ferreira de Sousa Cruz, substituído por Eugénio Ferreira Pinto Basto em 1863. No correr de 1875 a fábrica já teria encerrado<sup>678</sup>.

A segunda, fundada em 1849 por William Hawke, que inicialmente tinha trabalhado na Fundição do Bicalho, e Joaquim Lidoro de Castro, com apoio do Barão de Massarelos (J. A. Kopke), num edifício que este lhes cedera. Em 1852 junta-se Gaspar da Cunha Lima, passando a fábrica a ser propriedade da Companhia Aliança<sup>679</sup>. No ano de 1873, Hawke abandona a Fundição de Massarelos para fundar a de Monchique, mas regressa poucos anos depois.

Em 1881, Joaquim Carvalho da Assunção geria a Fundição de Massarelos, quando esta acabaria por vir a designar-se apenas Companhia Aliança, com sede no n.º60 da rua da Praia<sup>680</sup>.

---

<sup>678</sup> QUEIROZ, Francisco (2001) - *Subsídios para a História das fábricas de fundição (...)*, p.149-150.

<sup>679</sup> No início do século XX, também a Fundição do Ouro passa a integrar a Companhia Aliança. Encerrou em 1980. CORDEIRO, José L. (1999) - *O triste fim da Fundição do Ouro*. Público, Local Porto, 25 de Abril de 1999, disponível em linha: <https://bit.ly/2FowZMn>, consultado a 25/07/2018, às 16:07h.

<sup>680</sup> QUEIROZ, Francisco (2001) - *Subsídios para a História das fábricas de fundição (...)*, p.157-159.



A Fundação de Monchique, de William Hawke e filhos, foi fundada em 1875<sup>681</sup>, um ano depois do inglês ter adquirido «uma parte do extinto Convento de Monchique, faceando com a rua do Caes para onde tem a porta de serventia, (...) para commodidade do seu estabelecimento de fundição que ali vai collocar»<sup>682</sup>. Para instalar a fábrica, construiu um edifício que ligava a frente ribeirinha ao antigo claustro, que funcionava como casa de máquinas<sup>683</sup>.

Esteve em atividade apenas até 1880, ano em que o proprietário regressa à Fundação de Massarelos<sup>684</sup>.

Em termos de limites, terá confrontado a norte com a rua de Sobre-o-Douro (em cuja frente Hawke manda abrir uma porta em 1877, por «conveniencia do seu estabelecimento de Fundição<sup>685</sup>»), a sul com a rua Nova da Alfandega, a este com o antigo convento e a oeste com o terreno e um armazém que também pertenceram à instituição religiosa<sup>686</sup>. Parte do espaço estaria ainda reservado à habitação de W. Hawke e família<sup>687</sup>.

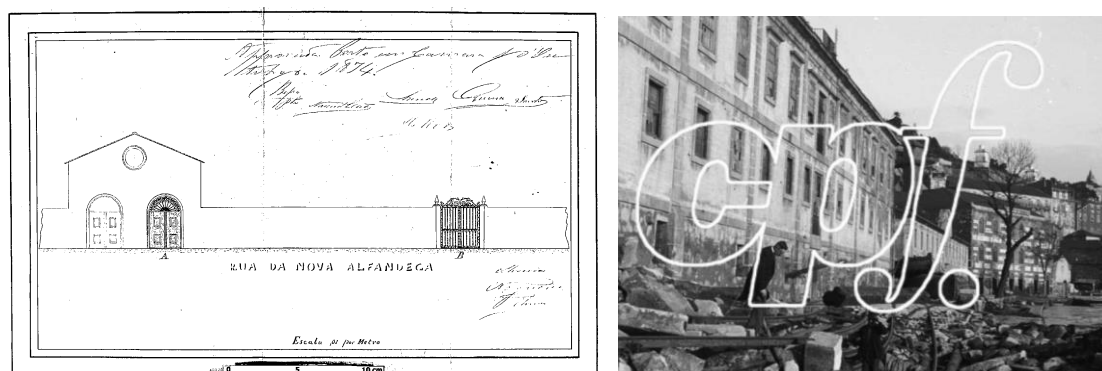


Figura 234 – Esq.: Frente da Fábrica de Fundação de Monchique voltada à rua de Monchique (que se chamou rua da Nova Alfândega). Licença de obra nº 390/1874; Dir.: Fotografia em que parece ser possível ver o edifício da Fundação, ao fundo, à direita. CPF, disponível em linha: <https://bit.ly/2Dm4XhN>.

<sup>681</sup> Aparece o ano de 1875 em ADP - *Constituição de sociedade de metalurgia situada no Convento de Monchique 1875-04-03*, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=759363>, consultado a 12/11/2018, às 11:14h.

<sup>682</sup> Ficha nº: 37 (Licença de obra nº 390/1874).

<sup>683</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p.149.

<sup>684</sup> QUEIROZ, Francisco (2001) - *Subsídios para a História das fábricas de fundição (...)*, p.170.

<sup>685</sup> Ficha nº: 40 (Licença de obra nº 128/1877).

<sup>686</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p.148.

<sup>687</sup> REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p.150.

Outras com menor preponderância existiram, como a Fundição de Wild e Hibbard e a Fundição de Bernardo Francisco de Oliveira e C<sup>a</sup>., ambas localizadas no cais das Pedras. Além dessas, houve a Fundição do Cais do Bicalho (nº33), fundada em 1870, também designada por Serralharia Mecânica do Bicalho, de António Fernandes de Oliveira e posteriormente da sua viúva, Arminda de Oliveira, e a da rua da Restauração, de Dionísio José Rodrigues Chaves & Vilela<sup>688</sup>.



Figura 235 – Fundição de Massarelos. Bilhete postal ilustrado, disponibilizado por Rui Cunha, em linha: <http://portoarc.blogspot.com/2012/05/limites-da-cidade-ii.html>

<sup>688</sup> QUEIROZ, Francisco (2001) - *Subsídios para a História das fábricas de fundição (...)*, p.169-170.

## 8.7. Conserveira

Corria o ano de 1889 quando foi fundada a *Especial Fábrica a Vapor de Conservas Alimentícias Lusitana*<sup>689</sup>, sita na rua de S. Pedro de Miragaia (possivelmente nos terrenos da Quinta do Rio Frio), encabeçada por José Coelho Dias e Joaquim António Lopes – Sociedade Lopes, Coelho Dias & C<sup>a</sup>. Em 1891, a firma, «possuindo uma propriedade no local denominado “Rio Frio”» manda «fazer sobre o muro da mesma propriedade uma construção (...) a fim de ampliar a fabrica de conservas que alli tem instalada»<sup>690</sup>.

Após alcançar o sucesso no mercado, e já tida como uma das melhores no ramo, a fábrica seria deslocada para Matosinhos (no Areal do Prado), onde disfrutava da proximidade do mar e do Porto de Leixões, dando início à atividade em 1899 sob o novo nome *Real Fábrica de Conservas de Matosinhos*, a primeira aí sediada.

No ano de 1941 foi adquirida por Adão Pacheco Polónia, mantendo-se em funcionamento até à década de 60. Em 2013, após demolição, o sítio da fábrica, em Matosinhos, deu lugar a um empreendimento residencial<sup>691</sup>.

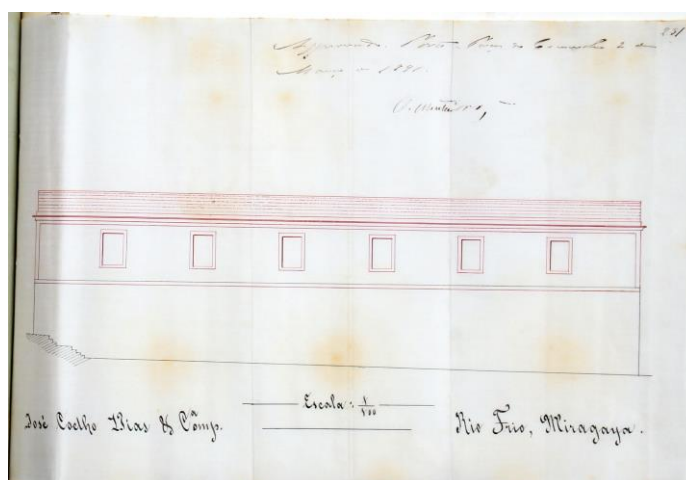


Figura 236 – Licença de obra n.º 86/1891. AHMP.

<sup>689</sup> Informações facultadas por Miguel Correia, autor do documentário *In Matosinhos* (2014). Disponível em linha: <https://inmatosinhos.blogspot.com/2013/04/1899-lobes-coelho-dias-c-lda.html> consultado a 08/11/2018, às 23:23h.

<sup>690</sup> Ficha n.º: 180 (Licença de obra n.º 86/1891).

<sup>691</sup> Informações facultadas por Miguel Correia, autor do documentário *In Matosinhos* (2014). Disponível em linha: <https://inmatosinhos.blogspot.com/2013/04/1899-lobes-coelho-dias-c-lda.html> consultado a 08/11/2018, às 23:24h.

## 8.8. Sociedade Clemente Menéres

### 8.8.1 História da Sociedade

A sociedade foi criada por Clemente Joaquim da Fonseca Guimarães (1843-1916), por volta de 1874. Anteriormente, tinha-se juntado a João Joaquim de Paes e constituído a firma Paes & Meneres, na rua da Ferraria, dissolvida aquando da transformação em C. Meneres e C<sup>a</sup>. e da retirada de Paes.

À nova sociedade, com sede numa «“fábrica de rolhas para exportação, trabalho braçal e a vapor”, no cais da Alfândega nº17, correspondente à parte oriental do edifício do ex-convento de Monchique, então arrematada em hasta pública»<sup>692</sup>, pertenciam Joaquim Silvano Filho e Álvaro Carneiro Geraldês.

De acordo com J. Alves, a C. Meneres & C<sup>a</sup> terá posteriormente instalado, na rua da Restauração, uma fábrica de conservas que veio a ser conhecida como a Companhia Luso-Brasileira - Fábrica de Conservas Alimentícias<sup>693</sup>. Em 1876, os dois sócios retiraram-se da sociedade, restando apenas Menéres, que veio a associar-se a Raul Cirne e António Tomás dos Santos.

---

<sup>692</sup> ALVES, Jorge (2007) - *De pedras fez terra (...)*, pp.115-117.

<sup>693</sup> ALVES, Jorge (2007) - *De pedras fez terra (...)*, p.120.

Com atividade também em Trás-os-Montes, onde se fazia a produção da cortiça, a fábrica de Monchique acabou por se tornar armazém de depósito.



Figura 237 – Placa de homenagem no Romeu, Mirandela. 2015. Fotografia disponibilizada por João Menéres em linha: <https://bit.ly/2qFky4M>

Em 1879, a firma volta a reorganizar-se, com a entrada do novo sócio Constantino Joaquim Paes, filho de João Paes, passando a chamar-se Santos, Cirne & C<sup>a</sup> - sucessores de Paes & Meneres<sup>694</sup>. Porém, a partir de 1883, só a fábrica de conversas se manteve na sociedade, tendo sido apartado o negócio da cortiça, com crescente desenvolvimento e nova sucursal em Espinho. Em 1885, Porfírio de Macedo vem integrar a firma, que acaba por se dissolver dois anos depois, com a retirada de Clemente Menéres. A fábrica Luso-Brasileira e a fábrica de conservas de sardinha de Silvade, em Espinho, passam a pertencer à nova empresa: Santos, Cirne & Macedo.

---

<sup>694</sup> ALVES, Jorge (2007) - *De pedras fez terra (...)*, p.121.

Depois de alguns anos passados no nordeste transmontano, Clemente regressa ao Porto com a família, manda arranjar a sua casa do antigo convento, monta novamente a fábrica de rolhas num dos armazéns de Monchique e forma sociedade com os dois filhos, Agostinho e Alfredo - a Clemente Menéres & Filhos:

«O edifício do ex-convento de Monchique foi ampliado, de forma a incluir a residência e as instalações para a sociedade comercial, alugando ainda a terça parte que lhe não pertencia. A parte oriental do ex-convento passa a albergar as duas principais actividades - a fábrica de rolhas de cortiça e um armazém de vinhos e outras bebidas, estas com uma grande variedade de marcas e géneros, desde vinho do Porto, moscatel e malvasia e licores diversos, tanto de produção própria como de produção alheia»<sup>695</sup>.

Logo em 1890, a Clemente Menéres & Filhos participou com a Sousa Santos & Irmão no estabelecimento da Fundição de Miragaia, fábrica que compraram a John Ayres, nas escadas do Monte de Judeus (*vd.* 8.6.). Cinco anos depois, Clemente decide reformular a firma para Meneres & C<sup>a</sup>., alargando-a à participação da filha Leonor (representada pelo marido Joaquim Barbosa) e do filho José, e dela retirando as propriedades transmontanas.

Em 1897 saíram de Monchique, alojando a empresa em Matosinhos, e separaram-se de Joaquim Barbosa que mudou a fábrica para a “Alfândega Velha”<sup>696</sup>, agora designada Barbosa & C<sup>a</sup>. Todavia, a indústria de cortiça haveria de regressar a Monchique algum tempo depois, tendo Clemente Menéres registado em 1902 a Sociedade Clemente Menéres, Lda., com a esposa e os filhos. Com o encerramento da fábrica de Mirandela, em 1913, no ano seguinte a Sociedade requer licença para estabelecer nova fábrica de cortiça e seus derivados nos terrenos do antigo convento, em Miragaia.

---

<sup>695</sup> ALVES, Jorge (2007) - *De pedras fez terra (...)*, p.126.

<sup>696</sup> ALVES, Jorge (2007) - *De pedras fez terra (...)*, p.128.



A antiga Meneres & C<sup>a</sup> dá origem, em 1905, à Companhia Vinícola do Porto, transformada em 1908 na Real Companhia Vinícola Portuguesa<sup>697</sup>, geridas pelos filhos de Clemente. Um edifício, com projeto do engenheiro António da Silva, datado de 1897, é construído em Matosinhos, onde «ocupa o perímetro de um quarteirão, possuindo no seu interior um grande pátio onde terminava a linha férrea, que fazia ligação às docas do porto de Leixões»<sup>698</sup>.

A sociedade acabou por falir no ano de 1930. A Real Vinícola foi encerrada, ficando o edificado sujeito à degradação. Hoje, após reabilitação do arquiteto Guilherme Machado Vaz, é nesse antigo complexo de armazéns que funciona a Casa da Arquitectura. Está classificado como Monumento de Interesse Público<sup>699</sup>.

«O valor patrimonial histórico e arquitectónico do quarteirão arruinado foi, seguramente, potenciado pela profunda transformação (e recentralização) da envolvente nestes 30 anos. Hoje, é um dos sobreviventes da memória colectiva da cidade, justificando a opção política tomada em 2013 pelo então Presidente do Município, Guilherme Pinto, de aí instalar os três novos equipamentos culturais que agora inauguram: Orquestra Jazz de Matosinhos, Casa da Arquitectura e os espaços “para alugar” a projectos culturais/empresariais»<sup>700</sup>.

---

<sup>697</sup> «Em 1930 faliu a Real Companhia Vinícola, ficando o edifício votado ao abandono e consequente degradação. Na década de cinquenta o edifício serviu de albergue à população ribeirinha que ficou sem as suas habitações na sequência da construção das docas do Porto de Leixões. Mais tarde, já na década de setenta serviu de alojamento aos retornados das ex-colónias portuguesas em África, enquanto aguardavam a entrega de habitações. Quando a Câmara Municipal de Matosinhos adquiriu o edifício submeteu-o, entre 2015 e 2017, a obras de reabilitação profunda, com projeto da autoria do arquiteto Guilherme Vaz, restabelecendo-lhe assim a sua imponência e monumentalidade.» Casa da Arquitectura – Real Vinícola, disponível em linha: <https://bit.ly/2K2cJ4w>, consultado a 21/06/2018, às 12:21h.

<sup>698</sup> OLIVEIRA, Catarina (2008) - *Edifício da Real Companhia Vinícola*, disponível em linha: <https://bit.ly/2B0vYG1>, consultado a 21/06/2018, às 12:23h.

<sup>699</sup> Portaria n.º 431-B/2013, DR, 2.ª série, n.º 124 (suplemento), de 1-07-2013, OLIVEIRA, Catarina (2008) - *Edifício da Real Companhia Vinícola*, disponível em linha: <https://bit.ly/2B0vYG1>, consultado a 21/06/2018, às 12:21h.

<sup>700</sup> MOREIRA, Inês (2014) - *Starring: a revitalização do quarteirão industrial da Real Vinícola por Guilherme Machado Vaz*, J-A Jornal Arquitectos, disponível em linha: <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/j-a-256/revitalizacao-real-vinicola>, consultado a 12/11/2018, às 11:22h.



Figura 238 - Companhia Vinícola Portuguesa no Areal do Prado, antes de 1919. Bilhete postal ilustrado, disponibilizado por José Rodrigues em linha: <https://www.flickr.com/photos/zerrodrigues/17864264354> . Dir.: Casa da Arquitectura. Fotografia disponível em linha: <http://casadaarquitectura.pt/en/instituicao-en/new-premises/real-vinicola/>



Figura 239 – 1897 - Anúncio Luso Brazileira, Comércio do Porto Ilustrado, disponível em linha: <https://bit.ly/2Ppv0ft>

Quando faleceu, corria o ano de 1916, Clemente Menéres deixou em testamento «1500\$00 em papéis de crédito para rendimento com a finalidade de serem distribuídas esmolas a pobres de Miragaia»<sup>701</sup>. Sucederam-lhe na Sociedade o filho José, até 1954, o filho Manuel, de 1954 a 1973, e o neto Clemente, de 1973 a 1993.

São hoje gerentes João Pedro Menéres, Nuno Espregueira e João Menéres<sup>702</sup>.

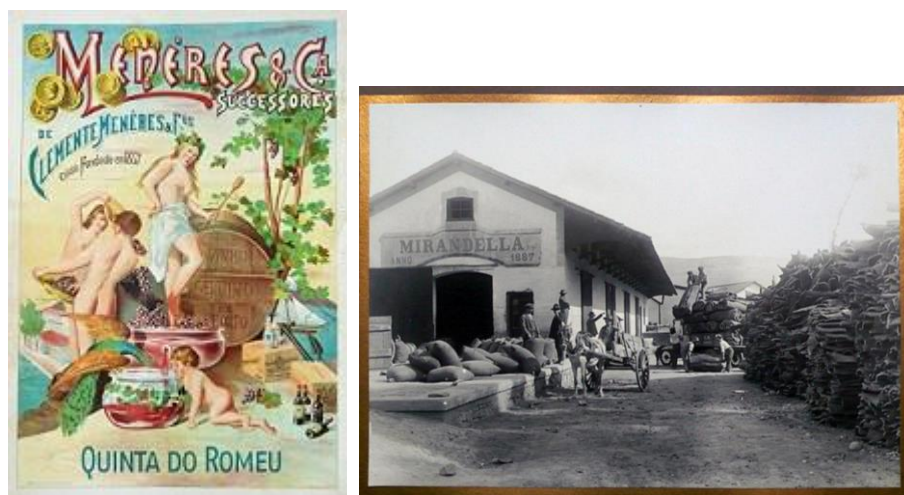


Figura 240 – Esq.: Poster da Sociedade Clemente Menéres, disponível em linha: <http://avasmafra.comunidades.net/sociedade-clemente-meneres-lda>; Dir.: Quinta do Romeu (2018) – *Quem somos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2AWf2QW>

<sup>701</sup> ALVES, Jorge (2007) - *De pedras fez terra (...)*, p.137.

<sup>702</sup> Quinta do Romeu (2018) – *Quem somos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2AWf2QW>, consultado a 20/06/2018, às 22:12h.

### 8.8.2. Transformações dos terrenos do antigo Convento de Monchique

Como vimos, grande parte do conjunto conventual edificado foi adquirida pela firma Clemente Menéres. Em 1875, o proprietário pede licença para estabelecer no extinto convento uma fábrica a vapor de moagem de farinha e descasque de cereais<sup>703</sup>. No mesmo ano, como forma de investimento, manda construir uma série de casas junto à rua Nova da Alfândega<sup>704</sup>.

Um dos edifícios foi arranjado para sede da fábrica, na calçada de Monchique, identificado pelo frontão triangular e as esculturas de remate, que lhe atribuem um aspeto distinto. Várias licenças foram concedidas a Clemente Menéres para alterações neste corpo do antigo convento, incluindo mudanças na fenestração e adição de andares. A primeira, em 1875, dá conta de que o proprietário «se viu obrigado a demolir toda aquella parte [da fachada casa], em consecuencia do estado ruinoso em que se achava»<sup>705</sup>, atribuindo-lhe um novo frontispício. Em 1887, amplia-se o andar superior<sup>706</sup>.

---

<sup>703</sup> Não pudemos consultar esta licença, por não fazer parte do Arquivo Histórico. Em REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século (...)*, p. 142, está presente a localização da licença: ADP – GCP, Mç 1436, procº nº 271. Em linha, encontra-se o seguinte registo: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=1620640>;

<sup>704</sup> Ficha nº: 31 (licença nº 232/1875).

<sup>705</sup> Ficha nº: 39 (Licença de obra nº 300/1875).

<sup>706</sup> Ficha nº: 45 (Licença de obra nº 554/1887).



*Figura 241* – Em cima: projeto anterior à demolição (Licença de obra nº 300/1875).  
Em baixo, à direita, projeto posterior à demolição.  
Em baixo, à esquerda: projeto de ampliação do andar superior (Licença de obra nº 554/1887).

No ano de 1908 instala, no nº5 da calçada de Monchique<sup>707</sup>, uma fábrica de produção de cortiça<sup>708</sup> e seus derivados, e constrói, em frente, um armazém de mercadorias<sup>709</sup>. Em 1919, no edifício fabril, manda abrir uma porta e construir uma escada<sup>710</sup> e, em 1921, é-lhe adicionado um andar<sup>711</sup>.

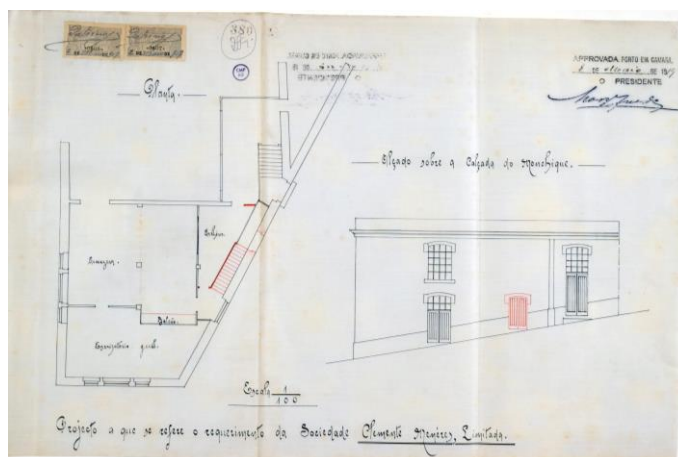


Figura 242 – Edifício onde esteve a Fábrica de Cortiças de Clemente Menéres. Licença de obra nº 174/1919.



Figura 243 – Licença de obra nº 675/1921.

<sup>707</sup> ADP - Processo referente a uma fábrica de cortiças e seus derivados da Sociedade Clemente Meneses Limitada, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=1621008>

<sup>708</sup> CARVALHO, Marta (2009) – *Convento de Monchique, cenário de «amor de perdição»*. Através dos Tempos, Jornal Viva Porto, pp. 22-27.

<sup>709</sup> Ficha nº: 55 (Licença de obra nº 549/1908).

<sup>710</sup> Ficha nº: 67 (Licença de obra nº 174/1919).

<sup>711</sup> Ficha nº: 70 (Licença de obra nº 675/1921).



Ainda no ano de 1909 havia mandado erguer um armazém, com terraço, para depósito de cortiça, junto ao velho edifício do convento que abre para um pátio através de um arco, nos atuais números 21, 23 e 25<sup>712</sup> da calçada de Monchique, e que manda ampliar dez anos depois<sup>713</sup>.

Em 1914, faz obras de uniformização nos seus prédios à face da rua de Monchique<sup>714</sup>, aos quais adiciona um andar em 1923<sup>715</sup>.

No ano de 1917, precisa de reconstruir os armazéns que ainda hoje se estendem pela rua de Sobre o Douro, e que haviam sido destruídos pelo fogo<sup>716</sup>. Num destes espaços, recuperado pelo Arquiteto Lourenço Roqui<sup>717</sup>, viria a funcionar o restaurante Sessenta Setenta e até muito recentemente o restaurante Sardinha Alfândega.

Em 1918, a fábrica de rolhas da fábrica Barbosa & C<sup>a</sup>, também sediada no antigo convento de Monchique, pertencente a Joaquim Barbosa, genro de Clemente Menéres, sofreu um grande incêndio. Arderam dois armazéns, a fábrica, a ilha e o andar superior da casa de habitação. Em 1919, esta firma, «tendo adquirido um predio na Rua da Bandeirinha com os n<sup>os</sup> 8 a 10 (...) pretende mandal-a reconstruir»<sup>718</sup>. O edifício em questão situa-se em frente aos armazéns que referimos no parágrafo anterior, e hoje funciona como habitação, tendo o n<sup>o</sup>2 da rua da Bandeirinha.

---

<sup>712</sup> Ficha n<sup>o</sup>: 57 (Licença de obra n<sup>o</sup> 1714/1909).

<sup>713</sup> Ficha n<sup>o</sup>: 66 (Licença de obra n<sup>o</sup> 120/1919).

<sup>714</sup> Ficha n<sup>o</sup>: 59 (Licença de obra n<sup>o</sup> 522/1914).

<sup>715</sup> Ficha n<sup>o</sup>: 72 (Licença de obra n<sup>o</sup> 1819/1923).

<sup>716</sup> Ficha n<sup>o</sup>: 62 (Licença de obra n<sup>o</sup> 424/1917).

<sup>717</sup> Lifecooler (2016) – *Sardinha Alfândega*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PRoiLi>, consultado a 12/11/2018, às 11:29h.

<sup>718</sup> Ficha n<sup>o</sup>: 101 (Licença de obra n<sup>o</sup> 98/1919).

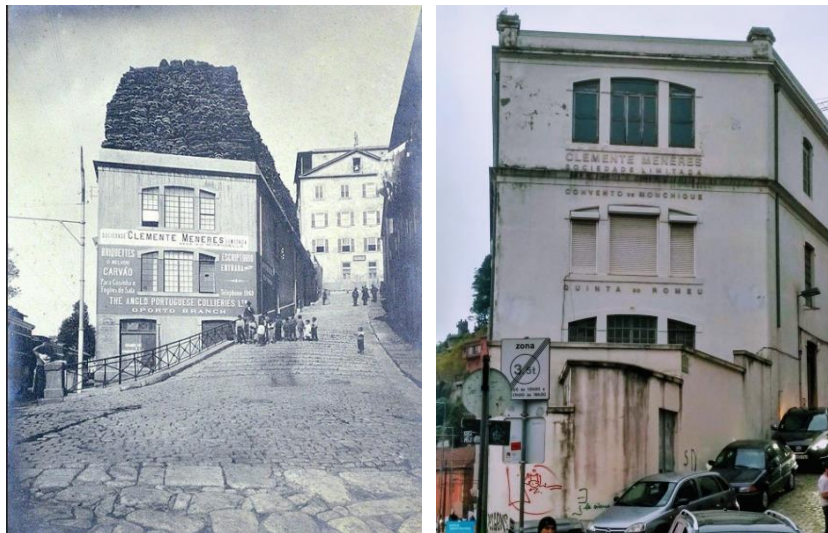


Figura 244 – Esq.: Edifício da Sociedade Clemente Menéres, com cortiça armazenada na cobertura, c.1900. Imagem disponibilizada por José Rodrigues em linha: <https://www.flickr.com/photos/zerrodrigues/22346591640> ; Dir.: edifício em 2018.



Figura 245 – Fotografia disponibilizada por Peter Velthoen. 1987. Em linha: <https://bit.ly/2T12A9C>

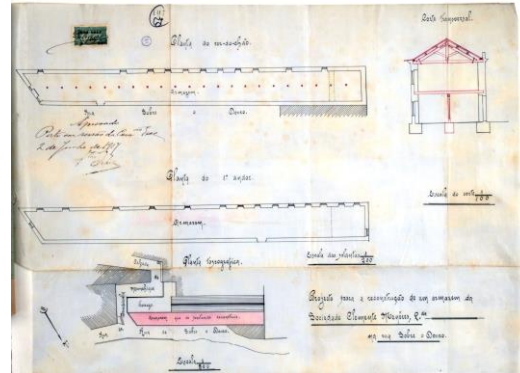


Figura 246 - Licença de obra nº 424/1917.



Figura 247 – Antigo Restaurante Sardinha Alfândega. Disponível em linha: <https://lifecooler.com/artigo/comer/restaurante-sardinha-alfandega/384379>

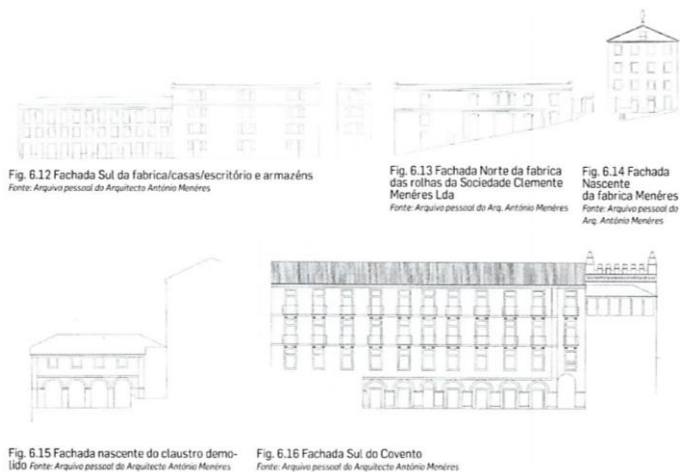


Figura 248 – Desenhos do Arquivo de António Menéres, retirados de PEREIRA, Ana C. (2007) - *Os conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*, Porto: FAUP, p.194.

## 8.9. Fábrica Electra e propriedades de Luís Couto dos Santos

O engenheiro civil Luís Couto dos Santos (1872-1938<sup>719</sup>), residente no nº23 da rua da Liberdade, alugava, em 1901, o nº 21 da rua dos Fogueteiros (atual rua de Azevedo de Albuquerque), sito nos terrenos da quinta das Virtudes, para a instalação das suas oficinas de latoaria<sup>720</sup>.

Casado com D. Laura Eulália de Azevedo e Albuquerque, fundou a Fábrica Electra, especializada em produção de material hospitalar, movida a eletricidade, e projetou a Estação Central Geradora de Massarelos. No desenho do projeto<sup>721</sup> da primeira, vêem-se a planta da fábrica e a sua localização - entre a Casa das Virtudes e a subida para o largo do Viriato, por onde se fazia a entrada e está hoje um portão de acesso ao jardim público.

No ano de 1909, manda aumentar as dimensões do portal nº 27 da rua dos Fogueteiros, que dava serventia para as oficinas da Fábrica Electra, e substituir a porta de madeira por um portão de ferro<sup>722</sup>. Dois anos depois, era dono da casa situada ao número 9 da rua dos Fogueteiros<sup>723</sup>, cuja ampliação requiere, através da anexação do nº13 da mesma rua. Em 1920, é «proprietário e morador no predio nº9 a 21 da rua Azevedo Albuquerque»<sup>724</sup>. No ano seguinte, solicita a alteração de uma parte do prédio em que habita «por forma a torna-la apta para habitação d'uma pequena família»<sup>725</sup>, cujas obras consistiam na transformação do amplo salão numa só casa.

---

<sup>719</sup> GUEDES, Manuel V. (1995) - *1924 – A Estação Central Geradora de Massarelos*. 2º Encontro Nacional do Colégio de Engenharia Eletrotécnica da Ordem dos Engenheiros. Lisboa, 1995, pp. 353-364, p.363.

<sup>720</sup> Ficha nº: 13 (Licença de obra nº 221/1901).

<sup>721</sup> Ficha nº: 13 (Licença de obra nº 221/1901).

<sup>722</sup> Ficha nº: 16 (Licença de obra nº 620/1909).

<sup>723</sup> Ficha nº: 17 (Licença de obra nº 1203/1911).

<sup>724</sup> Ficha nº: 19 (Licença de obra nº 508/1920).

<sup>725</sup> Ficha nº: 20 (Licença de obra nº 799/1921).

Em 1932<sup>726</sup>, Luís Couto dos Santos possui ainda mais fogos, entre o 7 e o 41, sendo com as obras deste período, encabeçadas por Avelino Ramos Meira, que a fachada do edifício se torna uniforme e adquire o aspeto que hoje vemos.

Atualmente, no nº 17 encontra-se instalado o Mira Clube<sup>727</sup>, associação de ensino, cultura e desporto fundada em 1965, e, desde 2011, o Centro de Formação Mira.

---

<sup>726</sup> Ficha nº: 23 (Licença de obra n.º: 961/1932).

<sup>727</sup> Mira Clube, disponível em linha: <http://www.miraclube.pt/>, consultado a 12/11/2018, às 11:30h.

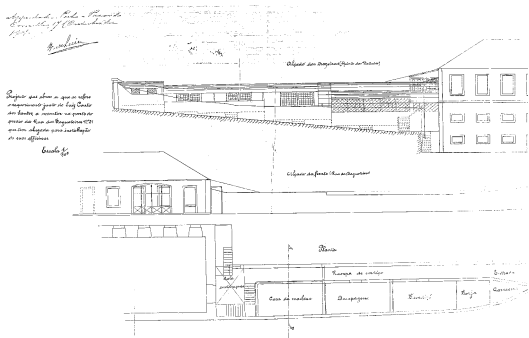


Figura 250 - Licença de obra nº 221/1901.



Figura 249 – Expositor da Electra. Congresso De Medicina [Contra A Tuberculose], 1907: Exposição [De Higiene No Mercado] Ferreira Borges, disponível em linha: <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/viewer?id=61230>

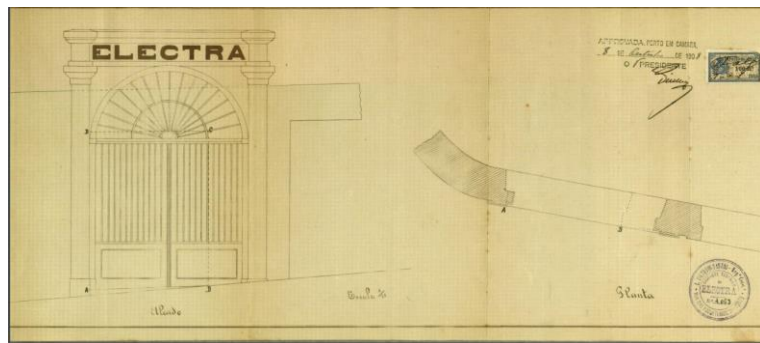


Figura 251 - Licença de obra nº 620/1909.



Figura 252 – Panorâmica dos edifícios que subsistem hoje, nos terrenos onde existiu a fábrica Electra. 2018.



## 8.10. Transportes

Ainda que não diga respeito à cronologia que definimos para este capítulo, achámos ser pertinente deixar um apontamento sobre um primitivo meio de transporte, muito utilizado nas margens do rio: a barca. Desde muito cedo (vd. capítulo 4) e até meados do século XIX<sup>728</sup>, a travessia do Douro, entre o Porto e Gaia, fazia-se através de barcas, uma das primeiras formas de serviço de transporte coletivo. Em Miragaia, «os moradores [...] tinham a seu cargo barcas de passagem»<sup>729</sup>. Estas barcas, que de acordo com L. M. Duarte e A. Barros evocavam, na sua forma, as gôndolas venezianas, «têm, ainda hoje, uma descendente na lancha que atravessa para a Afurada»<sup>730</sup>.

Era comum alugar algum tipo de transporte quando havia necessidade de carregar mercadorias. Vejamos, por exemplo: «em 1480, os administradores do hospital alugaram uma *azurracha* para a condução de várias mercadorias (entre elas telha fabricada em Vila Nova) entre a alfândega e Miragaia»<sup>731</sup>. A *azurracha* não era mais do que uma barça a remo que se usava no rio Douro<sup>732</sup>, antepassado do barco rabelo.

Antes da evolução dos transportes, no século XIX, a circulação até à Foz fazia-se de *burricada* ou *carroção*<sup>733</sup>. Em 1852, a Câmara do Porto iniciou o empreendimento da estrada marginal desde a porta Nobre até ao castelo da Foz<sup>734</sup>. Começaram aí a circular os *omnibus*<sup>735</sup> e os *char-a-bancs* (“charabãs”). Nalgumas zonas da cidade, instituíram-se

---

<sup>728</sup> As vereações trataram de assuntos relativos às barcas desde 1391 até ao século XIX. DUARTE, Luís M.; BARROS, Amândio (1997) – *Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna*. DOURO – Estudos & Documentos, vol. II (4), 1997 (2º), pp. 77-118, p.107.

<sup>729</sup> DUARTE, Luís M.; BARROS, Amândio (1997) – *Corações aflitos (...)*, p.108.

<sup>730</sup> DUARTE, Luís M.; BARROS, Amândio (1997) – *Corações aflitos (...)*, p.108.

<sup>731</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.96.

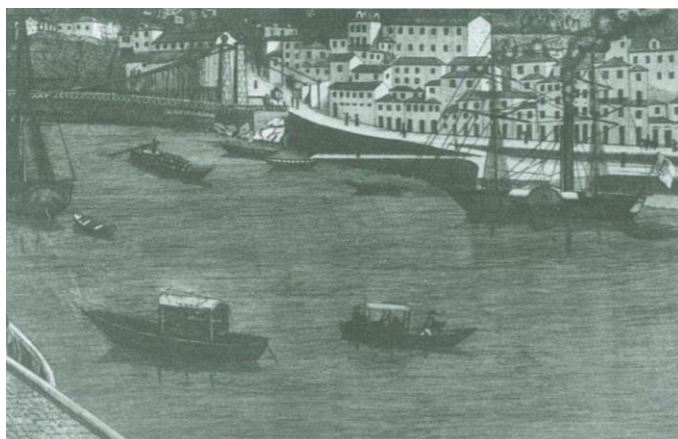
<sup>732</sup> *Azurracha*, em Dicionário Priberam, disponível em linha: <https://dicionario.priberam.org/azurracha>, consultado a 12/11/2018, às 11:24h.

<sup>733</sup> ALVES, Jorge (2010) – *O progresso material (...)*, p.91; O carroção «não era mais do que um carro de bois transformado em carruagem fechada, com uma porta e janelas laterais e dois assentos dispostos longitudinalmente. A força de tração era uma junta de bois, devido à escassez de cavalos como consequência das invasões francesas», STCP – *História dos Transportes*, disponível em linha: <http://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/historia-dos-transportes/> consultado a 12/11/2018, às 11:36h.

<sup>734</sup> Posteriormente ampliada até Leça, por altura da Exposição Internacional de 1865 (Vd. capítulo 10.1.1).

<sup>735</sup> «Quanto ao omnibus, contemporâneo do carroção, terá sido introduzido na cidade aquando da constituição da Companhia de Transportes União, em 1839, que importou quatro coches denominados omnibus para transporte de passageiros. A sua forma seria em muitos aspetos semelhante ao carroção, ou seja, uma enorme caixa de madeira envidraçada, assente em dois pares de rodas, mas puxada por "machos" ou cavalos e não por bois.», STCP – *História dos Transportes*, disponível em linha: <http://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/historia-dos-transportes/> consultado a 12/11/2018, às 11:37h.

os chamados Trens de Praça ou de aluguer<sup>736</sup> (antecedentes dos atuais táxis). Através de um pedido de licença de obra do AHMP (vd. volume II), apurámos que, no ano de 1887, Joaquim Gomes Rodrigues era proprietário, ao nº65 da antiga rua dos Fogueteiros, de um estabelecimento de trens de aluguer<sup>737</sup>.



*Figura 253 – Barcas de passagem no Porto, desenho de Joaquim Manuel das Neves. Cinquenta Vistas do Porto. Grav. nº39. Imagem retirada de DUARTE, Luís M.; BARROS, Amândio (1997) – Corações aflitos (...), p.109.*



*Figura 254 - Trens de aluguer na antiga Praça dos Voluntários da Rainha (hoje Praça de Gomes Teixeira). Fotografia disponibilizada por José Rodrigues em linha: <https://www.flickr.com/photos/zerrodrigues/17773043810>*

---

<sup>736</sup> «Poderiam ser considerados os táxis da época, já que se fixavam nos principais pontos da cidade para aí tomarem os seus clientes e mesmo bagagens», STCP - *História dos Transportes*, disponível em linha: <http://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/historia-dos-transportes/>, consultado a 09/11/2018, às 23:07h.

<sup>737</sup> Ficha nº: 5 (Licença de obra nº 497/1887). Ou no mesmo local, ou muito próximo, em 1921, Raimundo Martins d'Azevedo manda «cobrir um barracão para pintura de carruagens», Ficha nº: 122 (Licença de obra nº 777/1921).

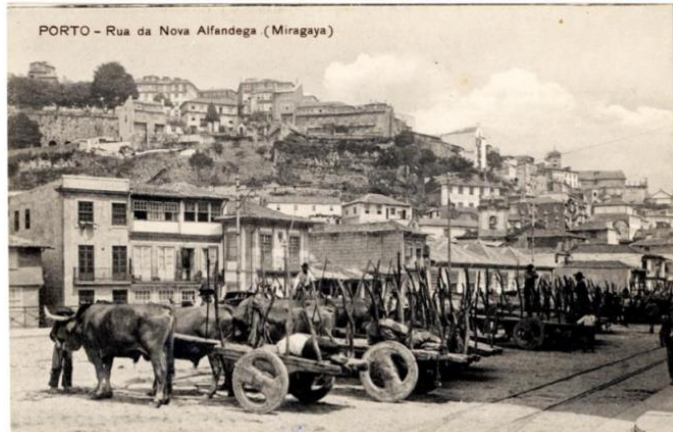


Figura 255 – Carros de bois na rua Nova da Alfândega. 1910. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2DdhRB>



Figura 256 – “Burrizada”, em Almada. Almada Virtual Museum, disponível em linha: <https://bit.ly/2zFGiBn>



Figura 257 - Charabã da empresa Salazar no início da rua do Ouro (Lisboa). 1912. Fotografia de Joaquim Fajans. Disponível em linha: <https://www.flickr.com/photos/azfred/5372518120/in/photostream/>

O desenvolvimento industrial permitiu que, em 1872, começasse a funcionar o caminho-de-ferro americano<sup>738</sup> (que conciliava o carril com a força animal) entre a rua dos Ingleses, Miragaia, a Foz e Matosinhos, e que, em 1881, se inaugurasse a linha férrea de mercadorias entre Campanhã e a Alfândega Nova. Para a concessão da primeira, e que diz respeito à nossa área de estudo, foi constituída a Companhia Carril de Ferro Americano do Porto à Foz e Matosinhos (a *Carril*) em 1873, e mais tarde, como concessionária da maior parte das linhas férreas da cidade, aparecia a Companhia Carris de Ferro do Porto (a *Carris*)<sup>739</sup>. Viriam a fundir-se em 1893. A evolução técnica trouxe a definitiva inutilização da tração animal em 1904, tendo a *Carril* chegado mesmo a ensaiar a tração a vapor na linha marginal, que nunca veio a implementar<sup>740</sup>.

O Porto foi a primeira cidade portuguesa a utilizar o *americano*, muito pela vontade do Barão de Trovisqueira, José Francisco da Cruz Trovisqueira (1824-1898), que no ano de 1870 obteve autorização para estabelecer, a seu encargo, um caminho-de-ferro puxado a cavalos, «na estrada pública entre a cidade do Porto e a povoação da Foz, podendo prolongar-se até Matosinhos»<sup>741</sup>. Logo no ano a seguir se inicia a construção da linha da marginal, tão rapidamente concluída que logo permitiu a viagem de estreia, entre a Alfândega e o Passeio Alegre, depois de inaugurada em 1872.

---

<sup>738</sup> «Veículo de transporte público puxado por uma ou mais parelhas de mulas ou cavalos que circulava sobre carris», STCP - *História dos Transportes*, disponível em linha: <http://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/historia-dos-transportes/>, consultado a 09/11/2018, às 23:03h.

<sup>739</sup> A CCFP dá lugar à STCP (Serviço de Transportes Colectivos do Porto) em 1946.

<sup>740</sup> ALVES, Jorge (2010) – *O progresso material (...)*, p.91-93.

<sup>741</sup> STCP - *História dos Transportes*, disponível em linha: <http://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/historia-dos-transportes/>, consultado a 09/11/2018, às 23:04h.

Em 1895, a tração elétrica chega à freguesia de Miragaia, tendo sido aprovada «a planta que designa as alterações das linhas da Companhia Carris de Ferro, na zona compreendida pelo norte do Campo dos Mártires da Pátria, Passeio da Graça, Carmo e Hospital da Misericórdia, a fim de se executar a substituição do dito troço.»<sup>742</sup>. É de apontar que, no mesmo ano, tinha já iniciado trabalhos a Central Elétrica do Porto, na Arrábida, «permitindo a eletrificação da linha de tração elétrica da rua da Restauração»<sup>743</sup>, com a inauguração da linha entre Massarelos e o Carmo.



Figura 258 - Carro elétrico em Massarelos. Porto: Alameda de Massarelos. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/48074/?q=el%C3%A9trico>

<sup>742</sup> SOUSA, Fernando (coord.) (2013) – *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*. Porto: CEPSE, p. 186.

<sup>743</sup> SAMPAIO, Maria (2015) - *Da Fábrica Para O Museu, Identificação, Patrimonialização E Difusão Da Cultura Técnico-Industrial*, Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História e Filosofia da Ciência, p.132.





Figura 259 – Bilhete postal ilustrado. Carro americano: 1896. Disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49638/?q=carro+americano>



Figura 260 – Bilhete postal ilustrado com elétrico na rua da Restauração e vista sobre a Alfândega 1910. Disponível em linha: <https://bit.ly/2zJ9ual>

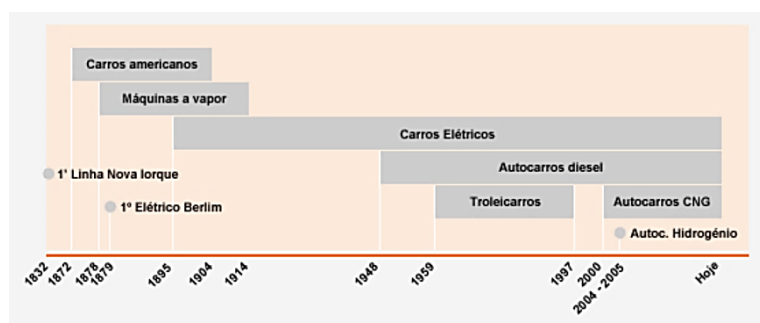


Figura 261 - Cronologia da circulação de transportes públicos no Porto. STCP. Disponível em linha: <http://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/historia-dos-transportes/>



A elevação do terreno no qual foi construída a rua Nova da Alfândega, possibilitou a ligação da linha do carril da marginal à da rua dos Ingleses<sup>744</sup>. Ademais, foi criado, entre 1881 e 1888, o ramal da Alfândega, ligação ferroviária entre esta e a estação de caminhos de ferro de Campanhã, destinado a transporte de mercadorias.



Figura 262 – Vista da estação do ramal da Alfândega, a partir de Vila Nova de Gaia. 1968. AHMP. Disponível em linha: <https://bit.ly/2qJ307y>

---

<sup>744</sup> ALVES, Jorge (2010) – *O progresso material (...)*, p.75.

A partir de 1930, as camionetas iniciam a corrida, e em 1948 inaugura-se a primeira linha de autocarros. No ano de 1959<sup>745</sup>, começou a ser feita a circulação em *troleicarros*, levando à substituição dos elétricos em 1967. Os tróleis operaram até 1997, e era a linha nº49, aberta desde 1986, a responsável pela circulação entre a Alfândega e o Hospital de São João, a passar em Miragaia.



Figura 263 - Panorâmica do Porto (195?), onde se vê o ramal da Alfândega. Fotografia de Teófilo Rego. Disponível em linha: <https://bit.ly/2z8ubNM>.

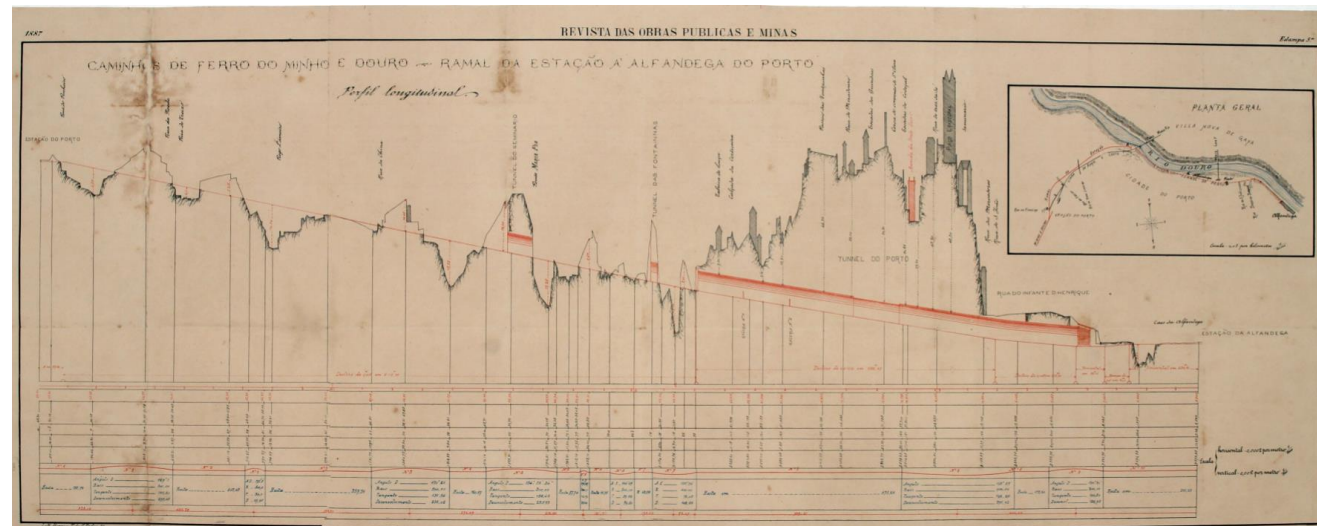
---

<sup>745</sup> LOIS, Diego; VIEIRA, Eduarda; LORENZO; Carmen (2014) - *Intervention proposal for tram 177 from Oporto's (Portugal) Tramway Museum collection. Conservation as an alternative to Restitution or Reconstruction*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI, II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014, p.30.

Figura 265 – Trólei. Fotografia de Emídio Gardé. Disponível em linha: <http://ehgarde.planetaclix.pt/trolleybus/ptdataspt.htm>



Figura 264 - Perfil longitudinal da linha de caminho-de-ferro entre a Estação de Campanhã e a Estação da Alfândega, atravessando o Túnel do Seminário, o Túnel das Fontainhas e o Túnel do Porto., 1887. Disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/549338/>



## 8.11. Armazéns

O armazém, estrutura complementar da atividade naval, comercial ou industrial, acomodava, no mesmo espaço, funções de depósito e abastecimento de mercadorias (cereais, sal, madeira ou vinho) que poderiam vir a ser vendidas ou exportadas. Antes da implantação destas construções, não havendo outros espaços para esse fim, era, de acordo com Amândio Barros, comum descarregar as mercadorias em mosteiros<sup>746</sup>.

No Porto, a marginal do rio exibia inúmeros armazéns, localizados sobretudo no que teria sido o interior da muralha, cuja importância remonta à Idade Média<sup>747</sup> e que constituíam elementos marcantes «na fisionomia do espaço ribeirinho»<sup>748</sup>. Durante a Época Moderna, os armazéns e adegas «concentrar-se-iam provavelmente nas ruas e zonas próximas da Ribeira e em Miragaia (...), onde muitas casas tinham uma loja subterrânea com funções de armazenagem»<sup>749</sup>.

Entre os mais documentados estão os armazéns de vinhos de Miragaia, «primeiros do seu género na região»<sup>750</sup>, cuja relevância perdurou desde a Idade Média até ao século XIX, com a transferência para Vila Nova de Gaia nos finais do século XVIII, e que apresentamos no subcapítulo 8.11.2.

---

<sup>746</sup> “nom auia onde os descarregar ante os descarregauam nos moesteijros”, BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.72.

<sup>747</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.73.

<sup>748</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.72.

<sup>749</sup> TEIXEIRA, Helena - *O papel das estruturas portuárias no desenvolvimento urbano das cidades costeiras Euro-Atlânticas: O exemplo do Porto no início da idade Moderna*, in POLÓNIA, Amélia; MEDINA, Ana (2016) - *La gobernanza de los puertos atlánticos, siglos XIV-XX, Políticas y estructuras portuárias*, Madrid: Casa de Velázquez, s/p.

<sup>750</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.72.

Começamos por ver os armazéns de menor dimensão, para que passemos posteriormente aos casos de estudo, construções de maior calibre. Em 1841, Manuel do Nascimento e sua mulher, «senhores e possuidores de huã propriedade de Casas com sahida para as Escadas do Caminho Novo juncto á Capella de Nossa Senhora da Esperança e porta para hum terreno que há entre ellas e o antigo Forno da Esperança»<sup>751</sup>, mandam fazer uma rampa desde a porta da loja que possuíam, até à rua da Esperança, para que o estabelecimento pudesse servir de «armazem de Vinhos e outros misteres»<sup>752</sup>.

No ano de 1910, Alvaro Gomes Sá manda «construir um telheiro coberto de ferro zincado» para guardar madeira de importação, em terrenos que pertenceram ao extinto Convento, na rua de Monchique<sup>753</sup>.

Em 1915, Eleutério Adolfo Moreira da Fonseca manda reconstruir «um armazem sito na rua de S. Pedro de Miragaya, nº58»<sup>754</sup>, que havia em parte desabado, deixando outra parte em risco de cair e destruir o «aqueducto d'essa rua [...] que conduz aguas do val das Virtudes e dos lavadouros públicos no mesmo local». Três anos depois, requere a construção de «um armazem, anexando-o a outro armazem [...] que se destina a mercadorias diversas»<sup>755</sup>, desta vez entre a marginal e a rua de Sobre-o-Douro. A partir de 1980 funcionou no mesmo edifício – e que julgámos ter pertencido aos terrenos da Quinta do Rio Frio/Quinta da Cochela (vd. 7.1.), a Associação Recreativa e Desportiva São Pedro de Miragaia<sup>756</sup>. Hoje encontra-se totalmente devoluto.

---

<sup>751</sup> Sobre o forno da Esperança não conseguimos obter qualquer informação documental. Ainda que tenhamos calcorreado toda a envolvente da Capela, e analisado com a ajuda de arqueólogos (a quem agradecemos a colaboração), não nos foi possível ter a perceção exata de onde este se possa ter localizado. Porém, sabemos que existiram em Miragaia, pelo menos no século XVII, fornos em que se produzia biscoito – vd. BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo* (...), p.370.

<sup>752</sup> Ficha nº: 260 (Licença de obra nº 226/1841).

<sup>753</sup> Ficha nº: 58 (Licença de obra nº 315/1910).

<sup>754</sup> Ficha nº: 182 (Licença de obra nº 461/1915).

<sup>755</sup> Ficha nº: 63 (Licença de obra nº 384/1918).

<sup>756</sup> ADP - Associação Recreativa e Desportiva São Pedro de Miragaia, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=1696905> consultado a 12/11/2018, às 11:43h.

Acrescentemos agora um caso que foi alvo de recente requalificação. Existiam, em 1915, dois armazéns de sal no Cais das Pedras, nº17<sup>757</sup>. Juntamente com outros edifícios contíguos, foram reconstruídos e convertidos numa unidade hoteleira de quatro estrelas: «o Vila Galé Porto Ribeira é um hotel boutique resultante da reabilitação de quatro edifícios na zona do Cais das Pedras, próxima da Alfândega do Porto»<sup>758</sup>.

O projeto, do Departamento Técnico Vila Galé, visou «ser uma solução que tenha uma relação correcta com os edifícios vizinhos, nomeadamente no respeito pelas cérceas dos edifícios da frente urbana para o Cais das Pedras», pelo que recuperou a fachada do prédio mais alto, com dois pisos e águas furtadas, e criou um aspeto semelhante para os restantes elementos arquitetónicos, «de modo a que o surgimento da frente do hotel aconteça de uma forma integrada, mantendo alinhamentos e linguagem de vãos que vão contribuir decisivamente para a valorização da frente ribeirinha»<sup>759</sup>.

---

<sup>757</sup> Ficha nº: 302 (Licença de obra nº 787/1915).

<sup>758</sup> Vila Galé Porto Ribeira, disponível em linha: <https://www.vilagale.com/br/hoteis/porto-e-norte/vila-gale-porto-ribeira> consultado a 12/11/2018, às 11:47h.

<sup>759</sup> Anteprojectos – Vila Galé Porto Ribeira, disponível em linha: <http://www.anteprojectos.com.pt/2017/06/21/hotel-vila-gale-cais-das-pedras/> consultado a 12/11/2018, às 11:48h.





Figura 266 – Aspeto dos armazéns do Cais das Pedras em 2014. Google Maps.



Figura 267 – Aspeto atual. Hotel Vila Galé (do lado esquerdo do Rota Café). 2018.



Figura 268 – Interior de um dos quartos do Hotel, que tem como tema a pintura. Disponível em linha: <https://www.vilagale.com/br/hoteis/porto-e-norte/vila-gale-porto-ribeira>

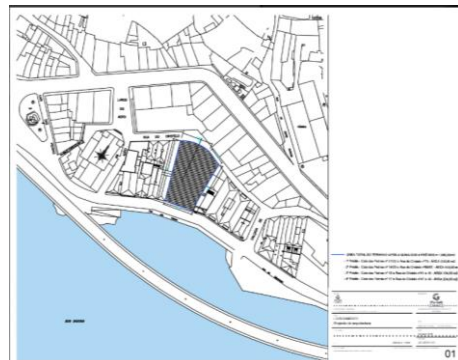


Figura 269 – Planta de implantação. Disponível em linha: <http://www.anteprojectos.com.pt/2017/06/21/hotel-vila-gale-cais-das-pedras/>

### 8.11.1. Armazéns do Cais Novo

Fronteiros ao rio Douro, construídos junto à Casa do Cais Novo, os armazéns do mesmo nome apresentam três pisos de interior abobadado, uma fachada de ritmo longitudinal e estrutura cavada no morro, tendo sido, pela sua localização e escala, usados para diversos fins, e por isso se apresentem hoje como um exemplo de reutilização da arquitetura. O cais que lhe dá o nome é também chamado cais de Monchique ou cais da Cábrea<sup>760</sup> (fig.270). Poderá ainda aparecer designado como cais da Alfândega.

Foram utilizados para serventia da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, até ao ano de 1822, a partir do qual e até 1872<sup>761</sup> esteve aí instalada a chamada *Alfândega de Massarelos*<sup>762</sup>, ao serviço da Alfândega do Porto, que já em 1703 não dispunha de suficientes instalações «de armazenagem e despacho». Esta falta de espaço foi piorando no início do século XIX, pelo que em 1821 foram, então, provisoriamente adotados estes armazéns<sup>763</sup>. Mais tarde, aí funcionou o Museu do Vinho do Porto<sup>764</sup>, após trabalhos arqueológicos entre 1999 e 2001<sup>765</sup> e elaboração de projeto de adaptação por parte do gabinete do arquiteto Humberto Vieira (2000). Serviu recentemente de oficina mecânica.

A Casa do Cais Novo, cuja edificação principiou em 1750<sup>766</sup>, a mando de José Pinto da Cunha Pimentel, para residência da família, a par com a Quinta do Fojo, ficou concluída em 1781 pelo seu irmão Pantaleão da Cunha. Nesse mesmo ano, deu-se início

---

<sup>760</sup> Esta designação aparece nas licenças de obra do AHMP, n.ºs 299/1931 e 187/1938. *Vd.* volume II.

<sup>761</sup> Porto XXI (1999) - *Ficha de Museu: Museu do Vinho do Porto*, disponível em linha: [http://www.portoxxi.com/cultura/ver\\_edificio.php?id=111](http://www.portoxxi.com/cultura/ver_edificio.php?id=111), consultado a 25/07/2018, às 14:10h.

<sup>762</sup> GRAÇA, Manuel; PEREIRA, Liliana (2008) - *Museu Do Vinho Do Porto. Arquitectura, Programa E Conteúdos Do Espaço*. Porto: Pelouro da Cultura, Turismo e Lazer Direcção Municipal de Cultura Departamento Municipal de Museus e Património Cultural, Divisão Municipal De Museus, CMP, p.5.

<sup>763</sup> Centro de Congressos da Alfândega do Porto (2017) - *Sobre nós (cronologia)*, disponível em linha: <http://www.ccalfandegaporto.com/pt/sobre-nos/1>, consultado a 25/07/2018, às 16:23h.

<sup>764</sup> Situava-se nos n.ºs 45 a 52 da rua de Monchique. Encerrado desde dezembro de 2017, voltará a abrir, de acordo com a CMP, em 2018, num edifício remodelado na rua da Reboleira, *in* CMP – Museu do Vinho do Porto, disponível em linha: <https://bit.ly/2DhZHvW> consultado a 25/07/2018, às 14:20h.

<sup>765</sup> DGPC (2018) - *Armazéns do Cais Novo*, disponível em linha: <https://bit.ly/2DeWv46>, consultado a 25/07/2018, às 15:00h.

<sup>766</sup> MOURA, Susana (2014) - *Reconversão do património industrial : armazéns do cais novo no Porto*. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Universidade Lusíada do Porto, sob orientação do Prof. Sérgio José Castanheira Infante, p.109.

à construção dos armazéns, que terminaria em 1798<sup>767</sup>, já com José Pinto da Cunha Godinho Saavedra como proprietário, filho de José Pinto da Cunha Pimentel<sup>768</sup> e de D<sup>a</sup>. Clara Saavedra. Consequentemente, estes edifícios são ainda designados por «Armazéns do Saavedra».

Para a sua implementação, escolheu-se o local entre a Casa do Cais Novo e o armazém do Convento, num terreno «sobre o caes, em posição favorável para os navios chegarem a terra podendo ser carregados e descarregados por uma prancha»<sup>769</sup>.

A construção destes armazéns, bem como aqueles que pertenceram às freiras de Monchique, acentuou «a deslocação das mais diversas actividades relacionadas com o comércio transitário para poente de Miragaia»<sup>770</sup>.

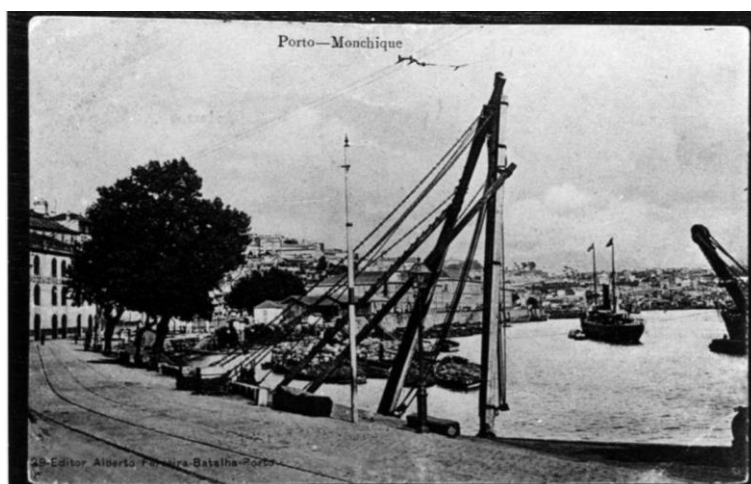


Figura 270 – Cábrea, tipo de guindaste utilizado na náutica, que esteve localizada no Cais de Monchique – em frente aos Armazéns - também chamado Cais Novo e Cais da Cábrea. Reprodução de um postal de Alberto Ferreira. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/343554/?q=titulo%3A%28alf%C3%A2ndega%29+objetos%3Asim>

<sup>767</sup> LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno (...)*, vol. V, p.99 -100.

<sup>768</sup> Porto Digital – *Museu do Vinho do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2zJVDRc>, consultado a 20/06/2018, às 15:21h.

<sup>769</sup> GÜNTHER, Anni (2002) – *Porto, 1763-1852 (...)*, p.215.

<sup>770</sup> GÜNTHER, Anni (2002) – *Porto, 1763-1852 (...)*, p.215.

Em 1908, José Maria Rodrigues d'Ascensão<sup>771</sup>, casado com Maria Emília Pinto da Cunha Saavedra<sup>772</sup>, ligados à Fábrica de Cerâmica do Fojo<sup>773</sup> e à quinta do mesmo nome<sup>774</sup>, manda «levantar dous pavimentos em dous cumes sobre um armazem que possui (...) sob a rua da Restauração».

No primeiro pavimento estava já montada uma «fábrica de rolhas e outros productos manufacturados de cortiça». Os dois novos pisos serviriam «para ampliação da fabrica de massas que existe nos armazens anexos»<sup>775</sup>. Julgamos que a «fábrica de confecção de rolhas de cortiça»<sup>776</sup> pertenceu à firma Carlos de Souza & C<sup>a</sup> Lda., já que em 1920 a mesma pede licença para ampliar a casa, onde está a fábrica, e que tomou de arrendamento a J. M. Rodrigues d'Ascensão. O desenho indica que as alterações a realizar se localizavam no edifício a nascente da Casa do Cais Novo, ao contrário dos de 1908, que identificavam os armazéns localizados a poente (onde mais tarde esteve instalada uma fábrica de encerados). Poder-se-á concluir que estes tinham ligação através da Casa, até porque é indicado que «se estabelece comunicação entre estes dous edifícios»<sup>777</sup>.

Ainda em 1908, o proprietário pede que sejam feitas modificações ao projeto que já havido submetido<sup>778</sup>.

Mais recentemente, foi instalada, em parte dos armazéns, a dita fábrica de encerados. O edifício está hoje em ruínas, depois de ter sofrido um grande incêndio em 2010<sup>779</sup>.

---

<sup>771</sup> Em duas das licenças que consultámos surge com o apelido “Assumpção”.

<sup>772</sup> ALLEN, José (2007) - *Descendentes de Thomas & Elizabeth Allen*, disponível em linha: <https://bit.ly/2Di3U2I>, consultado a 12/11/2018, às 12:38h.

<sup>773</sup> PORTELA, Ana (2009) - *A Ornamentação Cerâmica na Arquitectura Do Romantismo Em Portugal*. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, disponível em linha: <http://www.queirozportela.com/ceramica.htm> consultado a 12/11/2018, às 12:41h.

<sup>774</sup> Quinta do Fojo, no Canidelo, Vila Nova de Gaia. Classificada como IIP desde 1978. *Vd. Golfe da Quinta do Fojo*, disponível em linha: <http://www.golfojo.com/historia>; DGPC – *Casa do Fojo*, disponível em linha: <https://bit.ly/2qPEPop>, e FILIPE, Ana (2011) - *Casa do Fojo, em Coimbra*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PIRYny>, consultados a 12/11/2018, às 12:44h.

<sup>775</sup> Ficha nº: 52 (Licença de obra nº 160/1908 [livro nº206]).

<sup>776</sup> Ficha nº: 69 (Licença de obra nº 941/1920).

<sup>777</sup> Ficha nº: 52 (Licença de obra nº160/1908 [Livro nº206]).

<sup>778</sup> Ficha nº: 56 (Licença de obra nº 654/1908).

<sup>779</sup> CORREIA, Augusto (2010) - *Incêndio destruiu antiga fábrica de encerados na rua de Monchique*. *Jornal de Notícias*, 04 Maio 2010 às 03:58, disponível em linha: <https://bit.ly/2qHjRYs>, consultado a 12/11/2018, às 12:46h.

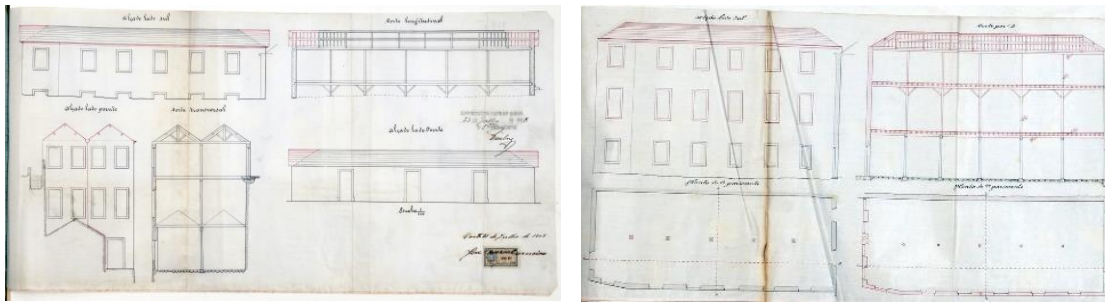


Figura 271 – Esq.: Licença de obra nº 654/1908 / Dir.: Licença de obra nº 160/1908 [livro nº206].



Figura 272 – Armazéns e Casa do Cais Novo, 2018.



Figura 273 – Esq.: Licença de obra nº 941/1920. Dir.: Ruínas dos armazéns, 2018.

Nos armazéns a nascente, J. M. Rodrigues d'Ascensão requiere a construção de «duas armações, sobre parte do terraço da casa nº 49 da rua do Caes Novo»<sup>780</sup>. Estes armazéns, na atualmente chamada rua de Monchique, tinham amplos terraços de onde se alcançava uma bela paisagem, que então ficariam cobertos. Alguns anos mais tarde, em 1934, a filha, Maria Mercês Ascensão Pinto da Cunha Saavedra<sup>781</sup>, «residente na casa do Tojo, em Vila Nova de Gaia» manda «efectuar obras no Cais Novo (antigo edifício de Alfandega)»<sup>782</sup>.

Também nestes armazéns esteve instalado um depósito de cortiça da Sociedade Paes e Menéres: «com fabrica de rolhas estabelecida no armazém dito do Saavedra, proximo de Massarelos, que precisando, para arrumações da fabrica, de construir um barracão (...) no terraço do citado armazem»<sup>783</sup>.

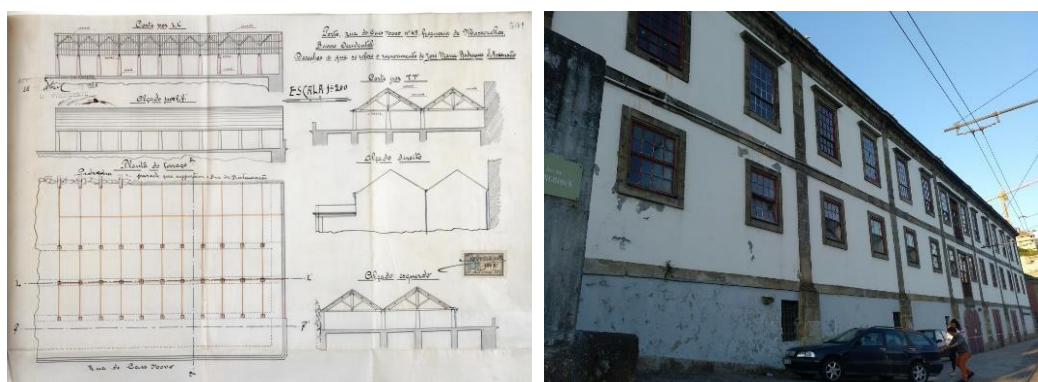


Figura 274 – Esq.: Licença de obra nº292/1908 [Livro nº 210]; Dir.: Armazéns em 2018.

<sup>780</sup> Ficha nº: 54 (Licença de obra nº 292/1908 [Livro nº210]).

<sup>781</sup> ALLEN, José (2007) - *Descendentes de Thomas & Elizabeth Allen*, disponível em linha: <https://bit.ly/2Di3U2I>, consultado a 12/11/2018, às 12:47h.

<sup>782</sup> Ficha nº: 78 (Licença de obra nº 1112/1934). A requerente aparece com o nome Mercedes Pinto da Cunha Saavedra. Pedido sem folhas desenhadas. Ainda que na licença se leia Tojo, deverá ser Fojo.

<sup>783</sup> Ficha nº: 36 (Licença de obra nº 59/1873).





Fig.55 Século XVIII, construção da casa do Cais Novo (1750-1781)



Fig.56 Século XIX, ampliação da casa e construção dos vastos armazéns (1781-1798)

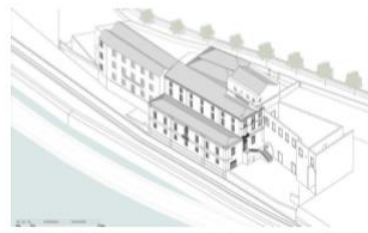
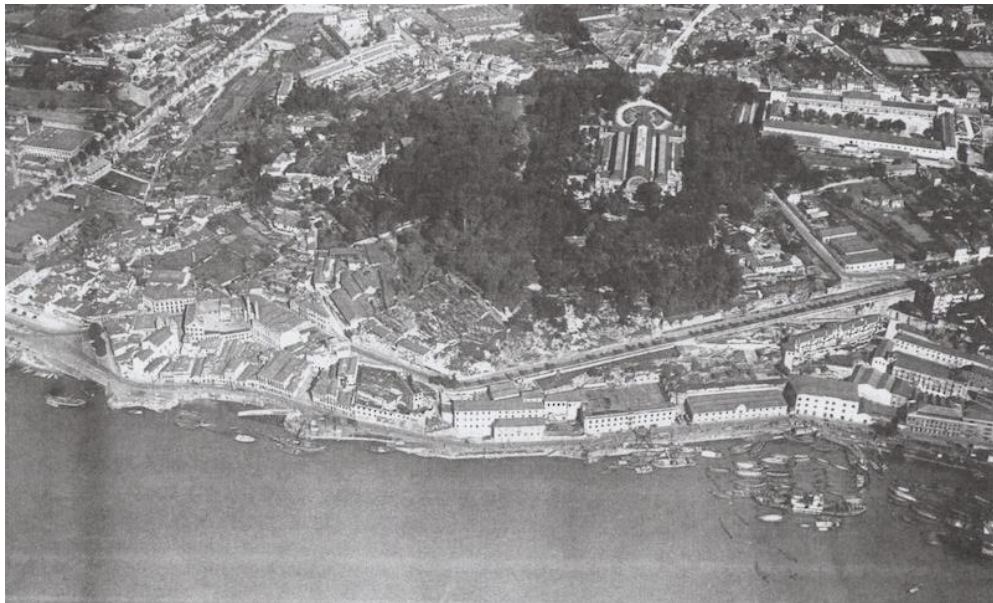


Fig.57 Século XX, ampliação da casa e construção dos anexos para vários fins



Fig. 58 Século XXI, atualmente classificado como imóvel de interesse patrimonial  
Nota: evoluções do edifício interpretativas

*Figura 275 – Evolução dos armazéns contíguos à Casa do Cais Novo, em MOURA, Susana (2014) - Reversão do património industrial: armazéns do cais novo no Porto, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Universidade Lusíada do Porto, p.6.*



*Figura 276 – Armazéns do Cais Novo, na frente ribeirinha. Vista aérea, disponibilizada em linha: <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/10/o-palacio-de-cristal-cidade-do-porto.html>*

### 8.11.2. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro

Esta sociedade foi criada e estabelecida no Porto, em 1756<sup>784</sup>, no âmbito das políticas pombalinas de que atrás já falamos. Ao longo do tempo, ficou conhecida por:

«várias designações que vão desde a Companhia do Alto Douro, Companhia do Douro, Companhia das Vinhas do Alto Douro, Companhia dos Vinhos, Companhia dos Vinhos do Porto (nome também dado à Companhia, desde as suas origens, nomeadamente pelos ingleses e no Brasil), Royal Oporto Wine Company, Real Companhia dos Vinhos do Porto, Companhia Real do Porto, Real Companhia dos Vinhos, Real Companhia Velha e, simplesmente, Companhia»<sup>785</sup>.

Junto à rua de São Pedro de Miragaia teve os seus armazéns, não sabemos exatamente desde quando, que deram origem aos atuais topónimos rua dos Armazéns e viela da Companhia, nos arruamentos que ladeavam as instalações. Teles Ferreira, na sua planta de 1892, indica a localização dos armazéns, designando como *rua dos Arménios* a atual rua dos Armazéns.

Em 1857, a direção manda reedificar parte do «seu Armazem da Praia de Miragaia, que fica situada para o lado da Rua de S. Pedro»<sup>786</sup>. No mesmo ano, volta a emitir um pedido para reconstruir «a parede externa do lado ocidental da Rua de S. Pedro de hua parte dos Armazens que ali tem»<sup>787</sup>.

---

<sup>784</sup> Em 1761, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro arrendou o Antigo Solar dos Figueiroa, na rua das Flores. Desde 1989 é propriedade da Fundação da Juventude, que promove o Centro Histórico do Porto fazendo vários percursos relativos ao Vinho do Porto. FJ – *Casa da Companhia*, disponível em linha: <https://bit.ly/2OH4WqW> consultado a 12/11/2018, às 12:49h.

<sup>785</sup> SOUSA, Fernando (2008) - *O Legado Da Real Companhia Velha (...)*, pp.17-18.

<sup>786</sup> Ficha n.º: 171 (Licença de obra n.º 271/1857).

<sup>787</sup> Ficha n.º: 172 (Licença de obra n.º 361/1857).

Novamente em 1873, na rua já então chamada dos Armazéns, manda reconstruí-los e alargar a via «para facilitar o transito, na ocasião das cheias (...) ficando assim em linha recta»<sup>788</sup>. No ano seguinte, outra reedificação é pedida, desta vez para os «piquenos Armazens (...) de Antiga Construção e a Amiaçar ruina»<sup>789</sup>.

Mas também na rua de Miragaia a Companhia possuiu armazéns, construção do século XVIII com grande simetria, sobre uma galeria composta por arcos que caracterizam as casas envolventes.

Fernando de Sousa sintetizou da seguinte forma a evolução da aquisição de propriedades pela Companhia em Miragaia:

«Em 1807, tendo já realizado, anteriormente, a compra de diversas casas e armazéns na praia de Miragaia, Porto, comprou a porção principal deles, “e de todos formou sucessivamente os A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1960) 59 que actualmente ali possui, lotados em mais de 4 000 pipas”, dotados de “grandes salões, tanoarias, escritórios, casa de alambiques, fábrica de vinagre, e abundante água de bica”. Próximo a estes armazéns, em meados do século XIX, conservava ainda 7 pequenas moradas de casas, nas ruas de S. Pedro e Cidral»<sup>790</sup>.

Segundo os relatos dos moradores, os armazéns da rua de São Pedro permaneceram como depósito de vinhos até muito recentemente. Quanto aos armazéns da rua de Miragaia, parecem ter tido uma ocupação diferente, pois de acordo com uma fotografia de Teófilo Rego, em 1962 estava neles a funcionar uma firma de ferro, aço e arames (fig.278).

---

<sup>788</sup> Ficha nº: 184 (Licença de obra nº 430/1873).

<sup>789</sup> Ficha nº: 186 (Licença de obra nº 238/1874).

<sup>790</sup> SOUSA, Fernando (2003) - *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Porto: CEPSE, p.60.

Mais recentemente, o centro lúdico *World of Discoveries* (Museu dos Descobrimentos), inaugurado em 2014, foi instalado nestes antigos armazéns da Companhia, num espaço com cerca de 5000 metros quadrados<sup>791</sup>. A área adquirida foi de tal maneira extensa que uma notícia publicada em 2012 no Jornal de Notícias afirma: «Mário Ferreira toma conta de parte de Miragaia». Entre os locais recriados dentro do Museu, podem ser encontrados os estaleiros quinhentistas de Miragaia<sup>792</sup>.

Quanto aos armazéns com arcada, na rua de Miragaia, foram adaptados a escritório da Douro Azul, empresa responsável pela direção do Museu temático.

Por seu turno, na parte nascente dos edifícios, com cerca de 1.500 metros quadrados, e que confrontam com a rua da Atafona, instalou-se o *Armazém*, bar e loja de antiguidades.



*Figura 277 – Armazém Bar.*  
Em cima: Fotografias de Juliana e Renata, autoras do blog Conto do Porto. 2017.

Abaixo: fotografia de 2018.

<sup>791</sup> ROSÁRIO, Ana C. (2012) - *Mário Ferreira toma conta de parte de Miragaia*. Jornal de Notícias, Local Porto, 20 Fevereiro 2012, disponível em linha: <https://bit.ly/2DgLbo1> consultado a 12/11/2018, às 12:52h.

<sup>792</sup> DANTAS, Vera (2015) - *World of Discoveries: navegar pela História no Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2B0XLX9> consultado a 12/11/2018, às 12:53h.



Figura 278 – Esq.: Armazéns da rua de Miragaia durante uma cheia. Bilhete postal ilustrado. 1910. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2z4b2N4>; Dir.: Armazéns da rua de Miragaia durante uma cheia. Fotografia de Teófilo Rego. 1962. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2qEQaY8>.



Figura 279 – Esq: Vista geral dos armazéns que se situavam na rua de Miragaia, 98/99. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2JXb6T6>; Dir.: Fachada do edifício da Companhia das vinhas do alto Douro, n.º 97 a 105, da rua de Miragaia. Fotografia de Teófilo Rego. 1958. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2T6kkjZ>.



Figura 280 – Museu temático *World of Discoveries* e edifício de escritórios (antigos armazéns da Companhia. 2018.





Figura 281 – Área ocupada pela empresa Douro Azul e pelo Museu *World of Discoveries* (a azul).  
Google Earth, 2015.

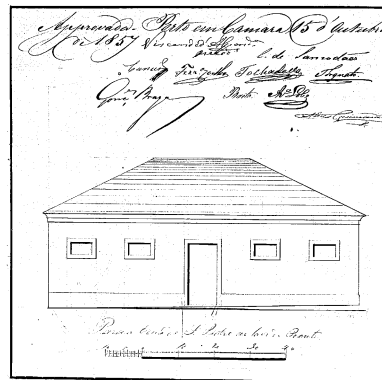


Figura 282 – Armazéns na rua de São Pedro de Miragaia. Esq.: Licença de obra nº361/1857  
AHMP. Dir.: Fotografia de 2018 (o edifício foi adaptado a garagem).

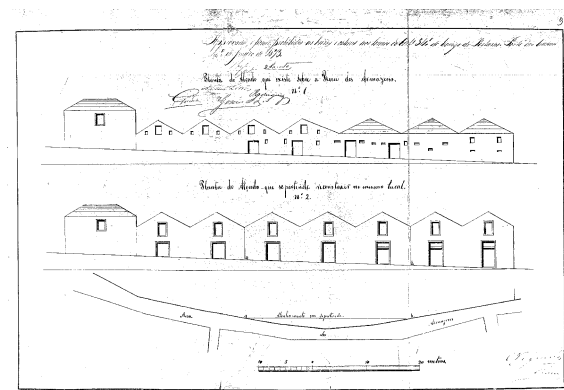


Figura 283 – Instalações na rua dos Armazéns. Esq.: Licença de obra nº 430/1873 AHMP. Dir.:  
Fotografia de 2018.





Figura 284 – Toponímia e localização dos Armazéns da Companhia na Planta de Teles Ferreira (1892).

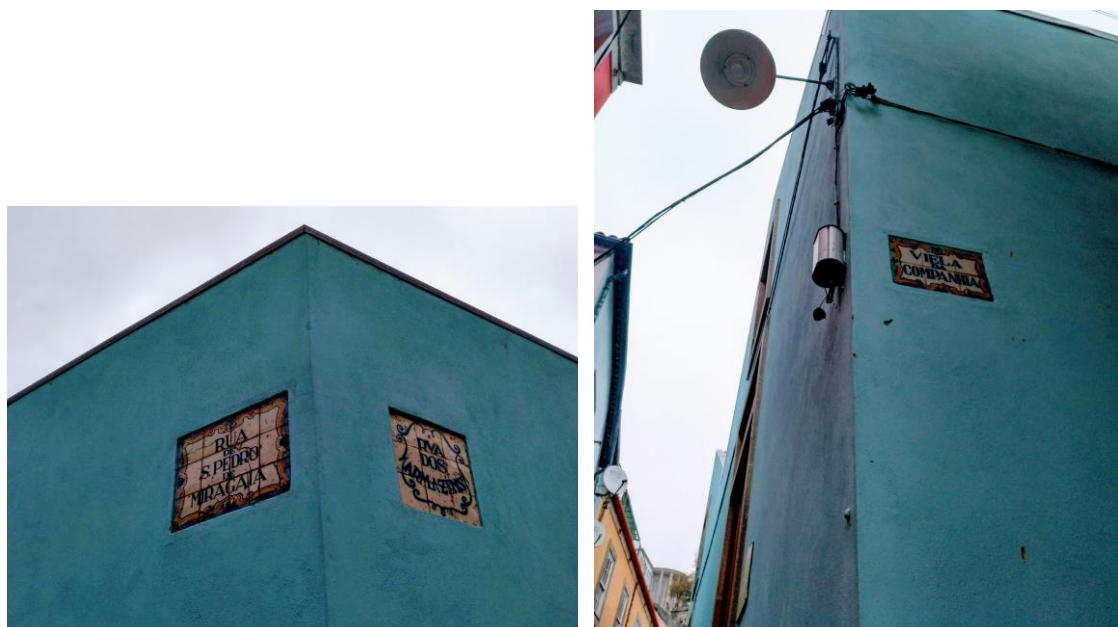


Figura 285 – Memória da Companhia na toponímia atual. 2018.

### 8.11.3. Companhia União Fabril (CUF)

Em 1889, a empresa Mont'Alverne e Companhia manda «construir uma edificação (...) na Estrada Marginal junto á calçada de Monchique, afim de montarem uma fabrica de carpintaria e marcenaria»<sup>793</sup>. Este edifício ocupa antigos terrenos do extinto Convento de Monchique.

Em 1865 era fundada a Companhia União Fabril, entretanto fundida com a Companhia Aliança Fabril em 1898<sup>794</sup>, por Alfredo da Silva (1871-1942). No seu auge, as áreas de negócio da empresa «iam do setor financeiro ao químico, do têxtil ao dos minérios, do alimentar ao da saúde, passando pela grande reparação naval e pela defesa ambiental»<sup>795</sup>.

Para além dos armazéns em Monchique, a CUF instalou-se em diferentes sítios do Porto: rua de Sá da Bandeira, rua Mouzinho da Silveira, entre outros.

No ano de 1919, aí surgiria já a Companhia União Fabril como requerente da obra de uma arrecadação para o seu armazém sito no «Caes de Monchique N°s 35 a 41»<sup>796</sup>. Dez anos volvidos, a CUF pede a ampliação dos seus edifícios em Monchique, «aproveitando o antigo convento sito entre a Rua de Sobre o Douro e a Rua da Alfandega»<sup>797</sup>, estendendo a sua propriedade para Nordeste. Num aditamento ao projeto, manda rasgar «4 óculos com revestimento de tijolo, na muralha com empenas que está voltada ao Rio. Esta muralha dá para um pátio que está a um nível muito mais baixo, e não directamente para a Rua da Alfandega»<sup>798</sup>.

---

<sup>793</sup> Ficha n°: 48 (Licença de obra n° 511/1889).

<sup>794</sup> ALMEIDA, J. M. de (2003) - *História da informática em Portugal : o subsistema de informação da CUF/QUIMIGAL*, In BEIRA, Eduardo; HEITOR, Manuel, ed. lit. (2004) – *Memórias das tecnologias e dos sistemas de informação em Portugal*. Braga: s.n., p. 253-272, p.255.

<sup>795</sup> José de Mello – *História do Grupo*, disponível em linha: <http://www.josedemello.pt/historia-do-grupo/> consultado a 14/11/2018, às 02:48h.

<sup>796</sup> Ficha n°: 68 (Licença de obra n° 223/1919).

<sup>797</sup> Ficha n°: 75 (Licença de obra n° 946/1929). A rua da Alfandega corresponde aqui, à rua de Monchique.

<sup>798</sup> Ficha n°: 74 (Licença de obra n° 501/1929 [do ano económico de 1929/1930]).

Em 1934, «nos amplos armazens que a Companhia União Fabril de Lisboa possui ao Cais de Monchique (...) resolveu a Companhia solicitar da Exm<sup>a</sup>. Camara a (...) autorização para rasgar do edifício as duas amplas aberturas que se apresentam nos desenhos»<sup>799</sup>.

Atualmente o edifício está a ser reabilitado, pela empresa CARI Construtores, para a instalação de uma unidade hoteleira.



*Figura 286* – Armazém da CUF durante as limpezas da rua de Monchique após uma cheia do Douro. Esq: Fotografia de Alberto Marçal Brandão; Dir.: Fotografia de Aurélio da paz dos Reis. 1909. CPF. <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=39935> e <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/viewer?id=63754>



*Figura 287* – Armazém da CUF. Esq.: Bilhete postal ilustrado, 1910, Tabacaria Vareirense, AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2RTuG5w>; Dir.: Armazém em reabilitação. 2018.

<sup>799</sup> Ficha n.º: 77 (Licença de obra n.º 613/1934 [do ano económico de 1934/1935]).

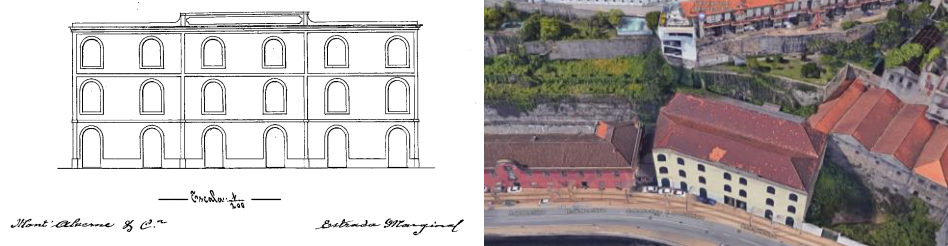


Figura 288 – Armazém de Mont'Alverne e Companhia. Esq.: Licença nº 511/1889, AHMP. Dir.: Vista aérea do Google Maps, antes de iniciarem as obras. 2018.

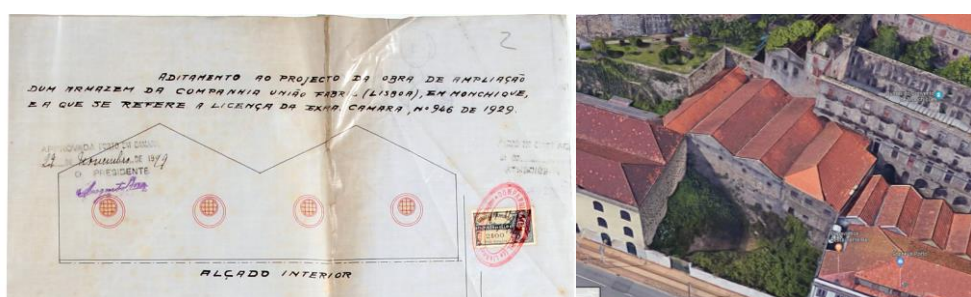


Figura 289 – Armazéns da CUF. Esq.: Licença nº 501/1929 [do ano económico de 1929/1930], AHMP. Dir.: Vista aérea do Google Maps, antes de iniciarem as obras. 2018.

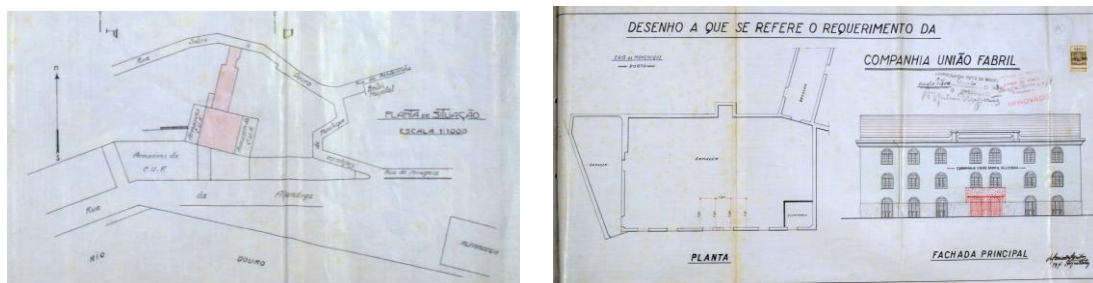
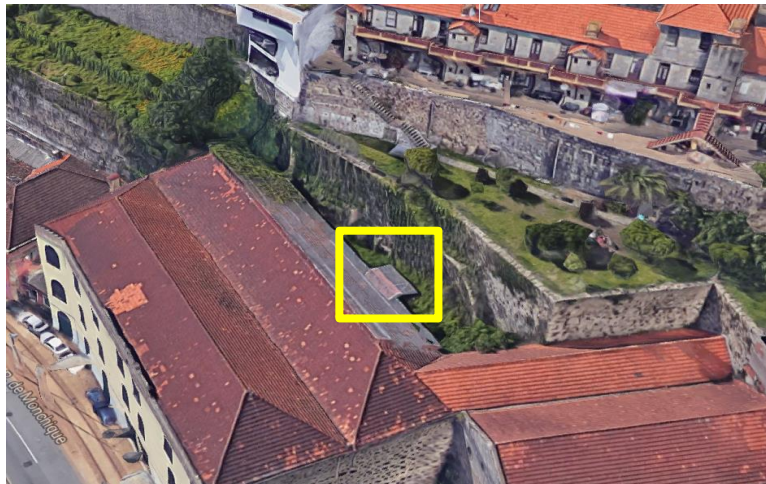
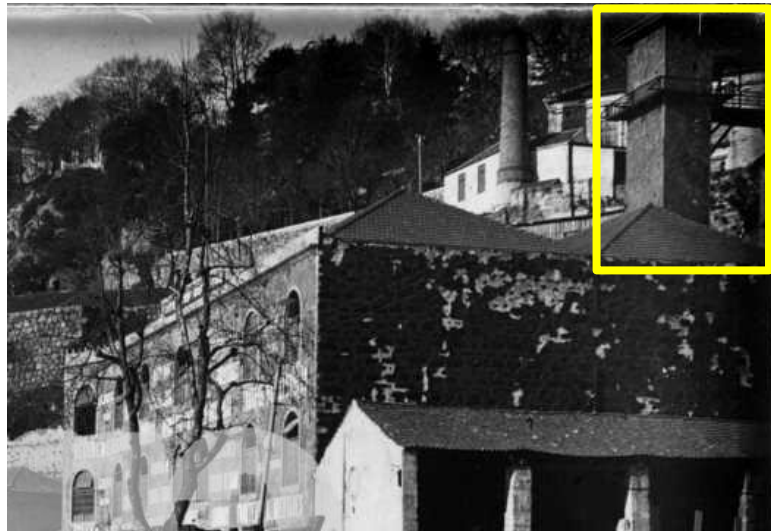


Figura 290 – Armazéns da CUF. Esq.: Licença nº 946/1929; Dir.: Licença nº 613/1934 [do ano económico de 1934/1935]. AHMP.





*Figura 291* – Pormenor de um elevador (?) entre os armazéns voltados à rua de Monchique e os patamares da rua de Sobre-o-Douro, com ligação por escadas ao bairro Ignez (antiga fábrica de pregaria). 1909-1910. CPF, disponível em linha: <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=39935>.

Na fotografia aérea do *Google Maps* é possível ver a antiga caixa do elevador (?).

## 8.12. Outras atividades

Na Travessa da Laje, perto dos terrenos da Quinta das Virtudes, existiu uma fábrica de velas de cebo, dos mesmos proprietários da dita quinta, os Azevedos. Nas antigas ruas do Calvário (hoje, rua do Dr. Barbosa de Castro), nº 40, e da Cordoaria Velha (atual rua de Francisco da Rocha Soares), nº 38, existiram duas fábricas de pós de goma, a primeira de Francisco António Villas e a segunda de Carlos Nobio<sup>800</sup>.

Perto da calçada de Monchique esteve instalado um depósito de carboneto de cálcio da empresa Abecassis Irmãos e Companhia<sup>801</sup>. Também em 1908 um destes depósitos se achava situado no largo de S. Pedro de Miragaia, desta vez pertença da firma Adolfo Hofle e Companhia<sup>802</sup>.

Na antiga calçada da Esperança, atual rua de Tomás Gonzaga, existiu em 1857 um estabelecimento de padaria<sup>803</sup>, pertencente a José Martins dos Santos. Na mesma rua, em 1925, construiu-se uma casa cujo rés-do-chão se reservou a «oficina de pesheleiro»<sup>804</sup>, no atual número 86 (onde hoje está o restaurante Intrigo), deixando o primeiro andar para habitação. Os requerentes foram Manuel Maria d’Azevedo e António da Silva Neves.

Na rua da Restauração existiu, entre 1914 e 1916 uma fábrica de cerveja da CUF (Companhia União Fabril Portuense), chamada Fábrica Leão<sup>805</sup>. A CUF surgiu em 1890 «com a união das principais fábricas de cerveja e refrigerantes do Porto»<sup>806</sup>. O edifício onde esteve instalada a Fábrica Leão foi vendido em 1966. Atualmente, nele funciona a empresa Diógenes & Santos, Lda., fundada em 1970 por Diógenes Guimarães Fernandes e Dilermando Bandeira dos Santos.

---

<sup>800</sup> LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno (...)*, vol. V, p.258

<sup>801</sup> ADP - *Processo Referente A Um Depósito De Carboneto De Cálcio Da Firma Abecassis Irmãos E Companhia*, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=1620937>

<sup>802</sup> ADP - *Processo Referente A Um Depósito De Carboneto De Cálcio Da Firma Comercial Adolfo Hofle E Companhia*, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=1620929>

<sup>803</sup> Ficha nº: 261 (Licença de obra nº 239/1857).

<sup>804</sup> Ficha nº: 283 (Licença de obra nº 981/1925).

<sup>805</sup> UNICER – *Unicer, a construir o futuro*. Disponível em linha: <https://bit.ly/2PmNBbP>, p.9.

<sup>806</sup> UNICER – *Unicer, a construir o futuro*. Disponível em linha: <https://bit.ly/2PmNBbP>, p.8.



«Em 1911, a C.U.F.P. verifica que a sua produção tem de ser alargada e daí a necessidade de nova unidade, e é celebrada a escritura dos terrenos da Rua da Restauração, e log entregue, à Câmara Municipal do porto, o projecto relativo à fábrica. Em 1912 inicia-se a empreitada da nova unidade e é assinado contrato com uma empresa alemã, para o fornecimento do necessário equipamento para esta nova unidade»<sup>807</sup>.



Figura 292 – Em cima: Edifício da Fábrica Leão em 1915. UNICER – *Unicer, a construir o futuro* (...), p.4.

Em baixo: edifício em 2018.

---

<sup>807</sup> COUTO, Júlio (1993) - *Monografia de Massarelos*. Porto: Junta de Freguesia de Massarelos, p.236.





*Figura 295* - Vista panorâmica sobre a zona ribeirinha de Massarelos e Miragaia, em 1869. J. Laurent. Disponível em linha: <http://bit.ly/2z7XfVS>.



*Figura 296* - Vista panorâmica sobre a zona ribeirinha de Massarelos e Miragaia, a partir do lugar do castelo de Gaia (vila Nova de Gaia). Fotografia de Tiago Cruz. 2018.

## **TERCEIRA PARTE**

### **Cidade, Paisagem e Património Edificado**

*Em último plano, temos uma paisagem pitoresca na qual está integrado o edifício. Em primeiro plano, está o mundo em vias de industrialização, sofrendo a agressão frontal e violentamente.*

**Françoise Choay (2000)**

## 9. Paisagem

«Tão valioso património é, não só, paleta dinâmica de cores que varia com o correr das estações e dos anos, num ritmo que sugere a eternidade; (...) como também é a construção colectiva, apoiada no evoluir duma cultura.»<sup>808</sup>

Inauguramos este capítulo com uma aproximação ao conceito de paisagem. Para Ribeiro Telles, o termo começa por designar a unidade estética que o mundo circundante oferece à contemplação visual: «a palavra Paisagem nasceu da arte de pintar, que de princípio não seria mais do que a interpretação em pintura da Natureza»<sup>809</sup>.

Todavia, veremos que, com o passar do tempo, o significado deixou de ser tido como puramente pictórico e alargou-se à intervenção planeada no espaço, entendendo-se paisagem «como um todo orgânico e biológico»<sup>810</sup>. Este conceito, mais amplo, passa a abranger todos os aspetos da atividade do Homem. Em síntese, a definição de paisagem converte-se com a alteração da realidade física que nós apreendemos, e que está sujeita a um complexo intercalar de fenómenos físicos e biológicos.

A ação humana, «como a de um escultor que está a moldar uma estátua que será a sua própria casa», assume um papel fulcral no redesenho do seu ambiente, que, de acordo com R. Telles «tem portanto que servir o homem, no entanto, também dele depende a cultura». O arquiteto paisagista acrescenta: «o ambiente terá (...) que ser obra do homem. Tão mais conseguida quanto humanizada for a paisagem resultante»<sup>811</sup>.

---

<sup>808</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.145.

<sup>809</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.19.

<sup>810</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.23.

<sup>811</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.25.



**CRÔNICA URBANA**  
PASSEIO DAS VIRTUDES, PORTO

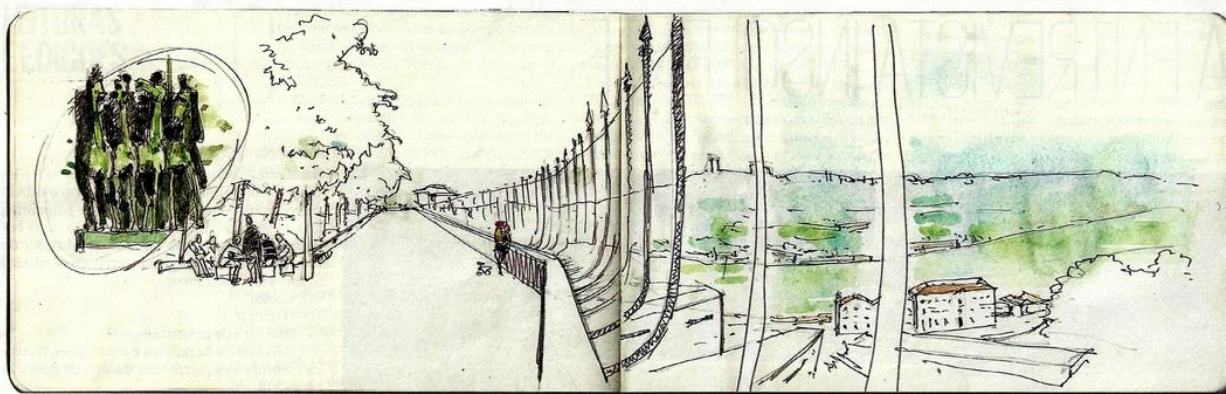


Figura 298 - Paisagem a partir do passeio das Virtudes. Ilustração de Mário Bismarck para a Revista2 do jornal Público, disponível em linha: <https://mariobismarck.wordpress.com/algumas-ilustracoes-para-a-revista2-do-jornal-publico/>.



Figura 297 – Paisagem urbana de Miragaia na pintura de Artur Arcos (1914 -1987). Exposição organizada pela CMP e que esteve patente na Casa do Infante em 2016, sob o título *Exposição Miragaia - o passado e o presente. Artur Arcos*. Fotografia de Miguel Nogueira. Disponível em linha: <http://www.porto.pt/noticias/miragaia-na-pintura-de-artur-arcos>



Por sua vez, G. Cullen afirma a existência de:

«uma *arte do relacionamento*, tal como existe uma arte arquitectónica. O seu objectivo é a reunião dos elementos que concorrem para a criação de um ambiente, desde os edifícios [...], passando pelas árvores, pela água, por toda a natureza, enfim, e entretecendo antes do mais uma ocorrência emocionante no meio-ambiente. Senão, atente-se na pesquisa e nos esforços dispendidos para a tornarem uma realidade: contingentes de demógrafos, sociólogos, engenheiros, peritos do tráfego, etc., empenhados no concerto de uma infinidade de factores que possibilite a criação de uma organização funcional, viável e saudável. É um tremendo empreendimento humano!»<sup>812</sup>.

De facto, o Homem em muito influencia a transformação da paisagem, «imagem sensível do território», que resulta da interação de fatores «físicos, biológicos, económicos e culturais» e obedece à «constante procura pela sociedade de bens e de espaços necessários à sua existência e ambições»<sup>813</sup>.

Já que aqui se falou de território, faremos um breve parêntesis para partilhar o significado que Telles lhe atribui enquanto «espaço de alguma forma de origem arquitectónica», definindo-o como «a primeira intervenção arquitectónica do homem no espaço natural»<sup>814</sup>, que se organiza e aumenta conforme as necessidades do assentamento humano que aí se instala. A cidade, por fim, representa «o ponto mais elevado da organização territorial regional»<sup>815</sup>.

---

<sup>812</sup> CULLEN, Gordon (2006) – *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, p.10.

<sup>813</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.65.

<sup>814</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.175.

<sup>815</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.178.

A UNESCO adotou, em 1992, o termo *paisagem cultural*, que define como «*cultural landscapes - cultivated terraces on lofty mountains, gardens, sacred places ... - testify to the creative genius, social development and the imaginative and spiritual vitality of humanity. They are part of our collective identity*»<sup>iii</sup>»<sup>816</sup>. Enquanto primeiro instrumento legal, de nível internacional, assume este conceito como resultado da combinação do trabalho entre a natureza e o homem<sup>817</sup>, ilustrativo da evolução da sociedade e do seu assentamento no território ao longo das cronologias, refletindo diferentes técnicas de uso do espaço.

É dentro das Paisagens Culturais<sup>818</sup> que o mesmo organismo inclui o termo Paisagem Industrial, para designar áreas que constituem importantes testemunhos da atividade fabril. Tomemos o exemplo da Paisagem Industrial de Blaenavon, e de alguns valores apresentados pela UNESCO:

*«The Blaenavon Landscape constitutes an exceptional illustration in material form of the social and economic structure of 19th century industry» e «the components of the Blaenavon Industrial Landscape together make up an outstanding and remarkably complete example of a 19th century industrial landscape*»<sup>iv</sup>»<sup>819</sup>.

---

<sup>816</sup> UNESCO – *Cultural Landscapes*, disponível em linha: <https://whc.unesco.org/en/culturallandscape/> consultado a 14/11/2018, às 02:58h.

<sup>817</sup> UNESCO - *Guidelines on the inclusion of Cultural Landscapes, Towns, Canals, Cultural Routes and Fossil Sites on the World Heritage List*, disponível em linha: <http://whc.unesco.org/archive/opgu/opgu-annex4rev.pdf> consultado a 14/11/2018, às 02:58h.

<sup>818</sup> Portugal tem inscritas na Lista de Património Mundial da Unesco, a Paisagem Cultural de Sintra, a Paisagem Cultural do Alto Douro Vinhateiro e a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

<sup>819</sup> UNESCO - *Blaenavon Industrial Landscape*, disponível em linha: <https://whc.unesco.org/en/list/984>, consultado a 14/11/2018, às 02:59h.



*Figura 299* - Vista parcial da cidade do Porto e Vila Nova de Gaia tirada do Jardim das Virtudes. Teófilo Rego. 196?. AHMP. Disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/315271/?q=miragaia+virtudes>



*Figura 300* – Vista sobre Miragaia e V. Nova de Gaia tirada do Jardim das Virtudes. 2017. Fotografia de Ana Campelos.



*Figura 301* – Vista sobre Miragaia e V. Nova de Gaia tirada do passeio das Virtudes. 2016. Fotografia de Lúcia Teixeira.

De acordo com Álvaro Domingues, a paisagem, enquanto património cultural, é um imprescindível elemento da identidade de um povo. Diz-nos que: «(...) ideologicamente, as regiões - áreas de extensão de unidades e padrões de paisagem -, legitimavam as teses orgânicas do equilíbrio da nação na sua diversidade e relação entre ambientes («meios geográficos») e «modos de vida» (...)»<sup>820</sup>.

Em síntese, a paisagem é a «expressão mais significativa do território, expressão que melhor traduz a obra de sucessivas gerações na progressiva humanização da terra», e deve ser tida como «património único e raro»<sup>821</sup> já que traduz a especificidade e a cultura de um sítio.

É o reconhecimento destes valores que está na origem da Convenção Europeia da Paisagem (organizada pelo Conselho da Europa, em Florença, no ano 2000)<sup>822</sup>, e da qual resulta uma definição de paisagem como «uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos»<sup>823</sup>. Entre os objetivos da convenção destaca-se a promoção da «protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem»<sup>824</sup>, já que esta «desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, constitui um recurso favorável à actividade económica cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego»<sup>825</sup>. O documento refere ainda que os conceitos se aplicam a todo o território, incidindo «sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e peri-urbanas»<sup>826</sup>.

---

<sup>820</sup> DOMINGUES, Álvaro (2001) – *A Paisagem Revisitada*, Finisterra, XXXVI, 72, pp.55-66, p.2.

<sup>821</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.145.

<sup>822</sup> Entrou em vigor em Março de 2004. Foi ratificada por Portugal pelo Decreto-Lei nº 4/2005 (D.R. nº31, Série I-A, de 2005-02-14).

<sup>823</sup> Conselho da Europa (2000) - *Convenção Europeia da Paisagem, Artigo 1º - Definições*.

<sup>824</sup> Conselho da Europa (2000) - *Convenção Europeia da Paisagem, Artigo 3º - Objectivos*.

<sup>825</sup> Conselho da Europa (2000) - *Convenção Europeia da Paisagem*, s/p.

<sup>826</sup> Conselho da Europa (2000) - *Convenção Europeia da Paisagem*, Artigo 2º - Âmbito.

É fundamental que se perceba a dimensão da influência da industrialização na paisagem, até porque «as fábricas, as ruínas e os vestígios industriais oferecem intensas sensações espaciais, materiais e experienciais a quem as visita»<sup>827</sup>. É inerente à paisagem, cada vez mais humanizada, a capacidade de criar sentimentos de identidade para com um lugar, e que pode residir – entre outros – num antigo local de trabalho, marcante para determinada época ou comunidade.

Depois da revolução industrial, as atividades económicas e o crescimento demográfico deram origem a grandes intervenções no território - «suporte material da vida e da sociedade»<sup>828</sup> -, originando «um impacto tremendo sobre a paisagem tradicional e o ambiente»<sup>829</sup>. O desenvolvimento do setor secundário, que ganha força perante o terciário e o primário que «quase desaparece perante as exigências de espaço para a implantação industrial», acaba por marcar a cidade cujas «funções territoriais tendem a alterar-se»<sup>830</sup>. Luís Loures afirma:

«mesmo que a paisagem pós-industrial seja normalmente considerada como um espaço negativo, fragmentado, incoerente e de difícil legibilidade, a sua análise permite verificar que quando abordadas de forma adequada estas paisagens podem contribuir significativamente para uma melhoria do espaço urbano, no qual a sua complexidade, riqueza cenográfica e descontinuidade constituem elementos com elevado potencial ecológico, social e cultural.»<sup>831</sup>.

---

<sup>827</sup> MOREIRA, Inês (2014) - *Após a fábrica, novas abordagens à ruína e aos fragmentos pós-industriais*. Revista arqa # 112, 2014, pp.118-119.

<sup>828</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.67.

<sup>829</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.65.

<sup>830</sup> TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos (...)*, p.182.

<sup>831</sup> LOURES, Luís (2010) - *A paisagem pós-industrial da foz do Arade, uma visão do passado com vista para o futuro...* IPP - C3i - Comunicações em Congressos, s/p.

De acordo com Jorge Alves, «à imagem do que diz Françoise Choay, a justaposição teria funcionado de algum modo na evolução da cidade medieval para a cidade barroca, mas a industrialização estilhou os padrões tradicionais, introduziu rupturas profundas»<sup>832</sup>.

A propósito da cidade de Lisboa, mas através de palavras que se podem aplicar inteiramente ao Porto, Henrique Pereira dos Santos diz-nos:

«Há pois uma organização do espaço estreitamente ligada ao território e ao seu potencial produtivo, característico de uma sociedade fortemente rural, (...), mesmo numa cidade portuária que seguramente há mais de 300 anos tinha o seu rendimento principal ligado ao comércio de longa distância. A industrialização, o desenvolvimento dos transportes terrestres e a necessidade de infra-estruturação urbana, bem como as transformações sociais associadas, põem em causa este modelo de cidade.»<sup>833</sup>.

Com a cidade industrial em crescimento, ocuparam-se antigos campos agrícolas com construções e amplas ruas, que ou alteraram ou reforçaram antigos eixos de circulação. Formaram-se núcleos industriais que modelaram a paisagem ao seu redor, às vezes extravasando os limites do planeamento. A velocidade de transformação aumentou, e a urbe, que é de natureza paisagística, expandiu-se mais ou menos livremente de acordo com a necessidade de espaços fabris, estradas e outros equipamentos.

---

<sup>832</sup> ALVES, Jorge (2003) - *O Porto oitocentista: a cidade e os espaços industriais*, in JORGE, Vítor O. (coord.) *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metropolis*. Porto: FLUP. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, pp. 217-222, p.217.

<sup>833</sup> SANTOS, Henrique P. (2010) – *Do Tempo e da Paisagem: Manual para leitura de paisagens*. Cascais: Príncípa Editora, p.52.



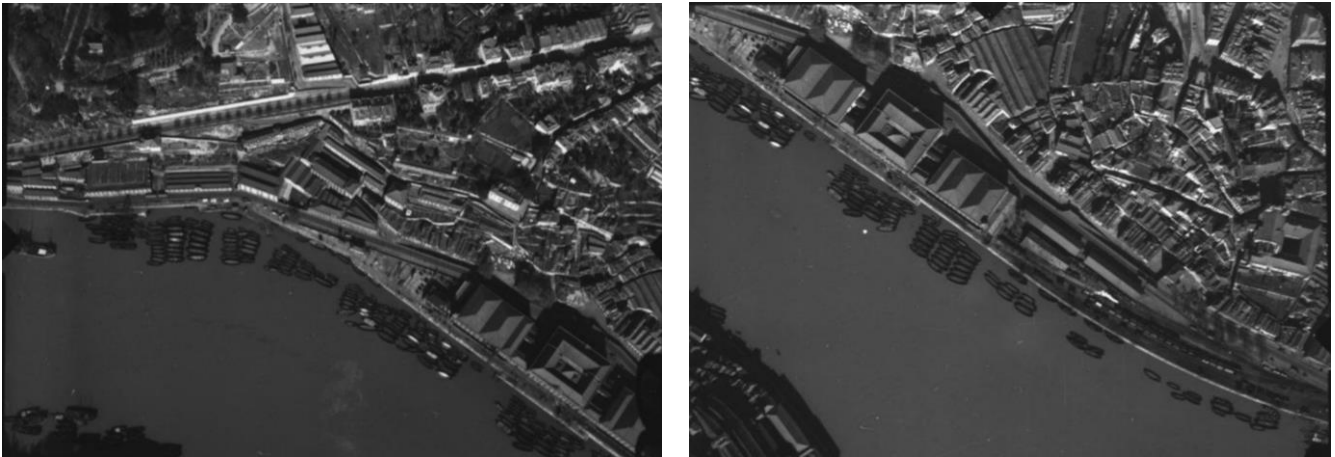


Figura 302 – Fotografias aéreas da marginal de Massarelos (1939-1940: fiada 16, n.º 281) e Miragaia (1939-1940 : fiada 17, n.º 309). AHMP.

Anne Cauquelin, na sua *Invenção da Paisagem*, que considera uma narrativa à espera da leitura, deixa-nos saber que:

«a reconversão – tecnológica -, longe de destruir “o valor paisagem”, ajuda, pelo contrário, a demonstrar o seu estatuto», até porque «a técnica é solicitada quase clandestinamente, mas, numa visão construtivista da paisagem», que se vê repleta de sensações auditivas, olfativas, visuais, e na qual «o mar, a bruma, o infinito estão presentes»<sup>834</sup>.

---

<sup>834</sup> CAUQUELIN, Anne (2014) – *A invenção da paisagem*. Lisboa: Edições 70, pp.11; 14; 109.

## 10. Património Edificado

«Ele reconhece-se envolvido num mundo a duas velocidades e com dois tipos de cidades. Aquelas que ama e cita mais frequentemente, geralmente quase intactas e de dimensões reduzidas, permanecem aptas ao exercício da memória e da piedade.» Françoise Choay sobre John Ruskin.

Já que o nosso estudo diz respeito, também, ao património, dedicamos-lhe este capítulo, em que exploramos alguns conceitos e valores. Num âmbito alargado, o edificado inclui-se no património cultural, que é, para Gonzalez-Varas, uma herança do passado e um legado que devemos acolher e comunicar<sup>835</sup>.

O património construído ou edificado, composto pela *arquitetura, os conjuntos ou cidades históricas e a integração de ambos no seu entorno natural*<sup>836</sup>, enquanto «relato da história de uma época (s), de uma cidade (s), e de uma sociedade (s)»<sup>837</sup> deve ser preservado, dado o seu valor histórico e de memória. A arquitetura é, aos olhos de Ruskin, o único meio ao nosso dispor que permite «conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos a nossa identidade e que é constitutivo do nosso ser»<sup>838</sup>, e que necessitamos salvaguardar pelo elevado valor de rememoração.

De acordo com Rita Basto, o objeto arquitetónico pertence a todo o espaço temporal, e não só ao presente - onde é dever da comunidade protegê-lo para usufruto das gerações futuras. Isto é, os bens patrimoniais devem ser usufruídos, conservados e transmitidos.

---

<sup>835</sup> GONZALEZ-VARAS, Ignacio (2015) - *Patrimonio Cultural: Conceptos, Debates Y Problemas*. Madrid: Catedra, p.32.

<sup>836</sup> GONZALEZ-VARAS, Ignacio (2015) - *Patrimonio Cultural (...)*, p.21.

<sup>837</sup> BASTO, Rita (2012) - *Protótipo (...)*, p.17.

<sup>838</sup> CHOAY, Françoise (2000) – *A Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70, p.121.

Por seu lugar, na abrangente visão de W. Morris, a arquitetura pode definir-se como:

*«A great subject truly, for it embraces the consideration of the whole external surroundings of the life of man ; we cannot escape from it if we would so long as we are part of civilization, for it means the moulding and altering to human needs of the very face of the earth itself, except in the outermost desert».*<sup>839</sup>

É o testemunho visível de uma cultura, cujo significado aumenta quando se fala da realidade da arquitetura doméstica: «a casa guarda nas suas paredes a identidade do Homem, da família que a habitaram e por isso, mais do que qualquer outra construção, poderá descrever e caracterizar uma dada sociedade»<sup>840</sup>.

Como vimos, o edificado preserva a memória e o carácter único do local. Na cidade do Porto, cada construção representa um legado, associado a um saber (*know-how*) muito próprio, que se tem conservado por muitas épocas, ao nível da estrutura, da composição, do uso de materiais, bem como da espacialidade e dos modos de a vivenciar. Assim se foi criando uma estética *tipificada*, que lhe atribui identidade, na medida em que tais características são específicas do lugar, tornando-o, desse modo, distinto em relação aos demais. Encontramos este valor de individualidade, por exemplo, nas casas dos cobertos de Miragaia.

A lei nº 107/2001 de 8 de Setembro<sup>841</sup> define que todos os bens e respetivos contextos que representem testemunhos de civilização, com interesse cultural relevante, imbuídos de «valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade» devem ser objeto de proteção e valorização<sup>842</sup>, impondo sobre os mesmos o princípio da responsabilidade, que garanta a «prévia e sistemática ponderação das intervenções e dos actos susceptíveis de afectar a integridade ou circulação lícita de elementos integrantes do património cultural».

---

<sup>839</sup> MORRIS, William (1882) - *Hopes and Fears for Art*, Londres: Ellis & White, p.170.

<sup>840</sup> BASTO, Rita (2012) - *Protótipo (...)*, p.17.

<sup>841</sup> Diário da República – Lei de Bases do património cultural.

<sup>842</sup> Diário Da República — I SÉRIE-A Nº 209 — 8 de setembro de 2001, p.5808 – 5829.

Dentro dos *critérios genéricos de apreciação* do património cultural, ao abrigo do Artigo 17º da dita lei nº107/2001, alguns dos bens edificados que estudámos durante esta investigação parecem integrar-se nos seguintes:

*d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos* [que aqui se prende, por exemplo, com a evolução secular da malha urbana e das sucessivas gerações que a habitaram];

*e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem* [que, no tecido habitacional de Miragaia, podemos associar às técnicas construtivas tradicionais, sedimentadas ao longo do tempo];

*f) A concepção arquitectónica, urbanística e paisagística* [visível nas grandes obras que delinearam uma atitude premeditada de transformação da paisagem, como no caso do paredão das Virtudes ou do edifício da Alfândega Nova];

*g) A extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva* [por exemplo, a presença dos edifícios navais e industriais à beira-rio e a memória daqueles que os utilizaram];

*i) As circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem* [como a deslocação de certas comunidades para outros locais e o conseqüente abandono do edificado, visível no conjunto conventual de Monchique ou em várias habitações].

Precisamente devido ao risco de perda da sua perenidade (*i*), um dos maiores debates atuais, no âmbito do património construído, incide sobre a sua reutilização, apoiado em teorias de conservação e restauro. O edificado deve manter uma função, mesmo que distinta da original. Por isso, tem vindo a assistir-se a uma readaptação ou reconversão de usos. Vejamos: «*monasterios convertidos en hospederías, (...), almacenes o silos transformados en oficinas administrativas son muchas de las situaciones de adaptación de viejas fábricas a nuevos usos*»<sup>843</sup> - exemplos como estes poderão observar-se na área de estudo.

---

<sup>843</sup> GONZALEZ-VARAS, Ignacio (2015) - *Patrimonio Cultural (...)*, p.173.

Durante algumas décadas, o parque edificado foi alvo de uma elevada degradação, em consequência dos «modelos de sociedade e de desenvolvimento que promovem a substituição e a obra nova»<sup>844</sup> e da ausência de uma cultura que priorizasse a conservação dos bens imóveis. Atualmente, este fenómeno veio a inverter-se, na medida em que são crescentes as preocupações com a reabilitação e o aproveitamento do edificado existente, num discurso que se observa transversal a técnicos (das áreas do património, da arquitetura e da engenharia), empresas de imobiliário e construção civil, instituições e entidades públicas e até à sociedade em geral.

No nosso caso de estudo, tratando-se de edificado histórico, a sua degradação surge como preocupação maior, ao colocar em perigo «valores culturais que contribuem para a coesão arquitectónica do conjunto»<sup>845</sup>, pelo que se tem vindo a dar um incremento de projetos que preveem a transformação de usos e funções.

A intervenção no objeto arquitetónico tem como objetivo garantir a sua longevidade. O ato interventivo equilibra-se entre a procura da conservação das características identitárias, que lhe conferem valor histórico, e a inserção de uma função adequada. Todavia, Gonzalez-Varas alerta: uma má reutilização, que comprometa as premissas estéticas, históricas e os materiais e técnicas construtivas, pode trazer quase tantos danos ao imóvel quanto o abandono<sup>846</sup>, já que se assume muitas das vezes irreversível. A reabilitação é hoje uma importante ação de estruturação entre a cidade antiga e o viver contemporâneo<sup>847</sup>, que deverá ter como objetivo a preservação do *genius loci*, ou espírito do lugar.

---

<sup>844</sup> TEIXEIRA, Joaquim; PÓVOAS, Rui (2016) - *Contributo da Normativa Histórica para a Conceção de um Manual de Utilização e Manutenção da Casa Burguesa do Porto*. 2.º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira: Culturas Partilhadas, p.705.

<sup>845</sup> TEIXEIRA, Joaquim; PÓVOAS, Rui (2016) - *Contributo da Normativa Histórica (...)*, pp.705-706.

<sup>846</sup> GONZALEZ-VARAS, Ignacio (2015) - *Patrimonio Cultural (...)*, p.173.

<sup>847</sup> OLIVEIRA, Rosa (2018) - *Recuperar: Princípios Da Arquitectura De Interiores Na Reabilitação De Edifícios*. Tese Projeto Final de Mestrado apresentado à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, Especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado, realizada sob a orientação científica da Doutora Dulce Loução, p.21.

Na cidade do Porto, e maioritariamente no seu Centro Histórico, a intervenção arquitetónica está, em grande parte dos casos, diretamente associada à dinâmica suscitada pela atividade turística. Esta última constitui uma força motriz da economia nas áreas em que atua, mas também contribui para alterações sociais e culturais, podendo ter implicações diretas no património edificado. A título de exemplo, podemos referir que durante a realização do trabalho de campo observámos várias obras, concluídas ou em curso, cujo objetivo consiste na transformação do edifício em alojamento local.

Para além de todas as vantagens que esta atividade cria nas sociedades anfitriãs, é necessário ter em consideração também as desvantagens, no sentido de as prevenir ou minimizar. Quando a procura de património cultural para usufruto do turismo se torna sobredimensionada, expõe o edificado a problemas como a degradação, a adulteração ou o despojamento do significado original. Pode ainda estar na origem de questões sociais como a gentrificação, de congestionamento urbano ou do risco de intervenções arquitetónicas desajustadas em relação à envolvente.

É relevante a implementação de políticas de turismo sustentável, que permitam reduzir os impactos negativos e irreversíveis sobre o edificado, beneficiando paralelamente a conservação deste último e a manutenção dos benefícios económicos que, de acordo com Gonzalez-Varas, se afastem de um sistema de *mercantilização da cultura*<sup>848</sup>.

A conservação dos centros históricos assenta na salvaguarda da estrutura física e material do conjunto urbano, na preservação da sua autenticidade, na consideração da paisagem enquanto organismo vivo enquadrado num sistema territorial, na harmonização das novas construções com o pré-existente e na melhoria das infraestruturas e equipamentos que conduzam à revitalização, sem desconsiderar medidas socioeconómicas respeitantes aos habitantes<sup>849</sup>.

---

<sup>848</sup> GONZALEZ-VARAS, Ignacio (2015) - *Patrimonio Cultural (...)*, p.90-92.

<sup>849</sup> GONZALEZ-VARAS, Ignacio (2015) - *Patrimonio Cultural (...)*, p.181.



A Convenção da UNESCO de 1972, sobre o Património Mundial, define *conjuntos* como: «Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência»<sup>850</sup>.

Em 1987, seria publicada pelo ICOMOS a Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas, impulsionada pelo perigo de perda das áreas urbanas enquanto documentos históricos: «muitas destas áreas estão a ficar ameaçadas, fisicamente degradadas, danificadas ou mesmo destruídas pelo impacto do desenvolvimento urbano que seguiu a industrialização das sociedades, em toda a parte»<sup>851</sup>.

Verifica-se assim a alteração de paradigma nos considerandos relativos aos conceitos patrimoniais. A cidade histórica passa a ser vista como um todo (atendendo ao valor de conjunto), que deve ser conservado, e não como a soma das várias partes (os monumentos e outros bens patrimoniais). Esta visão abrangente nasceu muito mais tardiamente do que a de monumento histórico, em parte devido à ausência de «cadastros e de documentos cartográficos fiáveis»<sup>852</sup>, e de monografias descritivas da evolução do espaço urbano ao longo das cronologias, como afirma Françoise Choay. Os primeiros viriam a desenvolver-se, de forma rigorosa, apenas no século XIX.

---

<sup>850</sup> UNESCO (1972) - *Artigo 1º*, Convenção Para A Protecção Do Património Mundial, Cultural E Natural, Paris, Novembro de 1972, s/p.

<sup>851</sup> ICOMOS (1987) – *Preâmbulo e Definições*. Carta Sobre A Conservação Das Cidades Históricas E Das Áreas Urbanas Históricas, Washington, Outubro de 1987, s/p.

<sup>852</sup> CHOAY, Françoise (2000) – *A Alegoria (...)*, p.157.

Hoje em dia, e com o florescimento do Urbanismo<sup>853</sup> enquanto *ciência*, é notável o desenvolvimento dos estudos sobre a forma da cidade, nas variadas disciplinas: Geografia, História da Arte, Arquitetura, Engenharia, Sociologia, entre outras.

Em suma, e como defendeu Gustavo Giovannoni (1873-1947), a boa intervenção no conjunto histórico (ou *património urbano*) - organismo cinético e mutável - parece ser aquela que preserva simultaneamente o seu valor de uso e o valor museológico, incorporando-o no sistema de gestão e ordenamento do território, através de uma atitude prospetiva<sup>854</sup>. Não esqueçamos: «"uma cidade histórica constitui em si um monumento", mas ela é ao mesmo tempo um tecido vivo»<sup>855</sup>.

---

<sup>853</sup> O termo *urbanismo* surge apenas no século XX, posterior ao cunho *urbanização* usado por Cerdá para designar a ação sobre a cidade (urbe) na obra *Teoria Geral da Urbanização*, de 1867.

<sup>854</sup> CHOAY, Françoise (2000) – *A Alegoria (...)*, p.169.

<sup>855</sup> CHOAY, Françoise (2000) – *A Alegoria (...)*, p.171 - citando Giovannoni.

## 10.1. Património Industrial

Com a Revolução Industrial<sup>856</sup> operam-se grandes transformações na sociedade moderna: nasce o conceito de “fábrica”, aparecem a máquina e o navio a vapor, a ferrovia, a eletricidade - redefinindo para sempre o destino da indústria.

O industrial será aqui entendido como relativo «ao conjunto das atividades que visam a manipulação e transformação de matérias-primas para a produção de bens de consumo»<sup>857</sup>. É de salientar que, aos períodos mais recentes de industrialização, já se tem vindo a chamar *pós-industrial*<sup>858</sup>. No que compete ao nosso estudo, e concordando com J. A. Mendes, entendemos incluir na designação de património industrial não só as instalações fabris como também armazéns e elementos ferroviários<sup>859</sup>. Mais ainda, recordemos a importância das chaminés (*vd.* subcapítulo 8.3.), símbolos, por excelência, da industrialização (conceito mais neutro do que a designação *Revolução Industrial*).

Após a Segunda Guerra Mundial, face à destruição de estruturas e monumentos e ao receio da perda dos vestígios da era industrial, consolida-se a definição de património industrial, acompanhado pelo surgimento da Arqueologia Industrial. Na verdade, «cada país terá então a sua própria arqueologia industrial, uma vez que diferentes épocas terão uma relação diferente consoante os países.»<sup>860</sup>.

---

<sup>856</sup> A Revolução Industrial iniciou-se em Inglaterra no final do século XVIII, com o despoletar de inovações técnicas nas áreas da indústria e dos transportes, marcadas pela descoberta da energia a vapor.

<sup>857</sup> CHAVES, André (2014) - *Interferências Patrimoniais No Vale Do Ave: (Portugal) Entre O Rural E O Industrial*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI, II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014, p. 73.

<sup>858</sup> MENDES, Jorge A. (2000) - *Uma Nova Perspectiva (...)*, s/p.

<sup>859</sup> MENDES, Jorge A. (2000) - *Uma Nova Perspectiva (...)*, p.203.

<sup>860</sup> RAMOS, Paulo O. (2014) - *A expressão 'arqueologia industrial': um tema para uma viagem no espaço e no tempo*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI, II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014, p.24.

Este conceito viria a consolidar-se sobretudo na segunda metade do século XX, nomeadamente nas chamadas sociedades ocidentais, nas quais se verifica uma particular atenção às temáticas patrimoniais, tendo-se verificado um «alargamento do campo do património cultural a outras áreas até então desconsideradas, isto é, surge a consciência de que o património não é apenas constituído por conventos igrejas e palácios classificados»<sup>861</sup>. Segundo Jorge Custódio, um dos melhores exemplos deste tipo de transformação de conceitos, e alargamento de campo no que concerne à reflexão sobre o património, «foi o surgimento e a afirmação do património industrial»<sup>862</sup>.

Desponta uma insipiente ideia em relação ao que pode ser o património industrial, observando-se uma preocupação em preservar a maquinaria e os edifícios fabris que perduram nos nossos dias. De entre os fatores que permitiram um novo olhar sobre este património, J. A. Mendes salienta: «a democratização da história e a própria transformação operada na metodologia da investigação histórica, com a “descoberta” das fontes materiais; o alargamento do conceito de património, que passou a incluir as chamadas “coisas banais”»<sup>863</sup>.

Os anos 60 e 70 do século XX foram frutíferos no campo do património industrial: «multiplica-se a literatura sobre as ditas temáticas, criam-se associações dedicadas à salvaguarda do património industrial, quer ao nível regional e nacional, quer ao nível internacional», tendo o tema invadido «o turismo, a museologia, a investigação e o próprio ensino»<sup>864</sup>.

---

<sup>861</sup> SILVA, Mariana A. da (2015) - *Salvaguarda E Valorização Do Património Industrial Em Portugal. Contributo para a intervenção na Fábrica De Cerâmica Das Devesas*. Porto: FAUP, p.18.

<sup>862</sup> SILVA, Mariana A. da (2015) - *Salvaguarda E Valorização Do Património Industrial(...)*, p.18.

<sup>863</sup> MENDES, Jorge A. (2000) - *Uma Nova Perspectiva (...)*, s/p.

<sup>864</sup> MENDES, Jorge A. (2000) - *Uma Nova Perspectiva (...)*, pp. 200-201.

De acordo com A. Ferrer de Oliveira, no ano de 1962, Arthur Raistrick definiu monumentos industriais como «as estruturas, em especial do período da Revolução Industrial, que ilustram processos industriais, incluindo os meios de comunicação». No ano seguinte, Kenneth Hudson caracteriza a arqueologia industrial enquanto «a descoberta, registo e estudo dos resíduos físicos de indústrias e meios de comunicação do passado»<sup>865</sup>.

Fernando Távora escreveu, em 1964, que «o conceito de “monumento” vigente entre nós terá de ser amplamente revisto no sentido de ultrapassar este ou aquele edifício mais ou menos erudito, de história mais ou menos conhecida, para abarcar ambientes mais vastos e edifícios mais humildes»<sup>866</sup>, alertando para a necessidade de defender os valores do passado através de uma atitude construtiva, que passa por aceitar a sua atualização ao mesmo tempo que procura obter um equilíbrio entre o edifício harmónico e o seu sítio.

Em 1973 foi criado o *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), que viria a publicar, em 2003, a “Carta de Nizhny Tagil”, que serve de documento de orientação internacional para questões do património industrial. Declara que os vestígios materiais das mudanças operadas na sociedade com o desenvolvimento industrial: «apresentam um valor humano universal e a importância do seu estudo e da sua conservação deve ser reconhecida»<sup>867</sup>. Define património industrial através das seguintes palavras:

«O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação».

---

<sup>865</sup> RAISTRICK, Arthur. *Industrial Archaeology. An Historical Survey*, Frogmore (GB): Paladin, 1973. P. 2.3 e HUDSON, Kenneth. *Industrial Archaeology. A New Introduction*, 3ª ed., Londres: Baker, 1976. p.21, apud OLIVEIRA, Ana (2012) - *Novos Usos para o Património (...)*, p.12.

<sup>866</sup> TÁVORA, Fernando (1999) – *Da organização do espaço*. Porto: FAUP publicações, 4ª edição, p.58.

<sup>867</sup> TICCIH (2003) - *Preâmbulo*, Carta De Nizhny Tagil Sobre O Património Industrial, Nizhny Tagil, 17 de Julho de 2003, s/p.

No que o documento respeita aos valores associados a este tipo de património, podemos enumerar os seguintes: testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas (valor universal), parte do registo de vida dos indivíduos, que lhes confere um sentimento identitário (valor social), a raridade da sobrevivência de processos de produção e tipologias, cujo valor aumenta conforme aumenta a antiguidade. Acrescem ainda o valor científico e tecnológico e o valor estético da sua arquitetura e/ou design, todos eles intrínsecos aos sítios industriais, às estruturas, à maquinaria, à paisagem que moldam, «à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições»<sup>868</sup>.

A Carta de 2003 aborda ainda assuntos importantes como a conservação, a difusão, a proteção, o inventário e o estudo do património industrial. Em 2011, juntamente com o ICOMOS, a quem se associou no ano 2000, o TICCIH divulgou os “Princípios de Dublin” ou *Principles for the Conservation of Industrial Heritage Sites, Structures, Areas and Landscapes*<sup>vii</sup>.

---

<sup>868</sup> TICCIH (2003) - *Valores do património industrial*, Carta De Nizhny Tagil Sobre O Património Industrial, Nizhny Tagil, 17 de Julho de 2003, s/p.



### 10.1.1. Em Portugal e no Porto

No início do século XIX, de entre os edifícios industriais, e dada a sua dimensão officinal, ainda não havia grande distinção entre os termos *fábrica* e *oficina*<sup>869</sup>. Mesmo assim, os dados estatísticos disponíveis indicam-nos que, já no ano de 1820, se contabilizavam 1031 fábricas no país<sup>870</sup>.

Para Armando Castro, «é possível datar com certa aproximação as etapas básicas do processo geral da industrialização portuguesa». A primeira, corresponde sensivelmente ao período entre 1840 e 1850, «ligada à aplicação (embora mais ou menos incipiente) das grandes conquistas iniciais da Revolução Industrial». A segunda etapa, após 1880, «caracteriza-se por uma certa intensificação do nível tecnológico da indústria no que se refere aos ramos existentes e pela criação de algumas indústrias novas»<sup>871</sup>. Viria, efetivamente, a realizar-se, no ano de 1881, o primeiro inquérito industrial em Portugal.

No seguimento de um olhar mais atento ao legado que a industrialização nos foi deixando, surgiu, no ano de 1896<sup>872</sup>, o conceito de Arqueologia Industrial cunhado por Sousa Viterbo (1845-1910).

«É com profunda saudade que vejo desaparecer pouco a pouco os vestígios da nossa actividade, da nossa industria caseira. A machina vae triturando tudo no seu movimento vertiginoso, sem que mão piedosa se lembre de apanhar esses restos, humildes mas gloriosos, depositando-os depois em sítio, onde possam ser cuidadosamente estudados e onde a curiosidade lhes preste o merecido culto. Existe a archeologia da arte, porque não ha de existir a archeologia da industria?»<sup>873</sup>.

---

<sup>869</sup> «Segundo o Mapa Geral Estatístico, a seguir às invasões francesas existiriam 509 fábricas, mas a verdade é que a grande maioria dos estabelecimentos anotados como tais não merece esta designação.». CASTRO, Armando (1971) – *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2ª edição, p.31.

<sup>870</sup> MOURA, Susana (2014) - *Reconversão do património industrial (...)*, p.49.

<sup>871</sup> CASTRO, Armando (1971) – *A Revolução Industrial em Portugal (...)*, pp. 51-53.

<sup>872</sup> *Archeologia Industrial portuguesa. Os moinhos*, in *O Archeologo Português*, Lisboa, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 2, n.º 8-9 (Ago.-Set. 1896), pp. 193-204.

<sup>873</sup> “Archeologia industrial portuguesa. Os moinhos”, in *O Archeologo Português*, II, no. 8-9, Lisboa, 1896, p. 193, *apud* RAMOS, Paulo (2014) - *A expressão ‘arqueologia industrial’: um tema para uma viagem no espaço e no tempo*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI, II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014, p.20.

Todavia, a disciplina [Arqueologia Industrial] só viria a nascer muito mais tarde. A nova ciência histórica tinha como propósitos «o estudo, levantamento e, por vezes, a salvaguarda ou mesmo a reutilização do património industrial»<sup>874</sup>.

De acordo com Rui Ramos, a primeira metade do século XX ficou marcada pelo balanço entre uma valorização passadista da tradição e um olhar mais modernizante, «sempre com uma tendência romântica, comum e permanente, que matiza a nossa identidade cultural face ao passado e à nossa acção como projecto de futuro»<sup>875</sup>. Quanto ao património industrial, este «começou a ser estudado, salvaguardado e divulgado de um modo mais científico e sistemático, com base num corpo teórico e/ou conceptual, essencialmente a partir dos anos oitenta do século XX»<sup>876</sup>.

No que toca ao Património e aos Monumentos em geral, vejamos a evolução de alguns organismos, no século XX, em Portugal. Foi constituída, em 1929, a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Em 1985, e no contexto do Instituto português do Património Cultural (IPPC) criado em 1980, é lançada a primeira lei do património cultural português (lei nº 13/85 de 6 de julho de 1985). O Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) seria inaugurado em 1992.

---

<sup>874</sup> MENDES, J. Amado (2000) - *Uma Nova Perspectiva (...)*, s/p.

<sup>875</sup> RAMOS, Rui (2004) - *A Casa Unifamiliar Burguesa (...)*, p.241.

<sup>876</sup> IHRU/IGESPAR (2010) - *Património Industrial*, KIT03 | versão 1.0, disponível em linha: <https://bit.ly/2PPOARx>

A fundação, no Porto, de uma Associação Portuguesa para o Património Industrial (APPI)<sup>877</sup>, atual representante do TICCIH em Portugal, deu-se no ano de 1997, altura em que foi também instituído o Instituto Português de Arqueologia (IPA)<sup>878</sup>. Em 2006, o IPA e o IPPAR fundiram-se, dando origem ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR). Em 2012, entra em funcionamento a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), pela junção do IGESPAR e do Instituto dos Museus e Conservação (IMC).

No ano de 2006, foi criada a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), que:

«tem por missão, em articulação com os organismos centrais do Ministério da Cultura, a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelo Ministério da Cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitetónico e arqueológico e, ainda, o apoio a museus»<sup>879</sup>.

O desenvolvimento industrial, alongado na cronologia do século XIX, esteve na origem de modificações não só arquitetónicas e espaciais, como demográficas, políticas e sociais. Por entre todo o frenesim da mudança, fomos herdando testemunhos de uma História, impregnados no território, e que constituem recursos de elevado potencial turístico.

---

<sup>877</sup> APPI – *Apresentação*, disponível em linha: <https://bit.ly/2T5FZc1>

<sup>878</sup> Diário da República n.º 111/1997, Série I-A de 1997-05-14, pp. 2352 – 2358, disponível em linha: <https://bit.ly/2DAH6Mp>

<sup>879</sup> DRCN, disponível em linha: <http://www.culturanorte.pt/pt/drcn/>

Passando agora a uma abordagem local da História, note-se que, na cidade do Porto, o desenvolvimento industrial despontou no início do século XIX, ficando depressa estagnado por motivos políticos. Depois da vitória liberal, em 1834, deu-se uma nova vaga de crescimento na indústria, marcado pela utilização da primeira máquina a vapor em 1835<sup>880</sup>. Ainda assim, o setor manteve-se atrasado e os salários pagos aos trabalhadores muito baixos: «às segundas feiras chegam aos bandos os operários dos arrabaldes trazendo na sacca de linho a borôa, com que se alimentam uma semana inteira (...)»<sup>881</sup>.

No ano de 1849, foi fundada por Vitorino Damásio (1806-1875), a Associação Industrial Portuense (hoje, AEP<sup>882</sup>), responsável pelo fomento do ensino industrial e técnico e pela organização de exposições internacionais como contributo para o progresso nas artes<sup>883</sup>. Três anos depois é inaugurada a Escola Industrial do Porto, designada de *Instituto Industrial* a partir de 1864, e que começou por funcionar no edifício da Academia Politécnica (vd. capítulo 5.3.).

---

<sup>880</sup> TEIXEIRA, Manuel (1994) - *A habitação popular no século XIX (...)*, p.557.

<sup>881</sup> VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo II (...), p.677-678.

<sup>882</sup> Associação Empresarial de Portugal. Disponível em linha: <https://bit.ly/2PWZ9C4>

<sup>883</sup> ALVES, Jorge (2010) – *O progresso material (...)*, p.59.

Refira-se ainda a instituição do Banco Industrial do Porto, no ano de 1874, com o fim de «auxiliar e desenvolver a industria do paiz»<sup>884</sup> e «de fornecer capitaes aos pequenos industriaes». Utilizou, como logotipo, um selo com o emblema da indústria, até 1898, ano em que se extinguiu. Mais tarde, nos anos 20 do século XX, abriria no Porto uma sucursal do Banco Industrial Português, que acabou por falir em 1925.

Em 1883, nasce o Museu Industrial e Comercial do Porto<sup>885</sup>, sediado no Antigo Circo Olympico do Palácio de Cristal, que abre, em 1888, uma secção dedicada às Artes Industriais. Foi extinto em 1899<sup>886</sup>, ano em que foi criada a Comissão Superior de Exposições, encarregue de organizar anualmente mostras agrícolas e industriais no Porto e em Lisboa.



Figura 303 – Nota fac-similada de cem mil reis. Coleção: A Banca do Porto nos finais do séc. XIX. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/54228/>

<sup>884</sup> FARIA, M.; MENDES, José (coord.) (2013) - *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Séculos XIX e XX*, volume I - Instituições Bancárias. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Disponível em linha: <https://bit.ly/2JZrbYz>.

<sup>885</sup> Decreto-lei de 24 de Dezembro de 1883.

<sup>886</sup> Decreto-lei de 23 de Dezembro de 1899.

Com a deslocação da indústria e dos serviços para áreas periféricas à cidade, os equipamentos que se construíram nas áreas mais antigas foram ficando obsoletos. Na zona de estudo, este fenómeno sentiu-se sobretudo na envolvente próxima a Miragaia, na zona ribeirinha de Massarelos, onde outrora prosperaram grandes unidades industriais de cerâmica, fundição e têxtil. Contudo, a realidade da ligação entre a cidade e a indústria estaria para sempre mudada, contribuindo para um novo olhar sobre o património:

«A recuperação demográfica e o dinamismo económico que as indústrias portuenses evidenciaram após a instabilidade político-financeira, vão transformar o Porto numa cidade de cariz necessariamente industrial e comercial levando à sua expansão urbana, a uma nova noção de tempo e espaço e a alterações nos hábitos diários da classe burguesa»<sup>887</sup>.

Em territórios portuenses, encontram-se classificados, pela APPI e pelo antigo IPPAR, como património industrial seis exemplares: o Armazém Frigorífico do Peixe de 1933, os pilares da antiga Ponte Pênsil de 1843, a Ponte D. Maria Pia de 1876-1877 e a Ponte D. Luís de 1881-1886, o Mercado Ferreira Borges de 1888 e a Estação dos Caminhos de Ferro de S. Bento de 1903<sup>888</sup>.

---

<sup>887</sup> LOUREIRO, Carlos (2005) - *O Museu Industrial e Comercial do Porto: (1883-1899)*, Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários : homenagem a Fernando Bragança Gil. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Secção de Museologia, 2005, pag. 185-201, p.190.

<sup>888</sup> Associação Portuguesa Para O Património Industrial, disponível em linha: <http://www.museudaindustriatextil.org/appi/patrimonio-nacional.php>, consultado a 13/11/2018, às 19:34h.



# Exposições Industriais no Porto

<p><b>29 de Outubro de 1856:</b></p> <p>Exposição nas salas da casa da AIP (ao Largo do Corpo da Guarda).</p>	<p><b>12 de Julho de 1857:</b></p> <p>A mesma exposição inaugurada em 1856 na sede da AIP é aumentada e instalada no Asilo de Mendicidade (às Fontainhas).</p>	<p><b>25 de Agosto a 16 de Setembro de 1861:</b></p> <p>Exposição Industrial de 1861 realizada no Palácio da Bolsa.</p>	<p><b>18 de Setembro de 1865 a 2 de Fevereiro de 1866:</b></p> <p>Exposição Internacional Portuguesa realizada no recém inaugurado Palácio de Cristal, ao encargo da Sociedade do Palácio de Cristal.</p>	<p><b>22 de Novembro de 1891 a 17 de Janeiro de 1892:</b></p> <p>Exposição Industrial do Porto de 1891, realizada no Palácio de Cristal, na qual participaram as empresas Menéres e Filhos e Real Companhia Vinícola (Vd. cap. 7.8)</p>	<p><b>1897</b></p> <p>Exposição Industrial Portuguesa em 1897 no Palácio de Cristal</p>
---	--	---	---	---	---

Grelha 3 - Exposições Industriais no Porto realizadas no século XIX, com base em ALVES, Jorge (1994) - *As exposições industriais do Porto nos meados do século XIX*, O tripeiro, 7.ª série, ano 13, n.º 6 (Junho de 1994), p. 171-176, no *Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto em 1865*, Porto: Typographia do Commercio, e em ALVES, Jorge (1994) - *Desagravar o rei ou a oportunidade política da Exposição Industrial do Porto de 1891*, O tripeiro, 7.ª série, ano 13, n.º 12 (Dezembro 1994), p. 370-373.



Figura 305 - Palácio de Cristal portuense, 1865, disponível em linha: <https://bit.ly/2zNnwIq>.

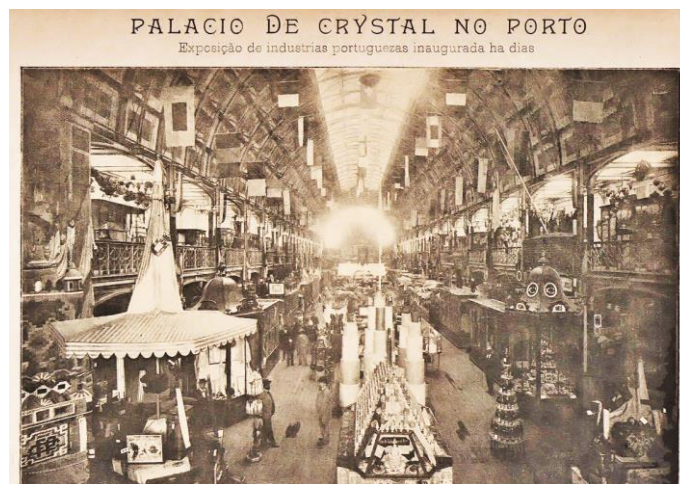


Figura 304 - Fotografia Palácio de Cristal, Outubro de 1897 - Branco e Negro semanário ilustrado nº82, disponível em linha: <https://torradaemeiadeleite.blogs.sapo.pt/103243.html>

### 10.1.2. A indústria e a reconversão do património edificado

«Reconversão: Conjunto de intervenções arquitectónicas que visam actualizar o imóvel construído, viabilizando-o para outro fim, respeitando as características fundamentais da construção»<sup>889</sup>.

Pelas suas características de escala, diversidade e contemporaneidade, podemos verificar que o património industrial é de mais difícil salvaguarda, o que o torna vulnerável. Este tipo de bens, ligados à história da indústria, são frequentemente menosprezados, sobretudo pela sua modernidade (ou ausência do valor de antiguidade), à qual escapa a «dimensão temporal que nos habituámos a apreciar como critério – por vezes único – de relevância histórica»<sup>890</sup>. No entanto, enquanto «objectos portadores de tempo»<sup>891</sup>, constituem verdadeiros documentos da cultura e da história das sociedades.

Também a sua componente estética, de linguagem nem sempre entendida como *bela* (conceito que não nos atrevemos aqui a explorar), parece não ajudar ao elogio destas estruturas. Veja-se que, só nos anos 30 e 40 do século XX, as construções industriais começaram a ocupar lugar nas revistas de arquitetura<sup>892</sup>.

A constante atualização dos fatores de atratividade e competitividade na indústria, levou, ao longo dos tempos, à realocação e transformação das unidades afetas a este sector. Entre as principais causas dessa deslocação estão as questões de logística, mobilidade e acessibilidade (proximidade a estruturas portuárias, aeroportuárias, vias automóveis ou férreas, essenciais para o escoamento e comercialização dos produtos), a criação de zonas industriais periféricas (que conduzem à retirada das fábricas do centro das cidades), ou ainda os avanços tecnológicos que levam a que determinado produto, ou

---

<sup>889</sup> Glossário de A a Z – *Reconversão*, disponível em linha: <http://www.trabalharcomarquitectos.pt/glossario>

<sup>890</sup> MENDES, J. Amado (2000) - *Uma Nova Perspectiva (...)*, p.204.

<sup>891</sup> SIBONY, Daniel (1997) – *Le Patrimoine, un lieu d'être autrement*», in GOFF, J. Le (dir.) - *Patrimoine et passions identitaires*. Actes des Entretiens du Patrimoine. Paris, 6, 7 et 8 janvier 1997, Paris, Librairie Arthème Fayard/Caisse nationale des monuments historiques et des sites/Éditions du Patrimoine, *apud* MENDES, J. Amado (2000) - *Uma Nova Perspectiva (...)*, p.205.

<sup>892</sup> MENDES, J. Amado (2000) - *Uma Nova Perspectiva (...)*, p.205.

modo de produção, se tornem obsoletos (culminando na desocupação dos complexos industriais).

Poderá dar-se ainda o caso de abandono das unidades fabris por perda de afetividade do proprietário com o bem (por fatores económicos, familiares, de migração...). Quando tal acontece, o detentor acaba por descuidar a manutenção da propriedade, que fica exposta à ruína, colocando em risco a conservação do bem, a identidade do local e a memória das vivências, que urge ressaltar. Por tal, aborda-se neste subcapítulo a salvaguarda do património industrial através da reconversão.

### **Dois percursos que se cruzam no tempo**

O fenómeno de reconversão do edificado, associado ao processo industrial, não é novo, tendo surgido ainda antes deste período de pós-industrialização. Passemos a explicar. Podem distinguir-se duas formas de reutilização dos imóveis para fins industriais.

Numa primeira fase, verifica-se a reconversão de conjuntos edificados em unidades fabris, armazéns, ou outros espaços complementares. O rápido processo de industrialização, que acometeu vários países durante os séculos XVIII e XIX, banalizou a adaptação de edifícios não industriais a fábricas. À escassez de meios económicos para criar edifícios de raiz, aliava-se o insipiente conhecimento no projecto e construção de espaços que respondessem às necessidades da indústria. Desta feita, edifícios de cariz muito diferente, com funções que iam desde a habitacional, religiosa, à cívica, como conventos, igrejas, residências privadas e edifícios públicos, foram adaptados a fábricas, armazéns e oficinas, ora pela espaçosa área que disponibilizavam, ora por questões de localização estratégica, como a proximidade às matérias primas e a acessibilidade a estruturas que facilitassem a comercialização dos bens e produtos.

O património monástico relevou-se particularmente atrativo para acomodação de uma nova função (industrial, mas também, como não poderíamos deixar de referir, hoteleira, turística e cultural) dado o potencial que oferece a sua grande dimensão. No Porto, e especificamente na nossa área de estudo, um dos melhores exemplos desta reconversão foi o Convento de Monchique, cujo destino ajudou a ditar o futuro industrial daquele espaço.

No sentido inverso, dá-se uma segunda fase deste fenómeno, já pós-industrial, e que diz respeito à recuperação de antigos edifícios industriais, devolutos ou desocupados, e à crescente preocupação de os integrar na paisagem urbana contemporânea, mantendo, ao mesmo tempo, viva a memória dos elementos fabris que os distinguem (como a chaminé). A reutilização do edificado industrial, ao atribuir um novo destino a uma construção, pode submetê-la ao risco da desafetação, diz-nos Françoise Choay. Ainda assim, o processo não deve ter em conta apenas a função original, mas também o estado material do edifício e os potenciais utilizadores.

Os edifícios fabris, maciços e espaçosos, adaptam-se a múltiplas utilizações, desde a habitação à transformação em escola ou museu<sup>893</sup>, espaços de restauração, lazer ou serviços. Esta reconversão resulta, em muitos casos, numa dinamização e transformação da paisagem urbana:

«conservar a memória histórica através do seu património construído é alimentar os sinais de identidade de uma cidade que não quer ver anulado o seu papel no panorama do país; mediante a sua adaptação a novos usos, os edifícios ‘contentores’ do passado configuram novos cenários numa velha cidade que se quer aberta ao futuro.»<sup>894</sup>.

---

<sup>893</sup> CHOAY, Françoise (2000) – *A Alegoria (...)*, p.191.

<sup>894</sup> MOURA, Eduardo S.; CORREIA, Graça (2014) - *Reconversão Do Espaço E Edifícios Da Fábrica Robinson, Portalegre Portugal*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI, II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014, p.280.

Com o passar do tempo, estas duas formas (ou fases) de alterar o uso primitivo de um edifício, acabam por se cruzar, convivendo lado a lado. Vejamos que, enquanto o edifício da alfândega de Miragaia funciona agora como Museu, a Sociedade Clemente Menéres continua a ocupar antigos espaços do convento de Monchique para fins industriais.

Entre os testemunhos da técnica, têm sido *patrimonializadas* grandes fábricas, armazéns, edifícios relacionados com os transportes e paisagens industriais. Outras vertentes do património industrial, de reconversão mais difícil, como os carris, as minas ou os estaleiros abandonados, têm, mesmo assim, elevado valor documental.

Embora estimulado por uma recente política de reconversão, o futuro do património industrial é ainda um percurso que se encontra, em parte, por explorar, e que não pode deixar esquecer que «um novo uso no edifício antigo, seja ele industrial ou não, requer uma avaliação da sua estrutura e a uma adaptação às novas exigências da construção, nomeadamente de segurança, acústica e térmica.»<sup>895</sup>.

---

<sup>895</sup> SANTOS, Eugénia; MATOS, Madalena (2014) - *Estruturas industriais correntes em desuso – Reutilização ou ruína?*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014, p.314.

## **O património industrial enquanto criador de paisagens e fator de atratividade**

Consideramos que o património é um meio de desenvolvimento, capaz de atrair turistas e de criar capital. Partindo destes princípios, diversas zonas industriais de cidades europeias, que acabaram por entrar em decadência e até ruína, têm vindo a ser intervencionadas, através de projetos de «restauro e requalificação de antigas estruturas»<sup>896</sup> - sobretudo aquelas que usufruem de uma histórica ligação com o rio ou o mar, as “frentes de água” (*waterfront*).

Tomemos o caso de Liverpool, no Reino Unido, que viu o seu porto - *The Royal Albert Dock* - revitalizado nos anos 80 do século XX, e constitui hoje o principal ponto turístico da cidade. Nos armazéns das antigas docas foram instalados vários serviços de restauração, bem como museus, incluindo a *Tate Liverpool* e o *Merseyside Maritime Museum*. O complexo está integrado, juntamente com outros espaços, no Património Mundial da Unesco, sob a designação *Liverpool Maritime Mercantile City*.

---

<sup>896</sup> MENDES, Jorge A. (2000) - *Uma Nova Perspectiva (...)*, p.202.



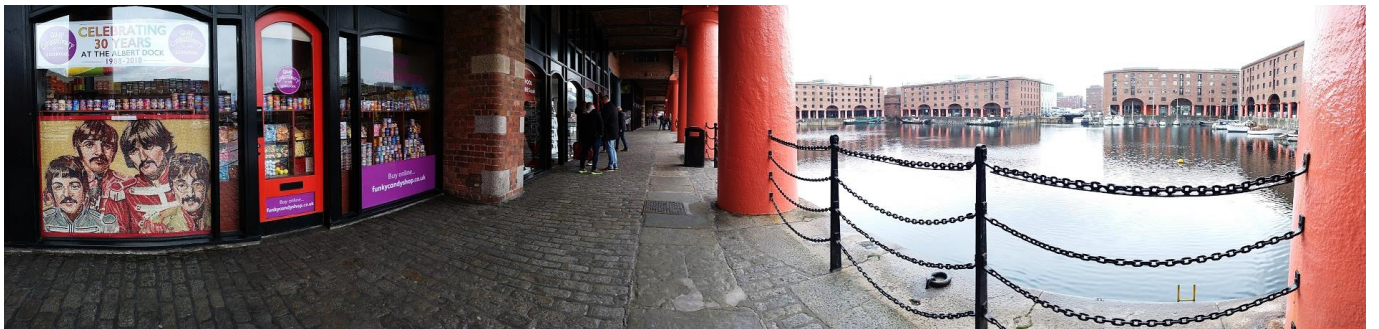
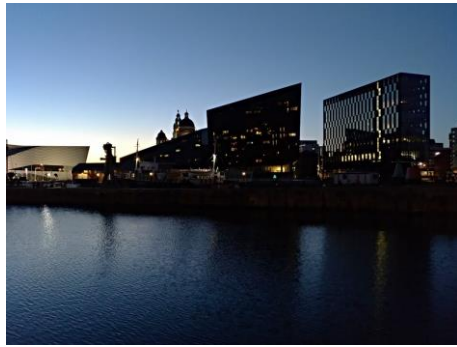


Figura 306 – The Royal Albert Dock, Liverpool, Reino Unido. 2018.

Mas também em Portugal podemos encontrar alguns exemplos de reutilização do património industrial, como são os casos da *Oliva Creative Factory*<sup>897</sup> (em S. João da Madeira), da *LX Factory* (em Lisboa), do *Candal Park* (em V. Nova de Gaia), do Centro Cultural e de Congressos (em Aveiro)<sup>898/899</sup> ou da *Pousada Pestana Palácio do Freixo* (no Porto)<sup>900</sup>.



Figura 307 - Mapa com Património Industrial reconvertido assinalado, 2014, in MOURA, Susana (2014) - *Reconversão do património industrial: armazéns do cais novo no Porto*, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Universidade Lusíada do Porto, p.62.

<sup>897</sup> A *Oliva Creative Factory* foi criada nas antigas instalações da *Fábrica Oliva* (antiga produtora de máquinas de costura), recuperadas pelo Gabinete *ARS Arquitectos* e pelo Arq<sup>o</sup> *Fernando Campos*. A *LX Factory* surgiu em 2008 nos edifícios então devolutos da *Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense*. O *Candal Park* - Centro de Negócios e Empresas ocupa os terrenos da *Empresa Electro Cerâmica, Limitada*.

<sup>898</sup> *Vd. SILVA, Mariana; TEIXEIRA, Joaquim; FERREIRA, Luís (2014) - Definição De Critérios De Salvaguarda E Valorização Da Fábrica De Cerâmica Das Devesas (V.N.Gaia - Portugal)*, II Congresso Internacional sobre Património Industrial (...), p.118.

<sup>899</sup> «O Centro Cultural e de Congressos é parte de um edifício emblemático da arquitectura industrial Aveirense». O edifício a que a citação se refere é o da *Fábrica de cerâmica Jerónimo Pereira de Campos*. *CMA - Centro de Congressos de Aveiro*, disponível em linha: [http://www.cma-aveiro.pt/www/templates/TabTemplate.aspx?id\\_class=2811&TM=2811](http://www.cma-aveiro.pt/www/templates/TabTemplate.aspx?id_class=2811&TM=2811)

<sup>900</sup> *Vd. SANTOS, Eugénia; MATOS, Madalena (2014) - Estruturas industriais correntes em desuso (...)*, p.307. «Os hóspedes são acomodados em amplos quartos com belas vistas para o rio, no edifício adjacente da antiga *Fábrica de Moagens*», *Pestana Palácio Do Freixo*, disponível em linha: <http://www.pousadapalaciodefreiro.com/pt/>

À semelhança do panorama internacional e nacional, fomos vendo nos capítulos anteriores que, em Miragaia e na zona envolvente limítrofe, se têm vindo a verificar operações de reconversão, nomeadamente: o museu *World of Discoveries*, o hotel Vila Galé Porto Ribeira, ambos instalados em antigos armazéns (vd. 8.11.), ou o Museu dos Transportes e Comunicações e Centro de Congressos, no edifício da Alfândega (vd. 4.3.2.).

Destaquemos também a reabilitação, na área do grande Porto, do complexo da antiga Real Vinícola (hoje Casa da Arquitectura, vd. 8.8.1.), que, embora localizada em Matosinhos, se relacionava com a Sociedade Clemente Menéres, sediada na calçada de Monchique.



*Figura 308 - Ortofotomapa referente à implantação da Pousada do Porto, Campanhã Porto A- Palácio do Freixo B- Companhia de Moagens Harmonia C- Jardins do Palácio, em MOURA, Susana (2014) - Reconversão do património industrial (...), p.78.*





Figura 249 – À esquerda: LX Factory. Fotografia fornecida pelo administrador do TripAdvisor. 2017, disponível em linha: <https://bit.ly/2z5zTjw>; À direita: Pousada Pestana Palácio do Freixo, disponível em linha: <https://bit.ly/2PRjwRm>



Figura 250 – À esquerda: Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, disponível em linha: <https://bit.ly/2TbyiBp>. À direita: Edifício A do Candal Park, disponível em linha: <http://www.candalparque.pt/veredificio.php?id=1>

Dentro destas relativamente recentes intervenções, quisemos destacar a do Museu do Carro Eléctrico do Porto, não só por ser contíguo à nossa área de estudo, mas também por estar considerado um bom exemplar de aproveitamento de um antigo espaço industrial e constituir «um facto histórico capaz de racionalmente explicar a inserção de um sistema eléctrico numa cidade e numa época com um contexto social e técnico particular»<sup>901</sup>.

Fundado em 1992, o museu aproveita as instalações da antiga Central Termoeléctrica de Massarelos, projeto datado de 1909 e complementado em 1912, pela mão de Luís Couto dos Santos, engenheiro de que já antes aqui falámos (vd. subcapítulo 8.9.).

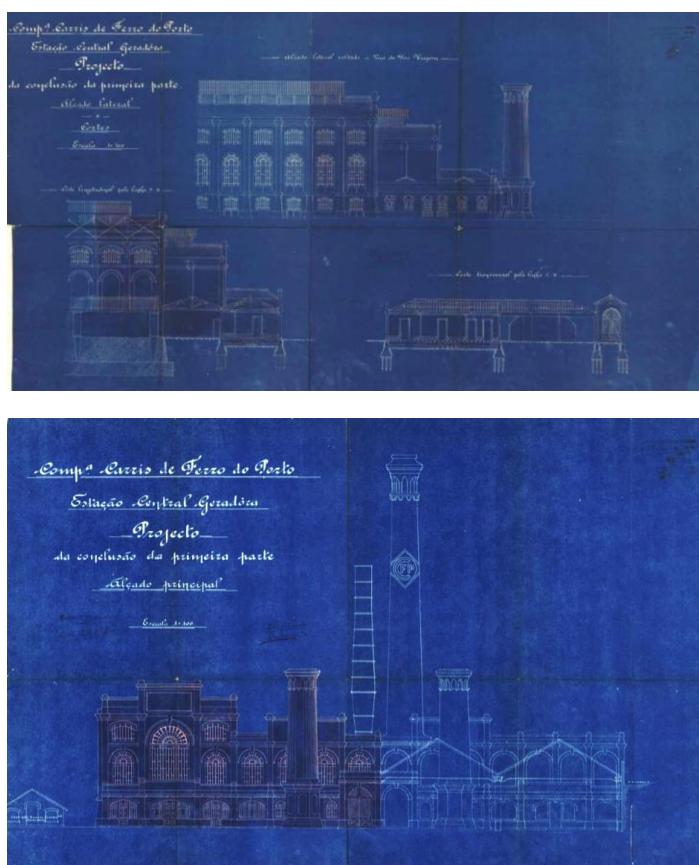


Figura 309 – Projeto da Central Termoeléctrica, 1921.

Cristina; LAMEIRAS, Sandra V. (2011) - *A requalificação do edifício da antiga Central Termoeléctrica de Massarelos – Registos de um projecto em curso*. Porto: Edição STCP, S.A., pp.14-17.

<sup>901</sup> GUEDES, Manuel (1995) – 1924 – *A Estação Central Geradora de Massarelos*. Sep. de: 2º Encontro Nacional do Colégio de Engenharia Electrotécnica. Ordem dos Engenheiros, pp.353-354.

A central inaugurou-se em 1915, para alimentação dos carros elétricos que circulavam na cidade e pertenciam à Carris (vd. subcapítulo 8.10). Viria a encerrar em 1962, continuando a funcionar enquanto subestação de transformação de energia.



Figura 252 – Edifício central da estação termoeletrica, logotipo da Carris e exemplar de carro elétrico. GUEDES, Manuel (1995) – 1924 – *A Estação Central (...)*, pp. 354-356.

Hoje, além de continuar a alimentar as linhas de tração elétrica da cidade, encontra-se «ao serviço da cidade em unidade museológica», depois de ter iniciado «uma nova fase nesta mesma função com o novo projecto de adaptação e criação do novo museu, conservando a sua presença histórica no perfil e no espaço urbano da cidade do Porto»<sup>902</sup>.

Foi requalificado e ampliado sob projeto do arquiteto alemão Thomas Kröger, vencedor do 1º prémio do *Concurso para o Projecto de Requalificação do Museu do Carro Eléctrico do Porto* (2010)<sup>903</sup>, que reflete «a beleza da arquitectura industrial e é representativo da atitude de as fachadas incorporarem pretensões tecnológicas, habitual na época»<sup>904</sup>. Foram introduzidos dois novos volumes envidraçados, que se estendem para o exterior e intensificam a relação do edifício com o Douro. Findas as obras, voltou a abrir ao público em 2015.

Está classificado como Património de Interesse Municipal<sup>905</sup> e pertence à STCP, S.A..

<sup>902</sup> TAVARES, Rui (2011) - *O Porto e a Central Termoeletrica de Massarelos – a cidade dos carris e dos fios Eléctricos*, in PIMENTEL, Cristina; LAMEIRAS, Sandra V. (2011) - *A requalificação (...)*, pp. 8-20, p.19.

<sup>903</sup> Para mais informação, vd. OASRN - *Concurso de Concepção para a Elaboração do Projecto de Requalificação do Edifício do Museu do Carro Eléctrico, Porto | Resultados*, disponível em linha: <https://bit.ly/2DgbvPI>

<sup>904</sup> MELO, Cláudia (2010) - *A forma segue a função*, Diário de Notícias, 18 Julho 2010 — 01:30, disponível em linha: <https://bit.ly/2DBifly>

<sup>905</sup> PIMENTEL, Cristina; LAMEIRAS, Sandra V. (2011) - *A requalificação do edifício da antiga Central Termoeletrica de Massarelos – Registos de um projecto em curso*. Porto: Edição STCP, S.A., p.41.



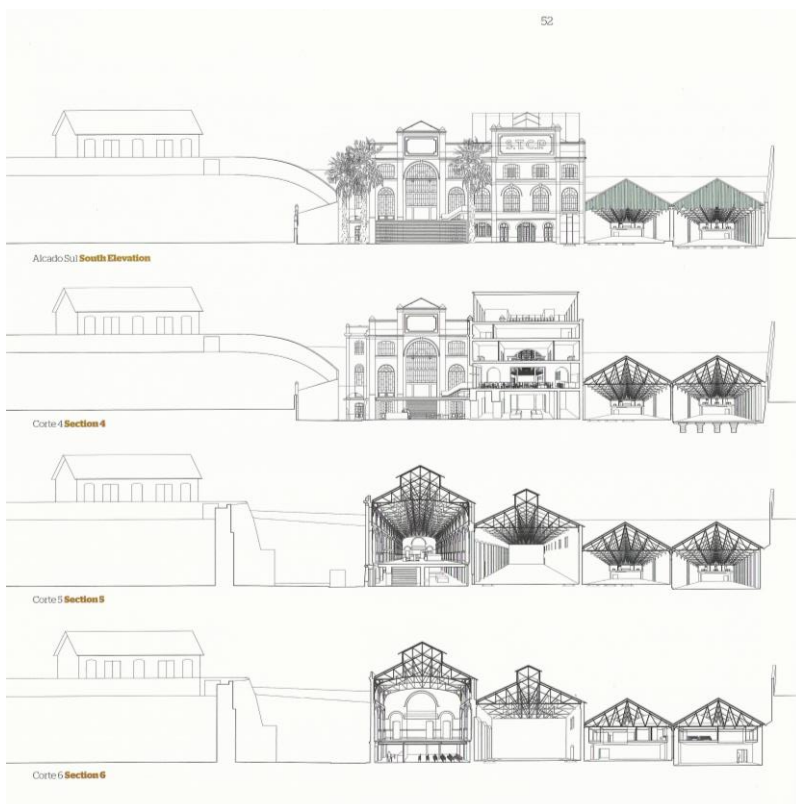


Figura 310 - Página do sítio web do Museu do Carro Eléctrico, dedicada aos Espaços. Disponível em linha: <https://www.museudocarroelectrico.pt/>

O Museu do Carro Eléctrico está instalado na antiga Central Termoeléctrica de Massarelos. Esta central foi construída com o objectivo de produzir energia para alimentar os veículos de tracção eléctrica que circulavam na cidade do Porto.

Trata-se de um projecto da autoria do Engenheiro Couto dos Santos, tendo a construção deste edifício sido concluída em 1915.

O edifício da Central Termoeléctrica de Massarelos é constituído por duas grandes naves que constituíam respectivamente a casa dos geradores do vapor (caldeiras) e a casa das máquinas.

Até à década de 1940 a Central Termoeléctrica de Massarelos produziu energia suficiente para alimentar a rede de carros eléctricos existentes na cidade do Porto. Com o aumento do número de carros eléctricos em circulação, a Central passa a estar dependente do fornecimento de energia por parte da União Eléctrica Portuguesa.

Na década de 1960, toda a área de produção de energia, que ocupava uma das naves, foi desactivada, passando a energia a ser fornecida por outras entidades. A partir de então a Central passou a funcionar apenas como subestação de transformação de energia, sendo que ainda hoje é a partir deste edifício que se alimentam as linhas de tracção eléctrica existentes na cidade do Porto.



Como conclusão, poderemos afirmar que a perda de uso é um dos maiores, senão o maior, fator de degradação de um edifício ou de um sítio<sup>906</sup>. Todavia, a adequação de um imóvel a uma nova utilização pressupõe estudos arquitetónicos sobre a compatibilidade do espaço entre o antigo e o novo uso, bem como uma análise da identidade do lugar perante a função futura.

As estruturas industriais devem ser conservadas tendo em conta as suas envolventes, no âmbito de um programa integrado nas políticas económicas regionais e nacionais de desenvolvimento e planificação urbana. Os projetos de requalificação do património industrial deverão responder a certas exigências, em todas as fases de intervenção: «desde a selecção, obviamente fundamentada, dos elementos a preservar, requalificar e reutilizar, até às soluções a adoptar e aos objectivos a atingir»<sup>907</sup>. Este processo deverá ser baseado num estudo aprofundado da história do edifício, das formas e técnicas de construção, das metamorfoses que sofreu até à data de requalificação e da sua ambiência, sobretudo ao nível dos consequentes efeitos no contexto da paisagem onde se insere.

Em suma, a nova função deve respeitar «*las premisas documentales derivadas de la instancia histórica y las premisas estéticas derivadas de su consideración de composición arquitectónica singular*»<sup>908</sup> para que «*la arquitectura restaurada siga existiendo...*»<sup>viii</sup>.

---

<sup>906</sup> DIAS, Lino; ALARCÃO, Pedro (coord.) (2017) – *Paisagem Antiga (...)*, p.8.

<sup>907</sup> MENDES, J. Amado (2000) - *Uma Nova Perspectiva (...)*, p.204.

<sup>908</sup> GONZALEZ-VARAS, Ignacio (2015) - *Patrimonio Cultural (...)*, p.175.

## Considerações finais

*«Dans la nature rien ne se crée, rien ne se perd, tout change»<sup>ix</sup>*

Antoine-Laurent Lavoisier, 1789

À semelhança de todos os percursos, este teve um princípio, um meio e chegou ao fim. Como qualquer outro, viu os seus percalços. Em analogia com o objeto de estudo – Miragaia e as suas encostas – o nosso caminho teve momentos altos, momentos mais baixos, voltou várias vezes ao ponto de partida, e alcançou diferentes pontos de chegada. Muito mais haveria a fazer, mais ruas a percorrer, mais portas a abrir, se ao menos o tempo no-lo permitisse. Não obstante, cremos ter criado as fundações para a construção de uma futura investigação, mais profunda, com tanta dedicação quando a que nesta empenhámos.

Procurámos centrar o nosso olhar não só na evolução da malha urbana, mas sobretudo compreendê-la através do seu edificado, já que a arquitetura contribuiu para a transformação da cidade, das suas atividades, e da sua paisagem urbana. Faremos agora uma breve incursão aos temas consolidados durante esta investigação.

Retomando as questões de partida, sabemos agora que o principal fator que está na origem do desenvolvimento dos arruamentos que confrontam o rio, em Miragaia, é precisamente essa localização ribeirinha, elemento de grande atratividade numa cidade de feição mercantil. De facto, e apesar de o Porto se desenvolver em torno da bacia hidrográfica do Douro, algumas das ribeiras que dele afluem, como a chamada Ribeira das Virtudes ou do Rio Frio, foram desviadas e encanadas, em resultado de uma crescente urbanização. Esta urbe, que tomou um carácter burguês e liberal, foi-se estendendo para lá da muralha primitiva, em direção a poente, à pequena comunidade piscatória de Miragaia. Para esta expansão, que se fez sobretudo junto às portas da cerca, contribuiu a criação de importantes eixos que fortalecem a ligação entre a zona ribeirinha e o centro histórico, tal como as recentes ruas da Restauração ou a Nova da Alfândega.

Os locais de comércio e produção influenciaram largamente a organização do espaço urbano, o que, conseqüentemente, se refletiu no património edificado. As obras, públicas e privadas, espalhavam-se pelo burgo, à medida que as atividades se acumulavam e as casas iam subindo em andares, densificando-se a intrincada malha urbana.

A importância dos percursos fluviais e marítimos no comércio de então, levou a que determinados lugares, como a nossa área de estudo, se tornassem propícios para a instalação de indústrias e espaços de armazenamento, uma vez que a proximidade ao rio Douro, que era o porto do Porto, em muito facilitou os processos de carga e descarga, as transações comerciais, e o escoamento dos produtos. Aqui laboraram diversos grupos, desde os mais ligados à atividade fluvial e marítima (construtores navais, cordoeiros ou, claro, marinheiros), até aos que se relacionam com indústrias de períodos mais recentes (como o fabrico de produtos de cortiça, a carpintaria, a fundição ou a cerâmica). Vimos que a grande concentração de labores se fazia em torno dos armazéns (sobretudo ligados aos vinhos, mas também a outros produtos como cereais, madeiras ou metais) implantados na margem do rio, juntos aos cais de Miragaia e Monchique.

Já que a iniciativa pública impulsiona grandemente a construção de iniciativa privada, também a centralização de grandes obras públicas à cota alta, com a instalação de importantes serviços como o da saúde (com a construção do hospital de Santo António), o judicial (com a cadeia e tribunal da Relação e mais tarde o Palácio da Justiça), o institucional (com a Academia Politécnica que é hoje a Reitoria da Universidade do Porto) e o religioso, contribuíram para um ajuntamento das classes de estatuto mais elevado na envolvente do antigo largo do Olival (atual campo dos Mártires da Pátria, *vulgo* Cordoaria). Para além disso, foram sendo feitos arranjos urbanos e viários, abrindo largas ruas como a da Restauração, que facilitavam o acesso ao rio e à estrada para a Foz e Matosinhos, à face da qual rapidamente se ergueram residências de exceção. Melhoraram-se os espaços públicos de lazer, como o antigo passeio da Graça, o jardim das Virtudes ou o de João Chagas, cativantes para a população, cada vez mais preocupada

com o bem-estar e o ócio. Não esqueçamos que também aqui se realizavam alguns dos mais concorridos mercados, como o do Peixe ou o do Anjo<sup>909</sup>.

De facto, poderá dizer-se que ainda hoje no Porto não encontramos um lugar que reúna tantos e tão vultosos serviços, em igualmente vultosos edifícios, num mesmo espaço (à exceção da avenida dos Aliados, que, todavia, se constituiu mais como centro cívico e financeiro).

Desta feita, a comunidade de moradores, tal como as casas em que habitam, revelou-se muito díspar dentro do território urbano estudado. Se na baixa de Miragaia surgem edifícios de linguagem mais simples, que se podem enquadrar nas tipologias construtivas observáveis no núcleo histórico da cidade, e se associam aos trabalhadores de classes médias (e nalguns casos, das mais desfavorecidas), na zona alta vão-se multiplicando os prédios mais enobrecidos, de maior dimensão, que se ligam, no geral, a uma alta burguesia. Por outro lado, no espaço entre as duas, a um nível médio, observa-se uma determinada ausência da construção, possivelmente ditada pelos terrenos ocupados pelas quintas que se desenvolviam em socalcos de origem antrópica, para vencer as encostas mais acidentadas.

Porém, as zonas nas quais mais se assistiu a um aumento construtivo, culminaram numa complexa e orgânica malha urbana, assente na falta de espaços livres e de ruas desafogadas. A paisagem ficou marcada pelas ruas apertadas e disformes, de perfil irregular, pelos becos que terminam em largos, os lotes estreitos e as casas altas que encerram ruas escuras e espaços exíguos, às vezes ligados por passadiços.

Assim se foi consolidando ao longo dos séculos o tecido urbano do Porto, assente numa linguagem tipificada, e sedimentando códigos e métodos construtivos. De acordo com os padrões tipológicos definidos por Barata Fernandes, e citando Ana Vendeiro, vimos que em Miragaia se identifica «na sua maioria uma tipologia, a polifuncional que é constituída por comércio no piso térreo e habitação nos superiores. Estas pertencem às

---

<sup>909</sup> O mercado do anjo funcionou nos terrenos da atual praça de Lisboa/Passeio dos Clérigos, entre 1839 e 1948, ano em que é transferido para as instalações do mercado provisório da Cordoaria, até se fixar no mercado do Bom Sucesso em 1952. Para saber mais, *vd. Mercado do Anjo*, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/43466/>.

casas tipo Porto Mercantilista»<sup>910</sup>. A área de estudo continua hoje a apresentar um caráter labiríntico de ruas apertadas com casas altas que lhes tapam a luz, interrompido por outras mais largas (como a da Restauração), para as quais se voltam casas de melhor construção. Ainda que Amândio Barros lembre que não se deve: «olhar as ruas estreitas por entre as casas sem recordar o jardim aberto ou as hortas cuidadosamente demarcadas que geralmente se estendiam atrás delas»<sup>911</sup>, vimos que aqui não predominam os logradouros, aparecendo apenas pontualmente nalguns arruamentos.

Mas são as casas dos *cobertos* (ou arcos) de Miragaia que contêm em si uma tal especificidade que não pode ser encontrada em qualquer outro ponto da marginal da cidade. Distinguem-se por uma frente porticada, na qual os andares superiores assentam em arcaria granítica, que em tempos se relacionava diretamente com o areal da praia, os cais e os estaleiros, numa secular relação com o rio Douro, que viria a ser irreversivelmente alterada aquando da construção da plataforma artificial onde se implanta a Alfândega *Nova*.

Também os usos do parque habitacional se mostraram diversos, sendo que ao longo do tempo se adaptaram às necessidades de quem o habita. Por isso, nas licenças de obra que consultámos, vemos acrescentos, arranjos, modificações e demolições. De salientar são ainda as que respeitam o saneamento e a canalização, já que demonstram uma preocupação higienista pela pessoa e pelo espaço. No século XIX, discutem-se e implementam-se medidas de higienização, na tentativa de combater os graves problemas de insalubridade que acometiam a urbe.

---

<sup>910</sup> VENDEIRO, Ana (2014) - *Recuperação da arquitectura monástica (...)*, p.97.

<sup>911</sup> BARROS, Amândio (1998) - *Em proveito dos mosteiros e enobrecimento da cidade : os conventos de S. Bento da Avé Maria e de Santa Clara e as alterações urbanísticas do Porto na segunda metade do século XVI, Porto: Tempos e lugares de memória : homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, 1998, vol. 1, pp. 393-425, p.396.



A ação dos Almadás (1757-1804), combinou aquilo que eram as exigências de uma cidade em transformação<sup>912</sup>, em termos de novos equipamentos, com uma ação de carácter local e individualizado, agindo também sobre as pré-existências. Com os trabalhos urbanísticos da Junta das Obras Públicas, o crescimento urbano do Porto era cada vez mais o resultado de um planeamento estruturado<sup>913</sup>, consequência dos ideais sobre um novo urbanismo. Enquanto se estruturava a nova cidade comercial, através de espaços e construções feitas numa arquitetura sóbria que servia e refletia os ideais e atividades da burguesia mercantil a quem se destinava<sup>914</sup>, toda a nova regulamentação tornava premente o rigor da cartografia, para permitir uma melhor execução de projetos.

Ainda que a “Planta Redonda” de George Balck, de 1813, e a planta de Joaquim da Costa Lima (1806-1864), de 1839, se apresentassem como bons pontos de situação sobre o urbanismo do século XIX, a partir de 1870, já no reinado de D. Luís I (1838 –1889)<sup>915</sup>, urgia a execução de uma carta rigorosa, tarefa encabeçada por Teles Ferreira, que viria a ser publicada em 1892 e considerada a primeira planta a abranger a totalidade do concelho - a «Carta Topographica da Cidade do Porto». O levantamento exaustivo e científico, apresentado à escala 1/500, permite ter uma noção do que seria a estrutura urbana da cidade, a mancha edificada, bem como a sua cobertura vegetal<sup>916</sup>.

Os olhares tinham-se, entretanto, voltado à barra, aos ancoradouros e ao seu melhoramento. Foram encetados programas de arranjo da marginal, que resultaram na reformulação dos cais que ainda hoje reconhecemos, desde Miragaia a Massarelos. Mas foram as mudanças verificadas ao longo dos séculos XIX e XX, aliadas a novas necessidades, que ditaram o fim do porto em Miragaia. De facto, o êxito inicial do edifício da *Alfândega Nova* não pareceu destinado a prolongar-se no tempo. O desenvolvimento

---

<sup>912</sup> ROSSA, Walter (1995) – *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira. Círculo de Leitores, vol. III, p.306.

<sup>913</sup> Não pretendemos falar de um início absoluto de planeamento, já que não devemos esquecer a construção da Rua Nova, que aparece referenciada em documentos de 1395. Sobre isto, o leitor poderá ver SANTOS, Maria (2010) - *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>914</sup> FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana (...)*, p.196.

<sup>915</sup> D. Luís I reinou entre 1861 e 1889.

<sup>916</sup> MADUREIRA, Helena (2002) - *Processos de transformação da estrutura verde do Porto (...)*, p.166.

das vias e dos meios de comunicação entre o centro da cidade e a zona de Matosinhos levou à deslocação de vários serviços para áreas mais periféricas, com maior potencial de expansão, e próximas ao Porto de Leixões, como aconteceu, por exemplo, com a indústria conserveira. O primitivo porto de Bouças, protegido por leixões naturais, foi-se desenvolvendo até se tornar num grande complexo portuário, deixando de lado a necessidade da continuação da existência de uma alfândega no Porto, que havia estado em funcionamento até 1987.

Durante o século XIX continua a assistir-se ao desenvolvimento da cidade para ocidente, agora prolongado até à zona de vilegiatura que se foi estabelecendo na Foz do Douro (e mais tarde até Matosinhos e Leça). Nestas zonas de ocupação mais recente, como Cedofeita e Miragaia, sobretudo em ruas novas como as do Rosário ou da Restauração<sup>917</sup>, viriam a residir os grandes proprietários urbanos, que mantinham casas de veraneio na Foz<sup>918</sup>.

O fenómeno da industrialização viria reformar a silhueta da cidade do Porto. Um dos casos mais significativos das transformações, em Miragaia, relaciona-se diretamente com a reutilização do antigo Convento de Monchique, desocupado na sequência da extinção das ordens religiosas em 1834, para fins industriais. O conjunto conventual viria a ser vendido em lotes, a diferentes proprietários, que lhe atribuíram diferentes funções. Para além da primitiva implantação do Convento naquele lugar, já por si dinamizador da estrutura e da paisagem urbanas, também a sua reutilização veio alterar a morfologia do espaço, e a refletir-se a nível patrimonial.

Em contrapartida, este aglomerado de atividades industriais (onde provavelmente sobejavam fumos, cheiros e barulhos) na zona ribeirinha, acabou por conduzir a um afastamento dos moradores para outras áreas, mais tranquilas e salubres, implantadas sobretudo à cota alta (veja-se o espaço entre o extinto convento de Monchique e o Museu do Carro Eléctrico, em que é tão parca a arquitetura de habitação). As classes mais altas preferiram as novas ruas, que melhor respondessem aos seus anseios de privacidade,

---

<sup>917</sup> Pinho Leal afirma que na rua da Restauração não vivia um único pobre. LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno (...)*, vol. V, p.264.

<sup>918</sup> GRAÇA, Manuel (2004) - *Construções de Elite (...)*, vol. I, p.16.

mobilidade e higienização. Em resultado destas transformações e deslocalizações, o último meio século de Novecentos viria a ser marcado por uma significativa perda de população residente, que acompanhou a perda de funcionalidade da zona, tendo como consequência direta o abandono de muitos edifícios, que, não raro, já se encontravam degradados.

Não obstante, um novo alento parecia esperar a frente ribeirinha da nossa área de estudo. Com a reconversão do edifício da antiga Alfândega em Museu dos Transportes e Comunicações de Centro de Congressos (sob projeto do arquiteto Souto de Moura), Miragaia ganha uma nova dinâmica, recebendo com regularidade grandes eventos de cariz nacional e internacional. De entre estes, destaca-se, no ano de 1998, a realização da cimeira ibero-americana, a propósito da qual se executaram grandes arranjos urbanos e paisagísticos, que permitiram a requalificação do espaço, como a criação do viaduto do Cais das Pedras e o melhoramento do largo da Alfândega.

Ainda assim, a paisagem urbana de Miragaia poderia ter assumido diferentes faces, caso alguns projetos mais recentes tivessem sido concretizados. Falámos, em particular, da operação SAAL Miragaia, criada num contexto pós-25 de Abril de 1974, e que propunha a construção de novos edifícios, a recuperação de outros e a colmatação de vazios na frente urbana, dando primazia aos moradores. Não tendo o Projeto SAAL chegado a ser implementado, nas décadas seguintes a recuperação do edificado foi sobretudo conduzida pelo CRUARB, que viria a ser responsável também pela construção de novas habitações (veja-se, por exemplo, o prédio na rua de Miragaia, desenhado pelo Arquiteto Adalberto Dias em 2000), e mais recentemente pelas Operações Património da *Domus Social*.

Salienta-se ainda a proximidade de Miragaia ao Centro Histórico do Porto, Património Mundial da UNESCO desde 1996, e toda a dinâmica patrimonial, cultural, económica e turística daí resultante. Se em áreas mais centrais da cidade a reabilitação de edifícios e espaços públicos tem assistido a um crescimento exponencial nos últimos anos, em Miragaia esse fenómeno também se tem vindo a verificar, embora numa escala ainda não tão significativa (se comparada com outros espaços do Porto como a rua das Flores, a rua Mouzinho da Silveira, ou o Quarteirão das Cardosas).

Creemos que, por esta privilegiada localização de Miragaia, e pela sua histórica relação com o centro da cidade e com o Douro, os fenómenos já verificados noutras áreas da cidade poderão ser aqui replicados.

De facto, nos últimos tempos, e em parte graças à crescente atividade turística, vem a dar-se uma requalificação do espaço, a nível do edificado e dos arruamentos. Multiplicaram-se os prédios destinados a alojamento local, os cafés e restaurantes, os painéis em língua inglesa e os visitantes estrangeiros, que se misturam e confundem com a comunidade anfitriã, por entre a estreita rua da Arménia ou sob os arcos de Miragaia. Associado a este fenómeno não podemos deixar de referir o facto da empresa turística Douro Azul estar sediada em Miragaia, nos antigos armazéns da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, onde também instalou o Museu *World of Discoveries* (inaugurado em 2014).

Tendo em conta os factos acima referidos, diretamente relacionados com o aumento do turismo no Porto, consideramos que o potencial histórico, patrimonial e paisagístico de Miragaia poderá vir a integrar-se em rotas e percursos turístico-culturais, que devem ter em atenção as especificidades deste território. Delas salientamos, por exemplo, o potencial dos miradouros, dos troços de muralha visíveis, dos pequenos recantos, das fontes escondidas e, claro, a relação com o Douro.

Também são de destacar os antigos percursos, que relacionam os distintos patamares deste antigo vale do rio Frio, e criam espaços cujas vistas excecionais devem ser protegidas, bem como a sua arquitetura e os demais elementos distintivos desta parte da cidade – cidade que é uma só, pelo que não se deve negligenciar nem o seu valor de conjunto, nem o papel fundamental dos seus moradores (comunidade local).

Face a um perfil de turista cada vez mais exigente e curioso, pensamos que estudos como o que aqui desenvolvemos poderão constituir um meio de confirmação da cientificidade das informações transmitidas, as quais devem ser rigorosas. Ademais, e face aos perigos de uma procura turística sobredimensionada, é cada vez maior a necessidade de incutir o turismo sustentável. Ainda que esta atividade tenha vindo a despoletar grandes melhoramentos na cidade, tida enquanto *mononegocio* pode ser prejudicial para os centros históricos, uma vez que caso se verifique uma quebra na

procura, estes podem voltar a um estado de abandono e/ou ruína. Urge pensar outros motores para a reabilitação, que não dependam exclusivamente das receitas do turismo.

Veja-se o recente caso do bairro *Embajadores*, em Madrid, que, apesar da sua localização central, junto a diversas atrações culturais, se encontrava altamente devoluto. O lugar foi alvo de uma revitalização, que incidiu na manutenção do comércio tradicional que aí existia, e na requalificação da habitação para os residentes.

Abordemos agora o tema ao qual dedicámos o terceiro capítulo deste relatório. As transformações relacionadas com a industrialização, têm até hoje repercussões significativas na área de estudo. O património industrial, ao ser de épocas mais recentes, nem sempre tem merecido a devida atenção, ainda que constitua um valioso testemunho da memória dos últimos séculos, e um instrumento fundamental para o estudo da história local, que importa conhecer e preservar. É no sentido de minimizar o sentimento de perda em relação ao património que, cada vez mais, se estudam estratégias e técnicas de reabilitação que visam ser menos invasivas.

Passamos a citar uma afirmação de J. A. Mendes, que nos parece relevante no contexto destas notas finais:

«O historiador local – ou todo aquele que, de algum modo, se interessa pela investigação e pelo ensino-aprendizagem da história local – não pode, hoje, continuar a proceder como se a industrialização não tivesse acontecido e alterado profundamente as nossas vidas, para o bem e para o mal.»<sup>919</sup>.

Neste aspeto, devemos destacar a importância de linhas de investigação como a da arqueologia industrial, a qual se dedica ao estudo dos vestígios da industrialização (que incluem não só os edifícios fabris - de produção, transformação e armazenagem - como o património móvel – maquinaria - e o património imaterial - técnicas, memórias e *saber-fazer*), e ao seu impacto na transformação da paisagem.

---

<sup>919</sup> MENDES, J. Amado (1995) - *A arqueologia industrial ao serviço da história local*. Revista de Guimarães, n.º 105, 1995, pp. 203-218, disponível em linha: <http://bemvin.org/ndice-2-a-unidade-curricular-4.html?page=4>

Por esta razão, o património está hoje no seio de um conflito que gira em torno dos seus usos: «o uso original, tradicional, entendido como aquele para que foi projetado, feito ou construído, e o uso ou «(re)uso» moderno, assumido como aquele que se lhe quer dar»<sup>920</sup>. Os projetos de reutilização possibilitaram a reintegração de algumas construções industriais na cidade contemporânea, permitindo a sua melhor conservação, ao mesmo tempo que respondem a necessidades da comunidade (alojamento, turismo ou outras). Por outro lado, reforçam a valorização da vertente paisagística, regenerando-a, e transformando espaços devolutos em áreas dinâmicas e atrativas. Foi neste sentido que abordámos, no presente trabalho, alguns exemplos de espaços industriais desocupados, dotados de uma nova vida, através de intervenções estruturadas, planeadas e sustentáveis que lhes atribuíram nova função.

A reconversão dos bens imóveis herdados da industrialização, com a atribuição de uma função compatível, é essencial para o prolongamento da vida útil do edificado, já que o abandono conduzirá, inevitavelmente, à ruína física, e ao risco de perda total do bem. A necessidade de uma especial atenção sobre estes edifícios resulta, em grande parte, da perda da sua função original, a qual está, em geral, intimamente relacionada com o processo de *desindustrialização*.

Despretensiosamente tentando ultrapassar ideais saudosistas, associados a uma visão passadista frequente nas questões patrimoniais - não sem um sabor a nostalgia – esta vertente do nosso estudo procurou ter uma particular incidência na contemporaneidade, já que a ela respeitam a industrialização, o desenvolvimento das vias e meios de comunicação e o próprio crescimento urbano consequente. Esperamos, com o resultado, poder contribuir para a história urbana e para a história do património de Miragaia, não só através do relatório de investigação, como também da inventariação e catalogação do edificado, expostas no segundo volume.

---

<sup>920</sup> DIAS, Lino; ALARCÃO, Pedro (coord.) (2017) – *Paisagem Antiga (...)*, p.7



Este trabalho, fruto de um estudo de âmbito alargado, ao qual desejaríamos ter dedicado ainda mais tempo, se ao menos o houvesse, passou pela identificação e caracterização dos usos do edificado, das intervenções resultantes da apropriação do espaço disponível, e, enfim, das metamorfoses da malha urbana e construtiva. Quisemos compreender o seu impacto no dinamismo da cidade, cuja leitura só o entrelaçar da documentação histórica e gráfica - desde as fontes secundárias, como as publicações sobre a história e evolução da cidade, até às primárias, recolhidas no Arquivo Histórico Municipal do Porto – com a interpretação do terreno, no próprio local, nos permitiu alcançar. Tem tudo isto resultado num amplo conhecimento da zona de estudo, a qual nos mereceu, merece e merecerá o maior entusiasmo, e a cuja dimensão esperamos ter conseguido responder. Incumbe-nos agora transmitir o viver e o saber que cultivámos, já que o rumo deste percurso não teria sentido se o fim fosse tê-los sem poder partilhá-los.

É essa evolução histórica que procurámos ler, em cada espaço urbano, em cada edifício, ou conjunto, associando os factos e as características da época nos quais se verificou a sua construção, e as principais transformações, de modo a compreendermos a relação com a evolução da malha urbana, e as suas consequências na envolvente mais ou menos próxima. Foi possível compilar inúmera informação sobre as intervenções sofridas por este pequeno arrabalde que junto ao rio, e tendo a muralha a seu lado, se fez e medrou. Não importa quantos séculos volveram desde a Romanização, continuámos, como então, a encontrar em Miragaia a importância da feição ribeirinha.

Consideramos pertinente relembrar que os resultados não se pretenderam conclusivos, mas sim uma sùmula dos dados assimilados durante a investigação, sobretudo no domínio do património edificado, com o intento de ser retomados em novos estudos. Entendemos, no entanto, que eles nos permitem ensaiar sínteses de interpretação e de, através dos dados e análises obtidos, lançar bases para um trabalho futuro, de aprofundamento do estudo sobre Miragaia, a sua estrutura urbana e o seu património arquitetónico.

Posto isto, e fazendo um retorno aos pressupostos iniciais do trabalho, cujo objeto de estudo seria definido e delimitado, com uma nova abrangência, no âmbito do estágio realizado na DMPC, julgamos ter correspondido aos objetivos propostos.

Sabemos da ambição do projeto a que nos propusemos (e do volume de texto que daí resultou), sobretudo pela extensão do período cronológico e das vertentes de estudo que lhe definimos. Porém, se «quem não sente a ânsia de ser mais, não chegará a ser nada»<sup>921</sup>, foi certo que quisemos saber sobre Miragaia sempre um pouco mais. Pareceu-nos limitadora qualquer imposição que lhe quiséssemos colocar. Mas ao tempo, a esse não o pudemos parar, e resta-nos a esperança de que possamos retomar a investigação no futuro e completá-la com o que tivemos de deixar por terminar. Haverá, aliás, sempre mais a fazer. Talvez para essa próxima etapa deixemos a análise de Miragaia através da literatura (Guilherme do Amaral acompanhar-nos-á pela rua da Arménia<sup>922</sup>...) ou a exploração exaustiva da indústria (poucas coisas nos dariam maior satisfação do que descobrir o que Alfredo da Silva mantinha para lá da fachada dos seus armazéns da rua de Monchique...).

Nenhuma consideração final saída da nossa mão poderia contar todo o conhecimento que este estudo nos proporcionou. Ainda que investigações anteriores nos tivessem deixado à vontade com a parte alta (como o passeio das Virtudes), as ruas da baixa de Miragaia eram, antes deste trabalho, desconhecidas para nós. Hoje, no entanto, saberíamos de cor indicá-las todas. A fonte do Mercado do Peixe? Podemos vê-la num patamar das escadas do Monte dos Judeus, ou chegando pelas ruas do Cidral de Cima ou de Baixo. A viela da Companhia? Está junto da rua dos Armazéns, e ambos adquiriram os topónimos atuais pela presença da Real Companhia, que aí guardava, em grandes armazéns, os vinhos e outras mercadorias. Atafona, Ancira, Baleia, Sant’Ana – todos estes nomes de ruas, becos e vielas nos transmitem qualquer coisa com significado.

Talvez por isso gostaríamos de ter tido a oportunidade para estudar a evolução morfológica de Miragaia a partir da sua estrutura viária, e que desta feita ainda não nos foi possível. Estudamo-la a partir do edificado, que lhe é tão distintivo! Mas, *o caminho faz-se caminhando*<sup>923</sup>, e a análise histórica dos arruamentos reservamos para nova investigação.

---

<sup>921</sup> Miguel de Unamuno (1864-1936).

<sup>922</sup> BRANCO, Camilo C. (1965) – *Onde está a felicidade?*.

<sup>923</sup> António Machado (1875-1939) - «*caminante, no hay camino, se hace camino al andar. Al andar se hace el camino, y al volver la vista atrás se ve la senda que nunca se ha de volver a pisar*». Proverbios y cantares XXIX.

Por outro lado, o caminho do património industrial pareceu nunca antes se ter cruzado com o nosso. Agora, esperamos que nunca se voltem a desencontrar. O contacto com uma temática contemporânea, e tão debatida, apetrechou-nos com visão crítica e analítica dos espaços industriais, que até então não tínhamos experienciado. Hoje, *sei por onde vou, sei que vou por aí*<sup>924</sup>.

O à-vontade que adquirimos no manusear de documentos arquivísticos, que só com este estágio foi possível, nunca se há de perder. O mesmo podemos dizer para as novas plataformas de pesquisa que até então não tínhamos utilizado (o Portal do Arqueólogo ou o Atlas do Património). Também a nossa capacidade de leitura da cartografia melhorou largamente.

À semelhança do que foi feito na Introdução a este relatório, findamos a conclusão com um pensamento de Henrique Pereira dos Santos:

«Ao longo dos capítulos anteriores procurei falar do tempo na paisagem, ou das paisagens com tempo. E do tempo em que fui aprendendo a ler paisagens. (...) Resolvi, por isso, contar histórias sobre o gosto que me dá poder ler paisagens nos passeios que dou, nas conversas com quem me aparece ao caminho, nos livros que outros escrevem. (...) Nessas histórias sem ficção, o tempo serviu-me sempre de arrimo e condutor, porque sem ele, paisagem e pintura confundem-se.»<sup>925</sup>.

Um das últimas palavras. Envolta pelo colorido casario que se acastela até ao Douro, foi casa de casas e casa de gentes. Alojou ofícios e misteres, sociedades inteiras, indústrias a desflorar. Acolheu-nos a nós, aos nossos pensamentos e ideias, aos nossos olhares curiosos, à nossa incessante busca em busca de algo mais para buscar. Tu, Miragaia, foste casa de, e para, o nosso trabalho. Se, por vezes, caminhámos ao teu lado, e outras mais longe, foi porque te quisemos ver em Massarelos e olhar-te na Vitória. Mas em ti coube toda esta investigação.

---

<sup>924</sup> Referência a *Cântico Negro* de José Régio (1901-1969). «Não sei para onde vou - Sei que não vou por aí!». Poemas de Deus e do Diabo.

<sup>925</sup> SANTOS, Henrique P. (2010) – *Do Tempo e da Paisagem: Manual para leitura de paisagens*. Cascais: Príncípia Editora, pp. 83, 84.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Manuscritas

**[As fontes manuscritas relativas ao AHMP encontram-se referenciadas no volume II deste relatório – catálogo analítico].**

Correspondência enviada pela CMP, assinada pelo engenheiro-diretor José dos Santos Guedes Cardoso, dirigida ao Arq. Fernando Távora da Brigada Técnica de Miragaia, a 2 de Julho de 1976. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14

Correspondência enviada por M. Sousa Santos dirigida à CMP, a 5 de Março de 1975. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14

Correspondência enviada pela Brigada de Miragaia, dirigida ao SAAL/NORTE, assinada por F. Távora, data de 5 de agosto de 1976. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14

Correspondência dirigida pelo Arq. Fernando Távora, representante da Brigada de Miragaia, dirigida ao SAAL Norte, datada de 12 de janeiro de 1976. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14

Documento N° 10, *conclusão*. Definição da unidade operacional Miragaia SAAL. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14

*Miragaia em luta*, Jornal da Associação de Moradores de Miragaia, número 8, out./nov. de 1976

Registo do testamento com que faleceu José Alexandre Ferreira Brandão, disponível em linha: <https://bit.ly/2zLB4nL> consultado a 12/11/2018, às 10:21h

Registo do testamento com que faleceu Antónia Bernarda Guerra, casada com José Marques Loureiro, disponível em linha: <https://bit.ly/2QAIoKg> , consultado a 12/11/2018, às 10:33h

Relatório de avaliação de um terreno sito em Miragaia à margem das ruas do Cidral de Baixo e do Monte dos Judeus e ainda das escadas do Monte dos Judeus, pelo arquiteto Jorge Guimarães Gigante, de 5 de agosto de 1976. Arquivo Fernando Távora, FIMS, SAAL Miragaia, pasta 14

Relatório sobre *Parcela de terreno sita à R. Monte dos Judeus, n° 19*, datado de 1976 e assinado pelo Arq. Fernando Távora, p.76. FIMS/FT/0198-12

Requerimento de Albino Monteiro Fernandes, em nome da comissão de moradores de Miragaia, à Comissão Administrativa da CMP, datada de 11/06/1975. FIMS/FT/0198-14, s/p

## **Bibliografia geral**

*Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto em 1865*. Porto: Typographia do Commercio

AFONSO, Daniel B. (2012) – *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. Porto: FLUP

AFONSO, José F. (2014) - *O convento de S. Domingos e o plano urbano do Porto entre os séculos XIII e XVI*, International colloquium on “Monastic Architecture and the City”, Coimbra, Portugal, 10th - 11th October 2013. Cescontexto: Debates. N.º 6 (2014), p. 35-50

AFONSO, José F. (2004) – *A Rua das Flores no Século XVI - Elementos Para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: Porto

AIRES-BARROS, Luís (2002) - *Património Cultural Construído: algumas notas para o seu estudo e preservação*. Pedra & Cal Nº 13 Janeiro. Fevereiro . Março 2002, pp. 11-14

ALMEIDA, Carlos F. (1968) – *Vias Medievais Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ALMEIDA, J. M. de (2003) - *História da informática em Portugal: o subsistema de informação da CUF/QUIMIGAL*, In BEIRA, Eduardo; HEITOR, Manuel, ed. lit. (2004) – *Memórias das tecnologias e dos sistemas de informação em Portugal*. Braga: s.n., p. 253-272

ALVES, Jorge (2014) – *Fiar e tecer: Uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Museu da Indústria Têxtil



ALVES, Joaquim J. F. (1997) - *Formas urbanas do Porto setecentista: a praça intramuros*. Revista da Faculdade de Letras: História, II série, vol. 14 (1997), p. 685-700.

ALVES, Joaquim J. F. (2002) – *Elementos para a História do Convento da Madre de Deus de Monchique*. Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património, Porto 2002, I série, Vol. I, pp. 129-147

ALVES, Joaquim J. F. (1988-1990) – *O Porto Na Época Dos Almadás (1757-1804)*. Porto: Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II

ALVES, Joaquim J. F. (1987) – *O Porto Na Época Dos Almadás (1757-1804)*. Porto: Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALVES, Jorge (1994) - *As exposições industriais do Porto nos meados do século XIX*, O tripeiro, 7.<sup>a</sup> série, ano 13, n.º 6 (Junho de 1994), p. 171-176

ALVES, Jorge (1994) - *Desagravar o rei ou a oportunidade política da Exposição Industrial do Porto de 1891*, O tripeiro, 7.<sup>a</sup> série, ano 13, n.º 12 (Dezembro 1994), p. 370-373

ALVES, Jorge (1997) – *A Indústria de Refinação de Açúcar no Porto, um percurso amargo e doce*. Colóquio «A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica», Palácio da Bolsa, 4 e 5 de Dezembro de 1997

ALVES, Jorge; LACERDA, Silvestre (1997) - *Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela - As origens*. In O TRIPEIRO, 7.<sup>a</sup> série, ano XV (1995), nº 1-2 (Janeiro/Fevereiro), p. 41-46, e nº 3, p. 84-88

ALVES, Jorge (2003) - *O Porto oitocentista: a cidade e os espaços industriais*, in JORGE, Vítor Oliveira (coord.) *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis*. Porto:

Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Coimbra: Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Arqueológicos, pp. 217-222

ALVES, Jorge (2007) - *De pedras fez terra - um caso de empreendedorismo e investimento agrícola no Nordeste Transmontano (Clemente Meneres)*. HISTÓRIA: Revista da Faculdade de Letras, Porto, III Série, vol. 8, 2007, pp. 113-155

ALVES, Jorge (2010) – *O progresso material. Da Regeneração aos sinais de crise, In HISTÓRIA DO PORTO*, vol. 11. Matosinhos: QuidNovi

ARAÚJO, Ilídio de (1979) - *Jardins, Parques e Quintas de Recreio no aro do Porto*, Comunicação no colóquio ‘O Porto na época moderna’, Sep. Revista de História, Vol. II, Porto: FLUP, pp. 375-388

ARAÚJO, Maria da A. (1985) - *Linhas gerais de uma nova metodologia do estudo do litoral: exemplo da plataforma litoral da região do Porto*, Revista da Faculdade de Letras: Geografia, I Série, Vol. I, Porto: 2014, p. 75-87

ASCHER, François (2010) – *Novos Princípios do Urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte.

BACKHEUSER, Luiz A. (2006) – *A Casa do Arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo*. Porto: FAUP

BANDEIRINHA, José (2011) - *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa Da Universidade De Coimbra

BANDEIRINHA, José (2012) – *Fernando Távora, Modernidade Permanente*. Guimarães: Associação Casa da Arquitectura

BARBOSA, Liliana (2014) - *Fábrica De Louça De Massarelos - (Porto). Breve Olhar Sobre As Produções De Uma Unidade Industrial Pioneira Em Portugal*, in Património,

Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI, Actas do II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 maio de 2014

BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes: uma paisagem histórica urbana* - CITCEM, 2017, disponível em linha: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15489.pdf>

BARROS, Amândio (1991) - *A Confraria De S. Pedro De Miragaia Do Porto No Século XV*. Porto: Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 172-173

BARROS, Amândio (1998) - *Em proveito dos mosteiros e enobrecimento da cidade: os conventos de S. Bento da Avé Maria e de Santa Clara e as alterações urbanísticas do Porto na segunda metade do século XVI*, Porto: *Tempos e lugares de memória: homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, 1998, vol. 1, pp. 393-425

BARROS, Amândio (2004) – *Vida de marinheiro. Aspectos do quotidiano das gentes de mar nos séculos XV e XVI. Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 1, pp. 249-263

BARROS, Amândio (2004) – *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Porto: [Edição do Autor]

BARROS, Amândio (2016) - *Porto A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa: Edição da Academia da Marinha

BARROS, João de (1548) – *Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Coleção de Manuscritos Inéditos agora dados à estampa, V. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto: Tipografia Progresso [publicado em 1919]

BASTO, Carlos (1938) - *Nova Monografia do Porto*, Porto: Companhia Portuguesa Editora

BASTO, Rita (2012) - *Protótipo de Reabilitação para a Casa Burguesa do Porto*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

BORGES, Sandra (2017) - *Habitação Social no Concelho do Porto. Uma fase de vida ou uma solução para a vida?* FEUP: Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de Mestre Em Planeamento E Projeto Urbano.

BRANCO, Camilo C. (1965) – *Onde está a felicidade?* Lisboa: Parceira A. M. Pereira, Lda. 11ª edição

BRIOSIA, João (2012) - *O Convento dos Lóios no Porto*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura pelo Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, orientada pelo Professor Doutor Rui Pedro Mexia Lobo e pelo Arquitecto Carlos Henrique de Moura Rodrigues Martins

CAPELA, José V. (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: Barbosa & Xavier Artes Gráficas

CARVALHO, Marta (2009) – *Convento de Monchique, cenário de «amor de perdição»*. *Através dos Tempos*, Jornal Viva Porto, pp. 22-27

CASANOVA, Maria J. (2014) - *Conventos suprimidos e a construção de uma nova ordem urbana no Porto*, in MARADO, C. (edit.) - *Monastic architecture and the city*, Cescontexto, Nº 6, Junho 2014, Universidade de Coimbra, pp. 203-227

CASTRO, Armando (1971) – *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2ª edição

CASTRO, Aurora (1926) - *Monografia Da Cidade Do Pôrto*. Lisboa: Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial

CAUQUELIN, Anne (2014) – *A invenção da paisagem*. Lisboa: Edições 70

CHAVES, André (2014) - *Interferências Patrimoniais No Vale Do Ave: (Portugal) Entre O Rural E O Industrial*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI, II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014

CHOAY, Françoise (2000) – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70

COMPARATO, Fábio (2013) - *O Capitalismo Pós-Industrial*. Estudos do Século XX, número 13, 2013, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp.67-82

Conselho da Europa (2000) - *Convenção Europeia da Paisagem*.

CORDEIRO, José L (2017) – *História da Indústria Portuense, 1. Dos Finais do Século XVIII a 1852*. Porto: Edições Afrontamento, pp.191-193

CORDEIRO, José L. (1996) - *Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XIX*, *Análise Social*, vol. 31, No. 136/137, 1996, pp. 313-342

COSTA, Jorge (2014) - *As Intervenções Urbanísticas E A Qualidade De Vida No Centro Histórico Do Porto (1975-2012) Políticas do CRUARB e da SRU-Porto Vivo*. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural, apresentada à Universidade do Minho

COUTO, Júlio (1996) – *Miragaia*. Coleção Mediana – Guias das Freguesias do Porto. Porto: Edições Afrontamento e Mediana S.A.

COUTO, Júlio (1993) - *Monografia de Massarelos*. Porto: Junta de Freguesia de Massarelos

CULLEN, Gordon (2006) – *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70

CRAVEIRO, Maria de L. (1990) – *Diogo de Castilho e a Arquitectura da Renascença em Coimbra*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CRUARB (2000/2001) – *Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana. As intervenções de 1974 a 2000*. Porto: CMP

CRUZ, Maria A. (2003) – *Facetas do quotidiano burguês no Portugal de Oitocentos*, Revista da Faculdade de Letras, HISTÓRIA, Porto, III Série, vol.4

CRUZ, Maria A. (1999) - *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida

DIAS, Geraldo (2003) – *Presença de Judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade*, in FONSECA, Luís Adão, AMAREL, Luís Carlos, SANTOS, Maria Fernanda (2003) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, Porto: Livraria Civilização Editora, Vol. I, pp. 425-440

DIAS, Geraldo (2006) - *As Religiões da nossa vizinhança: História, Crença e Espiritualidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

DIAS, Lino; ALARCÃO, Pedro (coord.) (2017) – *Paisagem Antiga, sua construção e (re)uso, reptos e perspetivas*. Porto: CITCEM

DIAS, Lino (1996) – *Contributo para a análise do ordenamento romano do território marginal do rio Douro*. Douro - Estudos & Documentos: ano 1, nº 2, pp. 31-56



DOMINGUES, Álvaro (2001) – *A Paisagem Revisitada*, Finisterra, XXXVI, 72, pp.55-66

DUARTE, Luís M.; BARROS, Amândio (1997) – *Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna*. DOURO – Estudos & Documentos, vol. II (4), 1997 (2º), pp. 77-118

ESPOSITO, Antonio; LEONI, Giovanni (2005) - *Fernando Távora: opera completa*. Milão: Electa

FADIGA, Leonel (2017) – *Território e Poder – O uso, as políticas e o ordenamento*. Lisboa: Edições Sílabo

FARIA, M.; MENDES, José (coord.) (2013) - *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Séculos XIX e XX*, volume I - Instituições Bancárias. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda

FERNANDES, Francisco B. (2017) – *O Douro: Frentes de arquitectura, de paisagem e património*. In DIAS, Lino; ALARCÃO, Pedro (coord.) (2017) – *Paisagem Antiga, sua construção e (re)uso, reptos e perspetivas*. Porto: CITCEM

FERNANDES, Francisco B. (1999) – *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP publicações. 2ª edição.

FERNANDES, Isabel (2008) - *A Fábrica de Louça: análise espacial, processos de fabrico e conspecto social*, Instituto dos Museus e da Conservação, disponível em linha <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12577>

FERNANDES, Maria E. (1993) - *Os Últimos Dias de Monchique*. História: Revista da FLUP, vol. 10, pp.245-270, Porto: FLUP

FERNANDES, Mário G. (2011) - *Plantas do planeamento urbano e do urbanismo em Portugal (1864-1926)*. Porto: IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica

FERNANDES, Paula G. (1997) - *Reflexões em torno de um Estudo Urbano (O centro da Cidade do Porto no 1.º terço do Séc. XIX)*. POPULAÇÃO E SOCIEDADE, N.º 3 – 1997, pp.247-257

FERRÃO, Bernardo J. (1997) - *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758-1813, Uma Contribuição Para o Estudo da Cidade Pombalina*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto

FERRARIA, Maria J. (2000) - *Percursos Burgueses Na Cidade Do Porto (1910-1926)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: FLUP

FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel J. (2013) - *Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: da programação dos Almadás ao plano de 1952*, CEM Cultura, Espaço e Memória: Revista do CITCEM, nº4, pp. 191-230

FERREIRA, Patrícia (2010) – *Design concetual na era pós-industrial: “a forma segue o conceito”*. Lisboa: FA-UTL

FRANÇA, José-Augusto (2004) – *O Pombalismo e o Romantismo in História da Arte em Portugal*, Lisboa: Editorial Presença

FREITAS, Eugénio C. (1999) - *Toponímia portuense*. Matosinhos: Contemporânea, [D.L.1999]

GARRETT, João A. (1844) – *Miragaia*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital.

GONÇALVES, Marta – *Projeto de roteiros turísticos de antigas instituições religiosas medievais e modernas do Porto*. Dissertação de mestrado, Porto, FLUP, 2016

GONÇALVES, Miguel; MARQUES, Maria (2015) - O Porto E A Instrução Contabilística – Apreciação Crítica Do Curso De Comércio Da Academia Politécnica Do Porto (1837). Boletim N.º 64 do Centro de Estudos de História da Contabilidade. APOTEC/CEHC

GONZALEZ-VARAS, Ignacio (2015) - *Patrimonio Cultural: Conceptos, Debates Y Problemas*. Madrid: Catedra

GRAÇA, Manuel (2007) - *Domingos de Oliveira Maya percurso de um riscador amador ou da responsabilidade técnica no Porto de meados de Oitocentos*. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Porto, 2007

GRAÇA, Manuel (2004) - *Construções de Elite no Porto (1805-1906)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

GRAÇA, Manuel; PEREIRA, Liliana (2008) - *Museu Do Vinho Do Porto. Arquitectura, Programa E Conteúdos Do Espaço*. Porto: Pelouro da Cultura, Turismo e Lazer Direcção Municipal de Cultura Departamento Municipal de Museus e Património Cultural, Divisão Municipal De Museus, CMP

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada. Volume 38 (AL-BE)

GRANDE, Nuno (2012) – *O Ser Urbano: Nos Caminhos de Nuno Portas*. INCM: Imprensa Nacional – Casa da Moeda

GUEDES, Manuel V. (1995) - 1924 – *A Estação Central Geradora de Massarelos*. 2º Encontro Nacional do Colégio de Engenharia Eletrotécnica da Ordem dos Engenheiros. Lisboa, 1995, pp. 353-364

GÜNTHER, Anni (2002) – *Porto, 1763-1852 - A Construção da Cidade Entre Despotismo e Liberalismo*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto

HERCULANO, A. (1858) – *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Casa da Viúva Bertrand e Filhos. 2ª edição. Tomo I

ICOMOS (2008) - *Carta De Itinerarios Culturales*, elaborada por el Comité Científico Internacional de Itinerarios Culturales (CIIC) del ICOMOS e Ratificada por la 16ª Asamblea General del ICOMOS, Québec (Canada), el 4 de octubre de 2008

ICOMOS (1999) - *Carta Internacional Sobre O Turismo Cultural*, Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999

ICOMOS (1987) – *Carta Sobre A Conservação Das Cidades Históricas E Das Áreas Urbanas Históricas*, Washington, Outubro de 1987

JESUS, Maria (2003) - *Morfodinâmica do Cabedelo da Foz do Rio Douro: Perspectiva histórica e monitorização por GPS para o conhecimento da sua evolução actual: Aplicabilidade pedagógica numa vertente CTSA*, Dissertação de Mestrado em Geologia para o Ensino apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

JORGE, Mónica (2016) - *Paradigma Da Representação Da Identidade, Continuidade versus Rutura*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Departamento de Arquitetura, FCTUC, Março 2016 Sob a orientação do Professor Doutor Joaquim de Almeida

LEAL, Augusto de P. (1875) - *Portugal Antigo e Moderno*. Portugal: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, vol. V e vol. VII

LOIS, Diego; VIEIRA, Eduarda; LORENZO; Carmen (2014) - *Intervention proposal for tram 177 from Oporto's (Portugal) Tramway Museum collection. Conservation as an alternative to Restitution or Reconstruction*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI, II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014

LOPES, Ana; LINO, Ana; SILVA, Isabel; TEIXEIRA, Lúcia (2017) – *Habitação no Passeio das Virtudes: Tipologias e usos de materiais*, in BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria L. (2017) - *Passeio e Jardim das Virtudes: uma paisagem histórica urbana* - CITCEM, disponível em linha: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15489.pdf>

LOUREIRO, Carlos (2005) - *O Museu Industrial e Comercial do Porto: (1883-1899)*, Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Secção de Museologia, 2005, pp. 185-201

LOURES, Luís (2010) - *A paisagem pós-industrial da foz do Arade, uma visão do passado com vista para o futuro...* IPP - C3i - Comunicações em Congressos, s/p.

LOZA, Rui R., GUIMARÃES, Margarida, MOURA, António (2008) - *Centro Histórico Do Porto Património Mundial, Plano De Gestão*, Vol. I e Vol. III, Porto: Porto Vivo, SRU

MACHADO, Hugo (2006) - *Que estranha forma de contar [apontamentos na Miragaia de Garrett, nos livros de linhagens e nos livros do meio]*. *Estudios Portugueses 6 – Revista de Filología Portuguesa*”. Universidad de Salamanca, 2006, pp. 127-139

MADUREIRA, Helena (2002) - *Processos de transformação da estrutura verde do Porto*, *Revista da Faculdade de Letras — Geografia*, I série, vol. XVII-XVIII, Porto, 2001-2002, pp. 137 – 218

MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramiro (2012) - *Natureza e cultura no Porto do século XIX*, *Revista Convergência Crítica, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social – NEPETS, Teoria Social na Atualidade* V. 1 , Nº 2, 2012, pp-73-89

MAGALHÃES, Maria (1988) – *A indústria do Porto na primeira metade do séc. XIX*, Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, VOL. IV – Porto, pp. 111 a 154

MAIA, Maria H. (2007) – *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: Edições Colibri – IHA, Estudos de Arte Contemporânea. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

MALDONADO, S. (2006) – *Guarda Fiscal, Batalhão nº3 (síntese histórica)*. Porto

MARTINS, Carlos (2014) - *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental, 1789-1809 Intenção Política e Razão Técnica – o Porto do Douro e a Cidade do Porto*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, na especialidade de Teoria e História de Arquitectura, orientada pelo Professor Doutor Mário Júlio Teixeira Krüger e pelo Professor Doutor Alexandre Vieira Pinto Alves Costa e apresentada à Universidade de Coimbra, Vol. I e II

MARTINS, Ernesto (2005) – *Padre Américo, o Destino de uma Vida*. 2ª edição. Coimbra: Alma Azul

MARTINS, José P. (2012) - *Delimitação Da Área De Reabilitação Urbana Do Centro Histórico Do Porto Em Instrumento Próprio*. Porto: PORTO VIVO, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa do Porto, SA

MARTINS, Luís (1998) - *Exposições, indústria e turismo. A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica: actas do colóquio, 1997*, p. 459-468

MATOS, Fátima L. - *Algumas Reflexões Sobre O PER No Grande Porto*. Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa, Portugal: Territórios e Protagonistas. Guimarães, 14 a 16 de Outubro de 2004



MELO, Arnaldo (2009) - *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*, Braga: Tese de doutoramento em História (ramo de conhecimento Idade Média) apresentada à Universidade do Minho.

MEA, Elvira (2002) - *Os portuenses perante o Santo Ofício : século XVI*, Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto, Tempos e Lugares de Memória, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto/Arouca, Vol. II, pp. 415-430

MELO, Jorge C. – *Miragaia*, coleção Passeios no Porto, Lugares Históricos no Porto, Porto: Manuel Valle Editor

MENDES, J. Amado (1995) - *A arqueologia industrial ao serviço da história local*. Revista de Guimarães, n.º 105, 1995, pp. 203-218, disponível em linha: <http://bemvin.org/ndice-2-a-unidade-curricular-4.html?page=4>

MENDES, J. Amado (2000) - *Uma Nova Perspectiva Sobre O Património Cultural: Preservação E Requalificação De Instalações Industriais*, Gestão e Desenvolvimento, 9 (2000), 197-212

MENDES, J. Amado (2009) – *Estudos do Património: Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

MORAIS, Inês (2014) - *Turistas da Memória: à procura das raízes judaicas na cidade do Porto*. Porto: FLUP

MORAES, Marta (2013) - *Ao encontro do espaço partilhado: a reconfiguração da habitação popular analisada a partir do caso do Bairro Ignez, na cidade do Porto*, Dissertação de Mestrado Integrado apresentada à FAUP, sob a orientação do Docente Virgílio Borges Pereira

MORAIS, Rute; CARVALHO, Carla (2018) - *Porto (in)visível: redescobrir os antigos mananciais. Reflexão sobre a sua relevância*, in ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana C.;

BARREIRA, Hugo (2018) – *Genius Loci: lugares e significados*, Porto: CITCEM, volume 3

MORRIS, William (1882) - *Hopes and Fears for Art*, Londres: Ellis & White

MOTA, Nelson (2010) - *O espaço doméstico burguês do Porto no final do século XIX: fronteiras entre o público e o privado*. Universidade do Minho, I Encontro CITCEM «Família, Espaço e Património»

MOTA, Nelson (2010) – *A Arquitectura do Quotidiano. Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX*. Coimbra: Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

MOURA, Eduardo S.; CORREIA, Graça (2014) - *Reconversão Do Espaço E Edifícios Da Fábrica Robinson, Portalegre Portugal*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI, II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014

MOURA, Susana (2014) - *Reconversão do património industrial: armazéns do cais novo no Porto*. Dissertação de mestrado em Arquitectura, apresentada à Universidade Lusíada do Porto, sob orientação do Prof. Sérgio José Castanheira Infante

OLIVEIRA, Ana (2012) - *Novos Usos para o Património Industrial: O Caso da Cordoaria Nacional*, Projecto para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura apresentado à FAUTL, sob orientação do Professor Doutor José Aguiar

OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (1986) – *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife*. Recife: Pool Editorial.

OLVIEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (2003) – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 5ª edição

OLIVEIRA, J. (2007) – *Espaço Urbano do Porto: condições Naturais e Desenvolvimento*. [edição fac-similada da edição original de 1973 do Instituto de Alta Cultura], Porto: Edições Afrontamento

OLIVEIRA, J. (1973) – *O Espaço Urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura

OLIVEIRA, Rosa (2018) - *Recuperar: Princípios Da Arquitectura De Interiores Na Reabilitação De Edifícios*. Tese Projeto Final de Mestrado apresentado à Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arquitectura, Especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado, realizada sob a orientação científica da Doutora Dulce Loução

OLIVEIRA, Simão (2013) - *Casa Corrente do Porto: Um estudo e processo de reabilitação*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

OLIVEIRA, Vítor (2014) – *The Urban Form of Porto*. Porto, 3-6 Jul 2014, International Seminar on Urban Form

OLIVEIRA, Vítor (2013) – *A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos Séculos XIX e XX*, Porto: U.PORTO Editorial

PASSOS, Carlos (1935) – *Guia Histórica e Artística do Porto*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas

PEDREIRINHO, José (2017) - *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal do século I à actualidade*, Porto: Edições Afrontamento

PEREIRA, Ana C. (2007) - *Os conventos do Porto : descontinuidades, transformação e reutilização*, Porto: FAUP

PEREIRA, Gaspar M. (1995) – *Famílias Portuenses na virada do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento

PEREIRA, Henrique M. (2016) - *De Património Dos Pobres A Património Da Nação*, Presença, Revista da Fundação A LORD, Ano 18, n.º 25, 2016, pp. 52-54

PEREIRA, Paulo (dir.) (1995) – *História da Arte Portuguesa*, Círculo de Leitores, 1995, vol. III

PEREIRA, Pedro (2011) - *O princípio do fim da era pós-industrial* (I). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, disponível em linha: <http://www.barometro.com.pt/2011/07/01/o-principio-do-fim-da-era-pos-industrial-i/>

PIMENTEL, Alberto (1913) – *Memórias do Tempo de Camilo: A.A.*, Porto: Magalhães e Moniz

PIMENTEL, Cristina; LAMEIRAS, Sandra V. (2011) - *A requalificação do edifício da antiga Central Termoeléctrica de Massarelos – Registos de um projecto em curso*. Porto: Edição STCP, S.A

PINTO, Ana C. (2015) - *Judeus, “joia da coroa transmontana” - Proposta de criação de uma Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes*, Coimbra: Universidade de Coimbra  
PINTO, Jorge R. (2007) – *O Porto Oriental no final do século XIX: Um Retrato Urbano (1875-1900)*. Porto: Edições Afrontamento

PIRES, Maria (1997) – *A Rua Álvares Cabral 1895-1940: formas de habitar*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PORTELA, Ana (2009) - *A Ornamentação Cerâmica na Arquitectura Do Romantismo Em Portugal*. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, disponível em linha: <http://www.queirozportela.com/ceramica.htm> consultado a 12/11/2018, às 12:41h.

QUEIROZ, José F.; TEIXEIRA, José (2016) - *Os Mostruários Da Fábrica De Santo António Do Vale Da Piedade*, in SOUSA, Gonçalo (coord.) (2016) – Actas do II Congresso O Porto Romântico, Porto: CITAR, Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, pp. 225-234

QUEIROZ, Francisco (2001) - *Subsídios para a História das fábricas de fundição do Porto no século XIX*, Associação Cultural Amigos do Porto, Boletim de 2001, 3ª série, Nº19

RAMOS, Luís A. de Oliveira (2000) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora.

RAMOS, Paulo O. (2014) - *A expressão 'arqueologia industrial': um tema para uma viagem no espaço e no tempo*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI, II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014

RAMOS, Rui (2004) - *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitectura Portuguesa. Mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, volume 1

RATTAZZI, Maria – *Portugal de Relance*, Lisboa: Antígona, 1997, p.302 (edição original de 1879, Paris)

REAL, Manuel Luís (coord.) (1990) – *A Alfândega do Porto e o despacho aduaneiro*. Exposição organizada pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto. Porto: Casa do Infante

REBELO, Elvira (2001) – *Da Clausura ao Século: o destino de dois espaços conventuais do Porto. Materialidades, memórias e património*. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito do Seminário de Património e Restauro, sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas, vol. I e II

REIS, Henrique S. (1984) – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto*. PORTO: Biblioteca Pública Municipal do Porto, vol. I, II e III

RESENDE, Nuno (org.) (2015) - *Manual de Boas Práticas Para a Elaboração de Trabalhos Académicos em História da Arte*. Porto: DCTP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

RIBEIRO, Maria; MELO, Arnaldo (2012) - *A Influência Das Atividades Económicas na Organização da Cidade Medieval Portuguesa*, in RIBEIRO, Maria; MELO, Arnaldo (coord.) (2012) - *Evolução da Paisagem Urbana Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM, pp. 145-170

RIBEIRO, Lília (2012) - *A arquitetura neopalladiana portuense: o Hospital de Santo António (1769-1832)*, Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação da Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas.

ROSSA, Walter (1995) – *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira. Círculo de Leitores, vol. III

RUSKIN, John (1849) - *The Seven Lamps of Architecture*, Boston: Dana Estes & Company Publishers

SAMPAIO, Maria (2015) - *Da Fábrica Para O Museu, Identificação, Patrimonialização E Difusão Da Cultura Técnico-Industrial*, Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História e Filosofia da Ciência

SANTOS, Arminda (coord.) (2015) – *As Nossas Memórias - As Fontes do Porto*, vol. I, Porto: Edições Afrontamento



SANTOS, Eugénia; MATOS, Madalena (2014) - *Estruturas industriais correntes em desuso – Reutilização ou ruína?*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014

SANTOS, Henrique P. (2010) – *Do Tempo e da Paisagem: Manual para leitura de paisagens*. Cascais: Príncípa Editora

SANTOS, Liliana (2011) - *Porto, Património Mundial – A Classificação e a Intervenção. Encontra-se o título ‘Porto, Património Mundial’ em risco?* Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente, DCTP, FLUP, pp. 221 a 244

SANTOS, Maria (2010) - *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

SEREN, Maria, PEREIRA, Gaspar (1994) – *O Porto Oitocentista*, in RAMOS, A. O. (dir.) - *História do Porto*, Porto: Porto Editora, pp. 378-521

SERRA, Cláudia (2016) - *Um entendimento sobre o espaço vazio no contexto urbano – As Fontainhas como laboratório urbano*. Porto: FAUP

SILVA, António (2010) - *Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa*. Gallaecia 29: 213-262. 2010

SILVA, César S. (2014) - *Na Rota dos Judeus no Porto*. Porto: Cordão de Leitura

SILVA, Jorge; CALADO; Margarida (2005) – *Dicionário de termos de Arte e Arquitectura*. Barcarena: Editorial Presença

SILVA, Mariana A. da (2015) - *Salvaguarda E Valorização Do Património Industrial Em Portugal. Contributo para a intervenção na Fábrica De Cerâmica Das Devesas*. Porto: FAUP

SILVA, Mariana; TEIXEIRA, Joaquim; FERREIRA, Luís (2014) - *Definição De Critérios De Salvaguarda E Valorização Da Fábrica De Cerâmica Das Devesas (V.N.Gaia - Portugal), Reutilização ou ruína?*, Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI II Congresso Internacional sobre Património Industrial, 22-24 de Maio, 2014

SOARES, Manuela (2006) - *Apontamentos para o estudo do verde lúdico no Porto*, in *A Paisagem*, APHA, Boletim nº 3, Junho de 2006

SOEIRO, T.; ALVES, J.; LACERDA, S.; OLIVEIRA, J. (1995) – *A Cerâmica Portuense: evolução empresarial e estruturas edificadas*. Portugália, Nova Série, Vol. XVI

SOUSA, Alexandra (2004) - *Casa do Infante /Intervenções*, Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito do Seminário de Património e Restauro, sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Rosas, Vol. I

SOUSA, Fernando (2003) - *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Porto: CEPESSE

SOUSA, Fernando (2008) - *O Legado Da Real Companhia Velha (Companhia Geral Da Agricultura Das Vinhas Do Alto Douro) Ao Alto Douro E A Portugal (1756-2006)*, In *A Companhia E As Relações Económicas De Portugal Com O Brasil, População e sociedade*, n.º 16, 2008, p. 15-30, CEPESSE, Porto: Edições Afrontamento

SOUSA, Fernando (coord.) (2013) – *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*. Porto: CEPESSE

TAVARES, Domingos (2017) - *Transformações na Arquitectura Portuense*, Porto: Dafne Editora

TAVARES, Rui (2011) - *O Porto e a Central Termoeléctrica de Massarelos – a cidade dos carris e dos fios Eléctricos*, in PIMENTEL, Cristina; LAMEIRAS, Sandra V. (2011) - *A requalificação do edifício da antiga Central Termoeléctrica de Massarelos – Registos de um projecto em curso*. Porto: Edição STCP, S.A pp. 8-20

TAVARES, Rui (1992) – *A Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 – Uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal*. In “*Uma Cartografia Exemplar. O Porto em 1892*. Exposição Comemorativa do 1º Centenário da Carta Topográfica de A. G. Teles Ferreira”. Porto, Arquivo Histórico Municipal

TAVARES, Rui (1990) – *Do almazém régio à alfândega nova: evolução de um tipo de arquitectura portuária*, in *Alfândega do Porto e o despacho aduaneiro*, catálogo da Exposição organizada pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto, Casa do Infante, pp. 39-65

TÁVORA, Fernando (1999) – *Da organização do espaço*. Porto: FAUP publicações, 4ª edição

TEIXEIRA, Diogo (2011) - *O Abastecimento de Água na Cidade do Porto nos Séculos XVII e XVIII. Aquedutos, Fontes e Chafarizes*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa orientada pelo Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

TEIXEIRA, Helena - *O papel das estruturas portuárias no desenvolvimento urbano das cidades costeiras Euro-Atlânticas: O exemplo do Porto no início da idade Moderna*, in POLÓNIA, Amélia; MEDINA, Ana (2016) - *La gobernanza de los puertos atlánticos, siglos XIV-XX, Políticas y estructuras portuárias*, Madrid: Casa de Velázquez, s/p

TEIXEIRA, Joaquim (2004) – *Descrição do sistema construtivo das Casas Burguesas do Porto entre os séculos XVII e XIX – Contributo para a história da construção arquitectónica em Portugal*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

TEIXEIRA, Joaquim (2013) - *Salvaguarda e Valorização do Edificado Habitacional da Cidade Histórica, Metodologia de Intervenção no sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

TEIXEIRA, Joaquim, PÓVOAS, Rui (2009) - *Tipificação Das Alterações Correntemente Introduzidas No Sistema Construtivo Das Casas Antigas Do Porto*. In Freitas, V., Abrantes Almeida, V., César Diaz Gómez, & Paulo Helene, 3.º Encontro sobre Patologia e Reabilitação de Edifícios - PATORREB 2009. (pp. 697-702)

TEIXEIRA, Joaquim; PÓVOAS, Rui (2015) - *Contributo do modelo construtivo da casa burguesa do Porto para a concepção de um Manual de Manutenção. Manutenção de Edifícios: perspectiva multidisciplinar*. (pp. 31-36).

TEIXEIRA, Joaquim; PÓVOAS, Rui (2016) - *Contributo da Normativa Histórica para a Concepção de um Manual de Utilização e Manutenção da Casa Burguesa do Porto*. 2.º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira: Culturas Partilhadas.

TEIXEIRA, Manuel (1994) - *A habitação popular no século XIX — características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro*. *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3.0), 555-579

TELLES, Gonçalo R. (2016) – *Gonçalo Ribeiro Telles: textos escolhidos*. Lisboa: Argumentum

TICCIH (2003) - Carta De Nizhny Tagil Sobre O Património Industrial, Nizhny Tagil, 17 de Julho de 2003

TOMÉ, Miguel (2002) – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações

TORRES, Alexander (2006) – *Inside Out: O interior de quarteirão como espaço urbano*. Prova final do Curso de Arquitectura da FAUP, sob orientação do Dr. Rui Braz Afonso

VENDEIRO, Ana (2014) - *Recuperação da arquitectura monástica: Convento de Madre Deus de Monchique no Porto*, dissertação para obtenção do Grau de Mestre de Arquitectura apresentada à Universidade Lusíada do Porto

UNESCO (1972) - *Convenção Para A Protecção Do Património Mundial, Cultural E Natural*, Paris, Novembro de 1972

VIEIRA, Ana; COUTINHO, Andreia (2014-2015) - *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação 1974—1976*, Dossiê Pedagógico, Museu de Arte Contemporânea de Serralves

VIEIRA, José A. (1887) – *O Minho Pittoresco*. Tomo II. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira – Editor.

Vv. Aa. (2010) – *Plano de Gestão Centro Histórico do Porto Património Mundial*. Porto: edição CMP e Porto Vivo

## Publicações periódicas em linha

CORDEIRO, José M. L. (2002) - *Os 150 anos da Academia Politécnica*. Público, Local Porto, 3 de Março de 2002, disponível em linha: <https://www.publico.pt/2002/03/03/jornal/os-150-anos-da-academia-politecnica-168011>

CORDEIRO, José L. (1999) - *O triste fim da Fundação do Ouro*. Público, Local Porto, 25 de Abril de 1999, disponível em linha: <https://bit.ly/2FowZMn>.

CORREIA, Augusto (2010) - *Incêndio destruiu antiga fábrica de encerados na rua de Monchique*. Jornal de Notícias, 04 Maio 2010 às 03:58, disponível em linha: <https://bit.ly/2qHjRYs>.

MELO, Cláudia (2010) - *A forma segue a função*. Diário de Notícias, 18 de Julho de 2010, disponível em linha: <https://www.dn.pt/artes/arquitectura/interior/a-forma-segue-a-funcao-1620770.html>

MONIZ, Gonçalo; CORREIA, Luís M.; GONÇALVES, Adelino (2014) - *Estudo De Renovação Urbana Do Barredo A Formação Social Do Arquitecto Para Um Território Mais Democrático*, Revista Estudos do Século XX, número 14, Imprensa da Universidade de Coimbra

MOREIRA, Inês (2014) - *Após a fábrica, novas abordagens à ruína e aos fragmentos pós-industriais*. Publicado em Revista arqa # 112, 2014, pp. 118-119, disponível em [https://issuu.com/arqa/docs/arqa112\\_issuu/11](https://issuu.com/arqa/docs/arqa112_issuu/11)

MOREIRA, Inês (2014) - *Starring: a revitalização do quarteirão industrial da Real Vinícola por Guilherme Machado Vaz*, J-A Jornal Arquitectos, disponível em linha: <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/j-a-256/revitalizacao-real-vinicola> , consultado a 12/11/2018, às 11:22h.



NUNES, Maria L. (2014) - SAAL: Arquitetura de Abril. *Visão, Jornal de Letras, Artes Visuais*, 07.11.2014, disponível em linha: <http://visao.sapo.pt/jornaldeletras/artesvisuais/saal-arquitetura-de-abril=f800449>

Padre Carlos (2005) – *Um bocadinho de História*. *O Gaiato*. 28 de Maio de 2005, ano LXII, nº 1597

Padre Júlio (2012) – *Da Nossa Vida*. *O Gaiato*. 25 de Fevereiro de 2012, ano LXVIII, nº 1773

ROSÁRIO, Ana C. (2012) - *Mário Ferreira toma conta de parte de Miragaia*. *Jornal de Notícias, Local Porto*, 20 Fevereiro 2012, disponível em linha: <https://bit.ly/2DgLbo1> consultado a 12/11/2018, às 12:52h.

SANTOS, Ana L. (2017) - *Leixões: Terminal de Cruzeiros é o edifício do ano*, *EVASÕES*, 10/02/2017, disponível em linha: <https://www.evasoes.pt/noticias/leixoes-terminal-de-cruzeiros-e-o-edificio-do-ano/>

## Bases de dados e sítios em linha

<http://maps.google.com> consultado a 14/11/2018, às 13:20h.

<http://mipweb.cm-porto.pt> consultado a 13/11/2018, às 23:20h.

Afaconsult (2013) – *Conjunto Habitacional Monchique*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PYUdgi>, consultado a 13/11/2018, às 23:22h.

ADP - *Constituição de sociedade de metalurgia situada no Convento de Monchique 1875-04-03*, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=759363>, consultado a 12/11/2018, às 11:09h.

ADP - *Constituição de sociedade de mobílias e madeiras*, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=761292> consultado a 12/11/2018, às 11:48h.

ADP - *Associação Recreativa e Desportiva São Pedro de Miragaia*, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=1696905> consultado a 12/11/2018, às 11:43h.

ADP - *Processo referente a uma fábrica de cortiças e seus derivados da Sociedade Clemente Meneres Limitada*, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=1621008> consultado a 12/11/2018, às 11:11h.

ADP - *Processo Referente A Um Depósito De Carboneto De Cálcio Da Firma Abecassis Irmãos E Companhia*, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=1620937> consultado a 12/11/2018, às 11:17h.

ADP - *Processo Referente A Um Depósito De Carboneto De Cálcio Da Firma Comercial Adolfo Hofle E Companhia*, disponível em linha: <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=1620929> consultado a 10/11/2018, às 11:14h.

ALLEN, José (2007) - *Descendentes de Thomas & Elizabeth Allen*, disponível em linha: <https://bit.ly/2Di3U2I>, consultado a 12/11/2018, às 12:38h.

Anteprojectos – *Vila Galé Porto Ribeira*, disponível em linha: <http://www.anteprojectos.com.pt/2017/06/21/hotel-vila-gale-cais-das-pedras/> consultado a 12/11/2018, às 11:48h.

ANTT - Processos De Extinção Das Casas Religiosas Femininas Em Portugal, disponível em linha: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224345> , consultado a 10/10/2018, 23:10h

ANTT – Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, disponível em linha: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4229940>, consultado a 10/11/2018, às 19:17h

APDL – *Terminal de Cruzeiros*, disponível em <https://www.apdl.pt/terminal-passageiros-sul> consultado a 12/11/2018, às 15:09h.

APPI – *Apresentação*, disponível em linha: <https://bit.ly/2T5FZc1> consultado a 08/11/2018, às 01:14h.

*Área das Virtudes (2018)*, disponível em linha: <https://bit.ly/2FiY6Z9>

*Associação Empresarial de Portugal*. Disponível em linha: <https://bit.ly/2PWZ9C4> consultado a 12/11/2018, às 15:09h.

*Azurracha*, em Dicionário Priberam, disponível em linha: <https://dicionario.priberam.org/azurracha>, consultado a 12/11/2018, às 11:24h.

Casa da Arquitectura – *Real Vinícola*, disponível em linha: <https://bit.ly/2K2cJ4w>, consultado a 21/06/2018, às 12:21h.

Centro de Congressos da Alfândega do Porto (2017) - *Sobre nós (cronologia)*, disponível em linha; <http://www.ccalfandegaporto.com/pt/sobre-nos/1>, consultado a 25/07/2018, às 16:23h.

CMA - *Centro de Congressos de Aveiro*, disponível em linha: [http://www.cm-aveiro.pt/www/templates/TabTemplate.aspx?id\\_class=2811&TM=2811](http://www.cm-aveiro.pt/www/templates/TabTemplate.aspx?id_class=2811&TM=2811) consultado a 02/11/2018, às 15:23h.

CMP – *Coesão Social*, disponível em linha: [http://www.cm-porto.pt/pelouros-2017/coesao-social\\_4](http://www.cm-porto.pt/pelouros-2017/coesao-social_4) consultado a 12/11/2018, às 10:40h.

CMP - *Palacete dos Viscondes de Balsemão*, disponível em linha: <http://www.cm-porto.pt/cultura/museus-e-arquivos/palacete-dos-viscondes-de-balsemao>, consultado a 10/11/2018, às 18:40h.

CMP – *Casa do Infante*, disponível em linha: <http://www.cm-porto.pt/cultura/museus-e-arquivos/casa-do-infante> , consultado a 10/11/2018, às 18:40h.

CMP – *Museu do Vinho do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2DhZHvW> consultado a 25/07/2018, às 14:20h.

Comunidade Israelita do Porto - *O Porto e os Judeus – Roteiro*, disponível em linha: [http://recursos.visitporto.travel/multimedia/PortoeosJudeus\\_PT.pdf](http://recursos.visitporto.travel/multimedia/PortoeosJudeus_PT.pdf) consultado a 12/11/2018, às 12:13h

COSTA, Anouk (2014) - *Conjunto Habitacional em Miragaia / Conjunto Habitacional SAAL de Miragaia*, disponível em linha: <https://bit.ly/2DeVCsg>, consultado a 08/09/2018, às 22:16h.

COSTA, Patrícia (2005) - *Fonte da Praça do Peixe*, disponível em linha: <https://bit.ly/2B17AUR>, consultado a 01/09/2018, 19:55h

COSTA, Patrícia (2004) - *Fonte do Armazém*, disponível em linha: <https://bit.ly/2AZkgM2>, consultado a 02/09/2018, às 16:01h.

CPF (2012) – *História*, disponível em linha: <http://www.cpf.pt/historia.htm>, consultado a 12/11/2018, às 01:53h.

CPF (2012) – *Edifício*, disponível em linha: <http://www.cpf.pt/edificio.htm>, consultado a 12/11/2018, às 01:54h.

CRUZ, Nuno (2018) - *Miragaia - uma fotografia insignificante...*, in *A Porta Nobre: Contributos para a história da cidade do Porto* (fund. 30 - IX – 2009), em linha: <https://bit.ly/2RuGmeC>, consultado a 12/11/2018, às 10:56h.

DANTAS, Vera (2015) - *World of Discoveries: navegar pela História no Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2B0XLX9> consultado a 12/11/2018, às 12:53h.

Decreto de 6 de Maio de 1909, *História de Matosinhos*, disponível em linha: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/335>, consultado a 15/03/2018, às 17:48h.

Delimitação da ARU do Centro Histórico do Porto de 2012, disponível em linha: <http://www.portovivosru.pt/pt/area-de-atuacao/areas-de-reabilitacao-urbana/aru-centro-historico-do-porto> consultado a 12/11/2018, às 14:51h

Diário da República n.º 111/1997, Série I-A de 1997-05-14, pp. 2352 – 2358, disponível em linha: <https://bit.ly/2DAH6Mp> consultado a 12/11/2018, às 12:53h.

Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28, pp. 552-(2) a 552-(147), disponível em linha: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/373798/details/maximized> consultado a 12/11/2018, às 15:17h.

Despacho n.º 8537/2018, Diário da República n.º 170/2018, Série II de 2018-09-04, p. 24852 - 24879 disponível em linha, no DRE: <https://bit.ly/2PL5ws6> Consultado a 29/09/2018, às 22:52h.

DGPC - *Edifício da Alfândega Nova*, disponível em linha: <https://bit.ly/2OFF8LM>, consultado a 05/09/2018, às 13:23h

DGPC (2018) - Porto - *Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2K28hQO>, consultado a 13/11/2018, às 23:17h.

DGPC - *Estátuas e elementos decorativos existentes no edifício com frentes para a Rua Dr. Barbosa de Castro, 51, e Passeio das Virtudes, 14, bem como o muro em que se integram esses elementos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2B1BW9J>, consultado a 29/04/2017, às 12:35h.

DGPC (2018) - *Armazéns do Cais Novo*, disponível em linha: <https://bit.ly/2DeWv46>, consultado a 25/07/2018, às 15:00h.

DGPC (2018) - Porto - *Parque de Estacionamento da Cordoaria*, disponível em linha: <https://bit.ly/2K0Rhdu>

DGPC – *Casa do Fojo*, disponível em linha: <https://bit.ly/2qPEPop>, e FILIPE, Ana (2011) - *Casa do Fojo, em Coimbra*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PIRYny>, consultados a 12/11/2018, às 12:44h.

DGPC - *Igreja de São Pedro de Miragaia*, disponível em linha: <https://bit.ly/2T6oUi8>, consultado a 08/09/2018, às 19:38h

DGPC - *Fornos da Fábrica de Louça de Massarelos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2zRQEyc>, consultado a 25/07/2018, às 13:23h.

DGPC – *Chafariz das Virtudes*, disponível em linha: <https://bit.ly/2DzXBbM>, consultado a 01/09/2018, às 19:29h.

DGPC - *Antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2T3DreF>, consultado a 13/11/2018, às 14:53h.

DGPC (2018) - Porto - *Fábrica de Cerâmica de Massarelos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2K28hOO>, consultado a 13/11/2018, às 23:13h.

DGPC (2018) - Porto - Jardim Carrilho Videira, disponível em linha: <https://bit.ly/2QDmiGV>, consultado a 11/10/2018, às 16:17h.

DGPC - Centro Histórico do Porto, Ponte D. Luis I e Mosteiro da Serra do Pilar, disponível em linha: <https://bit.ly/2ODam67>, consultado a 10/11/2018, às 18:02h.

DGPC (2018) - *Porto - Cadeia da Relação*, disponível em linha: <https://bit.ly/2QwJXst> "altimetria", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/altimetria> [consultado a 05-10-2018]. Consultado a 29/07/2018, às 15:54h.

DGPC - *Classificação de Bens Imóveis e fixação de ZEP*, disponível em linha: <https://bit.ly/2zIcKTR>, consultado a 29/03/2018, às 12:04h.

DGPC (2018) - *Porto - Praça Parada Leitão*, disponível em linha: <https://bit.ly/2POWR84>, consultado a 09/11/2018, às 21:34h

DGPC (2018) - *Reitoria da Universidade do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2QwZEqF>, consultado a 09/11/2018, às 21:36h

*Domus Social*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PrEuqJ>, consultado a 12/11/2018, às 10:52h.

Domus Social (2014) - *Quem Somos*, disponível em linha: [http://www.domussocial.pt/domussocial/quem-somos\\_2](http://www.domussocial.pt/domussocial/quem-somos_2), consultado a 13/11/2018, às 21:17h.



Douro Valley, Cais da Estiva-Ribeira, disponível em linha: <http://www.dourovalley.eu/poi?id=8006>, consultado dia 05/11/2018, às 21:56h

DRCN, disponível em linha: <http://www.culturanorte.pt/pt/drcn/> consultado a 12/11/2018, às 12:59h.

DRE: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/274242/details/maximized> consultado a 12/11/2018, às 10:59h.

*Edifício da Reitoria da U. Porto - Lado Poente*, disponível em linha: <https://bit.ly/2RJFYJx~>, consultado a 09/11/2018, às 21:33h.

Edital [sobre normas a cumprir pela população, relativamente à higiene e limpeza da cidade, 25 de Novembro de 1834]. Porto, Câmara Municipal, 1834. AHMP. Disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/344028/?q=Higiene> Consultado a 29/10/2018, às 12:54h.

*Ephemera - Biblioteca E Arquivo De José Pacheco Pereira*, disponível em <https://bit.ly/2Dfq9pY> consultado a 25/07/2018, às 09:23h.

Explore Bonfim (2018) - *Colégio dos Orfãos do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2qAsXXc>, consultado a 09/11/2018, às 21:33h

FJ – *Casa da Companhia*, disponível em linha: <https://bit.ly/2OH4WqW> consultado a 12/11/2018, às 12:49h.

Glossário de A a Z – *Reconversão*, disponível em linha: <http://www.trabalharcomarquitectos.pt/glossario> Consultado a 29/10/2018, às 22:54h.

IHC, Laboratório de História, disponível em linha: <https://laboratoriohistoriaihc.wordpress.com/portfolio/a-regeneracao-1851-1868-e-a-monarquia-constitucional-palestra/>. Consultado a 29/07/2018, às 22:54h.

IHRU - *Prémio RECRIA 2004*, disponível em linha: <https://bit.ly/2zsRW2D> consultado a 12/11/2018, às 10:24h.

IHRU - *Prémio RECRIA 2006*, disponível em linha: <https://bit.ly/2Rxm848> consultado a 12/11/2018, às 10:18h.

IHRU – *Prémio IHRU 2011*. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, p.40-45, disponível em linha: <https://bit.ly/2RxXTT4> consultado a 11/11/2018, às 10:15h.

IHRU/IGESPAR (2010) - *Património Industrial*, KIT03 | versão 1.0, disponível em linha: <https://bit.ly/2PPOARx> consultado a 12/11/2018, às 12:17h.

*In Matosinhos* (2014). Disponível em linha: <https://inmatosinhos.blogspot.com/2013/04/1899-lobes-coelho-dias-c-lda.html> consultado a 08/11/2018, às 23:23h

José de Mello – *História do Grupo*, disponível em linha: <http://www.josedemello.pt/historia-do-grupo/> consultado a 14/11/2018, às 02:48h.

*José Sardinha*, em *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2T9HKF5>, consultado a 25/07/2018, às 13:27h.

Lifecooler (2016) – *Sardinha Alfândega*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PRoi1i>, consultado a 12/11/2018, às 11:29h

Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629449/details/maximized> consultado a 12/11/2018, às 07:59h.

Lei n.º 8/81, de 15 de junho de 1981 extingue os bairros administrativos.», disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/30795/> consultado a 11/11/2018, às 08:57h.

Luís Couto dos Santos, em *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto*, 2011, disponível em linha: <https://bit.ly/2AKiSMY>. Consultado a 04/11/2018, às 13:27h.

*Mercado do Anjo*, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/43466/> consultado a 14/11/2018, às 18:53h.

Mira Clube, disponível em linha: <http://www.miraclube.pt/>, consultado a 12/11/2018, às 11:30h.

NOÉ, Paula (1997) - *Edifício na Rua das Virtudes / Clube dos Ingleses*, disponível em linha: <https://bit.ly/2B1S5MB>, consultado a 03/09/2018, às 18:12h.

OASRN - *Concurso de Concepção para a Elaboração do Projecto de Requalificação do Edifício do Museu do Carro Eléctrico, Porto | Resultados*, disponível em linha: <https://bit.ly/2DgbvPI> consultado a 12/11/2018, às 10:37h.

Obra da Rua – *Cronologia*, disponível em linha: <https://www.obradarua.pt/cronologia/> consultado a 13/10/2018, às 02:52h.

OLIVEIRA, Catarina (2008) - *Edifício da Real Companhia Vinícola*, disponível em linha: <https://bit.ly/2B0vYG1>, consultado a 21/06/2018, às 12:23h.

*Pestana Palácio Do Freixo*, disponível em linha: <http://www.pousadapalaciodefreiro.com/pt/> consultado a 12/11/2018, às 10:24h.

Porto Digital – *Museu do Vinho do Porto*, disponível em linha: <https://bit.ly/2zJVDRC>, consultado a 20/06/2018, às 15:21h.

Porto XXI (1999) - *Ficha de Museu: Museu do Vinho do Porto*, disponível em linha: [http://www.portoxxi.com/cultura/ver\\_edificio.php?id=111](http://www.portoxxi.com/cultura/ver_edificio.php?id=111), consultado a 25/07/2018, às 14:10h

Porto XXI (1999): *Palácio das Sereias, Edifício*, disponível em linha: [http://www.portoxxi.com/cultura/ver\\_edificio.php?id=53](http://www.portoxxi.com/cultura/ver_edificio.php?id=53), consultado a 12/11/2018, às 10:23h.

*Projecto da responsabilidade do CRUARB: Nova Alameda irá ligar a Ribeira à Alfândega - Miragaia «recupera» percurso para a prainha do Porto*. 8 de Abril de 1991. Jornal de Notícias. Coleção ADUP FAUP - Recortes de imprensa [1987-2002], disponível em <https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/31866> consultado a 12/11/2018, às 10:08h.

Quinta do Romeu (2018) – *Quem somos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2AWf2QW>, consultado a 20/06/2018, às 22:12h

*Relatório de execução orçamental em 30 de setembro de 2017*, Porto. Domus Social, p.16, disponível em linha: <https://bit.ly/2z2MsMn>, consultado a 12/11/2018, às 10:53h.

*Reunião Plenária*, 15 de Janeiro de 1982, p. 1455, disponível em linha: <https://bit.ly/2D0czGG> consultado a 12/11/2018, às 10:57h.

RIBEIRO, Diana V. (coord.) - *O Horto Jardim do Sr. Loureiro*, disponível em linha: <https://marabo2012.wordpress.com/oquefazemos/porto-pontoencontro/cronicas/parte-i-o-horto-do-jardim-sr-loureiro/>, consultado a 08/06/2018, às 16:09h.

SAOM (2012) - *As instalações – A Casa*, disponível em linha: <http://www.saom.pt/instalacoes.aspx>, consultado a 12/11/2018, às 10:22h

SASUP - *Residência da Bandeirinha*, disponível em linha: <https://bit.ly/2JXDnZz> consultado a 12/11/2018, às 10:57h.

SERENO, Isabel (1994) e NOÉ, Paula - *Igreja Paroquial de Miragaia / Igreja de São Pedro*, disponível em linha: <https://bit.ly/2qGOhdq>, consultado dia 11/05/2018, às 20:18h

SERENO, Isabel (1998) - *Capela de Nossa Senhora da Esperança*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PVrdFW>, consultado a 01/09/2018, às 19:17h.

SERENO, Isabel (1994) - *Fonte da Colher / Chafariz da Colher*, disponível em linha: <https://bit.ly/2zKQtF4>, consultado a 01/09/2018, às 20:03h

SERENO, Isabel (1998) - *Fonte do Bicho / Fonte do Macaco*, disponível em linha: <https://bit.ly/2DzZTHS>, consultado a 02/09/2018, às 16:26h.

SERENO, Isabel (1996) - *Fábrica de Massarelos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2TaoveS>, consultado a 25/07/2018, às 13:34h.

SERENO, Isabel (1996) - *Palácio das Sereias*, disponível em linha: <https://bit.ly/2zMCH9H>, consultado a 03/09/2018, às 18:54h.

SERENO, Isabel (1998) - *Fonte Hulsenbos*, disponível em linha: <https://bit.ly/2FiHv7W>, consultado a 02/09/2018, às 16:43h.

SERENO, Isabel (1996) - *Marco da Bandeirinha / Padrão da Bandeirinha*, disponível em linha: <https://bit.ly/2PmW7Ia>, consultado a 05/09/2018, às 11:27h.

SOVERAL, Manuel (2007) - *Os Portocarreiro ou Portocarrero*, disponível em linha: <http://www.soveral.info/mas/Portocarrero.htm> consultado a 13/11/2018, às 21:52h.

STCP – *História dos Transportes*, disponível em linha: <http://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/historia-dos-transportes/> consultado a 12/11/2018, às 11:36h.

UNESCO - *Blaenavon Industrial Landscape*, disponível em linha: <https://whc.unesco.org/en/list/984>, consultado a 14/11/2018, às 02:59h.

UNESCO – *Cultural Landscapes*, disponível em linha: <https://whc.unesco.org/en/culturallandscape/> consultado a 14/11/2018, às 02:58h.

UNICER – *Unicer, a construir o futuro*. Disponível em linha: <https://bit.ly/2PmNBbP> consultado a 12/11/2018, às 10:51h.

Universidade do Porto - Ricardo Jorge, Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto, disponível em linha: <https://bit.ly/2RPTThb>, consultado a 06/11/2018, às 19:45h

VHM – *Newsletter #27*, maio, junho, julho e agosto de 2018, disponível em [http://www.vhm.pt/images/1/editor/files/NWS\\_27.pdf](http://www.vhm.pt/images/1/editor/files/NWS_27.pdf) consultado a 12/11/2018, às 10:11h.

Vila Galé Porto Ribeira, disponível em linha: <https://www.vilagale.com/br/hoteis/porto-e-norte/vila-gale-porto-ribeira> consultado a 12/11/2018, às 11:47h.

Zona histórica do Porto, disponível em linha: <https://bit.ly/2JUfToq>, consultado a 10/11/2018, às 18:05h

## Índice de ilustrações

### Figuras

Figura 1 – Rua do Cidral de Cima, Miragaia, Porto, 2018.....	5
Figura 2 - Vista da Cidade do Porto, desde a Torre da Marca até as Fontainhas... 1791. Da autoria de Manuel Aguilar. Disponível em linha: <a href="http://purl.pt/13602/2/">http://purl.pt/13602/2/</a> .....	20
Figura 3 - Área de estudo, delimitada numa vista aérea do Google Earth e na planta do Plano Diretor Municipal (PDM) da Câmara Municipal do Porto. ....	24
Figura 4 – À esquerda: principais freguesias do Porto no fim do séc. XIX, in BACKHEUSER, Luiz A. (2006) – A Casa do Arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo. Porto: FAUP, p.30.....	25
Figura 5 - Porto Medieval – Planta da Organização do território, disponível em linha: <a href="https://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html">https://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html</a> .....	26
Figura 6 – Delimitação da zona envolvida pela muralha do século XIV, in OLIVEIRA, Vitor (2014) – The Urban Form of Porto, Porto, 3-6 Jul 2014, International Seminar on Urban Form, s/p.....	26
Figura 7 - Zona Histórica do Porto, CMP. ....	28
Figura 8 – Esq.: UNESCO, “Historic Centre of Oporto, Luiz I Bridge and Monastery of Serra do Pilar. Map of the inscribed property”. Disponível em linha: <a href="http://whc.unesco.org/en/list/755/">http://whc.unesco.org/en/list/755/</a> / Meio: LOZA, Rui R., GUIMARÃES, Margarida, MOURA, António (2008) - Centro Histórico Do Porto (...), p.43 / Dir.: Área de estudo no Atlas do Património classificado e em vias de classificação, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2Dv80oQ">https://bit.ly/2Dv80oQ</a> .....	28
Figura 9 – INE - X recenseamento geral da População de 1960, volume I, p.65.....	32
Figura 10 – Espaços marítimos de referência no Porto do século XVI. BARROS, Amândio (2004) – Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos. Porto: [Edição do Autor], p.149 .....	62
Figura 11 - Carta do Porto pré e proto-histórico, in AFONSO, Daniel B. (2012) – A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521. Porto: FLUP, p.109.....	63
Figura 12 - Mapa da cidade do Porto nos séculos XIV e XV, com identificação da zona alta e da zona baixa, in RIBEIRO, Maria; MELO, Arnaldo - A Influência Das Atividades Económicas (...), p.160. ....	63



Figura 13 - Reconstrução da cidade do Porto na Idade Média, com desenho da autoria de Luís Aguiar Branco, apoiado cientificamente por Manuel Luís Real e José Ferrão Afonso. 1999. AHMP: D-CDT/B4-110 .....	64
Figura 14 - Planta do Porto e suas vizinhanças. «Reprodução de mapa de 1833, da cidade do Porto e zona envolvente, assinalando as principais localidades, edifícios, arruamentos e estradas, bem como o local das baterias do exército liberal e de batalhas, durante o Cerco do Porto». AHMP. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2yY41NK">https://bit.ly/2yY41NK</a> .....	69
Figura 15 - Planta da cidade do Porto contendo o palácio de Christal, nova alfândega, e diversos melhoramentos posteriores a 1844, da autoria de Perry Vidal, c.1864-1865. BNP. Disponível em linha: <a href="http://purl.pt/3556/3/">http://purl.pt/3556/3/</a> .....	69
Figura 16 – Planta topográfica da cidade do Porto (1892). Da autoria de Teles Ferreira. Quadrículas 199, 217 e 238. AHMP. Disponíveis em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/">http://gisaweb.cm-porto.pt/</a> .....	72
Figura 17 – Localização da porta das Virtudes. Planta dos quarteirões entre o Hospital de Santo António e a porta das Virtudes, assinada por Januário Luís da Costa. 1842. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2DzKh7h">https://bit.ly/2DzKh7h</a> .....	77
Figura 18 – Acostagem e ancoragem no Porto, 1634, in BARROS, Amândio (2016) – Porto: A construção de um espaço marítimo (...), p.62. ....	79
Figura 19 - Zonas de ancoragem do Porto em inícios da época Moderna. Imagem retirada de TEIXEIRA, Helena - O papel das estruturas portuárias no desenvolvimento urbano das cidades costeiras Euro-Atlânticas: (...), s/p .....	80
Figura 20 - Projeto para um cais na enseada de Massarelos, da autoria de José Champalimaud de Nussane. 1790. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2JJkOs7">https://bit.ly/2JJkOs7</a> .....	83
Figura 21 – Esq.: Pormenor de gravura representando a Praia de Miragaia, o baluarte de São Filipe e a porta Nobre. 1736. Autoria: H. Duncalf (des.); William Henry Toms (grav.). AHMP. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2B4F0IH">https://bit.ly/2B4F0IH</a> .....	85
Figura 22 – Dir.: Praia de Miragaia junto ao fortim de S. Filipe. Imagem retirada de BARROS, Amândio (2016) – Porto: A construção de um espaço marítimo (...), p.20385	
Figura 23 – Vistas sobre o cais Novo e o cais das Pedras. Google Maps Street View, 2018. ....	88

Figura 24 - Bateria das Virtudes e Bateria da quinta das Virtudes. 1834. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/371658/?q=virtudes">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/371658/?q=virtudes</a> .....	89
Figura 25 - Reprodução de uma gravura representando a entrada dos franceses no Porto em 29.3.1809. 1943. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2JPnTah">https://bit.ly/2JPnTah</a> .....	90
Figura 26 – Tropas inglesas na passagem do Douro, durante as invasões francesas. 198?. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2RDLj4P">https://bit.ly/2RDLj4P</a> .....	90
Figura 27 – Ruas abertas pela Junta das Obras Públicas. In OLIVEIRA, Vitor (2014) – The Urban Form of Porto (...), s/p .....	92
Figura 28 - Rio Douro: carregamento de vinho do Porto. Bilhete postal ilustrado. 1900. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2JID2Kn">https://bit.ly/2JID2Kn</a> .....	92
Figura 29 – Esq.: Ponte Pênsil. Bilhete postal ilustrado. Editor: Le Temps Perdu. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2AMCDn3">https://bit.ly/2AMCDn3</a> ; Dir.: Construção da ponte Luís I, 1883, Arquivo de Emílio Biel e Companhia. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2JHj02A">https://bit.ly/2JHj02A</a> .....	95
Figura 30 – Esq.: «Ilha no Porto. A figura mostra o que parece ser o combate a um incêndio em uma das casas da ilha», in BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - A casa do arqueólogo (...), p.37; Dir.: Peste Bubónica: desinfestação de uma ilha do Porto. 1899. Foto Guedes. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2OqoLTa">https://bit.ly/2OqoLTa</a> .....	95
Figura 31 – Rua dos Mercadores. CRUARB (2000/2001) – Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana. As intervenções de 1974 a 2000. Porto: CMP, p.64 e 65 .....	95
Figura 32 - Candelabro pequeno (esq.) e consolas (dir.) para servirem à iluminação a gás da cidade do Porto. 1855. AHMP, disponíveis em <a href="https://bit.ly/2D5tZSy">https://bit.ly/2D5tZSy</a> e <a href="https://bit.ly/2ALFjBr">https://bit.ly/2ALFjBr</a> .....	100
Figura 33 – Planta da cidade do Porto com o traçado da rede de saneamento, já construída e projetada. 1917. AHMP: D-CDT/B3-1; .....	102
Figura 34 – Esq.: O Edital de 1834. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2JFLTMK">https://bit.ly/2JFLTMK</a> ; .....	104
Figura 35 – Vista da Cidade do Porto nos fins do Seculo XVII ou principio do XVIII. REIS, Henrique S. (1991) – Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna	

da cidade do Porto, II volume. Porto: BPMP. Do lado esquerdo da muralha: Miragaia. .....	106
Figura 36 – Vias referidas e não referidas no itinerário de Antonino, in ALMEIDA, Carlos (1968) - Vias medievais entre Douro e Minho (...), p.43. ....	109
Figura 37 – Miragaia (ao centro), vista do monte do antigo castelo de Gaia, em Vila Nova de Gaia. 2018.....	110
Figura 38 - Principais ruas e praças do Porto no início da época Moderna, in Ligações entre a zona ribeirinha e as principais saídas da cidade. TEIXEIRA, Helena - O papel das estruturas portuárias no desenvolvimento urbano das cidades costeiras Euro-Atlânticas: (...), s/p.....	115
Figura 39 – Dir.: Troço da muralha gótica, visível junto à rua do Dr. Barbosa de Castro (antiga rua do Calvário). Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2qIOKvT/">https://bit.ly/2qIOKvT/</a> Dir.: fotografia do troço em 2018. ....	117
Figura 40 – Esq.: Troço da muralha gótica, visível junto às escadas do Caminho Novo. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2qIOKvT">https://bit.ly/2qIOKvT</a> Dir.: Fotografia do troço em 2018. ....	117
Figura 41 – Escadas do Caminho Novo. 2018. ....	117
Figura 42 - Porta Nova (parte voltada para poente), 1999. Coleção Olhares sobre o Porto Medieval, Gravuras, nº 4, Arquivo Histórico. Disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/52826/?q=medieval">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/52826/?q=medieval</a> .....	118
Figura 43 – Rio Frio, nas plantas de G. Balck (1813) e de J. Costa Lima (1839). AHMP. Disponíveis em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/535310/">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/535310/</a> / <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/315549/">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/315549/</a> .....	120
Figura 44 - Vias medievais de Entre Douro e Minho (pormenor), segundo Carlos A. F. de Almeida. In RODRIGUES, Luís (2017) - A Casa da Quinta da Naia em Braga. Análise e estudo histórico-artístico. Braga: Universidade do Minho, Anexo 1. ....	122
Figura 45 – Lápide comemorativa da inauguração da Sinagoga da Judiaria de Monchique (Porto). Hoje está no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa. Imagem retirada de Comunidade Israelita do Porto - O Porto e os Judeus – Roteiro, disponível em linha: <a href="http://recursos.visitporto.travel/multimedia/PortoeosJudeus_PT.pdf">http://recursos.visitporto.travel/multimedia/PortoeosJudeus_PT.pdf</a> , p.12; .....	126
Figura 46 – Planta do convento de Monchique, segundo PEREIRA, Ana C. (2007) - Os conventos do Porto (...), p.193.....	131

Figura 47 - Os conventos na cartografia da cidade – 1813. Destaque sobre planta de George Balck. Imagem retirada de CASANOVA, Maria J. (2014) - Conventos suprimidos e a construção de uma nova ordem (...), p.207.....	132
Figura 48 - CARVALHO, Marta (2009) – Convento de Monchique, cenário de «amor de perdição». Através dos Tempos, Jornal Viva Porto, pp. 22-27, pp.22-23.....	132
Figura 49 – Divisão dos lotes do espaço conventual. Registo fotográfico de planta gentilmente disponibilizada por João Pedro Menéres, 2018. ....	135
Figura 50 – Convento da Madre-de-Deus de Monchique visto pelo Arq. Luís Aguiar Branco, in MENÉRES, João; COUTO, Júlio - De um outro Porto. Porto: Bons Livros Editora, 2003, s/p.....	137
Figura 51 – Ruínas do convento de Monchique (1983), in CRUZ, Tiago (2017) - Convento de Monchique no Porto: Hipótese de Reconstituição Digital. Livro De Actas Do V Congresso Internacional De Cidades Criativas, p. 451. ....	137
Figura 52 – Esq.: O edifício chamado Casa dos Capelães, onde se instalou a Guarda Fiscal. AHMP; Dir.: O mesmo edifício em 1961. Fotografia de Teófilo Rego. AHMP. ....	138
Figura 53 – O edifício em 2018.....	138
Figura 54 – Edifício onde esteve sediada a Guarda Fiscal, entre 1918 e 1964, antes de mudar para a Casa dos Capelães. Este edifício, localizado na calçada de Monchique, pertencia à Sociedade Clemente Menéres (vd. 8.8). Fotografia retirada de MALDONADO, S. (2006) – Guarda Fiscal (...), p.7.....	138
Figura 55 – Pormenor de uma representação do Porto, onde se vê parte de Miragaia, junto ao rio. VIEIRA, José A. (1887) – O Minho Pittoresco. Tomo II (...), p.674.....	139
Figura 56 - Maqueta do Porto medieval: o subúrbio de Miragaia, com seus estaleiros. 1999, Coleção: Olhares sobre o Porto Medieval, Maqueta, nº 5, AHMP. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2RKNnZ9">https://bit.ly/2RKNnZ9</a> .....	142
Figura 57 – Esq.: O areal de Miragaia (século XVIII), in BARROS, Amândio (2016) – Porto: A construção de um espaço marítimo (...), p.191; Dir.: Reprodução de um quadro de grande dimensão, de Eduardo Luís e Álvaro Rocha, alusivo aos estaleiros de construção naval na praia de Miragaia, [1962?]. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2yULBO1">https://bit.ly/2yULBO1</a> .....	142

Figura 58 - Plano da praia de Miragaia e Rio Douro, século XVIII. Marco Gelehrter Ricca Gonçalves, 1990. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2QI8LDP">https://bit.ly/2QI8LDP</a> .....	142
Figura 59 - Mapa da distribuição dos mesteres no Porto – séculos XIV e XV, retirado de RIBEIRO, Maria; MELO, Arnaldo (2012) - A influência das atividades económicas (...), p.164, onde se apresenta a concentração de cordoeiros (C) na zona de Miragaia.....	143
Figura 60 - Percurso provável da procissão de Corpus Christi antes de 1560, AFONSO, Daniel B. (2012) – A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521. Porto: FLUP, p.113.....	146
Figura 61 – Desenho de João de Almeida, representando a Alfândega de Miragaia. VIEIRA, José A. (1887) – O Minho Pittoresco Tomo II (...), p.677.....	150
Figura 62 - Edifício da Alfândega do Porto em 1961. Fotografia de Teófilo Rego. AHMP. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2FkOWvr">https://bit.ly/2FkOWvr</a> .....	150
Figura 63 – Vista panorâmica sobre a Alfândega do Porto e o parque de estacionamento. 2017. Fotografia de Carolina Furtado.....	153
Figura 64 – Plantas e alçados do Museu da Alfândega, em OLIVEIRA, Ana (2012) - Novos Usos para o Património Industrial (...), p.48. ....	155
Figura 65 - Planta geográfica da barra da cidade do Porto / T. S. Maldonado delin., Porto; Godinho sculp.. - 1789, disponível em linha; <a href="http://purl.pt/4027">http://purl.pt/4027</a> .....	158
Figura 66 - Peças desenhadas de um projeto para construção de um porto artificial em Leixões, com ligação ferroviária entre a cidade do Porto e Leixões, da autoria do engenheiro William Yates Freebody, copiado por E. A. Bettencourt. AHMP, disponível em linha <a href="https://bit.ly/2OrUDGZ">https://bit.ly/2OrUDGZ</a> .....	158
Figura 67 - Matosinhos: Porto de Leixões. 1910. BPI. Editor: Grandes Armazéns Hermínios. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2yVrHCm">https://bit.ly/2yVrHCm</a> .....	158
Figura 68 - Terminal de Cruzeiros em 2017, fotografia de Artur Machado, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2F9KkrK">https://bit.ly/2F9KkrK</a> .....	161
Figura 69 – Vistas aéreas do Porto de Leixões, em Matosinhos. 1962. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2B2cGAe">https://bit.ly/2B2cGAe</a> .....	162
Figura 70 – Miragaia e a Alfândega durante uma cheia. 1962. Fotografia de Teófilo Rego. AHMP. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2zONriY">https://bit.ly/2zONriY</a> .....	162

Figura 71 - Reprodução de gravura datada de 1855. Autoria: Francisco de Paula Graça (litogr.). Estão representados o Hospital de Santo António (1), o passeio das Virtudes (2), a Graça (5) e a Relação (7). AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2qF0eAB">https://bit.ly/2qF0eAB</a> .....	164
Figura 72 – Planta do CPF. CPF – Edifício, disponível em linha: <a href="http://www.cpf.pt/edificio_planta.htm">http://www.cpf.pt/edificio_planta.htm</a> .....	166
Figura 73 – CPF antes da intervenção na praça em frente. FERNANDES, Francisco B. (1999) - Transformação e Permanência (...), p.165 .....	167
Figura 74 – Edifício do CPF e praça fronteira em 2018.....	167
Figura 75 - Hospital de Santo António. Planta baixa de todo o 1.º sobrado. Parcialmente construído. RIBEIRO, Lília (2012) - A arquitetura neopalladiana portuense: o Hospital de Santo António (1769-1832). Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação da Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas, vol. I, p.212. ....	168
Figura 76 – Hospital de Santo António. VIEIRA, José A. (1887) – O Minho Pittoresco Tomo II (...), p.701 .....	169
Figura 77 - Alinhamento do Hospital de Santo António, mostrando o aqueduto que o atravessa. 1851. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2DC6cuk">https://bit.ly/2DC6cuk</a> .....	170
Figura 78 - Porto: Hospital de Santo António. Bilhete postal ilustrado, Imagem idêntica à do postal editado por Arnaldo Soares, Série geral, nº 250. 1910. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2K0Q18Y">https://bit.ly/2K0Q18Y</a> .....	170
Figura 79 – Hospital de Santo António. Fotografia de Emílio Biel & C <sup>a</sup> . CPF, disponível em linha: <a href="https://digitalq.cpf.arquivos.pt/details?id=39725">https://digitalq.cpf.arquivos.pt/details?id=39725</a> .....	170
Figura 80 – Em cima à esq.: Planta de 1877 da Academia Politécnica e do Colégio de Nossa Senhora da Graça, tendo marcados a vermelho os locais da intervenção arqueológica de 2011; Dir.: Localização da Academia e dos “Órfãos”, 1850, AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2JJFssh">https://bit.ly/2JJFssh</a> .....	173
Figura 81 – Academia Politécnica do Porto. Imagem retirada de BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - A casa do arqueólogo (...), p.35.....	174
Figura 82 – Fotografia aérea, em que podem ver-se a Reitoria da Universidade do Porto, o Jardim de João Chagas (Cordoaria) e o CPF. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2ROuFjh">https://bit.ly/2ROuFjh</a> .....	175

Figura 83 - Planta e corte da rua da Esperança, entre a Igreja de São João Novo e a Travessa de São Pedro de Miragaia, com o traçado de novo alinhamento aprovado pela Junta das Obras Públicas em 1822-04-13. Arquivo Histórico. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2DtCoAd">https://bit.ly/2DtCoAd</a> .....	176
Figura 84 – Rua da Restauração. Uma vista da cidade do Porto. 1900. AHMP. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2QD9Yqf">https://bit.ly/2QD9Yqf</a> .....	177
Figura 85 - Várias perspectivas do antigo Mercado do Peixe, na Cordoaria. 1952. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/374774/?q=mercado+do+peixe">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/374774/?q=mercado+do+peixe</a> .....	179
Figura 86 – Palácio da Justiça visto do edifício do CPF. 2018. ....	180
Figura 87 - Mercado do Peixe. À direita, vê-se a cobertura da Fábrica Electra. Fotografia Alvão. AHMP: D-PST/1687 .....	180
Figura 88 – A mesma vista (aproximada), em 2018, com o Palácio de Justiça em evidência.....	180
Figura 89 - Planta do jardim João Chagas e terrenos circundantes, incluindo o projeto do Palácio de Justiça. 1949. AHMP: D-CDT/A4-66; D-CDT/B4-70.....	180
<i>Figura 90</i> - Planta do Jardim João Chagas e terrenos circundantes, incluindo o Mercado do Peixe. AHMP: D-CDT/A4-66; D-CDT/B4-70.....	180
Figura 91 – Capela de Nossa Senhora da Esperança, 2018.....	184
Figura 92 – Esq.: Igreja de São Pedro de Miragaia, s/a, 1973. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2JVNRsw">https://bit.ly/2JVNRsw</a> .; Dir.: Implantação da Igreja, 1950, CMP, AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2T2sES1">https://bit.ly/2T2sES1</a> .....	185
Figura 94 – Esq: Igreja de S. Pedro em 2018. Dir.: Escavações arqueológicas em 1973, fotografia disponível em linha: <a href="http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5470">http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5470</a> .....	185
Figura 93 – Planta da Igreja de S. Pedro de Miragaia. 1970. Disponível em linha: <a href="http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5470">http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5470</a> .....	185
Figura 95- Fonte do rio Frio ou das Virtudes. Esq.: Fotografia de Teófilo Rego, 195?, AHMP. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2T8sSqg">https://bit.ly/2T8sSqg</a> ; .....	187
Figura 96 – Esq.: Fonte do Mercado do Peixe. 2018; Dir.: Estudo para a localização para a fonte do antigo mercado do peixe. 1952. AHMP, D-CMP/4(143).....	190



Figura 97 – Fonte da Colher. Esq.: Fotografia de Bomfim Barreiros, AHMP: F-NP/2-GBB/1/124(3), 1948; Dir.: A fonte em 2018. ....	190
Figura 98 – Fonte do Armazém. 2018.....	190
Figura 99 - Fonte do macaco. Em cima à esq.: Foto Guedes, 189? u 190?, AHMP. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2qHXa6M">https://bit.ly/2qHXa6M</a> ; Dir.: Licença nº 234/1854, AHMP.....	191
Figura 100 – A fonte Hulsenbos ainda a cumprir a sua função. 2018.....	192
Figura 101 – Habitação em Miragaia. Esquiço das casas dos cobertos (arcos). 2018. Desenhado e cedido pelo Arqº. Fernando Cerqueira Barros. ....	195
Figura 102 – Casas dos arcos de Miragaia. 1910. Série: Bilhete postal ilustrado. Tabacaria Cubana, nº 3. AHMP. Disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/48052/">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/48052/</a> ? .....	198
Figura 103 - Esq.: Construção em fachwerk. Rothenburg ob der Tauber, Alemanha. Fotografia de Angelina Wittmann, 2016; Dir.: Estrutura construtiva de uma casa na rua de Azevedo de Albuquerque, 2018.....	199
Figura 104 – Esq.: Casa com os andares superiores levantados em tabique. 1933. Bomfim Barreiros. AHMP, disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2B8bsn5">http://bit.ly/2B8bsn5</a> . Dir.: A mesma casa em 2018, alojamento local, Miragaia House. Rua de Miragaia. ....	200
Figura 105 - Edifícios cujos pisos superiores foram erguidos com estrutura de tabique. Rua de Miragaia. 2018.....	200
Figura 106 – Óculos na fachada de duas casas na rua de Miragaia. 2018.....	201
Figura 107 - Fachadas com pano de parede fechado entre os vãos. Casas na rua de Miragaia. 2018.....	202
Figura 108 - Casa na rua de Azevedo de Albuquerque antes de uma intervenção (à esquerda), apresentando pano de parede fechado entre os vãos. Imagem retirada de CRUARB (2000/2001) – Porto Património Mundial III (...), vol. II, s/p.....	202
Figura 109- Casa com arco, na rua de Miragaia, in OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (2003) – Arquitectura Tradicional Portuguesa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 5ª edição, p.311. À direita, a mesma casa fotografada em 2018. ....	203
Figura 110 - Aspeto geral do edifício n.º 110 da rua de Miragaia. 1939. Fotografia de Bomfim Barreiros. AHMP: F-P/CMP/10/196(3).....	203
Figura 111 – Claraboia em telhado da rua de Miragaia, vista do miradouro das Sereias. 2018. ....	204

Figura 112 – Edifícios associados em banda, com padieiras arqueadas sobre as janelas, na rua do Dr. Barbosa de Castro (antiga rua do Calvário). Têm frente para o passeio das Virtudes. Esq.: in Associação dos Arquitectos Portugueses (1980), Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, 2ª edição, Lisboa: Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, p.21; Dir.: Google Earth, imagem de 2014. ....	205
Figura 113 – Passeio das Virtudes, vendo-se jardim gradeado e os lotes em banda, à direita. Fotografia de José Cayolla, c. 1900-1909. CPF. Disponível em linha: <a href="https://digitalq.cpf.arquivos.pt/details?id=1225774">https://digitalq.cpf.arquivos.pt/details?id=1225774</a> .....	206
Figura 114 - Casas do séc. XVII. Em cima: FERNANDES, Francisco B. (1999) - Transformação e Permanência (...), p. 96; Em baixo e à direita: as mesmas casas, 2018. ....	208
Figura 115 - Antigos Armazéns da Companhia, séc. XVIII. Esq.: FERNANDES, Francisco B. (1999) - Transformação e Permanência (...), p.96; Dir.: os armazéns em 2018. ....	208
Figura 116 – Planta com lotes de matriz gótico-mercantil, no Porto. FERNANDES, Francisco B. (1999) - Transformação e Permanência (...), p.85.....	210
Figura 117 – A diversidade nas fachadas das casas da frente ribeirinha. Rua de Miragaia, 2018. ....	211
Figura 118 – Esq.: FERNANDES, Francisco B. (1999) - Transformação E Permanência Na Habitação Portuense (...), p.101; Dir.: Edifício em 2018.....	211
Figura 119 – Fachada da casa nº 65 da rua de Francisco da Rocha Soares (porta castanha, à esquerda). Na imagem da direita vemos os logradouros, também eles divididos. 2018. ....	212
Figura 120 – Miragaia: fins do séc. XIX. Bilhete postal ilustrado, edição de Le Temps Perdu. AHMP. Disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49678/">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49678/</a> .....	214
Figura 121 - Vista da zona ribeirinha: fins do séc. XIX. Bilhete postal ilustrado, s/d. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49700/?q=miragaia+xix">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49700/?q=miragaia+xix</a> .....	214
Figura 122 – Esq.: Casas de Miragaia: Porto antigo. Bilhete postal ilustrado, s/d. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49914/">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49914/</a> ;	

Dir.: Cheias em Miragaia. 1909(?), Fundo de Alberto Marçal Brandão. CPF, disponível em linha: <a href="https://digitalq.cpf.arquivos.pt/details?id=39937">https://digitalq.cpf.arquivos.pt/details?id=39937</a> .....	214
Figura 123 – Atividades comerciais no piso térreo, ruas de Miragaia e da Arménia. 2018. ....	215
Figura 124 – Padrões de revestimento azulejar. Rua do Monte dos Judeus. 2018.....	216
Figura 125 – Janelas de sacada com guardas de ferro, na rua Professor Vicente José de Carvalho, ao Campo dos Mártires da Pátria, 2018. Dir: Molduras em cantaria, nos edifícios da rua do Dr. Barbosa de Castro. 2016. ....	217
Figura 126 – Esq.: Janela de sacada da casa n.º 3 da rua de Tomás Gonzaga, 1955, imagem original de Guilherme Bomfim Barreiros; reprodução da Foto Comercial, de Teófilo Rego, AHMP: F-P/CMP/10/260(83). Dir.: Janela com pormenor em ferro forjado, Passeio das Virtudes, 2016. ....	217
Figura 127 – Esq.: Casas com fachadas revestidas a azulejo, na rua do Monte dos Judeus e na rua de Miragaia, 2018. Dir.: Casa com fachada revestida a azulejo, com pormenores de Arte Nova, rua Nova da Alfândega, 2018. ....	217
Figura 128 – Soluções de ligação diversas, numa rua estreita. Rua da Arménia, 2018. ....	218
Figura 129 – Uma outra rua estreita. Rua de São Pedro de Miragaia. Fotografia retirada de OLIVEIRA, J. M. (2007) – O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento. [edição fac-similada da edição original de 1973 do Instituto de Alta Cultura], Porto: Edições Afrontamento, p.259. ....	218
Figura 130 - Um dos raros exemplos de habitação com telhado de duas águas, na orientação frente-fundo, em Miragaia. Rua de Miragaia.....	219
Figura 131 – Trapeiras na rua de Miragaia. Imagem do Google Earth (esq.) e fotografia de 2018 (dir.). ....	220
Figura 132 - Andares recuados. Passeio das Virtudes e rua da Arménia. ....	220
Figura 133 – Janelas e postigos rasgados na empena. Largo do Viriato. Rua da Arménia e rua de Miragaia. ....	220
Figura 134 – Esq.: Casa com revestimento de lousa (escamas de ardósia). 1962. Fotografia de Teófilo Rego, AHMP; Dir.: A mesma casa em 2018. ....	221
Figura 135 – Esq.: Edifícios revestidos a lousa (escamas de ardósia) e chapa, rua da Arménia. 2018; Dir.: Casa com o revestimento em lousa, rua de Miragaia. 2018.....	221

Figura 136 – Viela da Baleia, junto à rua Arménia. Esq.: Bilhete postal ilustrado, 1900. AHMP, disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2PxU0kU">http://bit.ly/2PxU0kU</a> ; Dir.: fotografia de 2018.....	222
Figura 137 – Paisagem de Miragaia, com o esguio casario em baixo e o Palácio das Sereias no topo. 199?. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2DzbVRG">https://bit.ly/2DzbVRG</a> .....	223
Figura 138 - Aspeto geral do antigo edifício do Clube Inglês, na rua das Virtudes. Fotografia de Teófilo Rego. 1958. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2QBTsH9">https://bit.ly/2QBTsH9</a> . .....	226
Figura 139 – Pormenor da fachada principal e da claraboia do edifício. Fotografia de Vera Gonçalves. 2017 .....	226
Figura 140 – Portal que encerra a propriedade a norte. Rua da Bandeirinha. 2018. ....	227
Figura 141 - Esq.: Vista geral fachada da Casa das Sereias, na rua da Bandeirinha. Arquivo Barreiros, Guilherme Bomfim. 1894-1973. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2DCeW3u">https://bit.ly/2DCeW3u</a> ; Dir.: Casa das Sereias em 2018. ....	228
Figura 142 – Palácio das Sereias. 1933. Bomfim Barreiros. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2AZImGw">https://bit.ly/2AZImGw</a> .....	228
Figura 143 – Imagem retirada de Hey Porto (2018), disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2PQoNIS">https://bit.ly/2PQoNIS</a> . ....	228
Figura 144 - (Licença de obra nº 360/1854). ....	230
Figura 145 - Fotografia de Vera Barbosa. 2017. ....	230
Figura 146 – Entrada pela rua do Dr. Barbosa de Castro, instalações da Escola Árvore. 2017. ....	230
Figura 147 – Esq.: Elementos decorativos na fachada do edifício voltada ao Passeio das Virtudes, 2017. Dir.: Aspeto geral da fachada da Fábrica Portuense de Guarda-Sóis, Lda., fotografia de Teófilo Rego, 1958, AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2qJABhP">https://bit.ly/2qJABhP</a> . .....	230
Figura 148 – Armazéns da Fábrica de Guarda-Sóis, Lda. Licença de obra nº 205/1907. ....	231
Figura 149 - Armazéns da Fábrica de Guarda-Sóis, Lda. Licença de obra nº 779/1912. ....	231
Figura 150 – Palacete de Belomonte, rua de Belomonte (São Nicolau, Porto). Fotografia de Paula Noé, 2015, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2DgYeFV">https://bit.ly/2DgYeFV</a> ; .....	232
Figura 151 – Quinta do Loureiro ou Bairro do Loureiro. 2018.....	236

Figura 152 – Pormenor de fotografia, em que se vê a chaminé da fábrica em funcionamento. 1910. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2zJ9ual">https://bit.ly/2zJ9ual</a> .....	238
Figura 153 – Bairro Ignez. Em cima: projeto para «bairro de casas baratas», licença nº 364/1915. Em baixo: Bairro Ignez em 2018. ....	239
Figura 154 – Pormenor do Bairro de Miragaia, em que se vê o antigo infantário e ATL (à direita), e o exterior da habitação nº 24 (à esquerda), in Padre Carlos – Um bocadinho de História, in O Gaiato. 28 de Maio de 2005, ano LXII, nº 1597, p.4.....	241
Figura 155 – Pormenor do Bairro de Miragaia, com o antigo infantário e ATL (à direita) e o exterior da habitação nº24 (à esquerda). 2018. ....	241
Figura 156 – Uma das casas do Bairro D. António Barroso, Miragaia. 2018.....	242
Figura 157 – Bairro D. António Barroso visto do jardim das Virtudes. 196?. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2OBcStD">https://bit.ly/2OBcStD</a> .....	243
Figura 158 – Vista atual para algumas das casas do Bairro D. António Barroso a partir do jardim das Virtudes. 2017.....	243
Figura 159 - Cartaz "Miragaia em luta por casas decentes", a tinta e lápis de carvão, realizado para a Operação SAAL em Miragaia, Porto. FIMS: FT/0198-pd0167.....	244
Figura 160 – SAAL Norte/Miragaia, planta de reestruturação da zona. 1977. Arquivo Fernando Távora. FIMS_FT_0198-pd0145. ....	245
Figura 161 - SAAL Norte/Miragaia, planta com as construções propostas. 1977. Arquivo Fernando Távora. FIMS_FT_0198-pd0158. ....	245
Figura 162 – Edifício utilizado pela Associação de Moradores de Miragaia, e estado da fonte em 1976. Terrenos do Monte dos Judeus. Arquivo Fernando Távora. FIMS_FT_0198-12-0078. ....	248
Figura 163 - Terrenos do Monte dos Judeus. Arquivo Fernando Távora. FIMS_FT_0198-12-0086.....	248
Figura 164 – Projeto para o SAAL Miragaia. ESPOSITO, Antonio; LEONI, Giovanni (2005) - Fernando Távora: opera completa. Milão: Electa, p.155. ....	251
Figura 165 – Evolução do edificado entre 1813 e 1892. SAAL/Norte – Zona Miragaia, Evolução Urbana – Séc. XIX. 1977. Arquivo Fernando Távora. FIMS_FT_0198-15-0003.....	252

Figura 166 – Esq.: Casa com o n.º 1, da calçada das Virtudes. Construção do século XVIII. Fotografia de Teófilo Rego. 1961. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2OnOJqr">https://bit.ly/2OnOJqr</a> . Dir.: A mesma casa em 2018.....	253
Figura 167 – Edifícios intervencionados pelo CRUARB, na rua de Miragaia (à esquerda) e na rua de Azevedo de Albuquerque (à direita). 2018. ....	254
Figura 168 - Alinhamento junto à Igreja de São Pedro de Miragaia em 1824, apresentando o local onde se veio a construir o projeto de Adalberto Dias (à direita). As casas que aí existiam foram demolidas. AHMP. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2Pgosjl">https://bit.ly/2Pgosjl</a> .....	256
Figura 169 – Recinto Infantil Salazar, inaugurado em 1946. Parque infantil que existiu no local onde hoje se encontra o edifício de Adalberto Dias. Imagem disponibilizada por Nuno Cruz em linha: <a href="https://aportanobre.blogs.sapo.pt/uma-fotografia-insignificante-19524">https://aportanobre.blogs.sapo.pt/uma-fotografia-insignificante-19524</a> .....	256
Figura 170 - Conjunto habitacional em frente à Igreja de Miragaia, projetado pelo Arq.º. Adalberto Dias. Disponível em linha: <a href="http://www.adalbertodias.com/">http://www.adalbertodias.com/</a> .....	256
Figura 171 - Recuperação de um edifício na frente de Miragaia, projetada pela Arq.ª. Paula Silva. Imagem retirada de SOUSA, Alexandra (2004) - Casa do Infante /Intervenções, Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito do Seminário de Património e Restauro, sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Rosas, vol. I, p.106.....	257
Figura 172 – Aspeto do mesmo edifício em 2018, após a intervenção. As duas casas contíguas do lado esquerdo foram demolidas.....	257
Figura 173 – Um dos logotipos do Prémio RECRIA. ....	258
Figura 174 – À esquerda e ao meio: interior e exterior do edifício reabilitado, disponível em Instituto Nacional de Habitação – Prémio RECRIA 2006, p.11 e p.9, em linha: <a href="https://bit.ly/2P5VWRj">https://bit.ly/2P5VWRj</a> .....	259
Figura 175 – A mesma casa em 1848. Ficha nº 204 (licença nº 456/1848). ....	259
Figura 176 – À esquerda e ao meio: interior e exterior do edifício reabilitado. Disponível em Instituto Nacional de Habitação – Prémio RECRIA 2006, p.11 e p.9, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2z6lh2j">https://bit.ly/2z6lh2j</a> ; À direita: o edifício em 2018. ....	260
Figura 177 – Um dos logotipos do prémio IHRU. ....	261
Figura 178 – Esq.: planta e alçado; Meio: interior e exterior do edifício antes da reabilitação, Prémio IHRU 2011. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e	

Ordenamento do Território, p.41 e p.42, disponível em <a href="https://bit.ly/2RxXTT4">https://bit.ly/2RxXTT4</a> ; Dir.: Edifício em 2018. ....	261
Figura 179 - Em cima: Ilha 16. Em baixo: Ilha 50. Ambas localizadas na rua de Francisco da Rocha Soares. 2018. ....	265
Figura 180 – Vários aspetos da Ilha 31 das escadas das Sereias. 2018. ....	266
Figura 181 – Proposta de reabilitação para a Domus Social pela Apicarote Architectos: «As habitações são em numero de 6, com entrada pela a rua da Arménia nº 73, que se distribuem ao nível do r/chão em 1T0 mais 1T1+1, no 1º andar em 2T1+1 e ao nível do 2º e 3º andar em 2T2 duplex. No piso inferior aos citados, ao nível da galeria das arcadas, o espaço autónomo existente destinar-se-á a área comercial», disponível em linha: <a href="http://www.anteprojectos.com.pt/2017/10/06/reabilitacao-dos-edificios-da-rua-de-miragaia-e-rua-da-armenia/">http://www.anteprojectos.com.pt/2017/10/06/reabilitacao-dos-edificios-da-rua-de-miragaia-e-rua-da-armenia/</a> . ....	267
Figura 182 – Imagem do edifício, retirada do Google Street View, anterior à reabilitação, 2014. ....	268
Figura 183 – Edifício em reabilitação pela Domus Social, projeto da Apicarote Architectos. Frente voltada à rua de Miragaia nºs 56/58. 2018. ....	268
Figura 184 – Imagem dos edifícios nº 70 e 76 da rua de Azevedo de Albuquerque, retirada do Google Street View, em Abril de 2018, antes de serem iniciadas as obras de reabilitação da Domus Social. ....	269
Figura 185 – Os mesmos edifícios em obras. Outubro de 2018. ....	269
Figura 186 – Esq.: Alçado da licença de obra nº 751/1930 [do ano económico de 1929/1930], para os prédios 29 a 45 da rua da Bandeirinha. ....	270
Figura 187 – Casa da rua da Bandeirinha nº 66 na Licença de obra nº 101/1843 (esq.) e a mesma casa em 2018 (dir.). ....	271
Figura 188 – Mapa da cidade com estilos de áreas residenciais. OLIVEIRA, J. (2007) – O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento. [Edição fac-similada da edição original de 1973 do Instituto de Alta Cultura], Porto: Edições Afrontamento, vol. II, s/p. ....	272
Figura 189 – Diferença entre o espaço verde de Miragaia (à esquerda) e o denso casario das aéreas mais centrais. Google Earth, 2018. ....	274
Figura 190 – Antigos logradouros. Rua de Tomás Gonzaga e rua do Monte dos Judeus. 2018. ....	275



Figura 191 – Jardins. No Bairro D. António Barroso (Fundação Padre Américo) e na rua do Monte dos Judeus. 2018. ....	275
Figura 192 – Esq.: Terrenos da quinta da Bandeirinha e de uma outra quinta, de um lado e do outro da rua de Sobre-o-Douro. Dir.: Hortas dentro de um espaço murado junto às escadas das Sereias. 2018. ....	275
Figura 193 – Vista aérea de Miragaia e das zonas envolventes em 2003. Google Earth. ....	276
Figura 194 – Em cima, esq.: Uma visão contemporânea dos socalcos das Virtudes. Esquício cedido pelo Arqº. Fernando Cerqueira Barros. Dir.: Quinta na planta de Teles Ferreira (1892). ....	280
Figura 195 – Casa da Quinta das Virtudes em 2018. ....	281
Figura 196 – Quinta e Casa das Virtudes, à esquerda. Mapas das obras públicas que estiveram em ação neste presente ano de 1789. T. S. Maldonado. AHMP, disponível em <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/378330/?q=virtudes">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/378330/?q=virtudes</a> .....	281
Figura 197 – Jardins e Casa das Virtudes, com o Palácio da Justiça ao fundo. Fotografia de Isabel Sereno, 1999, disponível em <a href="http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14111">http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14111</a> .....	281
Figura 198 – Terrenos onde foi construída a Escola de Miragaia. Antiga quinta do Rio Frio. Planta de Teles Ferreira, 1892. ....	282
Figura 199 – Portal de entrada junto à interseção entre a calçada de Monchique e a rua de Sobre-o-Douro. 2018. ....	285
Figura 200 - Plano topográfico para dirigir a continuação que deve seguir a Rua Nova da Bandeirinha, ao sítio de Massarelos. 1826/1828. Observa-se, à direita, o terreno da quinta da Bandeirinha. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2OrNHd7">https://bit.ly/2OrNHd7</a> .....	286
Figura 201 – Quinta da Bandeirinha e quinta junto à calçada de Monchique/antigo hospital Inglês (em baixo). Planta de Teles Ferreira, 1892. ....	286
Figura 202 - Planta baixa da Rua da Bandeirinha. 1826. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2PQtSkG">https://bit.ly/2PQtSkG</a> .....	287
Figura 203 - Gravura representando uma vista da cidade do Porto, (...), com o início das obras de construção da Alfândega do Porto. Trata-se da reprodução de uma gravura, a partir de fotografia de Antero de Seabra, publicada no semanário ilustrado <i>Archivo Pittoresco</i> , em 1865. Nesta gravura consegue observar-se os terrenos da Quinta do Rio	

Frio, abaixo do paredão das Virtudes. Disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/573637/">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/573637/</a> .....	287
Figura 204 – Imagem de satélite do Google Earth, na qual se veem os muros que indicam uma possível delimitação da quinta entre o portão enobrecido da calçada de Monchique (nº1) e as escadas das Sereias (nº2). .....	288
Figura 205 - Imagem de satélite do Google Earth, na qual se vê a Escola básica de Miragaia e a possível delimitação da quinta do Rio Frio. ....	288
Figura 206 - Construção nos terrenos da Quinta da Cochela e Espírito Santo. Operação SAAL em Miragaia, Porto. Desenho de F. Távora e B. Ferrão. 1977. FIMS. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2Po87ch">https://bit.ly/2Po87ch</a> .....	288
Figura 207 - Terrenos em que se desenvolve a Escola de Miragaia. Fotografia de Lúcia Teixeira, 2017.....	289
Figura 208 - Terrenos da Quinta do Rio Frio e da Quinta do Espírito Santo. Miragaia: fins do séc. XIX, 198?, Editor: Le Temps Perdu, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2qJaXKf">https://bit.ly/2qJaXKf</a> . .....	289
Figura 209 – Localização e possível delimitação das quintas em Miragaia: <b>Quinta das Sereias (Bandeirinha) / Quinta junto à rua de Sobre-o-Douro / Quinta das Virtudes / Quinta da Cochela / Quinta do Espírito Santo</b> . Mapa dos limites da área de intervenção do SAAL Miragaia, 1977. Arquivo Fernando Távora. FIMS_FT_0198-15-0005. ....	290
Figura 210 – Em cima: Licença nº 396/1840; Em baixo: Gravura representando uma vista da Rua de Tomás Gonzaga e da Fábrica de Louça de Miragaia, vendo-se, do lado esquerdo, o portão de entrada, os edifícios dispostos em socalcos e as chaminés em funcionamento. Trata-se da reprodução de uma gravura publicada no semanário ilustrado O Panorama, em 1843. José Batista Coelho, 1985. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/575795/?q=lou%C3%A7a+miragaia">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/575795/?q=lou%C3%A7a+miragaia</a> .....	294
Figura 211 – Vista aérea do Google Earth para a frente das casas que pertenceram à Fábrica da Louça, 2015. ....	295
Figura 212 – Possível delimitação dos terrenos da Fábrica de Louça de Miragaia. Vista aérea do Google Earth, 2015. ....	295
Figura 213 – Vista a partir de Vila Nova de Gaia. 2018. ....	295

Figura 214 – Pormenor da Planta de 1824 «com a propriedade na qual se localizam as azenhas de “moer o vidro para o consumo” da Fábrica de Miragaia» (FERNANDES, Isabel Maria (2008) - A Fábrica de Louça: análise espacial, processos de fabrico e conspecto social, Instituto dos Museus e da Conservação, p.32). AHMP, disponível em linha:	
<a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/328127/?q=plano+topogr%C3%A1fico+1824">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/328127/?q=plano+topogr%C3%A1fico+1824</a> .....	297
Figura 215 – Gravura da rua de Tomás Gonzaga em 1843, disponível em linha:	
<a href="http://portoarc.blogspot.com/2012/12/bairros-da-cidade-xxiv.html">http://portoarc.blogspot.com/2012/12/bairros-da-cidade-xxiv.html</a> .....	298
Figura 216 – Esquiço da rua de Tomás Gonzaga em 2018. Desenhado e cedido pelo Arqº. Fernando Cerqueira Barros.....	298
Figura 217 – Em cima: «3 Planta actual dos edifícios da fábrica de Miragaia. CMP. Desenho do Sr. Armando Sucena; 4 Planta actual de dois dos edifícios da fábrica de Miragaia com alçado do local onde se situariam os fornos, actualmente destruídos e reaproveitados. CMP. Desenho do Sr. Armando Sucena». FERNANDES, Isabel (2008) - A Fábrica de Louça (...), p.19.....	299
Figura 218 – Esq.: Pormenor da casa com o n.º 11, da rua da Arménia, com especial destaque para as telhas de beiral em cerâmica. 1958. Fotografia de Teófilo Rego. AHMP, disponível em <a href="https://bit.ly/2Pd2w8q">https://bit.ly/2Pd2w8q</a> ; Dir.: Alguns dos calões do edifício subsistente da fábrica de Vila Nova de Gaia. Imagem retirada de QUEIROZ, José F.; TEIXEIRA, José (2016) - Os Mostruários (...), p.231 .....	300
Figura 219 – Exterior da casa que serviu de mostruário. Rua de Miragaia e rua Arménia, 2018.....	301
Figura 220 – Interior da casa que serviu de mostruário. Corredor com exposição de azulejos. Imagem retirada de QUEIROZ, José F.; TEIXEIRA, José (2016) - Os Mostruários (...), p.231. ....	301
Figura 221- Fábrica de Louça de Massarelos. Esq.: Alçado da Licença de obra nº 945/1882; Dir.: parte do edifício reconstruído e voltado ao Cais das Pedras. 2018.....	303
Figura 222 – Fábrica de Louça de Massarelos. Licença de obra nº 856/1910. ....	303
Figura 223 – Panorâmica do edifício atual. Cais das Pedras/Rua de Monchique. 2018. ....	303
Figura 224 – Planta topográfica da Licença de obra nº 1863/1935.....	305

Figura 225 – Alçados na Licença de obra nº 1863/1935. Projeto do Arq. Arménio Losa. .....	306
Figura 226 – Vista aérea da Fábrica, durante a escavação. BARBOSA, Liliana (2014) - Fábrica De Louça De Massarelos (...), p.698. ....	308
Figura 227 – A chaminé ainda apresenta o símbolo SIEL, uma das sociedades gerida pelo grupo RAR. 2018.....	308
Figura 228 – Edifício da refinaria (junto à chaminé), visto de Vila Nova de Gaia. AHMP: F-D-CMP-07-082. ....	309
Figura 229 - Licença de obra nº 894/1923. ....	310
Figura 230 – Esq.: Vista aérea da fábrica (em ruínas) através do Google Maps, 2015. Dir.: Fotografia do edifício devoluto, 2018. ....	310
Figura 231 - Licença de obra nº 1924/1923. ....	310
Figura 232 – Esq.: Licença de obra n.º: 843/1916; Dir.: Licença de obra nº 551/1917. .....	313
Figura 233 – Patamares onde se localizou a Fundação de Miragaia. Escadas do Monte dos Judeus. ....	313
Figura 234 – Esq.: Frente da Fábrica de Fundação de Monchique voltada à rua de Monchique (que se chamou rua da Nova Alfândega). Licença de obra nº 390/1874; Dir.: Fotografia em que parece ser possível ver o edifício da Fundação, ao fundo, à direita. CPF, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2Dm4XhN">https://bit.ly/2Dm4XhN</a> . ....	315
Figura 235 – Fundação de Massarelos. Bilhete postal ilustrado, disponibilizado por Rui Cunha, em linha: <a href="http://portoarc.blogspot.com/2012/05/limites-da-cidade-ii.html">http://portoarc.blogspot.com/2012/05/limites-da-cidade-ii.html</a> .....	316
Figura 236 – Licença de obra nº 86/1891. AHMP. ....	317
Figura 237 – Placa de homenagem no Romeu, Mirandela. 2015. Fotografia disponibilizada por João Menéres em linha: <a href="https://bit.ly/2qFky4M">https://bit.ly/2qFky4M</a> .....	319
Figura 238 - Companhia Vinícola Portuguesa no Areal do Prado, antes de 1919. Bilhete postal ilustrado, disponibilizado por José Rodrigues em linha: <a href="https://www.flickr.com/photos/zerrodrigues/17864264354">https://www.flickr.com/photos/zerrodrigues/17864264354</a> . Dir.: Casa da Arquitectura. Fotografia disponível em linha: <a href="http://casadaarquitectura.pt/en/instituicao-en/new-premises/real-vinicola/">http://casadaarquitectura.pt/en/instituicao-en/new-premises/real-vinicola/</a> .....	322
Figura 239 – 1897 - Anúncio Luso Brasileira, Comércio do Porto Ilustrado, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2Ppv0ft">https://bit.ly/2Ppv0ft</a> .....	322

Figura 240 – Esq.: Poster da Sociedade Clemente Menéres, disponível em linha: <a href="http://avasmafra.comunidades.net/sociedade-clemente-meneres-lda">http://avasmafra.comunidades.net/sociedade-clemente-meneres-lda</a> ; Dir.: Quinta do Romeu (2018) – Quem somos, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2AWf2QW">https://bit.ly/2AWf2QW</a> .....	323
Figura 241 – Em cima: projeto anterior à demolição (Licença de obra nº 300/1875). Em baixo, à direita, projeto posterior à demolição. ....	325
Figura 242 – Edifício onde esteve a Fábrica de Cortiças de Clemente Menéres. Licença de obra nº 174/1919.....	326
Figura 243 – Licença de obra nº 675/1921.....	326
Figura 244 – Esq.: Edifício da Sociedade Clemente Menéres, com cortiça armazenada na cobertura, c.1900. Imagem disponibilizada por José Rodrigues em linha: <a href="https://www.flickr.com/photos/zerrodrigues/22346591640">https://www.flickr.com/photos/zerrodrigues/22346591640</a> ; Dir.: edifício em 2018. .	328
Figura 245 – Fotografia disponibilizada por Peter Velthoen. 1987. Em linha: <a href="https://bit.ly/2T12A9C">https://bit.ly/2T12A9C</a> .....	328
Figura 246 - Licença de obra nº 424/1917. ....	329
Figura 247 – Antigo Restaurante Sardinha Alfândega. Disponível em linha: <a href="https://lifecooler.com/artigo/comer/restaurante-sardinha-alfandega/384379">https://lifecooler.com/artigo/comer/restaurante-sardinha-alfandega/384379</a> .....	329
Figura 248 – Desenhos do Arquivo de António Menéres, retirados de PEREIRA, Ana C. (2007) - Os conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização, Porto: FAUP, p.194.....	329
Figura 249 – Expositor da Electra. Congresso De Medicina [Contra A Tuberculose], 1907: Exposição [De Higiene No Mercado] Ferreira Borges, disponível em linha: <a href="https://digitarq.cpf.arquivos.pt/viewer?id=61230">https://digitarq.cpf.arquivos.pt/viewer?id=61230</a> .....	332
Figura 250 - Licença de obra nº 221/1901. ....	332
Figura 251 - Licença de obra nº 620/1909. ....	332
Figura 252 – Panorâmica dos edifícios que subsistem hoje, nos terrenos onde existiu a fábrica Electra. 2018.....	332
Figura 253 – Barcas de passagem no Porto, desenho de Joaquim Manuel das Neves. Cinquenta Vistas do Porto. Grav. nº39. Imagem retirada de DUARTE, Luís M.; BARROS, Amândio (1997) – Corações aflitos (...), p.109. ....	334
Figura 254 - Trens de aluguer na antiga Praça dos Voluntários da Rainha (hoje Praça de Gomes Teixeira). Fotografia disponibilizada por José Rodrigues em linha: <a href="https://www.flickr.com/photos/zerrodrigues/17773043810">https://www.flickr.com/photos/zerrodrigues/17773043810</a> .....	334

Figura 255 – Carros de bois na rua Nova da Alfândega. 1910. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2DdhhRB">https://bit.ly/2DdhhRB</a> .....	335
Figura 256 – “Burrizada”, em Almada. Almada Virtual Museum, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2zFGiBn">https://bit.ly/2zFGiBn</a> .....	335
Figura 257 - Charabã da empresa Salazar no início da rua do Ouro (Lisboa). 1912. Fotografia de Joaquim Fajans. Disponível em linha: <a href="https://www.flickr.com/photos/azfred/5372518120/in/photostream/">https://www.flickr.com/photos/azfred/5372518120/in/photostream/</a> .....	335
Figura 258 - Carro elétrico em Massarelos. Porto: Alameda de Massarelos. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/48074/?q=el%C3%A9trico">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/48074/?q=el%C3%A9trico</a> .....	337
Figura 259 – Bilhete postal ilustrado. Carro americano: 1896. Disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49638/?q=carro+americano">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49638/?q=carro+americano</a> .....	338
Figura 260 – Bilhete postal ilustrado com elétrico na rua da Restauração e vista sobre a Alfândega 1910. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2zJ9uaI">https://bit.ly/2zJ9uaI</a> .....	338
Figura 261 - Cronologia da circulação de transportes públicos no Porto. STCP. Disponível em linha: <a href="http://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/historia-dos-transportes/">http://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/historia-dos-transportes/</a> .....	338
Figura 262 – Vista da estação do ramal da Alfândega, a partir de Vila Nova de Gaia. 1968. AHMP. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2qJ307y">https://bit.ly/2qJ307y</a> .....	339
Figura 263 - Panorâmica do Porto (195?), onde se vê o ramal da Alfândega. Fotografia de Teófilo Rego. Disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2z8ubNM">https://bit.ly/2z8ubNM</a> .....	340
Figura 264 - Perfil longitudinal da linha de caminho-de-ferro entre a Estação de Campanhã e a Estação da Alfândega, atravessando o Túnel do Seminário, o Túnel das Fontainhas e o Túnel do Porto., 1887. Disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/549338/">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/549338/</a> .....	341
Figura 265 – Tróleis. Fotografia de Emídio Gardé. Disponível em linha: <a href="http://ehgarde.planetaclix.pt/trolleybus/ptdataspt.htm">http://ehgarde.planetaclix.pt/trolleybus/ptdataspt.htm</a> .....	341
Figura 266 – Aspeto dos armazéns do Cais das Pedras em 2014. Google Maps. ....	345
Figura 267 – Aspeto atual. Hotel Vila Galé (do lado esquerdo do Rota Café). 2018. .	345
Figura 268 – Interior de um dos quartos do Hotel, que tem como tema a pintura. Disponível em linha: <a href="https://www.vilagale.com/br/hoteis/porto-e-norte/vila-gale-porto-ribeira">https://www.vilagale.com/br/hoteis/porto-e-norte/vila-gale-porto-ribeira</a> .....	345

Figura 269 – Planta de implantação. Disponível em linha: <a href="http://www.anteprojectos.com.pt/2017/06/21/hotel-vila-gale-cais-das-pedras/">http://www.anteprojectos.com.pt/2017/06/21/hotel-vila-gale-cais-das-pedras/</a> .....	345
Figura 270 – Cábrea, tipo de guindaste utilizado na náutica, que esteve localizada no Cais de Monchique – em frente aos Armazéns - também chamado Cais Novo e Cais da Cábrea. Reprodução de um postal de Alberto Ferreira. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/343554/?q=titulo%3A%28alf%C3%A2ndega%29+objetos%3Aaim">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/343554/?q=titulo%3A%28alf%C3%A2ndega%29+objetos%3Aaim</a> .....	347
Figura 271 – Esq.: Licença de obra nº 654/1908 / Dir.: Licença de obra nº 160/1908 [livro nº206].....	349
Figura 272 – Armazéns e Casa do Cais Novo, 2018. ....	349
Figura 273 – Esq.: Licença de obra nº 941/1920. Dir.: Ruínas dos armazéns, 2018. ..	349
Figura 274 – Esq.: Licença de obra nº292/1908 [Livro nº 210]; Dir.: Armazéns em 2018. ....	350
Figura 275 – Evolução dos armazéns contíguos à Casa do Cais Novo, em MOURA, Susana (2014) - Reconversão do património industrial: armazéns do cais novo no Porto, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Universidade Lusíada do Porto, p.6. ....	351
Figura 276 – Armazéns do Cais Novo, na frente ribeirinha. Vista aérea, disponibilizada em linha: <a href="http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/10/o-palacio-de-cristal-cidade-do-porto.html">http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/10/o-palacio-de-cristal-cidade-do-porto.html</a> .....	351
Figura 277 – Armazém Bar. Em cima: Fotografias de Juliana e Renata, autoras do blog Conto do Porto. 2017.....	354
Figura 278 – Esq.: Armazéns da rua de Miragaia durante uma cheia. Bilhete postal ilustrado. 1910. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2z4b2N4">https://bit.ly/2z4b2N4</a> ; Dir.: Armazéns da rua de Miragaia durante uma cheia. Fotografia de Teófilo Rego. 1962. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2qEQaY8">https://bit.ly/2qEQaY8</a> .....	355
Figura 279 – Esq: Vista geral dos armazéns que se situavam na rua de Miragaia, 98/99. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2JXb6T6">https://bit.ly/2JXb6T6</a> ; Dir.: Fachada do edifício da Companhia das vinhas do alto Douro, n.º 97 a 105, da rua de Miragaia. Fotografia de Teófilo Rego. 1958. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2T6kkjZ">https://bit.ly/2T6kkjZ</a> . ....	355
Figura 280 – Museu temático World of Discoveries e edifício de escritórios (antigos armazéns da Companhia. 2018.....	355



Figura 281 – Área ocupada pela empresa Douro Azul e pelo Museu World of Discoveries (a azul). Google Earth, 2015.....	356
Figura 282 – Armazéns na rua de São Pedro de Miragaia. Esq.: Licença de obra nº361/1857 AHMP. Dir.: Fotografia de 2018 (o edifício foi adaptado a garagem).....	356
Figura 283 – Instalações na rua dos Armazéns. Esq.: Licença de obra nº 430/1873 AHMP. Dir.: Fotografia de 2018. ....	356
Figura 284 – Toponímia e localização dos Armazéns da Companhia na Planta de Teles Ferreira (1892).....	357
Figura 285 – Memória da Companhia na toponímia atual. 2018. ....	357
Figura 286 – Armazém da CUF durante as limpezas da rua de Monchique após uma cheia do Douro. Esq: Fotografia de Alberto Marçal Brandão; Dir.: Fotografia de Aurélio da paz dos Reis. 1909. CPF. <a href="https://digitalq.cpf.arquivos.pt/details?id=39935">https://digitalq.cpf.arquivos.pt/details?id=39935</a> e <a href="https://digitalq.cpf.arquivos.pt/viewer?id=63754">https://digitalq.cpf.arquivos.pt/viewer?id=63754</a> .....	359
Figura 287 – Armazém da CUF. Esq.: Bilhete postal ilustrado, 1910, Tabacaria Vareirense, AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2RTuG5w">https://bit.ly/2RTuG5w</a> ; Dir.: Armazém em reabilitação. 2018.....	359
Figura 288 – Armazém de Mont’Alverne e Companhia. Esq.: Licença nº 511/1889, AHMP. Dir.: Vista aérea do Google Maps, antes de iniciarem as obras. 2018.....	360
Figura 289 – Armazéns da CUF. Esq.: Licença nº 501/1929 [do ano económico de 1929/1930], AHMP. Dir.: Vista aérea do Google Maps, antes de iniciarem as obras. 2018. ....	360
Figura 290 – Armazéns da CUF. Esq.: Licença nº 946/1929; Dir.: Licença nº 613/1934 [do ano económico de 1934/1935]. AHMP.....	360
Figura 291 – Pormenor de um elevador (?) entre os armazéns voltados à rua de Monchique e os patamares da rua de Sobre-o-Douro, com ligação por escadas ao bairro Ignez (antiga fábrica de pregaria). 1909-1910. CPF, disponível em linha: <a href="https://digitalq.cpf.arquivos.pt/details?id=39935">https://digitalq.cpf.arquivos.pt/details?id=39935</a> .....	361
Figura 292 – Em cima: Edifício da Fábrica Leão em 1915. UNICER – Unicer, a construir o futuro (...), p.4.....	363
Figura 293 - Licença de obra nº 981/1925, atual Intrigo.....	364
Figura 294 – Exterior e esplanada do Restaurante Intrigo. 2018. ....	364

Figura 295 - Vista panorâmica sobre a zona ribeirinha de Massarelos e Miragaia, em 1869. J. Laurent. Disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2z7XfVS">http://bit.ly/2z7XfVS</a> . ....	365
Figura 296 - Vista panorâmica sobre a zona ribeirinha de Massarelos e Miragaia, a partir do lugar do castelo de Gaia (vila Nova de Gaia). Fotografia de Tiago Cruz. 2018. ....	365
Figura 297 – Paisagem urbana de Miragaia na pintura de Artur Arcos (1914 -1987). Exposição organizada pela CMP e que esteve patente na Casa do Infante em 2016, sob o título Exposição Miragaia - o passado e o presente. Artur Arcos. Fotografia de Miguel Nogueira. Disponível em linha: <a href="http://www.porto.pt/noticias/miragaia-na-pintura-de-artur-arcos">http://www.porto.pt/noticias/miragaia-na-pintura-de-artur-arcos</a> .....	368
Figura 298 - Paisagem a partir do passeio das Virtudes. Ilustração de Mário Bismarck para a Revista2 do jornal Público, disponível em linha: <a href="https://mariobismarck.wordpress.com/algumas-ilustracoes-para-a-revista2-do-jornal-publico/">https://mariobismarck.wordpress.com/algumas-ilustracoes-para-a-revista2-do-jornal-publico/</a> . ....	368
Figura 299 - Vista parcial da cidade do Porto e Vila Nova de Gaia tirada do Jardim das Virtudes. Teófilo Rego. 196?. AHMP. Disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/315271/?q=miragaia+virtudes">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/315271/?q=miragaia+virtudes</a> .....	371
Figura 300 – Vista sobre Miragaia e V. Nova de Gaia tirada do Jardim das Virtudes. 2017. Fotografia de Ana Campelos. ....	371
Figura 301 – Vista sobre Miragaia e V. Nova de Gaia tirada do passeio das Virtudes. 2016. Fotografia de Lúcia Teixeira. ....	371
Figura 302 – Fotografias aéreas da marginal de Massarelos (1939-1940: fiada 16, n.º 281) e Miragaia (1939-1940 : fiada 17, n.º 309). AHMP. ....	375
Figura 303 – Nota fac-similada de cem mil reis. Coleção: A Banca do Porto nos finais do séc. XIX. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/54228/">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/54228/</a> .....	391
Figura 304 - Fotografia Palácio de Cristal, Outubro de 1897 - Branco e Negro semanário ilustrado n.º82, disponível em linha: <a href="https://torradaemeiadeleite.blogs.sapo.pt/103243.html">https://torradaemeiadeleite.blogs.sapo.pt/103243.html</a> .....	393
Figura 305 - Palácio de Cristal portuense, 1865, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2zNnwIq">https://bit.ly/2zNnwIq</a> .....	393
Figura 306 – The Royal Albert Dock, Liverpool, Reino Unido. 2018.....	399

Figura 307 - Mapa com Património Industrial reconvertido assinalado, 2014, in MOURA, Susana (2014) - Reversão do património industrial: armazéns do cais novo no Porto, Dissertação de mestrado em Arquitectura, Universidade Lusíada do Porto, p.62. ....	400
Figura 308 - Ortofotomapa referente à implantação da Pousada do Porto, Campanhã Porto A- Palácio do Freixo B- Companhia de Moagens Harmonia C- Jardins do Palácio, em MOURA, Susana (2014) - Reversão do património industrial (...), p.78. ....	401
Figura 309 – Projeto da Central Termoelétrica, 1921. ....	403
Figura 310 - Página do sítio web do Museu do Carro Eléctrico, dedicada aos Espaços. Disponível em linha: <a href="https://www.museudocarroelectrico.pt/">https://www.museudocarroelectrico.pt/</a> .....	405
Figura 311 – “Casa dos Capelães” onde está instalada a Guarda Fiscal, interior e exterior. 2018. ....	495
Figura 312 – Espaço entre o corpo dos dormitórios das religiosas (em cima, à esq.) e as construções que Clemente Menéres encetou (à direita). 2018. ....	496
Figura 313 – Torreão. Ainda é possível observar as antigas ligações nos vários níveis através dos vãos. 2018. ....	497
Figura 314 – Antigo espaço do refeitório das religiosas. Esteve aqui instalado, posteriormente, um armazém de pipas de vinho e uma garrafeira. 2018. ....	498
Figura 315 – Interior do refeitório com pipas de vinho. Registo fotográfico de uma fotografia existente no escritório da Sociedade Clemente Menéres. 2018. ....	499
Figura 316 – Claustro (transformado). Estrutura porticada no piso térreo do corpo que albergava os dormitórios. 2018. ....	499
Figura 317 – Compartimento com teto e paredes totalmente revestidos a azulejos diversos. Piso térreo do corpo que albergava os dormitórios. 2018. ....	500
Figura 318 – Uma das entradas de acesso ao referido pátio, através da calçada de Monchique. 2018. ....	500
Figura 319 – Antigos dormitórios/celas das religiosas. A abertura na parede correspondente a cada vão serviria como “armário”. É visível a cobertura do espaço do refeitório. 2018. ....	501
Figura 320 – Interior do edifício correspondente aos aposentos do Capelão. 2018. ....	502
Figura 321 – Exterior do edifício correspondente aos aposentos do Capelão. 2018. ....	502
Figura 322 – Esq.: Remate superior de um dos edifícios que serviu como armazém da fábrica de cortiças de Clemente Menéres. Entretanto, neste piso cimeiro, funcionaram os	

restaurantes Sessenta Setenta e Sardinha Alfândega. Dir.: parte inferior do edifício. 2018. .....	503
Figura 323 - Aspeto exterior do edifício. Rua de Sobre-o-Douro. 2018. ....	503
Figura 324 – Vista do alpendre da casa de habitação para o pátio entre o corpo dos dormitórios e as construções de Clemente Menéres. 2018.....	504
Figura 325 – Edifício onde se situam os escritórios da Sociedade. 2018.....	504
Figura 326 – Vistas a partir do alpendre da casa de habitação e exterior do edifício. 2018. .....	505
Figura 327 – Um dos armazéns da Sociedade Clemente Menéres. 2018.....	506
Figura 328 – Um dos pátios, visto a partir de dentro (esq.) e de fora do portão de ferro. 2018. ....	506
Figura 329 – Aspeto atual do conjunto edificado, visto a partir da rua da Restauração. É percetível o torreão, bem como o espaço em reabilitação (para futuro hotel). 2018....	507
Figura 330 – Registo fotográfico da planta do lote adquirido por Clemente Menéres. Gentilmente disponibilizada por João Pedro Menéres. 2018. ....	508
Figura 331 – Portão de acesso ao Bairro D. António Cardoso e uma das casas. 2018.	509
Figura 332 – Vários pontos de vista das habitações. 2018.....	510
Figura 333 - Interior da habitação nº 24 do Bairro D. António Barroso, Miragaia. 2018. .....	511
Figura 334 – Memórias dos cais. Miragaia/Monchique. 2018.....	512
Figura 335 – Rua no monte do antigo castelo de Gaia. 2018.....	513
Figura 336 – Rua do Castelo. Vila Nova de Gaia. 2018. ....	513
<i>Figura 337</i> – Monte do Castelo de Gaia e Miragaia: proximidade entre as margens do Douro.....	514
Figura 338 – Monte do castelo de Gaia.....	514
Figura 339 – Porto visto do monte do antigo castelo de Gaia. 2018.....	514
Figura 340 -Exterior e interior de um dos edifícios que pertenceu à Fábrica de Louça de Miragaia. 2018.....	515
Figura 341 – Alguns dos edifícios que pertenceram à Fábrica de Louça de Miragaia. 2018. .....	515
Figura 342 – Casa e Armazéns do Cais Novo, exterior e interior. 2018. ....	516
Figura 343 – Casa do Cais Novo. Exterior. 2018.....	517

Figura 344 – Pormenor do edifício da alfândega ao entardecer. 2018. ....	517
Figura 345 – Parque de estacionamento da alfândega, onde esteve o ramal ferroviário. Em cima, a vista par ao lugar do Castelo de Gaia, em V. Nova de Gaia, a partir do parque. 2018. ....	518
Figura 346 – Miragaia: particularidades I. 2018. ....	519
Figura 347 – Miragaia: particularidades II. 2017 e 2018. ....	520
Figura 348 – Miragaia: particularidades: III. 2017 e 2018. ....	521
Figura 349 – Arquivo Histórico Municipal do Porto, Casa do Infante, Ribeira. Aqui se localizou a primeira alfândega do Porto. 2018. ....	522
Figura 350 – Antigos fornos da Fábrica de Loiça de Massarelos (junto à ponte D. Maria Pia). 2018. ....	523
Figura 351 – Pestana Hotel e Pousada do Freixo. 2018. ....	523
Figura 352 – Com base em CRUARB (2000/2001) – Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana. Porto: CMP, volume II (fichas de obras)..	526
Figura 353 - Plano de Melhoramentos, 1784. Disponível em linha: <a href="http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/teste_133">http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/teste_133</a> .....	529
Figura 354 - Planta geral para o Cais do Mosqueiro. 1795. Teodoro de Sousa Maldonado. AHMP, disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2F18aB1">http://bit.ly/2F18aB1</a> . ....	529
Figura 355 – Pormenor do Plano topographico da cidade do Porto impresso em Londres em 1813, e continuado aos seus suburbios em 1832, no qual se mostra pela orla roxa a linha de fortificação, e suas baterias recentemente construidas em circuito da dita cidade. BNP. Disponível em linha: <a href="http://purl.pt/27625">http://purl.pt/27625</a> .....	530
Figura 356 – Vista do Porto desde a Torre da Marca (View of Oporto from Torre da Marca). Reprodução de gravura publicada em 1833, contendo três imagens: planta da cidade do Porto; mapa da cidade e arredores, com localização das primeiras linhas de defesa, durante o Cerco do Porto; vista do Rio Douro, com a povoação de Massarelos e a zona de Vale de Piedade, na margem oposta.....	531
Figura 357 - Plano traçado para por ele se dirigir o rasgamento da Rua da Restauração (...) até á Alameda de Massarelos (...). 1853. AHMP. Disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2Px78Xu">http://bit.ly/2Px78Xu</a> .....	532

Figura 358 – Rua da Restauração. 1855. É possível observar o desvio da rua para não comprometer a Fábrica de Louça. AHMP. Disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2QOOGAx6">http://bit.ly/2QOOGAx6</a> . .....	532
Figura 359 – Mapa das Invasões Napoleónicas na Península. AHMP, disponível em <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/336743/?q=invas%C3%B5es+francesas">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/336743/?q=invas%C3%B5es+francesas</a> .....	533
Figura 360 – Prólogo ao Plano da Cidade Ezequiel de Campos, 1932. Disponível em linha: <a href="http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/prologo-ao-plano-da-cidade-do-porto-1932">http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/prologo-ao-plano-da-cidade-do-porto-1932</a> .....	534
Figura 361 - Planta Topográfica da Cidade do Porto, referida ao ano de 1937, levantada pelos Serviços técnicos da Câmara Municipal; Divisão em Zonas 1948, retirada de ANDRÉ, Stafanie (2013/2014) - Higiene e desenvolvimento urbano: o porto na transição entre os séculos XIX e XX, dissertação de mestrado orientada pelo Prof. Doutor Virgílio Borges Pereira e apresentada á FAUP, p.75 .....	534
Figura 362 - Plano Geral Urbanização, 1938-1940. Marcello Piacentini. Disponível em linha: <a href="http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1938-1940">http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1938-1940</a> .....	535
Figura 363 – Plano Geral Urbanização (Plano Muzzio), 1940-1942. Disponível em linha: <a href="http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1940-1942">http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1940-1942</a>	535
Figura 364 – Plano Regulador Cidade do Porto, 1947-1952, Antão Almeida Garrett. Disponível em linha: <a href="http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-regulador-da-cidade-do-porto-1947-1952">http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-regulador-da-cidade-do-porto-1947-1952</a> .....	536
Figura 365 – Plano de Melhoramentos 1956-1966, José Machado Vaz. Disponível em linha: <a href="http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-de-melhoramentos-para-a-cidade-do-porto-1956-1966">http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-de-melhoramentos-para-a-cidade-do-porto-1956-1966</a> .....	536
Figura 366 – Plano Diretor Cidade do Porto, Robert Auzelle. 1962. Disponível em linha: <a href="http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-diretor-da-cidade-do-porto-1962">http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-diretor-da-cidade-do-porto-1962</a>	537
Figura 367 - Plano Geral Urbanização, 1987. Duarte Castel-Branco. Disponível em linha: <a href="http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1987">http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1987</a> .....	538
Figura 368 - PDM, 1993 "Porto Projeto Cidade Nova". Duarte Castel-Branco. Disponível em linha: <a href="http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-diretor-municipal-1993-porto-projeto-cidade-nova">http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-diretor-municipal-1993-porto-projeto-cidade-nova</a> .....	538

Figura 369 - Limite da área de reabilitação urbana de Miragaia (ARU). 2014.....	539
Figura 370 – Planta dos terrenos necessários para a edificação do novo mercado do peixe e [...] alargamento da rua dos Fogueteiros. 1869. AHMP, disponível em <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/23215/?q=planta+terrenos+mercado+peixe">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/23215/?q=planta+terrenos+mercado+peixe</a> .....	540
Figura 371 – Projeto de alinhamentos na rua da Restauração e sua concordância com a calçada de Sobre o Douro. Eliminação de viela existente. 1935. AHMP: D-CMP-03-411-005. ....	540
Figura 372 – Planta cadastral das expropriações a realizar na rua de Miragaia e (antiga) travessa de S. Pedro de Miragaia, por motivo do projeto de melhoramentos. 1941. AHMP: D-CMP-03-476-004. ....	541
Figura 373 – Questões higienistas. Desenhos para um mercado junto ao Campo dos Mártires da Pátria, no local do Mercado do Peixe. 1946-1947. AHMP, D-CDT-ROL/A1-132 .....	541
Figura 374 - Planta topográfica com a localização do recinto infantil Salazar. 1946. AHMP: D-CDT/A2-210 .....	542
Figura 375 – Lotes da rua do Dr. Barbosa de Castro com frente para o passeio das Virtudes. Planta cadastral da Rua do Calvário e Rua dos Fogueteiros. 1900. AHMP: D-CDT/A3-502.....	542
Figura 376 – Localização da Fundação de Massarelos e do atual Museu do Carro Eléctrico (STCP). AHMP: D-CMP-04-194-004.....	543
Figura 377 – Evolução da representação cartográfica do Convento de Monchique, em VENDEIRO, Ana R. (2014) - Recuperação da arquitectura monástica (...), pp.98-100 .....	544
Figura 378 – Evolução do conjunto monástico, segundo VENDEIRO, Ana R. (2014) - Recuperação da arquitectura monástica (...), p.114.....	545
Figura 379 – Distribuição de tipologias de habitação no Porto. FERNANDES, Francisco B. (1999) - Transformação e Permanência (...), p.84 .....	546
Figura 380 – Obras de promoção municipal. CRUARB (2000/2001) – Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana. Porto: CMP, vol. II, pp. 8-9. ....	547
Figura 381 - Vários aspectos do Convento de Monchique, arquitectura manuelina do século XVI. Obra de Diogo de Castilho. «Cruzaria de ogivas da cobertura da igreja, À	



direita, o único torreão existente dos dois que ladeavam o corpo do edifício. Este torreão, do lado poente, apresenta ainda coruchéus com merlões do tipo «gótico alentejano. Os elementos da abóbada desapareceram por volta de 130 (sic?), estando o corpo da igreja hoje coberto por um telhado parcialmente em ruína». Fotografias da Coleção Vitorino Ribeiro. 1983. AHMP.....	548
Figura 382 - Convento de Monchique. Cliché da coleção Vitorino Ribeiro. 1983. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2qJzKxN">https://bit.ly/2qJzKxN</a> .....	549
Figura 383 - Casa dos Capelães, na rua de Monchique. SIPA. Fotografia disponibilizada em: <a href="https://bit.ly/2z87zNm">https://bit.ly/2z87zNm</a> .....	549
Figura 384 - Bilhete Postal Ilustrado, representando a Alfândega Nova. 1910. Editor Grandes Armazéns Hermínios. AHMP. ....	550
Figura 385 - A cidade na época em que a iluminação pública de azeite foi substituída pela de gás: grades da Alfândega do Porto. Fotografia de Carlos Lucas da Cunha, 1962. AHMP, disponível em <a href="https://bit.ly/2Oq9Rfy">https://bit.ly/2Oq9Rfy</a> .....	550
Figura 386 - Passeio das Virtudes: pormenor do muro de vedação. 195?. AHMP, disponível em <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/314173/?q=Hospital+de+Santo+antonio">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/314173/?q=Hospital+de+Santo+antonio</a> .....	551
Figura 387 – Passeio das Virtudes. Beneficiação do passeio e jardim das Virtudes, em 1966. Fotografia disponibilizada em <a href="https://bit.ly/2Pqd0Sj">https://bit.ly/2Pqd0Sj</a> .....	551
Figura 388 – Palácio das Sereias. Esq.: 194?-195?. Fotografia Alvão. AHMP: F-P/CMP/10/394(1) e F-P/CMP/10/394(2) .....	552
Figura 389 – Esq.: Pormenor da pedra de armas do século XVII, (heráldica de família Rocha, Ferreira (?) e Barbuda (?)) existente na casa n. 32, da rua de São Pedro de Miragaia. Fotografia de Bomfim Barreiros. 1943. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334465/?">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334465/?</a> . Dir.: Pormenor da pedra de armas do século XVIII, (heráldica de família Portocarreiro) existente na Casa das Sereias, na rua da Bandeirinha. Fotografia de Guilherme Bomfim Barreiros. 1943. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334078/?q=casa+sereias">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334078/?q=casa+sereias</a> .....	553
Figura 390 – Casa da Quinta das Virtudes. Fotografia de Bomfim Barreiros. 1933. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/332400/?q=porta+da+rua+de+Azevedo+de+Albuquerque">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/332400/?q=porta+da+rua+de+Azevedo+de+Albuquerque</a> . ...	553

Figura 391 - Máquina a vapor de uma indústria no Porto. Imagem retirada de BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - A casa do arqueólogo (...), p.36.....	554
Figura 392 - Operários e dirigentes (na 1.ª fila) da fábrica de conservas Lopes, Coelho Dias & C.ª Ld.ª, de Matosinhos. Fotografia disponibilizada em: <a href="http://bit.ly/2OIQG0W">http://bit.ly/2OIQG0W</a> . .....	554
Figura 393 - Praia de Matosinhos em 1966, paisagem industrial. Fotografia disponibilizada em <a href="http://bit.ly/2TcUw5F">http://bit.ly/2TcUw5F</a> .....	554
Figura 394 - Elétrico da Companhia Carris de Ferro do Porto, c.1904. Foto Guedes, disponibilizada em <a href="http://bit.ly/2FjxMOY">http://bit.ly/2FjxMOY</a> . ....	555
Figura 395 - Carros de bois em frente à Alfândega Nova, c.1890. Emílio Biel. Disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2zaANvn">http://bit.ly/2zaANvn</a> . ....	555
Figura 396 - Ramal da Alfândega, c.1950. Disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2qMUVPk">http://bit.ly/2qMUVPk</a> . .....	555
Figura 397 - Vista da Alameda e Central Termoelétrica de Massarelos, Companhia Carris de Ferro do Porto. 1950-60 (?). Fotografia Alvão. CPF, disponível em linha: <a href="https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=1180223">https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=1180223</a> . ....	556
Figura 398 – Fábrica Portuense de Guarda-Soes. Imagem disponibilizada em linha: <a href="http://portodeantanho.blogspot.com/2017/05/continuacao-12.html">http://portodeantanho.blogspot.com/2017/05/continuacao-12.html</a> . ....	556
Figura 399 - Fábrica de Moagens Harmonia em 1966. Atual Pestana Pousada e Hotel do Freixo. Disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2B5KA7m">http://bit.ly/2B5KA7m</a> . ....	556
Figura 400 - Exposição Agrícola De 1904 No Palácio [De Cristal]. Aurélio da Paz dos Reis. Expositores da Menéres & Cª., da CUF e da Real Fábrica de Conservas de Matosinhos de Lopes, Coelho Dias & Cª. ....	557
Figura 401 - Rio Douro e cais das Pedras em Massarelos. 1910. AHMP, disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2FmE549">http://bit.ly/2FmE549</a> . ....	558
Figura 402 – Cais de Massarelos durante uma cheia, com um navio encalhado. Fotografia de Teófilo Rego. 1962. AHMP, disponível em linha: <a href="https://bit.ly/2PuHORX">https://bit.ly/2PuHORX</a> . ....	558
Figura 403 – Os cais em atividade. Vista tomada do palácio de Cristal, c.1900. Foto Guedes, disponibilizada em: <a href="https://bit.ly/2z8rSdD">https://bit.ly/2z8rSdD</a> . ....	558
Figura 404 - Cais das Pedras em Massarelos, c.1990. Fotografia disponibilizada em <a href="https://bit.ly/2QE3xDd">https://bit.ly/2QE3xDd</a> . ....	559

Figura 405 - Cais das Pedras em Massarelos, c.1905.Fotografia disponibilizada em <a href="https://bit.ly/2RRgpWG">https://bit.ly/2RRgpWG</a> .....	559
Figura 406 - Fotografia aérea do porto de Leixões, c.1965. Fotografia disponibilizada em <a href="http://bit.ly/2DlrtYo">http://bit.ly/2DlrtYo</a> .....	559
Figura 407 - Hospital de Santo António em construção, em 1849, fotografia de Frederick William Flower, disponibilizada em <a href="https://bit.ly/2PsPqnK">https://bit.ly/2PsPqnK</a> .....	560
Figura 408 - Ala sul do hospital de Santo António, vista do largo de Viriato, em 1959. SIPA. Fotografia disponibilizada em <a href="https://bit.ly/2qIn0r7">https://bit.ly/2qIn0r7</a> . ....	560
Figura 409 – Largo de Miragaia. 1900. Arnaldo Soares. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/53170/?q=rua+de+miragaia+postal">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/53170/?q=rua+de+miragaia+postal</a> .....	561
Figura 410 - Passeio da Graça ou da Cordoaria, anterior a 1901.Disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2RRyeVO">http://bit.ly/2RRyeVO</a> . ....	561
Figura 411 - Cheia de dezembro 1909: Largo de Miragaia. AHMP. Disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/517053/?q=largo+de+miragaia">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/517053/?q=largo+de+miragaia</a> .....	561
Figura 412 – Cheia em Miragaia. Veem-se várias lojas de vinhos. 1909-1919(?). CPF. Disponível em linha: <a href="https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=39937">https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=39937</a> . ....	562
Figura 413 - Porto: Rua de Miragaia. 1910. Emílio Biel. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/51352/?q=rua+de+miragaia">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/51352/?q=rua+de+miragaia</a> .....	562
Figura 414 - Pormenor das arcadas e dos prédios da Rua de Miragaia, com roupas a secar nas varandas.1932. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/258380/?q=rua+de+miragaia">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/258380/?q=rua+de+miragaia</a> .....	562
Figura 415 – Cobertos de Miragaia. Fotografia retirada de OLIVEIRA, J. M. (2007) – O espaço urbano do Porto (...), p. 379 .....	563
Figura 416 - Porto: demolições na rua de Miragaia. 1941. Fotografia de Bomfim Barreiros. AHMP. <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714670/?">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714670/?</a> .....	564
Figura 417 - Porto: salubridade de bairros antigos: ruas do Cidral de Cima, rua do Cidral de Baixo, rua da Arménia e rua do Monte dos Judeus. 1950. Arquivo de Bomfim Barreiros. AHMP. <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714534/?">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714534/?</a> ;	

<a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714541/?">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714541/?</a> ; <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714495/?">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714495/?</a> ; <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714513/?">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714513/?</a> .....	565
Figura 418 - Casas do Porto: século XIV ao XIX: rua Dr. Barbosa de Castro, 37-41: casa onde nasceu Almeida Garrett. 1958. Fotografia de Teófilo Rego. AHMP, disponível em <a href="https://bit.ly/2Pdmct2">https://bit.ly/2Pdmct2</a> .....	566
Figura 419 - Urinol público na rua de Miragaia, c.1960. Fotografia disponibilizada por Ricardo Cabanas Lima em <a href="https://bit.ly/2Q2nuqw">https://bit.ly/2Q2nuqw</a> . .....	566
Figura 420 - O rio e o mar na vida da cidade: Efeitos da cheia de 1962. Vários aspetos das cheias de 1962 em Miragaia. Fotografias de Teófilo Rego e Alvão. AHMP. ....	567
Figura 421 - Várias perspetivas da Rua de Miragaia, destacando-se as suas casas típicas, com roupa a secar nas varandas.1964. AHMP: F-NP/CMP/7/77; F-NP/CMP/7/78; F-NP/CMP/7/79; F-NP/CMP/7/99.....	568
Figura 422 – Embarcações atracadas em Gaia, vista para a zona ribeirinha de Miragaia. 1968. AHMP. Disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/327946/?q=regresso+a+nascente">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/327946/?q=regresso+a+nascente</a> .....	569
Figura 423 – Edifícios demolidos para dar lugar ao Palácio da Justiça. Ao fundo, o antigo Mercado do Peixe. Bilhete postal ilustrado. s/d. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49642/?q=mercado+do+peixe">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49642/?q=mercado+do+peixe</a> .....	569
Figura 424 - Parque infantil no Largo de S. Pedro de Miragaia em 1969. Fotografia disponibilizada em <a href="https://bit.ly/2DmWPOS">https://bit.ly/2DmWPOS</a> . .....	569
Figura 425 – Calçada das Virtudes, com os edifícios do lado direito ainda intactos. Fotografia retirada de OLIVEIRA, J. M. (2007) – O espaço urbano do Porto (...), p.189. ....	570
Figura 426 – Rua de Sobre o Douro, em frente ao Bairro Ignez. Fotografia retirada de OLIVEIRA, J. M. (2007) – O espaço urbano do Porto (...), p.195 .....	570
Figura 427 - Porto: Rua de Miragaia. 1970. Cocca. D-PST/1177.....	571
Figura 428 – Rua de Miragaia. 197?. J. A. Fernandes da Silva. AHMP: D-PST/2774	571
Figura 429 - Visita da comitiva de Liége ao Centro Histórico do Porto. Rua de Miragaia. 1979. AHMP, disponível em linha: <a href="http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/691424/?q=comitiva+liege">http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/691424/?q=comitiva+liege</a> .....	571

Figura 430 – Miragaia. Fotografia do Fundo Ewald Rüffer, 1982. CPF, disponível em linha: <a href="https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=1226632">https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=1226632</a> .....	572
Figura 431 - Porto: Miragaia. Fotografia de Óscar Fonseca. 1997. AHMP: D-PST/2215 .....	572
Figura 432 - Carro elétrico em Miragaia. 20??. AHMP: D-PST/3378(8).....	572
Figura 433 - A zona ribeirinha de Massarelos e o edifício da Cervejaria Leão vista dos jardins do Palácio de Cristal, c. 1930. Fotografia disponibilizada em <a href="https://bit.ly/2T4DK93">https://bit.ly/2T4DK93</a> .....	573
Figura 434 – Rua da Restauração, com a Refinaria RAR abaixo. 1966. Disponível em linha: <a href="http://bit.ly/2zammHE">http://bit.ly/2zammHE</a> .....	573
Figura 435 - Blaenavon Big Pit. Fotografia de ejbourdo. 2006. Blaenavon Industrial Landscape. UNESCO. Disponível em linha: <a href="http://whc.unesco.org/en/documents/113924">whc.unesco.org/en/documents/113924</a> .	574
Figura 436 - Projecto da responsabilidade do CRUARB: Nova Alameda irá ligar a Ribeira à Alfândega - Miragaia «recupera» percurso para a prainha do Porto. 1991-04-08, <u>ADUP FAUP - Recortes de imprensa [1987-2002]</u> .....	575
Figura 437 - MOREIRA, Inês (2014) - Após a fábrica, novas abordagens à ruína e aos fragmentos pós-industriais. Publicado em Revista arqa # 112, 2014, pp. 118-119, disponível em linha: <a href="https://issuu.com/arqa/docs/arqa112_issuu/11">https://issuu.com/arqa/docs/arqa112_issuu/11</a> .....	575
Figura 438 - GRANDE, Nuno (2012) – O Ser Urbano: Nos Caminhos de Nuno Portas. INCM: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p.420-421 .....	575

NOTA: Todas as fotografias cujos créditos ou fontes estiverem ausentes, são registos da autora.

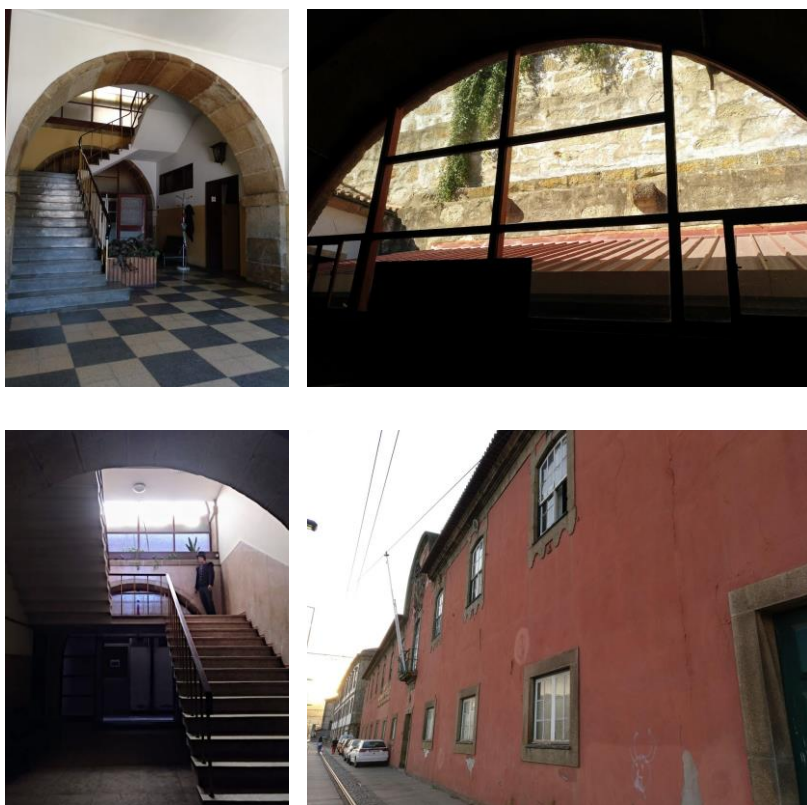
### **Grelhas**

Grelha 1 – Intervenções em Miragaia.....	255
Grelha 2 – Edifícios da Domus Social, na área de estudo.....	264
Grelha 3 - Exposições Industriais no Porto realizadas no século XIX .....	393

## APÊNDICES

1. Reportagem fotográfica no edifício da Guarda Fiscal ou “Casa dos Capelães”, autorizada e guiada pelo Comandante Ricardo Amaro. 2018.





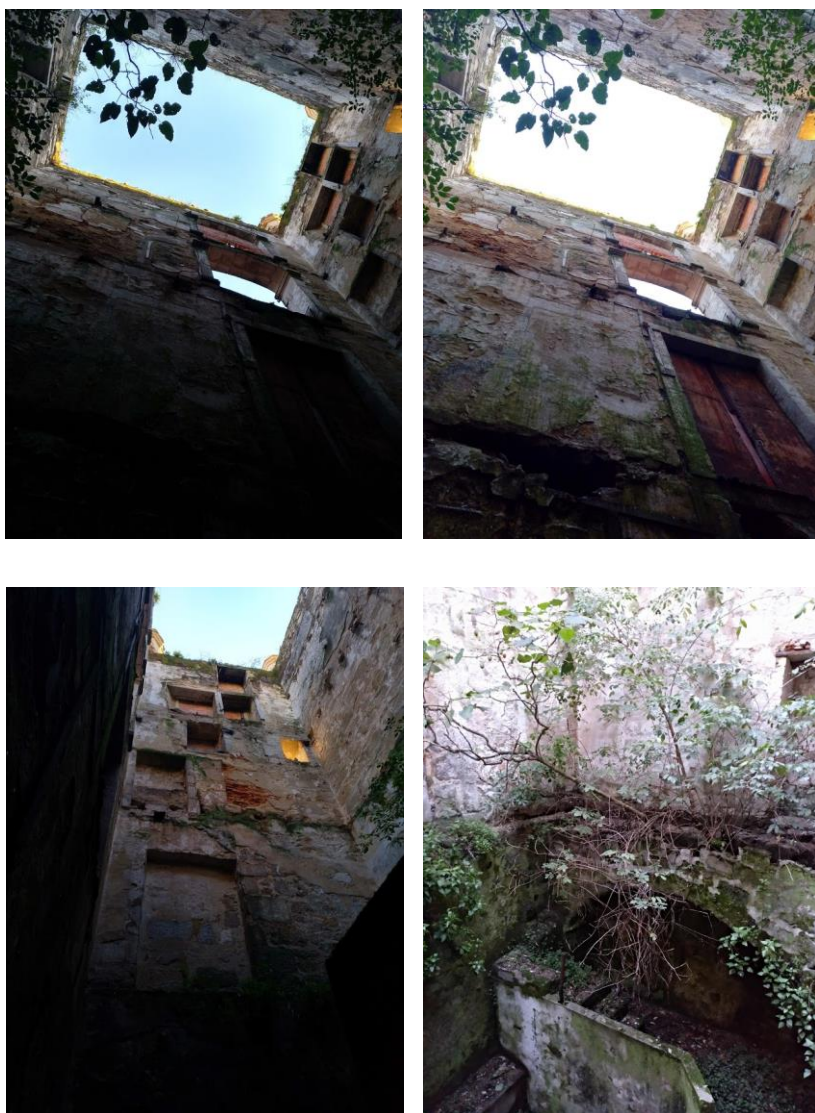
*Figura 311* – “Casa dos Capelães” onde está instalada a Guarda Fiscal, interior e exterior. 2018.



2. Reportagem fotográfica aos espaços onde esteve instalada a Sociedade Clemente Menéres, nos terrenos do extinto Convento da Madre de Deus de Monchique, autorizada e guiada pelo Sr. João Pedro Menéres. 2018.



*Figura 312* – Espaço entre o corpo dos dormitórios das religiosas (em cima, à esq.) e as construções que Clemente Menéres encetou (à direita). 2018.



*Figura 313* – Torreão. Ainda é possível observar as antigas ligações nos vários níveis através dos vãos. 2018.

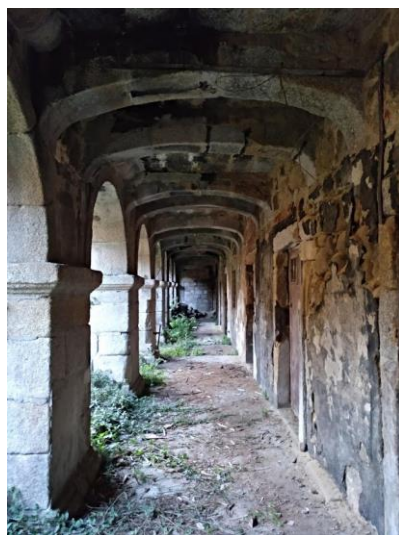


*Figura 314* – Antigo espaço do refeitório das religiosas. Esteve aqui instalado, posteriormente, um armazém de pipas de vinho e uma garrafeira. 2018.

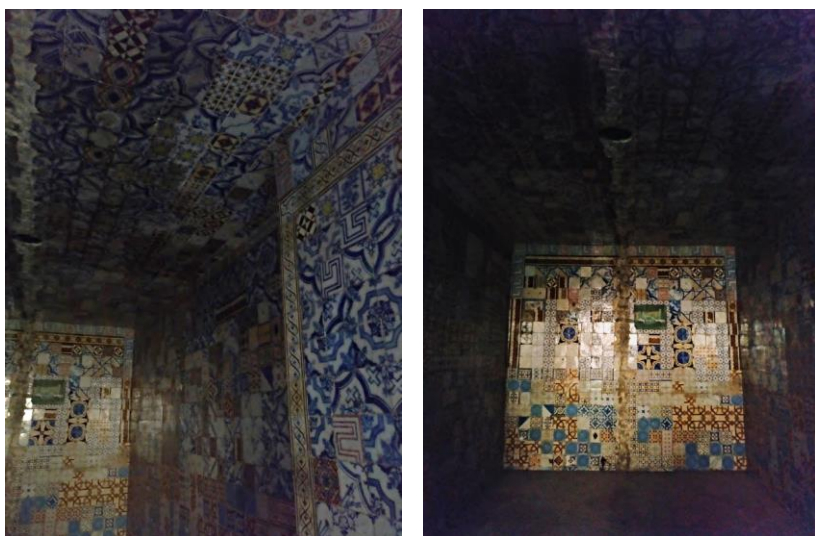




*Figura 315* – Interior do refeitório com pipas de vinho. Registo fotográfico de uma fotografia existente no escritório da Sociedade Clemente Menéres. 2018.



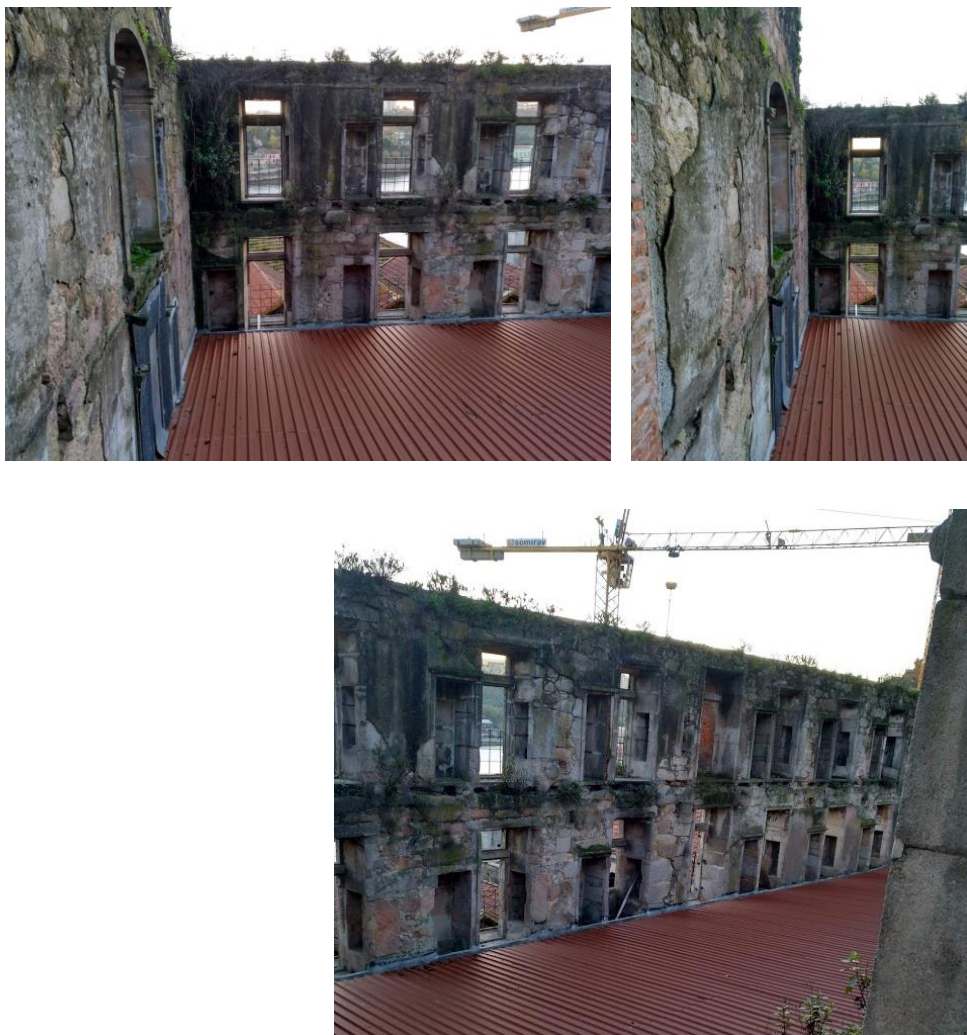
*Figura 316* – Claustro (transformado). Estrutura porticada no piso térreo do corpo que albergava os dormitórios. 2018.



*Figura 317* – Compartimento com teto e paredes totalmente revestidos a azulejos diversos. Piso térreo do corpo que albergava os dormitórios. 2018.



*Figura 318* – Uma das entradas de acesso ao referido pátio, através da calçada de Monchique. 2018.



*Figura 319* – Antigos dormitórios/celas das religiosas. A abertura na parede correspondente a cada vão serviria como “armário”. É visível a cobertura do espaço do refeitório. 2018.





*Figura 320* – Interior do edifício correspondente aos aposentos do Capelão. 2018.



*Figura 321* – Exterior do edifício correspondente aos aposentos do Capelão. 2018.

Esquerda: Pátio. É visível, ao fundo, parte do corpo edifício dos dormitórios, alterado para habitação de Clemente Menéres.

Direita: Vista a partir do pátio para o edifício dos dormitórios (à esquerda) e o edifício dos aposentos do Capelão (à direita), que confrontam a rua de Sobre o Douro.





*Figura 322 – Esq.: Remate superior de um dos edifícios que serviu como armazém da fábrica de cortiças de Clemente Menéres. Entretanto, neste piso cimeiro, funcionaram os restaurantes *Sessenta* e *Sardinha Alfândega*. Dir.: parte inferior do edifício. 2018.*



*Figura 323 - Aspeto exterior do edifício. Rua de Sobre-o-Douro. 2018.*

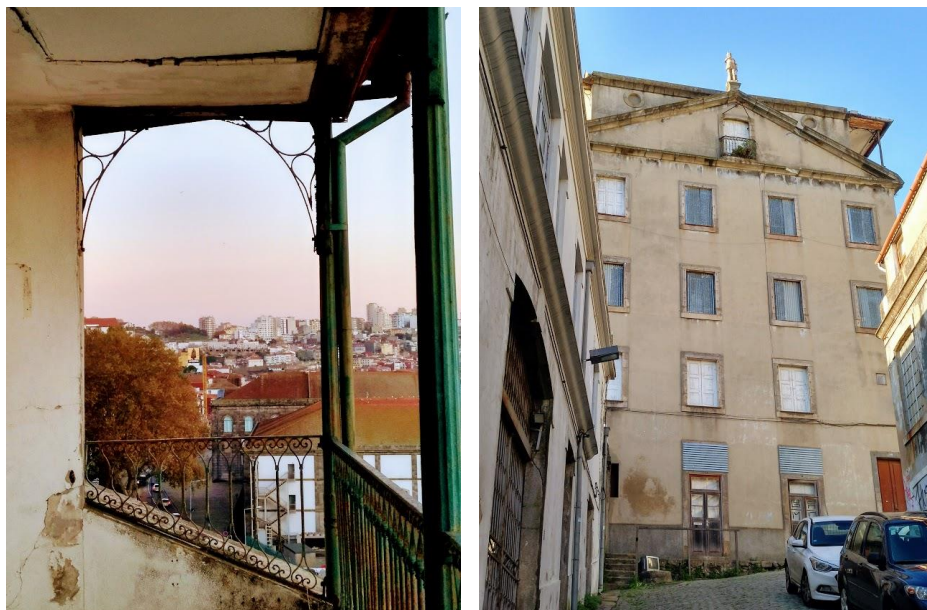
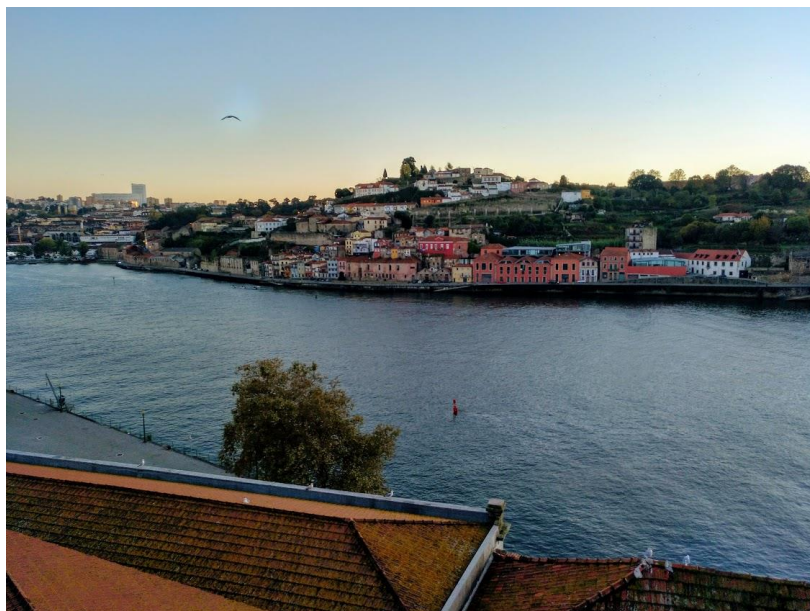


*Figura 324* – Vista do alpendre da casa de habitação para o pátio entre o corpo dos dormitórios e as construções de Clemente Menéres. 2018.  
Em baixo: Vista para as obras que estão a decorrer noutra parte dos terrenos do extinto Convento.



*Figura 325* – Edifício onde se situam os escritórios da Sociedade. 2018.





*Figura 326 – Vistas a partir do alpendre da casa de habitação e exterior do edifício. 2018.*

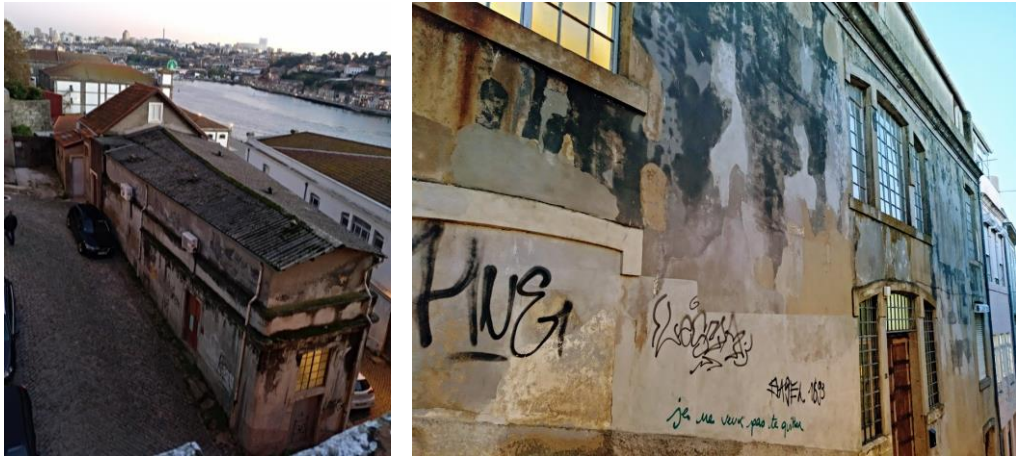
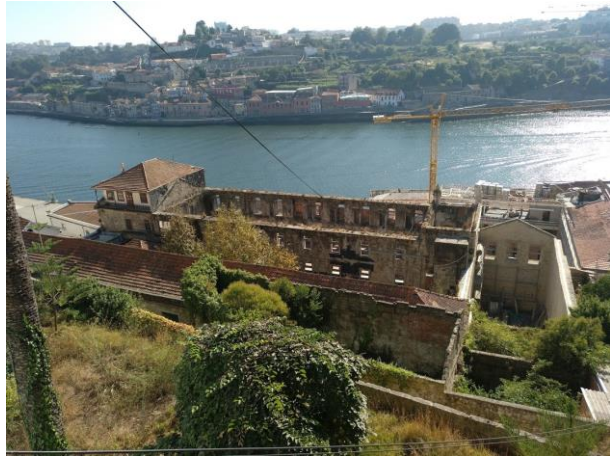
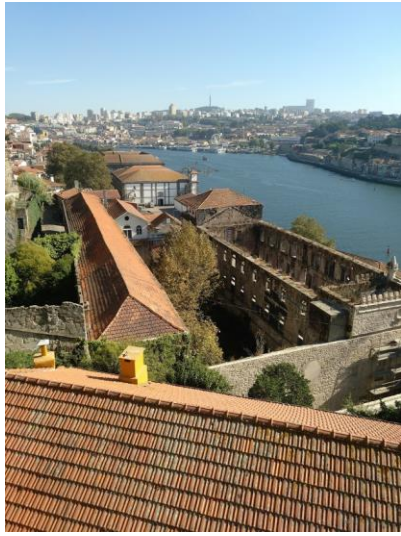


Figura 327 – Um dos armazéns da Sociedade Clemente Menéres. 2018.



Figura 328 – Um dos pátios, visto a partir de dentro (esq.) e de fora do portão de ferro. 2018.





*Figura 329* – Aspeto atual do conjunto edificado, visto a partir da rua da Restauração. É perceptível o torreão, bem como o espaço em reabilitação (para futuro hotel). 2018.

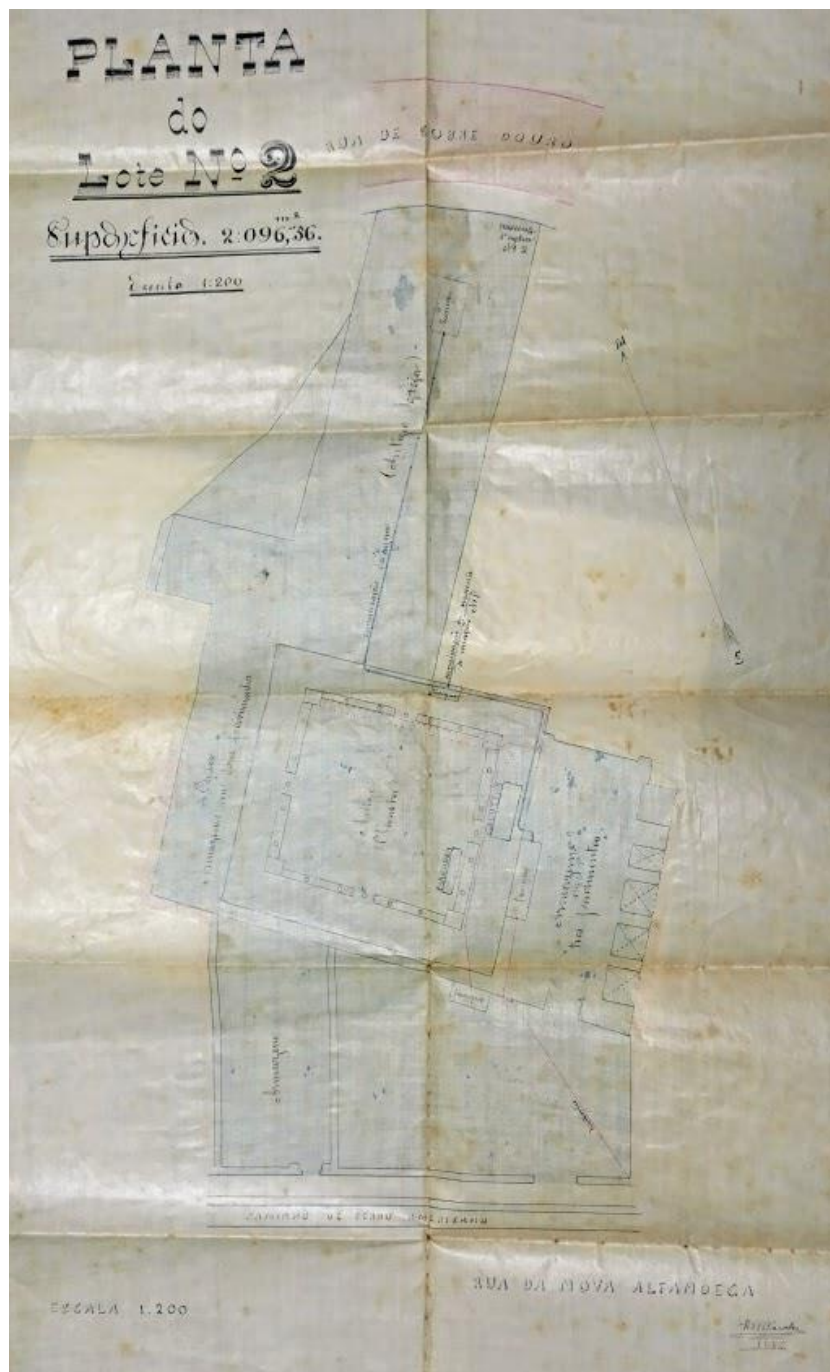


Figura 330 – Registo fotográfico da planta do lote adquirido por Clemente Menéres. Gentilmente disponibilizada por João Pedro Menéres. 2018.



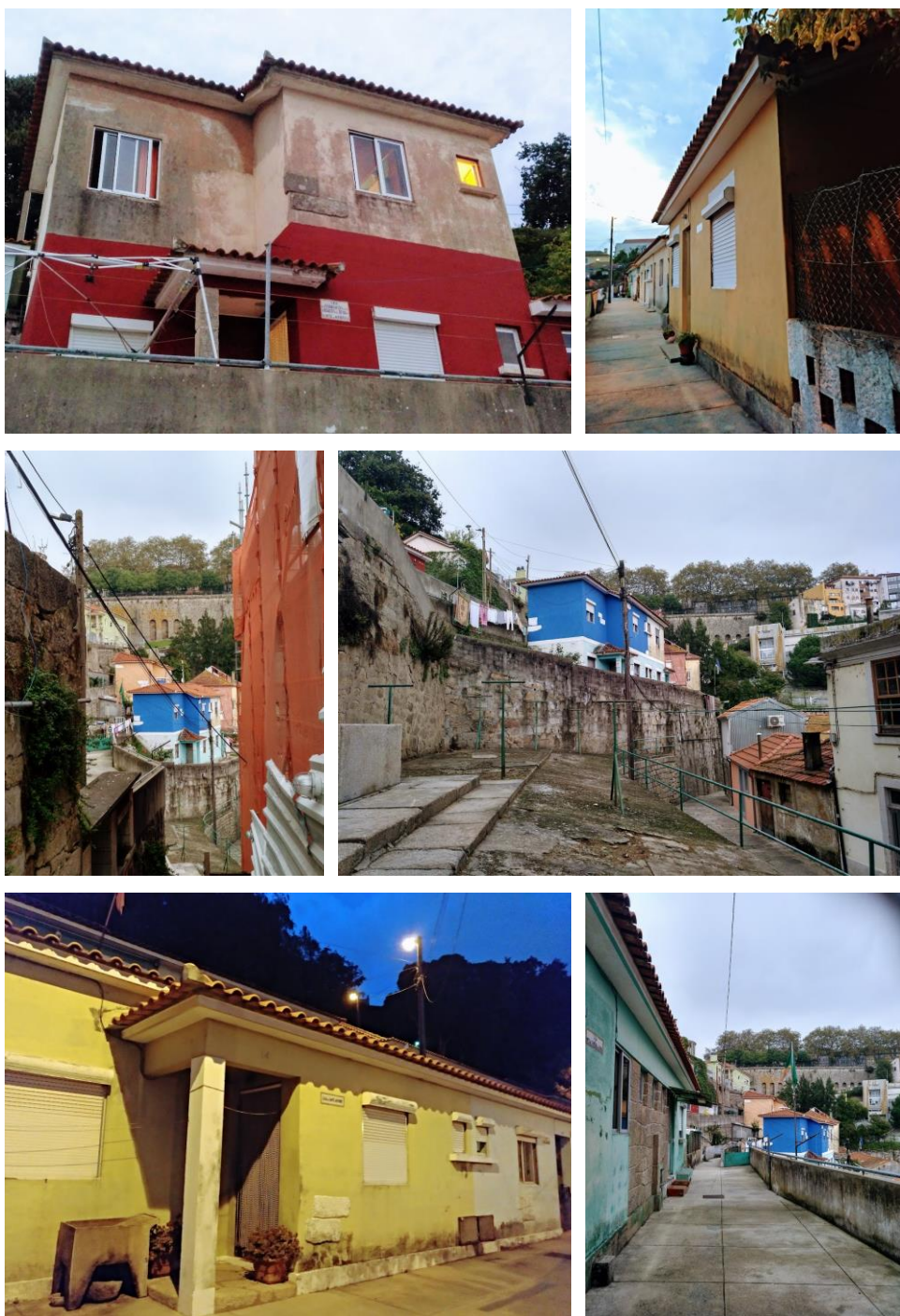
3. Reportagem fotográfica ao Bairro D. António Barros (Património dos Pobres), autorizada pelos moradores. 2018.



*Figura 331* – Portão de acesso ao Bairro D. António Cardoso e uma das casas. 2018.

Padrão “Património dos Pobres, 1955”, marca o pátio de entrada do bairro. 2018.





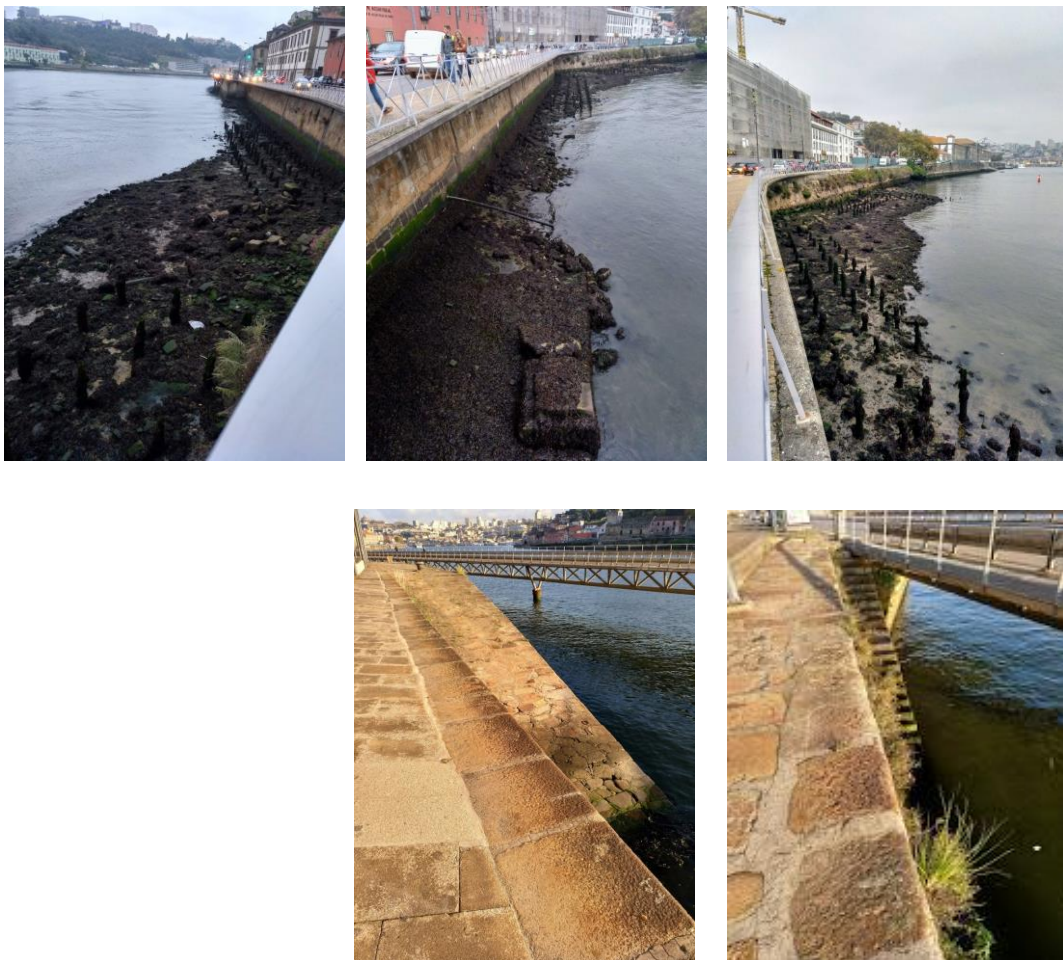
*Figura 332 – Vários pontos de vista das habitações. 2018.*



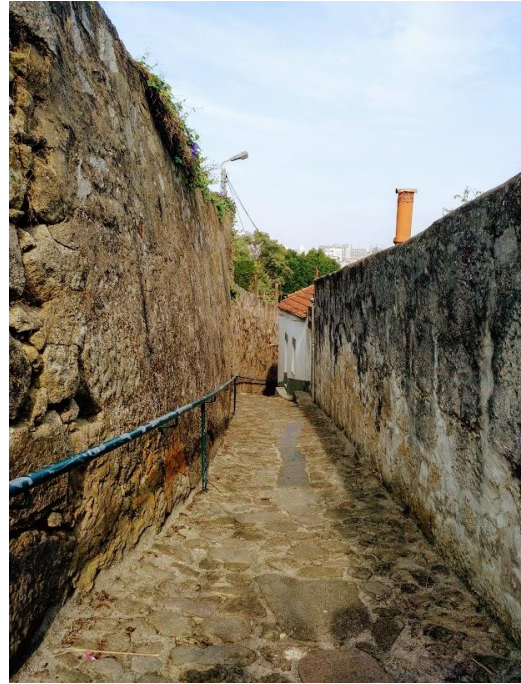
*Figura 333 - Interior da habitação nº 24 do Bairro D. António Barroso, Miragaia. 2018.*



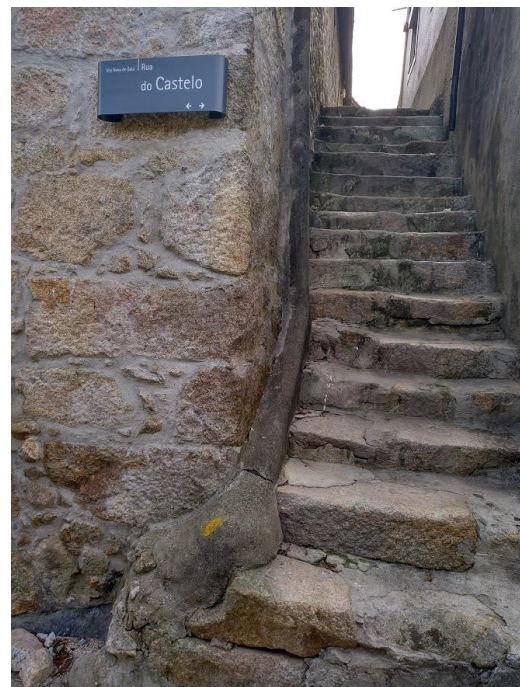
#### 4. Outros



*Figura 334 – Memórias dos cais. Miragaia/Monchique. 2018.*



*Figura 335* – Rua no monte do antigo castelo de Gaia. 2018



*Figura 336* – Rua do Castelo. Vila Nova de Gaia. 2018.





*Figura 337 – Monte do Castelo de Gaia e Miragaia: proximidade entre as margens do Douro.*



*Figura 338 – Monte do castelo de Gaia.*



*Figura 339 – Porto visto do monte do antigo castelo de Gaia. 2018*

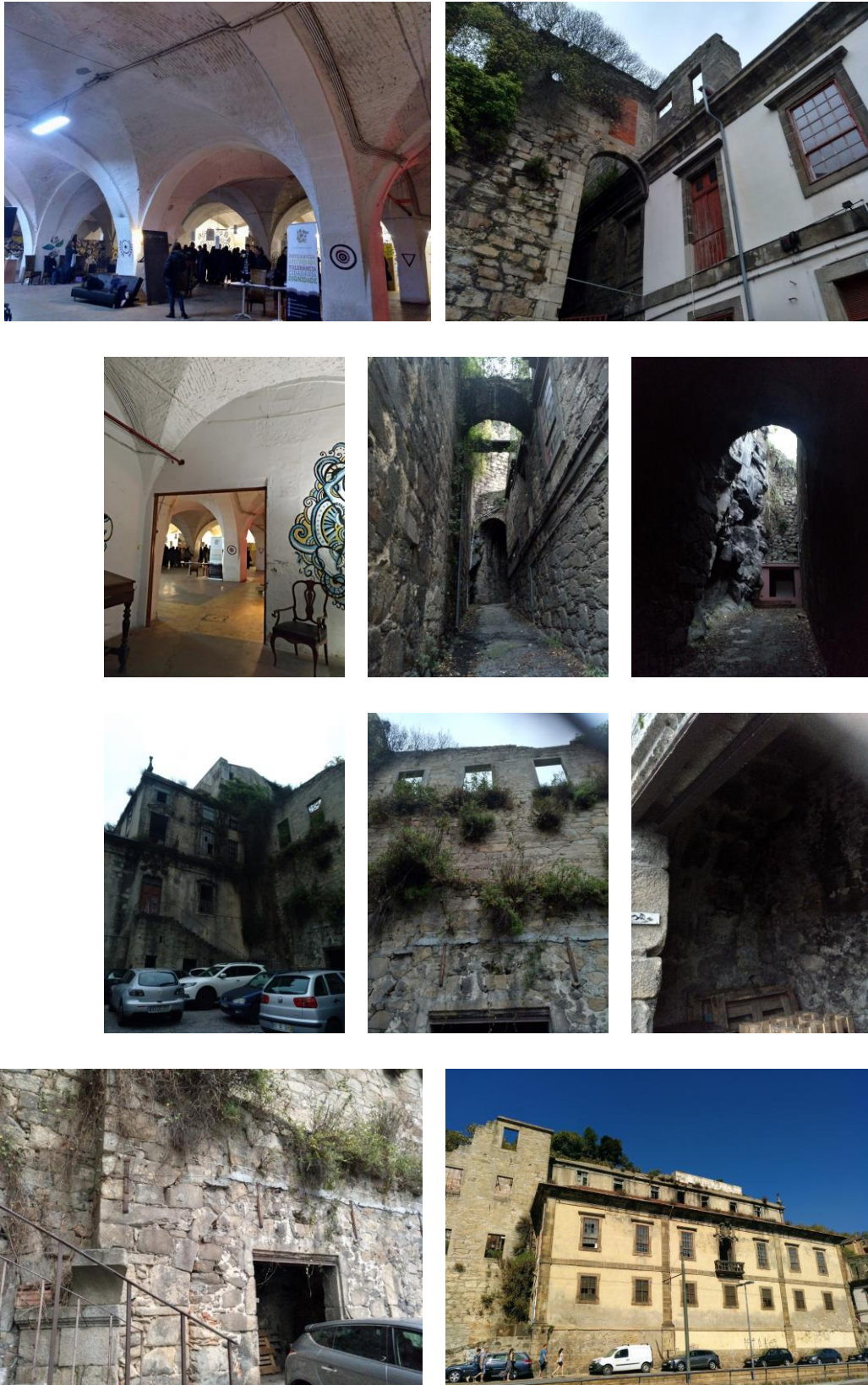


*Figura 340* -Exterior e interior de um dos edifícios que pertenceu à Fábrica de Louça de Miragaia. 2018.



*Figura 341* – Alguns dos edifícios que pertenceram à Fábrica de Louça de Miragaia. 2018.





*Figura 342 – Casa e Armazéns do Cais Novo, exterior e interior. 2018.*





*Figura 343 – Casa do Cais Novo. Exterior. 2018.*



*Figura 344 – Pormenor do edifício da alfândega ao entardecer. 2018.*



*Figura 345* – Parque de estacionamento da alfândega, onde esteve o ramal ferroviário. Em cima, a vista par ao lugar do Castelo de Gaia, em V. Nova de Gaia, a partir do parque. 2018.





Figura 346 – Miragaia: particularidades I. 2018.



Figura 347 – Miragaia: particularidades II. 2017 e 2018.



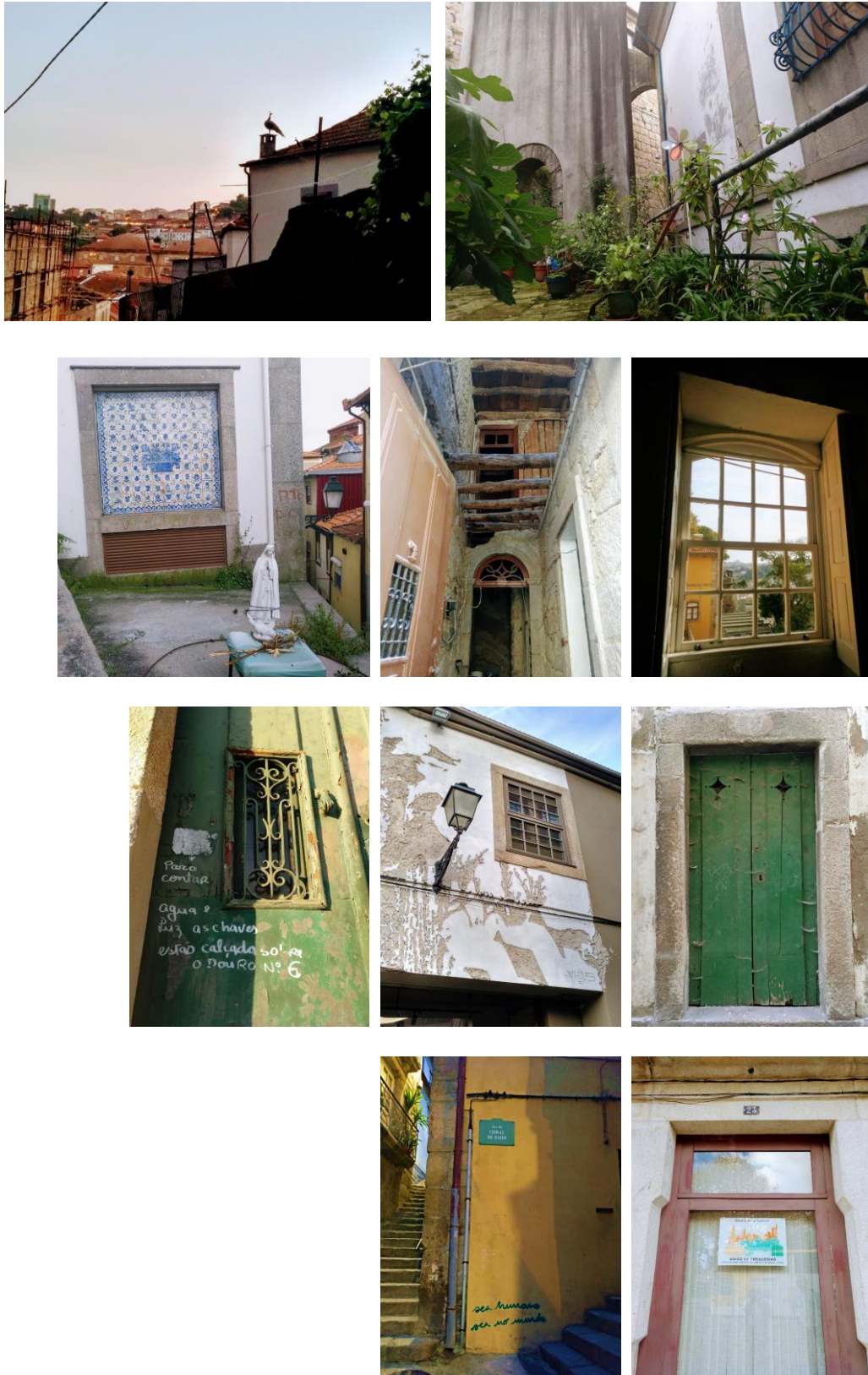


Figura 348 – Miragaia: particularidades: III. 2017 e 2018.



*Figura 349* – Arquivo Histórico Municipal do Porto, Casa do Infante, Ribeira. Aqui se localizou a primeira alfândega do Porto. 2018.




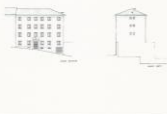






*Figura 350* – Antigos fornos da Fábrica de Loiça de Massarelos (junto à ponte D. Maria Pia).  
2018.






*Figura 351* – Pestana Hotel e Pousada do Freixo. 2018.




## Intervenções do CRUARB na zona de estudo

Tipologia: 1 T2; 3 T3; 3 T4		Data/Date: 1984
Localização/Location/Localisation	Calçada das Virtudes, 1/2	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq. Manuel Furtado Mendonça
		

Tipologia: 1 T2; 1 T3		Data/Date: 1985
Localização/Location/Localisation	Beco do Preto/Viela da Iha de Ferro, 2 – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq. António Moura
		

Tipologia: Espaço comercial; 5 T1; 6 T2; 1 T3; 3 T4		Data/Date: 1988
Localização/Location/Localisation	Monte dos Judeus – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq.ª Paula Silva
		




Tipologia: 1 Espaço comercial; 3 T2		Data/Date: 1989
Localização/Location/Localisation	Rua Azevedo de Albuquerque, 64 – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq. Alberto Marcos
		




Tipologia: Espaço público		Data/Date: 1989
Localização/Location/Localisation	Largo Artur Arcos início da Rua Arménia – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq.ª Paula Silva
		


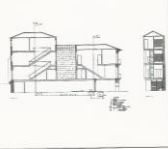

Tipologia: Espaço público		Data/Date: 1990
Localização/Location/Localisation	Arranjo Urbanístico do Passeio das Virtudes – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq.ª Paula Silva
		




Tipologia: Centro de 3ª Idade; 8 T2; 2 T3		Data/Date: 1990
Localização/Location/Localisation	Rua Arménia, 66/68, Centro de Terceira Idade – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq. Manuel Furtado Mendonça
		




Tipologia: 1 Espaço público e equipamentos		Data/Date: 1992
Localização/Location/Localisation	Largo da Alfindega	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq.ª Paula Silva
		



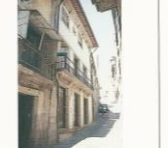
Tipologia: Equipamento colectivo		Data/Date: 1992
Localização/Location/Localisation	Posto de zona de limpeza urbana, Rua da Restauração	
Promotor/Promoter/Promoteur	C.M.P.	Autor/Author/Auteur: Arq.ª Maria João Lima
		




Tipologia: 1 Espaço comercial; 1 T2; 1 T3		Data/Date: 1993
Localização/Location/Localisation	Rua dos Armazéns, 17 e 19, Ginásio J. F. Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq.ª Paula Silva
		




Tipologia: 1 Equipamento social; 1 T2; 1 T4		Data/Date: 1994
Localização/Location/Localisation	Rua de Miragaia, 82/83/84 – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq. Pedro Guimarães/Arq. J. António Barbosa
		




Tipologia: Espaço público		Data/Date: 1994
Localização/Location/Localisation	Arranjo Urbano da Plataforma da Alameda, Parque de Estacionamento	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq. António Moura
		



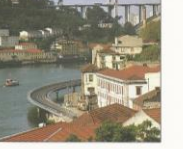
Tipologia: 1 Comércio; 2 T2; 1 T4		Data/Date: 1995
Localização/Location/Localisation	Rua de Miragaia, 39/42 c/ rua Arménia, 102 – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq.ª Paula Silva
		




Tipologia: 1 T1; 3 T2		Data/Date: 1996
Localização/Location/Localisation	Rua Francisco da Rocha Soares, 27/31 – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq. Alberto Marcos
		



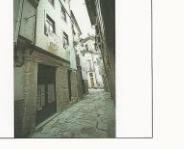
		Data/Date: 1997
Localização/Location/Localisation	Rua de Miragaia, 75/77 – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq.ª Paula Silva
		

		Data/Date: 1998
Localização/Location/Localisation	Horto das Virtudes	
Promotor/Promoter/Promoteur	C.M.P. - Pelouro do Ambiente	Autor/Author/Auteur: Arq. Audemaro Rocha
		

		Data/Date: 1998
Localização/Location/Localisation	Rua de Miragaia (arruamento) – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	FDZHP	Autor/Author/Auteur: Arq. Manuel Fernandes Sá
		

Viaduto do Cais das Pedras		Data/Date: 1998
Localização/Location/Localisation	Viaduto do Cais das Pedras	
Promotor/Promoter/Promoteur	FDZHP	Autor/Author/Auteur: Arq. Manuel Fernandes Sá
		

Arranjo Urbanístico da Marginal		Data/Date: Início em 1998
Localização/Location/Localisation		
Promotor/Promoter/Promoteur	FDZHP	Autor/Author/Auteur: Arq. Manuel Fernandes Sá
		

Tipologia: Espaço comercial; 3 T1		Data/Date: 1999
Localização/Location/Localisation	Rua de S. Pedro de Miragaia, 10/12 – Miragaia	
Promotor/Promoter/Promoteur	CRUARB	Autor/Author/Auteur: Arq. Alberto Marcos
		



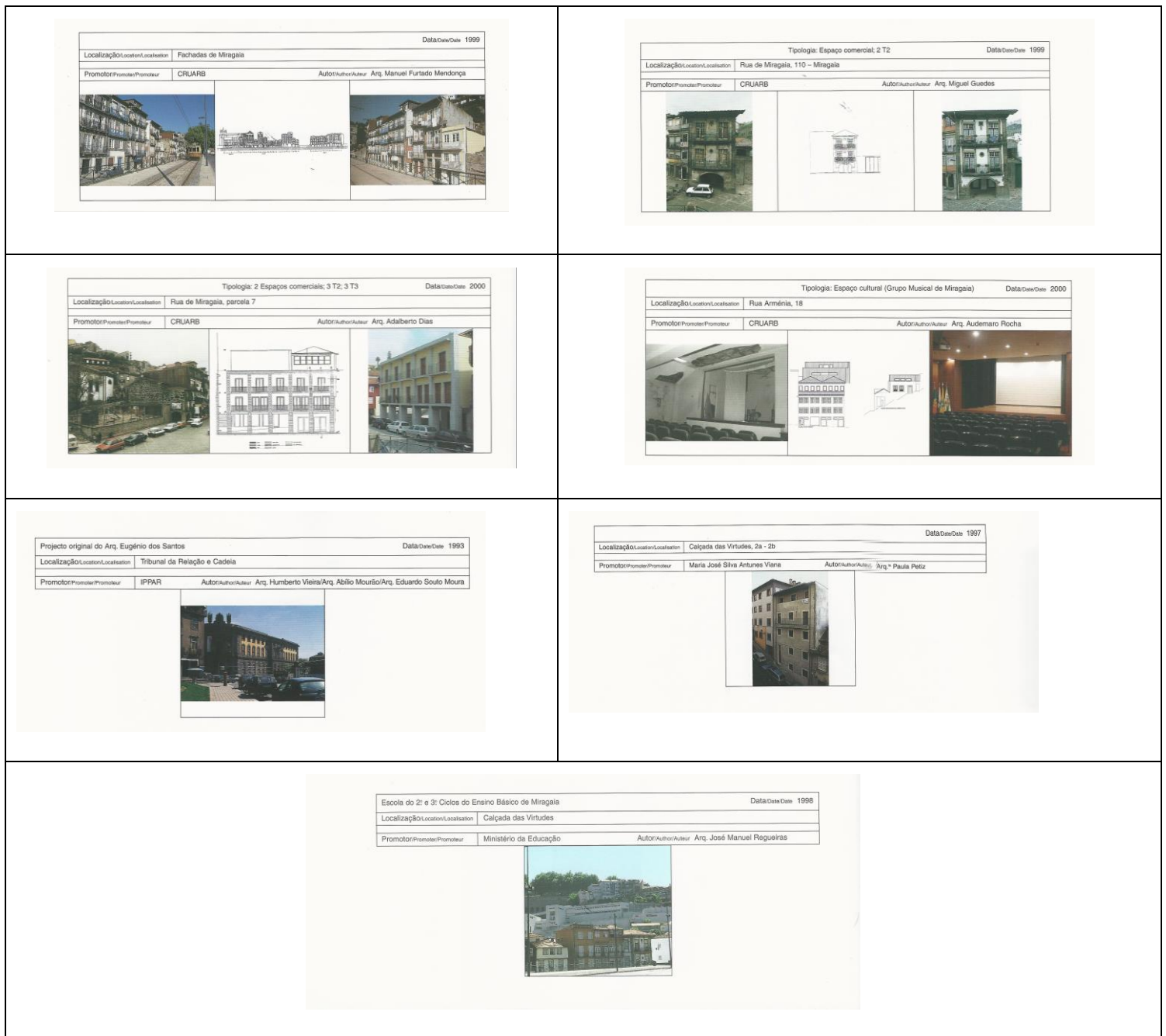


Figura 352 – Com base em CRUARB (2000/2001) – Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana. Porto: CMP, volume II (fichas de obras)

*«Ficou tudo pronto e, depois, mais nada será feito em Miragaia? De modo nenhum! Muitas casas há ainda para recuperar, a muralha Fernandina para valorizar, armazéns para reconverter, novos parques de estacionamento, um terminal do comboio histórico que irá pelo túnel da alfândega até à ponte D. Maria Pia. O eléctrico será prolongado de S. Francisco até S. Bento. A Marina do Sport irá animar o rio e as margens».*

**CRUARB (2000/2001) – Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de  
reabilitação urbana. Porto: CMP**

## ANEXOS

### Visita-padrão (Bandeirinha da Saúde, Miragaia)

«No século XVI, já havia uma visita-padrão: diálogo entre as autoridades e os mestres, pilotos, um ou outro marinheiro, os escrivães e os intérpretes. Apresentava-se um questionário e procedimentos complementares, de cujo resultado dependia a decisão. Sistematizado no Regimento do provimento de saúde, documento de finais do século XVII:

“Como se chama? Que cargo exercita naquella embarcação? O nome della? De que Porto vem? Ou em que fez escala? Que Navios encontrou? Se communicou com alguns fazendo, ou recebendo visitas? Se baldeou a sua embarcação ou recolheu de outras, fazendas, papeis, pessoas, animaes, ou qualquer outra cousa? Com quantas pessoas partio? Quantas traz assim do serviço da embarcação, como passageiros, ou de guarnição se for de guerra; Se os recebeu todos no Porto, donde sahio, ou tomou alguns em outros? Se trazem todos os passaportes de Saude? Quantos são os enfermos? E quantos dias ha que adoecerão? Que pessoas lhe morrerão na viagem? E em que dias? E de que mal? Se os enfermos, ou defuntos padecerão alguns tumores? Em que partes? Quantos dias gastou em viagem? As qualidades das fazendas, que traz? Em que parte as recebeu? Se nos portos, que tomou sahio em terra, ou algũa da gente que traz? Se nelles havia algum mal contagioso? Se sabe onde haja?”»<sup>926</sup>.

---

<sup>926</sup> BARROS, Amândio (2016) – *Porto: A construção de um espaço marítimo (...)*, p.154.







Figura 355 – Pormenor do Plano topographico da cidade do Porto impresso em Londres em 1813, e continuado aos seus suburbios em 1832, no qual se mostra pela orla roxa a linha de fortificação, e suas baterias recentemente construidas em circuito da dita cidade. BNP. Disponível em linha: <http://purl.pt/27625>





*Figura 356 – Vista do Porto desde a Torre da Marca (View of Oporto from Torre da Marca). Reprodução de gravura publicada em 1833, contendo três imagens: planta da cidade do Porto; mapa da cidade e arredores, com localização das primeiras linhas de defesa, durante o Cerco do Porto; vista do Rio Douro, com a povoação de Massarelos e a zona de Vale de Piedade, na margem oposta.*

Autoria: William Barnard Clarke (des.); Josiah Henshall (grav.).

A mancha a laranja indica, aproximadamente, a área do estudo.

Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/428364/?q=planta+massarelos>





Figura 359 – Mapa das Invasões Napoleónicas na Península. AHMP, disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/336743/?q=invas%C3%B5es+francesas>.



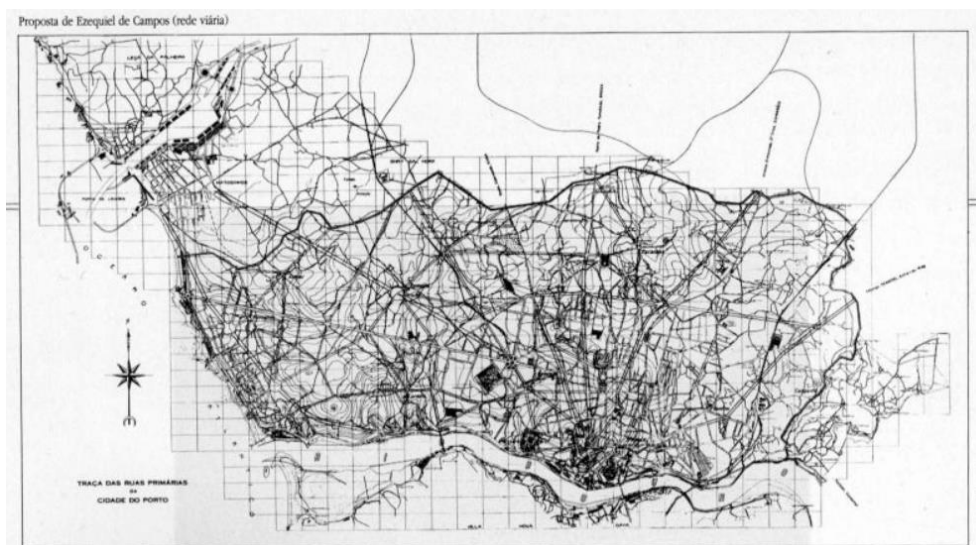
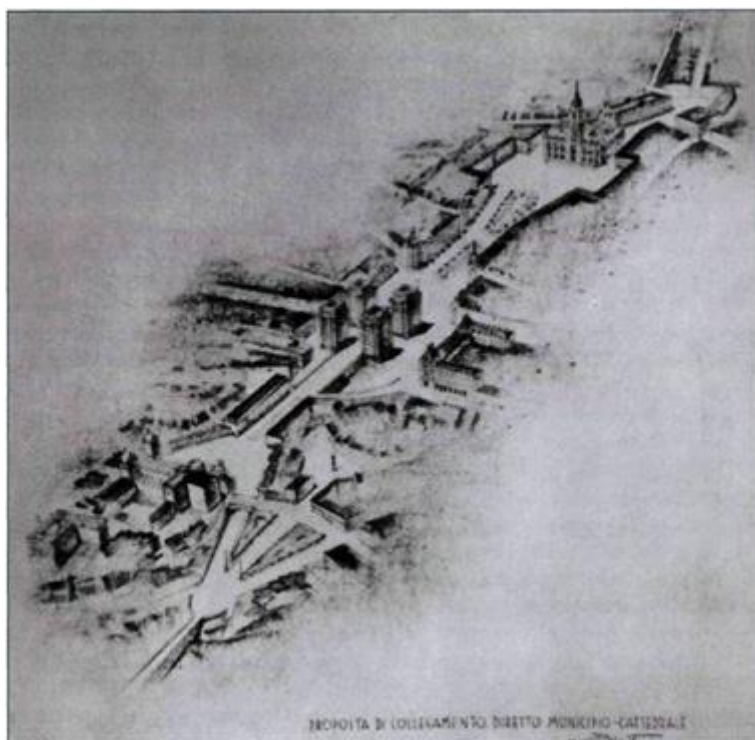


Figura 360 – Prólogo ao Plano da Cidade Ezequiel de Campos, 1932. Disponível em linha: [http://www.cm-porto.pt/os\\_planos\\_do\\_porto/prologo-ao-plano-da-cidade-do-porto-1932](http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/prologo-ao-plano-da-cidade-do-porto-1932)

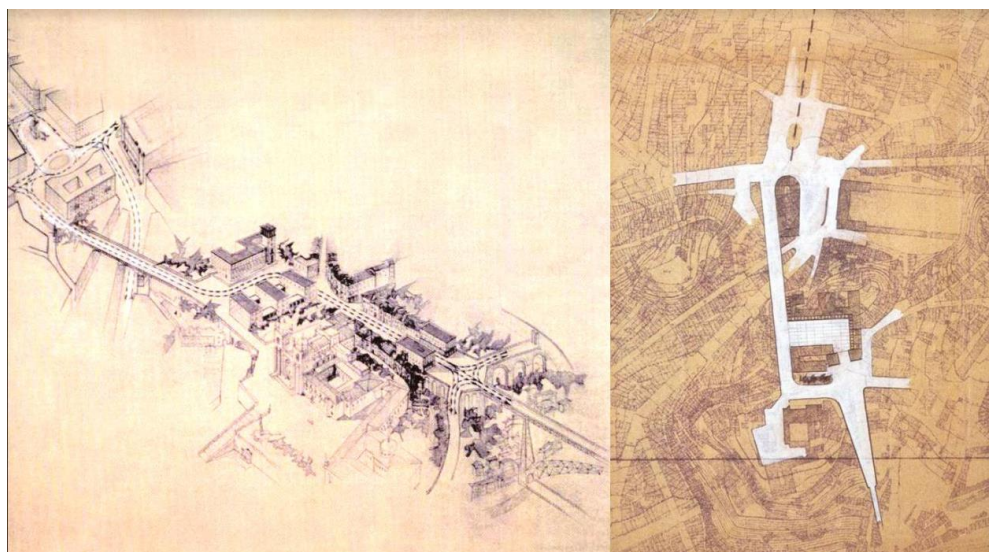


Figura 361 - Planta Topográfica da Cidade do Porto, referida ao ano de 1937, levantada pelos Serviços técnicos da Câmara Municipal; Divisão em Zonas 1948, retirada de ANDRÉ, Stafanie (2013/2014) - *Higiene e desenvolvimento urbano: o porto na transição entre os séculos XIX e XX*, dissertação de mestrado orientada pelo Prof. Doutor Virgílio Borges Pereira e apresentada á FAUP, p.75





*Figura 362* - Plano Geral Urbanização, 1938-1940. Marcello Piacentini. Disponível em linha:  
[http://www.cm-porto.pt/os\\_planos\\_do\\_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1938-1940](http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1938-1940)



*Figura 363* – Plano Geral Urbanização (Plano Muzzio), 1940-1942. Disponível em linha:  
[http://www.cm-porto.pt/os\\_planos\\_do\\_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1940-1942](http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1940-1942)

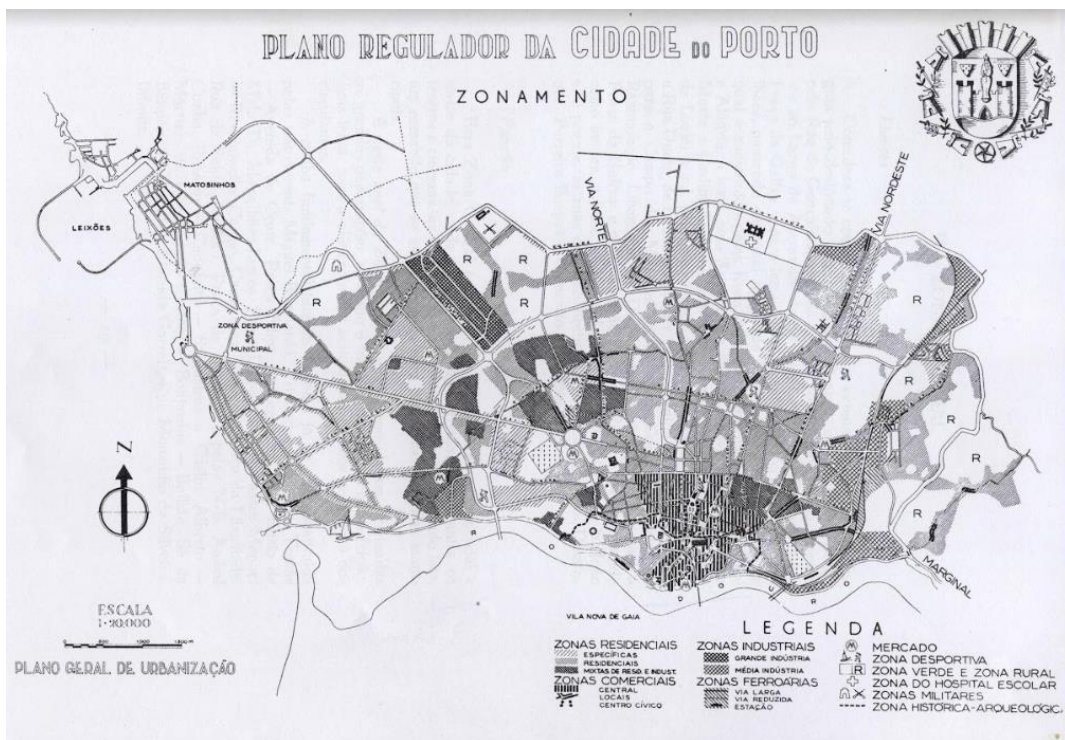


Figura 364 – Plano Regulador Cidade do Porto, 1947-1952, Antão Almeida Garrett. Disponível em linha: [http://www.cm-porto.pt/os\\_planos\\_do\\_porto/plano-regulador-da-cidade-do-porto-1947-1952](http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-regulador-da-cidade-do-porto-1947-1952)

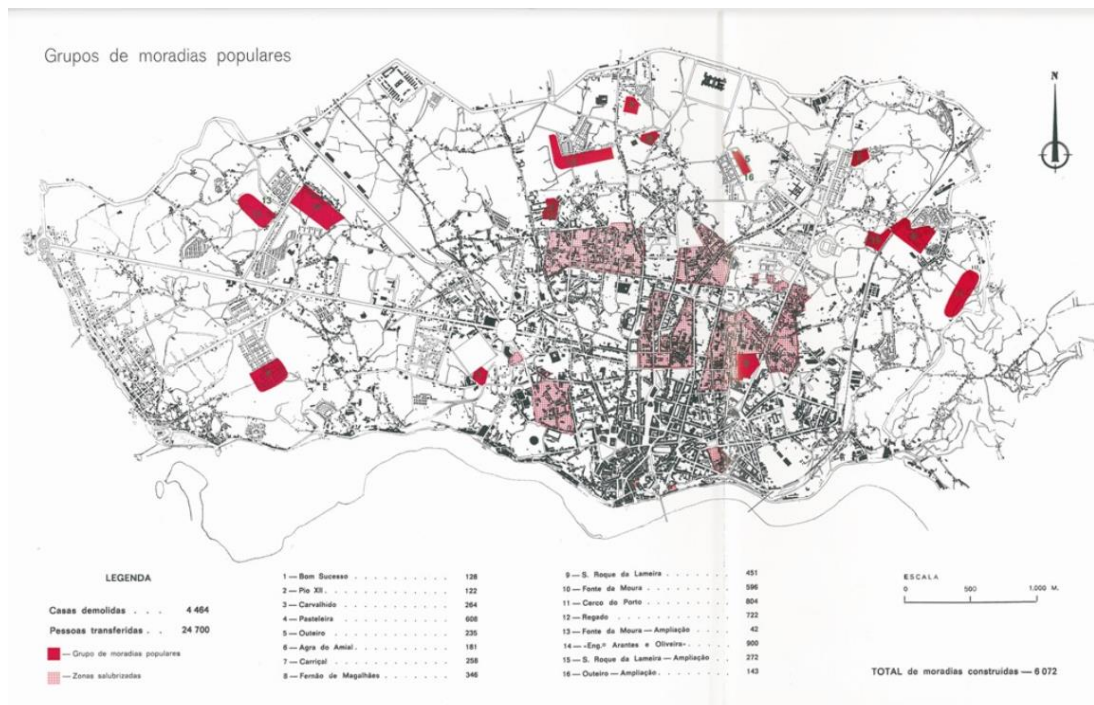


Figura 365 – Plano de Melhoramentos 1956-1966, José Machado Vaz. Disponível em linha: [http://www.cm-porto.pt/os\\_planos\\_do\\_porto/plano-de-melhoramentos-para-a-cidade-do-porto-1956-1966](http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-de-melhoramentos-para-a-cidade-do-porto-1956-1966)



*Figura 366* – Plano Diretor Cidade do Porto, Robert Auzelle. 1962. Disponível em linha: [http://www.cm-porto.pt/os\\_planos\\_do\\_porto/plano-diretor-da-cidade-do-porto-1962](http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-diretor-da-cidade-do-porto-1962)





Figura 367 - Plano Geral Urbanização, 1987. Duarte Castel-Branco. Disponível em linha: [http://www.cm-porto.pt/os\\_planos\\_do\\_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1987](http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-de-urbanizacao-1987)

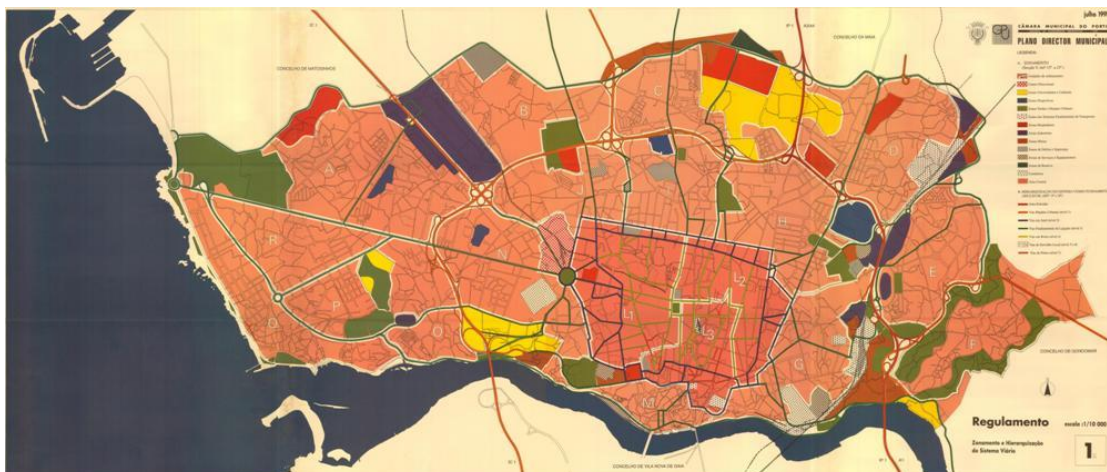


Figura 368 - PDM, 1993 "Porto Projeto Cidade Nova". Duarte Castel-Branco. Disponível em linha: [http://www.cm-porto.pt/os\\_planos\\_do\\_porto/plano-diretor-municipal-1993-porto-projeto-cidade-nova](http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-diretor-municipal-1993-porto-projeto-cidade-nova)



Figura 369 - Limite da área de reabilitação urbana de Miragaia (ARU). 2014.

«A ARU de Miragaia é delimitada pelas escadas do Caminho Novo, rua de Francisco da Rocha Soares e o Jardim João Chagas, vulgo da Cordoaria, a nascente, a rua de D Manuel II a norte, a rua de D Pedro V a poente e o rio Douro a sul. Esta área, com cerca de 65 hectares, é constituída por um total de 46 quarteirões.

Desta área, 79% refere-se a propriedades privadas, sejam de entidades particulares ou públicas, e que definem os quarteirões, e 21% a espaço público de uso coletivo – ruas, largos e praças. Na propriedade privada incluem-se prédios como o do Jardim do Palácio de Cristal, ou do Jardim das Virtudes, do património privado da Câmara Municipal do Porto.

Congrega um vasto território, com várias lógicas e épocas de ocupação adaptadas às circunstâncias da orografia e, naturalmente, também à proximidade do rio.» CMP (2014) - *Área De Reabilitação Urbana De Miragaia*, [Projecto] Dezembro de 2014, p.7.

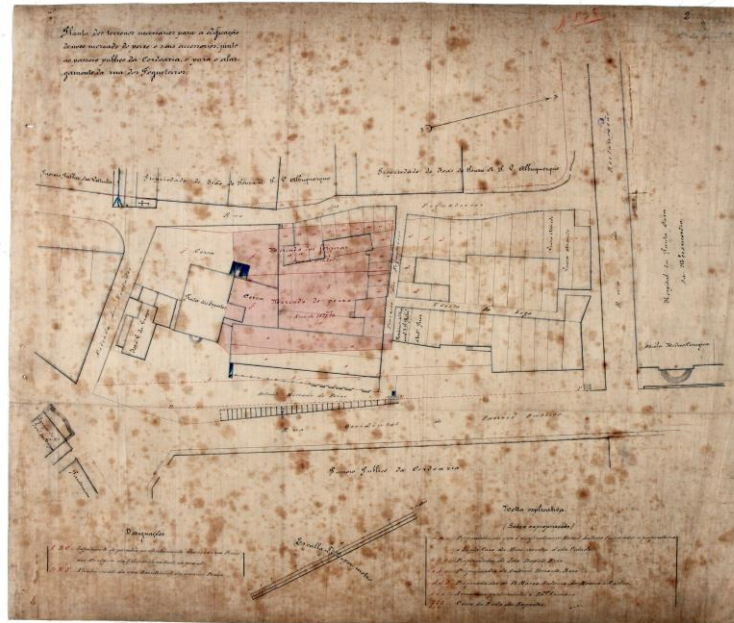


Figura 370 – Planta dos terrenos necessários para a edificação do novo mercado do peixe e [...] alargamento da rua dos Fogueteiros. 1869. AHMP, disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/23215/?q=planta+terrenos+mercado+peixe>

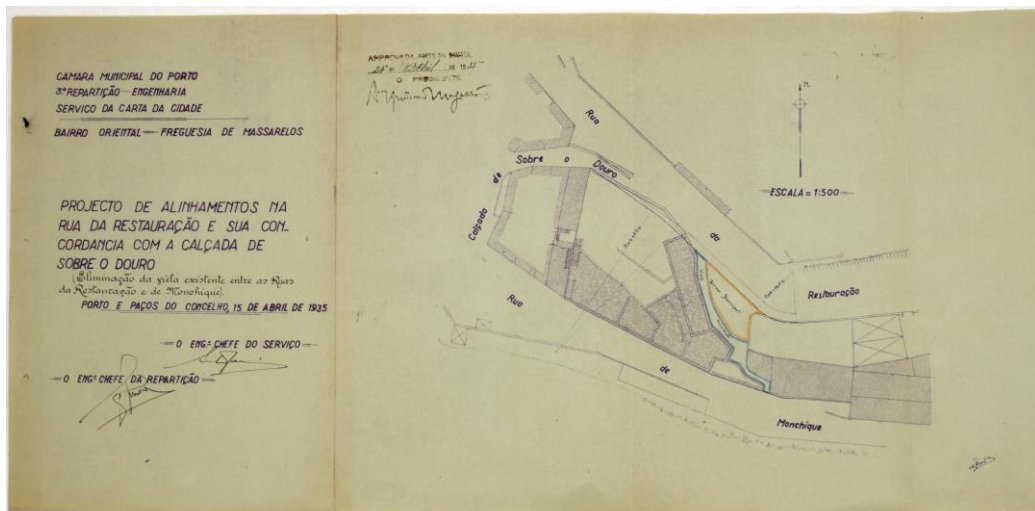


Figura 371 – Projeto de alinhamentos na rua da Restauração e sua concordância com a calçada de Sobre o Douro. Eliminação de viela existente. 1935. AHMP: D-CMP-03-411-005.



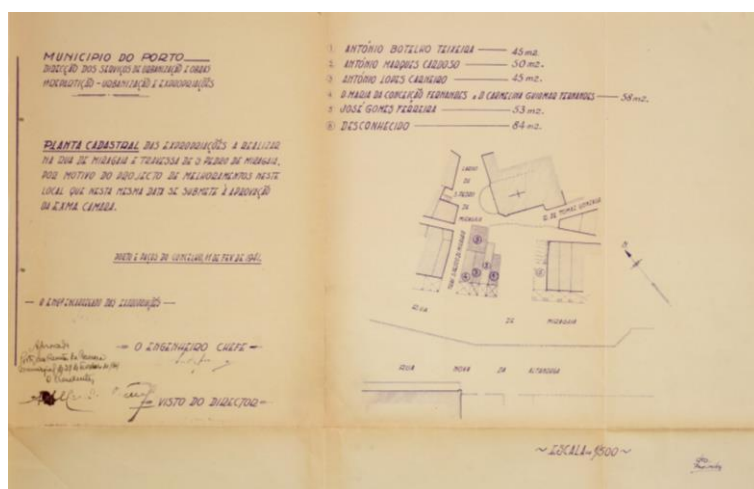


Figura 372 – Planta cadastral das expropriações a realizar na rua de Miragaia e (antiga) travessa de S. Pedro de Miragaia, por motivo do projeto de melhoramentos. 1941. AHMP: D-CMP-03-476-004.

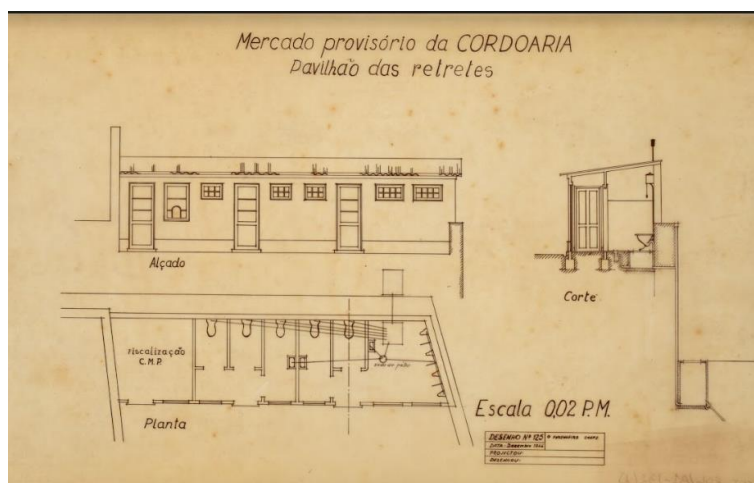


Figura 373 – Questões higienistas. Desenhos para um mercado junto ao Campo dos Mártires da Pátria, no local do Mercado do Peixe. 1946-1947. AHMP, D-CDT-ROL/A1-132

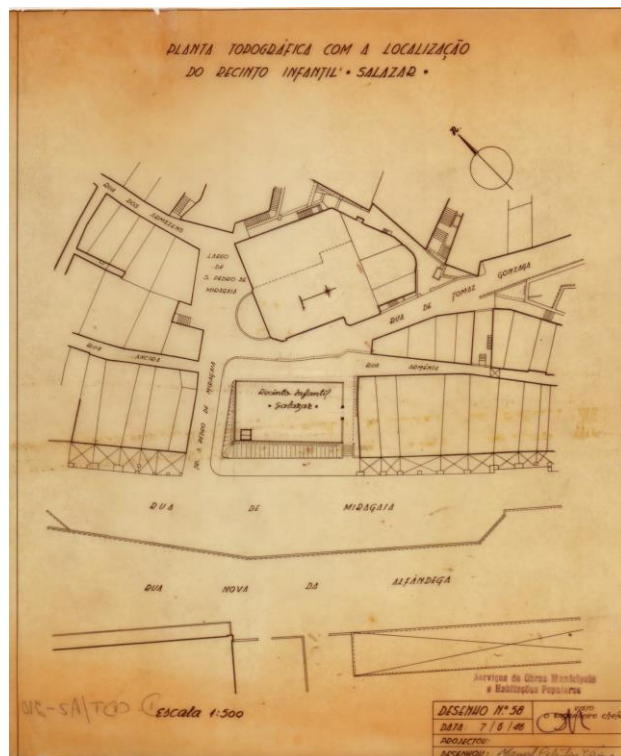


Figura 374 - Planta topográfica com a localização do recinto infantil Salazar. 1946. AHMP: D-CDT/A2-210

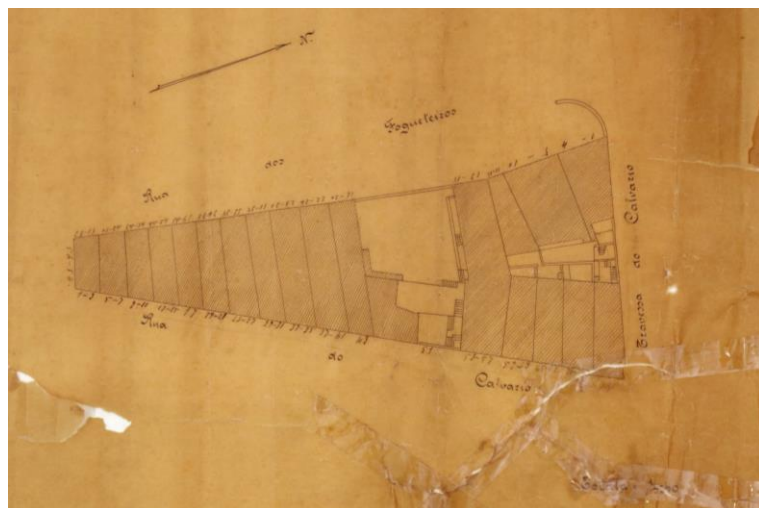


Figura 375 – Lotes da rua do Dr. Barbosa de Castro com frente para o passeio das Virtudes. Planta cadastral da Rua do Calvário e Rua dos Fogueteiros. 1900. AHMP: D-CDT/A3-502



Figura 376 – Localização da Fundação de Massarelos e do atual Museu do Carro Elétrico (STCP). AHMP: D-CMP-04-194-004

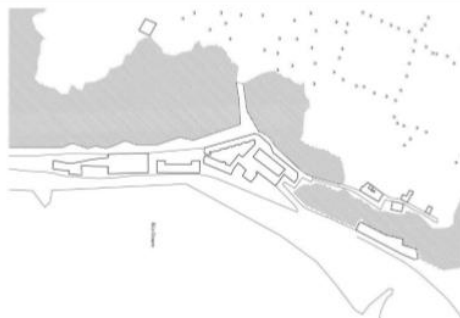


Fig.46 Planta cartográfica de 1813

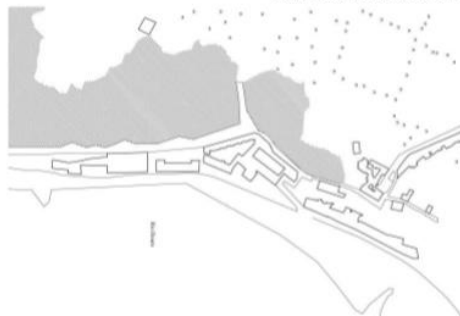


Fig.47 Planta Cartográfica de 1833



Fig.48 Planta Cartográfica de 1865



Fig.49 Planta Cartográfica de 1892



Fig.50 Planta Cartográfica de 2005

*Figura 377 – Evolução da representação cartográfica do Convento de Monchique, em VENDEIRO, Ana R. (2014) - Recuperação da arquitectura monástica (...), pp.98-100*

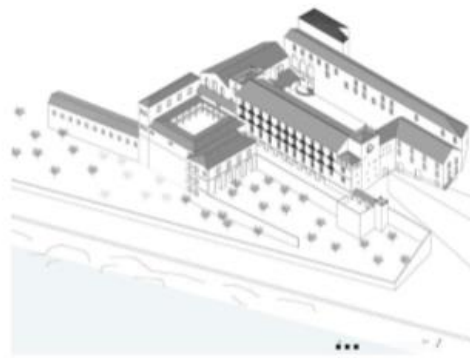


Fig.61 Construído no século XVI

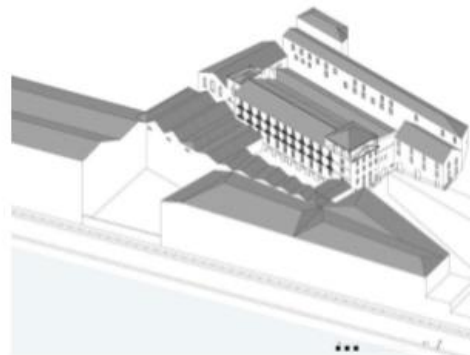


Fig.62 Ocupação industrial no século DXX

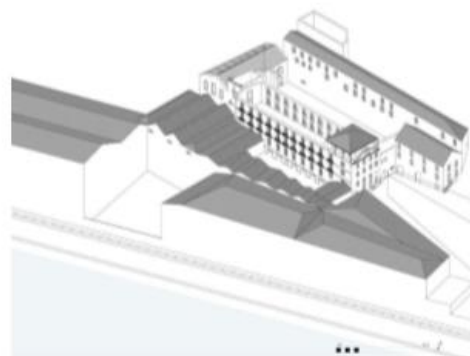


Fig.63 Edifício devoluto na actualidade, século XXI

Nota: Os desenhos acima citados narram a evolução do edifício interpretativo

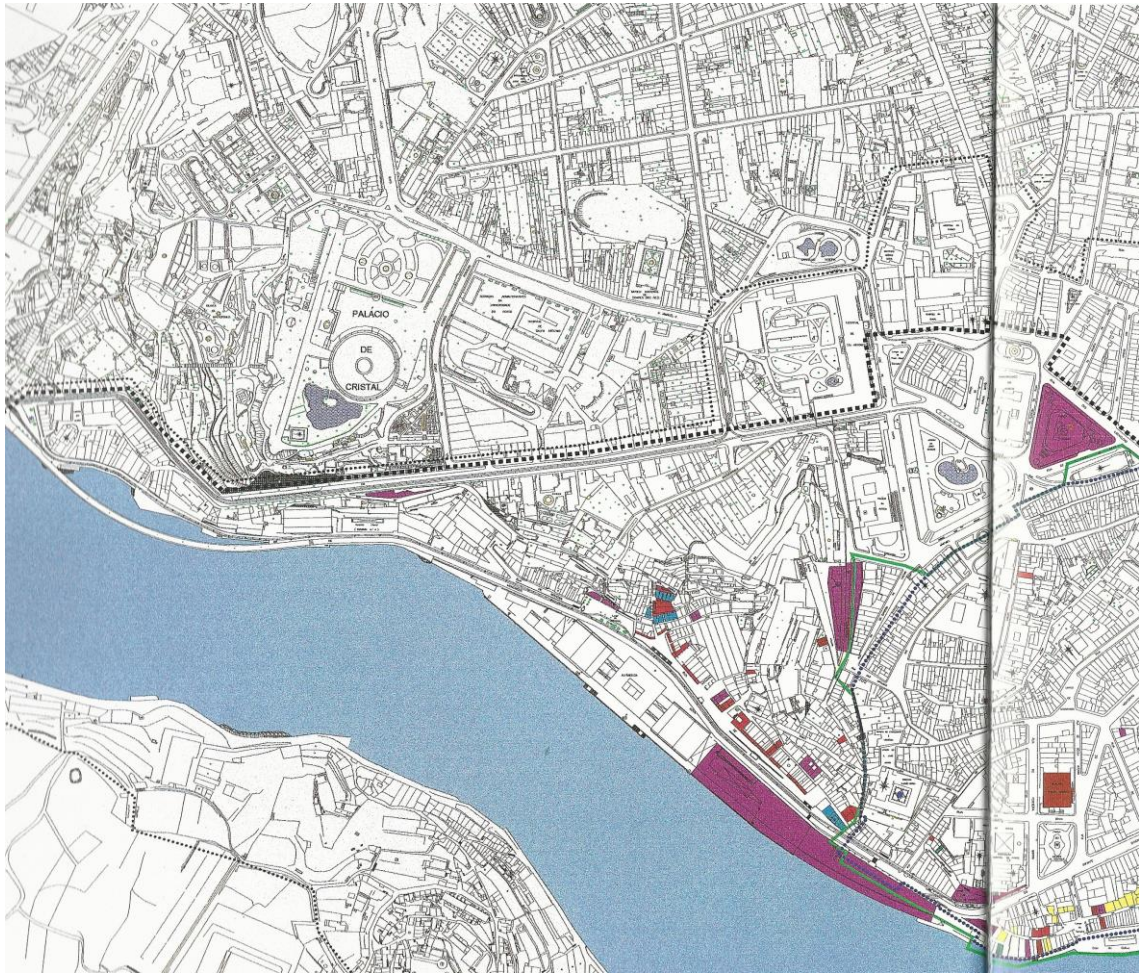
Figura 378 – Evolução do conjunto monástico, segundo VENDEIRO, Ana R. (2014) - *Recuperação da arquitectura monástica (...)*, p.114





Figura 379 – Distribuição de tipologias de habitação no Porto. FERNANDES, Francisco B. (1999) - *Transformação e Permanência (...)*, p.84

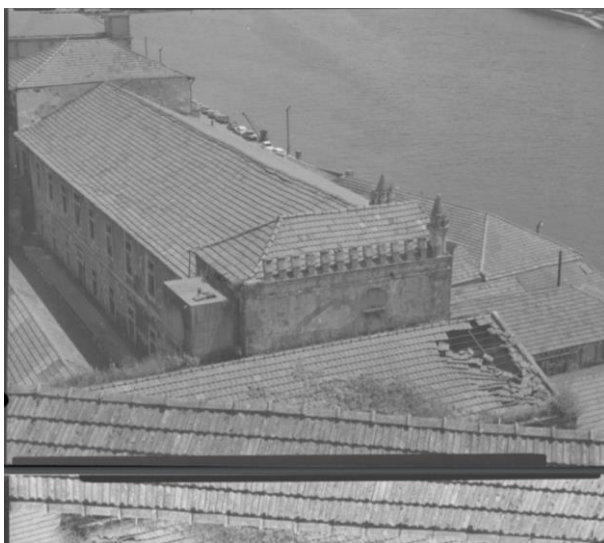




*Figura 380 – Obras de promoção municipal. CRUARB (2000/2001) – Porto Património Mundial III, CRUARB 25 anos de reabilitação urbana. Porto: CMP, vol. II, pp. 8-9.*

## Fotografias

### Convento de Monchique

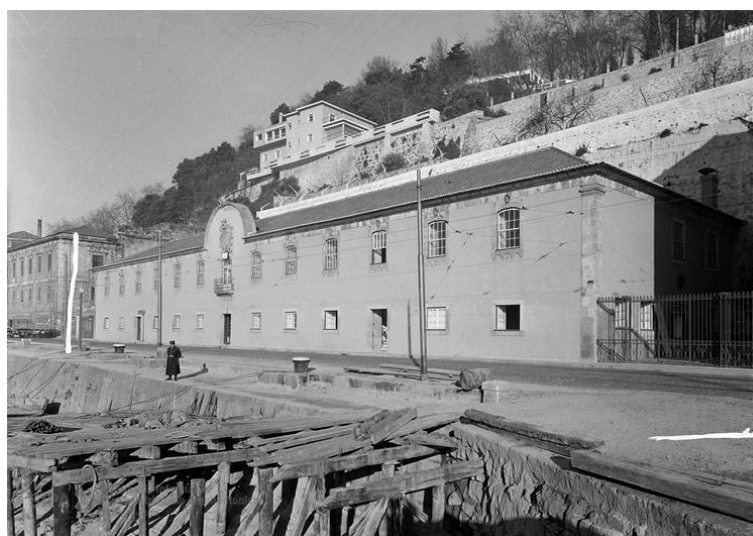


*Figura 381 - Vários aspectos do Convento de Monchique, arquitectura manuelina do século XVI. Obra de Diogo de Castilho. «Cruzaria de ogivas da cobertura da igreja, À direita, o único torreão existente dos dois que ladeavam o corpo do edifício. Este torreão, do lado poente, apresenta ainda coruchéus com merlões do tipo «gótico alentejano». Os elementos da abóbada desapareceram por volta de 130 (sic?), estando o corpo da igreja hoje coberto por um telhado parcialmente em ruína». Fotografias da Coleção Vitorino Ribeiro. 1983. AHMP.*





*Figura 382* - Convento de Monchique. Cliché da coleção Vitorino Ribeiro. 1983. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2qJzKxN>.



*Figura 383* - Casa dos Capelães, na rua de Monchique. SIPA. Fotografia disponibilizada em: <https://bit.ly/2z87zNm>.

## Alfândega

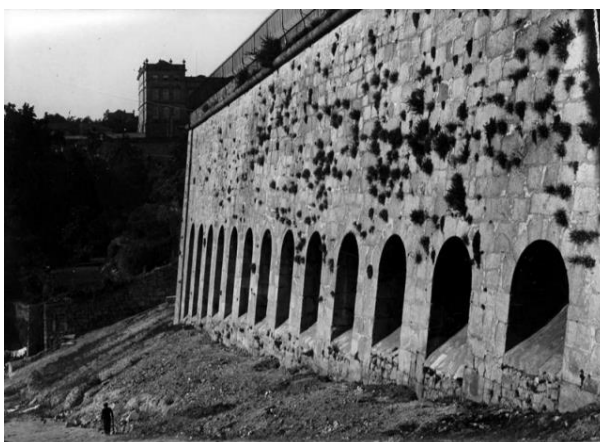


*Figura 384* - Bilhete Postal Ilustrado, representando a Alfândega Nova. 1910. Editor Grandes Armazéns Hermínios. AHMP.



*Figura 385* - A cidade na época em que a iluminação pública de azeite foi substituída pela de gás: grades da Alfândega do Porto. Fotografia de Carlos Lucas da Cunha, 1962. AHMP, disponível em <https://bit.ly/2Oq9Rfy>

## Virtudes



*Figura 386* - Passeio das Virtudes: pormenor do muro de vedação. 195?. AHMP, disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/314173/?q=Hospital+de+Santo+antonio>



*Figura 387* – Passeio das Virtudes. Beneficiação do passeio e jardim das Virtudes, em 1966. Fotografia disponibilizada em <https://bit.ly/2Pqd0Sj>.

## Palácio das Sereias



*Figura 388 – Palácio das Sereias. Esq.: 194?-195?. Fotografia Alvão. AHMP: F-P/CMP/10/394(1) e F-P/CMP/10/394(2)*



## Quintas

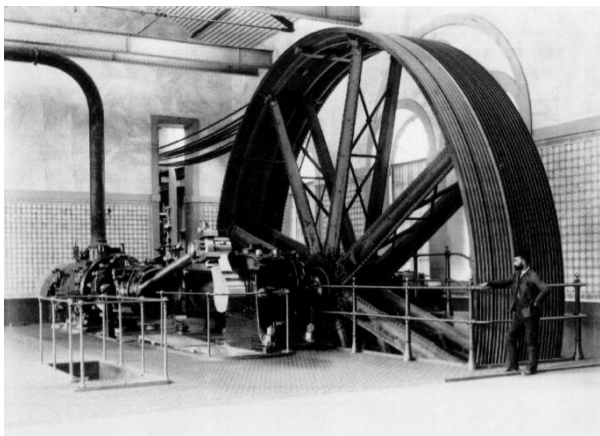


*Figura 389* – Esq.: Pormenor da pedra de armas do século XVII, (heráldica de família Rocha, Ferreira (?) e Barbuda (?)) existente na casa n.º 32, da rua de São Pedro de Miragaia. Fotografia de Bomfim Barreiros. 1943. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334465/?>. Dir.: Pormenor da pedra de armas do século XVIII, (heráldica de família Portocarreiro) existente na Casa das Sereias, na rua da Bandeirinha. Fotografia de Guilherme Bomfim Barreiros. 1943. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334078/?q=casa+sereias>



*Figura 390* – Casa da Quinta das Virtudes. Fotografia de Bomfim Barreiros. 1933. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/332400/?q=porta+da+rua+de+Azevedo+de+Albuquerque>.

## Indústria e transportes



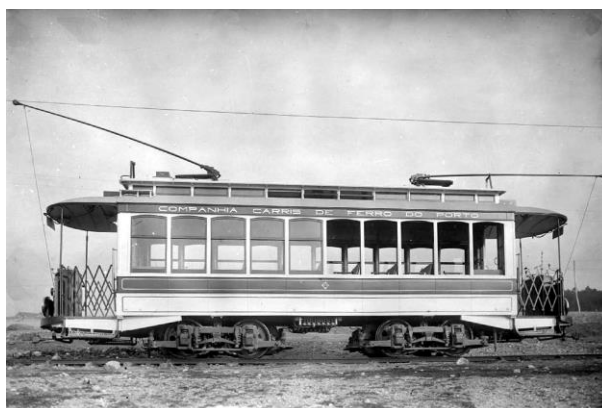
*Figura 391* - Máquina a vapor de uma indústria no Porto. Imagem retirada de BACKHEUSER, Luiz A. (2006) - *A casa do arqueólogo (...)*, p.36



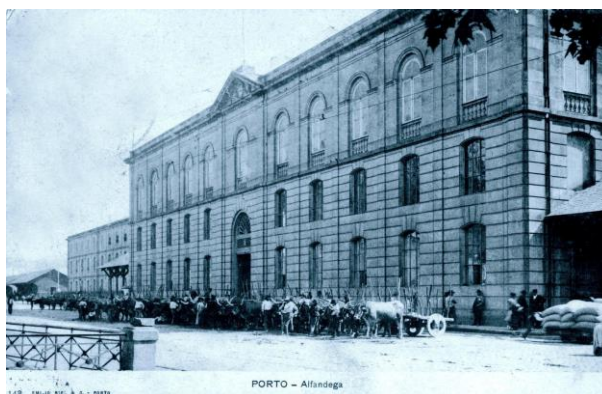
*Figura 392* - Operários e dirigentes (na 1.ª fila) da fábrica de conservas Lopes, Coelho Dias & C.ª Ld.ª, de Matosinhos. Fotografia disponibilizada em: <http://bit.ly/2OIQG0W>.



*Figura 393* - Praia de Matosinhos em 1966, paisagem industrial. Fotografia disponibilizada em <http://bit.ly/2TcUw5F>.



*Figura 394* - Elétrico da Companhia Carris de Ferro do Porto, c.1904. Foto Guedes, disponibilizada em <http://bit.ly/2FjxM0Y>.



*Figura 395* - Carros de bois em frente à Alfândega Nova, c.1890. Emílio Biel. Disponível em linha: <http://bit.ly/2zaANvn>.



*Figura 396* - Ramal da Alfândega, c.1950. Disponível em linha: <http://bit.ly/2qMUVPk>.





Figura 397 - Vista da Alameda e Central Termoeletrica de Massarelos, Companhia Carris de Ferro do Porto. 1950-60 (?). Fotografia Alvão. CPF, disponível em linha: <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=1180223>.



Figura 398 – Fábrica Portuense de Guarda-Soes. Imagem disponibilizada em linha: <http://portodeantanho.blogspot.com/2017/05/continuacao-12.html>.



Figura 399 - Fábrica de Moagens Harmonia em 1966. Atual Pestana Pousada e Hotel do Freixo. Disponível em linha: <http://bit.ly/2B5KA7m>.



*Figura 400 - Exposição Agrícola De 1904 No Palácio [De Cristal]. Aurélio da Paz dos Reis. Expositores da Menéres & C<sup>a</sup>., da CUF e da Real Fábrica de Conservas de Matosinhos de Lopes, Coelho Dias & C<sup>a</sup>.*

CPF, disponível em linha: <http://bit.ly/2RXyzX6>.

## Cais e atividade portuária



*Figura 401* - Rio Douro e cais das Pedras em Massarelos. 1910. AHMP, disponível em linha: <http://bit.ly/2FmE549>.



*Figura 402* – Cais de Massarelos durante uma cheia, com um navio encalhado. Fotografia de Teófilo Rego. 1962. AHMP, disponível em linha: <https://bit.ly/2PuHORX>.



*Figura 403* – Os cais em atividade. Vista tomada do palácio de Cristal, c.1900. Foto Guedes, disponibilizada em: <https://bit.ly/2z8rSdD>.



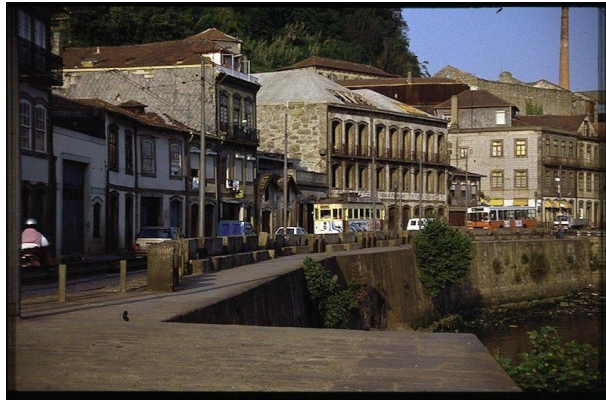


Figura 404 - Cais das Pedras em Massarelos, c.1990. Fotografia disponibilizada em <https://bit.ly/2QE3xDd>.



Figura 405 - Cais das Pedras em Massarelos, c.1905. Fotografia disponibilizada em <https://bit.ly/2RRgpWG>.



Figura 406 - Fotografia aérea do porto de Leixões, c.1965. Fotografia disponibilizada em <http://bit.ly/2DlrtYo>.

## Hospital de Santo António



*Figura 407* - Hospital de Santo António em construção, em 1849, fotografia de Frederick William Flower, disponibilizada em <https://bit.ly/2PsPqnK>.



*Figura 408* - Ala sul do hospital de Santo António, vista do largo de Viriato, em 1959. SIPA. Fotografia disponibilizada em <https://bit.ly/2qIn0r7>.

## Casas e ruas de Miragaia



Figura 409 – Largo de Miragaia. 1900. Arnaldo Soares. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/53170/?q=rua+de+miragaia+postal>



Figura 410 - Passeio da Graça ou da Cordoaria, anterior a 1901. Disponível em linha: <http://bit.ly/2RRyeVO>.

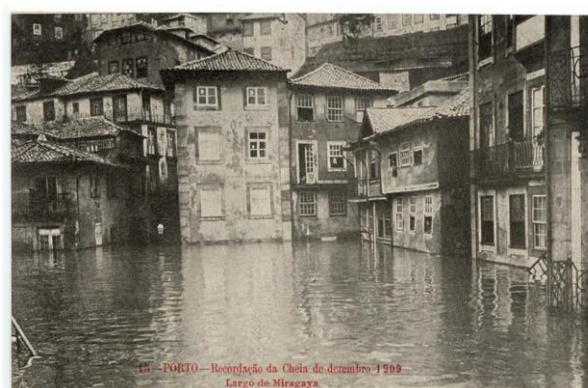


Figura 411 - Cheia de dezembro 1909: Largo de Miragaia. AHMP. Disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/517053/?q=largo+de+miragaia>





*Figura 412* – Cheia em Miragaia. Veem-se várias lojas de vinhos. 1909-1919(?). CPF. Disponível em linha: <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=39937>.



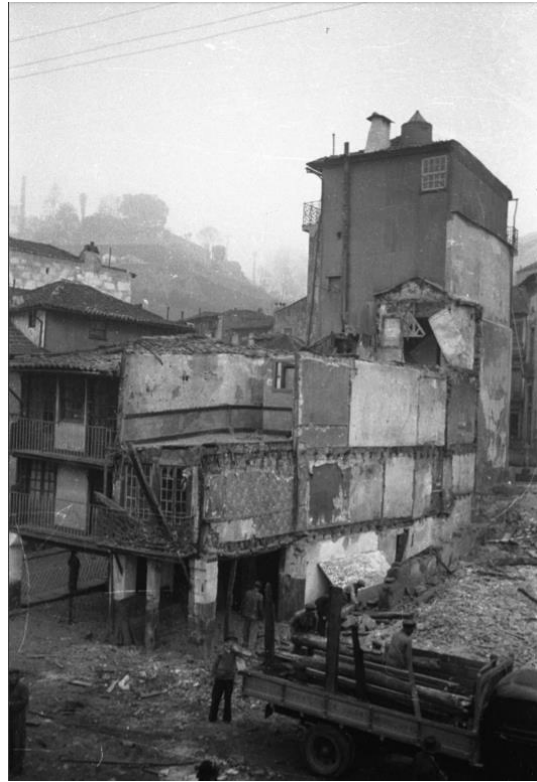
*Figura 413* - Porto: Rua de Miragaia. 1910. Emílio Biel. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/51352/?q=rua+de+miragaia>



*Figura 414* - Pormenor das arcadas e dos prédios da Rua de Miragaia, com roupas a secar nas varandas. 1932. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/258380/?q=rua+de+miragaia>



*Figura 415 – Cobertos de Miragaia. Fotografia retirada de OLIVEIRA, J. M. (2007) – O espaço urbano do Porto (...), p. 379*



*Figura 416 - Porto: demolições na rua de Miragaia. 1941. Fotografia de Bomfim Barreiros. AHMP. <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714670/>*

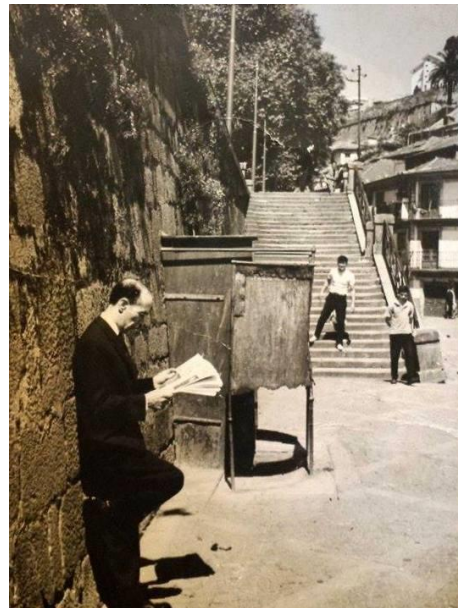




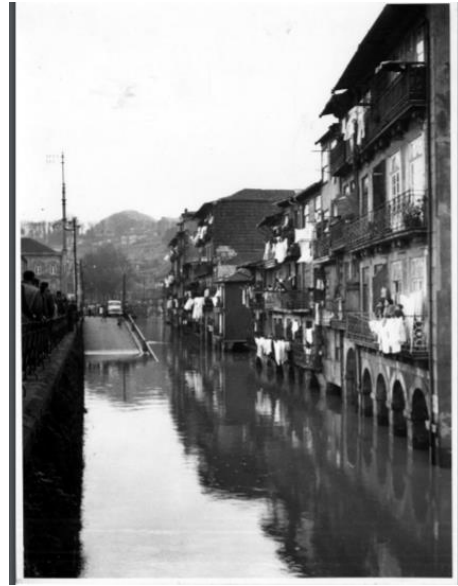
*Figura 417 - Porto: salubrição de bairros antigos: ruas do Cidral de Cima, rua do Cidral de Baixo, rua da Arménia e rua do Monte dos Judeus. 1950. Arquivo de Bomfim Barreiros. AHMP. <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714534/>?; <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714541/>?; <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714495/>?; <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/714513/>?*



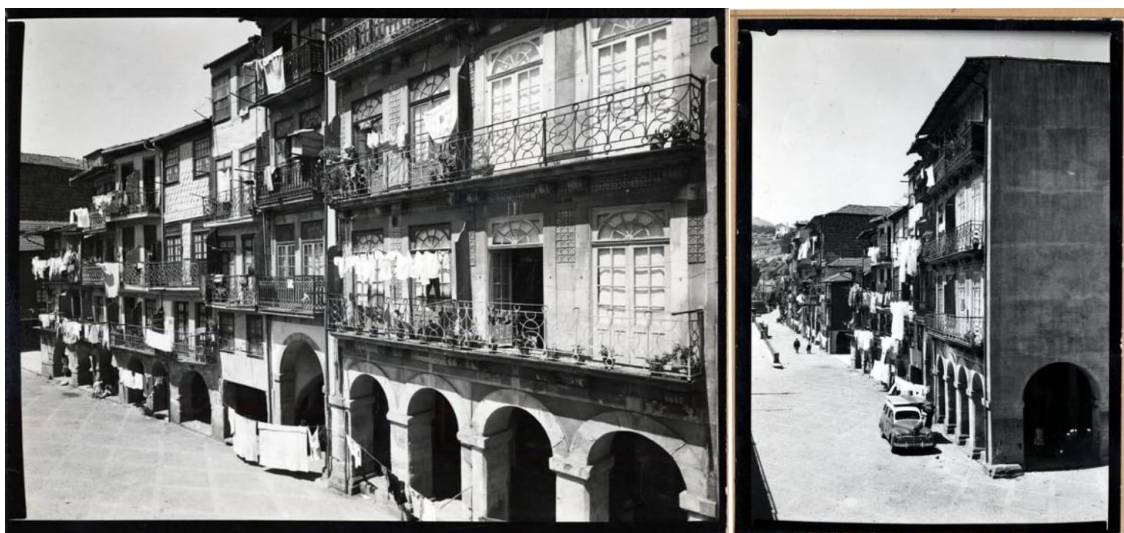
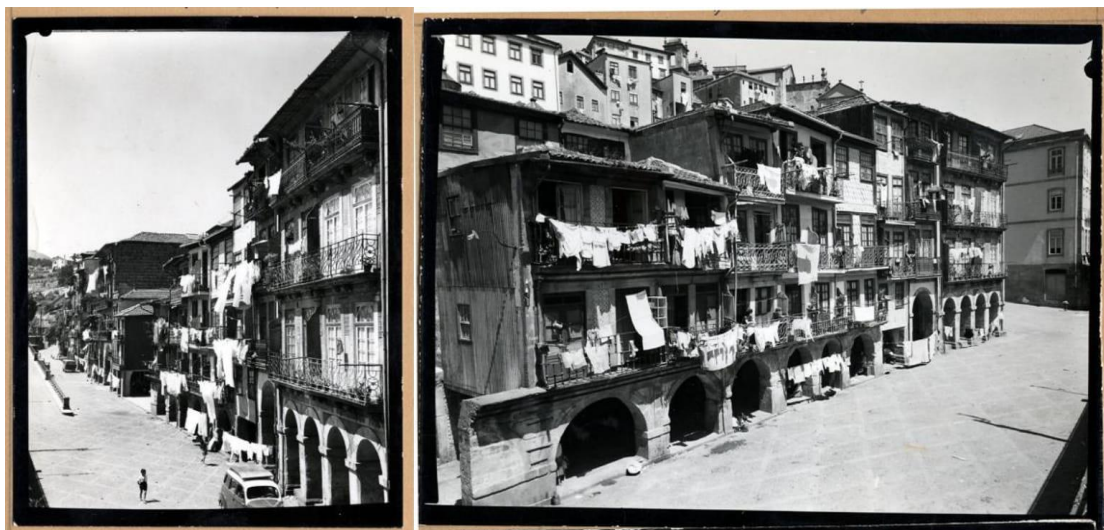
*Figura 418* - Casas do Porto: século XIV ao XIX: rua Dr. Barbosa de Castro, 37-41: casa onde nasceu Almeida Garrett. 1958. Fotografia de Teófilo Rego. AHMP, disponível em <https://bit.ly/2Pdmt2>



*Figura 419* - Urinol público na rua de Miragaia, c.1960. Fotografia disponibilizada por Ricardo Cabanas Lima em <https://bit.ly/2Q2nuqW>.



*Figura 420 - O rio e o mar na vida da cidade: Efeitos da cheia de 1962. Vários aspetos das cheias de 1962 em Miragaia. Fotografias de Teófilo Rego e Alvão. AHMP.*



*Figura 421 - Várias perspectivas da Rua de Miragaia, destacando-se as suas casas típicas, com roupa a secar nas varandas. 1964. AHMP: F-NP/CMP/7/77; F-NP/CMP/7/78; F-NP/CMP/7/79; F-NP/CMP/7/99*





*Figura 422* – Embarcações atracadas em Gaia, vista para a zona ribeirinha de Miragaia. 1968. AHMP. Disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/327946/?q=regresso+a+nascente>



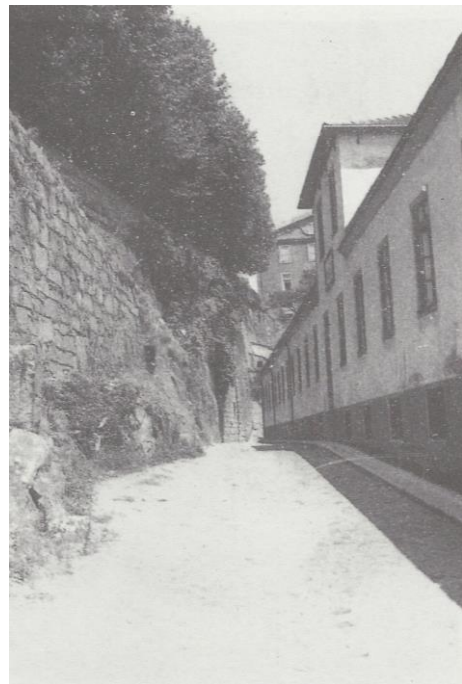
*Figura 423* – Edifícios demolidos para dar lugar ao Palácio da Justiça. Ao fundo, o antigo Mercado do Peixe. Bilhete postal ilustrado. s/d. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/49642/?q=mercado+do+peixe>



*Figura 424* - Parque infantil no Largo de S. Pedro de Miragaia em 1969. Fotografia disponibilizada em <https://bit.ly/2DmWP0S>.



*Figura 425* – Calçada das Virtudes, com os edifícios do lado direito ainda intactos. Fotografia retirada de OLIVEIRA, J. M. (2007) – *O espaço urbano do Porto (...)*, p.189.

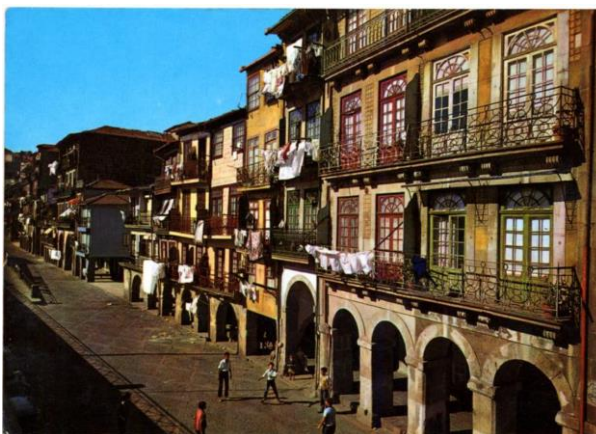


*Figura 426* – Rua de Sobre o Douro, em frente ao Bairro Ignez. Fotografia retirada de OLIVEIRA, J. M. (2007) – *O espaço urbano do Porto (...)*, p.195





*Figura 427 - Porto: Rua de Miragaia. 1970. Cocca. D-PST/1177*



*Figura 428 – Rua de Miragaia. 197?. J. A. Fernandes da Silva. AHMP: D-PST/2774*



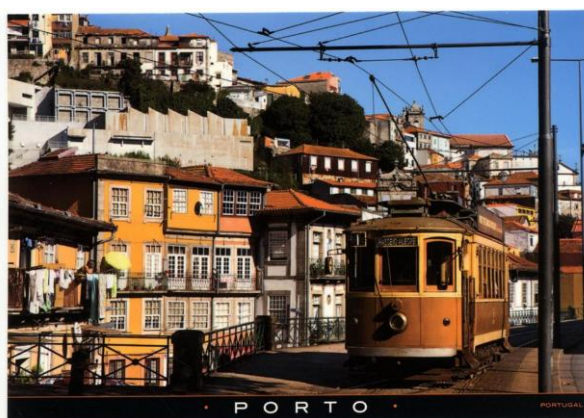
*Figura 429 - Visita da comitiva de Liège ao Centro Histórico do Porto. Rua de Miragaia. 1979. AHMP, disponível em linha: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/691424/?q=comitiva+liege>*



*Figura 430* – Miragaia. Fotografia do Fundo Ewald Rüffer, 1982. CPF, disponível em linha: <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=1226632>



*Figura 431* - Porto: Miragaia. Fotografia de Óscar Fonseca. 1997. AHMP: D-PST/2215



*Figura 432* - Carro elétrico em Miragaia. 20??. AHMP: D-PST/3378(8)

## Massarelos



*Figura 433* - A zona ribeirinha de Massarelos e o edifício da Cervejaria Leão vista dos jardins do Palácio de Cristal, c. 1930. Fotografia disponibilizada em <https://bit.ly/2T4DK93>



*Figura 434* – Rua da Restauração, com a Refinaria RAR abaixo. 1966. Disponível em linha: <http://bit.ly/2zammHE>.

## Outros



Figura 435 - Blaenavon Big Pit. Fotografia de ejbaurdo. 2006. Blaenavon Industrial Landscape. UNESCO. Disponível em linha: [whc.unesco.org/en/documents/113924](http://whc.unesco.org/en/documents/113924)



## Projecto da responsabilidade do CRUARB

# NOVA ALAMEDA IRÁ LIGAR A RIBEIRA À ALFÂNDEGA

## • Miragaia «recupera» percurso para a prainha do Porto

Tudo vai começar com a transformação da Praça da Ribeira numa zona de peões e com o cais da estiva desobstruído de automóveis. Abriu-se-á, então, uma nova via, que mais não será que o prolongamento natural da marginal, até Massarelos. De permeio ficará o edifício da actual Alfândega, futuramente transformado em Museu dos Transportes. Haverá uma plataforma para atracagem de embarcações e uma nova passagem que reatará a antiga via que ligava Miragaia à prainha do Porto do fim do século.

Tudo isto é o que consta de um estudo que será apresentado na reunião de amanhã da Câmara Municipal do Porto.

O projecto de renovação e reestruturação da marginal, junto à Alfândega, tem vindo a ser estudado, até ao ínfimo pormenor, pelo CRUARB - Comissão para a Recuperação do Centro Histórico do Porto. Os estudos preliminares, já esboçados, apontam para uma reconversão patagética de toda uma zona que tem sido desaproveitada. Evidentemente que, há o problema das áreas de jurisdição e competência. Parte do «posseio público» previsto para aquela marginal dependerá da receptividade da CP, entidade que superintende a área onde está inserida a via-férrea, junto à Ribeira-Barredo. No entanto, e a tentar nos projectos existentes, será difícil obter o conceito de linearidade que acompanha o projecto de renovação.

A marginal conhecerá, finalmente, a sua tendên-

trânsito automóvel. «Os turistas, ou as pessoas que gostem desta zona, poderão acompanhar o curso do rio, até Massarelos. É isto porque o projecto foi delineado de forma a recriar uma nova marginal. Depois de percorrerem a Ribeira-Barredo, os transeuntes deixarão de esbarar com os portões do cais da estiva, ou com o terreno acidentado da via-férrea que liga à Alfândega. O Muro dos Bacalhoiros terá continuidade».

Os estudos preliminares preconizam a existência da Alameda da Alfândega. Este percurso prolongar-se-á até Massarelos, cuja marginal será entretanto alargada.

### • Uma entrada directa para o museu

O edifício onde actualmente se encontra a Alfândega do Porto (serviço que, de acordo com a Administração dos Portos do Douro e Leixões será brevemente transferido para o porto de



Fachada principal da Alfândega, voltada para o rio. A reestruturação de toda a alameda, projecto da responsabilidade do CRUARB, permitirá destacar a imponência do edifício.

«A fachada principal da Alfândega, pouca gente reparava nela, porque está voltada para o rio, e só é perceptível do lado de Gaia. O projecto de renovação e reestruturação da área envolvente do edifício irá permitir a valorização dessa vertente. A zona

gem ao cais e o acesso directo ao museu. «As pessoas saíram dos barcos e entraram no museu através de um túnel. Por outro lado, a plataforma convergirá com uma nova via que ligará Miragaia à zona. Na prática iremos recuperar o antigo acesso obstruído com a construção do edifício da Alfândega».

A nova rua atravessará em túnel a Rua da Alfândega. Ligará a calçada à igreja de S. Pedro de Miragaia. Será, de certo modo, o reencontro com um percurso que era conhecido no século passado e que ligava à então chamada zona da prainha do Porto...

### • Parque de estacionamento camuflado

Se o projecto do CRUARB prevê o fim do estacionamento de automóveis no cais da estiva, (que aceita entre 80 e 100 veículos), oferece, como alternativa, a construção de um novo parque, que terá mais do dobro daquela capacidade.

Neste sector, o projecto tem o toque mágico da originalidade, ou da inteligência aplicada às necessidades. Sobre isto, o arquitecto António Moura afirmou que a estrutura, coberta, a dois níveis, será

camuflada nas paredes já existentes junto ao túnel da Alfândega, no desnível fronteiro ao Largo da igreja de S. Francisco. «O primeiro nível aproveitará a parede que apoia o túnel. O segundo será coberto com uma placa, por cima da qual se dará o prolongamento da nova alameda, ligando ao Muro dos Bacalhoiros. O parque ficará completamente camuflado. Na zona superior, será construído um café que disporá de uma área considerável para esplanada», acrescentou o nosso interlocutor.



Estes paredes serão aproveitadas para a construção de um parque automóvel, que ficará camuflado. A área superior, que será coberta, englobará a construção de um café com esplanada.

Leixões) conhecerá uma nova vocação. Os 30 mil metros quadrados de área coberta do majestoso edifício acolherão o futuro Museu dos Transportes. As obras previstas pelo CRUARB corresponderão, na prática, à recuperação de uma «exuberância perdida».

que lhe é fronteira será aproveitada e duplicada com a construção de uma plataforma, concebida para a atracagem de barcos, rematada por uma esplanada em ambos os lados», revelou o responsável do CRUARB. Essa nova estrutura foi concebida de modo a permitir a atracagem

Figura 436 - Projecto da responsabilidade do CRUARB: Nova Alameda irá ligar a Ribeira à Alfândega - Miragaia «recupera» percurso para a prainha do Porto. 1991-04-08, ADUP FAUP - Recortes de imprensa [1987-2002]

## Após a fábrica

Novas abordagens à ruína e aos fragmentos pós-industriais

Inês MOREIRA, PhD GOLDSMITHS COLLEGE

"Vladimir: Let us not waste our time in idle discourse! (Pause. Vehemently.) Let us do something, while we have the chance! It is not every day that we are needed. Not indeed that we personally are needed. Others would meet the case equally well, if not better. To all mankind they were addressed, those cries for help still ringing in our ears! But at this place, at this moment of time, all mankind is us, whether we like it or not. Let us make the most of it, before it is too late! Let us represent worthily for once the foul brood to which a cruel fate consigned us! What do you say? (Estragon says nothing.)"

**A espera:** Os edifícios e os espaços pós-industriais dominam a paisagem e os territórios de inúmeras cidades europeias. A deslocalização da produção para países da Europa mais a Leste e para a Ásia, a terciarização, a mudança para tecnologias menos poluentes – como nas centrais de energia –, levam à obsolescência do edifício da fábrica e à sua desadequação enquanto "carapaça" protetora de máquinas. O abandono do edifício corresponde a um pós-vida industrial: após a retirada de máquinas (exportáveis), o desmantelamento e roubo de sistemas (vendidos à sucata) ou o contrabando de peças e materiais nobres (como o cobre ou o ferro) aceleram a desertificação da paisagem e criam novas ruínas contemporâneas.

Se a musealização da paisagem em zonas como o Ruhr, ou a reconversão de fábricas como a Tate Modern de Londres ou os Caixaforum de Madrid e Barcelona, apontam numa direção em que a "arquitectura de autor" desempenha um papel fulcral, é também facto que existem extensas "zonas" – como Chernobil, Fukushima ou outros *brown-fields* – onde a contaminação e poluição industrial tornam a entrada interdita. As fábricas, as ruínas e os vestígios industriais oferecem intensas sensações espaciais, materiais e experienciais a quem as visita. Algumas são letais. O que fazer, hoje, perante a ruína do espaço (e do negócio) industrial? Entre a contemplação romântica da beleza trágica dos grandes



assentamentos devastados fixada no olhar subjetivo de, cada vez mais, fotógrafos amadores e as promessas de fôlego de grandes planos urbanísticos e imobiliários para regeneração de zonas industriais em terrenos nobres – como nas frentes de rio/mar portuguesas do Mar da Póvoa/Dojo 98 e de Matsinhos Sul onde se demoliram zonas industriais para criar habitação de luxo – procuram-se agora outros modos de intervenção que considerem a materialidade e a história industrial mas, sobretudo, que sejam mais contidos do que as grandes operações do passado.

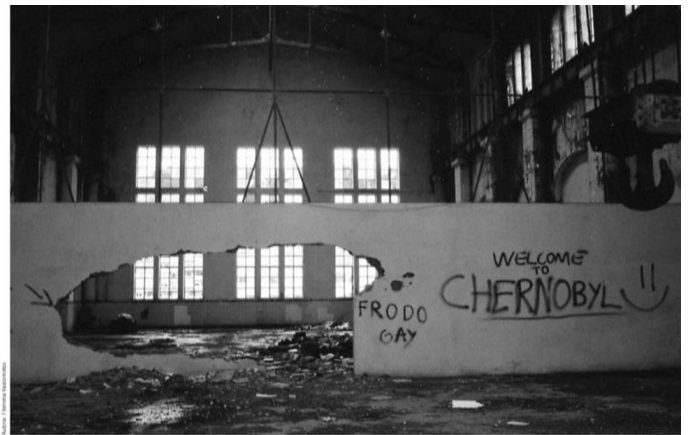
Analisando uma solução económica para a indústria enquanto sector, hoje aguarda-se pelo entendimento europeu sobre uma "política de reinustrialização" oleada por fundos estruturais, enquanto se seduz investimento estrangeiro. Noutra direção, mais "criativa", investe-se no produto proto-industrial de qualidade, de pequena escala, na preservação de fábricas que ainda operam, mantendo-se ativas. Ambas direções são relativamente desligadas do edifício, enquanto arquitetura, pois centram-se na produção industrial. Mas serviriam as atuais fábricas – que podem ser entendidas como carapaças funcionais – para abrigar novas produções industriais? Serão estas obsoletas e facilmente substituíveis por outras novas?

**Dos espaços aos fragmentos:** A desindustrialização, no presente cenário de "crise", remete a eventual recuperação de edificações industriais com interesse histórico e arquitetónico para um futuro distante e não oferece antevistos de usos a uma escala que permita a reocupação massiva das ruínas. Na clarividência de que muito do edificado que ameaça ruína se irá arruinar, ou irá mesmo ruir, interessa, particularmente, repensar novos modos de intervir e de reatuação, não apenas como evocação de um passado industrial, mas na presente condição pós-industrial.

A investigação sobre fábricas, indústrias e suas ruínas, estabelece usualmente uma distância do caso de estudo e existe uma clivagem, mesmo ausência, de diálogo entre viáveis económicas sobre o potencial "industrial", as visões arquitetónicas e técnicas – como as excecionais reconstruções arquitetónicas de fábricas promovidas nos anos 90/2000 –, e outras ocupadas com o seu passado – dos estudos sistematizados da história ou às análises arqueológicas/forenses de locais e de acontecimentos. Seja pela escala "herética" da industrialização, a "objetividade" da sua dimensão técnica e económica, seja pela ambição de uma "distância" perseguida por disciplinas como a arqueologia, o património, a história contemporânea, as investigações tendem a oferecer enquadramentos desde "lona", seguindo categorias das narrativas da industrialização e não deixando, em geral, espaço subjetivo.

A condição pós-industrial escapa, porém, ao léxico e às categorias herdadas da indústria. Na confusa condição contemporânea após a indústria existem "coisas" e "sitios" que não são "coerentes", por tal,

Lavaria das Minas de Borlha



A Porta como Passagem (Central Edifício de Porto)

tendem a ser desconsideradas: os restos, as vozes, os embudos, os contaminantes, as matrizes, os pequenos elementos que foram parte de uma estrutura maior, que tiveram uma vida funcional na indústria, que viveram outras vidas. Encontramos hoje em abundância os fragmentos pós-industriais e alguns, como veremos, têm potencial narrativo e articulador de precepções mais abrangentes.

**Abordagens:** Arrisco usar a primeira pessoa do singular para escrever sobre o pós-industrial, pois as experiências a que assisto, e possuo, são as de projetos de investigação, curatoriais, técnicos, com uma dimensão especulativa e crítica. Acreditando numa relação íntima entre aquilo que tenho denominado de relação entre "conteúdo" e "conteúdo", centrada nos diálogos entre espaços industriais utilizados como locais expositivos e os trabalhos artísticos ali expostos, nomeadamente nas continuidades entre "presenças e ausências" que se podem intuir/perceber em espaços marcados por usos anteriores, tenho vindo a explorar abordagens à potencialidade destas relações em projetos desenvolvidos em/para espaços industriais.

Se os processos de ocupação antes/após a atividade industrial vão transformando os espaços, igual papel têm as ocupações temporárias, como as expositivas, pois o antes/após marca física e culturalmente os locais e, em parte, os processos de gentrificação das zonas "leste" das cidades ocidentais passa pelo acolhimento de projetos culturais/ateliens/artistas que "elevam" o potencial das ex-instalações industriais para posterior especulação imobiliária. Mas agora, num contexto crescentemente mais deprimido em termos industriais, imobiliários e também culturais, urge descobrir novos modos de relação.

A abordagem efémera para concepção de cenografias/instalações espaciais para acolhimento de novas exposições de arte contemporânea em espaços fabris, que perseguem com entusiasmo, difere da atual abordagem proposta em projetos curatoriais de natureza investigativa. Refletindo as tais mudanças conjunturais de ambição perante o futuro das ex-indústrias, embarcamos na evolução (vivencial) do "pós-industrial" onde o trabalho de campo traz a progressiva atenção ao detalhe, à lenta transformação do edifício em ruína, convidando ao registo, à recolha de materiais, e à conceptualização do fenómeno. Já não estamos perante a fábrica, coerente, mas numa condição difusa entre entidade material, performativa, espacial, etc., condição que exige outras ferramentas.

**Fragmentos:** Os espaços e ruínas pós-industriais ecoam com narrativas e figurações que, creio, merecem ser ouvidas, abordagem que explorei no projeto de investigação "Edifícios & Vestígios" (E&V), cocomissariado com Aneta Szylak. Procurámos auscultar relações de "presenças e ausências" que se encontram no espaço e as descontinuidades de escala entre "conteúdo" e "conteúdo". Para considerar os fragmentos e ruínas pós-industriais olhámos a diversos processos de transformação: da construção à produção, aos processos de decadência e de degradação, como aos novos usos, formais e informais, de ocupações, roubos, reutilizações e também, em casos mais esporádicos, à reconstrução formal. Conjugando passados, presentes e futuros numa única leitura encontramos os espaços, suas histórias e narrativas, qual palimpsesto, revelando histórias que coexistem, se atropelam e que implodem numa mesma estrutura. Descobrimos que o abandono, deterioração, desmantelamento e estados avançados de ruína são estados de incompletude e devem ser entendidos como novos estados de espacialidade e de materialidade. E, entre projetos artísticos, de arquitetura, de fotografia, som ou mesmo de cinema, desenvolvemos também desafios a projetos investigativos de natureza mais "científica" para explorar os fragmentos disfuncionais. Desse, seguem-se 3 exemplos:

Figura 437 - MOREIRA, Inês (2014) - *Após a fábrica, novas abordagens à ruína e aos fragmentos pós-industriais*. Publicado em Revista arqa # 112, 2014, pp. 118-119, disponível em linha: [https://issuu.com/arqa/docs/arqa112\\_issuu/11](https://issuu.com/arqa/docs/arqa112_issuu/11)



## Passado, Presente e Futuro das Cidades Património da Humanidade

(...) este tema da reabilitação urbana apresenta-se hoje, mais do que nunca, como um campo de contradições, nos seus objectivos, assim como nas suas soluções (...). No aspecto social, queremos proteger os habitantes e as actividades tradicionais, e, por outro lado, queremos atrair novas actividades e residentes, o que acarreta alguma conflitualidade, alguma contradição.

No plano económico, queremos manter alugueres e valores de propriedade baixos, para proteger exactamente os habitantes das cidades tradicionais, mas queremos, também hoje, com a desregulação e com a retirada do Estado assistencial a que assistimos, concordemos ou não, que a reabilitação se faça progressivamente por iniciativa dos proprietários ou dos residentes; isto é, cada vez mais uma auto-reabilitação, e não uma reabilitação sustentada pelos orçamentos do Estado ou dos municípios.

No plano ambiental, queremos conservar a identidade e os limites de cada bairro, ou dos bairros de maior prestígio, e por outro lado, pretendemos maior mistura de actividades.

No plano cultural, continuamos a pensar que é bom respeitar, diria eu, com tendência para um respeito mimético, as preexistências culturais que caracterizam um bairro histórico; mas, por outro lado, defendemos cada vez mais, a expressão da modernização, da mudança e do pluralismo arquitectónico (...).

No plano dos recursos, estamos todos de acordo de que deveríamos dar prioridade aos bairros de maior prestígio cultural, sobretudo os que são reconhecidos pela UNESCO, e que estão neste clube das cidades com centros históricos de maior identidade; e, ao mesmo tempo, sabemos que estamos obrigados a intervenções cada vez mais alargadas a todo o mosaico urbano.

Nuno Portas  
Comunicação ao Congresso Internacional de Ciudades Patrimonio de la Humanidad, Cáceres, 1992

Figura 438 - GRANDE, Nuno (2012) – *O Ser Urbano: Nos Caminhos de Nuno Portas*. INCM: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p.420-421

### Past, Present and Future of the World Heritage Cities

(...) this subject of urban rehabilitation is today, more than ever before, a field of contradictions both in its aims and in its solutions (...). In the social aspect we wish to protect the inhabitants and traditional activities and on the other hand we want to attract new activities and residents, which raises some conflict, some contradiction.

On the economic level we wish to maintain rents and property values low in order to protect the inhabitants of the traditional cities, but we also today want, with deregulation and the withdrawal of the welfare state that we are witnessing, whether we agree with this or not, to carry out progressive rehabilitation through initiatives by the property owners or the residents; that is, increasing self-rehabilitation and not a rehabilitation supported by government or local council budgets.

On the environmental level we wish to conserve the identity of and the limits of each neighbourhood, or of the neighbourhoods with greater prestige, and on the other hand we intend there to be a greater mixture of activities.

On the cultural level we continue to think that it is good to respect, I would say, with a tendency towards a mimetic respect, the pre-existing cultural facts that characterise a historic neighbourhood; but on the other hand we increasingly defend the expression of modernization, of change and of architectural pluralism (...).

On the level of the resources we are all in agreement that we should grant priority to the neighbourhoods with greater cultural prestige, particularly those recognised by UNESCO, and that are in this club of cities with historical centres with a strong identity; and at the same time we know that we are obliged to carry out interventions that are increasingly extended to the whole of the urban mosaic.

Nuno Portas  
Communication to the Congreso Internacional de Ciudades Patrimonio de la Humanidad, 1992



## Notas de fim | traduções próprias

---

<sup>i</sup> «apoiar-se necessariamente na existência de elementos tangíveis que representam o testemunho patrimonial e a confirmação física da sua existência. Os fatores intangíveis contribuem a proporcionar sentido e significado aos diversos elementos que compõem o conjunto».

<sup>ii</sup> «A visita turística deverá ser racionalmente administrada de acordo com estudos prévios de impacto ambiental, planos de uso público e participação social, assim como com medidas de controlo e seguimento destinadas a evitar os impactos negativos do turismo».

<sup>iii</sup> «Paisagens culturais – terraços cultivados em altas montanhas, jardins, espaços sacros... - testemunham o génio criativa, o desenvolvimento social e a vitalidade imaginativa e espiritual da humanidade. São parte da nossa identidade coletiva».

<sup>iv</sup> «A paisagem de Blaenavon Landscape constitui uma ilustração excecional, em forma material, da estrutura social e económica da indústria do século XIX»; «juntos, os componentes da Paisagem Industrial de Blaenavon, constituem um excelente e notório exemplo completo de uma paisagem industrial do século XIX».

<sup>v</sup> «Um verdadeiro grande tema, porque abrange a consideração de todo o ambiente externo da vida do homem; não podemos escapar dele, nem que queiramos, enquanto formos parte da civilização, o que significa moldar e alterar as necessidades humanas da face da Terra, exceto no mais longínquo deserto».

<sup>vi</sup> «Mosteiros convertidos em hospedarias, (...), armazéns ou silos transformados em oficinas administrativas são muitas das situações de adaptação de velhas fábricas a novos usos».

<sup>vii</sup> Princípios para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Património Industrial.

<sup>viii</sup> «as premissas documentais derivadas da instância histórica e as premissas estéticas derivadas da sua consideração de composição arquitetónica singular para que (...) a arquitetura restaurada continue a existir».

<sup>ix</sup> «Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma».

---

*Bato a porta devagar, olho só mais uma vez  
como é tão bonita esta avenida*

**Rui Veloso, 2003**

*às tantas, aos poucos  
eu fui percebendo  
às tantas eu lá fui tateando  
às cegas eu lá fui conseguindo*

*e o mar inteiro entrou em minha casa*

*e nos teus olhos inundados do mar  
eu naveguei contra minha vontade  
mas deixa lá, que este barco a viajar  
há-de chegar à gare da sua cidade  
e ao desembarque a terra será mais firme  
marquei-lhe encontro ao fim da tempestade*

*é frágil o pano  
que enfuna as velas do desengano  
que nos empurra em novo oceano  
frágil e resistente ao mesmo tempo*

**Sérgio Godinho e Jorge Palma, 1979**